



MEDIEVALISTA

JANEIRO – JUNHO 2024 – N.º 35

ISSN 1646-740X





Director | Chief Editor

Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief

João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors

Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH

Adelaide Miranda – IEM / NOVA FCSH

Bernardo de Vasconcelos e Sousa – IEM / NOVA FCSH

Inês Calderon Medina – Estudios Medievales, Instituto de Historia. CCHS

Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEOS / C. M. Palmela

Isabel Barros Dias – UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH

Javier Albarrán – UAM – FFL, Dep. Historia Antigua, Medieval y Paleografía y Diplomática

Leonardo Funes – UBA - Dep. de Letras

Maria Filomena Coelho – UNB - HIS

Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH

Rémy Cordonnier – Bibliothèque d'agglomération de Saint-Omer

Robert Portass – University of Lincoln, Medieval Studies Research Group

Consultora técnica / Technical advisor

Maria Coutinho – CITAR-EA / UCP Porto

Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant

Beatriz Gil – IEM / NOVA FCSH

Publicação | Publisher

IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout

Beatriz Gil – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.

Avaliação por *double blind peer review*.

The intellectual property of the journal's contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.

Evaluation by double blind peer review.



Esta revista é financiada por fundos nacionais através dos Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020) e Programático, com a referência UIDP/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDP/00749/2020), do Instituto de Estudos Medievais.

This journal is funded by national funds: Base funding, with reference UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020), and Programmatic funding, UIDP/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDP/00749/2020), from the Institute for Medieval Studies.



ÍNDICE

Contents

Editorial | *Editorial*

Os olhares de Janus

The looks of Janus

Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes

7

DESTAQUE | *HIGHLIGHT*

Olhares improváveis: em memória de José Mattoso

Improbable glances: in memory of José Mattoso

António Montes Moreira, Carlos A. Moreira Azevedo,
Mário Jorge Barroca, Carlos de Ayala Martínez, Luís Miguel Rêpas,
Rui Ramos, Alfredo Teixeira

17

The imperial capital of Mâli (14th century): A new hypothesis

A capital imperial do Mali (século XIV): Uma nova hipótese

François-Xavier Fauvelle

55

ARTIGOS | *ARTICLES*

Where be dragons? Draconic environments in the Old Norse-Icelandic sagas

Onde há dragões? Ambientes dracónicos nas sagas nórdico-islandesas antigas

Miguel Andrade

83

A Tale of Two Travellers in King Alfred's Court

Dois Viajantes na Corte do Rei Alfredo

Miguel Alarcão

119

Do Akhbār Mulūk al-Andalus [Notícias dos Monarcas da Hispânia] à Crónica do Mouro Rasis: o percurso milenar de um texto mítico (séculos X - XXI)

From Akhbār Mulūk al-Andalus [News from the Monarchs of Hispania] to Crónica do Mouro Rasis: the millenary journey of a mythical text (10th - 21st centuries)

António Rei 131

“Este Lais posemos acá” ... Sì, ma dove?

“Este Lais posemos acá” ... Yes, but where?

Fabio Barberini 155

Babuinare: o macaco nos marginalia do século XIV em Portugal

Babuinare: apes in 14th century portuguese marginalia

Joana Antunes 189

Escritura publicitaria en el tránsito entre el medievo y la modernidad. Los retablos de Santo Tomás y Cristo de Caparroso de la Catedral de Pamplona. Estudio paleográfico

Publicity script in the transit between medieval and modernity. The retables of Santo Tomas and Christ of Caparroso in the Cathedral of Pamplona. Paleographic study

Alejandro García Morilla 221

Nuno Álvares Pereira, senhor de Almada

Nuno Álvares Pereira, landlord of Almada

José Augusto C. F. Oliveira 249

La fiscalidad sobre el consumo en una ciudad mediterránea. Nuevas aproximaciones a la Lleuda de Mediona de Barcelona a través de los casos del aceite, el cuero y la cochinilla (s. XIII-XIV)

Taxation on consumption in a Mediterranean city. New approaches to the Lleuda de Mediona of Barcelona through the case of olive oil, hides and cochineal (13th-14th c.)

Lluís Sales i Favà 277

El aljibe del conde de Tendilla: una obra de ingeniería hidráulica de finales del siglo XV en la Alhambra de Granada

The cistern of the Count of Tendilla: a late 15th-century hydraulic engineering work in the Alhambra of Granada

Daniel Jesús Quesada Morales 295

RECENSÕES | *BOOK REVIEWS*

BARROS, Maria Filomena Lopes de; ALMAGRO VIDAL, Clara (eds.) – *Forms of Unfreedom in the Medieval Mediterranean*. Évora: Publicações do Cidehus, 2021 (152 pp.)

Manuel Fialho

313

CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – *Esta fabla compuesta, de Isopete sacada. Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warsaw, Wien: Peter Lang, 2017.

Ana Paiva Morais

321

SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*. Lisboa: Edições Colibri, Academia Portuguesa da História, 2022 (252 pp.)

Diogo Faria

343

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO | *RESEARCH NOTES*

Las malas mujeres de la Biblia: aproximación a la iconografía románica de Eva y Salomé en el norte y noroeste peninsular

The wicked women of the Bible: an approach to the Romanesque iconography of Eve and Salome in the north and northwest of the peninsula

Amalia Pérez Valiño

359

A afirmação do pólo urbano e portuário de Setúbal no final da Idade Média no quadro da gestão territorial promovida pela Ordem Militar de Santiago em Portugal

The affirmation of the port town of Setúbal at the end of the Middle Ages within the territorial management strategy promoted by the Military Order of Santiago in Portugal

Ana Cláudia Silveira

375

O senhorialismo nobiliárquico como parte do sistema político português no século XV: o exemplo da senhorialização do Alentejo

Noble seignorialism as part of the Portuguese political system in the 15th century: the example of the seignorialization of Alentejo

Adré Madruga Coelho

393

IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares. As Ordens Militares: Do Convento e da Guerra para o Mundo (Palmela | 25 a 29 de Outubro de 2023)

IX International Meeting on Military Orders. The Military Orders: From the Convent and War to the World (Palmela | October 25th to 29th, 2023)

Cláudio Neto

409

Mosteiro de Alcobaça - XIX Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval

Alcobaça Monastery - XIX Congress of the Medieval Literature Hispanic Association

Natália A. Pires, Ana S. Laranjinha, Margarida E. Pina

425

The Chronicles of Fernão Lopes – finally in English!

As Crónicas de Fernão Lopes – finalmente em Inglês!

Amélia Hutchington

435



Editorial – Os olhares de *Janus*

Editorial – The looks of *Janus*

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7698>

Viva a Medievalista! Nem mais, nem menos. Foi assim mesmo, com estas palavras, que o Professor José Mattoso terminou, em Novembro de 2022, uma mensagem que dirigiu à Redacção da revista. Felicitava-a então pela qualidade do nº 32, o último publicado em Julho desse ano, e pelos contributos que a revista do IEM trazia para a renovação da investigação sobre a época medieval. Não era isto uma novidade – em anos anteriores, já fizera comentários elogiosos sobre o rumo da revista e do instituto —, mas era por certo a primeira vez que se manifestava com tal entusiasmo, atitude mais rara em quem cultivava a contenção dos gestos e a moderação. Havia talvez boas razões para tanto, das mais recentes às mais antigas.

Não sendo um dos fundadores da *Medievalista*, nem estando ligado aos seus primeiros tempos, depressa o Professor José Mattoso se associou à revista e ao futuro desta. O primeiro texto que nela publicou, no nº 3, em 2007, foi uma evocação do *Troféu Latino*, que recebera nesse ano e lhe serviu para homenagear a geração de 60, que acreditava na força das ideias e na capacidade destas para tornar o mundo mais justo. Manteve a intenção e o tom quando fez o elogio público do Professor António Borges Coelho (nº 4, Janeiro de 2008), recordando-o, em particular, como um exemplo cívico de resistência e de combate contra as injustiças do mundo. Ao lembrar, assim, os laços da docência e da investigação com os problemas e com as exigências cívicas do presente, deu o mote para as responsabilidades na direcção da

Medievalista, que assumiu a partir do nº 5, de Julho de 2008. Disso dava testemunho o programa editorial desse número, que insistia na valorização do rigor científico, da interdisciplinaridade e da inovação, com abertura a novas perspectivas e a outras historiografias, mas que lembrava igualmente a aposta nos estudos que ajudassem a compreender os dramáticos fenómenos da sociedade do presente, como as guerras então em curso na Palestina, nos Balcãs e no Cáucaso.

Como director da *Medievalista*, a colaboração do Professor José Mattoso tornou-se mais regular. A par da direcção dos trabalhos e da redacção dos editoriais, empenhou-se na captação de artigos, de notícias e de recensões, mas envolveu-se de igual modo nos problemas da avaliação científica e da comunicação remota, através da candidatura e da admissão da revista nas plataformas internacionais de difusão e de indexação, que estavam então em crescimento. Durante esses anos, publicou ainda diversas recensões, assim como um artigo sobre a primeira crónica portuguesa, em diálogo aberto com outros investigadores, e duas homenagens a historiadores consagrados, caso de Teresa Amado e de Jacques Le Goff. Teve por isto um contributo da maior importância na afirmação e na consolidação da *Medievalista* como uma revista de referência, atenta às novidades editoriais e às tendências mais recentes da investigação. Quando saiu em 2015 da direcção da revista e foi substituído por Bernardo Vasconcelos e Sousa, ninguém soube como agradecer-lhe, mesmo se a gratidão fosse um sentimento por todos partilhado.

Não podia a *Medievalista* esquecer a perda do Professor Mattoso e o primeiro destaque deste número está-lhe totalmente dedicado. Menos para lhe prestar uma homenagem, que ele sempre recusou, mas para o convocar de corpo inteiro, na carne e no espírito, nas ideias e nas acções. Todos os testemunhos aí reunidos o fazem presente de formas diferentes, como pai e como mestre, ou como colega e como amigo. Todos de maneira necessariamente incompleta, também. Tal como ele próprio dizia na frase escolhida pelos seus familiares, a vida é tão vasta e tão diversa que só se consegue responder a uma parte muito pequena das suas solicitações. Igualmente assim, nestas memórias sentidas.

Tal recordação do passado da *Medievalista*, de muito daquilo que ele teve de melhor, vem acompanhado por algumas novidades. A mais importante delas, ou, pelo menos, a que pode ter maiores consequências, respeita ao alargamento e à renovação do corpo redactorial. A matéria era objecto de debate interno há algum tempo, tanto no seio da revista, como do Instituto, sobretudo para precisar a natureza e as modalidades desta, já que ninguém discutia a importância dessa renovação para consolidar a *Medievalista* no plano internacional. O relatório da Comissão Externa de Acompanhamento do IEM, de Maio de 2023, que trazia recomendações relevantes no mesmo sentido, ajudou a consolidar as reflexões e a agilizar as decisões. Em resultado deste processo, o número actual sai já com um corpo redactorial reestruturado e de dimensão internacional, por via da integração de seis novos membros. Todos de cronologias e de áreas distintas de investigação (Arqueologia, Literatura, História da Arte e História) e todos provenientes de diferentes países — dois académicos espanhóis (Inés Calderón Medina e Javier Albarrán Iruela), um francês (Remy Cordonnier) e um inglês (Robert Portass), um argentino (Leonardo Funes) e um brasileiro (Maria Filomena Coelho). Esta renovação do corpo editorial foi, ainda, o momento de despedida de dois dos seus membros mais antigos, a Adelaide Miranda e o Bernardo Vasconcelos e Sousa. Dois colegas e amigos, ambos com contributos decisivos para a história da *Medievalista* mas que se manterão por perto, por passarem a fazer parte do seu Conselho Editorial.

O segundo artigo em destaque neste número traz outra novidade. Foi apresentado por François-Xavier Fauvelle numa das *Conferências do IEM*, em Fevereiro de 2023, e nele se oferece uma primeira incursão na História Medieval de África, tema pouco explorado pelo medievalismo português. Professor do Colégio de França e um dos especialistas mundiais dos percursos históricos africanos da Idade Média — é autor de *Le Rhinocéros d'or*, traduzido em várias línguas —, François-Xavier recupera neste texto o problema da localização da Cidade do Málí, a antiga capital do império africano do ouro, cujo monarca surge no *Atlas Catalão de 1375* a segurar um globo daquele metal. A proposta avançada — numa quase-ilha, cercada de água pelas cheias do Níger — precisa ser confirmada pela arqueologia, mas assenta numa releitura do texto de Ibn Battûta, que visitou a cidade em 1352, e, sobretudo, na

consideração da capital como um espaço de intercâmbios e de reequilíbrios, de representação política, portanto, dos diferentes grupos religiosos, linguísticos e culturais sujeitos ao monarca. Não fosse a instabilidade política do Máli nos dias de hoje, esperar-se-iam novidades nos próximos tempos.

Os restantes artigos que compõem este número respeitam a geografias mais familiares, não mais conhecidas. O primeiro deles, de Miguel Andrade, lida com a presença dos dragões nas sagas nórdicas e islandesas dos séculos XIII e XIV, para interrogar a relação destes com as paisagens aquáticas e terrestres, numa ecologia do maravilhoso muito interessante. Para além da relação dos dragões com os espaços selvagens e marginais, como as montanhas, as florestas e os lagos, insiste-se na conexão deles com outros lugares, caso das sepulturas e dos tesouros, talvez devido à influência de crenças locais, anteriores à difusão do Cristianismo. Os territórios do Báltico e da Escandinávia, mas numa cronologia anterior, constituem, por outro lado, o tema central dos dois escritos de viagem estudados por Miguel Alarcão. Ambos os relatos foram incluídos na tradução para inglês da *História Contra os Pagãos*, de Paulo Orósio, feita por encomenda do rei Alfredo, *o Grande*, numa época em que a pressão viking sobre as terras do monarca se fazia mais intensa.

Os outros artigos respeitam a geografias mais meridionais, com abordagens que cruzam a Literatura com a História e a História da Arte, numa articulação que vai fazendo escola nas páginas da revista. A história e a geografia do Islão peninsular são o tema da *Crónica do Mouro Rasis*, um texto cuja origem e cuja fortuna historiográfica foram objecto da atenção de António Rei. O *lais* da Bretanha e a rubrica que o acompanha, que abrem o Cancioneiro Colucci-Brancuti, também dito da Biblioteca Nacional, foram analisados por Fabio Barberini. Examinando hipóteses anteriores, sugeriu que ambos funcionam como um prólogo em verso, uma espécie de antepassado ilustre, posto à cabeça das cantigas galaico-portuguesas pelo conde de Barcelos. As margens dos textos, os *marginalia*, que se conheciam outrora como *babuinare*, pela frequência de símios, foram estudados por Joana Antunes para recuperar a simbologia do macaco, visto como retrato do vício e da inversão paródica. A investigação cruzou, de resto, os códices com a arte e a escultura, propondo a identificação de um macaco médico no túmulo de Fernando I, ou de um

macaco lascivo no Mosteiro da Batalha. Por fim, o modo como a escrita se combina com a pintura em dois retábulos de uma capela funerária da Catedral de Pamplona serviu a Alejandro Garcia Morilla para fazer uma análise detalhada das inscrições e da selecção de diferentes tipos de letras, já típica da transição para o século XVI e talvez reveladora da colaboração de vários artistas.

Com temáticas diversas, os últimos três artigos têm uma natureza monográfica mais evidente. No primeiro, José Augusto Oliveira analisou o exercício do poder senhorial do Condestável em Almada, sondando a acção deste e dos seus homens na vila, entre o fim das guerras com Castela e o termo da primeira década do século XV. Nesse período, a vila parece ter-se convertido na capital dos seus domínios, por estar perto de Lisboa e da Corte e permitir acompanhar as obras do convento do Carmo, para o qual se retiraria depois de doar o senhorio de Almada à sua neta, Isabel. Usando uma documentação muito rica, incluindo regimentos e sentenças, Lluís Sales i Favà estudou a fiscalidade sobre o consumo urbano em Barcelona, a partir das taxas sobre as compras e as vendas conhecidas como *lezdas*, ou *lleudes*. Sobretudo das que incidiam sobre as transações do azeite, dos couros e da grã, melhor documentadas, se bem que se trate de produtos muito diversos e nem todos sejam de consumo corrente. Por último, Daniel Quesada Morales apresentou os dados conhecidos sobre a arquitectura e a construção de uma grande cisterna no Alhambra, em Granada, no quadro das obras que transformaram o antigo palácio num símbolo do triunfo cristão, nos anos terminais do século XV.

As diversas áreas temáticas voltam a marcar presença nas secções fixas da revista. Nas recensões, Manuel Fialho e Ana Paiva Morais deram a conhecer duas obras coletivas, uma sobre os fenómenos de dependência no Mediterrâneo Medieval, a outra sobre os lugares da fábula na literatura espanhola do século XIV. Se na primeira se insistiu na variedade das modalidades de submissão pessoal, que não se reduzem aos modelos clássicos (escravatura, servidão e cativo) e incluíam relações assimétricas bastante complexas e muito híbridas, valorizaram-se na segunda as leituras políticas das fábulas e a relação destas com contextos históricos muito precisos. Por seu lado, Diogo Faria recenseou uma obra de dupla autoria que reconstituiu os itinerários de Manuel I, assim retomando uma antiga linha de

trabalho da historiografia portuguesa. Mesmo se há reparos a fazer-lhe — falta, por exemplo, um elenco das fontes de arquivo — trata-se de um instrumento de trabalho muito útil, por reunir e sistematizar uma quantidade de dados muito significativa.

Nada de diferente nas notas de investigação e na *Varia*. Aí se voltam a divulgar alguns trabalhos recentes. Como o de Amalia Pérez Valiño que interrogou a iconografia de duas mulheres de má fama, Eva e Salomé, aproximando as suas representações na arte românica do noroeste peninsular, dos séculos XI e XII, aos textos bíblicos e patrísticos, mas também a outras tradições culturais, mais importantes no caso de Eva. Também o de Ana Cláudia Silveira sobre o desenvolvimento da vila de Setúbal no âmbito dos senhorios da Ordem de Santiago, com observações importantes sobre o papel desta na afirmação daquela, seja como um polo urbano, seja ainda como um centro portuário do comércio internacional. Ou, por fim, o de André Madruga Coelho sobre o senhorialismo nobiliárquico português, estudado a partir da geografia alentejana e entendido como parte essencial de um sistema político mais vasto, por certo hierarquizado, mas com regras que importa definir e conhecer. Entre as notícias da *Varia*, destaque merecido para a apresentação da tradução inglesa das obras de Fernão Lopes, e, sobretudo, para o portal respectivo, que disponibiliza úteis ferramentas de estudo e de pesquisa das suas crónicas, mesmo para os especialistas. Ainda assim, não merecem menor relevo as notícias detalhadas de dois importantes congressos, um celebrado em Palmela sobre as ordens militares, o outro organizado em Alcobaça, que reuniu os estudiosos de todo o mundo interessados na literatura hispânica medieval.

Este número da *Medievalista* traz consigo sentimentos ambíguos, se não mesmo contraditórios. Nele, a comemoração de um mestre e de um amigo, que foi o director mais importante da revista, mistura-se com a reestruturação do seu corpo redactorial e com uma aposta de futuro. Ambiciosa por certo, mas necessária, para uma publicação que sempre quis dar voz e dar forma aos estudos medievais. Talvez seja esse desafio e essa reinvenção a melhor forma de o recordar, e, afinal, de lhe agradecer.

Luís Filipe Oliveira

João Luís Fontes

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís – “Editorial – Os olhares de *Janus*”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 7-13. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

DESTAQUES

HIGHLIGHTS



Olhares improváveis: em memória de José Mattoso

Improbable glances: in memory of José Mattoso

António Montes Moreira

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa
1649-023 Lisboa, Portugal

antonio.moreira@ofm.org.pt

Carlos A. Moreira Azevedo

Conselho Pontifício das Ciências Históricas
Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa
1649-023 Lisboa, Portugal

cmazevedo.cd@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-9156-4378>

Mário Jorge Barroca

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Centro de Investigação Transdisciplinar
Cultura, Espaço e Memória
4150-564 Porto, Portugal

mbarroca@letras.up.pt
<https://orcid.org/0000-0001-7432-3089>

Carlos de Ayala Martínez

Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras
28049 Madrid, Espanha

carlos.ayala@uam.es
<https://orcid.org/0000-0002-0857-1284>

Luís Miguel Répas

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de
Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

luisrepas@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5437-9437>

Rui Ramos

Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
1600-189 Lisboa, Portugal

rui.ramos@ics.ulisboa.pt

<https://orcid.org/0000-0002-9358-2374>

Alfredo Teixeira

Universidade Católica Portuguesa, Centro de Investigação em Teologia e Estudos de
Religião
1649-023 Lisboa, Portugal

alfredo.teixeira@ucp.pt

<https://orcid.org/0000-0002-8946-5538>

Data recepção do artigo / Received for publication: 19 de Dezembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7829>



O Prof. José Mattoso partiu no passado dia 8 de julho de 2023. A sua morte gerou de imediato um avolumar de evocações, dos mais diversos quadrantes, testemunhando o seu contributo incontornável e a muitos títulos único. Como intelectual, como historiador e como cidadão, não raro associado a um claro empenho político no que este tem de construção da cidade, de procura de um mundo mais justo e fraterno. A *Medievalista* não podia deixar de se juntar a estes sentimentos partilhados. Tal como já foi assinalado no Editorial que abre este número, José Mattoso foi um dos responsáveis pela consolidação da revista enquanto lugar de discussão e partilha dos estudos medievais, aberto a distintos saberes e historiografias, a autores conceituados e a jovens investigadores, mas igualmente empenhado em promover a inovação e a qualidade da reflexão científica sobre os tempos medievais. Fê-lo tanto nos editoriais que assinou entre 2008 e 2015, como no seu olhar crítico sobre os mais recentes contributos vindos da História, da Literatura, da Musicologia, da Paleografia e da Diplomática ou da Antropologia Histórica, ou ainda na evocação de outros medievalistas de renome.

Assim vistas as coisas, que contributo dar de novo e de diferente? Afastado o figurino tradicional das homenagens científicas, que José Mattoso desde sempre recusou, e pertencendo a outros lugares uma discussão mais aprofundada do seu legado científico e historiográfico, pareceu-nos pertinente convocar outros olhares, mais improváveis, que apelassem a outras facetas da sua multifacetada figura e do seu rico percurso de vida. Olhares de quem se cruzou com ele em diferentes momentos da vida, ou a partir de distintas áreas do saber. Ao jeito de testemunhos, eles evocam – no texto, na imagem, na música e até nos silêncios subentendidos – um José Mattoso mais próximo, atento aos outros, delicado e perspicaz, crítico mas sempre capaz de valorizar as pequenas coisas, as descobertas e os novos indícios pelos quais o passado medieval se podia tornar um pouco mais compreensível.

Eles mostram, desde logo, um percurso entretecido de encontros, de amizades e de cumplicidades. Assim com D. António Montes Moreira, seu colega de estudos em Lovaina, ou com D. Carlos Azevedo, partilhando com ambos a paixão pela história religiosa ou, se quisermos, o mesmo olhar para a realidade do passado a partir do fenómeno religioso, nas suas necessárias ligações com a realidade económica e social e com os distintos contextos políticos. Assim também com Mário Jorge Barroca ou Carlos de Ayala Martínez, um na partilha de projetos editoriais, o outro na descoberta atenta dos frutos da sua investigação. Como o mais novo de todos, Luís Rêpas testemunha o mesmo cuidado, o mesmo gosto e a mesma atenção que José Mattoso punha no contacto com outros investigadores, dado o seu genuíno interesse por aquilo que, nos seus trabalhos, encontrava de inovador e promissor.

Rui Ramos fecha este ciclo, alertando para a importância da obra de José Mattoso. Não apenas na inauguração de um novo paradigma historiográfico — salienta-o também Carlos de Ayala ao lembrar o impacto da sua obra além-fronteiras —, mas também no que ela contribuiu, no pós-25 de Abril de 1974, para a reflexão sobre Portugal e a identidade nacional. Atento e particularmente sensível aos dados da geografia, e, em particular, à obra incontornável de Orlando Ribeiro, José Mattoso mostrou um país construído sobre uma diversidade física, cultural e também política, com uma complementaridade entre Norte e Sul, que conjuga distintos legados e vivências. O seu testemunho é ainda importante na evocação do empenho colocado por José Mattoso na construção da democracia, de modo particular junto da jovem nação de Timor Loro Sa'e, ou na salvaguarda da sua memória documental e no estudo do seu passado de luta e resistência¹.

Conclui-se este conjunto de olhares improváveis com a evocação proposta por Alfredo Teixeira, um antropólogo fascinado pela abordagem do passado proposta por José Mattoso e que, afinal, se revela incontornável para a compreensão das configurações sociais e culturais da contemporaneidade. O desafio da História

¹ Veja-se, neste sentido, o *In memoriam* tornado público na página do Arquivo e Museu da Resistência Timorense: https://amrt-ip.tl/noticia_detalhe/135 [consultado a 18.12.2023].

Contemplativa tem também aqui o seu eco, como um repto a conciliar rigor, inteligência e intuição, num entendimento mais profundo e abrangente da realidade. E o autor termina de forma menos usual, mas profundamente coerente, convocando a poesia de José Tolentino Mendonça e a música para falar dos sábios, dos que “louvam o vulnerável e o inacabado” e perscrutam “dos espaços trabalhados devagar pelo silêncio”. As imagens e a frase escolhidas, como fecho, pela própria família trazem-nos precisamente esta dimensão de finitude e de inacabado, de algo que se interrompe, mas de algum modo continua. Porque a resposta plena ao desejo pertence a uma outra ordem de razões, que se diz já na generosidade da vida e nessa “espantosa realidade das coisas”.

Que a visitação destes olhares possa ser também uma forma de não sermos ingratos e de dizermos o nosso “bem-haja” a um querido Mestre e Amigo, com quem aprendemos tanto. E também um compromisso para, ao seu jeito, não deixarmos de procurar caminhos novos, que permitam compreender a humanidade de que todos somos feitos.

A Medievalista

Recordando

Em 1958-1960 fui condiscípulo do Prof. José Mattoso na Universidade Católica de Lovaina, na Bélgica. Ele morava na abadia beneditina de Mont César, nos arredores de Lovaina, e cursava História na Faculdade de Filosofia e Letras; eu residia no convento franciscano da cidade e era aluno da Faculdade de Teologia. Nesse biénio ele frequentou nesta Faculdade uma cadeira ministrada pelo conceituado mestre lovaniense Prof. Roger Aubert. Esta convivência académica marcou o início duma amizade que se prolongou por mais de seis décadas.

A 4 de Novembro de 1968 abriu em Lisboa a Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, da qual fui Secretário desde o início até 1981. O Prof. Mattoso lecionou aí História da Igreja Medieval no segundo semestre de 1969-1970.

Neste mesmo ano recenseou a minha dissertação de doutoramento, *Potamius de Lisbonne et la controverse arienne*, na revista de cultura dos Franciscanos portugueses². Mais tarde fiz o mesmo para a sua, *Le monachisme ibérique et Cluny - Les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200*³.

De 8 a 11 de junho de 1982, comemorando os 750 anos da morte de Santo António de Lisboa, a Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, com o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa e em colaboração com o Cabido da Sé Patriarcal de Lisboa e a Família Franciscana Portuguesa, organizou em Lisboa um colóquio sobre o Santo, de que fui Secretário-Geral. O Prof. Mattoso apresentou a comunicação *O enquadramento social e económico das primeiras fundações franciscanas em Portugal*, que abriu assim: “Devo confessar a minha hesitação ao abordar o terreno da vida religiosa franciscana e do mundo urbano medieval. Até aqui raramente me tenho aventurado para fora da vida monástica e do mundo rural. Ora, na Idade Média, os contrastes entre estas duas zonas são muito grandes. Não

² *Itinerarium*, 16 (1970), pp. 194-197.

³ *Itinerarium*, 22 (1976), pp. 223-225.

quis, no entanto, deixar de responder à amável solicitação do Secretário deste Congresso, meu querido Amigo e Colega de Lovaina, o Pe. António Montes Moreira. De resto, também me estimulou uma certa curiosidade. Senti-me como o viajante em terra desconhecida, como o campónio que se passeia, admirado e perplexo, todos ele olhos e ouvidos, para captar as maravilhas fascinantes da cidade”⁴.

Ainda em 1982, o Prof. Mattoso e eu participámos em Lisboa num colóquio sobre “A História da Igreja no ensino da História”, promovido pelo Centro de Reflexão Cristã. *Fronteiras da História da Igreja – Perspetivas teológicas* foi o tema da minha comunicação e *Condicionalismos materiais da história da Igreja*, o da sua⁵.

De 30 de abril a 3 de maio de 1992, no âmbito das comemorações nacionais dos “Cinco Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas”, a Universidade Católica Portuguesa, através do seu Centro de Estudos de História Religiosa, promoveu em Lisboa um Congresso Internacional de História sobre “Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas”. A Comissão Científica do Congresso, a que presidi, encomendou ao Prof. José Mattoso a conferência inaugural. Intitulada *Raízes da missionação portuguesa*, esta substanciosa comunicação analisa o processo de conversão dos pagãos da Lusitânia e da Galécia nos séculos IV-VIII e o modo como se foram purificando os costumes e crenças religiosas dos povos do ocidente ibérico entre os séculos VIII e XI⁶.

A 22 de dezembro de 1997 encontrei-me imprevistamente com o Prof. Mattoso no aeroporto de Madrid. Ele tinha-se inscrito numa peregrinação espanhola à Terra Santa e eu ia fazer a visita canónica sexenal aos conventos, santuários e confrades da Custódia da Terra Santa por incumbência do superior geral da Ordem Franciscana. Chegámos a Israel já noite dentro. Do aeroporto de Tel Aviv até

⁴ *Colóquio Antoniano*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1983, p. 63.

⁵ Cf. “Perspetivas sobre a História da Igreja”. *Cadernos Reflexão Cristã* 4 (1982), pp. 5-16 e 17-26, respetivamente.

⁶ Cf. *Congresso Internacional de História Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas. Actas. Vol. I: Cristandade portuguesa até ao século XV. Evangelização interna, Ilhas atlânticas e África Ocidental*, Braga: Universidade Católica Portuguesa / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses / Fundação Evangelização e Culturas, 1993, pp. 67-80.

Jerusalém fomos juntos no autocarro da peregrinação e aproveitámos para por a conversa em dia. No dia seguinte ele continuou o seu programa e eu dirigi-me a Belém onde celebrei o Natal.

Nos últimos anos o Prof. Mattoso esteve internado durante algum tempo no Centro Neurológico Sénior, sito numa das colinas circundantes de Torres Vedras. De vez em quando, passava para o outro lado da encosta e visitava o convento franciscano de Varatojo, edificado pelo rei D. Afonso V nos anos setenta do século XV. Demorava-se a contemplar a beleza austera do seu claustro gótico de traça mendicante. Numa ida ocasional a Varatojo aí o encontrei um dia, sentado junto à velha sala capitular do convento. Trocámos um sentido abraço, recordando os tempos de Lovaina. Foi a nossa despedida.

António Montes Moreira, OFM
Bispo emérito de Bragança-Miranda

Testemunho: a dimensão contemplativa da vida e da história

De um historiador notável como o Prof. José Mattoso, não vou tecer observações de teor científico, pois já o fiz no que respeita a história religiosa, na sua presença, em homenagem da Universidade (30-31 de janeiro de 2006).

Aqui quero registar alguns momentos vividos pessoalmente. A amizade alimentou-se em Roma, na vizinhança dos quartos do Colégio Português, quando ensinava na Universidade de Roma (1986). A sensação era de viver ao lado de um monge na sua austeridade. Eu tinha entregue a tese para avaliação e estava mais livre. Assim pude acompanhá-lo ao Arquivo Vaticano, visitar alguns monumentos da cidade e sobretudo uma inesquecível visita a Subiaco. Quando chegamos à gruta, onde segundo a tradição S. Bento teria escrito a regra, ajoelhou-se apoiado nos tornozelos e ali esteve perto de uma hora em silêncio. Ao descer a colina colheu duas flores silvestres da beira do caminho e guardou-as. Confessou-me: “são para as minhas filhas”.

Com benevolência, assistiu à defesa da minha tese de doutoramento, em abril de 1986.

Devo-lhe a indicação do meu nome ao Círculo de Leitores, em 1997, para dirigir a *História Religiosa de Portugal*, pois era então Presidente do Centro de Estudos de História Religiosa.

Retomamos contacto, em virtude do eremitério que impulsionei em São Pedro das Águias - Granjinha, sonhado com o poeta Daniel Faria. Quis entrar para a Associação Casa Daniel, foi lá, colaborou na construção e manifestou que se a saúde lhe tivesse permitido gostaria de lá terminar os dias. Deu-me a honra de participar num retiro em Avessadas e de participar no meu aniversário em Milheirós de Poiares, quando residia em Sever do Vouga. Na celebração da eucaristia em casa, em ambiente dos membros da Associação Casa Daniel, no momento da comunhão o prof. Mattoso fez-

me sinal com os olhos se podia comungar e respondi com sinal afirmativo. Vi-o muito feliz e grato.

A dimensão contemplativa da vida e da história era profunda e assinala um percurso capaz de, nas tribulações da vida, manter no horizonte a força do Transcendente.

A liberdade em relação à instituição Igreja concedeu-lhe plena distância crítica, crítica de um observador de fenómenos tão distantes no tempo, muitas vezes com parcas fontes.

O conjunto vasto da sua produção historiográfica é uma herança que alguns discípulos acolhem e desenvolvem. Mas o conhecimento interior da instituição que estudou torna a sua descendência difícil. Não basta dominar as fontes, conhecer a bibliografia, ter veia analítica e rigor descritivo, há uma base teológico-histórica essencial, há um modo de questionar os documentos, um abarcar largo de relações e tensões que são neste caso um essencial ponto de partida. O que resulta de autêntico é a simultaneidade de dois conhecimentos que não se prejudicaram, antes potenciaram uma integração da dinâmica religiosa na leitura global dos acontecimentos, sem preconceitos, mas com a interioridade livre para a análise profunda e humilde das ações e inércias das pessoas e instituições.

A sensibilidade para com as dinâmicas do religioso, no olhar global da história medieval, é um legado a prosseguir, com as inovações metodológicas de cada hora e uma visão atenta aos problemas que importa hoje iluminar.

Carlos A. Moreira Azevedo

José Mattoso – Um testemunho pessoal

Pediram-me um testemunho pessoal sobre o Professor Doutor José Mattoso. Sendo arqueólogo, embora medievalista, o honroso convite não deixou de me surpreender. Porque certamente haverá muitos outros que privaram mais directamente com José Mattoso e que estariam melhor posicionados, e documentados, do que eu para fazer uma tal evocação. E que teriam coisas mais interessantes para revelar... Mas não podia deixar de corresponder ao convite – quanto mais não fosse por consideração para com uma figura maior da Historiografia portuguesa e um dos autores que maior influência exerceu sobre mim.

Conheci pessoalmente José Mattoso há trinta e oito anos. Consigo dizer rigorosamente o dia: foi a 6 de junho de 1985. Aproveitando uma deslocação sua ao Porto, foi organizado um pequeno encontro, em casa de Luís Carlos Amaral, que reuniu os professores de Idade Média da FLUP e o Professor Doutor José Mattoso. De um lado, um grupo de jovens assistentes – uns a preparar o doutoramento; outros, como eu, ainda longe disso. Do outro lado, um Historiador já consagrado e respeitado. O Professor Doutor José Mattoso teve a amabilidade de oferecer a todos uma separata do seu mais recente artigo, “A Crise de 1245”, editado em 1984 na *Revista de História das Ideias*, com dedicatória personalizada e datada. É por isso que, malgrado a minha péssima memória, consigo dizer com rigor o dia em que conheci pessoalmente José Mattoso... Conservo essa separata com especial carinho. O modo afável e sereno que evidenciou nessa noite, escutando-nos com atenção, marcou-me desde logo. A partir de então os contactos com José Mattoso mantiveram-se regulares. A cada trabalho que eu lhe enviava havia sempre um cartão ou uma carta de agradecimento, uma palavra de incentivo, uma separata de retribuição...

Infelizmente nunca fui aluno de José Mattoso. Nunca tive o privilégio de o ter tido como meu professor. Porém, ao longo da minha vida, José Mattoso foi sempre meu professor, meu Mestre (com M maiúsculo, tratamento que reservo para poucas pessoas). Amigos tenho muitos, felizmente. Amigos com A maiúsculo serão menos,

como é natural. Cabem nos dedos de uma mão. Mestres – isto é, pessoas que formataram a minha personalidade, como investigador, como docente e como pessoa, deixando marca perene – tenho poucos. Poderia apresentar três nomes apenas. Um deles, à cabeça, José Mattoso. Haverá, porventura, quem estranhe que um arqueólogo diga que o Historiador José Mattoso foi figura determinante na sua formação e na sua investigação. Mas para quem acredite – como eu – que uma das mais-valias da Arqueologia Medieval é a possibilidade de aliar o conhecimento que resulta do registo arqueológico ao conhecimento que advém das fontes documentais escritas e das fontes iconográficas, certamente que compreenderá o papel determinante que José Mattoso exerceu sobre mim.

A obra de José Mattoso representou um momento de viragem na Historiografia portuguesa, não apenas pela renovação que os seus estudos trouxeram, mas também pelos novos campos que eles ajudaram a abrir. Nenhuma obra é fecunda se não estimular novas abordagens. E a de José Mattoso foi particularmente generosa nesta última dimensão. Não irei aqui fazer um balanço dos seus grandes contributos – ainda será cedo para o fazer. Estou certo que, a seu tempo, haverá ocasião para se estabelecer esse balanço crítico, que apenas algum distanciamento temporal permitirá discernir com justiça.

Ao longo da minha vida houve momentos em que me aproximei mais do Professor Doutor José Mattoso. Gostaria de evocar aqui alguns. Um primeiro momento foi quando ele me convidou para redigir, juntamente com João Gouveia Monteiro e Luís Miguel Duarte, o primeiro volume da *Nova História Militar de Portugal*, consagrado à Idade Média (Lisboa: Círculo de Leitores, 2003). O convite não deixou de me assustar, pela enorme responsabilidade que acarretava. E porque o que viesse a escrever iria estar sob o escrutínio do nosso maior Historiador. Coube-me, a mim, redigir a síntese sobre a primeira parte, da *Reconquista* até o final do reinado de D. Dinis (1325). Na altura, José Mattoso já residia em Mértola, na Horta da Malhadinha, para onde se tinha deslocado depois de se retirar das lides universitárias. José Mattoso recebeu o meu original e devolveu-mo cuidadosamente anotado, a lápis, com a sua letra pequenina, comentando-o passo a passo. Conservo ainda esse

manuscrito, com a versão original e os seus comentários. Foram muito poucas as alterações de conteúdo histórico que ele anotou. Mas foram bastantes as correções de português que sugeriu. Nunca impôs nada. Sugeriu sempre, deixando a última decisão para mim. Sempre no seu estilo cordato, educado, delicado, quase tímido. Transmitiu-me a sua forma depurada de escrita – quase que diria cisterciense, porque reduzida ao essencial - e isso ajudou a melhorar muito o meu texto.

Mais tarde, o meu percurso voltou a cruzar-se com José Mattoso, quando fui convidado para escrever o capítulo sobre “Memórias” na *História da Vida Privada em Portugal*, também no volume respeitante à Idade Média, coordenado por Bernardo Vasconcelos e Sousa (Lisboa: Círculo de Leitores, 2010). E isso deu azo a uma nova troca de impressões.

Em 2009 organizei, com o Museu Alberto Sampaio, em Guimarães, o colóquio “No tempo de D. Afonso Henriques”, para assinalar IX centenário do nascimento do nosso primeiro monarca (1109-2009). Por vicissitudes várias, o colóquio apenas decorreu a 22 e 23 de junho de 2010, portanto no limite de um ano marcado por várias comemorações... O volume, também ele com percurso atribulado, seria apenas editado em 2017 (*No Tempo de D. Afonso Henriques. Reflexões sobre o primeiro século português*. Porto: CITCEM, 2017). José Mattoso considerava que estava já demasiado cansado e afastado da investigação, mas aceitou a fazer a conferência inaugural: uma notável síntese sobre as relações externas do reino, ao longo do século XII (“Entre Oriente e Ocidente. Contactos de Portugal com o mundo nas origens da Nacionalidade”). E participou, atento e interventivo, nos dois dias dos trabalhos.

Mais recentemente, voltei a encontrar José Mattoso várias vezes. No congresso *Do Império ao Reino. Viseu e o território entre os séculos IV a XII*, organizado por Catarina Tente (Viseu, 12 a 14 de abril de 2016), onde tive o privilégio de jantar a sós com ele, no Hotel Grão Vasco, na noite de 12 de abril, numa refeição absolutamente memorável. Guardo a grata recordação de o ver na visita à «Cava de Viriato», subindo a muralha de terra do octógono, com o apoio da sua bengala, mas de forma

lesta, tendo sido o primeiro a chegar ao cimo da estrutura térrea... Nesse mesmo ano encontramos-nos de novo em Mértola, onde decorreu o *Encontro com a História*, uma reunião científica organizada pelo Campo Arqueológico de Mértola em homenagem a José Mattoso, Juan Zozaya, Jorge de Alarcão, Cláudio Torres, António Borges Coelho e José Luís de Matos (Mértola, 17 e 18 de junho de 2016 – cujas actas foram publicadas na revista *Arqueologia Medieval*, vol. 14, 2018). Foi ocasião para mais dois dias de convívio, de trocas de impressões, de gratas memórias... Por fim, em 2017, encontrei-o de novo no colóquio «*Da conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer do Sal – 1147-1217. Definição e dinâmicas de um território de fronteira*», organizado por Isabel Cristina Ferreira Fernandes e Maria João Branco (Lisboa/Palmela: Colibri, 2019). O Professor José Mattoso esteve presente em todas as sessões, participou activamente nas discussões e escreveu as palavras de “Introdução” ao volume. E julgo ter sido este o meu derradeiro encontro pessoal com o Professor José Mattoso.

José Mattoso era, como todos sabemos, um homem generoso. Sendo um homem tão profundamente religioso, nem poderia ser de outra forma. Provou-o em muitas ocasiões da sua vida. As últimas e mais públicas demonstrações dessa generosidade foram a doação da sua Biblioteca pessoal ao Campo Arqueológico de Mértola, e a sua deslocação para Timor Lorosae, para ajudar a construir os Arquivos da nova nação independente, com risco da sua própria vida. O seu último gesto de generosidade, talvez menos público, foi em inícios de 2023, quando eu e Luís Carlos Amaral o convidamos para ser Presidente Honorário da Comissão que está a programar as comemorações dos 900 Anos da Batalha de S. Mamede (1128-2028), que estão a ser organizadas pela Câmara Municipal de Guimarães. Ressalvando que, pelo seu frágil estado de saúde, não poderia dar contributo activo, acedeu, ainda assim, a ser o seu Presidente Honorário. Para nós, que estamos a gizar esse amplo programa de comemorações, não podia haver maior retribuição do que ter como Presidente Honorário quem tanto contribuiu para a renovação da História medieval de Portugal, o autor de *A Primeira Tarde Portuguesa* (o estudo que reposicionou a Batalha de S. Mamede na história portuguesa) e o autor da mais influente e

determinante biografia do nosso primeiro rei. No dia 8 de julho de 2023 a Cultura Portuguesa ficou bem mais pobre. E eu perdi um Mestre.



(Guimarães, 22 de junho de 2010)



(Viseu, 12 de abril de 2016)



(Mértola, 17 de junho de 2016)

Mário Jorge Barroca

José Mattoso: aprender de su magisterio y de su humanidad

Nunca pensé que a la admiración intelectual que sentía en mi juventud universitaria hacia el profesor José Mattoso se uniría, muchos años después, un sentimiento de sincero afecto personal. Admiración y afecto son, sin duda, el mejor resumen de mi experiencia con respecto a un hombre sabio que hizo de la humildad la expresión más característica de su personalidad.

Lógicamente yo no conocía esta faceta de su forma de ser cuando, siendo muy joven, tomé contacto con su obra. Eran los días del final de la Dictadura franquista y cuando apuntaban ya las primeras manifestaciones de la Transición democrática en España. En aquel momento, en el que no parecía concebirse hacer una historia alternativa a la más convencional que la basada en el mundo de las relaciones económicas, el profesor Mattoso nos enseñaba a los jóvenes universitarios españoles interesados en la historia social y política a reflexionar sobre ella desde una óptica global, renovadora y extraordinariamente atractiva. Mattoso nos mostraba un mundo de interrelaciones en que cabían todas las manifestaciones de la experiencia humana, incluida las artísticas, para explicar una realidad política debidamente contextualizada en el escenario social. Su interés, especialmente centrado en el monaquismo y las relaciones nobiliarias, nos hacía ver que el análisis histórico no era susceptible de divisiones artificiales en que cada registro tiene una supuesta y particular lógica interna. Pero para superar las estrecheces del reduccionismo interpretativo era necesaria una cabeza especialmente preparada y dotada de una inteligencia sobresaliente. Y desde luego el profesor Mattoso la tenía.

Pasado el tiempo, conservo con especial cariño una dedicatoria suya cuando tuvo la amabilidad de obsequiarme en 2009 con su libro *Naquele Tempo. Ensaio de História Medieval*, una espléndida obra en la que sus reflexiones se ocupaban de sentimientos, de creencias, de relaciones sociales, de concepciones políticas y de conciencias de identidad. Era, sin duda, un potente muestrario de su extraordinaria capacidad de análisis y de su talento para estimular la reflexión ajena. Por eso, el que aquel mismo año me obsequiara con una generosa recensión en la revista

Medievalista acerca de un libro que acababa de publicar, fue para mi un regalo extraordinario.

Para entonces hacía ya algún tiempo que había entrado en contacto personal con el profesor Mattoso. Fue gracias a los *Encontros* sobre órdenes militares que en Palmela ha venido organizando la profesora Isabel Cristina Fernandes desde la década de los 90. En una de sus ediciones, ya en los primeros años del siglo, la profesora Fernandes y el profesor Luís Filipe Oliveira tuvieron la amabilidad de presentármelo. Apenas lo hicieron, y sin que pudiera ni imaginarlo, el profesor Mattoso empezó a interesarse por algunos de mis trabajos. Lo hacía con ese tono tan particular, una voz baja y grave, que traducía serenidad y, sobre todo, una gran autoridad que nunca imponía y de la que tenía por costumbre no hacer gala.

A partir de entonces mantuvimos el contacto no de manera frecuente pero sí ininterrumpida a través del correo. Sus orientaciones y sugerencias, siempre me han sido de una extraordinaria utilidad, y la manera de formularlas, desde el mayor de los respetos hacia el trabajo ajeno, las hacían aún más estimulantes. En este sentido me viene a la mente una de las veces que tuve la suerte de compartir con el profesor Mattoso una sesión científica, y que desgraciadamente iba también a ser la última. Fue en Palmela, pero en esta ocasión con motivo de unas jornadas que tuve la oportunidad de coordinar junto con la profesora Isabel Cristina Fernandes en diciembre de 2014. Mi intervención era sobre ideología de la guerra santa y el reino de León, y todavía recuerdo que a esas alturas la presencia de profesor Mattoso, siempre atento a las aportaciones de los demás, me imponía un extraordinario respeto. El afecto que ya desde hacía años le tenía no era impedimento para experimentar una cierta inquietud ante la presencia de uno de los mayores medievalistas contemporáneos. Cuando al final de la charla hizo ademán de querer preguntar, esa inquietud se hizo más intensa. Pensaba que, sin duda, no había estado a la altura. Pero sus amables palabras me tranquilizaron.

Esa humildad con la que expresaba sus opiniones y ese reconocimiento siempre dispuesto a valorar positivamente cualquier aportación ajena por insignificante que

podiera ser, le engrandecían aún más. No fue la única vez que experimenté esta grata sensación que sabía que compartía con todos los colegas portugueses o extranjeros que tuvieron la suerte de tratar con él. El trato con el profesor Mattoso, convertía la admiración, que inevitablemente despertaba, en afecto y entrañable reconocimiento. Fue al final de aquellas sesiones cuando me despedí del profesor Mattoso sin saber que sería la última vez que coincidiría con él físicamente. Ahora más que nunca soy consciente del privilegio de haberlo conocido y haber tenido la oportunidad de aprender de su magisterio y de su humanidad.

Carlos de Ayala Martínez

A memória de um Mestre: conversas com José Mattoso

Partiu, em 2023, um dos maiores medievalistas de sempre. Não serei a pessoa mais qualificada para analisar e valorizar o imenso legado de José Mattoso e o seu contributo para a renovação da História de Portugal, em múltiplas áreas temáticas, e outros o farão, seguramente, melhor do que eu. Da mesma forma, não tendo sido seu aluno, não me poderei pronunciar sobre essa outra faceta, de Professor, que o envolve.

Tive, porém, o gosto de o conhecer pessoalmente e tenho, como qualquer outro medievalista, o privilégio de ler a sua obra, refletindo sobre o que escreveu, e de a entender na sua infatigável demanda de compreensão do nosso passado medieval. E é nessa condição que partilho aqui o meu testemunho.

Os temas a que tenho vindo a dedicar a minha investigação conduziram-me, naturalmente, e há muito tempo, a alguns dos seus primeiros trabalhos, como *L'abbaye de Pendorada: des origines à 1160* (1962) e *Le monachisme ibérique et Cluny: les monastères du diocèse de Porto de l'an mille à 1200* (1968), bem como a outros, posteriores, em que abordou, especificamente, o monaquismo cisterciense, como *Leituras cistercienses do século XV* (1972), *Cluny, Crúzios e Cistercienses na formação de Portugal* (1982), *A nobreza medieval portuguesa e as correntes monásticas dos séculos XI e XII* (1982), *O culto dos mortos em Cister no tempo de S. Bernardo* (1991) e, ainda, *O ideal de pobreza e as ordens monásticas em Portugal durante os séculos XI-XIII* e *Senhorias monásticas do norte de Portugal nos séculos XI a XIII* (ambos de 1973). Através deles desenvolvi o gosto pela história religiosa (na vertente monástica) e, em particular, pela ligação entre os mosteiros e a aristocracia. Aí encontrei em embrião algumas das mais importantes ideias e conclusões da historiografia monástica medieval das últimas décadas, repetidas e confirmadas em sucessivos trabalhos de outros Autores, como a relação entre o desenvolvimento do monaquismo feminino português nos séculos XII e XIII e a correspondente conjuntura demográfica e social, marcada pelo aumento da taxa de feminilidade e a consequente dificuldade de encontrar casamentos favoráveis para algumas filhas de

cada família, ideia que José Mattoso aprofundou em *A nobreza medieval portuguesa e as correntes monásticas dos séculos XI e XII* (1982), e que depois acabaria por ser demonstrada, com pormenor (ou seja, com o recurso a valores absolutos e a percentagens), por José Augusto de Sottomayor Pizarro, em *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)* (1997). Estamos, pois, perante um saber que fez escola.

Todos reconhecem José Mattoso como o historiador que, entre muitas outras coisas, preconizou a relação estreita, quase simbiótica, entre os mosteiros e a nobreza medieval, isto é, que estabeleceu uma ligação íntima entre a evolução social e as repercussões que essa evolução teve sobre os mosteiros. Assim, o elevado número de fundações numa determinada época, a proteção concedida a uns ou a outros mosteiros, a prodigalidade das doações, o encaminhamento das filhas e dos filhos para a vida monástica, alimentando as comunidades conventuais, ou, pelo contrário, a interferência permanente dos senhores laicos na gestão do património monástico, o desrespeito pelos direitos, os abusos e as vexações a que alguns padroeiros sujeitavam os mosteiros e os seus monges correspondem a ciclos que encontram a sua justificação na conjuntura económica e social de cada época. No dizer de José Mattoso, em *Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média* (1982), “a história monástica não se podia compreender sem averiguar a trajetória social e política das famílias protetoras, cada uma de per si e no seu conjunto”.

É, de facto, esta visão dos mosteiros como espaços abertos ao exterior, que facilmente se deixam penetrar, e por vezes manipular, pelos interesses da sociedade em que se inserem, e em particular pelos interesses das famílias com que se relacionam, que a documentação medieval nos revela e que tanto me tem interessado ao longo dos últimos 25 anos. A obra de José Mattoso, não só sobre o monaquismo, mas como um todo, para melhor perceber a sociedade medieval e as suas *nuances*, onde o monaquismo estabelece as suas raízes, era, assim, para mim, como para qualquer outro medievalista, essencial. E por trás da obra existia, naturalmente, o Homem, que, como leitor e admirador, desejava conhecer.

É possível que já tivesse trocado algumas palavras com o Professor, por ocasião de algumas das suas conferências a que assisti, um pouco por todo o país, mas foi em Lisboa, no dia 31 de janeiro de 2006, que tive oportunidade de lhe falar mais demoradamente. Participava eu, então, no II Seminário organizado em sua homenagem e dedicado ao tema da Historiografia Religiosa Medieval (intitulado *Rumos da historiografia religiosa de José Mattoso: “Inacabada composição” ou tecelagem do Sentido?*), que decorreu na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sob a organização do Instituto de Estudos Medievais. No final da sessão sobre “Formas de vida religiosa: do ‘monaquismo ibérico’ aos mendicantes”, ofertei-lhe um livro que escrevera (e que correspondia à edição da minha dissertação de mestrado). O Professor José Mattoso leu-o atentamente, procurou o meu contacto e escreveu-me, então, dando a sua opinião sobre o que eu fizera e, sobretudo, incentivando-me a, em investigações futuras, aproveitar e valorizar informações menos prováveis de aparecer na documentação monástica, caso as encontrasse. Guardo, ainda hoje, não só a mensagem, mas, sobretudo, os ensinamentos que ela contém, e a orientação que se dispôs a dar sobre a forma de olhar para o passado através de uma perspetiva mais vasta, articulando os vários campos da ação humana, e sobre a escrita da História.

Trocámos, então, mais alguns e-mails a propósito do contexto de produção ou da autoria do *Livro Velho de Linhagens*. Não me pretendendo, obviamente, demorar no conteúdo, nem tão-pouco nos pormenores destes e-mails, a sua releitura evidencia uma dimensão de José Mattoso, já conhecida, é certo, mas que me parece ser importante de destacar. Para além da inesgotável obra que nos deixou, ou da sua atividade docente, com que inspirou gerações de novos investigadores, medievalistas, que se dedicaram às múltiplas temáticas da sua predileção, das referidas mensagens transborda a imagem de alguém que, nas suas próprias palavras, gostava de “conversar [...] acerca de problemas de investigação”, de discutir hipóteses interpretativas a partir, muitas vezes, das parcas fontes que chegaram até nós. E fazia-o, de facto, com uma humildade que nos deixa perplexos, face à sua grandeza, enquanto historiador, que não se opunha à sua disponibilidade para escutar os outros e para com eles conversar. Um registo (de humildade) que

encontramos também na sua obra; por exemplo, na introdução à biografia de D. Afonso Henriques, da sua autoria, em que, num género de escrita próximo de uma conversa com o leitor, reconhece as dificuldades do ofício de historiador, particularmente para épocas tão recuadas da história (e que igualmente se aplicam a áreas temáticas pouco visitadas do passado humano, a que se dedicou, como a cultura ou os *Poderes invisíveis*), e explica, de uma forma bastante simples, o processo de construção da história, a partir da enorme escassez de fontes disponíveis, mostrando ainda a necessidade de sobre elas se exercer previamente uma crítica minuciosa e atenta (ou a verificação das condições de produção desses documentos). É, aliás, um aspecto a que já se tinha dedicado na obra *A escrita da História* e que viria a ser retomado, em modo de ensaio, em *A História Contemplativa*. Esta é, pois, a imagem que retenho de José Mattoso. A de um verdadeiro Mestre. Porque, como já alguém disse, os nossos Mestres não são apenas aqueles com quem tivemos aulas, ou que orientaram os nossos trabalhos académicos, mas todos aqueles com quem, verdadeiramente, aprendemos o nosso ofício. A imagem de alguém que mostra uma abertura a todos, sem lógicas de escolas, interessado no contacto com interlocutores que, como ele, procuravam “descobrir um sentido para o caminhar da Humanidade através do Tempo” (*A História Contemplativa*).

Ao evocá-lo aqui faço-o, sobretudo, por isso, com um sentido de gratidão.

Luís Miguel Rêpas

A revolução de José Mattoso

É possível renovar o conhecimento histórico, mesmo quando o tema é um dos mais estudados e as fontes são todas bem conhecidas? O professor José Mattoso provou que sim. Antes dele, a formação do reino de Portugal no século XII tinha ocupado Frei António Brandão e Alexandre Herculano, para mencionar apenas dois dos grandes historiadores que trataram do assunto. Se havia tema histórico sobre o qual poderia parecer improvável dizer coisas novas, era esse. Mas em livros como *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros*, *Identificação de um País* ou *D. Afonso Henriques*, José Mattoso mostrou como, colocando novas questões e usando técnicas diferentes, a história podia ser contada de outra maneira. Desse ponto de vista, o seu trabalho será sempre uma inspiração para qualquer historiador, seja qual for a sua especialização.

Poucos, como o professor Mattoso, souberam combinar tão bem a erudição de tipo germânico, assente na paleografia e na filologia, e a “Nova História” francesa dos anos 1960 e 1970. Mas José Mattoso não foi apenas um dos maiores estudiosos da Idade Média. Foi também um dos mais decisivos participantes no debate sobre Portugal e a identidade nacional, e o seu papel aí não foi menos revolucionário.

O debate sobre a identidade nacional foi muito vivo na segunda metade do século XX, quando a industrialização, a emigração e a integração europeia mudaram a sociedade portuguesa, e a ditadura salazarista e o ultramar chegaram ao fim. De repente, os velhos postais turísticos deixaram de condizer com o que se via na rua. Nunca pareceu tão urgente compreender o que nos distinguia e dava sentido como país.

Quase não houve então escritor, professor universitário ou colunista de jornal que não tivesse entrado nesse debate. Na passagem da década de 1970 para a de 1980, foi moda “pensar Portugal”. Mas “pensar Portugal”, para demasiados contribuintes da conversa, consistia em definir uma entidade homogénea, para depois lhe vestir a casaca ideológica mais ajustada. Foi a este debate que o professor Mattoso mudou

os termos de referência. Contra a ideia de nação como uma essência eterna e uniforme, sustentada por “uma ideologia centralizadora” com reflexos como a “intolerância inquisitorial e o totalitarismo pombalino”, José Mattoso propôs “um puzzle de várias peças”.

Em 1985, José Mattoso começou *Identificação de um País*, o seu grande ensaio sobre o Portugal medieval, pelas eleições do Portugal democrático: “A população portuguesa que olha com curiosidade os mapas publicados pelos jornais depois de cada acto eleitoral já se habituou a verificar, sem surpresa, a repartição dos votantes em dois grandes blocos, cujas fronteiras coincidem, grosso modo, com a divisória estabelecida pelas montanhas que prolongam o Sistema Central”. Não quero de modo nenhum exagerar, porque não é preciso, mas esta frase, ao mesmo tempo longa e singela, representa intelectualmente uma revolução tão grande como o 25 de Abril de 1974 foi politicamente.

José Mattoso introduzia assim, na historiografia e no debate sobre o país, a chave que Orlando Ribeiro desenvolvera em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. O livro de Orlando Ribeiro era de 1945, e tivera várias reedições depois. Mas teve de esperar pelas eleições democráticas de 1975 para ser entendido, e por José Mattoso para que finalmente constituísse o ponto de partida para a compreensão do país. Foi aliás José Mattoso, segundo creio, quem reuniu e articulou pela primeira vez a reflexão geográfica de Orlando Ribeiro com os estudos de prática religiosa, estruturas de parentesco, linguística, tecnologia agrária ou opções políticas que vinham ao encontro da perspectiva de Orlando Ribeiro.

José Mattoso dedicou as primeiras páginas de *Identificação de um País* a descrever os contrastes geográficos, antropológicos, linguísticos, religiosos e sociais que distinguiam o norte e o sul em Portugal, e que explicavam porque, quando puderam votar livremente, os portugueses apareceram como “dois grandes blocos” inscritos no território: um norte que votava à direita, e um sul que votada à esquerda. A partir daqui, foi possível concluir duas coisas. Primeiro, que era um erro identificar Portugal com uma homogeneidade: o país era composto de elementos diversos,

articulados entre si por “vectores de integração” - um poder político unificado ou a circulação de pessoas. Segundo, que o pluralismo político, negado por tantos regimes e projectos partidários, decorria de uma pluralidade cultural e social intrínseca à sociedade portuguesa. Por isso, a democracia pluralista era a maneira mais adequada de os portugueses coexistirem em liberdade, respeitando os direitos uns dos outros. Em Portugal, qualquer projecto político que rejeitasse o pluralismo só poderia realizar-se através da ditadura.

Com José Mattoso, podemos compreender como a democracia pluralista, longe de ser uma simples importação estrangeira, faz parte da história de Portugal. Desse ponto de vista, a sua obra teve um efeito até certo ponto análogo ao da obra de Alexandre Herculano, que no século XIX também associou o constitucionalismo liberal ao passado português. O professor Mattoso fez uma história que de algum modo correspondeu à percepção e à valorização da complexidade social e cultural numa democracia pluralista, como a que se instituiu em Portugal no quadro da integração europeia entre os anos 1970 e 1980. A esse respeito, José Mattoso foi o historiador da democracia no século XX, tal como Herculano foi o historiador do liberalismo no século XIX.

Quando um dia se fizer uma história completa da consolidação da democracia em Portugal, a obra do professor Mattoso fará certamente parte dessa história, tal como faz parte da história da imensa renovação historiográfica em Portugal no fim do século XX e princípio do século XXI. Resta dizer que José Mattoso foi um dos protagonistas mais livres e generosos dessa renovação. Basta pensar na variedade de autores que, sem se prender com “escolas” ou capelinhas, convidou para as histórias colectivas que dirigiu, nomeadamente a *História de Portugal*, de 1994, ou a *História da Vida Privada em Portugal*, de 2006. Também aí foi exemplar.

Rui Ramos

“Olham por dentro”: uma antropologia contemplativa

É para mim difícil identificar o momento em que comecei, com assiduidade, a frequentar os textos de José Mattoso. Não tendo o ofício da historiografia, a visitação assídua da obra de José Mattoso justificou-se quase sempre pela minha necessidade de enraizar no devir histórico as questões socioantropológicas que trabalhei no âmbito da sociedade portuguesa contemporânea e as aproximações comparadas à morfologia do comportamento religioso. A amizade aprofundou-se já na última etapa da sua vida, a partir do convívio em contextos de vida que nos uniram por afinidade.

Talvez esta minha atenção à operação historiográfica tenha sido incrementada pelo impulso da leitura de Michel de Certeau, que cedo ficou tatuado na minha trajetória intelectual. As perguntas que Certeau deixou num célebre texto, *L'opération historique* (1974) – integrado no livro *L'Écriture de l'histoire* (1975) –, sempre me pareceram essenciais para qualquer disciplina no âmbito das ciências sociais e humanas: O que é que o historiador está a fazer quando “faz história”? Sobre que é que ele trabalha? O que é que ele produz? As perguntas continuam a fazer sentido se se substituir o historiador pelo antropólogo e a História pela Antropologia.

A partir das minhas próprias perguntas, provavelmente li coisas diversas daquelas que o historiador encontra na biblioteca de José Mattoso. Sempre me interessou o que nos seus estudos podia descobrir como núcleo antropológico de indagação. Em particular, a compreensão das correlações entre estrutura e acontecimento, entre instituição (norma) e desejo (experiência). Esse tipo de leitura foi alimentado por aprendizagens diversas, favorecidas pela assídua frequência de autores como Jean-Pierre Vernant e Marcel Detienne, que reivindicaram a necessidade de uma antropologia histórica para chegar à redescoberta da singularidade do ser humano grego. Recordo que em 1958, no seu livro *Mythe et pensée chez les Grecs*, Vernant explorou uma leitura dos mitos gregos confrontando-se com antropólogos como Lévi-Strauss. Do mesmo modo, a antropologia de Lévi-Strauss influenciou

vincadamente o trabalho de Vernant e Detienne sobre as práticas culinárias gregas em *La cuisine du sacrifice en pays grec* (1979).

Num movimento comparável, mas inverso, recordo como foi para mim importante conhecer o lugar social das “reliquias” e a ritualidade própria das cerimónias do *adventus*, nas sociedades da antiguidade tardia, para melhor compreender objetos e terrenos de estudo contemporâneos, como o fenómeno da “Virgem Peregrina” ou as viagens de João Paulo II, o “Papa peregrino”. Ou como foi decisivo compreender historicamente a mística jacobea para estudar hoje as interceções entre a peregrinação e as práticas lúdico-desportivas do trilha. Ou ainda, como foi marcante visitar o conceito de *contrafactura* – presente nos processos de composição musical no século XVI – para estudar o problema da delimitação do sagrado nos labirintos da criação musical contemporânea, quando se “reutiliza” o vasto *stock* simbólico da memória religiosa europeia. Recordo ainda como foi crucial para mim ler o que José Mattoso escreveu sobre o silêncio monástico ou o “dom das lágrimas”, com o intuito de compreender o lugar do corpo expressivo na configuração do comportamento religioso. O mesmo se diga do impacto da sua revisão das origens do sistema paroquial ibérico, para poder trabalhar o problema das práticas contemporâneas de territorialização do religioso.

Julgo que esta é uma outra forma de praticar uma Antropologia *multisite*. A necessária interação de escalas (global, local, central, periférica, regional, nacional, transnacional) exige, na minha opinião, uma extensão do conceito *multisite* ao plano do devir histórico. Neste contexto, mesmo sabendo que esta ideia levanta muitas discussões na comunidade da História, sinto alguma proximidade do que Nicole Loraux ou François Dosse escreveram sobre o uso metódico do anacronismo.

Num ensaio que recolheu textos dispersos, entre 1996 e 2013, José Mattoso retomou a sua visão de uma “história contemplativa”. Na sua perspectiva, a escrita da História não pode reduzir-se à crítica analítica, precisa da escala própria da visão contemplativa. Em última análise, para o José Mattoso, é esta perspectiva que favorece a compreensão da história-vivida. Nesse sentido, arriscaria afirmar que a

Antropologia das múltiplas escalas se pode abrir ao mesmo desafio, tornando-se uma Antropologia contemplativa.

Talvez a melhor transcrição deste desafio se encontre no poema que José Tolentino Mendonça dedicou a José Mattoso, em *Estação central* (2012). Meditando sobre o tempo e os lugares dos sábios, capazes de olhar dentro dos acontecimentos, trabalhados pela vulnerabilidade e pelo silêncio. Em 2013, no meu ofício regular de compositor, tive a oportunidade de trabalhar musicalmente sobre este texto. O trabalho composicional sobre este poema é a melhor homenagem que posso prestar ao sábio e representa aquilo que de mais contemplativo tem a Antropologia que persigo.

Os justos⁷

Começam o dia louvando o imperfeito:
O tempo que se inclina para o lado partido
as escassas laranjas que se tornam
amarelas no meio da palha
as talhas sem vinho

Olham por dentro a brancura da manhã
e em tudo quanto auxilia um homem no seu ofício
louvam o vulnerável e o inacabado

Estão sentados à soleira dos espaços
trabalhados devagar pelo silêncio

Quando Deus voltar
não terá de arrombar todas as portas

para José Mattoso

⁷ MENDONÇA, José Tolentino – *Estação central*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2012, p. 13.

Homenagem a José Mattoso
Olham por dentro
Lectio IX [SATB (div.)]

A partir do poema «Os justos»,
de José Tolentino Mendonça, dedicado a José Mattoso,
in *Estação central*, Lisboa: Assírio& Alvim, 2012, 13.

Alfredo Teixeira

Meditativo ♩ = c. 56 *severo*

S
Co - me - çam o di - a lou - van -

A
Co - me - çam o di - a lou - van -

T
Co - me - çam o di - a lou - van -

B
Co - me - çam o di - a lou - van -

S
do o im - per - fei - to: o tem - po que se in -

A
do o im - per - fei - to: o tem - po que se in -

T
do o im - per - fei - to: o tem - po que se in -

B
do o im - per - fei - to: o tem - po que se in -

Olham por dentro © 2013 by Alfredo Teixeira is licensed under Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International

Olham por dentro

9

S *f* *p* *mp*
cli - na pa-ra'o la - do par-ti - do as es-cas - sas la -

A *f* *p* *mp*
cli - na pa-ra'o la - do par-ti - do as es-cas - sas la -

T *f* *p* *mp*
cli - na pa-ra'o la - do par-ti - do as es-cas - sas la -

B *f* *p* *mp*
cli - na pa-ra'o la - do par-ti - do as es-cas - sas la -

Detailed description: This is the first system of a four-part vocal setting. It features four staves labeled S (Soprano), A (Alto), T (Tenor), and B (Bass). The music is in 2/4 time and begins with a key signature of one sharp (F#). The lyrics are: 'cli - na pa-ra'o la - do par-ti - do as es-cas - sas la -'. Dynamic markings are *f* (forte) for the first measure, *p* (piano) for the second, and *mp* (mezzo-piano) for the final measure. The system ends with a double bar line.

10

S *mf* *pp*
ran - jas que se tor - nam a - ma - re - las no - mel - o da -

A *mf* *pp*
ran - jas que se tor - nam a - ma - re - las no - mel - o da -

T *mf* *pp*
ran - jas que se tor - nam a - ma - re - las no - mel - o da -

B *mf* *pp*
ran - jas que se tor - nam a - ma - re - las no - mel - o da -

Detailed description: This is the second system of the four-part vocal setting. It continues with the same four staves (Soprano, Alto, Tenor, Bass). The lyrics are: 'ran - jas que se tor - nam a - ma - re - las no - mel - o da -'. Dynamic markings are *mf* (mezzo-forte) for the first measure and *pp* (pianissimo) for the final measure. The system ends with a double bar line.

Olham por dentro

Musical score for the first system of "Olham por dentro". It features four vocal parts: Soprano (S), Alto (A), Tenor (T), and Bass (B). The lyrics are "pa - lha as - ta - lhas sem ví - nho". The score includes dynamic markings *mp* and *p*, and a fermata over the final note of each line. The time signature is 3/4.

Musical score for the second system of "Olham por dentro". It features four vocal parts: Soprano (S), Alto (A), Tenor (T), and Bass (B). The lyrics are "O - lham por den - tro a bran - cu - ra". A tempo marking "Gótico ♩ = c. 92 con fuoco" is present. The score includes dynamic markings *mp*, *mf*, and *f*. The time signature is 3/4.

Olham por dentro

26

S da ma-nhã e em tu - do quan-to'au - xi - li -

A da ma-nhã e em tu - do quan-to'au - xi - li -

T ra__ e em tu - do quan-to'au - xi

B ra__ e em tu - do quan-to'au - xi -

Dynamic markings: *p*, *mp*, *f*, *mf*

27

S a um ho-mem no seu o - fi - cio

A a um ho-mem no seu o - fi - cio

T li - a um ho-mem no seu o - fi - cio

B li - a um ho mem no seu o - fi - cio

Dynamic markings: *p*, *mf*, *f*, *mf*

Performance instructions: *Molto mosso*, *ritardando*

Olham por dentro

Raggiante ♩ = c. 75 *rit. fino*

S
f lou - vam o vul - ne - rá - vel *p* e o i - na - ca - ba - do *> pp*

A
f lou - vam o vul - ne - rá - vel *p* e o i - na - ca - ba - do *> pp*

T
f lou - vam o vul - ne - rá - vel *p* e o i - na - ca - ba - do *> pp*

B
f lou - vam o vul - ne - rá - vel *p* e o i - na - ca - ba - do *> pp*

Coral ♩ = 68 *molto legato*

S
p Es - tlo sen - ta - dos *mf* à so - lei - ra dos es - pa - ços *> mp*

A
p Es - tlo sen - ta - dos *mf* à so - lei - ra dos es - pa - ços *> mp*

T
p Es - tlo sen - ta - dos *mf* à so - lei - ra dos es - pa - ços *> mp*

B
p Es - tlo sen - ta - dos *mf* à so - lei - ra dos es - pa - ços *> mp*

Olham por dentro

Musical score for the piece "Olham por dentro". It consists of four vocal parts: Soprano (S), Alto (A), Tenor (T), and Bass (B). The lyrics for all parts are: "tra - ba - lha - dos de - va - gar pe - lo si - lén - cio". The score includes dynamic markings such as *p* and *pp*, and features a fermata over the final note of each line.

Musical score for the piece "Profético". It consists of four vocal parts: Soprano (S), Alto (A), Tenor (T), and Bass (B). The lyrics for all parts are: "Co - me - çam o di - a lou - van - do o". The score includes a tempo marking "Profético" with a note value of 6.3 and a dynamic marking of *ppp*. A box above the Bass part indicates "voce recitante: Quando Deus voltar / não terá de arronibar".

Olham por dentro

49

S
im - per - fei - to: não te - rá de ar - rom - bar to - das as

A
im - per - fei - to: não te - rá de ar - rom - bar to - das as

T
im - per - fei - to: não te - rá de ar - rom - bar to - das as

B
todas as portas
im - per - fei - to: não te - rá de ar - rom - bar to - das as

50

S
por - tas Quan - do Deus vol - tar

A
por - tas Quan - do Deus vol - tar

T
por - tas Quan - do Deus vol - tar

B
por - tas Quan - do Deus vol - tar

Alfredo Teixeira

Memórias familiares



Não há nada neste mundo que possa preencher todos os nossos desejos, todas as oportunidades que a vida nos oferece. a vida oferece tantas... só podemos responder a uma parte muito pequena dessas. Isto é o que me ensina uma Reflexão sobre o Ser, uma reflexão sobre Deus, Sobre a “espantosa realidade das coisas”.

Entrevista de Anabela Mota Ribeiro a José Mattoso
Jornal Público. Outubro de 2010

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MOREIRA, António Montes, *et al.* – “Olhares improváveis: em memória de José Mattoso”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 17-54. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



The imperial capital of Mâli (14th century): A new hypothesis

A capital imperial do Mali (século XIV): Uma nova hipótese

François-Xavier Fauvelle

Collège de France - TRACES Université de Toulouse Jean-Jaurès

Chaire d'Histoire et archéologie des mondes africains

75005 Paris, France

francois-xavier.fauvelle@college-de-france.fr

<https://orcid.org/0000-0001-9421-0559>

Data recepção do artigo / Received for publication: 2 de agosto de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7706>

ABSTRACT

Despite its international fame during the Middle Ages, our knowledge of the empire of Mâli remains patchy. Perhaps the most significant lacuna is that its capital has not yet been reliably identified. This paper offers a new hypothesis about the location of the imperial capital of Mâli in the 14th century. It is based on the observation that the rulers of Mâli, like those of other medieval African polities, strengthened their power by controlling the interface between opposite merchant networks. In doing so, they tended to establish their political legitimacy through the use of titles and displays of political and religious power befitting their different clients and subjects. Taking this economic, religious and political duality into consideration allows us to posit that the capital of Mâli lay outside the royal domain. Though it has not yet been probed by archaeology, the city's hypothetical location proposed in this article corresponds to available Arabic descriptions.

Keywords: Empire of Mâli, Catalan Atlas, Mansa Mûsâ, Ibn Battûta, City of Mâli

RESUMO

Apesar da sua fama internacional durante a Idade Média, o nosso conhecimento do império do Mali permanece muito incompleto. Talvez a lacuna mais significativa seja o facto de a sua capital ainda não ter sido identificada de forma fiável. Este artigo oferece uma nova hipótese sobre a localização da capital imperial de Mali no século XIV. Baseia-se na observação de que os governantes do Mali, tal como os de outras formações políticas medievais africanas, assentavam o seu poder no controlo da interface entre redes mercantis opostas. Ao fazê-lo, tendiam a estabelecer a sua legitimidade política através do uso de títulos e de manifestações de poder político e religioso condizentes com os seus diferentes clientes e súbditos. Ter em consideração esta dualidade económica, religiosa e política permite-nos postular que a capital do Mali se encontrava fora do domínio real. Embora ainda não tenha sido investigada pela arqueologia, a localização hipotética da cidade proposta neste artigo corresponde às descrições árabes disponíveis.

Palavras-chave: Império do Mali, Atlas Catalão, Mansa Mûsâ, Ibn Battûta, Cidade do Mali



Introduction¹

At its height in the 14th century, the fame of the empire of Mâli spread throughout the Islamicate² and Christian worlds. Representing the furthest reaches of the world known to a Jewish Catalan cartographer, the *Catalan Atlas*, a large portolan map dated to 1375 and preserved today in the Bibliothèque nationale de France in Paris, bears witness to this prestige. On the lower left part of the map, *i.e.*, in Sub-Saharan Africa (the Saharan desert is called “ASHARA” on the map), a black-skinned king wearing a crown sits in majesty, holding a scepter in one hand, and a golden orb (possibly a large gold nugget) in the other (**fig. 1**)³. Names are written around him, including “GINYIA”, presumably, according to the cartographer, the name of his kingdom – a hotly debated moniker which makes its first appearance on this map (before morphing into “Guinea,” the term widely used in early modern Latin Europe to designate various regions of Africa). For Arabic chroniclers, geographers and travelers, this West African polity was called Mâli (with various spellings); it has been referred to as the Kingdom (or Empire) of Mali in the scholarly literature, a name that has recently started to be spelled Mâli or Mâli in order to avoid confusion with the current-day Republic of Mali. On the same map, other names accompany small icons representing cities. To name but the four in front of the king: “Tagaza” (Arabic *Taghâza*, a salt mine in the extreme north of present-day Mali), “Sudam” (obviously the Arabic word *Sûdân*, plural for “Black”, an unknown place, if indeed one

¹ This article is based on a lecture titled “The masks and the mosque: The kingdom of Mâli (13th-14th c.)” given by the author at the Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, Lisbon, on February 17, 2023. The hypothesis put forward in that talk and this article was first presented in a public lecture given at the Collège de France on December 14, 2021: <https://www.college-de-france.fr/agenda/cours/le-royaume-du-mali-xiii-xiv-siecles/mali-ville-aller-en-repartir>, and then published in FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée. L’empire du Mâli (XIII^e-XIV^e siècle)*. Paris: CNRS Éditions, 2022; but the argument presented here is new in its current form. The authors thank Troy Tice for his help editing the English and for his suggested rephrasings.

² The word “Islamicate” is used throughout this article to refer to regions of the world whose populations, whether or not they were Muslim or Arabic-speaking, found themselves subject to the Islamic Law.

³ Paris, Bibliothèque nationale de France, ms. Esp. 30, *Atlas catalan*. For a more comprehensive description of the African regions depicted on the Catalan Atlas, see FAUVELLE, François-Xavier – *The Golden Rhinoceros: Histories of the African Middle Ages*. Translated by Troy Tice. Princeton: Princeton University Press, 2018, pp. 190-199.

at all), “Tenbuch” (today’s Timbuktu on top of the Niger Bend in Mali), and “Ciutat de Melly”, “City of Mâli” or “Mâli City” in Catalan. This article deals with the latter, a likely evocation of the imperial capital of Mâli in the 14th century, whose location – and sometimes very existence – has been much discussed in the scholarly literature. Indeed, that the capital of a famous medieval polity appearing on a contemporary map could have since “disappeared” from the archeological record and from the memory of the local people is a paradox that remains to be solved. In this article, the expression “imperial capital” is used to distinguish it from other possible sites associated with the rulers of Mâli; the substantive “Empire” and adjective “imperial” are discussed below.

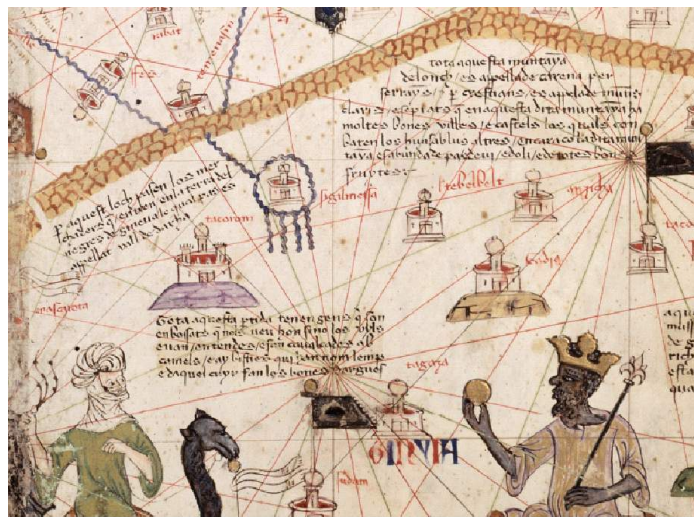


Fig. 1. *Catalan Atlas* (detail), 1375, velum. Bibliothèque nationale de France

Mâli: An overview

The author of the *Catalan Atlas* knew quite a few things about Mâli. A caption in Catalan above the king’s left shoulder reads appreciatively: “This Black lord (*senyor*) is called Musse Melly, lord of the Blacks of Gineua. This king (*rey*) is the richest and the most noble of the whole region, because of the abundance of gold that is collected in his land”⁴. The *Catalan Atlas* is interesting not only for the information it contains, but also for the light it sheds on how knowledge of Mâli circulated at the time the atlas was drawn in the early 1370s. A diplomatic gift from Pierre IV, king of Aragon, to Charles V, king of France, the atlas was probably commissioned from Elisha ben

⁴ FAUVELLE, François-Xavier – *The Golden Rhinoceros*, p. 192.

Abraham Cresques, a Jewish cartographer from Palma de Majorca in the Balearic Islands, a commercial crossroads between Christian Europe and Muslim North Africa⁵. The Jewish presence in Majorca had sharply increased around the middle of the 13th century, when, after suffering decades of massacres and forced conversions under the Almohad dynasty in North Africa and al-Andalus, North African Jews resettled in the Balearic Islands and Catalonia at the invitation of Aragonese King James I. While it is unclear whether Jewish communities active in trade had resettled in North Africa at the time of the Majorcan cartographers, what is clear is that the cartographer of the *Catalan Atlas* had knowledge, however indirect, of the north African and trans-Saharan route to Mâli. This familiarity is reflected on his map by the placement of the cities of Sijilmâsa (in today's Morocco), Taghâza, and City of Mâli, which follows precisely the route taken by the Tangerine traveler Ibn Battûta – who, incidentally, was also the first author to mention Timbuktu – in 1352⁶; this in itself is evidence that the cartographer had up-to-date information on the whereabouts of Mâli. On the other hand, if he still believed that Mûsâ was king in 1375 (the monarch had in fact died at an unknown date around 1335), it is either because he borrowed the information from a previous map, or because the information had taken a different, longer path to reach him. Indeed, the most affluent members of the Balearic Jewish community were involved in long distance trade along the Mediterranean Sea and could well have heard about Mûsâ of Mâli from fellow Jewish or Muslim correspondents in Cairo, where the king's generous gifts of gold in 1324 while en route to the hajj in Arabia were still talked about decades later⁷.

⁵ REPARAZ RUIZ, Gonzalo de – “L'activité maritime et commerciale du royaume d'Aragon au XIII^e siècle et son influence sur le développement de la cartographie de Majorque”. *Bulletin hispanique* 49 (1947), pp. 422-451. The *Catalan Atlas* being unsigned, there is still some uncertainty over its authorship. For a recent study of the life of Elisha ben Abraham Cresques, see KOGMAN-APPEL, Katrin – *Catalan Maps and Jewish Books: The Intellectual Profile of Elisha ben Abraham Cresques (1325-1387)*. Turnhout: Brepols, 2020.

⁶ Ibn Battûta's account is available in English in: LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*. Princeton: Markus Wiener, 2000, pp. 279-304.

⁷ FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 78-86; COLLET, Hadrien – “Échos d'Arabie. Le Pèlerinage à La Mecque de Mansa Musa (724-725/1324-1325) d'après des nouvelles sources”. *History in Africa* 46 (2019), pp. 105-135.

The so-called imperial age of the Kingdom of Mâli lasted from the mid-13th century, when Mâli conquered other regional polities like Ghâna, to the beginning of the 15th, when it lost its political hegemony to rival polities like Songhay. The splendor of imperial Mâli was never entirely forgotten by West African societies; on the contrary, as Hadrien Collet has recently shown, it remained a major stratum in the memory of, and a political model for, urban Muslim scholars from different regions of West Africa until the 19th century⁸. In the West, the history of Mâli (or rather, that there had once existed a polity called Mâli and that it had a history) was re-discovered in the 19th century, mostly thanks to the British armchair geographer William Desborough Cooley⁹. Since then, modern academics have produced a number of monographic works devoted to the history of Mâli: German traveler Heinrich Barth¹⁰; French military officer Louis-Gustave Binger¹¹; French colonial administrators Maurice Delafosse and Charles Monteil¹²; Israeli historian Nehemia Levtzion¹³; Guinean historian Djibril Tamsir Niane¹⁴; Malian historian Madina Ly-Tall¹⁵; and African-American historian Michael Gomez¹⁶, to cite only a few of the most significant ones. The present author recently made his own contribution¹⁷.

⁸ COLLET, Hadrien – *Le sultanat du Mâli. Histoire régressive d'un empire médiéval, XXI^e-XIV^e siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2022; COLLET, Hadrien – “Présences passées du Mâli: les Mâli comme horizon historique en Afrique de l'Ouest (XVII^e-XIX^e siècle)”. In FAUVELLE, François-Xavier; GUTRON, Clémentine (dir.) – *Passés antérieurs. À travers les strates de l'histoire en Afrique*. Paris: Pétra, 2022, pp. 145-195.

⁹ COOLEY, William Desborough – *The Negroland of the Arabs Examined and Explained, or an Inquiry into the Early History and Geography of Central Africa*. London: J. Arrowsmith, 1841; MASONEN, Pekka – *The Negroland Revisited: Discovery and Invention of the Sudanese Middle Ages*. Helsinki: Academia scientiarum fennica, 2000.

¹⁰ BARTH, Heinrich – *Reisen und Entdeckungen in Nord- und Central-Afrika, in den Jahren 1849 bis 1855*. Gotha: Julius Perthes, 1857-1858.

¹¹ BINGER, Louis-Gustave – *Du Niger au Golfe de Guinée par le pays de Kong et le Mossi*. Paris: Hachette, 1892, 2 vols.

¹² DELAFOSSE, Maurice – *Haut Sénégal-Niger*. Paris: Larose, 1912, 3 vols. Vol. 1: *Le Pays, les peuples, les langues*. Vol. 2: *L'Histoire*. Vol. 3: *Les Civilisations*; MONTEIL, Charles – “Les empires du Mali (étude d'histoire et de sociologie soudanaises)”. *Bulletin du Comité d'études historiques et scientifiques de l'Afrique occidentale française* 12 (1929), pp. 291-447. Republished as: MONTEIL, Charles – *Les Empires du Mali. Étude d'histoire et de sociologie soudanaises*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1968.

¹³ LEVTZION, Nehemia – *Ancient Ghana and Mali*. London: Methuen, 1973.

¹⁴ NIANE, Djibril Tamsir, *Recherches sur l'Empire du Mali au Moyen Âge*. Paris: Présence africaine, 1975.

¹⁵ LY-TALL, Madina – *L'Empire du Mali*. Dakar-Abidjan: Nouvelles éditions africaines, 1977.

¹⁶ GOMEZ, Michael – *African Dominion. A New History of Empire in Early and Medieval West Africa*. Princeton: Princeton University Press, 2018.

¹⁷ FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*.

The documentation, and this word is used here *lato sensu*, available to historians of Mâli is varied to the point where it can appear intimidating or discouraging. True, this diversity can sound challenging to anyone not prepared to venture outside of the supposed safety of the written documentation. And challenging it *is*, not the least because each category of documents offers only a partial view of the history of Mâli – from a certain place, date or thematic or ideological angle. The Tifinagh and Arabic epigraphic documents from present-day Mali, masterfully edited and studied by Brazilian philologist and historian Paolo Fernando de Moraes Farias, offers unique evidence for an early period (11th to 14th century), but their historical relevance is mostly limited to the regions of Tadmekka and Gao where they were found, regions which were only marginally and temporarily affected by the history of Mâli¹⁸. Other written documents such as discursive accounts of Mâli, including those by contemporary luminaries like al-Umarî, Ibn Battûta, and Ibn Khaldûn, all of which have been comprehensively edited, provide a wide range of social, geographical and political descriptions of Mâli¹⁹. Such accounts are rarely based on first-hand knowledge (except for Ibn Battûta, which does not make his account any less open to critique²⁰), but rather on the testimonies of foreign merchants or clerics who had lived in Mâli, as well as of clerics or dignitaries from Mâli itself who travelled to the Islamic world. In addition to the *Catalan Atlas* and other Jewish and Christian Catalan and Italian maps, European written documents, which include Portuguese and Italian accounts from the mid-15th century on, offer a late, distant viewpoint at a time when the kingdom of Mâli had shrunk to the southwestern regions of Mali and the adjacent regions of eastern Guinée-Conakry. Epigraphs were not the only written documents produced in West Africa, local historians also penned chronicles, such as the *Târîkh al-Sûdân* written in Timbuktu in the mid-17th century²¹. Again, although they display a genuine interest in the imperial age of Mâli, such chronicles

¹⁸ MORAES FARIAS, Paolo Fernando de (ed.) – *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, Chronicles, and Songhay-Tuâreg History*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

¹⁹ LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*; CUOQ, Joseph (ed., transl.) – *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIII^e au XVI^e siècle: Bilâd al-Sûdân*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1985.

²⁰ FAUVELLE, François-Xavier; HIRSCH, Bertrand – “Voyage aux frontières du monde. Topologie, narration et jeux de miroirs dans la *Rihla* de Ibn Battûta”. *Afrique & Histoire* 1 (2003), pp. 75-122. Available at <https://www.cairn.info/revue-afrique-et-histoire-2003-1-page-75.htm>

²¹ HUNWICK, John O. (ed.) – *Timbuktu and the Songhay Empire. Al-Sa'di's Ta'rikh al-Sûdân down to 1613 and Other Contemporary Documents*. Leiden: Brill, 1999.

speak to us from a rather lateral viewpoint, as their authors were mostly interested in documenting the vicissitudes of their own times. The genre flourished in many regions of Africa from the 15th century on²². Moreover, authors played on its success to influence readers; Mauro Nobili, for instance, has recently demonstrated that the famous text called the *Tārīkh al-fattāsh* is actually a 19th century prophecy disguised as a 17th century chronicle²³.

Oral traditions are another category of documentation available to the historian of West Africa²⁴. Until quite recently, versions of a tale called the *Epic of Sunjata* were performed by local *jeli* (the Mandinka word for “bards”, also called “griots” in West African French) in Mali, Guinea-Conakry and Gambia. This long, improvised poem narrates the birth, youth, exile, and return of a hero named Sunjata, his formidable battles against an evil king-*cum*-sorcerer, and finally the unification of Mande (the Mandinka name for Mâli) under his leadership. One of the variants achieved international fame under Guinean historian Djibril Tamsir Niane²⁵; others were duly recorded and made available in transcriptions in the original language as well as in translations²⁶. The existence of a historical Sunjata around the mid-13th century is not in doubt, as the Arab historian Ibn Khaldûn mentions that the founder of the royal dynasty of Mâli was named Mârî Djâta (in both cases, the main component of the individual’s name is *jata*, the Mandinka word for “lion”); but the historicity of most of the characters, events, and places mentioned in the epic is open to debate²⁷. In any case, the *Epic of Sunjata* is certainly not a window onto historical “truth”: rather, it is a repository and patchwork of representations from different periods the Mandinka had about their origins, social organization and values. It also

²² HIRSCH, Bertrand – “Écritures de l’histoire en Afrique (XIII^e-XVII^e siècles)”. In FAUVELLE, François-Xavier (dir.) – *L’Afrique ancienne. De l’Acacus au Zimbabwe, 20.000 avant notre ère – XVII^e siècle*. Paris: Belin, 2018, pp. 375-401.

²³ NOBILI, Mauro – *Sultan, Caliph and the Renewer of the Faith. Ahmad Lobbo, the Tārīkh al-fattāsh and the Making of an Islamic State in West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

²⁴ PERSON, Yves – *Historien de l’Afrique, explorateur de l’oralité*. Edition introduced and annotated by F.-X. Fauvelle et Cl.-H. Perrot. Paris: Publications de la Sorbonne, 2018.

²⁵ NIANE, Djibril Tamsir – *Soundjata ou l’épopée mandingue*. Paris: Présence africaine, 1960.

²⁶ CISSÉ, Youssouf Tata; KAMISSOKO, Wâ (ed., transl.) – *La Grande geste du Mali. Des origines à la fondation de l’empire*. Second edition. Paris: Karthala, 2000; CISSÉ, Youssouf Tata; KAMISSOKO, Wâ (ed., transl.) – *Soundjata, la gloire du Mali. La grande geste du Mali – tome 2*. Second edition. Paris: Karthala, 2009.

²⁷ AUSTEN, Ralph A. (dir.) – *In Search of Sunjata. The Mande Oral Epic as History, Literature, and Performance*. Bloomington: Indiana University Press, 1999; FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 99-140.

approaches the history of Mâli from a distinctly rural, southern viewpoint, not the least because most versions were collected among Mandinka speakers, who live in what was once the southwestern region of the former empire (**fig. 2**).

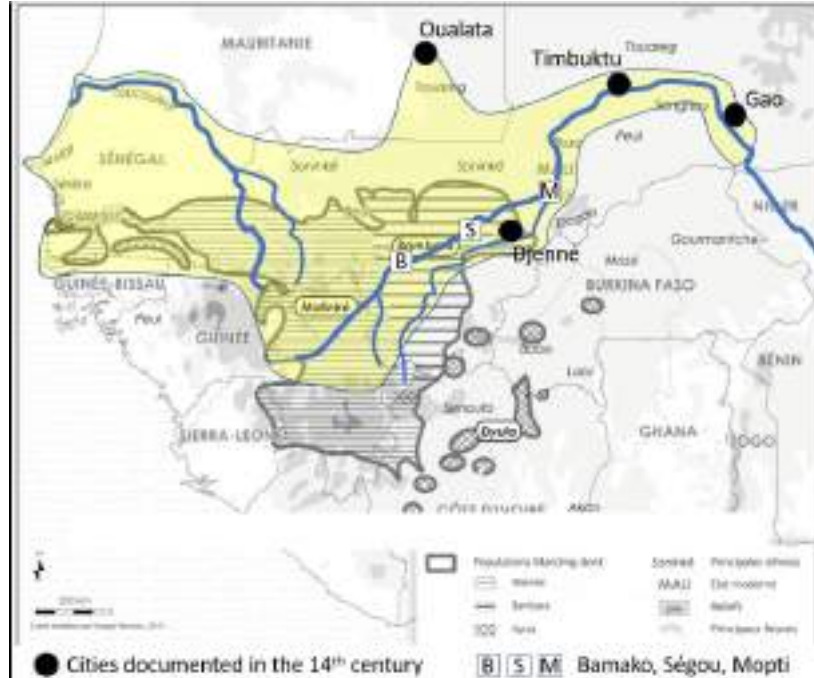


Fig. 2. Geographical extension of the kingdom of Mâli in the 14th century and current linguistic map of West Africa (after PERSON, Yves – *Historien de l’Afrique, explorateur de l’oralité*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2018, p. 61).

Material evidence constitutes another category of documentation. A number of archaeological excavations, field surveys, inventories, and artefact studies have been carried out in the regions once covered by imperial Mâli. The patchy knowledge accumulated up until 1961 was synthesized in Raymond Mauny’s still-useful *Tableau géographique de l’Ouest africain*²⁸. Large-scale excavations later took place at Niani (a potential candidate for the capital of Mâli, to which we shall return soon), as well as at the urban sites of Koumbi Saleh (the likely former capital of the kingdom of Ghâna, one of Mâli’s predecessors), Djenné and Gao²⁹. Despite these

²⁸ MAUNY, Raymond – *Tableau géographique de l’Ouest africain au Moyen Âge*. Dakar: Institut français d’Afrique noire, 1961.

²⁹ FILIPOWIAK, Władisław – *Études archéologiques sur la capitale du Mali*. Szczecin: Museum Narodowe, 1979; “Cahier Koumbi Saleh”. *Afrique Archéologie Arts* [Online] 3 (2004-2005). Available at <https://journals.openedition.org/aaa/1924>; MCINTOSH, Susan K. (dir.) – *Excavations at Jenné-Jeno, Hambarketolo, and Kaniana (Inland Niger Delta, Mali): The 1981 Season*. Berkeley: University of

major excavations, archaeological documentation is still extremely limited, which means that most potential vestiges belonging to the medieval period remain to be discovered. Exacerbating factors likely contributed to this scantiness. In addition to the natural erosion of the vernacular earthen architecture – called *banco* in West African French – of the Niger River valley – an architecture that “melts down” very quickly whenever the constructions are not regularly maintained and periodically rebuilt, as has been the case in Timbuktu up to the present³⁰ –, unscrupulous individuals have plundered the ground searching for terracotta sculptures (called “Djenné”) and other artefacts to sell on the black market – a curse that implies that sites still unknown to archaeologists have already been largely destroyed³¹.

The king as two: Dual political structures and legitimacies

Instead of lamenting the fact that much available evidence is diverse and fragmentary, perhaps historians of Mâli should view the situation as an opportunity to allow the alternate viewpoints preserved in the documentation to shed light on aspects of the past that are better understood complementarily. For example, in lieu of endlessly trying to reconcile Arabic written accounts with oral traditions, perhaps it would be more fruitful to view them as highlighting facets of the past completely absent from the other. Thus, Arabic accounts penned by foreigners or local inhabitants, which were focused on trade, offer abundant and precious information on the kingdom’s urban, Muslim, northern fringe, while mostly ignoring the social realities of the countryside behind (*i.e.*, to the south of) the Sahelian belt. Moreover, it is remarkable that the foreigners were so ignorant – if not deliberately kept in the dark by their Mâlian partners – about where gold was supposed to come from³². Likewise, perhaps we should not be surprised that the *jeli* have very little to say about the great sultans of 14th century, Islam, the cities of the Sahelian belt, trade,

California Press, 1995; TAKEZAWA, Shoichiro; CISSÉ, Mamadou (dir.) – *Sur les traces des grands empires: recherches archéologiques au Mali*. Paris: L’Harmattan, 2017.

³⁰ POISSONNIER, Bertrand – “The Great Mosque of Timbuktu: Seven Centuries of Earthen Architecture”. In PRADINES, Stéphane (dir.) – *Earthen Architecture in Muslim Cultures: Historical and Anthropological Perspectives*. Leiden: Brill, 2018, pp. 22-36.

³¹ TOGOLA, Téréba – “The Rape of Mali’s Only Resource”. In BRODIE, De Neil; TUBB, Kathryn Walker (dir.) – *Illicit Antiquities: The Theft of Culture and the Extension of Archaeology*. London: Routledge, 2002, pp. 250-256.

³² FAUVELLE, François-Xavier – *The Golden Rhinoceros*, pp. 119-124 (“The land where gold grows like carrots”).

and other contacts with the outside world; it was as if the southern focus of Mandinka society had pulled down a veil, hampering the reception of this information.

That the founding and history of Mâli were remembered – however selectively – in the Mande is evidence enough that the former southwestern province of the empire had a close relationship with the ruling dynasty, likely because it had been its birthplace in the mid-13th century and became its homeland again when the empire started to retract in the 15th century. I have suggested elsewhere that we conceive of the Mande (or perhaps a part of the Mande) as the *royal domain* of the dynasty (or at least of a branch of the dynasty), that is, the region over which they had ruled since the time of Sunjata³³. Outside these lands, the king of Mâli was not the traditional ruler; rather, other rulers recognized him as their overlord. For indeed, all the societies and communities that were incorporated into the empire of Mâli had their own traditional rulers, whether their rulership was based on territory, ethnicity (as seems to have been the case in Ghâna, whose ruler preserved the title of “king” even under the suzerainty of the king of Mâli, and along the Niger bend, where the Songhay retained their *koï*), or kinship (which clearly was the case among Berber communities in cities like Oualata and Timbuktu). As the Arabic sources make evident, these traditional rulers found their authority closely checked by Mandinka *farba* or governors; Ibn Battûta even watched uncomfortably, because of the racial implications, as the sheikh and other dignitaries of the Berbers of Oualata had to formally submit to a Black officer, the official representative of Mâli³⁴. Such a system can hardly be called a “federation of chiefdoms”³⁵; rather, because sovereignty was exercised at multiple scales, it is better described as an empire. In any case, the duality of politics in Mâli is well captured by the king’s titles: he was both a *mansa* (Mandinka “chief”, “king”), the traditional ruler of the Mandinka by virtue of his ascendance, and a *sultan*, an Arabic term used by Islamicate rulers who

³³ FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 228-233.

³⁴ LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, pp. 284-285; FAUVELLE, François-Xavier – *The Golden Rhinoceros*, pp. 175-182 (“The customs of Mâli”).

³⁵ SIMONIS, Francis – “L’Empire du Mali d’hier à aujourd’hui”. *Cahiers d’histoire. Revue d’histoire critique* [Online] 128 (2015), pp. 71-86. Available at <https://journals.openedition.org/chrhc/4561>.

claimed the temporal arch-authority of any territory³⁶. These two dimensions of the Mâlian kingship must not be confused, not only because they had different territorial applications, but above all because they implied different sources of legitimacy, namely *kinship* and *homage* (whether by choice or by force). In other words, the king's subjects (the Mandinka) who recognized him as their *mansa* were not the same as those who recognized him as their *sultan*, although it is not impossible to think of overlaps. Oral traditions have preserved the memory of the former, Arab informants mostly met the latter.

Nowhere was this dual political structure more visible – and deliberately so – than during certain ritual and festive occasions at the court of the imperial capital of Mâli³⁷. On the two most important holidays of the Muslim calendar, the Eid al-Fitr (the “Feast of the Breaking of the fast”) and the Eid al-Adha (the “Feast of the Sacrifice”), celebrations started late in the morning at the *musallâ*, an open-air mosque – whose ritual space was generally demarcated by a stone lining on the ground or by a small surrounding wall – not far from the royal palace. There, in the presence of the king and both local and foreign Muslims, the predicator gave a prayer and then a *khutbâ* (“sermon”) in Arabic. These were followed by the secular portion of the ceremony, when, descending from his chair, the predicator delivered a eulogy to the sultan and an exhortation to the faithful to obey him and pay him his due; it was given in Arabic and then translated, presumably into Mandinka. Apart from the translated exhortation, which was perhaps for the benefit of non-Muslims observing the ceremony from outside the *musallâ* – although it could have been for the benefit of non-Arabic speaking local Muslims as well – this was par for the course in Islam. But what came next is more puzzling. Later in the day, everyone moved to the *mechouar*, the parade square adjacent to the palace. There, the king sat on a platform erected under a tree. The Muslims, royal officers and slaves formed parallel rows in front of him, flanking a space left empty for the show that was about to start. Then came a singer who celebrated the sultan's exploits, accompanied by dancers and jugglers. And then came the turn of people whom Ibn Battûta calls “poets”, but

³⁶ FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 228-233.

³⁷ LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, pp. 292-293; FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 203-210.

we are fortunate that he gives us the local name spelled out in Arabic, *djâlî*, in which we recognize the Mandinka word *jeli*, meaning griots or bards. “Each of them”, he says, “has enclosed himself within an effigy made of feathers [...], on which is fixed a head made of wood with a red beak”³⁸. These are masks in the West African sense of the word, where they are understood as both objects (in this case, not just face masks but a costume covering the body) and the embodiments of deities³⁹. Who these deities were is a matter of conjecture; but given that the masked dancers celebrated the king’s forefathers and that masks performed similar functions in West Africa in more recent times, it is likely that they represented the ancestors (that is, deities that belonged to and protected a given lineage)⁴⁰. Regardless, what is certain is that the king who attended the morning prayer at the mosque and the afternoon dances of the masks was not the same ruler though he was one and the same person: he “recharged” his legitimacy in different ways for different subjects.

The capital of Mâli: Thinking with its duality to rethink its location

The ceremonies described in the previous section took place at a site that cannot but be the imperial capital of Mâli. It is significant that the capital was possibly the only place in the empire where the dual aspects of the political structure of Mâli intersected. It is also remarkable that, given all our knowledge about the Muslim and traditional-religious ceremonies that took place there – between the palace, the *musallâ* and the *mechouar* –, we still don’t know where it was located. The search for its location has been something of a quest for as long as a scholarly interest in the history of Mâli has existed⁴¹. One of the main reasons why this question continues to frustrate scholars is that Arabic sources give scant details about how to get to the capital from North Africa and even less about its physical environment. Writing in the 1330s based on information gleaned from an informant who had lived in the capital for 35 years, the Mamluk chronicler al-Umarî says only:

³⁸ LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, pp. 293.

³⁹ COLLEYN, Jean-Paul – *Bamana*. Milan: 5 Continents Editions, 2009.

⁴⁰ FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 211-225.

⁴¹ COLLET, Hadrien – “L’introuvable capitale du Mali: la question de la capitale dans l’historiographie du royaume médiéval du Mali”. *Afriques* [Online] 4 (2013). Available at <http://journals.openedition.org/afriques/1098>.

“The city of BYTY is extensive in length and breadth. Its length would be about a *barîd* [20 km] and its width the same. It is not encircled by a wall and is mostly scattered. The king has several palaces enclosed by circular walls. A branch of the Nîl [=the river] encircles the city on all four sides. In places this may be crossed by wading when the water is low but in others it may be traversed only by boat”⁴².

Ibn Battûta, who visited in 1352, provides his readers with only an itinerary from Sijilmâsa to Walata, and from there to a village called Kârsakhû along the “Nîl”, which is difficult to trace on a map because Kârsakhû and other places he mentions either no longer exist or remain unlocated. He goes on to say rather dryly: “Then we departed from Kârsakhû and arrived at the river Sansara, which is about ten miles from the capital of Mâli. [...] I crossed it by the ferry [...]. I arrived at the city of Mâllî, the seat of the king of the Sûdân [...]. I arrived at the White quarter”⁴³. Another reason why the capital has been so difficult to locate is its name. Some Arabic sources do indeed provide a name, not just the descriptive expression “City of Mâli”. But this name has come down to us, in the manuscripts, in forms made almost useless by the irregular marking of the vowels and of the diacritics under the consonants, which make the possible renderings as varied as Biti, Bati, Nani or Yati (among tens of others)⁴⁴, and the identification of such toponyms on the map, a hopeless (or hopeful) guess. Still another reason for the uncertainty of the location of the capital of Mâli may also be related (as will be suggested below) to the ambivalence of its economic function.

Scholars have come up with a number of hypotheses for the location of the capital of Mâli. As these have been surveyed elsewhere, we shall not do so here⁴⁵. Instead,

⁴² LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, p. 262.

⁴³ LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, pp. 287-288. I have corrected the translation, which reads “town of Mâli”. Ibn Battûta writes *madînat Mâli*, better rendered as “City of Mâli”.

⁴⁴ COLLET, Hadrien – “L’introuvable capitale du Mali”.

⁴⁵ FAUVELLE, François-Xavier – “Niani *redux*. A Final Rejection of the Identification of the Site of Niani (Republic of Guinea) with the Capital of the Kingdom of Mali”. *P@lethnology* [Online] 4 (2012), pp. 235-252. Available at blogs.univ-tlse2.fr/paethnologie/en/2012-10-fauvelle-aymar/; COLLET, Hadrien – “L’introuvable capitale du Mali”; FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 235-263.

one need only glance at the map (**fig. 3**) to see that hypotheses based on Arabic written accounts (mainly Ibn Battûta's) tend to favor a putative location on the left bank of the Niger River between current-day Bamako and Ségou; such is the case for John Hunwick's hypothesis, the most recent aside from the one presented in this article⁴⁶. Claude Meillassoux' hypothesis of a location in the upper Gambia River valley is an outlier in this respect⁴⁷, which, if nothing else, illustrates that there is room for interpretation when it comes to Ibn Battûta's itinerary. The oral traditions, on the other hand, favor locations upstream from Bamako on the Niger River, much more southerly than those based on written documents. Again, this bimodal spatial distribution is a testament to the sharply divergent viewpoints presented by written and oral documentation, which leave little room for overlap. The sole exception is Niani, a small village in what is today eastern Guinea, which is considered Sunjata's capital in some local versions of his *Epic*. As if to make the argument more compelling, Niani features among the possible readings of the names provided in the Arabic sources, and the village happens to be situated on the bank of a tributary of the Niger, namely the Sankarani, whose moniker could also be an echo of the Sansara mentioned by Ibn Battûta. The Niani hypothesis gained traction as early as the 1920s; archaeological excavations carried out there by Władisław Filipowiak and Djibril Tamsir Niane half a century later⁴⁸ convinced many scholars Niani was indeed Sunjata's capital as well as the city visited by Ibn Battûta and described in other Arabic sources. Yet it is now accepted that this hypothesis was built on, and gained the appearance of veracity from, a combination of self-serving assertions by historians-*cum*-colonial administrators, circular reasoning by researchers, strong political pressure on the excavators, and misunderstanding of radiocarbon dates⁴⁹. While a re-assessment of the archeological data has shown that agricultural and

⁴⁶ HUNWICK, John O. – “The Mid-Fourteenth Century Capital of Mali”. *Journal of African History* 14 (1973), pp. 195-206.

⁴⁷ MEILLASSOUX, Claude – “L’itinéraire d’Ibn Battuta de Walata à Mali”. *Journal of African History* 13 (1972), pp. 389-395

⁴⁸ FILIPOWIAK, Władisław – *Études archéologiques sur la capitale du Mali*.

⁴⁹ FAUVELLE, François-Xavier – “Niani *redux*”; FAUVELLE, François-Xavier – “La correspondance entre Raymond Mauny et Wladislaw Filipowiak au sujet de la fouille de Niani (Guinée), capitale supposée de l’empire médiéval du Mali”. In FAUVELLE, François-Xavier; HIRSCH, Bertrand (dir.) – *Les Ruses de l’historien. Essais d’Afrique et d’ailleurs en hommage à Jean Boulègue*. Paris: Karthala, 2013, pp. 331-355; FAUVELLE, François-Xavier – “African Archaeology and the Chalk-Line Effect: A Consideration of Mâli and Sijilmâsa”. In GREEN, Toby; ROSSI, Benedetta (dir.) – *Landscapes, Sources and Intellectual Projects of the West African Past. Essays in Honour of Paulo Fernando de Moraes Farias*. Leiden: Brill, 2018, pp. 46-62; FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 235-263.

fishing communities inhabited Niani at several points during the last two millennia, the excavations did not deliver *any* of the artefacts one might expect to be associated with elite Muslim traders (coins, glazed ceramic, other imports or exports, etc.), nor did they yield *any* dates around the 14th century, rendering it extremely unlikely that Niani was the imperial capital.

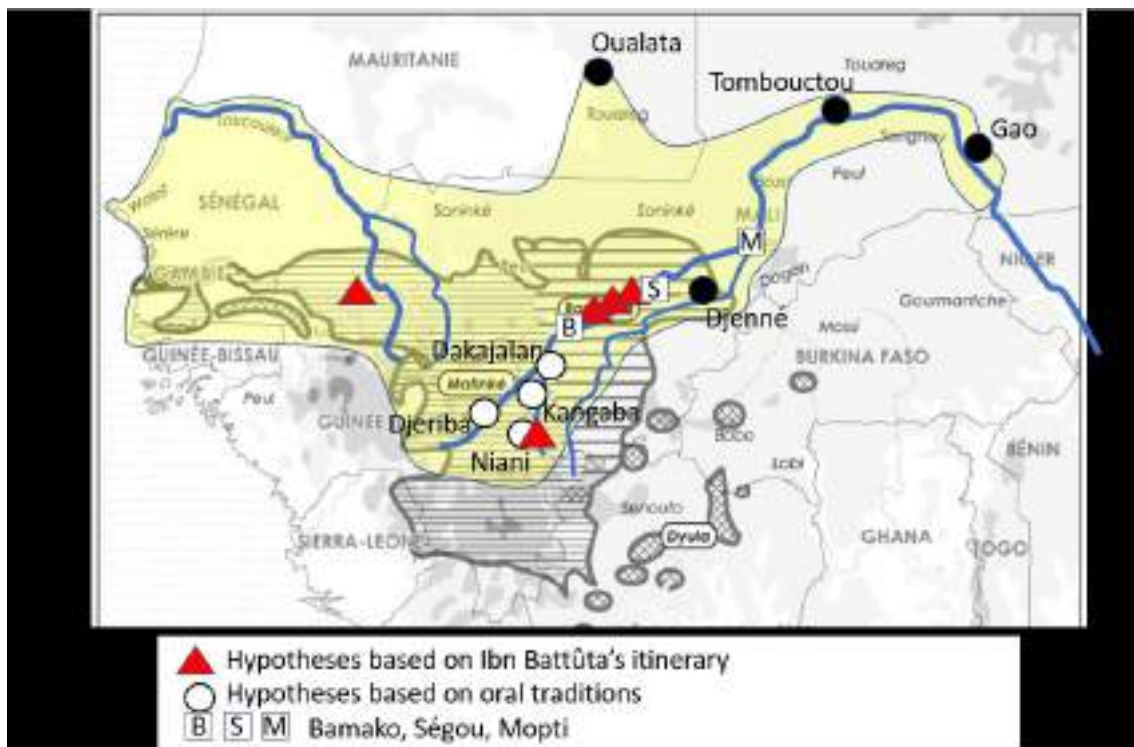


Fig. 3. Main hypothetical locations of the capital of Mâli (after FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*. Paris: CNRS Éditions, 2022, p. 263).

The frantic quest to find the imperial capital of Mâli was fueled by the desire to reconcile a documentation divided in nature. Yet, in doing so, it has failed to recognize that such a division need not necessarily be reconciled. To the extent that the imperial capital of Mâli was where foreign and local merchants, clerics, courtiers and royal officers settled, and hence the one known to Arabic writers, it may not necessarily have been well known in the Mandé. Furthermore, the *quest* to find the imperial capital of Mâli may have led scholars to overlook crucial aspects of the *question* of the imperial capital of Mâli. One of these crucial aspects is its commercial ambivalence. Just as the capital was where the king publicized his dual political legitimacy, it was probably also where trade between foreign and west African merchants was conducted. In many other regions of Africa, major medieval African

powers can be seen as “broker states” who developed an artful diplomatic, fiscal and narrative agency that allowed them to facilitate commercial transactions between economic partners otherwise unknown to each other, transactions which they closely controlled and benefitted from, until they lost them to competitors⁵⁰. For instance, the city-state of Kilwa probably never extended much beyond the tiny island of Kilwa Kisiwani (in present-day Tanzania) and certainly did not have direct access to the Zimbabwean goldfields, hundreds of kilometers inland; yet it nevertheless managed to dominate the gold trade along the Swahili coast in the 14th and 15th century. Other city-states further north along the coast, such as Mombasa (Kenya) and Mogadiscio (Somalia), served a similar function at the juncture between land and maritime trade networks. The situation was no different in 11th-century West Africa: al-Bakrî describes several city-states along the Senegal River and explicitly states that the king of Ghâna levied taxes on all goods entering or leaving his city⁵¹. This implies that the monarch had the authority to cajole merchants from both sides – *i.e.*, the Arab-Berber trans-Saharan network and the Soninke-Malinke West African network – into meeting and conducting trade under his brokerage. It is interesting that the site of Koumbi Saleh in the extreme south of present-day Mauritania, the probable location of Ghâna City – or rather, the Islamic component of Ghâna City – is found in the region of Aoukar, an arid environment in the southern Sahara⁵². It is likely that the climate change over the last millennium has made the region less hospitable than it used to be; in any case, Koumbi Saleh never enjoyed a fertile, densely populated environment in the same way as “capitals” in other parts of the world. Rather, like the capitals of other medieval African polities – whether situated along the mangrove coastal ribbon of East Africa, or at mid-height of the escarpment of the Rift in Ethiopia –, the capital of Ghâna was a unique commercial “hub”: it filled this role not *despite*, but *because* it was situated on an ecological threshold, at a point of juncture between different physical

⁵⁰ FAUVELLE, François-Xavier – “Ghâna, Mâli, Songhay, royaumes courtiers du Sahel occidental (VIII^e-XVI^e siècle)”. In FAUVELLE, François-Xavier (dir.) – *L’Afrique ancienne. De l’Acacus au Zimbabwe, 20.000 avant notre ère – XVII^e siècle*. Paris: Belin, 2018, pp. 171-201.

⁵¹ LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, p. 81.

⁵² DEVISSE, Jean; DIALLO, Boubacar – “Le seuil du Wagadu”. In DEVISSE, Jean (dir.) – *Vallées du Niger*. Paris: Éditions de la Réunion des musées nationaux, 1993, pp. 103-115

environments, methods of transportation (camels *versus* donkeys), and ethnic, linguistic and religious faultlines⁵³.

I admit it is counterintuitive to think of Mâli as a broker state, not the least because its vast extent seems to make it the opposite of a “city-state”. It is indeed tempting to believe that the king of Mâli had direct control over the “gold that is collected in his land”, as stated on the *Catalan Atlas*. But it is just as conceivable that the claim to directly control the goldfields, wherever they were⁵⁴, was exactly what the kings of Mâli wanted merchants from the Islamic world to believe, reality notwithstanding. Indeed, when asked in Cairo by a Mamluk dignitary about how tightly he controlled the people who inhabited the region where gold came from, Mûsâ replied that:

“They are uncouth infidels. If [he] wished he could extend his authority over them but the kings of this kingdom have learnt by experience that as soon as one of them conquers one of the gold towns and Islam spreads [...] the gold there begins to decrease and then disappears [...]. When they had learnt the truth of this by experience they left the gold countries under the control of the heathen people and were content with their vassalage and the tribute imposed on them”⁵⁵.

This sounds like an oblique admission that the best the kings of Mâli could hope for was to broker commercial ties between “Infidels” and Muslims. This should not be seen as a way of downsizing their sovereignty over an immense territory stretching from the Atlantic Ocean in the west to the Niger bend in the east; on the contrary, such a tremendous effort was necessary to counter any temptation their northern and southern clients might have had to bypass them and “go private”, as well as to head off any moves by competing regional powers to usurp their role.

⁵³ FAUVELLE, François-Xavier – *Penser l’histoire de l’Afrique*. Paris: CNRS Éditions, 2022.

⁵⁴ FAUVELLE, François-Xavier; ROBION-BRUNNER, Caroline – “Les routes de l’or africain au Moyen Âge”. In COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (dir.) – *L’Afrique des routes: histoire de la circulation des hommes, des richesses et des idées à travers le continent africain*. Arles: Actes Sud-Musée du Quai Branly, 2017, pp. 82-89.

⁵⁵ LEVTZION, Nehemia ; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, p. 262.

The imperial capital of Mâli: Downstream, not upstream, from Ségou

The example of Ghâna City, and the fact that Mâli was the heir to Ghâna in the western Sahel, leads us to suggest that the imperial capital of Mâli might well have been situated in a peripheral, if not exactly outlying, location *vis-à-vis* the royal domain. The hypothesis proposed in this section places it outside of the present-day Mandinka-speaking area, at a linguistic crossroads between Bambara, Berber, Fulani and Soninke speakers. Though not very far from the previously hypothesized locations between today's Bamako and Ségou, it is further north – which makes it the northernmost location hypothesized so far (**fig. 4**). If the location of the “City of Mâli” on the *Catalan Atlas* is any indicator, then my hypothesis matches it by situating the capital on the left bank of the Niger, upstream from Timbuktu. This hypothesis is based on parsimonious reading of the Arabic sources which makes only two minimalist assumptions: first, that if Ibn Battûta did not mention crossing the Niger river we should take him at his word; and second, that if he did not give an estimate of the distance he traveled after reaching the river it is because he had not traveled far⁵⁶.



Fig. 4. Proposed reconstruction of Ibn Battûta’s inbound (from Oualata to Mâli City) and outbound (from Mâli City to Timbuktu) itinerary (after FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*. Paris: CNRS Éditions, 2022, p. 282).

⁵⁶ FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 264-284.

Thus, Ibn Battûta would have journeyed ten days from Oualata to a village called Zâgharî: if he travelled at a pace of 30 km per day (as the crow flies), Zâgharî would probably be somewhere between present-day Goumbou and Sokolo. He would have rested there a few days, before heading to another village called Kârsakhû on the left bank of the Niger. I agree with Binger and Hunwick that Kârsakhû must have been somewhere near present-day Ségou – a result of traveling straight between Oualata and Kârsakhû via Zâgharî –, but on the opposite (left) bank⁵⁷. He would have stayed there for another few days before moving on. He says nothing about his departure from Kârsakhû, save that “[he] arrived at the river Sansara, which is about ten miles [around 20 km] from the capital of Mâli”. This is where I assume that, since he did not provide a distance, the journey between Kârsakhû and the capital of Mâli must have been a short one. This is also where I depart from previous researchers who argued that he traveled south to reach the capital, which they situated somewhere between Ségou and Bamako. Instead, I think he traveled downstream, that is, northward. That being the case, in one or two days he would have reached the *fala* of Molodo, technically not a “river” in the sense of a tributary of the Niger, but an *outlet* running from the Niger, especially during the flood season. This hypothesis offers, I think, an acceptable explanation to the enigma of the “river” that has long puzzled researchers, since the Niger has no tributary on its left side in this region. Ibn Battûta then crossed this outlet on a ferry (he gives the date: 14 Jumâdâ ’l-ûlâ 753, 28 July 1352, *i.e.*, at the beginning of the Niger flood season⁵⁸) reaching the capital the same day, or perhaps the next one. The capital would thus be situated some 15 kilometers east of present-day Sansanding. It should be noted that this region is almost entirely circled by water, as another *fala*, the *fala* of Boki Wéré, runs out of the *fala* of Molodo, making a curve that converges toward the Niger (**fig. 5**). Though technically not an “island”, this geographic feature (about 20 kilometers long) corresponds well, I think, to al-Umarî’s description. This is indirectly confirmed by Ibn Battûta, who says he crossed a “big channel” (he uses the Arabic word *khalîj* that applies well to a *fala*) when he left the capital after his eight-month stay, for his return journey to Morocco via Timbuktu and Gao. Ibn Battûta’s

⁵⁷ BINGER, Louis-Gustave – *Du Niger au Golfe de Guinée*, vol. 1, p. 57; HUNWICK, John O. – “The Mid-Fourteenth Century Capital of Mali”.

⁵⁸ LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*, p. 297 (read “June”, not “July”).

outbound itinerary also provides an indirect confirmation of his inbound one: after crossing the “big channel” *en route* to Mîma – although not yet localized, it was probably found in the present-day Méma region – he was obliged to make a stop at a village called Kurî Mansa following the death of his camel. He then dispatched two servants to buy another camel at Zaghârî, the same place he had stayed before, which happened to have been only a two-day journey from Kurî Mansa⁵⁹.



Fig. 5. Proposed location of Mâli City (after FAUVELLE, François- Xavier – *Les Masques et la mosquée*. Paris: CNRS Éditions, 2022, p. 278).

I must add that like all other hypotheses on offer, this one has a serious drawback: there are no known archaeological sites in the region between the Niger, the *fala* of Molodo and the *fala* of Boki Wéré. Yet, to my knowledge, no archaeological assessment has ever been carried out in the area, and the political situation as of this writing (the early 2020s) has prevented me from even visiting. Once an archaeological reconnaissance is finally undertaken, I suspect that it will uncover a sparse (over 20x20 km), diversified site made up of several components (an Islamic urban settlement with a mosque, a royal palace, other religious and funerary sites); *banco* structures, unfortunately largely eroded; and an urban mound likely to yield discriminant artefacts such as glazed ceramics, coins, beads, metal objects, and other

⁵⁹ FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée*, pp. 264-284.

imports and exports. It is possible that parts of the former multipolar city might have been destroyed by development that has taken place since the colonial period or have been looted. Finally, readers should be warned that both Malian law and international regulations strictly forbid anyone to carry out excavations without first receiving permission from the country's authorities.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

Paris, Bibliothèque nationale de France, ms. Esp. 30, *Atlas catalan*.

Printed sources

CISSÉ, Youssouf Tata; KAMISSOKO, Wâ (ed., transl.) – *La Grande geste du Mali. Des origines à la fondation de l'empire*. Second edition. Paris: Karthala, 2000.

CISSÉ, Youssouf Tata; KAMISSOKO, Wâ (ed., transl.) – *Soundjata, la gloire du Mali. La grande geste du Mali – tome 2*. Second edition. Paris: Karthala, 2009.

CUOQ, Joseph (ed., transl.) – *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIII^e au XVI^e siècle: Bilād al-Sūdān*. Paris: Éditions du Centre national de la recherche scientifique, 1985.

HUNWICK, John O. (ed.) – *Timbuktu and the Songhay Empire. Al-Sa'di's Ta'rīkh al-Sūdān down to 1613 and Other Contemporary Documents*. Leiden: Brill, 1999.

LEVTZION, Nehemia; HOPKINS, J. F. P. (ed., transl.) – *Corpus of Early Arabic Sources for West African History*. Princeton: Markus Wiener, 2000.

MORAES FARIAS, Paolo Fernando de (ed.) – *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali: Epigraphy, Chronicles, and Songhay-Tuāreg History*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

NIANE, Djibril Tamsir – *Soundjata ou l'épopée mandingue*. Paris: Présence africaine, 1960.

Studies

AUSTEN, Ralph A. (dir.) – *In Search of Sunjata. The Mande Oral Epic as History, Literature, and Performance*. Bloomington: Indiana University Press, 1999.

BARTH, Heinrich – *Reisen und Entdeckungen in Nord- und Central-Afrika, in den Jahren 1849 bis 1855*. Gotha: Julius Perthes, 1857-1858.

BINGER, Louis-Gustave – *Du Niger au Golfe de Guinée par le pays de Kong et le Mossi*. Paris: Hachette, 1892, 2 vols.

“Cahier Koumbi Saleh”, *Afrique Archéologie Arts* [Online] 3 (2004-2005). Available at <https://journals.openedition.org/aaa/1924>.

COLLET, Hadrien – “L’introuvable capitale du Mali: la question de la capitale dans l’historiographie du royaume médiéval du Mali”. *Afriques* [Online] 4 (2013). Available at <http://journals.openedition.org/afriques/1098>.

COLLET, Hadrien – “Échos d’Arabie. Le Pèlerinage à La Mecque de Mansa Musa (724-725/1324-1325) d’après des nouvelles sources”. *History in Africa* 46 (2019), pp. 105-135.

COLLET, Hadrien – “Présences passées du Māli: les Māli comme horizon historique en Afrique de l’Ouest (XVII^e-XIX^e siècle)”. In FAUVELLE, François-Xavier; GUTRON, Clémentine (dir.) – *Passés antérieurs. À travers les strates de l’histoire en Afrique*. Paris: Pétra, 2022, pp. 145-195.

COLLET, Hadrien – *Le sultanat du Māli. Histoire régressive d’un empire médiéval, XXI^e-XIV^e siècle*. Paris: CNRS Éditions, 2022.

COLLEYN, Jean-Paul – *Bamana*. Milan: 5 Continents Editions, 2009.

COOLEY, William Desborough – *The Negroland of the Arabs Examined and Explained, or an Inquiry into the Early History and Geography of Central Africa*. London: J. Arrowsmith, 1841.

DELAFOSSÉ, Maurice – *Haut Sénégal-Niger*. Paris: Larose, 1912, 3 vols. Vol. 1: *Le Pays, les peuples, les langues*. Vol. 2: *L’Histoire*. Vol. 3: *Les Civilisations*.

DEVISSE, Jean; DIALLO, Boubacar – “Le seuil du Wagadu”. In DEVISSE, Jean (dir.) – *Vallées du Niger*. Paris: Éditions de la Réunion des musées nationaux, 1993, p. 103-115.

FAUVELLE, François-Xavier – “Niani *redux*. A Final Rejection of the Identification of the Site of Niani (Republic of Guinea) with the Capital of the Kingdom of Mali”. *P@lethnology* [Online] 4 (2012), pp. 235-252. Available at blogs.univ-tlse2.fr/palethnologie/en/2012-10-fauvelle-aymar/.

FAUVELLE, François-Xavier – “La correspondance entre Raymond Mauny et Wladislaw Filipowiak au sujet de la fouille de Niani (Guinée), capitale supposée de l’empire médiéval du Mali”. In FAUVELLE, François-Xavier; HIRSCH, Bertrand (dir.) – *Les Ruses de l’historien. Essais d’Afrique et d’ailleurs en hommage à Jean Boulègue*. Paris: Karthala, 2013, pp. 331-355.

FAUVELLE, François-Xavier – “African Archaeology and the Chalk-Line Effect: A Consideration of Mâli and Sijilmâsa”. In GREEN, Toby; ROSSI, Benedetta (dir.) – *Landscapes, Sources and Intellectual Projects of the West African Past. Essays in Honour of Paulo Fernando de Moraes Farias*. Leiden: Brill, 2018, pp. 46-62.

FAUVELLE, François-Xavier – “Ghâna, Mâli, Songhay, royaumes courtiers du Sahel occidental (VIII^e-XVI^e siècle)”. In FAUVELLE, François-Xavier (dir.) – *L’Afrique ancienne. De l’Acacus au Zimbabwe, 20.000 avant notre ère – XVII^e siècle*. Paris: Belin, 2018, pp. 171-201.

FAUVELLE, François-Xavier – *The Golden Rhinoceros: Histories of the African Middle Ages*. Translated by Troy Tice. Princeton: Princeton University Press, 2018, pp. 190-199.

FAUVELLE, François-Xavier – *Les Masques et la mosquée. L’empire du Mâli (XIII^e-XIV^e siècle)*. Paris: CNRS Éditions, 2022.

FAUVELLE, François-Xavier – *Penser l’histoire de l’Afrique*. Paris: CNRS Éditions, 2022.

FAUVELLE, François-Xavier; HIRSCH, Bertrand – “Voyage aux frontières du monde. Topologie, narration et jeux de miroirs dans la *Rihla* de Ibn Battûta”. *Afrique & Histoire* 1 (2003), pp. 75-122. Available at <https://www.cairn.info/revue-afrique-et-histoire-2003-1-page-75.htm>

FAUVELLE, François-Xavier; ROBION-BRUNNER, Caroline – “Les routes de l’or africain au Moyen Âge”. In COQUERY-VIDROVITCH, Catherine (dir.) – *L’Afrique des routes: histoire de la circulation des hommes, des richesses et des idées à travers le continent africain*. Arles: Actes Sud-Musée du Quai Branly, 2017, pp. 82-89.

FILIPOWIAK, Władisław – *Études archéologiques sur la capitale du Mali*. Szczecin: Museum Narodowe, 1979.

GOMEZ, Michael – *African Dominion. A New History of Empire in Early and Medieval West Africa*. Princeton: Princeton University Press, 2018.

HIRSCH, Bertrand – “Écritures de l’histoire en Afrique (XIII^e-XVII^e siècles)”. In FAUVELLE, François-Xavier (dir.) – *L’Afrique ancienne. De l’Acacus au Zimbabwe, 20.000 avant notre ère – XVII^e siècle*. Paris: Belin, 2018, pp. 375-401.

HUNWICK, John O. – “The Mid-Fourteenth Century Capital of Mali”. *Journal of African History* 14 (1973), pp. 195-206.

KOGMAN-APPEL, Katrin – *Catalan Maps and Jewish Books: The Intellectual Profile of Elisha ben Abraham Cresques (1325-1387)*. Turnhout: Brepols, 2020.

LEVTZION, Nehemia – *Ancient Ghana and Mali*. London: Methuen, 1973.

LY-TALL, Madina – *L'Empire du Mali*. Dakar-Abidjan: Nouvelles éditions africaines, 1977.

MASONEN, Pekka – *The Negroland Revisited: Discovery and Invention of the Sudanese Middle Ages*. Helsinki: Academia scientiarum fennica, 2000.

MAUNY, Raymond – *Tableau géographique de l'Ouest africain au Moyen Âge*. Dakar: Institut français d'Afrique noire, 1961.

MCINTOSH, Susan K. (dir.) – *Excavations at Jenné-Jeno, Hambarketolo, and Kaniana (Inland Niger Delta, Mali): The 1981 Season*. Berkeley: University of California Press, 1995.

MEILLASSOUX, Claude – “L'itinéraire d'Ibn Battuta de Walata à Malli”. *Journal of African History* 13 (1972), pp. 389-395.

MONTEIL, Charles – “Les empires du Mali (étude d'histoire et de sociologie soudanaises)”. *Bulletin du Comité d'études historiques et scientifiques de l'Afrique occidentale française* 12 (1929), pp. 291-447. Republished as: MONTEIL, Charles – *Les Empires du Mali. Étude d'histoire et de sociologie soudanaises*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1968.

NIANE, Djibril Tamsir – *Recherches sur l'Empire du Mali au Moyen Âge*. Paris: Présence africaine, 1975.

NOBILI, Mauro – *Sultan, Caliph and the Renewer of the Faith. Aḥmad Lobbo, the Tārīkh al-fattāsh and the Making of an Islamic State in West Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

PERSON, Yves – *Historien de l'Afrique, explorateur de l'oralité*. Edition introduced and annotated by F.-X. Fauvelle et Cl.-H. Perrot. Paris: Publications de la Sorbonne, 2018.

POISSONNIER, Bertrand – “The Great Mosque of Timbuktu: Seven Centuries of Earthen Architecture”. In PRADINES, Stéphane (dir.) – *Earthen Architecture in Muslim Cultures: Historical and Anthropological Perspectives*. Leiden: Brill, 2018, pp. 22-36.

REPARAZ RUIZ, Gonzalo de – “L'activité maritime et commerciale du royaume d'Aragon au XIII^e siècle et son influence sur le développement de la cartographie de Majorque”. *Bulletin hispanique* 49 (1947), pp. 422-451.

SIMONIS, Francis – “L'Empire du Mali d'hier à aujourd'hui”. *Cahiers d'histoire. Revue d'histoire critique* [Online] 128 (2015), pp. 71-86. Available at <https://journals.openedition.org/chrhc/4561>.

TAKEZAWA, Shoichiro; CISSÉ, Mamadou (dir.) – *Sur les traces des grands empires: recherches archéologiques au Mali*. Paris: L'Harmattan, 2017.

TOGOLA, Téréba – “The Rape of Mali’s only Resource”. In BRODIE, De Neil; TUBB, Kathryn Walker (dir.) – *Illicit Antiquities: The Theft of Culture and the Extension of Archaeology*. London: Routledge, 2002, pp. 250-256.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FAUVELLE, François-Xavier – “The imperial capital of Mâli (14th century): A new hypothesis”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 55-80. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

ARTIGOS

ARTICLES



***Where be dragons? Draconic environments in the Old
Norse-Icelandic sagas***

***Onde há dragões? Ambientes dracónicos nas sagas nórdico-
islandesas antigas***

Miguel Andrade

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa
1600-214 Lisboa; Portugal

miguel.andrade@campus.ul.pt

<https://orcid.org/0000-0003-0528-245X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 15 de Junho de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7718>

ABSTRACT

Dragons are frequent presences in Old Norse-Icelandic sagas, composed between the 13th and 15th centuries. The locations where dragons appear have been so far observed mainly under the lens of their relation to centre/periphery dynamics and regarding the borders of the otherworldly. Less focus has been devoted to the physical environments that dragons occupy, whether the ones they habitually inhabit or the ones they turn uninhabitable.

The habitat of dragons encompasses a variety of natural environments throughout Old Norse-Icelandic literature. In this article, we will focus on the literary landscapes (sometimes informed by real geographies familiar to the authors, depending on setting), which surround dragons in the sagas, namely topographical features, weather phenomena, times of day and seasons. The main goal will be to define which landscapes saga dragons are mainly found in, and reflect on how dragons interact with their surroundings, altering their landscapes, most often through destructive means and making spaces into non-shared zones.

As descriptions of dragon surroundings are often scarce in detail, this study intends to take a broad-scope approach to the available corpus of sagas with dragons in them, combing 55 dragon occurrences across 38 sagas and *þættir* ("tales, episodes") for landscape-oriented vocabulary. It will focus on "legendary sagas" and "chivalric sagas" due to prevalence of the material, but also include episodes from "sagas of Icelanders", "kings' sagas" and other texts adjacent to those genres.

Keywords: dragons; Old Norse; saga; landscape; ecocriticism.

RESUMO

Os dragões são presenças frequentes nas antigas sagas nórdico-islandesas, compostas entre os séculos XIII e XV. Até ao presente, os locais associados aos dragões têm sido analisados sobretudo na perspetiva da sua relação com as dinâmicas centro/periferia e com as fronteiras do Outro Mundo. Uma menor atenção foi até agora votada aos ambientes físicos ocupados pelos dragões, tanto os por eles normalmente habitados como os por eles tornados inabitáveis.

O habitat dos dragões abrange, na literatura islandesa medieval, uma grande variedade de paisagens naturais. Neste artigo, focar-nos-emos nas paisagens literárias (ocasionalmente reflectindo geografias reais familiares aos autores, dependendo do cenário evocado) que rodeiam os dragões nas sagas, atendendo em particular aos elementos topográficos, fenómenos meteorológicos, alturas do dia e estações do ano. O objectivo principal será definir as principais paisagens em que os dragões são encontrados e reflectir sobre as suas interações com o meio envolvente, alterando as paisagens, principalmente através de meios destrutivos e transformando-as em lugares não-partilhados.

Como as descrições dos ambientes que envolvem os dragões são frequentemente parcas em detalhes, será realizado um estudo alargado do *corpus* de sagas com referências a dragões, procurando-se vocabulário relacionado com paisagens nas 55 ocorrências encontradas em 38 sagas e *þættir* ("contos, episódios"). Focar-me-ei nas "sagas lendárias" e nas "sagas de cavalaria", dada a prevalência de material nestes subgéneros, mas também incluirei episódios das "sagas de Islandeses", das "sagas de reis" e de outros textos que lhes são adjacentes.

Palavras-chave: dragão; Nórdico Antigo; saga; paisagem; ecocrítica.



Introduction – research questions, methodology, and article structure

In previous studies of the dragon in Old Norse (ON) sagas and *þættir*, I have often felt the need for more solid, quantifiable notions of what kind of places dragons are associated with, and in what way do they relate to them. As such, in the present article¹, I endeavoured to analyse the relationship of dragons with the environments they inhabit in these prose narratives. To do so, I first mapped the landscapes inhabited by dragons, as well as weather phenomena, times of day, and seasons most associated with their presence. Considering the potential interest of these results for further study of saga dragons, in the first and largest part of this article I will devote myself to presenting the conclusions that I arrived at, considering them quantitatively and discussing them. In a second, shorter part of the article, I will close off with some brief notes on how a dragon's presence affects the natural environment, through the sagas where that is manifest. Dragons interact with the landscape usually in a destructive way, and their presence tends to lead towards those spaces being turned into non-shared spaces, dominated by the dragon.

For the purpose of accomplishing the abovementioned goals, I conducted a wide source-survey, isolating fifty-five dragon references across thirty-eight texts – as several of the texts I studied contain more than one dragon – ranging in composition date from the 13th to the 15th centuries. The episodes are highly varied in detail². I

¹ An earlier version of this article was presented as a conference paper at the *12th Háskóli Íslands Student Conference on the Medieval North*, on the 15th April 2023, under the same title. I wish to thank the organizing committee for allowing me to present these findings to my peers at such a privileged venue, as well as the audience for all their questions, which allowed me to develop my thoughts to the stage here presented. Both this article and the preceding paper were financed by national funds through FCT - Foundation for Science and Technology, I.P, within the scope of the PhD Studentship 2022.13013.BD.

² For the purposes of this article, I have considered any mention of a separate dragon as a case, even if they are extremely brief (as in *Njáls saga*), counting them by the dragon and not by appearance. I did not count it as a different episode when the same dragon appears several times in a narrative, as, when that happens, the dragon is usually in the same environment in the narrative – such as Jakúlus in *Yngvars saga víðförla* and the dragon of *Sigurðar saga þogla*. I made an exception for the case of the *Þiðreks saga* dragon faced by both king Hernið and king Þiðrekr, as both accounts are lengthy and detailed, while the initial encounter with the dragon seems to take place in a slightly different environment, even if both end up in the dragon's cave – with a very different outcome, Hernið devoured and Þiðrekr victorious. However, I counted it as a different "episode" when a dragon which features prominently in one saga was mentioned in another text (e.g. numerous mentions of the

did not focus on geographical or toponymical data, merely on accounting for the physical features of landscapes and places that dragons interact with or inhabit. My corpus³ is comprised majorly of sagas belonging, although not solely, to the genres⁴ of legendary sagas (*fornaldarsögur*) and chivalric sagas (*riddarasögur*), both translated and indigenous ones – by far, those two saga genres hoard almost of the

Fáfnir fight across texts related to the Volsung legend), as, even if they are quick mentions, they usually come accompanied by location vocabulary, being thus different witnesses for my purposes.

³ In alphabetical order, the texts considered in this study were: *Bærings saga*, *Bjarnar saga hitdælakappa*, *Blómstrvalla saga*, *Bósa saga ok Herrauðs*, *Dínus saga drambláta*, *Ectors saga*, *Eiríks saga víðförla*, *Erex saga Artuskappa*, *Flóres saga konungs ok sona hans*, *Gull-Þóris saga*, *Göngu-Hrólfs saga*, *Hálfðanar saga Eysteinsonar*, *Haralds saga harðráða* (*Morkinskinna* version), *Hrólfs saga kraka*, *Ívens saga*, *Jómsvíkinga saga*, *Ketils saga hængs*, *Konráðs saga keisarasonar*, *Njáls saga*, *Norna-Gests þátrr*, *Óláfs saga Tryggvasonar* (*Heimskringla* version) *Ragnars saga loðbrókar*, *Ragnarsonna þátrr*, *Saga af Tristram ok Ísodd*, *Sigrarðs saga frækna*, *Sigurðar saga þögla* (long version), *Sǫrla saga sterka*, *Sögubrot af fornkonungum*, *Tristrams saga ok Ísöndar*, *Trójumanna saga*, *Valdimars saga*, *Viktors saga ok Blávus*, *Vilhjálmss saga sjóðs*, *Völsunga Saga*, *Yngvars saga víðförla*, *Þidreks saga af Bern*, *Þórsteins þátrr forvitna*, and *Órvar-Odds saga* (version E). Fuller references will be provided as the texts are cited or referred to, and all the editions I have used will be referenced in the article's bibliography.

I endeavoured to include in this survey as much Old Norse-Icelandic texts with dragon episodes as I am aware of to exist, and as they were available to me. I was, unfortunately, not able to consider the dragons in *Guðmundar saga*, which includes a dragon episode over the same place that *Jómsvíkinga saga* does (as retold in the introduction to the latter saga in FINLAY, Alison; ÞÓRDÍS Edda Jóhannesdóttir [eds./trans.] – *The Saga of the Jómsvíkings – A Translation with Full Introduction*. Kalamazoo: Medieval Institute Publications: Western Michigan University, 2018, p. 5). For the present landscape survey, translations of hagiographical material which mention dragons have also not been included, such as *Antóníuss saga*, *Benedikts saga*, *Margrétar saga*, *Matheuss saga*, *Mikjálss saga saga*, *Nikuláss saga erkibyskups II*, *Silvesters saga* because they mostly adhere to the versions of the tales known outside of the Old Norse context, being highly typified, and the dragon in them is overtly a stand-in for the Devil, differing from other texts here studied; it should be said that they do not usually prominently feature natural environments (most of their dragon appearances take place in an urban setting). Nevertheless, reference to these texts is made when relevant. I have also not included encyclopaedic material which mentions dragons, such as the text known as *Om ormar* (see BARREIRO, Santiago [trans.] – “*De Serpentina* en el norte medieval: traducción y comentario a *Om Ormar*”. *Calamus* 7 [2023], pp. 82-98). East Norse texts, produced in Denmark or Sweden, were also not considered, nor were Latin texts produced in medieval Nordic contexts. Nonetheless, a future study, considering from a similar point-of-view the abovementioned texts which were not included, could prove enriching. Similarly, two promising modes of inquiry were not explored here: the study of poetic language for dragons (kennings especially could prove very interesting, as some of the poetic periphrases for dragons focus on “forests”, e.g. *myrkaurriði markar* [“dark trout of the forest or trout of the dark forest?”], see SNORRI Sturluson – *Edda – Skáldskaparmál. 2. Glossary and Index of Names*. Ed. Anthony Faulkes. Exeter: University College London/Viking Society for Northern Research, 2007, p. 359); and the study of place names (Iceland boasts numerous placenames related to *dreki* alone, one of the most famous in current days being the canyon called *Drekagil* [“Dragon’s Gully”]). Encompassing these additional approaches would, to my mind, require a different type of article, and my focus here has been on making available the data concerning the abovementioned sagas and advancing some conclusions about them.

⁴ Saga genres are, of course, a modern scholarly construction which would not have existed for medieval authors nor audience in the form that we look at them today. While some generic expectations would exist, most texts are nowadays recognized to feature generic hybridity. For a summary of the state-of-the-art on this subject see BAMPI, Massimiliano – “Genre”. In ÁRMANN Jakobsson; SVERRIR Jakobsson (eds.) – *The Routledge Research Companion to the Medieval Icelandic Sagas*. New York: Routledge, 2017 (e-book); and for detailed and most recent critical studies see BAMPI, Massimiliano; LARRINGTON, Carolyne; SIF Rikhardsdóttir (eds.) – *A Critical Companion to Old Norse Literary Genre*. Cambridge: D.S. Brewer, 2020.

dragons in ON literature. Considerations about saga genres regarding the landscape distribution will also be pointed out when useful.

Regarding my initial search, I paid attention to descriptions of environments surrounding the dragons, not only to the places they inhabit, but also those that they visit – or, more usually, that they attack – and those where they are killed and/or laid to rest, as sometimes those are all different settings. I noted down topographical elements present in the places where dragons roam, as well as whether they are placed in the wild or close to inhabited places, in an attempt to find tendencies or lack thereof – this data will be presented through a table at the end of the article (Table 1). On a parallel search, I also took note of whether dragons were, as well as of what time of the year and what type of weather and lighting conditions they made their appearances, whenever they were specified. This information was limited and much less frequent in the sources, which is why it will be debated in the text but not presented on the table.

The question of where dragons begin and end in ON literature also lends itself to a lengthy answer. The usual vocabulary for them encompasses the words *ormr* (pl. *ormar*) and *dreki* (pl. *drekar*). *Dreki* would seem to lend itself to less debate, as it refers without fault to a concept of “dragon” as we tend to think of it now: it usually designates a serpent with unusual physical characteristics (wings, breathing fire, abnormally large size) or which assumes a significant, and usually typified, narrative function⁵. *Ormr* is a more problematic term since it is applied both to commonly sized snakes as to the creatures to which the label “dragon” is fitting above all others, such as Fáfnir of the Vǫlsung legend. I chose to include those *ormar* in this study (aside from those which are also called *drekar*) which corresponded to the above-outlined characteristics of the dragon, either physical or narrative. As Santiago

⁵ I elaborate at length on the terminology and morphology of ON dragons in the chapter “O dragão nórdico medieval – um estudo lexical e morfológico” of my Master’s thesis, see ANDRADE, Miguel Diogo – *O Dragão no Imaginário Nórdico Medieval: um estudo das sagas islandesas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020. Master’s dissertation, pp. 136-187. Other studies which review dragon terminology are EVANS, Jonathan – “As Rare as they are Dire’: Old Norse Dragons, *Beowulf*, and the *Deutsche Mythologie*”. In SHIPPEY, T. A. (ed.) - *The Shadow-Walkers: Jacob Grimm's Mythology of the Monstrous*. Tempe: Turnhout: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies: Brepols, 2005, pp. 217, 222-230; and LIONARONS, Joyce Tally – *The Medieval Dragon – The Nature of the Beast in Germanic Literature*. Enfield: Hisarlik Press, 1998, pp. 29, 100.

Barreiro defends, “dragon” can be understood more in terms of behaviour than of taxonomy⁶. Moreover, Ármann Jakobsson has brought attention to how supernatural beings in medieval literature do not lend themselves to an easily deployed Linnean categorization, since medieval terminology is seemingly used without following a set of rules⁷. It is my view that a dragon can be called as such, by us that study it, if both its description and the surrounding narrative context fit with the criteria listed above, even if the text directly refers to it only by the words *dýr* (“beast”) or *tröll*⁸.

Mapping draconic landscapes

Terms of inquiry and general results

I want to lead off my discussion of the environments connected to dragons by explaining the types of landscape elements that I tallied, which will be discussed and divided into broad groups. The specific vocabulary in ON varied, but its complete listing would fall here outside the mark – I will make a point of mentioning cases where the possibility of several interpretations could be relevant⁹. Firstly, then, the landscape elements connected to water: “sea”, “rivers/lakes”, “islands” and “waterfalls”. Secondly, several elements of topography that seemed connected to geological accidents: on one end, mountains/hills, canyons/chasms, and

⁶ BARREIRO, Santiago – “The Hoard Makes the Dragon - Fáfñir as a Shapeshifter”. In BARREIRO, Santiago; CORDO RUSSO, Luciana (eds.) – *Shapeshifters in Medieval North Atlantic Literature*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2019, p. 61.

⁷ ÁRMANN Jakobsson – “The Taxonomy of the Non-existent: Some Medieval Icelandic Concepts of the Paranormal”. *Fabula* 54 (2013), p. 212.

⁸ I am referring to the “dragon” of *Hrólfs saga kraka*. I have argued before that the fact that the beast seems to embody usual characteristics of a *flugdreki* (“flying-dragon”) and is killed in the same way as those are, and that the episode resembles a “parody” of an initiatory dragon-fight, transforming Hötr into a hero, is enough to count the creature as a dragon, or at least a narrative clothed in all the trappings of a dragon episode, and liable to be examined as such (see ANDRADE, Miguel – *O Dragão no Imaginário Nórdico Medieval*, pp. 166, 253, 274-276. For a most recent study of *Hrólfs saga* which further supports this claim, see STRAUBHAAR, Sandra Ballif – “Ok flýgr þat jafnan’: Icelandic Figurations of Böðvarr bjarki’s Monster”. In ÁRMANN Jakobsson; MAYBURD, Miriam (eds.) – *Paranormal Encounters in Iceland 1150-1400*. Boston: Berlin: De Gruyter, 2020, pp. 193-201 (as it came out soon after I submitted my Master’s thesis, I was not able to include it for consideration in my previous treatment of the subject).

⁹ In most of the cases, a specific word in Old Norse corresponding to its indicated English equivalent was present; however, at points the type of landscape is indicated rather by interpreting a descriptive passage. For example, sometimes the word *á* is used which unambiguously means “river”, while when we find the word *vatn*, which means primarily “water” but can also be used for “lake”, we must rely on context clues when they are present to be able to pinpoint what kind of body of water is meant.

cliffs/boulders; on the other, caves and "lairs"¹⁰, the last term being a more nebulous classification regarding whether it is manmade or a "natural" landscape feature – the latter seems to be the case most of the time, with "lair" being used as if to mean an underground dwelling such as a cave, but we I believe it important to keep the nuances in mind (in *Völsunga saga*, for example, walls and iron-doors are mentioned for the dragon's lair, which is described as a "hús" ["house"], even if its "stokkar" ["beams"] are said to be "grafit í jörð niðr" ("buried down into the earth")¹¹. A third category may be called "greener", so to say, as it seems connected to a more abundant reference to vegetation, under which we find forests, valleys, and heaths/moors. Among these, if anywhere, I would adjoin "tracks" as well – these are not human paths, but those carved by dragons through their movement, usually in the middle of the natural landscape. Finally, a listing of manmade locations: bridges, buildings (either a single building or a group of buildings), mounds, and mentions of dragons relative to populated areas (both far and near). Only two of the analysed texts simply mentioned dragon fights within the narrative without ascribing them any physical context¹².

The above are the totality of landscapes features that I found associated with dragon narratives in the analysed texts, in generic terms. A full table with the information about which landscapes appear in which sagas can be found at the end of the article

¹⁰ While the words counted as "lairs" were usually either *ból* or *bæli* (both meaning the lair of an animal, see "ból" and "bæli" in ZOËGA, Geir T. (ed.) – *A Concise Dictionary of Old Icelandic*. Mienola: Dover, 2004, pp. 65, 82), in the case of *Sigrarðs saga frækna*, I considered a "lair" also the "jarðhús" ["underground dwelling"] that lay "niðri undir dyngjunni" ["under the heap"] (HALL, Alaric; RICHARDSON, Steven D.P.; HAUKUR Þorgeirsson [eds./trans.] – "*Sigrarðs saga frækna*: A normalised text, translation, and introduction". *Scandinavian-Canadian Studies* 21 [2013], p. 136).

¹¹ FINCH, R.G. (ed./trans.) – *Völsunga saga – The Saga of the Volsungs*. London: Nelson, 1965, pp. 34-35, although the translation is mine in this instance. On the same subject, in *Yngvars saga víðförla*, only in the second encounter with Jakúlus is the word "lair" used; it is unclear if it merely describes the small hill where the dragon rests which seems to be made of piled-up treasure and various serpents, or if we are being introduced to new information, and we should understand there to be a cave of sorts in the hill (see GUÐNI Jónsson [ed.] – "Yngvars saga víðförla". In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 2. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, p. 454).

¹² These are: the brief mention by Sintram of the dragon which king Þiðrekr of Bern and Fasold had freed him from, as reminisced in *Flóres saga konungs ok sona hans* (see BJARNI Vilhjálmsson [ed.] – "Flóres saga konungs og sona hans". In *Riddarasögur*. Vol. 5. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1951, p. 97; and the even shorter mention of the dragon fought by Þorkell hákr in *Njáls saga* (EINAR Ól. Sveinsson [ed.] – *Brennu-Njáls saga*. Reykjavík: Hið íslenszka fornritafélag, 1954, p. 303).

(Table 1), further broken down by saga genre¹³. I will now discuss the tendencies found as a result of this survey and some possible interpretations for these results¹⁴.

To start off, we can note that the landscape elements most abundantly connected to dragons¹⁵, by percentage of appearances in episodes relative to the total number of episodes, are: forests (c. 31%), the sea (c. 25% of narratives), lakes/rivers (c. 25%), mountains/hills (c. 25%), buildings (c. 18%), cliffs/boulders (c. 16%), caves (c. 16%), and lairs (c. 16%). In some instances, it would perhaps be more useful to consider the categories mentioned above as tallied together. We will now move into a detailed discussion of the aqueous places where dragons are found.

Aquatic environments

Be it at sea or in a body of freshwater, there is a significant association of water with dragons. I would add the detail that ten out of fourteen texts which mention the sea are set in Scandinavian geography. However, we should take care with the notion that the sea would be a natural habitat for a dragon, or that these dragons should be thought of as "sea dragons"¹⁶, which could be suggested by the existence of the mythological Miðgarðsormr, the gigantic serpent which "lies in the midst of the ocean encircling all lands and bites on its own tail"¹⁷. If we look at the specifics of the

¹³ The categories presented are: sagas of Icelanders, kings's sagas (and associated texts), legendary sagas, translated chivalric sagas and indigenous chivalric sagas. Three texts are included with kings' sagas which demand explanation: *Jómsvíkinga saga*, of notoriously difficult categorization, is included among the kings' sagas as it shares with them thematic, geographical and chronological affinities; *Sögubrot af fornkonungum* is a fragmentary text which seems to be a kings' saga about Danish and Swedish kings; *Þorsteins þáttr forvítna* is a short episode often copied alongside the text of kings' sagas, most notably in *Flateyjarbók* (GKS 1005 fol), and features interaction between an Icelander and a Norwegian king.

¹⁴ As the following discussion will mostly deal with general results of the survey, I would direct the reader to the table if they wish to ascertain which sagas contain which landscape elements, as all the information is there present. Whenever specific vocabulary or episodes are under discussion, full references with page numbers are evidently provided in the footnotes.

¹⁵ Those which had a presence in at least 15% of the narratives.

¹⁶ An honorable mention should be made of the dragon of *Guðmundar saga*, whose text I couldn't analyse fully and so did not include in the survey, but which Jonathan Evans indicates to be a true sea-dragon, see EVANS, Jonathan - "As Rare as they are Dire", p. 245.

¹⁷ SNORRI Sturluson - *Edda*. Trans. Anthony Faulkes. London: Everyman, 1995, p. 27. In the original, "liggr í miðju hafinu of öll lond ok býr í sporð sér", see SNORRI Sturluson - *Edda: Prologue and Gylfaginning, Second Edition*. Ed. Anthony Faulkes. London: University College London: Viking Society for Northern Research, 2005, p. 27. Inevitably, the maritime dragon Miðgarðsormr brings to mind comparisons with aquatic beings from other cultural contexts, of serpentine or anguiform morphology, which either personify or inhabit the ocean in other mythologies, frequently connected to the idea of the primordial waters. The most blatant and particularly relevant of these, due to

"sea" category, we see that out of all instances, 6 are dragons that either fight *on* or disappear *into* the sea; eight instances are of dragons that reside or are fought *by* the sea. Furthermore, nine out of fourteen dragons are actually shapeshifting men, usually berserkers or sorcerers, who have the ability to transform into dragons or whose *fylgja*¹⁸ is represented by a dragon in a dream.

Freshwater is a somewhat different matter, showing some dragons which appear to live in water, at least partially. We find three mentions of dragons in lakes, and while the dragon of *Flóres saga*¹⁹ simply lives on an island in a lake²⁰, both in *Vilhálms saga sjóðs*²¹ and in *Sigrarðs saga frækna*²² these dragons seem at ease in the water, attacking from underwater and happy to continue the fight from the lake. They can be understood, perhaps, to live or at least dwell there habitually, even if in *Vilhálms saga* the lake appears to be in the middle of an *eyðiskógr*, "a desert-forest" in

Miðgarðsormr biting its own tail, is the Ouroboros, a similar greek-egyptian creature which transmits the idea of completeness and unity (on the topic see a discussion in AUNE, David E. - "Circle". In JONES, Lindsay (ed.) - *Encyclopedia of Religion – Second Edition*. Vol. 3. Detroit: Thomson Gale, 2005, pp. 1792-1793). Another all-encompassing personification of the ocean is the greek Okeanos, sometimes represented with anguipisciform features (for a discussion, see MOURÃO, Cátia - *Autem non sunt rerum natura. Figurações heteromórficas em mosaicos hispano-romanos*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. PhD dissertation, pp. 338-339). Furthermore, in Indo-European myth, a giant serpent often faces off against a god of storms, such as the Miðgarðsormr often does against Þórr (a major comparative-linguistic study on this conflict across cultures can be found in WATKINS, Calvert - *How to Kill a Dragon: Aspects of Indo-European Poetics*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1995). In Near-Eastern myth, some significant ones to be pointed out are the Hebrew sea beasts *tanninim*, the most famous representant of which is the Leviathan, spoken of as being domesticated by God in Job 40, but that in a previous phase of development of the religion, along with Behemoth, probably represented a chaotic force opposing the creator god, a conclusion achieved when compared with neighbouring cultures—a detailed study arguing for strong Canaanite influences on the Old Testament can be found in DAY, John - *God's conflict with the dragon and the sea*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; cf. another study, highlighting instead oriental semitic influences over the occidental Canaanites, in LEWIS, Theodore J. - "CT 13.33-34 and Ezekiel 32: Lion-Dragon Myths". *Journal of the American Oriental Society* 116:1 (1996), pp. 28-47. [Consulted online, 1st October 2023]. Available on <http://www.jstor.org/stable/606370>.

¹⁸ A type of figuration of the soul which appears only in dreams, in a female or animal shape (see "fylgja" in SIMEK, Rudolf (ed.) – *Dictionary of Northern Mythology*. Trans. Angela Hall. Cambridge: D.S. Brewer, 2007, pp. 96-97.

¹⁹ BJARNI, Vilhálmsson (ed.) – "Flóres saga", p. 99.

²⁰ Perhaps also so the dragon of *Þorsteins þáttr forvitna*, but we cannot be sure what kind of water the islet is in.

²¹ LOTH, Agnete (ed.) – "Vilhálms saga sjóðs". In *Late Medieval Icelandic Romances*. Vol. 4. Copenhagen: Munksgaard, 1964, p. 44.

²² HALL, Alaric; RICHARDSON, Steven D.P.; HAUKUR, Þorgeirsson (eds. and trans.) – "Sigrarðs saga frækna", p. 136.

*Libialand*²³, and for *Sigrgrarðs saga* the lake is next to the small hill where the dragon's lair is. Rivers are far more common, with eight mentions of dragons specifically by rivers of various dimensions (one in a dream and one underground, in a dungeon²⁴). In three instances, the word *vatn* isn't accompanied by enough descriptors to allow us to understand which type of body of water is dealt with (whether a stream or a lake is present). Of the analysed sagas, it is in two *íslendingasögur* ("sagas of Icelanders", which are mostly set in Iceland and Scandinavia), that we see waterfalls associated with dragons, and only in somewhat specific Northern geographies. One is in the north of Norway, as the saga tells us that a river falls from a mountain called Blesavergr (on the coast of Dumshaf), and behind the waterfall is the cave where Valr and his sons rest, shapeshifted into dragons—this cave is known precisely by this, bearing the name Valshellir²⁵. Another is in Iceland—a waterfall named Gullfoss, in the North of Iceland—where Gull-Þórir himself is said to have near it ["become a dragon and had lain on his gold-chests"]²⁶ ("hafi að dreka orðið og hafi lagist á gullkistur sínar")²⁷.

Dragons are often mentioned as having the habit of moving to water to drink, and the influence of Fáfñir as a model for other dragon narratives must account for the frequency of this motif – in the Fáfñir legend, in its various forms, the dragon Fáfñir is mentioned has habitually sliding or scurrying along one same path on the way to

²³ LOTH, Agnete (ed.) – "Vilhjálm's saga sjóðs", p. 44. We will circle back to the word "eyði", meaning "desert/desolate spaces", and their connections to dragons, in the second half of this article, see below.

²⁴ Respectively, in *Bærings saga* (see CEDERSCHIÖLD, Gustaf [ed.] – "Bærings saga". In *Fornasögur Sudrlanda. Magus saga jarls, Konraðs saga, Bærings saga, Flovents saga, Bevers saga*. Lund: Fr. Berlings Boktryckeri och Stilgjuteri, 1884, p. 86) and in the *Morkinskinna* version of *Haralds saga harðráða*, in the dungeon that the king is thrown into, where a great dragon sleeps by a river running through the cave ("Þar var firir einn mikill eitormr. ok svaf þa við becc einn er flæt i hellinom", see FINNUR, Jónsson [ed.] – *Morkinskinna*. København: J. Jørgensen & Co., 1932, p. 80).

²⁵ Mentioned both at the end of *Hálfðanar saga Eysteinnssonar* (see GUÐNI, Jónsson (ed.) – "Hálfðanar saga Eysteinnssonar". In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík, Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 284-285), where their transformation into dragons is "shown", and in *Gull-Þóris saga*, when the titular hero and his companions find and fight the transformed dragons for their treasure (edited under its alternate name of "Þorskfirðinga saga". See ÞÓRHALLUR, Vilmundarson; BJARNI, Vilhjálmsson [eds.] – *Harðar saga*. Reykjavík: Hið íslenska fornritafélag, 2009, pp. 187-189).

²⁶ Unless stated otherwise, translations are my own.

²⁷ ÞÓRHALLUR, Vilmundarson and BJARNI, Vilhjálmsson [eds.] – "Þorskfirðinga saga", p. 226. In the same page, one can also find in the notes a discussion on correspondences of this waterfall with real waterfalls found in Iceland, as well as on folklore traditions concerning Gull-Þórir.

water, where it goes to drink²⁸. When we consider that Fáfnir is *the* preeminent ON dragon in legend²⁹, it is a most plausible assumption that the tale of the *Völsung* dragon-slaying was one of the main contributors for the Old Norse concepts of dragons, and it is easy to understand why so many narratives also adopt most narrative spatial features that characterize Fáfnir – the water, the lair, the isolation from society³⁰.

Curiously, while the treasure of Fáfnir is said to come specifically from a river in *Völsunga saga*,³¹ the place where Fáfnir goes to drink is merely referred to as "water"³². If we consider how many episodes associate dragons with aqueous places altogether, then, we arrive at an impressive 51% of episodes. Whether on, under, or by water, the association of dragons with this element can justifiably be considered strong. To my mind, the explanation for this could most probably be understood as a literary impact of the deep-set mythological association of the titanic *Miðgarðsormr* with the sea, and also in the influence of the Fáfnir-tradition. However, given the great abundance and variety of aquatic spaces, it is curious that dragons do not seem to have an intrinsic symbolic connection to them, nor interact with them in very seemingly significant (except for those dragons which make).

Rocky environments

The same analysis of the data could be made for stony habitats. Only two hills are found, while mountains seem more abundant. However, the exact tally between "mountains/hills" and "cliffs/boulders" is unclear, as one of the words tallied as

²⁸ See the Eddic *Fáfnismál*, for example, which reflects an earlier version of the tale than *Völsunga saga* (where the dragon slithers and seemingly has no limbs) and already mentions the water in its prose introduction to the poem, in LARRINGTON, Carolyne (trans.) – "The Lay of Fafnir". In *The Poetic Edda – Revised Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 153.

²⁹ On the impact of the Fáfnir legend, see a chapter by Jonathan Evans, especially: "the story of Sigurd's killing of Fáfnir [...] had an extensive impact upon the northern legendary/literary milieu: [...] Fáfnir's literary analogues are almost innumerable. Images and motifs anchored in the Sigurd/Fáfnir legend appear in countless prose/poetic works, many of them late, and some considerably attenuated by literary dilution;" (EVANS, Jonathan – "As Rare as they are Dire", p. 216).

³⁰ More will be said about these other features below, as about the one exception to this rule: the heath, which was not a productive landscape element in ON dragon-tales.

³¹ Since, along the *Andvarafors* ("Falls of Andvari"), the shapeshifter Ottr (precisely in the form of an "otter") was eating his salmon "on the river bank" ("á árbakkanum", see FINCH, R.G. (ed./trans.) – *Völsunga saga*, p. 25.)

³² FINCH, R.G. (ed./trans.) – *Völsunga saga*, pp. 30–31.

“mountain”, *berg*, is liable to multiple interpretations and could mean either a mountain or other elevation, an agglomerate of rocks, or a cliffside³³ (in my survey I counted them among the “mountains”, as narrative context seemed to imply an elevation, but this ambiguity should be borne in mind). Additionally, if we count together those “caves” and “lair” which seem possible to group into underground dwellings of any sort (as most often seems to be the case), they are shown to be an important element of dragon stories: we are looking at c. 31% of dragon narratives with underground dens (seventeen mentions)³⁴. If we consider rocky environments as a whole, we will notice that they represent a very significant tendency in dragon narratives: twenty-four episodes, which amounts to c. 44% of the narratives. The other 56% are mostly split between episodes happening solely in water, forest areas, or populated areas.

“Green” environments

Nevertheless, the clear “winner” in this tally of isolated landscape elements, if there is to be one, is clearly “forest” (*skógr*), contained in nearly 31% of the episodes as the most common setting for dragon encounters. The abundance of this element is clearly explained by the influence of continental romance in saga narrative and is a good example on which to pivot our discussion towards considerations of landscapes by genres. Chivalric romance literature posits the forest as a preferred space for the knightly quest³⁵, and that will be preserved in both ON translations of romances and in the indigenous romances featuring dragons, highly influenced by the translations (mixing them up with the Norse tradition at points). Six out of the nine episodes from translated material are set in forests (*Þiðreks saga* alone contributes four of those), and in the indigenous romances, we find that five out of eleven analysed sagas contain at least one dragon in a forest, most of them inspired

³³ See “berg” in *ONP: Dictionary of Old Norse Prose* [online]. The Arnamagnæan Collection/Department of Nordic Studies and Linguistics/University of Copenhagen. [Consulted on 25th April 2023]. Available on <https://onp.ku.dk/onp/onp.php?o7926>

³⁴ Counting those mentioned as both caves and lairs as a single landscape feature, and including *Yngvars saga*’s “lair”, which is admittedly uncertain to be a cave.

³⁵ As put by Jacques Le Goff, the forest “played an important narrative and symbolic role [...] The forest is called lonely, false, and treacherous, for it is a place of hallucinations, temptations, and ambushes, characteristic of the symbolism of the desert” (see LE GOFF, Jacques – “The Wilderness in the Medieval West”. In LE GOFF, Jacques – *The Medieval Imagination*. Trans. Arthur Goldhammer. Chicago - London: University of Chicago Press, 1988, pp. 55, 57).

either in the lion-knight motif from *Ívens saga* and *Piðreks saga*, or the dragon and kidnapped knight motif from *Piðreks saga*. For contrast, only two out of sixteen *fornaldarsögur* episodes also contain a forest: the *E*-version of *Qrvar-Odds saga*, which depicts a dragon in a forest with younglings³⁶, similar to *Piðreks saga*; and *Yngvars saga*, where Sveinn, the titular hero's son, comes upon the dragon Jakúls and we learn that there is a forest by its lair (i.e. a small hill made up of treasure and serpents)³⁷. It should be noted that indigenous *riddarasögur* is the genre which contains as a whole the most descriptive texts regarding landscape features, thriving on elaborate descriptions of the topography of dragon encounters³⁸. Tracks made by dragons are also usually found in the middle of a forest – two times, plus one more in a heath and another near a city. We will revisit interactions between dragons and forests in the second part of this article.

Valleys (*dalar*) appear five times in the tally, and in three of those they are forested valleys. In one of the outliers, *Valdimars saga*, it is mentioned that a fight between armies (including a hostile sorceress shapeshifted into a dragon) happens above the valleys and plains outside the walls of a city³⁹. The other exception, where no *skógr* is mentioned, comes up in the *Heimskringla* version of *Óláfs saga Tryggvasonar* – there, the dragon is the *landváttr* (“spirit of the land”)⁴⁰ of East Iceland, coming out from the valley of Vápnafjörðr to ward off the sorcerer who, shapeshifted into a

³⁶ BOER, R.C. (ed.) – *Qrvar-Odds saga*. Leiden: E.J. Brill, 1888, pp. 118-119.

³⁷ GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Yngvars saga”, p. 454.

³⁸ An illustrative example can be found in *Flóres saga*: the dragon lives in an island, within a lake, within a forest. The island has high cliffs all around it, and a cavern-entrance below a jutting rock on top of the cliffs. Únus, the hero, must take a narrow path along the cliffs to get to the entrance, which then drops a long way down to the ground. Únus needs the help of a prince who accompanies him to get down, as he lowers him with a rope; but the prince then drags the rope up and abandons Únus with the sleeping dragon. To escape, he will have to climb to the entrance, dangle on the jutting rock, and ride the flying dragon as it heads out of its lair. This constitutes, to my knowledge, the only instance of a dragon-rider in ON literature, and its outcome is quite disastrous, as Únus tries to kill the dragon mid-flight, making it crash into the trees below as it fights back, before dying, and seriously harming Únus in the process (see BJARNI, Vilhjálms [ed.] – “Flóres saga”, pp. 99-101).

³⁹ LOTH, Agnete (ed.) – “Valdimars saga”. In *Late Medieval Icelandic Romances*. Vol. 1. Copenhagen: Munksgaard, 1962, p. 76.

⁴⁰ On this Icelandic class of supernatural beings, see “landvættir” in SIMEK, Rudolf (ed.) – *Dictionary of Northern Mythology*, p. 186. Cf. “landvættir” in ORCHARD, Andy (ed.) – *Dictionary of Old Norse Myth and Legend*. London: Cassell, 1997, 102-103, for a consideration of possible Christian influences on the *Heimskringla* episode.

whale, is scouting the shores of Iceland at the command of king Harald Gormsson, looking, unsuccessfully, for a place where the king could easily invade the island⁴¹.

On the other end of the spectrum, some elements are worthy of note for their almost-complete absence. The heath/moor shows up only three times, two of them through the placename Gnitahiðr⁴², the place where Fáfnir abides – the element *heiðr* is an obvious cognate of English “heath” and takes the same meaning⁴³. The remaining heath seems to occur in *Hrólfs saga kraka*, and isn’t as directly referred to, but it can be surmised from when the champion Þoðvarr-Bjarki is facing the creature, as he throws the cowering Høttr “down into the moss/moorland” (“niðr í mosann”).⁴⁴

Manmade structures and populated areas

There is a considerable number of dragons who choose to make their presence felt in human towns and buildings. These will be enumerated individually, as they are very different episodes. As mentioned above, only once there is a “lair” which is declaredly a building (that of Fáfnir), but other examples exist where the word “lair” is not used. In *Haralds saga harðráða*, the dragon faced by the king lives in a dungeon⁴⁵, which, while resembling a cave, is situated within *Miklagarðr* (Constantinople)⁴⁶. In *Bósa saga*, *Ragnars saga loðbrókar* and *Ragnarsonna þáttur*⁴⁷,

⁴¹ SNORRI, Sturluson – *Heimskringla*. Vol. 1. Ed. Bjarni Aðalbjarnarson. Reykjavík, Hið íslenska fornritafélag, 1941, p. 271.

⁴² Mentioned by name in *Völsunga saga* (see FINCH, R.G. [ed./trans.] – *Völsunga saga*, p. 23) and also *Norna-Gests þáttur* (see GUÐNI Jónsson [ed.] – “Norna-Gests þáttur”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, p. 315).

⁴³ “heiðr” in *Concise Dictionary*, p. 190.

⁴⁴ GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Hrólfs saga kraka ok kappa hans”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 66-67. Both meanings are ascribed to “mosi” in *Concise Dictionary*, p. 301.

⁴⁵ The story of the dungeon with the dragon is also preserved by the Danish historian Saxo Grammaticus in his Latin *Gesta Danorum* (c. 1200), see SAXO Grammaticus – *Gesta Danorum – The History of the Danes*. Vol. 2. Ed. Karsten Friis-Jensen; trans. Peter Fisher. Oxford: Clarendon Press, 2015, pp. 790-791. The motif as a whole seems to resemble a hagiographic tale such as the one of St. Margaret of Antioch, which faces the Devil in the shape of a dragon in a dungeon. Margaret is devoured but the dragon bursts from the inside when she makes the sign of the cross. This story also made its way to Iceland sometime before 1300 (see WOLF, Kirsten [ed.] – “Margrétar saga II”. *Gripla* 21 [2010], p. 62), as told in the ON *Margrétar saga*, where the saint is (similarly to the king) thrown into a *myrkvastofa* (“dungeon”), see WOLF, Kirsten (ed.) – “Margrétar saga”, p. 69.

⁴⁶ FINNUR, Jónsson (ed.) – *Morkinskinna*, p. 80.

⁴⁷ GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Bósa saga”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 3. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, p. 322; GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Ragnars saga loðbrókar” and “Þáttur af Ragnars sonum”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 226–229, 290.

the same dragon is discussed – the pet of the Þóra, given to her by her father earl Herraauðr, it is kept initially inside a small box, but outgrows it to engulf the whole lady's bower (the *skemma*). In translated *riddarasögur*, the dragon of *Tristrams saga* recurrently attacks a city, even if it is afterwards slain in the wilderness⁴⁸; and in *Þiðreks saga*, the sorcerer-queen Ostasia seems to project herself in dragon-shape to aid her husband, king Hertnið, in an enormous battle which occurs outside their fortress against the forces of king Ísungr, while her human body never leaves the building⁴⁹. In *Dínus saga drambláta*, there is an episode where a fortress is suddenly rendered asunder by earthquakes and other natural phenomena, while a dragon suddenly shows up and contributes to the destruction⁵⁰. *Konráðs saga keisarasonar* sees the hero find and rob precious gems from a whole *ormar*-infested city, where a singular, bigger *dreki* is king. On the way to this city, the hero jumps over some *ormar* guarding a bridge⁵¹. We find two other bridges connected to dragons: one in *Ectors saga*, regarding the shapeshifter Argus episode⁵²; and another in *Eiríks saga víðförla*, where a terrifying dragon guards a bridge to Paradise – in a test of faith, the heroes must jump into his gaping maw to reach the Edenic lands they seek⁵³. While not precisely a named landscape element, I would like to note here that c. 22% of the episodes studied mentioned their level of proximity/distance to human settlements. More will be said about this later on, when we discuss the relationships dragons form with several spaces.

"Grave-mound" or "barrow" is only mentioned as a landscape element once by name, in *Göngu-Hrólfs saga*, in the dying words of Grímr Ægir, the nemesis of the hero Hrólfr. This sorcerer had turned into a dragon (but also other animals) during their fight, and, after defeat, expresses his wish that Hrólfr builds a mound

⁴⁸ JORGENSEN, Peter (ed./trans.) – "Tristrams saga ok Ísöndar". In KALINKE, Marianne (ed.) – *Norse Romance I – The Tristran Legend*. Cambridge: D.S. Brewer, 1999, p. 96.

⁴⁹ GUÐNI, Jónsson (ed.) – *Þiðreks saga af Bern*. Vol. 2. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1951, pp. 477-481.

⁵⁰ JÓNAS, Kristjánsson (ed.) – *Dínus saga drambláta*. Reykjavík: Háskóli Íslands, 1960, p. 55.

⁵¹ BJARNI, Vilhjálms (ed.) – "Konráðs saga keisarasonar". In *Riddarasögur*. Vol. 3. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1951, pp. 323-329.

⁵² LOTH, Agnete (ed.) – "Ectors saga". In *Late Medieval Icelandic Romances*. Vol. 1. Copenhagen: Munksgaard, 1962, pp. 161-162.

⁵³ GUÐNI, Jónsson; BJARNI, Vilhjálms (eds.) – "Eireks saga víðförla". In *Fornaldarsögur Norðurlanda*. Vol. 3. Reykjavík: Bókaútgáfan Forni, 1943-44 [Consulted online, 25th April 2023]. Available on https://www.heimskringla.no/wiki/Eireks_saga_v%C3%AD%C3%B0f%C3%B6rla

overlooking the sea for his body, which he will haunt and pronounce doom over passing sailors; nevertheless, the mound is never built, as his body melts away⁵⁴. Furthermore, the ambivalent nature of "lair" (as I tallied them here), should be taken into account. While they are rarely well-described, I encountered at least one instance of a lair that doubles as a grave: in *Yngvars saga víðfǫrla*, the second dragon's lair is later revealed to be the resting place of one king Siggeus, who amassed much gold while alive, and "when he died, he was buried there, where you now saw the dragon" ("er hann dó, var hann þar grafinn, sem nú sáu þér drekann")⁵⁵. Then, it is clarified that his body and that of his greedy daughters were eaten by dragons, but that "some men think that they were turned into dragons" ("en sumir menn ætla, at þau sé at drekum orðin")⁵⁶ This double presentation of theories on the destiny of the corpses may be an instance of the type of phenomenon that H.R. Ellis Davidson speaks of regarding the *Beowulf* dragon and the last survivor of the treasure-holding people:

"The account suggests that this is a rationalization of the idea (which would be repugnant to a Christian audience) that the dead man himself became a dragon. It is a familiar idea in Old Norse literature."⁵⁷

As Davidson points out, in ON literature, very often men who hold treasures become dragons, especially if they are greedy – sometimes at the end of life, such as Gull-Þórir⁵⁸. However, aside from *Yngvars saga* (and the even more oblique idea in *Göngu-Hrólfs saga*), there is a general absence of mentions of mounds as "resting" places for dragons, which reinforces this point in the discussion. Often, parallels are made between Anglo-Saxon dragon notions and ON ones, but Old English literature is much more definite about dragons belonging in mounds: 11th century poem *Maxims II* pronounces "Draca sceal on hlæwe/ frod, frætwum wlanc" ("The dragon

⁵⁴ GUÐNI, Jónsson (ed.) – "Göngu-Hrólfs saga". In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 3. Reykjavík, Íslendingasagnaútgáfan, 1950, p. 263.

⁵⁵ GUÐNI, Jónsson (ed.) – "Yngvars saga", p. 443.

⁵⁶ GUÐNI, Jónsson (ed.) – "Yngvars saga", p. 443.

⁵⁷ ELLIS DAVIDSON, Hilda R. – "The Hill of the Dragon: Anglo-Saxon Burial Mounds in Literature and Archaeology". *Folklore* 61 / 4 (1950), p. 181.

⁵⁸ These ideas have been developed at length by EVANS, Jonathan – "As Rare as they are Dire", pp. 248-269; and BARREIRO, Santiago – "The Hoard Makes the Dragon", pp. 53-81.

shall dwell in a barrow,/ Old and treasure- proud.") (ll. 26-27)⁵⁹. It is interesting that sagas seem to ascribe grave mounds mostly to other types of supernatural beings than to dragons⁶⁰, but the connection of dragons with graves cannot be discounted from Norse culture when we consider that only Eddic *dreki*, *Níðhöggr*. It is spoken of with corpse connections in two instances of *Völuspá*⁶¹, for instance. The idea of corpses transformed into dragons may also have existed, but it was not very productive in surviving narratives.

The schedules of dragons and their relationship with light/darkness

As a parallel inquiry to the survey of topographical data presented above, the sources were combed for whether there was a specific time of day and year, or weather conditions, that were associated with dragons. The information proved more limited than regarding the physical settings. Regarding seasons, *Bjarnar saga hítðelakappa*⁶² and *Ragnars saga loðbrókar*⁶³ mention the dragon fights happening during the summer. In *Gull-Þóris saga* the first dragon encounter can be surmised to happen sometime in the fall or winter, as Þórir dreams of his encounter with Agnarr in the fall, where he obtains the information about Valr, and they seek the dragon "litlu síðar"⁶⁴, that is, "shortly after". Other two sagas are more specific: in *Hrólfs saga kraka*, the beast is said to have attacked for the last two winters in a row, specifically

⁵⁹ SMITH, Kyle; FOYS, Martin (eds.) – "Cotton Tiberius B.i, Maxims II: Edited Text & Source Details" [online]. In *Old English Poetry in Facsimile 2.0*. Madison: Center for the History of Print and Digital Culture, University of Wisconsin-Madison, 2019-. Available on <https://oepoetryfacsimile.org>; WILLIAMSON, Craig (trans.) – "Maxims II: Cotton Maxims". In *The Complete Old English Poems*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017, p. 978.

⁶⁰ For a classic study of Old English and ON barrows, dragons and *draugar*, see ELLIS DAVIDSON, Hilda R. – "Hill of the Dragon", 169-185; for a more recent review of the subject, see EVANS, Jonathan – "As Rare as they are Dire", pp. 275-261, although I would contest Evans's generalization in p. 258 of the term "mound-dwelling revenants" to the ON dragons in *Hálfadanar saga*, *Gull-Þóris saga* and *Haralds saga haðráða*; in my view, a man in a cave behind a waterfall does not a mound-dweller make, nor a dragon in a dungeon.

⁶¹ See "39. [...] þar saug Níðhöggr nái framgengna" "[38. [...] there Nidhogg sucks the corpses of the dead]" and: "66. [...] þar kœmr inn dimmi dreki fliúgandi/ naðr fránn, neðan frá Niðafiðlóm;/ berr sér í fiðrom—flýgr vøll yfir—/ Níðhöggr, nái" ["62. [...] There comes the shadow-dark dragon flying, the gleaming serpent, up from Dark-of-Moon Hills; He flies over the plain, in his pinions he carries corpses"] (see NECKEL, Gustav; KUHN, Hans [eds.] – "Völuspá". In *Edda. Die Lieder Des Codex Regius Nebst Verwandten Denkmälern*. Heidelberg: Carl Winter/Universitätsverlag, 1962, pp. 9, 15; LARRINGTON, Carolyne (trans.) – "The Seeress's Prophecy". In *The Poetic Edda – Revised Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 9, 12.

⁶² NORDAL, Sigurður (ed.) – "Bjarnar saga hítðelakappa". In *Borgfirðinga sögur*. Reykjavík: Hið íslenska fornritafélag, 1938, p. 124.

⁶³ GUÐNI, Jónsson (ed.) – "Ragnars saga", p. 227.

⁶⁴ ÞÓRHALLUR, Vilmundarson; BJARNI, Vilhálmsson (eds.) – "Þorskfirðinga saga", p. 186.

around Yule's Eve ("Jóla-aptan")⁶⁵; while in *Konráðs saga*, the dragon and other beasts haunt the city during autumn-nights⁶⁶. Speaking of times of day, there are slightly more encounters with dragons happening during the evening/night (seven)⁶⁷, but some dragons are also specifically encountered at noon (two)⁶⁸, and even more so at dawn or in the morning (five)⁶⁹. Considering lighting conditions, one should add that dragon caves are pitch black in both *Piðreks saga* and *Flóres saga*, while the one in *Gull-Þóris saga* is conversely said to be shining bright. Seldom, dragons bring with them unexpected weather conditions – in *Dínus saga*, the dragon brings darkness and shadow with it⁷⁰, while in *Valdimars saga* the dragon manifests dark clouds, fog, and fiery thunder⁷¹. I do not think enough data is available to speak of true tendencies, but one can perhaps state that dragons seem to be slightly more associated with dark visibility and cold seasons. We need to bear in mind that these are not hard rules. Contradictory instances are present even within the same type of narrative (e.g. a dragon raiding a population center, which variously occurs in the morning or at night). Nevertheless, they seem to be creatures of habit, often said to do one of two things regularly at specific times: attack towns, or drink water (the latter probably owing to the story of Fáfñir) – these are the main contexts in which times of day are mentioned.

Some conclusions about draconic landscapes

As stated above, forests, rocky areas, and aquatic spaces are all frequent landscapes featured in dragon episodes. Nevertheless, one should bear in mind that they do not appear isolated, and several landscape motifs are often clustered together. To a point, landscape elements mirror the types of narratives being represented. What we can call "heirs of Fáfñir", for example, i.e. men who transform into dragons while holding treasures, are often represented in a cave/lair, near water. However, *Piðreks*

⁶⁵ GUÐNI, Jónsson (ed.) – "Hrólfs saga kraka", p. 66.

⁶⁶ BJARNI, Vilhjálms (ed.) – "Konráðs saga", pp. 308, 313.

⁶⁷ In the dream-sequence of *Sögubrot af fornkonungum*, *Hrólfs saga kraka*, *Ketils saga hængs*, *Yngvars saga víðfþrla's* first Jakúlus encounter (possibly the second too, as the serpents are also asleep then), *Konráðs saga's* raiding dragon episode, *Sigurðar saga þogla*, and *Tristrams saga og Ísoddar*.

⁶⁸ In *Þorsteins þáttr forvitna* and *Blómstrvalla saga*.

⁶⁹ In *Ragnars saga loðbrókar*, *Tristrams saga ok Ísöndar*, the Sigurðr dragon-slaying of *Piðreks saga*, *Ectors saga's* Fenacius episode, and *Viktors saga ok Blávus*.

⁷⁰ JÓNAS, Kristjánsson (ed.) – *Dínus saga*, p. 55.

⁷¹ LOTH, Agnete (ed.) – "Valdimars saga", p. 54.

saga, which contains an alternate version of the Sigurðr dragon-slaying relocates the fight from a heath into a forest⁷² – this can be well understood by the generic context of the same basic tale belonging here to a text which owes so much in style to knightly romance, being composed, at least in part, of translated material from medieval German literature⁷³. Dragons which are fought by knights are indeed often found in the middle of a forest, sometimes already in battle with a lion, and often try to take both knight and lion to a rocky outcrop or cave where they feed them to their young.

However, these are not perfect indicators of what landscapes to expect: medieval authors were creative with the material and did not statically reproduce the landscapes they found in their inspirations when crafting new stories. Things get especially muddled when we get into the indigenous *riddarasögur*, which tend to mix motifs from several sources in their narratives. A good example of this is *Ectors saga*, where we find three knights fighting dragons, but all of them occurring in different landscapes: the episode of Ingifer, a shapeshifter, involves a cave, mountains, a track left by the dragon (much like Fáfñir), but proximity to a populace (whereas Fáfñir was completely isolated); the dragon-lion episode faced by Trancival takes place in a forest, by the sea; and the episode involving Ector himself and the shapeshifter-dragon Argus is very similar to the Ingifer-episode but involves a forest, a river with a bridge, and a nearby town severely affected by the dragon. We will look at the *Ectors saga* episodes further below, as we consider the effects of dragons on the environment.

The dragon and environments

Integration with the *milieu*

Dragons' relationships with the environment are seldom harmonic, but those do exist. As they are fewer, we will start by reviewing the examples I found of draconic integration. For one, dragons are sometimes inserted into marvellous landscapes⁷⁴

⁷² GUÐNI, Jónsson (ed.) – *Þiðreks saga*. Vol. 1, pp. 234-237.

⁷³ FINCH, R.G. – “Þiðreks saga af Bern”. In PULSIANO, Phillip; WOLF, Kirsten (eds.) - *Medieval Scandinavia – An Encyclopedia*. New York: Routledge, 1993, pp. 662-663.

⁷⁴ The precious nature of the landscape may be understood more generally as originating in the medieval notion of marvellous distant lands where precious stones and metals were extremely

which seem to take on the properties of the treasures that dragons are connected to: we find a golden forest in *Blómstrvalla saga*, where even the rocks are made of gold⁷⁵; and one also in *Þorsteins þáttur forvitna*⁷⁶. *Yngvars saga víðfjóra* shows us a hill that seems made of gold, because it is completely covered with serpents and treasure⁷⁷. However, no other instance of a dragon being one with the landscape is as blatant as the *landváttr* of east Iceland in *Heimskringla* that was mentioned above. In that episode, not only does the dragon act as a guardian spirit of the land, but it also acts in the protection of the Icelanders. It would be interesting, perhaps, to consider this spirit in accordance with the idea of mythological dragons and serpents connected to the cosmology itself⁷⁸. However, contrary to the dragon-spirit of East Iceland, the Eddic dragons are, at best, neutral, and, at worst, harmful to the mythological representations of a stable natural world. Jǫrmungandr/Miðgarðsormr encircled the ocean and all of Miðgarðr, embodying the idea of domesticated chaos and of temporarily stable unity of the world, but all that crumples away in Ragnarøk, as it unleashes the power of the ocean into the land⁷⁹. Níðhöggr, the underground dragon who gnaws at corpses, is also mentioned in relation to Yggdrasill, living near its roots alongside other serpents and constantly eating away at them⁸⁰. This Eddic notion may have been especially productive

abundant, one such example being the land of Prester John (see one of its first descriptions in the “Prester John Letter”, in BREWER, Keagan (ed./trans.) - *Prester John: the Legend and its Sources*. Farnham: Ashgate, 2015, pp. 46-96).

⁷⁵ MÖBIUS, Theodorus (ed.) - “Blómstrvalla saga”. In *Riddarasögur*. Lipsiae: Breitkopfius et Haertelius, 1855 [Consulted online, 25th April 2023]. Available on https://heimskringla.no/wiki/Bl%C3%B3mstrvalla_saga.

⁷⁶ ÞÓRHALLUR, Vilmundarson; BJARNI, Vilhálmsson (eds.) - “Þorsteins þáttur forvitna”. In *Harðar saga*. Reykjavík: Hið íslenska fornritafélag, 2009, p. 436.

⁷⁷ GUÐNI, Jónsson (ed.) - “Yngvars saga”, p. 436.

⁷⁸ See above, regarding Miðgarðsormr.

⁷⁹ Views on what would be an hypothetical original mythological and narrative function of the Miðgarðsormr are not consensual in the scholarship. There are those who argue that the Christian compilations that reached us necessitated moved the Miðgarðr serpent fight from an earlier encounter with Þórr to the eschatological context of Ragnarøk, so as to better fit with the Christian mythological worldview (see TURVILLE-PETRE, E.O.G. - *Myth and Religion of the North – The Religion of Ancient Scandinavia*. Westport: Greenwood Press, 1975, p. 76); and those who argue that originally the serpent may have had a more peaceful integration into a static cosmos, which became transformed into eschatology by Snorri and his contemporaries (see SØRENSEN, Preben Meulengracht - “Þórr’s Fishing Expedition”. In ACKER, Paul; LARRINGTON, Carolyne [eds.] - *The Poetic Edda - Essays on Old Norse Mythology*. New York: Routledge, 2016. E-book version).

⁸⁰ As related in *Grímnismál* 34 and 35: “Ormar fleiri liggja undir asci Yggdrasils,/ [...] æ scyli/ meids qvisto ma./ Ascir Yggdrasils drýgir erfiði,/ [...] scerðir Niðhöggr neðan.” [“More serpents lie under Yggdrasill’s ash/ [...] for ever will erode the tree’s branches./ Yggdrasill’s ash suffers agony/ more than men know/ [...] Nidhogg rends it beneath.”] (see NECKEL, Gustav; KUHN, Hans [eds.] - “Grímnismál”. In *Edda. Die Lieder Des Codex Regius Nebst Verwandten Denkmälern*. Heidelberg: Carl

regarding the conceptualization of great worms, as we will see below that saga dragons often cause damage to trees and other natural environments by their mere presence.

Environmental Hazards

We will now move on to the most impactful cases where dragons make themselves felt. All of them have to do with a notion of non-shared space which seems to accompany dragons through the sources. They are not only greedy for wealth, but also for space: we see this from the most influential, and, by all evidence, earliest, of Norse dragon tales, with Fáfnir, the quintessential Germanic dragon, who isolates himself completely from society with his gold. This is a tendency in dragon episodes: they inhabit wild and fundamentally marginal spaces, opposite to society; when they interact with urban and populated spaces, either those moments are temporary predatory incursions, or more permanent stays lead to devastating consequences for the human inhabitants of the area.

The isolation of dragon landscapes is a feature searched for by shapeshifters who guard their treasures upon transformation, and seems to be a natural feature of those dragons which show no hint of having a human past. Dragons also guarantee that their space continues to be isolated: Fáfnir tells himself of one method he used to ensure others kept away from him: “svá fnýsta ek eitri alla vega frá mér í brott at engi þorði at koma í nánd mér”⁸¹ [so I blew poison in all directions away from me, so that no one dared to come into my proximity]. Whether in the wild or in an urban setting, dragons cause people and animals to move or keep away. I have mentioned before the serpent-city of *Konráðs saga*, about which the rumour goes, to paraphrase, that it was inhabited by people who were entirely driven out by serpents who harmed them⁸². The entire population of the city seems to have been substituted by serpents/dragons who now fill several social roles, posing as guards, entertainers (the juggling *ormar*), and one king, with his *ægishjálmr*⁸³, the helm-of-

Winter/Universitätsverlag, 1962, p. 64; LARRINGTON, Carolyne (trans.) – “Grimnir’s Sayings”. In *The Poetic Edda – Revised Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 53).

⁸¹ FINCH, R.G. (ed./trans.) – *Völsunga saga*, p. 32.

⁸² BJARNI, Vilhjálmsón (ed.) – “Konráðs saga”, p. 344.

⁸³ BJARNI, Vilhjálmsón (ed.) – “Konráðs saga”, p. 325.

terror that Fáfnir is also said to bear in his legend, which also drove others away in fear⁸⁴. This is perhaps taking to the limit the circumstance that seems to be developing with the dragon of Þóra in *Ragnars saga loðbrókar*, taking up progressively more space and forcing people in the kingdom to reluctantly cohabit with it until Ragnarr steps in:

“Þar kemr, at eigi hefir hann rúm í eskinu, ok liggr nú í hring um eskit utan. Ok þar kemr of síðir, at eigi hefir hann rúm í skemmunni, ok gullit vex undir honum jafnt sem ormrinn sjálfr. Nú liggr hann utan um skemmuna, svá at saman tók höfuð ok sporðr⁸⁵, ok illr gerist hann viðreignar, ok þorir engi maðr at koma til skemmunnar fyrir þessum ormi nema sá einn, er honum færir fæðslu, ok oxa þarf hann í mál. Jarli þykkir mikit mein á þessu”

[“Then the day came when it had no room inside the box, and it lay in a ring around the box. And it happened later that it had no room in the bower – and the gold grew underneath it just as much as the serpent itself. Now it lay outside, around the bower, so that it put its head and tail together, and it became hard to deal with. No one dared to come to the bower because of this serpent, except for the person who brought its food – and it required an ox for every meal. This seemed to the jarl to be a great harm”]⁸⁶

In *Ragnarssona þáttr*, people are said to be afraid of the same dragon’s savagery⁸⁷. Similarly, in the first episode of *Konráðs saga*, it is said that nobody dares to go outside in the open during the autumn-long nights because of the dragon (“fyrir sakir þessa hins grimma dreka mátti engi maður haustlanga nótti úti vera undir berum himni”)⁸⁸.

⁸⁴ “Ek bar ægishjálmi yfir öllu fólki” [“I raised a crest of terror above all men”] (see FINCH, R.G. [ed./trans.] – *Völsunga saga*, p. 32).

⁸⁵ Þóra’s dragon in this pose resembles the abovementioned Miðgarðsormr, all-encompassing. A further study of how these later literary dragons might relate to pre-Christian cosmological notions could prove fruitful.

⁸⁶ Edited in GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Ragnars saga”, pp. 226-227; translation in WAGGONER, Ben (trans.) – “The Saga of Ragnar Lodbrok and his Sons”. In *The Sagas of Ragnar Lodbrok*. New Haven: The Troth, 2009, p. 5.

⁸⁷ GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Þáttr af Ragnars sonum”, p. 289.

⁸⁸ BJARNI, Vilhálmsón (ed.) – “Konráðs saga”, p. 313.

Not only does the dragon drive others away from the space it chooses to take, but it also alters the physical reality and the dynamics of said spaces in destructive ways. Before moving on to changes in the natural landscape, we will first continue looking at its effects when intruding on human space. In both Tristram sagas, the translated and the original romance, the dragon has a similar effect, killing people and cattle in the city, and in the case of the indigenous saga, causing people not to go outside when it became dark⁸⁹. In *Hrólfs saga*, Þoðvarr-Bjarki the regular attacks by the monster seem to “lay waste to the domains and cattle of the king.” (“eyða ríki ok fé konungsins”)⁹⁰. Two of the dragons in *Ectors saga* have similar effects. Take the dragon Argus, who has installed itself over a bridge that led to an abundant forest where the people of the castle foraged their sustenance. These are the effects of the dragon’s presence:

“Mæ nu eingi fara yfir modunna þuijat ormurinn blæs eitri suo aull iþrd er suort ij nand og drepur þedi menn og fe og er suo s(agt) ath bratt mune eydazt⁹¹ casta(linn).”⁹²

[Now nobody could cross over the river because the serpent blew poison, such that all earth was black in its proximity and killed both men and cattle and it is said that soon the castle will waste away.]

The first dragon of the saga, Ingifer, also has pernicious effects on the nearby city:

“Hefir hann þar uerith xxx æra [...] hann eitrath æ þæ er fellr wm borginna og uerda menn langa uegu vatn ath sękia. Drepur hann þedi menn og fenad.”⁹³

[He has been there for 30 years [...] he has poisoned the river which comes from the city and men must now go a long way to seek water. He kills both men and cattle.]

⁸⁹ JORGENSEN, Peter (ed.); HILL, Joyce M. (trans.) – “Saga af Tristram ok Ísodd”. In KALINKE, Marianne (ed.) – *Norse Romance I – The Tristram Legend*. Cambridge, D.S. Brewer, 1999, p. 273.

⁹⁰ GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Hrólfs saga”, p. 66.

⁹¹ Note the usage of the same verb *að eyða* as in *Hrólfs saga*, which can mean “to make empty”, “to desolate, lay waste” (see “eyða” in *Concise Dictionary*, p. 119).

⁹² LOTH, Agnete (ed.) – “Ectors saga”, pp. 161-162.

⁹³ LOTH, Agnete (ed.) – “Ectors saga”, p. 110.

Furthermore, the cityscape is described as seeming to bear marks of the dragon's prolonged presence: "allir borgar ueggr (voru) suartir og suo iþrd ij nand borginne. enn griot uar orm skridith sem gullz litur uęri áá."⁹⁴ ["All the walls of the city and the earth around it were black, but the stones where the dragon slithered were golden"]. Blackened walls and earth, perhaps because of the dragon's poisonous emanations, while it leaves a golden track wherever it slithers.

Going from Kathryn Hume's typology for dragon fights⁹⁵, we can consider these fights to have a very marked social impact. Not only the hero (or a maiden chained to a rock, to use Hume's example) is at stake, but whole societies are being heavily damaged by the dragon. The vanquishing of the beast gains impact in the narrative since it is not only a passing depredation but a regular one that can even have terminal results for the communities. Speaking on the occasion about the dragon fight of *Beowulf*, Christine Rauer proposes that when presented within a social context, dragon fights may betray some hagiographical influence in their origin, even Scandinavian ones, giving precisely, among others, the examples of the Tristram sagas⁹⁶. I believe there is some merit to this theory, and I feel it is reinforced when we observe the poisonousness of dragons in rivers. Aside from the above-cited example of Ingifer in *Ectors saga*, the third dragon, Argus, also poisons the river, even after death: "Enn er ormurin uar daudur drogu menn hertugans hann af steinnboganum og brendu hann aa bali. enn steyptu öskunne ij moduna."⁹⁷ ["and when the serpent was dead, the duke's men dragged him [dragon] from the bridge and burned him on the bank, and cast the ashes into the river"]. Similarly, the dragon (Siggeus) of *Yngvars saga* is pestilential after being killed, its stench killing six men who looked closely at its corpse, and affecting many others, so that they have to steer

⁹⁴ LOTH, Agnete (ed.) - "Ectors saga", p. 112.

⁹⁵ "Because the fight arises in a social context, much more rides on the outcome. In the shorthand of symbols, a maiden chained to a nearby rock adds significance to a dragon fight because her life is in the balance, too. Most Icelandic giant and dragon stories fail to make anything of this social potential." See HUME, Kathryn - "From Saga to Romance, the Use of Monsters in Old Norse Literature". *Studies in Philology* 77 / 1 (1980), p. 5.

⁹⁶ RAUER, Christine - *Beowulf and the dragon - Parallels and analogues*. Cambridge: D. S. Brewer, 2000, p. 132.

⁹⁷ LOTH, Agnete (ed.) - "Ectors saga", p. 164.

away from it quickly⁹⁸. It is also significant that in *Valdimars saga*, after the poison-spewing shapeshifting queen Lúpa is defeated, one of the actions taken to return to normalcy is to clear the plains of the city of poison (“uoro *hreinsadjr allir vellir af eitri”) ⁹⁹. This motif of the pestilential dragon has antecedents in early hagiographical tradition¹⁰⁰ and even classical antiquity¹⁰¹.

⁹⁸ GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Yngvars saga”, p. 441.

⁹⁹ LOTH, Agnete (ed.) – “Valdimars saga”, p. 76.

¹⁰⁰ To provide two parallels of many that exist, see: *Acts of Silvester B* (circa 500 AD), where “There was a most monstrous dragon in the Tarpeian rock, on which the Capitol is located. [...] This dragon suddenly and unexpectedly came up and, although it did not come out of this hole, nonetheless it corrupted the air around about with its breath. As a result of this came the death of people and, in great measure, mourning for the death of children.” (see OGDEN, Daniel [trans.] – “Acts of Silvester B”. In *Dragons, Serpents and Slayers in the Classical and Early Christian Worlds – A Sourcebook*. New York: Oxford University Press, 2013, p. 221); and Sozomen’s *Historia Ecclesiastica* (circa 440s AD), about Saint Donatus and the dragon he vanquishes: “And indeed, as I was told, the natives dragged it off to the nearby plain with eight yoke-pair of oxen and burned it, so that it would not befoul the air when it rotted and render it pestilential. (in SOZOMEN – “Historia Ecclesiastica”. In *Dragons, Serpents and Slayers in the Classical and Early Christian Worlds – A Sourcebook*. Trans. Daniel Ogden. New York: Oxford University Press, 2013, p. 231).

¹⁰¹ See the dragon of the river Bagrada faced by a Roman legion, as related by Valerius Maximus (c. 13-37 AD) in his *Facta et dicta memorabilia* (VALERIUS MAXIMUS – “*Facta et dicta memorabilia*”. In *Dragons, Serpents and Slayers in the Classical and Early Christian Worlds – A Sourcebook*. Trans. Daniel Ogden. New York: Oxford University Press, 2013, pp. 141-142). The classical world used the terms *draco* (Latin) and *drakōn* (Ancient Greek) – the etymological origins of the English word “dragon” and, indeed, ON *dreki* – with considerable semantic amplitude, as a type of serpent (Latin *serpens*, Greek *ophis*), both to “designate the large snakes of the real world” and “snakes of supernatural size and nature, often compounded with human or other animal forms, and often credited with fire-breathing or other varieties of fieriness” (see OGDEN, Daniel – *Drakōn – Dragon Myth and Serpent Cult in the Greek and Roman Worlds*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 2). Etymologically, the Greek origin of the word seems connected to the verb form “*derkōmai*”, which signifies to gaze fixedly—one possible explanation for their name can perhaps be found in the famously unrelenting stare of real-world snakes (see BILE, Monique – “Etymologies”. In PRIVAT, Jean-Marie (ed.) – *Dans la Gueule du Dragon – Histoire, Ethnologie, Littérature*. Sagnerremines, Editions Pierrons, 2000, p. 124), echoed in one of the mythical-narrative functions of the Classical dragon as a watcher/guardian of sacred spaces, such as the Hesperides’ Ladon (see HESIOD – *Teogony*; and APOLLONORUS, *Bibliotheca*. In *Dragons, Serpents and Slayers in the Classical and Early Christian Worlds – A Sourcebook*. Trans. Daniel Ogden. New York: Oxford University Press, 2013, pp. 14; 58). The term is especially used to describe enormous snakes, as Bile states “On peut [...] tenter de cerner le parcours sémantique de *drakōn*. – *Drakōn* est le seul substantif, en poésie, qui désigne un serpent d’un type particulier, énorme, malfaisant ou non” (see Bile, Monique – “Etymologies”, p. 127. It is appended, furthermore, to a series of hybrid creatures which possessed any amount of anguiform features, such as the Chimaera with its tail (see MOURÃO, Cátia - *Autem non sunt rerum natura*, pp. 216-223; cf. OGDEN, Daniel, *Drakōn*, pp. 68-115, for a comprehensive list of composite *drakontes*). The medieval Christian dragon is, in its multiple manifestations a composite being of varied influences – one should rather speak of “medieval dragons” instead of a uniform creature – emerging from the Classical dragons of both mythical and encyclopaedical nature, while also implementing features from Biblical and vernacular traditions, such as the narrative tradition being explored here (which reaches us, evidently, in a Christianized form and already carrying heavy influences from Christian European culture). The most influential dragon of the New Testament for the Middle Ages, found in the Revelations 12, while owing much to the Old Testament Leviathan (see KIESSLING, Nicolas K. - “Antecedents of the Medieval Dragon in Sacred History”. *Journal of Biblical Literature* 89 / 2 [1970], pp. 167-177), is a *drakōn*, and that word carries with it assumptions and motifs built upon the Classical draconic tradition (see ARNOLD, Martin – *The Dragon – Fear and Power*. London: Reaktion,

Not only through poison does the dragon mark the natural landscape. Due to the enormous forces at play, both the dragon's and its enemies', several sagas mention trees being damaged during dragon fights¹⁰² – it would be tempting to find here perhaps a faint echo of the function that Níðhöggr and the serpents seem to perform by the ash Yggðrasill, but similarities end at the function (being harmful to trees), not extending to the form – Níðhöggr and his serpent companions are gnawing at Yggðrasill, but in the sagas we never see dragons gnawing trees. We can also count the earthquakes and tremors provoked by the dragons' movements and death struggles among the ways in which dragons affect the landscape, Fáfñir is a prime example¹⁰³, and so is Argus: “uad nu suo mikil gnyr ath fiqrbrotum ormsinns ath allr skogur og fiqllinn skulfu sem æ þreðe leki.”¹⁰⁴ [“there were so great clashes from the death-struggles of the dragon that all the forest and the mountain shook as if they were swinging from a thread”]. Dragons shape the earth, as when one flies so close to the ground in *Þiðreks saga* that his claws act almost as a plough (“Hann flýgr nálíga með jörðu sjálfri, ok hvervitna sem klær hans taka jörðina, þá var sem með inu hvassasta járne væri höggvit” [He flies close to the earth itself, and wherever his claws touch the earth, it was as if it were struck with the sharpest iron])¹⁰⁵; or another leaves a huge track as vestige of its passage: “ein mikil slóð. Þessa hafði farit einn dreki”¹⁰⁶ [“A great track. This had been trodden by a dragon”].

The earthquakes and destruction provoked by the dragon's sheer movement and death-struggles all seem to take us back to a mythological scale, where the whole environment can be altered by gigantic creatures of enormous power, although in

2018, pp. 56-63; cf. BEAUDE, Pierre-Marie - “Les dragons dans la Bible”. In PRIVAT, Jean-Marie (ed.) - *Dans la Gueule du Dragon*. pp. 135-143). For a study of the connection between classical narratives and hagiographical dragonslaying, see the chapters “The Birth of the Christian Dragon” in OGDEN, Daniel - *Drakōn*, pp. 383-426. See also, for a detailed exploration of the medieval dragon's relationship to the several draconic traditions preceding it, already with an eye to Norse comparisons, the chapter “O dragão na cultura europeia medieval - origens antigas e desenvolvimentos” in ANDRADE, Miguel - “O Dragão no Imaginário Nórdico Medieval”, pp. 86-135.

¹⁰² By the dragon, see BJARNI Vilhjálmsón (ed.) - “Flóres saga”, p. 100; by lions, see LOTH, Agnete (ed.) - “Ectors saga”, p. 123, and LOTH, Agnete (ed.) - “Sigurðar saga þögla”. In *Late Medieval Icelandic Romances*. Vol. 2. Copenhagen: Munksgaard, 1963, pp. 138-139; by Sigurðr the Volsung and king Þiðrekr, GUÐNI, Jónsson (ed.) - *Þiðreks saga*. Vol. 1, pp. 235-236; Vol. 2, p. 563.

¹⁰³ FINCH, R.G. (ed./trans.) - *Volsunga saga*, p. 28-31.

¹⁰⁴ LOTH, Agnete (ed.) - “Ectors saga”, p. 162-163.

¹⁰⁵ GUÐNI, Jónsson (ed.) - *Þiðreks saga*, vol.1, p. 156.

¹⁰⁶ GUÐNI, Jónsson (ed.) - *Þiðreks saga*, vol. 2, p. 563.

the Eddas, differently from most sagas, we find dragons embedded in the structure of the cosmos itself. No worse movement can be imagined than that of Miðgarðsormr: first¹⁰⁷ as a warning, when Þórr manages to slightly lift it off the ground (believing it to be a mere grey cat, as one of the three deceptive challenges imposed on the god by the giant Útgarða-Loki), the effect is that “hræddusk allir”¹⁰⁸ [“all were terrified”] – such was the danger of the sea-serpent loosening its grip on the world; secondly, when the full effect of the former threat is unleashed, as Miðgarðsormr “snýsk [...] í jötunmóð ok sækir upp á landit”¹⁰⁹ (“turns itself in a giant’s rage and advances into the land”), letting loose the waters of the ocean upon Miðgarðr as part of the destruction of Ragnarøk, when the world as both god- and humankind knew it would cease to be. As part of that event, the Miðgarðsormr fights and is defeated by Þórr, simultaneously killing the god with its poison. Saga dragons are not usually integrated into the landscape in a similar, but the notion seems to have remained, even in Christian times, that a dragon on the move is rather impactful, and thus it wreaks havoc and shapes the environment in multiple ways as it goes about fighting heroes, as dragons are wont to do.

Concluding remarks

The environments of dragon episodes tend to adhere to certain predictable distributions along genre and narrative types, similarly to how the terminology of dragon works (*ormr* tending to characterize wingless Fáfnir-like serpents and *dreki* almost always applied to winged beasts defeated by knights) alongside certain types of stories; but neither one nor the other are hard-and-fast rules that we can take with us as guaranteed expectations into any text. As we know that treasures and shapeshifters are to be expected when ON dragons are at stake, I hope to have shed some light into the most important elements of dragonscapes as well: one can count on rocky terrain, water, and forests to be present in different combinations; and one can count on a dragon to be a nuisance to others, wherever it may be, even to the very place where it lies.

¹⁰⁷ First in the chronology of events related to the divine beings in the mythology, as the expedition to Útgarða-Loki happens before Ragnarøk.

¹⁰⁸ SNORRI, Sturluson – *Edda: Prologue and Gylfaginning*, p. 43.

¹⁰⁹ SNORRI, Sturluson – *Edda: Prologue and Gylfaginning*, p. 50.

Where be dragons? Draconic environments in the Old Norse-Icelandic sagas • Miguel Andrade

Sagas - themes/ Sagas of Icelanders (right below)	Composition Range	ON Dragon Vocabulary	Sea (on/by)	River/Lake	Island	Waterfall	Cave	"Lair"	Mountain/Hill	Canyon/Chasm	Cliffs/Rocks	Valley	Heath	Forest	Track	Bridge	Buildings	Mound/Grave	Outside Populated Area	No Info	
<i>Brennu-Njáls saga</i> - Þorkell hákr famously fought a dragon	c. 1270s-90s	flugdreki																		X	
<i>Bjarnar saga hítædakappa</i> - dragon attacks ship	Before 1230	flugdreki	On																		
<i>Gull-Þóris saga</i> - Valr and sons turn into dragons	1300-50	flugdrekar	By	River		X	X		Fjall		X										
<i>Gull-Þóris saga</i> - Gull-Þórir himself turns into dragon		dreki	By			X			Fjall												
Kings' sagas (and adjacent)																					
<i>Haralds saga harðræða</i> (Mork) - shapeshifting seducer	c. 1275	ormr	On					X			X										
<i>Haralds saga harðræða</i> (Mork) - dungeon dragon		eitormr/ormr		River													X				
<i>Jámsvíkinga saga</i> - shapeshifting enemy	c. 1200	ormr	On																		
<i>Saga Óláfs Tryggvasonar</i> (Hkr) - shapeshifting scout	1220s/1230s	dreki	By									In a fjord									
<i>Sogubrot af fornkonungum</i> - Hrærek's dream	late 13th c.	flugdreki												Plain by forest							
<i>Sogubrot af fornkonungum</i> - dream vision of dragon		flugdreki/ormr/Miðgarðsormr	On																		
<i>Þórsteins þáttur forvitna</i> - dragon guards golden forest-islet	1380s-90s	ormr		Uncertain	X			X						Golden							
Legendary sagas																					
<i>Bösa saga ok Herráuds</i> - shapeshifting enemy	Before 1350	flugdreki	On																		
<i>Bösa saga ok Herráuds</i> - Þóra's dragon occupies bower		yrmlingr/ormr															X				
<i>Eiríks saga víðforla</i> - dragon's mouth as entry to Paradise	c. 1300	höggormum ok flugdrekm / dreki		River												X					
<i>Göngu-Hrólfs saga</i> - shapeshifting enemy	early 14th c.	flugdreki/orm	By															X (not built)	X		
<i>Hálfðanar saga Eysteinnssonar</i> - shapeshifting enemy	1350-...	flugdreki/dreki																	0		
<i>Hálfðanar saga Eysteinnssonar</i> - Valr and sons turn into dragons		flugdrekar	By	River		X	X				X										
<i>Hrólfs saga kraka</i> - dragon raids population	14th c.	ekki dýr/ mesta tröll											X?							X	
<i>Ketils saga hængs</i> - dragon encounter in islands	13th c.	dreki/ormr/fisk/övatir			X				Berg											X (not very far)	
<i>Normagests þáttur - Sigurðr vs Fáfnir</i> (shapeshifter)	early 14th c.	ormr											X								
<i>Orvar-Odds saga</i> (E) - dragon kidnaps hero to nest	late. 13th/early 14th c.	flugdreki / dreki								X	X			X							
<i>Ragnars saga loðbrókar</i> - Þóra's dragon occupies bower	early 13th c.	lyngorm / ormr															X				
<i>Ragnarsonna þáttur</i> - Þóra's dragon occupies bower		yrmlingr/ormr															X				
<i>Sprla saga sterka</i> - shapeshifting enemy	14/15th c.???	dreki																		X	
<i>Völsunga Saga</i> - Sigurðr vs Fáfnir (shapeshifter)	c. 1260-1270	ormr/lyngormr/dreki		Unclear				X					X		X		lair is a building			Far from all	
<i>Yngvars saga víðforla</i> - Jakúlus guards treasure (2x, same setting)	end of 12th c.	yrmlingr/ormr		River				X (hill)	Hill					X							
<i>Yngvars saga víðforla</i> - Dragon guards Siggeus' grave/treasure		dreki		River spring				X							X			X			
Translated chivalric sagas																					
<i>Erex saga Artuskappa</i> - dragon kidnaps knight in jaws	1217-1263	flugdreki/dreki												X							
<i>Ivens saga</i> - dragon/lion	1217-1263	ormr										X		X							
<i>Tristrams saga ok Ísöndar</i> - dragon raids population	1226	dreki	By						Berg			X		X			X			In	
<i>Trjúmannna saga</i> - dragon guards Golden Fleece	early 13th c.	dreki	By								Headland										
<i>Þidreks saga</i> - Fasold rescues Sintram from dragon's jaws	late 12th c-1250/1	flugdreki/dreki												Just outside +							
<i>Þidreks saga</i> - Sigurðr vs Reginn (shapeshifter)		ormr / mikill limormr												X							
<i>Þidreks saga</i> - Queen Ostasia, shapeshifter enemy		flugdrekar															X				
<i>Þidreks saga</i> - dragon kidnaps King Hermod to nest		dreki/ormr					X		Berg			X		X							
<i>Þidreks saga</i> - dragon kidnaps Þidrekr to nest+lion		dreki/ormr/ungar [drekar]/inn gamli dreki					X	X	Berg			X		X	X						
Indigenous chivalric sagas																					
<i>Bærings saga</i> - dream vision of dragon	early 14th c.	dreki		River (dream)																	
<i>Bærings saga</i> - shapeshifter enemy		ormr/dreki	On																	X	
<i>Blómstrvalla saga</i> - dragon kidnaps knight to nest	before 1500	dreki					X				X			Golden							
<i>Dinus saga dramblátá</i> - fortress disaster	14th c.	flugdreki																X			
<i>Dinus saga dramblátá</i> - wizard illusion		flugdreki							Fjall		X										
<i>Ectors saga</i> - Fenacius vs Ingifer (shapeshifter)	late 14th-early 15th c.	ormr					X		Fjall						X					X	
<i>Ectors saga</i> - Trancival, the lion and the dragon		dreki	By											X							
<i>Ectors saga</i> - Ector vs Argus (shapeshifter)		ormr		River										X		X				X	
<i>Flóres saga konungs</i> - Sintram's tale	late 14th c.	flugdreki/dreki																			
<i>Flóres saga konungs</i> - Únu's tale		flugdreki/dreki		Lake	X		X				X			X						X	
<i>Konráðs saga keisarasonar</i> - dragon raids city+lion	early 14th c.	skriðorma, flugdreki/flugdreki							Fjall/skríb											X	
<i>Konráðs saga keisarasonar</i> - city of dragons/serpents		ormr														X	X				
<i>Siggarðs saga frækna</i> - lake dragon	1350-75	ormr/dreki		Lake				jarðhús	Hill with window												
<i>Sigurðar saga þögla</i> - dragon/lion fight	14th c.	dreki/ungar						X	Fjall		X	X		X							
<i>Tristrams saga og Ísöddar</i> - dragon raids population	14th c.	dreki		Unclear			X		Fjall	X	X			X							
<i>Valdimars saga</i> - Queen Lúpa, shapeshifter enemy	15th c.	flugdreki				X						Valleys and plains					X			X	
<i>Viktors saga ok Blávus</i> - shapeshifter enemy	1350-1400	flugdreki																			
<i>Vilhjálm saga sjóds</i> - lion/dragon	late 14th - early 15th c.	flugdreki						X	Stree					X							
<i>Vilhjálm saga sjóds</i> - lake dragon		ormr		Lake										X							
Total: 4+7+16+9+19 = 55 dragon "episodes"																					
			14 (6 on 8 by)	14 (8+3+3)	4	3	9	9	14	2	9	5	3	17	4	3	10	2	12	2	
			25.45%	25.45%	7.27%	5.45	16.36	16.36	25.45	3.64	16.36	9.09%	5.45	30.90	7.27	5.45%	18.18%	3.67	21.82%	3.64	

Table 1 – Distribution of landscape features across a selection of Old Norse-Icelandic saga

Bibliographical references

Sources

Printed sources

BARREIRO, Santiago (trans.) – “*De Serpentibus* en el norte medieval: traducción y comentario a *Om Ormar*”. *Calamus* 7 (2023), pp. 82-98.

BJARNI, Vilhjálms [ed.] – “Flóres saga konungs og sona hans”. In *Riddarasögur*. Vol. 5. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1951, pp. 65-121.

BJARNI, Vilhjálms (ed.) – “Konráðs saga keisarasonar”. In *Riddarasögur*. Vol. 3. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1951, pp. 269–344.

BOER, R.C. (ed.) – *Orvar-Odds saga*. Leiden: E.J. Brill, 1888.

BREWER, Keagan (ed./trans.) - *Prester John: the Legend and its Sources*. Farnham: Ashgate, 2015, pp. 46-96.

CEDERSCHIÖLD, Gustaf (ed.) – “Bærings saga”. In *Fornsögur Sudrlanda. Magus saga jarls, Konráðs saga, Bærings saga, Flovents saga, Bevers saga*. Lund: Fr. Berlings Boktryckeri och Stilgjuteri, 1884, pp. 85-123.

EINAR, Ól. Sveinsson (ed.) – *Brennu-Njáls saga*. Reykjavík: Hið íslenska fornritafélag, 1954.

FINCH, R.G. (ed./trans.) – *Völsunga saga – The Saga of the Volsungs*. London: Nelson, 1965.

FINLAY, Alison; ÞÓRDÍS, Edda Jóhannesdóttir (eds./trans.) – *The Saga of the Jómsvikings – A Translation with Full Introduction*. Kalamazoo: Medieval Institute Publications: Western Michigan University, 2018.

FINNUR, Jónsson (ed.) – *Morkinskinna*. København: J. Jørgensen & Co., 1932.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Bósa saga”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 3. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 281-322.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Göngu-Hrólfis saga”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 3. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 161–280.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Hálfðanar saga Eysteinsonar”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 245–285.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Hrólfis saga kraka ok kappa hans”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 1-105.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Ketils saga hængs”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 2. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 149-181.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Norna-Gests þátr”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 305-335.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Ragnars saga loðbrókar”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 219-285.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Sögubrot af fornkonungum”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 337-363.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Sörla saga sterka”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 3. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 367-410.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Yngvars saga víðförla”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 2. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 423-459.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – “Þátr af Ragnars sonum”. In *Fornaldar sögur norðurlanda*. Vol. 1. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1950, pp. 287-303.

GUÐNI, Jónsson (ed.) – *Þiðreks saga af Bern*. Vols. 1-2. Reykjavík: Íslendingasagnaútgáfan, 1951.

GUÐNI, Jónsson; BJARNI, Vilhjálms (eds.) – “Eireks saga víðförla”. In *Fornaldarsögur Norðurlanda*. Vol. 3. Reykjavík: Bókaútgáfan Forni, 1943-1944 [Consulted online, 25th April 2023]. Available on https://www.heimskringla.no/wiki/Eireks_saga_v%C3%AD%C3%B0f%C3%B6rla.

HALL, Alaric; RICHARDSON, Steven D.P.; HAUKUR, Þorgeirsson (eds./trans.) – “*Sigrarðs saga frækna*: A normalised text, translation, and introduction”. *Scandinavian-Canadian Studies* 21 (2013), pp. 80-155.

JÓNAS, Kristjánsson (ed.) – *Dínus saga drambláta*. Reykjavík: Háskóli Íslands, 1960.

JORGENSEN, Peter (ed.); HILL, Joyce M. (trans.) – “Saga af Tristram ok Ísodd”. In KALINKE, Marianne E. (ed.) – *Norse Romance I – The Tristram Legend*. Cambridge: D.S. Brewer, 1999, pp. 241-291.

JORGENSEN, Peter (ed./trans.) – “Tristrams saga ok Ísöndar”. In KALINKE, Marianne E. (ed.) – *Norse Romance I – The Tristram Legend*. Cambridge: D.S. Brewer, 1999, pp. 23-226.

KALINKE, Marianne E. (ed./trans.) – “Erex saga”. In *Norse Romance II: The Knights of the Round Table*. Cambridge: D.S. Brewer, 1999, pp. 217-265.

KALINKE, Marianne E. (ed./trans.) – “Ívens saga”. In *Norse Romance II: The Knights of the Round Table*. Cambridge: D.S. Brewer, 1999, pp. 32-102.

LARRINGTON, Carolyne (trans.) – “Grimnir’s Sayings”. In *The Poetic Edda – Revised Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 47-56.

LARRINGTON, Carolyne (trans.) – “The Lay of Fafnir”. In *The Poetic Edda – Revised Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 153-161.

LARRINGTON, Carolyne (trans.) – “The Seeress’s Prophecy”. In *The Poetic Edda – Revised Edition*. Oxford: Oxford University Press, 2014, pp. 3-12.

LOTH, Agnete (ed.) – “Ectors saga”. In *Late Medieval Icelandic Romances*. Vol. 1. Copenhagen: Munksgaard, 1962, pp. 81-186.

LOTH, Agnete (ed.) – “Valdimars saga”. In *Late Medieval Icelandic Romances*. Vol. 1. Copenhagen: Munksgaard, 1962, pp. 51-78.

LOTH, Agnete (ed.) – “Sigurðar saga þøgla”. In *Late Medieval Icelandic Romances*. Vol. 2. Copenhagen: Munksgaard, 1963, pp. 93-259.

LOTH, Agnete (ed.) – “Vilhjálm’s saga sjóðs”. In *Late Medieval Icelandic Romances*. Vol. 4. Copenhagen: Munksgaard, 1964, pp. 1-136.

LOUIS-JENSEN, Jonna (ed.) – *Trójumanna saga – The Dares Phrygius Version*. Copenhagen: C.A. Reitzels Boghandel A/S, 1981.

MÖBIUS, Theodorus (ed.) – “Blómstrvalla saga”. In *Riddarasögur*. Lipsiae: Breitkopfius et Haertelius, 1855. [Consulted online, 25th April 2023]. Available at https://heimskringla.no/wiki/Bl%C3%B3mstrvalla_saga.

NECKEL, Gustav; KUHN, Hans [eds.] – “Grímnismál”. In *Edda. Die Lieder Des Codex Regius Nebst Verwandten Denkmälern*. Heidelberg: Carl Winter/Universitätsverlag, 1962, pp. 57-68.

NECKEL, Gustav; KUHN, Hans (eds.) – “Vǫlospá”. In *Edda. Die Lieder Des Codex Regius Nebst Verwandten Denkmälern*. Heidelberg: Carl Winter/Universitätsverlag, 1962, pp. 1-16.

NORDAL, Sigurður (ed.) – “Bjarnar saga hítðœlakappa”. In *Borgfirðinga sögur*. Reykjavík: Hið íslenska fornritafélag, 1938, pp. 109-211.

OGDEN, Daniel (trans.) – “Acts of Silvester B”. In *Dragons, Serpents and Slayers in the Classical and Early Christian Worlds – A Sourcebook*. New York: Oxford University Press, 2013, pp. 221-222.

SAXO, Grammaticus – *Gesta Danorum – The History of the Danes*. Vol. 2. Ed. Karsten Friis-Jensen; trans. Peter Fisher. Oxford: Clarendon Press, 2015.

SMITH, Kyle; FOYS, Martin (eds.) – “Cotton Tiberius B.i, Maxims II: Edited Text & Source Details” [online]. In *Old English Poetry in Facsimile 2.0*. Madison: Center for

the History of Print and Digital Culture, University of Wisconsin-Madison, 2019-. Available on <https://oepoetryfacsimile.org>.

SNORRI, Sturluson – *Heimskringla*. Vol. 1. Ed. Bjarni Aðalbjarnarson. Reykjavík, Hið íslenska fornritafélag, 1941.

SNORRI, Sturluson – *Edda: Prologue and Gylfaginning, Second Edition*. Ed. Anthony Faulkes. London: University College London/Viking Society for Northern Research, 2005.

SNORRI, Sturluson – *Edda – Skáldskaparmál. 2. Glossary and Index of Names*. Ed. Anthony Faulkes. Exeter: University College London/Viking Society for Northern Research, 2007.

SOZOMEN - “Historia Ecclesiastica”. In *Dragons, Serpents and Slayers in the Classical and Early Christian Worlds – A Sourcebook*. Trans. Daniel Ogden. New York: Oxford University Press, 2013, pp. 231-232.

VALERIUS, Maximus – “Facta et dicta memorabilia”. In *Dragons, Serpents and Slayers in the Classical and Early Christian Worlds – A Sourcebook*. Trans. Daniel Ogden. New York: Oxford University Press, 2013, pp. 141-142.

WAGGONER, Ben (trans.) – “The Saga of Ragnar Lodbrok and his Sons”. In *The Sagas of Ragnar Lodbrok*. New Haven: The Troth, 2009, pp. 2-41.

WILLIAMSON, Craig (trans.) – “Maxims II: Cotton Maxims”. In *The Complete Old English Poems*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2017, pp. 977-979.

WOLF, Kirsten (ed.) – “Margrétar saga II”. *Gripla* 21 (2010), pp. 61-104.

ÞÓRHALLUR, Vilmundarson; BJARNI, Vilhálmsson (eds.) – “Þorskfirðinga saga”. In *Harðar saga*. Reykjavík: Hið íslenska fornritafélag, 2009, pp. 175-227.

ÞÓRHALLUR, Vilmundarson; BJARNI, Vilhálmsson (eds.) – “Þorsteins þátr forvitna”. In *Harðar saga*. Reykjavík: Hið íslenska fornritafélag, 2009, pp. 435-437.

ÞORLEIFUR, Hauksson; MARTEINN, Helgi Sigurðsson (ed.) – *Jómsvíkinga saga*. Reykjavík: Hið íslenska fornritafélag, 2018.

Studies

ANDRADE, Miguel Diogo – *O Dragão no Imaginário Nórdico Medieval: um estudo das sagas islandesas*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2020. Masters' dissertation.

ÁRMANN, Jakobsson – “The Taxonomy of the Non-existent: Some Medieval Icelandic Concepts of the Paranormal”. *Fabula* 54 (2013), pp. 199-213.

ARNOLD, Martin – *The Dragon – Fear and Power*. London: Reaktion, 2018.

AUNE, David E. - "Circle". In JONES, Lindsay (ed.) - *Encyclopedia of Religion – Second Edition*. Vol. 3. Detroit: Thomson Gale, 2005, pp. 1792-1793.

BAMPI, Massimiliano – "Genre". In ÁRMANN, Jakobsson; SVERRIR, Jakobsson (eds.) – *The Routledge Research Companion to the Medieval Icelandic Sagas*. New York: Routledge, 2017 (e-book).

BAMPI, Massimiliano; LARRINGTON, Carolyne; SIF, Ríkhardsdóttir (eds.) - *A Critical Companion to Old Norse Literary Genre*. Cambridge: D.S. Brewer, 2020.

BARREIRO, Santiago – "The Hoard Makes the Dragon - Fáfnir as a Shapeshifter". In BARREIRO, Santiago; CORDO RUSSO, Luciana (eds.) – *Shapeshifters in Medieval North Atlantic Literature*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2019, pp. 53-81.

BEAUDE, Pierre-Marie - "Les dragons dans la Bible". In PRIVAT, Jean-Marie (ed.) - *Dans la Gueule du Dragon – Histoire, Ethnologie, Littérature*. Sagnerremines: Editions Pierrons, 2000, pp. 135-143.

BILE, Monique – "Etymologies". In PRIVAT, Jean-Marie (ed.) – *Dans la Gueule du Dragon – Histoire, Ethnologie, Littérature*. Sagnerremines: Editions Pierrons, 2000.

DAY, John - *God's conflict with the dragon and the sea*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

ELLIS DAVIDSON, Hilda R. - "The Hill of the Dragon: Anglo-Saxon Burial Mounds in Literature and Archaeology". *Folklore* 61 / 4 (1950), pp. 169-185.

EVANS, Jonathan – "'As Rare as they are Dire': Old Norse Dragons, *Beowulf*, and the *Deutsche Mythologie*". In SHIPPEY, T. A. (ed.) - *The Shadow-Walkers: Jacob Grimm's Mythology of the Monstrous*. Tempe: Turnhout: Arizona Center for Medieval and Renaissance Studies - Brepols, 2005, pp. 207-269.

FINCH, R.G. – "Þiðreks saga af Bern". In PULSIANO, Phillip; WOLF, Kirsten (eds.) - *Medieval Scandinavia – An Encyclopedia*. New York: Routledge, 1993, pp. 662-663.

HUME, Kathryn – "From Saga to Romance, the Use of Monsters in Old Norse Literature". *Studies in Philology* 77 / 1 (1980), pp. 1-25.

LE GOFF, Jacques - "The Wilderness in the Medieval West." In LE GOFF, Jacques - *The Medieval Imagination*. Trans. Arthur Goldhammer. Chicago: London: University of Chicago Press, 1988, pp. 47-59.

LEWIS, Theodore J. - "CT 13.33-34 and Ezekiel 32: Lion-Dragon Myths". *Journal of the American Oriental Society* 116 / 1 (1996), pp. 28-47. [Consulted online, 1st October 2023]. Available on <http://www.jstor.org/stable/606370>, a 1/10/2023.

KIESSLING, Nicolas K. - "Antecedents of the Medieval Dragon in Sacred History". *Journal of Biblical Literature* 89 / 2 [1970], pp. 167-177.

LIONARONS, Joyce Tally - *The Medieval Dragon - The Nature of the Beast in Germanic Literature*. Enfield: Hisarlik Press, 1998.

MOURÃO, Cátia - *Autem non sunt rerum natura. Figurações heteromórficas em mosaicos hispano-romanos*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2010. PhD dissertation.

OGDEN, Daniel - *Drakōn - Dragon Myth and Serpent Cult in the Greek and Roman Worlds*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

ONP: *Dictionary of Old Norse Prose* [online]. The Arnamagnæan Collection/Department of Nordic Studies and Linguistics/University of Copenhagen. [Consulted on 25th April 2023]. Available at <https://onp.ku.dk/onp/onp.php>.

ORCHARD, Andy (ed.) - *Dictionary of Old Norse Myth and Legend*. London: Cassell, 1997.

RAUER, Christine - *Beowulf and the dragon - Parallels and analogues*. Cambridge: D. S. Brewer, 2000.

SIMEK, Rudolf (ed.) - *Dictionary of Northern Mythology*. Trans. Angela Hall. Cambridge: D.S. Brewer, 2007.

SØRENSEN, Preben Meulengracht - "Porr's Fishing Expedition". In ACKER, Paul; LARRINGTON, Carolyne [eds.] - *The Poetic Edda - Essays on Old Norse Mythology*. New York: Routledge, 2016. E-book version.

STRAUBHAAR, Sandra Ballif - "«Ok flýgr þat jafnan»: Icelandic Figurations of Böðvarr bjarki's Monster". In ÁRMANN Jakobsson; MAYBURD, Miriam (eds.) - *Paranormal Encounters in Iceland 1150-1400*. Boston/Berlin: De Gruyter, 2020, pp. 193-201.

TURVILLE-PETRE, E.O.G. - *Myth and Religion of the North - The Religion of Ancient Scandinavia*. Westport: Greenwood Press, 1975.

ZOËGA, Geir T. (ed.) - *A Concise Dictionary of Old Icelandic*. Mienola: Dover, 2004.

WATKINS, Calvert - *How to Kill a Dragon: Aspects of Indo-European Poetics*. New York/Oxford: Oxford University Press, 1995.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ANDRADE, Miguel – “*Where be dragons?* Draconic environments in the Old Norse-Icelandic sagas”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 83-117. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 35 | Janeiro – Junho 2024

ISSN 1646-740X

A Tale of Two Travellers in King Alfred's Court

Dois Viajantes na Corte do Rei Alfredo

Miguel Alarcão

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centre for
English, Translation and Anglo-Portuguese Studies

1069-061 Lisboa, Portugal

miguel.alarcao@fcsb.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0831-1941>

Data recepção do artigo / Received for publication: 22 de janeiro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7726>

ABSTRACT

Considering just the English medieval case, it seems reasonable to assume that some sorts or forms of travel writing must have existed before such canonical texts as *The Travels of Sir John Mandeville*, the anonymous *The Land of Cockayne* or Geoffrey Chaucer's *The Canterbury Tales* (14th century). Indeed, the two short accounts I will discuss were added to, and included in, the Old English translation of Paulus Orosius's *Historiarum* (or *Historiae*) *adversum Paganos Libro Septem* (5th century), ordered by, and made for, Alfred the Great, King of Wessex (871-899).

Keywords: Alfred the Great; Ohthere; Wulfstan; medieval voyages; Scandinavian voyages.

RESUMO

Considerando apenas o caso medieval inglês, parece razoável admitir que alguns tipos ou formas de escrita de viagens terão existido antes de textos canônicos como *The Travels of Sir John Mandeville*, o anônimo *The Land of Cockayne* ou *The Canterbury Tales*, de Geoffrey Chaucer (Século XIV). Com efeito, os dois curtos relatos que irei apresentar foram adicionados à (e incluídos na) tradução para inglês antigo da *Historiarum* (ou *Historiae*) *adversum Paganos Libro Septem*, de Paulo Orósio, encomendada por (e efectuada para) Alfredo, o Grande, Rei de Wessex (871-899).

Palavras-chave: Alfredo, o Grande; Ohthere; Wulfstan; viagens medievais; viagens escandinavas.



As is well known to everyone working on, acquainted with, or interested in Travel Studies, the older and traditional designation of “travel literature” has gradually given way, in recent decades, to that of “travel writing”, which is perfectly acceptable if one takes the view that – heterogeneous as they undoubtedly are¹ – not all travel writings possess and display an aesthetic quality and value that may warrant their classification as proper “literature” ..., at least in the strict sense of the word, rather than in a broader (and, to me, far too loose!) acceptance of literature as *any* given body of texts.

To this preliminary note should be added another one: not all texts on travel (literary or otherwise) have been *written* from scratch and *read*; some of them, particularly the most ancient ones, must have been originally *told* and *listened to*, though this oral/aural dimension is often forgotten, if not indeed obliterated, by, or behind, the umbrella label of “travel writing”. In that sense, considering not just the high rates of medieval illiteracy, but also the fact that the Middle Ages actually *predate* the invention of printing, it would make sense to think and speak of “travel **telling**” as well, when dealing with medieval texts, like the ones I will be presenting.

Irrespective of critical terminology, let me start then by asking some ‘simple’ questions: When did travel writing begin? In Oriental and Classical Antiquity, as

¹ “(...)it is no easy matter to provide a neat and unproblematic definition, or delimitation, of what counts as travel writing. The term is a very loose generic label, and has always embraced a bewilderingly diverse range of material [...] Simultaneously, and partly as a result of this intrinsic heterogeneity, travel writing has always maintained a complex and confusing relationship with any number of closely related (indeed, often overlapping genres [...]) One consequence of this heterogeneity and hybridity is that it is often hard to define where ‘travel writing’ ends and other genres begin, such as autobiography, ethnography, nature writing and fiction.” (THOMPSON, Carl - *Travel Writing*. London and New York: Routledge, 2011, pp. 11-12) and “Around the central form of the travel book [...] there circulates a still greater range of texts that can [...] potentially be understood either as branches and sub-genres of travel writing, or else as separate genres closely cognate with travel writing, [...] sometimes merging into it: guidebooks, itineraries, novels with a pronounced travel theme, memoirs, writings of place, descriptions of the natural world, maps, road movies and much else besides.” (p. 26) To sum it all up, as Thompson recalls, quoting Jonathan Raban, “travel writing is a notoriously raffish open house where different genres are likely to end up in the same bed.” (p. 11)

suggested by Carl Thompson² and Tim Youngs³? Or, considering the erstwhile oral paradigms of literature and its transmission, even further back, in some immemorial and undatable past? If we think of the Bible, for example, one may wonder whether Adam and Eve told their children how they were thrown out of Paradise and had to move or whether Joseph and Mary ever narrated to Jesus the story of their trying journey to Bethlehem...

Considering just the English medieval case, it seems reasonable to assume that some sorts or forms of travel writing must have existed before such canonical texts as *The Travels of Sir John Mandeville*, the anonymous *The Land of Cockayne* or Geoffrey Chaucer's *The Canterbury Tales* (14th century). Indeed, the two short accounts I will discuss were added to, and included in, the Old English translation of Paulus Orosius's *Historiarum (or Historiae) adversum Paganos Libro Septem* (5th century), ordered by, and made for, Alfred the Great, King of Wessex (871-899)⁴. Alfred himself travelled twice to Rome as a pilgrim, even though the theme or topic of medieval pilgrimage will be left out from this essay⁵.

Borrowing Janet Bately's words, let us list some key preliminary doubts and issues:

"How, when, and why did these reports come to be embedded in the translation of an important Latin text, and in what form or forms were they transmitted? By what route or routes did they reach their present position? Who were the people who made them? The actual evidence that we have is slight and often ambiguous."⁶

² THOMPSON, Carl – *Travel Writing*, pp. 34-37.

³ YOUNGS, Tim – *The Cambridge Introduction to Travel Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 19-23.

⁴ As recalled by KEYNES, Simon; LAPIDGE, Michael (trans.) – *Alfred the Great. Asser's 'Life of King Alfred' and other contemporary sources*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., 1983, p. 33.

⁵ See on this SUMPTION, Jonathan - *The Age of Pilgrimage. The Medieval Journey to God*. Mahwah, New Jersey: HiddenSpring, 2003 and WEST, Diana - *Pilgrimage in Medieval England*. London and New York: Hambledon and London, 2000.

⁶ BATELY, Janet – "Ohthere and Wulfstan in the Old English *Orosius*". In BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere's Voyages. A late 9th century account of voyages along the coast of Norway and Denmark and its cultural context*. Roskilde: The Viking Ship Museum, 2007, p. 26.

“(...) it seems to me highly probable that the section of the Old English *Orosius* which we now call the ‘Voyages of Ohthere and Wulfstan’, far from being an authorial addition to the Latin source, is an interpolation, made *after* the completion of the translation, by someone who happened to have access to copies of Ohthere and Wulfstan’s reports.”⁷

The geographical addition to Orosius’ text of accounts focused on Northern Europe (particularly Scandinavia and the Baltic) is an important one, considering not just the Scandinavians’ renown as navigators, travellers, traders, and pirates, but also their historical, military, and commercial interactions with the British Isles in the High Middle Ages. Alfred’s own contemporaneity with the Danish invasions and occupation in the second half of the ninth century, as well as his celebrated open-mindedness and intellectual curiosity⁸, add to the documentary relevance of these primary sources⁹, described by Sebastian Sobocki as “[...] traveller accounts/geographical treatises [...]”¹⁰. In the Introduction to the anthology co-edited with Anthony Bale, the scholars declare:

“We have [...] taken a broad view of travel narratives that include embassies, accounts of wars, diplomatic correspondence, mercantile journeys, and cartographic materials, not least because travel writing cannot be separated from ideas about geography.”¹¹

⁷ BATELY, Janet - “Ohthere and Wulfstan in the Old English *Orosius*”. In BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere’s Voyages*, p. 33.

⁸ According to Asser, Alfred’s Welsh biographer, “He [...] applied himself attentively [...] to foreign visitors of all races, showing immense and incomparable kindness and generosity to all men, as well as to the investigation of things unknown. Wherefore many Franks, Frisians, Gauls, Vikings, Welshmen, Irishmen and Bretons subjected themselves willingly to his lordship, nobles and commoners alike; (...)” KEYNES, Simon; LAPIDGE, Michael (trans.) - *Alfred the Great*, p. 91.

⁹ “Besides providing a bridge between the Anglo-Saxon and Old Norse worlds, *Ohthere’s Voyage* offers a tangible vision of the geographical understanding of the Anglo-Saxon literary elite of the ninth and tenth centuries and their intimate familiarity with Latin traditions.” ALLPORT, Ben - “Home thoughts of abroad: *Ohthere’s Voyage* in its Anglo-Saxon context”. In *Early Medieval Europe*, ed. John Wiley & Sons Ltd., 28 (2), 2020, pp. 287-288.

¹⁰ SOBECKI, Sebastian I. - *The Sea and Medieval English Literature*. Woodbridge, Suffolk: D. S. Brewer, 2008, p. 43.

¹¹ BALE, Anthony; SOBECKI, Sebastian (eds.) - *Medieval English Travel. A Critical Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 2021, p. 10.

Before putting forward some comments on our primary sources¹², both of them marked by their evident potential in terms of interdisciplinary research, as well as by the oral/aural paradigms mentioned at the outset, it must be added that these are the first two volumes of a collection entitled “Maritime Culture of the North” and edited by The Viking Ship Museum, Roskilde, Denmark. My involvement with English Studies will, however, dictate a strict and specific focus on the Wessex/Alfredian connection to the detriment of all matters pertaining Scandinavian geographical, naval, commercial, ethnological, and social history¹³.

I shall start with a few remarks on “Ohthere’s report”, bilingually published in *Old and Modern English*¹⁴ and described in the “Foreword” as “(...) perhaps the single most important, contemporary account of a Scandinavian Viking-Age traveller of which we have knowledge.”¹⁵ Ohthere seems to have been a wealthy tradesman from Halogaland, in northern Norway; the references to whales, walrus, and seals suggest that he hunted them and traded their hides, skins, bones, and ivory tusks, although the text mentions other occupations pursued by fellow Norwegians, like fishing and agriculture.

Commercial activities aside, Ohthere obviously enjoyed travelling and exploration: apart from his visit to Alfred, to whom he offered some tusks, he travelled northwards, coming close to the Arctic and mentioning peoples like the Finnas and the Beormas¹⁶, said to speak the same language. He alludes to the frequent wars between the Cwenas and the Northmen¹⁷, an animosity that may perhaps recall the

¹² Ohthere’s account is included in the Lauderdale Ms, folios 8r-8v (The British Library, Add 47967), as well as in the Cotton Tib.B.i Ms, folios 10v-11v (partly), immediately followed by Wulfstan’s report (Cotton Tib.B.i Ms, folios 11v-13v), also kept in The British Library. A digital version of the original Old English texts has been published in BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere’s Voyages*, pp. 10-17; see also Janet Bately’s introduction (pp. 18-39) and notes (pp. 51-58).

¹³ This edition is divided into the following chapters: “The Source”, “Geography”, “At Home”, “At Sea”, “Destinations” and “Trade and Exchange”.

¹⁴ BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere’s Voyages*, pp. 40-47.

¹⁵ BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere’s Voyages*, p. 7.

¹⁶ Translated as the Lapps and the Permians in CROSSLEY-HOLLAND, Kevin (ed./trans.) - *The Anglo-Saxon World. An Anthology*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1984, p. 65.

¹⁷ “The Cwenas [Finns] sometimes make raids on the Northmen [Norwegians] over the moorland, sometimes the Northmen [Norwegians] on them.” (BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere’s Voyages*, pp. 46-47). Translated as the Finns and the Norwegians in CROSSLEY-HOLLAND, Kevin (ed./trans.) - *The Anglo-Saxon World*, p. 66.

hostility between neighbouring peoples, like the Geats and the Scylfings or the Danes and the Frisians in *Beowulf*. But Ohthere also travelled eastwards (The White Sea), and southwards, although the identification of some places remains uncertain¹⁸.

Regarding this account, two points should be highlighted: firstly, the references to Hedeby, Jutland and Zealand, presented as the original homes of the Angles and the Saxons¹⁹; and therefore bound to interest someone so alert to the need to preserve, revive, or restore identity traits and cultural legacies as Alfred of Wessex; and secondly, the empirical bent patent in the observation: “The *Beormas* told them [*or him*] [Ohthere] many stories both about their own land and about the lands that were around them, *but he did not know what there was of truth in it was, because he did not see it himself.*”²⁰ In fact, apart from this ‘willing suspension of belief’ and the (un)reliability of sources, Ohthere’s curiosity and sense of adventure stand out and strike us from the start:

“Ohthere said to his lord, King Alfred, that he lived furthest north of all Northmen [Norwegians]. He said that he lived in the northern part of the land, beside the West Sea. He said, however, that the land extends a very long way north from there, but it is all waste, except that in a few places here and there *Finnas* camp, engaged in hunting in winter and in summer in fishing by the sea. He said that on a certain occasion he wished to investigate how far the land extended in a northerly direction, or whether anyone lived north of the waste [*or wilderness*]. Then he went north along the coast; he kept the waste land on his starboard side and the open sea on his port side all the way for three days. Then he was as far north as the furthest the whale hunters go.”²¹

¹⁸ Mostly Sciringesheal (roughly corresponding to Kaupang, near Larvik and the Oslo Fiord). Hedeby (Schleswig), formerly Danish, is now part of Germany.

¹⁹ “[...] for two days before he came to the Heaths [Hedeby], Jutland and *Sillende* and many islands were on his starboard side - in those lands the English lived, before they came to this country (...)” (BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) – *Ohthere’s Voyages*, p. 47).

²⁰ BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) – *Ohthere’s Voyages*, p. 45.

²¹ BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) – *Ohthere’s Voyages*, p. 44.

In the words of Bale and Sobceki, “Medieval people were fascinated with the worlds that lay beyond: beyond one’s town or country, beyond Europe, beyond Jerusalem, beyond the seas, beyond the known.”²² This motivation or ‘drive’, which, in the case of our primary sources, actually predate both the religious and military mobility associated with the Crusades and the geographical and anthropological curiosity that moved Marco Polo (c.1254-1324), is akin to that of the sailors, traders, soldiers, missionaries, and explorers from the early Tudor²³ to the late Edwardian age; thus it could hardly fail to resonate in an English/British subject or audience, ensuring the insertion of these early travelogues in the naval historiographical tradition and hence their canonization.

A significant example of these texts’ reception and ‘afterlives’, so to speak, is provided by Richard Hakluyt (1552?-1616), the editor of *The Principal Navigations, Voyages and Discoveries of the English Nation* (1589; 2nd ed. 1598-1600)²⁴, adding and mentioning Ohthere and Wulfstan in the title of later, mostly Victorian, editions²⁵. The ideological and patriotic build-up of Alfred’s pseudohistorical image as the founder or ‘father’ of the first English fleet (not yet the British Navy!), besides the fact that “Rule Britannia” was sung for the first time in James Thomson’s, David Mallet’s (or Malloch’s) and Thomas Arne’s masque, entitled *Alfred* (1740), would ensure that, in an age of global commercial and imperial expansion, and naval supremacy, the connections between the Wessex king and the sea would not be lost.

The second text, entitled “Wulfstan’s report”²⁶, opens with a reference to Hedeby as well (p. 48), but, unlike Ohthere’s, “[...] it is not certain that this report was made to the king.”²⁷; Helen Appleton, for instance, argues that “The two accounts are

²² BALE, Anthony; SOBECKI, Sebastian (eds.) - *Medieval English Travel*, p. 2.

²³ The Cabots’ pioneering voyage to Newfoundland took place in 1497, shortly after Columbus’s voyage to America and the Treaty of Tordesillas.

²⁴ The Muscovy (or Russia) Company was founded in 1555, in the wake of Richard Chancellor’s voyage of 1553-1554.

²⁵ On the huge popularity of King Alfred in the Victorian age see PARKER, Joanne - *‘England’s Darling’: The Victorian Cult of Alfred the Great*. Manchester: Manchester University Press, 2007, especially pp. 147-151. From a much narrower and specific angle, see also ALARCÃO, Miguel - “O elogio de Charles Dickens ao Rei Alfred de Wessex (871-899)”. *Gaudium Sciendi* 7 (Jan. 2015), pp. 119-133.

²⁶ BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere’s Voyages*, pp. 48-50.

²⁷ KEYNES, Simon; LAPIDGE, Michael (trans.) - *Alfred the Great*, p. 258, n.155.

presented together, but nothing indicates that the two seafarers were present simultaneously, or even that Wulfstan attended the court at all. *Ohthere and Wulfstan* may have begun as independent records made by court scribes during the seafarers' visits to Wessex."²⁸

Wulfstan – who may have been an Englishman – focuses his account on the Baltic Sea, particularly Estland [Estonia]²⁹, though he also mentions Truso, at the mouth of the Vistula³⁰, and places said to pay tribute to Sweden³¹ and Denmark³². All in all, Wulfstan's text is much less interesting than Ohthere's, in spite of the description of an odd Estonian tradition --- a horse race or competition for a dead man's goods --- and the attending funerary rites³³.

It seems appropriate to quote at this stage Eleanor Duckett:

“To all these tales [...], Alfred had surely listened with rapt mind. Books [...] were worth the world to him; yet [...] his world was the people of his land. To pass on to them [...] the narratives of those who [...] had heard and seen strange things [...], things that concerned the Europe of Alfred's own day, narratives that told of the Northmen from whom had descended so much tribulation upon England and who were [...] now settled on wide regions of English land --- this to the King of Wessex was welcome and happy work, good [...] for himself and for those whom he longed to teach.”³⁴

To conclude, although the literary quality of these texts is not very impressive, their documentary importance should not be overlooked, calling for further research into

²⁸ APPLETON, Helen - “Ohthere and Wulfstan”. In ECHARD, S.; ROUSE, R. (eds.) - *Encyclopedia of British Medieval Literature*. Oxford: John Wiley & Sons Ltd., 2017, p. 1450.

²⁹ “The above-mentioned Estland [Estonia] is very large, and there is very many a town [or stronghold], and in each town there is a king. [...] There is very much [or great] conflict between them.” (BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere's Voyages*, p. 48)

³⁰ Elblag/Elbing, Poland.

³¹ Blekinge, Møre (in Norway), and the Swedish islands of Öland and Gotland.

³² The Danish islands of Langeland, Lolland and Falster, as well as Skane (in Sweden).

³³ BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere's Voyages*, pp. 49-50.

³⁴ DUCKETT, Eleanor - *Alfred the Great and his England*. London: Collins, 1957, p. 148.

the geographical/cartographical science and knowledge in the Middle Ages³⁵. As Peter Hulme and Tim Youngs state in their introduction:

“The academic disciplines of literature, history, geography, and anthropology have all overcome their previous reluctance to take travel writing seriously and have begun to produce a body of interdisciplinary criticism which will allow the full historical complexity of the genre to be appreciated.”³⁶

Like Tim Youngs once wrote, “We are still assembling our equipment for the long and exciting journey ahead. The literature of travel has barely been approached.”³⁷ Let us hope that, somewhere in this process, medieval travel writing will get its due share of critical attention.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

British Library, Add 47967. Lauderdale Ms ff. 8-8v.

British Library, Cotton Tib.B.i Ms, ff. 10v-13v.

Printed sources

BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) – *Ohthere's Voyages. A late 9th century account of voyages along the coast of Norway and Denmark and his cultural context*. Roskilde: Viking Ship Museum, 2007.

CROSSLEY-HOLLAND, Kevin (ed./trans.) – *The Anglo-Saxon World. An Anthology*. Oxford and New York: Oxford University Press, “The World’s Classics”, 1984 (The Boydell Press, 1982).

³⁵ “La potencia imaginativa de la cosmografía medieval ha sobrevivido a su ruina como visión válida del mundo y, hasta cierto punto, continúa actuando en nosotros.” (LADERO QUESADA; Miguel Angelo – *El mundo de los viajeros medievales*. Madrid: Grupo Anaya, S.A., 1992, p. 89)

³⁶ HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds.) - *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008, p. 1.

³⁷ YOUNGS, Tim - “The Importance of Travel Writing”. *The European English Messenger* 13 / 2, Autumn (2004), pp. 55-62.

Studies

ALARCÃO, Miguel - "O elogio de Charles Dickens ao Rei Alfred de Wessex (871-899)". *Gaudium Sciendi* 7 (Jan. 2015), pp. 119-133. Available at <https://doi.org/10.34632/gaudiumsciendi.2015.n7>. Accessed 21.01.2023.

ALLPORT, Ben - "Home thoughts of abroad: *Ohthere's Voyage* in its Anglo-Saxon context". *Early Medieval Europe*, 28:2 (2020), pp. 256-288. Available at [Home thoughts of abroad: Ohthere's Voyage in its Anglo-Saxon context - Allport - 2020 - Early Medieval Europe - Wiley Online Library](#). Accessed 21.01.2023.

APPLETON, Helen - "Ohthere and Wulfstan". In ECHARD, S. ; ROUSE, R. (eds.) - *Encyclopedia of British Medieval Literature*. Oxford: John Wiley & Sons Ltd., 2017, pp. 1450-1451. Available at <https://doi.org/10.1002/9781118396957.wbemlb288> . [Ohthere and Wulfstan - ORA - Oxford University Research Archive](#). Accessed 21.01.2023.

BALE, Anthony; SOBECKI, Sebastian (eds.) - *Medieval English Travel. A Critical Anthology*. Oxford: Oxford University Press, 2021 (2019).

BATELY, Janet - "Ohthere and Wulfstan in the Old English *Orosius*". In BATELY, Janet; ENGLERT, Anton (eds.) - *Ohthere's Voyages. A late 9th century account of voyages along the coast of Norway and Denmark and its cultural context*. Roskilde: The Viking Ship Museum, 2007, pp. 18-58.

CUESTA, Julia Fernández; SILVA, Inmaculada Senra - "Ohthere and Wulfstan: One or Two Voyagers at the Court of King Alfred?". *Studia Neophilologica* 72 / 1 (2000), pp. 18-23. DOI: 10.1080/003932700750041568; Available at <https://doi.org/10.1080/003932700750041568> . Accessed 21.01.2023.

DE ANGELO, Jeremy - "Ohthere, Wulfstan, and Cultural Transmission in the Ninth-Century Baltic". *Peritia* 27 (January 2016), pp. 31-41. DOI:[10.1484/J.PERIT.5.112194](https://doi.org/10.1484/J.PERIT.5.112194). Access 21.01.2023.

DUCKETT, Eleanor - *Alfred the Great and his England*. London: Collins, 1957.

HULME, Peter; YOUNGS, Tim (eds.) - *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 (2002).

KEYNES, Simon; LAPIDGE, Michael (trans.) - *Alfred the Great. Asser's 'Life of King Alfred' and other contemporary sources*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., "Penguin Classics", 1983.

PARKER, Joanne - *'England's Darling': The Victorian Cult of Alfred the Great*. Manchester: Manchester University Press, 2007.

LADERO QUESADA, Miguel Angel - *El mundo de los viajeros medievales*. Madrid: Grupo Anaya, S.A., "Biblioteca Básica de Historia - Monografías", 1992.

SOBECKI, Sebastian I. - *The Sea and Medieval English Literature*. Woodbridge, Suffolk: D. S. Brewer, "Studies in Medieval Romance, 5", 2008.

THOMPSON, Carl - "Travel Writing." In *The New Critical Idiom*. London and New York: Routledge, 2011.

YOUNGS, Tim - "The Importance of Travel Writing". *The European English Messenger* 13.2 (Autumn 2004), pp. 55-62.

YOUNGS, Tim - *The Cambridge Introduction to Travel Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014 (2013)

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ALARCÃO, Miguel - "A Tale of Two Travellers in King Alfred's Court". *Medievalista* 35 (Janeiro - Junho 2024), pp. 119-130. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



**Do *Akhbār Mulūk al-Andalus* [Notícias dos Monarcas da
Hispânia] à *Crónica do Mouro Rasis*:
o percurso milenar de um texto mítico (séculos X - XXI)**

**From *Akhbār Mulūk al-Andalus* [News from the Monarchs of
Hispania] to *Crónica do Mouro Rasis*:
the millenary journey of a mythical text (10th - 21st centuries)**

António Rei

NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais
Campus de Campolide, 1099-085 Lisboa, Portugal

antoniorei@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-7269-3227>

“Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da Norma Transitória - DL 57/2016/CP1453/CT0072”

Data recepção do artigo / Received for publication: 15 de setembro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 6 de Junho de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7734>

RESUMO

Uma obra e um mito, cujo percurso começou no século X, nos meios da Chancelaria Califal de Córdoba, durante o reinado de ‘Abd al-Raḥmān III, e cujos conteúdos e informações ainda hoje se mantêm válidos e suscitando vários e variados estudos.

Obra a que está vinculado um nome, “al-Rāzī”, cuja versão latinizada, “Rasis”, acabou colada à primeira tradução para português, que desde o século XIII passou a transmitir aquela memória, e depois para a tradução da versão portuguesa para castelhano, onde se fixou.

O texto que serviu de base àquela primeira tradução portuguesa, e a partir da qual surgiu a atribuição a “Rasis”, já era, de facto, a obra de Ibn Ġālib, uma refundição do século XII.

O texto da primeira tradução passou por várias mãos, lugares e situações até desaparecer no Terramoto de 1755.

A tradução castelhana e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que teve aquela primeira como fonte, permitiram reconstituir o texto da tradução perdida.

Ao longo dos séculos XIX e XX, edições e traduções de textos árabes suscitaram a ideia de uma possível recriação da matriz árabe perdida.

Palavras-chave: al-Rāzī; Rasis; *Akhbār Mulūk al-Andalus*; *Livro de Rasis*; *Crónica do Mouro Rasis*

ABSTRACT

A work and a myth, whose journey began in the 10th century, in the Califal Chancellery of Córdoba, during the reign of ‘Abd al-Raḥmān III, and whose contents and information are still valid today and giving rise to several and varied studies.

A work to which a name is linked, “al-Rāzī”, whose Latinized version, “Rasis”, ended up being glued to the first translation into Portuguese, which since the 13th century began to transmit that memory, and then to the translation of the Portuguese version into Castilian, where it settled.

The text that served as the basis for that first Portuguese translation, and from which that attribution to “Rasis” arose, was already, in fact, the work of Ibn Ġālib, a 12th century recast. The text of the first translation passed through several hands, places and situations until it disappeared in the earthquake of 1755.

The Castilian translation and the *Crónica General de Espanha* of 1344, which had the former as its source, allowed us to reconstruct the text of the lost translation.

Throughout the 19th and 20th centuries, editions and translations of Arabic texts raised the idea of a possible recreation of the lost Arabic matrix.

Keywords: al-Rāzī; Rasis; *Akhbār Mulūk al-Andalus*; *Livro de Rasis*; *Crónica do Mouro Rasis*



Introdução

O percurso textual que nos ocupa teve o seu início no labor literário que se desenvolveu nos círculos letrados próximos a ‘Abd al-Raḥmān III e contemporâneos do início do poder califal no al-Andalus.

Tomou forma integrando fontes de cariz historiográfico e geográfico, e entre as quais foram incorporadas, por via moçárabe, informações provenientes de fontes latinas tardo-antigas e visigóticas, procurando ligar dessa forma o novo poder califal islâmico aos anteriores poderes, de tipo “imperial”, que tinham vigorado na Hispânia, respetivamente o romano e o visigótico¹.

Além da argumentação jurídica islâmica que teria de justificar o porquê do surgimento de um califado quando existia um outro califa sunita em Bagdad², argumentação essa que fala na fraqueza do califado abássida ante a emergência xiita fatímida no Norte de África³, constata-se a busca de recuperação e apropriação das

¹ REI, António – *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2007. Tese de Doutoramento, pp. 36-37 e 121-123.

² A transgressão da ordem islâmica desobedecendo ao ‘vigário do Profeta’ (*Khalīfa*) canonicamente reconhecido, foi transposta e anulada através da assunção, por parte de ‘Abd al-Raḥmān III, da titulação de “Al-Qā’im bi amri-llah (“O que se ergue pelo Poder de Deus” ou “O que se ergue com o Poder de Deus”); LÉVI-PROVENÇAL, Evaristo – *España Musulmana (711-1031)*. Vol. IV de *Historia de España*. Dir. Ramón Menéndez Pidal (*HE-MP*), 4.ª ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1976, p. 366, n. 125) e dessa forma assumir uma condição de “Mahdī bi’llah” (“O Guiado [por Deus]”), o personagem de cariz escatológico e messiânico que restabelecerá a justiça no mundo (sobre o ‘Mahdī’, v. MEDELUNG, W. - “Al-Mahdī”. In *Encyclopedia of Islam*, 2.ª ed., 13 vols. Eds. H. A. R. Gibbs et al., Leiden-Paris: E. J. Brill & Maisonneuve et Larose, 1960-2006 (*E.I.*²), vol. V (1986), pp. 1230-1238; LAOUST, Henri - *Les schismes dans l’islam*. Paris: Payot, 1977. Ainda sobre as estratégias de legitimação e as titulaturas assumidas por ‘Abd al-Raḥmān III, ver, respetivamente, SAFRAN, Janina M. – *The Second Umayyad Caliphate. The Articulation of Caliphal Legitimacy in al-Andalus*. Harvard: Middle Eastern Monographs 33, 2001 e FIERRO, Maribel – *Abd Al-Rahman III: The First Cordoban Caliph*. London: Oneworld Publications, 2012.

³ Diante dos progressos dos Fatímidas no Norte de África, “ ‘Abd al-Raḥmān III “constatant l’extreme faiblesse du califat de Bagdad” prenait le titre califien “d’émir des croyants” ” (LAOUST, Henri - *Les schismes dans l’islam*, p. 143). Ver também sobre esta questão LÉVI-PROVENÇAL, E. - “Omeyyades d’Espagne”. In *E.I.*², IV (1978), p. 1062; LÉVI-PROVENÇAL, E. - *HE-MP*, IV, pp. 321-325. Para uma visão global de todo o fenómeno fatímida, v. EL FASI, Mohammed; HRBEK, Ivan (eds.) – *História Geral da África*. Vol. III: *África do século VII ao XI*. UNESCO - Brasil / Ministério da Educação do Brasil / Universidade Federal de São Carlos, 2010.

anteriores memórias imperiais ligadas à Hispânia, quer fossem memórias de origem romana quer fossem de origem visigótica.

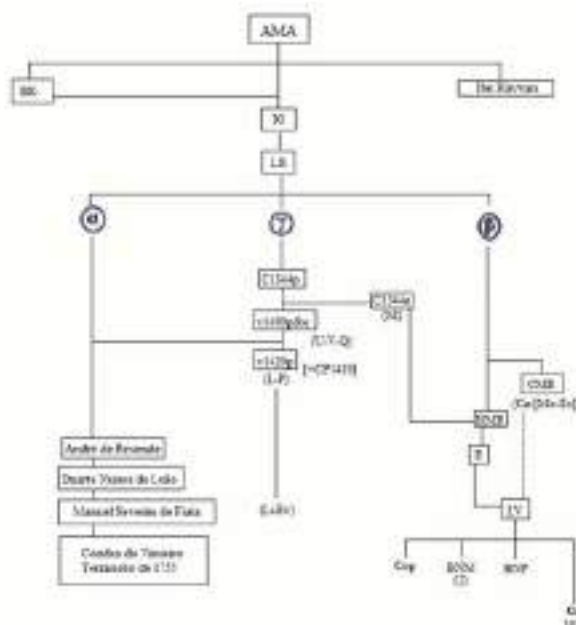


Fig. 1 – Estema dos percursos textuais das heranças dos Al-Rāzī

1- Percursos andalusis

Akhbār Mulūk al-Andalus [Notícias dos Monarcas da Hispânia] (AMA)

Esta obra, cujo texto árabe original é dado por perdido, tratar-se-ia de uma coletânea de Crônicas califais, dos reinados de ‘Abd al-Raḥmān III (912-961), de al-Ḥakam II (961-976), e chegaria, pelo menos, ao início do reinado seguinte, o de Hišām II, atendendo a que não se constata qualquer notícia referente a este último monarca, se tomarmos o que sobreviveu nas crônicas romances⁴.

⁴ *Cronica del Moro Rasis*. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés [CMR]. Madrid: Gredos, 1975, p. 376; *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Ed. Luís Filipe Lindley Cintra. 3 vols. [C1344]. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1951-1961, vol. II, p. 378; *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés. Madrid: Gredos, 1971, p. 196; GAYANGOS, Pascual de – “Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis”. *Memorias de la Real Academia de la Historia* 8 (1852), pp. 1-100, pp. 99-100; VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”. *O Archeologo Português* 24 (1920), pp. 177-193, pp. 177-178.

A obra procuraria, para além dos relatos respeitantes aos reinados em causa, ir mais longe, a montante, buscando descrever geograficamente a Península Ibérica e, simultaneamente, historiar todos os povos que antes do califado andalusi aqui tinham estado e vivido “desde a descendência de Noé”⁵.

A essa obra ficou associado indelevelmente o nome al-Rāzī, nome de família dos dois cronistas, respetivamente, Aḥmad (888-955) e ʿĪsā (925-989) al-Rāzī, pai e filho⁶, o qual acabou fazendo história, até ao presente.

A coletânea em causa veio a ser fonte para obras andalusi posteriores, entre as quais sobressaem duas do século XI: a obra historiográfica *Al-Muqtabis*, de Ibn Ḥayyān, que era filho de um secretário do *ḥājib* al-Manṣūr⁷; e uma segunda obra, esta geográfica e que aqui e agora nos interessa mais, o *Kitāb al-Masālik wa l-Mamālik*, obra geográfica de Al-Bakrī, diplomata, geógrafo, poeta, filólogo e botânico. Sendo esta última uma obra vasta, infelizmente até ao presente não se conhece qualquer manuscrito onde a parte relativa a al-Andalus não esteja omissa, ou seja, também esta é dada por praticamente perdida⁸.

No século XII, os chefes do movimento almóada, quando se estabeleceram em al-Andalus, perceberam que aquele movimento tinha que abandonar as suas origens algo heterodoxas, e procurar uma legitimação islâmica através da associação do seu poder à memória do passado califal omíada andalusi⁹.

⁵ *CMR*, pp. 118-125; *C1344*, vol. I, p. XXXVII, vol. II, pp. 8-15.

⁶ REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 120-127; REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsā na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais – NOVA FCSH, 2012, pp. 80-87; GAYANGOS, Pascual de – “Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis”, pp. 41-54.

⁷ VALLVÉ, Joaquín – “La primera década del reinado de Al-Hakam I (796-806), según el *Muqtabis* de Ben Hayyan”. *Anaquel de Estudios Arabes* 12 (2001), pp. 769-778, p. 769.

⁸ REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsā na Geografia Árabe*, pp. 88-90. REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 132-135.

⁹ REI, António – “A Legitimação Califal do Poder Almóada na ‘Geografia’ de Ibn Ghâlib”. *Xarajib* 5 (2006), pp. 71-77; REI, António – “A Crónica do Mouro Rasis: repositório do programa almóada de reconquista”. In *Del Nilo al Ebro I. Estudios sobre las fuentes de la conquista islámica*. Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá de Henares, 2009, pp. 229-243; REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsā na Geografia Árabe*, pp. 96-100. REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 128-132.

Para concretizar esse objetivo, e entre outras iniciativas, foi encarregado *Ibn Ġālib*, letrado andalusi que viveu no século XII, de dedicar-se à composição de uma grande obra (*Farḥat al-anfus*), geográfica e historiográfica, sobre al-Andalus¹⁰. Para essa composição, *Ibn Ġālib* tomou como modelo as antes referidas Crónicas califais, as *Akhbār Mulūk al-Andalus*, e delas terá reproduzido a organização textual, para além de muitos conteúdos provenientes dos dois *al-Rāzī*. No entanto, por *Ibn Ġālib* ter usado também conteúdos provenientes da obra *Kitāb al-Masālik wa l-Mamālik*, de al-Bakrī, acabou por complexificar, para futuro, e até ao presente, as questões em torno da estratigrafia textual da sua própria obra¹¹.

Da obra de *Ibn Ġālib* evidenciam-se dois aspetos principais: uma função jurídica-teológica, buscando ligar-se diretamente à memória do califado omíada, certificando a nova “ortodoxia” do movimento almóada; e uma função pragmático-administrativa, pois ao descrever pormenorizadamente o espaço peninsular, suas regiões, núcleos urbanos, eixos viários e riquezas naturais, permitia uma mais fácil taxaço fiscal de cada região¹².

O facto de fazer a descrição do al-Andalus “no ano de 400 h. [1009 d.C.]”, como surge no título que, na fonte, antecede todo o périplo discursivo e descritivo, remete para o momento último do grande poder omíada em al-Andalus, já que a realidade territorial andalusi em meados do século XII era bastante menos extensa do que um século e meio antes¹³.

O texto árabe da obra de *Ibn Ġālib* também se considera perdido¹⁴, subsistindo apenas um resumo da mesma. A versão mais extensa dessa obra será a que foi traduzida, de árabe para português, e que ficou conhecida como “Livro de Rasis”.

¹⁰ IBN ĠĀLIB – *Farḥat al-anfus*. Ed. Luṭfī ‘ABD AL- BADĪ’. *Revista del Instituto de Manuscritos Arabes*, I / 2 (1995), pp. 272-310, p. 282; VALLVÉ BERMEJO, Joaquín, trad. parc. cast. – “Una descripción de España de Ibn Ġālib”. *Anuário de Filologia da Universidade de Barcelona* 1 (1975), pp. 369-384, p. 372.

¹¹ REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsā na Geografia Árabe*, pp. 22 e 88-90; REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 132-135.

¹² REI, António – *O Louvor da Hispânia*, p. 214.

¹³ REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsā na Geografia Árabe*, p. 99; REI, António – “A Crónica do Mouro Rasis: repositório do programa almóada de reconquista”, pp. 240-243.

¹⁴ REI, António – *O Louvor da Hispânia*, p. 131.

O Livro de Rasis

O chamado *Livro de Rasis*¹⁵, que desta forma seria designado no texto da tradução original portuguesa, traduzindo corretamente a expressão árabe *Kitāb al-Rāzī*, foi o produto de uma tradução de árabe para português, de um exemplar da obra de Ibn Ġālib, levada a cabo no âmbito da corte senhorial dos Aboim-Portel, João Peres de Aboim (m. 1281) e seu filho Pero Eanes de Portel (m. 1314)¹⁶.

É possível que a obra tivesse chegado às mãos daqueles Senhores em Silves, algures entre 1264 e 1267, durante o período em que ambos foram os “tenentes do Algarve”, em pleno diferendo entre Afonso III de Portugal e Afonso X de Leão e Castela, relativamente à posse do Algarve¹⁷.

¹⁵ Como “*Kitāb al-Rāzī* [Livro de al-Rāzī]” aparece designado em Ibn Sa‘īd, *Al-Muġrib fī ḥulā-l-Maġrib*, Ed. DAYF, Shawqī, 2 vols., Cairo: Dār-al-Ma‘ārif, 1964, vol. I, pp. 321, 339, 361, 363, 381, 403, 411, 417; vol. II, pp. 51, 75, 193, 245, 298. No testemunho português mais antigo, o de André de Resende, encontramos para referir a obra, a expressão latina “*librum Rases*”, “*liber Rasae*” (*C1344*, vol. I, pp. CDLXVIII-CDLXXIX; *CMR*, p. 3, n. 1-3; VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”. *O Archeologo Português* 24 (1920), pp. 177-193, p. 182), enquanto em português surge “*liuro*” (*C1344*, p. CDLXVIII; *CMR*). No ms. castelhano *Ca* encontramos a palavra “*libro*” (*CMR*, p. 10), que também aparece no ms. usado por Gayangos (GAYANGOS, Pascual – “*Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis*”, p. 34), enquanto em dois outros testemunhos manuscritos castelhanos posteriores, ms. *Mo*, e mais tarde o ms. *Es*, surge a palavra ‘*coronica*’ (*CMR*, p. 4). Assim, a tradução original portuguesa teria em “*Livro*” o seu provável título, tal como surge no testemunho árabe atrás referido (séc. XII-XIII), e que a designação ‘*Crónica*’ lhe foi atribuída mais tarde, a partir das cópias castelhanas. Carolina Michaëlis, na obra citada, usou profusamente a designação: “*Livro de Rasis*”. A autora preferiu-a claramente à expressão “*Crónica do Mouro Rasis*”, pois enquanto apenas a utilizou no título do seu trabalho, no texto só duas vezes falou em “*Crónica de Rasis*”, a expressão “*Livro de Rasis*” aparece dezassete vezes, e só a palavra “*Livro*” mais três vezes. Talvez a tenha adotado a partir da transcrição do latim de Resende (VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “*André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis*”, pp. 177-193). Também José Leite de Vasconcelos hesitou entre “*Livro, Geografia ou Crónica do Mouro Rasis*” ao identificar um excerto da parte geográfica da *C1344* que ele incluiu nos seus *Textos Arcaicos* (5.ª ed. Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1970, p. 54).

¹⁶ REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 69-85; REI, António – “*A tradução do Livro de Rasis e a construção da memória da Casa Senhorial de Aboim-Portel*”. *Cahiers d’Histoire Hispanique Médiévale* 33 (2010) - “*Traduction et pouvoir a la Péninsule Ibérique au Moyen Âge*”, pp. 155-172, pp. 160-164. As questões relativas ao envolvimento do Rei D. Dinis nesta empresa da tradução do *Livro de Rasis*, embora continuem sendo objeto de estudo de vários investigadores, portugueses e estrangeiros, são colaterais ao que aqui nos propomos.

¹⁷ V. nota anterior.

Aquela tradução decorreu dentro de uma orgânica colegial, seguindo o modelo afonsino: com um leitor e um redator, e sendo a tradução feita diretamente para a linguagem vernácula¹⁸.

A tradução, e principalmente a redação, terá decorrido entre 1279, após a morte do Rei Bolonhês, e 1314, quando faleceu Pero Eanes de Portel¹⁹.

Sendo João Peres alguém que tudo devia a Afonso III, não seria pacífica uma exaltação daqueles senhores em função do seu papel no Algarve, face ao valor político e diplomático do monarca para conseguir, de facto, aquele disputado território a sul.

Sublinhamos este aspeto porque se constata, no texto do Apartado Geográfico, algumas interpolações textuais de cariz laudatório para com os Aboim-Portel, destacando as regiões de maior importância para a construção da memória senhorial daquela linhagem, com especial relevo o Algarve²⁰.

Esta obra, direta ou indiretamente, acabou por vir alterar o modo como, em parte da cronística peninsular posterior, se concebe o elogio e a descrição da Espanha, levando ao abandono, definitivo, do modelo textual que se iniciara com a *Crónica Moçárabe de 754* e que chegara até às grandes produções historiográficas do Rei-Sábio, em que a *Laude* isidoriana surge acompanhada do *dolo* moçárabe. No pós-1344, e remontando ao traduzido *Livro de Rasis*, encontramos em algumas crónicas

¹⁸ MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo – “Cómo trabajaron las Escuelas Alfonsíes”. *Nueva Revista de Filología Hispánica*. 5/4 (1951), pp. 363-380; CATALÁN, Diego – “El Taller Historiográfico Alfonsí. Métodos y problemas en el trabajo compilatorio”. *Romania* 89 (1963), pp. 354-375; MILLÁS VALLICROSA, José María – “El Literalismo de los Traductores de la Corte de Alfonso el Sabio”. *Al-Andalus* 1 (1933), pp. 155-187; ALONSO ALONSO, Manuel – “Tecnicismos Arábigos y su Traducción”. *Al-Andalus* 19 (1954), pp. 103-127.

¹⁹ REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 78-79; REI, António – “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”. *Callipole – Revista de Cultura* 13 (2005), pp. 17-29.

²⁰ REI, António – *O Louvor da Hispânia*, p. 227; REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 76-77.

da Baixa Idade Média Peninsular a *laude* islâmica, de origem califal²¹, num novo modelo textual, digamos que mais “raziano”, da cronística cristã peninsular²².

3- Na Cronística Peninsular Baixo-Medieval

Entre o *Livro de Rasis* e a *Crónica do Mouro Rasis*

O *Livro de Rasis*, com origem no âmbito senhorial dos Aboim-Portel, não terá sido o produto de uma empresa literária desconhecida de um genro de Pero Eanes de Portel, o letrado historiador e genealogista D. Pedro Afonso, filho ilegítimo do rei D. Dinis e mais tarde 3.º Conde de Barcelos²³.

Alguns momentos marcantes da vida de D. Pedro terão originado algumas das diferentes cópias da obra, que resultaram em diferentes trajetos futuros e das quais conseguimos identificar, pelo menos, três variantes textuais com origem na tradução de *Livro de Rasis*, e que identificámos como α , β e γ ²⁴.

Testemunho α : o texto original de *Livro de Rasis*, que depois terá sido confiscado ao Conde D. Pedro, quando este, em virtude da sua posição durante a guerra civil que confrontava seu pai D. Dinis com o seu irmão e herdeiro D. Afonso, se exilou em Castela, entre 1317 e 1322²⁵.

O *Livro de Rasis* terá ficado nos meios literários da Corte Régia, e a sua presença constata-se lá, um século mais tarde, dentro dos labores literários que tomaram forma na fase pós-conquista de Ceuta, quando há que começar a construir uma nova historiografia para uma nova dinastia que acabara de se legitimar em África. O *Livro*

²¹ *CMR*, p. XXX.

²² REI, António – *O Louvor da Hispânia*, p. 227.

²³ *C1344*, vol. I (Conde D. Pedro de Barcelos), pp. CXXVII-CXC; MIRANDA, José Carlos Ribeiro, e FERREIRA, Maria do Rosário – “O projeto de escrita de Pedro de Barcelos”. *População e Sociedade* 23 (2015), pp. 25-43; REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 170-177, 227-229, 307-313; REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 81-85.

²⁴ REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 172-175.

²⁵ REI, António – *O Louvor da Hispânia*, p. 321.

de *Rasis* foi usado como fonte, numa dupla elaboração que terá decorrido praticamente em simultâneo: uma, a da chamada *Crónica de Portugal de 1419*; e a outra, mais extensa, a da versão de 1420 da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, a qual apresenta particularidades textuais que se vão reproduzir nos testemunhos portugueses posteriores, *Li* e *Ev*, mas que já não se voltam a encontrar nas Crónicas castelhanas posteriores com origem comum na *C1344*²⁶.

Veremos mais adiante o trajeto deste testemunho original do *Livro de Rasis*.

Testemunho β : a cópia que o Conde D. Pedro terá levado para o seu exílio em Castela. Quando perdoado por seu pai D. Dinis e preparado para regressar a Portugal, D. Pedro terá deixado aquele texto a D. João Manuel, Senhor de Vilhena (1282-1349), o qual depois o terá traduzido para castelhano²⁷. Desta primeira tradução castelhana terá saído o ms. *Ca*, (redigido por volta de 1430) e, mais tarde, sucessivamente, os mss. *Mo* e depois o *Es*²⁸.

É a partir desta sequência textual castelhana que surgiu a designação, que perdurou, de *Crónica do Mouro Rasis*, e de tal forma se popularizou que remeteu para a sombra a designação portuguesa original de *Livro de Rasis*.

Testemunho γ : a cópia que D. Pedro, após o seu regresso de Castela, terá obtido e que veio a usar, mais tarde, na composição da sua *Crónica de 1344*.

²⁶ *C1344*, vol. I (Crónica de Portugal), pp. LXXXVII e DXXV-DXL; REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, p. 25, ns. 32 e 33. Sobre a *Crónica de Portugal de 1419*, ver *CRÓNICA DE PORTUGAL de 1419*. Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

²⁷ Ambrosio de Morales, os seus exemplares da *Historia del Moro Rasis* e da *Cronica de España de 1344*, e as suas informações e considerações acerca de ambos: autoria, composição, datação, permitem colocar D. Juan Manuel nos primórdios das traduções para castelhano de ambas as obras (ver *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Ed. Diego Catalán e Maria Soledad de Andres, pp. LXXIV e LXXXII, e *C1344*, vol. I, pp. CCCXXXII, n. 39 e CXXIX). Ainda sobre estes contextos e conclusões, v. REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 307-313; REI, António – “O Ms. *LV* e as suas problemáticas cronológicas e textuais. Estudo prévio à edição crítica”. *Arqueólogo Português* 26 (2008), pp. 577-596.

²⁸ *CMR*, pp. XIII-XV. Outras identificações mais recentes de manuscritos: <https://pb.lib.berkeley.edu/xtf/servlet/org.cdlib.xtf.dyna>; e v. também CORTIJO OCAÑA, Antonio – “La *Crónica del Moro Rasis* y la *Crónica Sarracina*: dos testimonios desconocidos (University of California at Berkeley, Bancroft Library, MS UCB 143, Vol. 124)”. *La Coronica: a Journal of Medieval Hispanic Languages, Literature & Cultures* 25/2 (1997), pp. 5-30.

A Crónica Geral de Espanha de 1344 (C1344)

A *Crónica Geral de Espanha de 1344* no seu apartado historiográfico apresenta significativas diferenças relativamente a outras crónicas gerais anteriores, nomeadamente até Afonso X, no entanto, a descrição geográfica é uma cópia praticamente textual do que surgia no *Livro de Rasis*.

Relativamente à *Crónica* original, do Conde D. Pedro de Barcelos, de 1344 (*C1344p*), não subsiste qualquer testemunho português.

Da tradução castelhana da anterior (*C1344e*), conhecem-se apenas dois testemunhos, o ms. *M* e o ms. *E*²⁹.

No final do século XIV foi redigida uma segunda versão portuguesa da *C1344*, de autor anónimo, e que apontamos para cerca de 1400 (*V1400p&e*)³⁰. Esta versão também foi traduzida para castelhano. Não se conhece qualquer testemunho português desta versão. Subsistem, entre outros mais recentemente identificados, os mss. castelhanos *U*, *S*, *V* e *Q*³¹.

No final da segunda década do século XV, e em consequência da vitoriosa empresa portuguesa em África com a conquista de Ceuta, teve lugar uma terceira versão da *C1344* (*V1420p*), que terá sido levada a cabo, conjuntamente ou em paralelo, com a produção da *Crónica de Portugal de 1419*³². A versão de 1420 foi retocada a partir do Testemunho α do *Livro de Rasis*, pois os textos portugueses que remontam àquela

²⁹ *C1344*, vol. I, pp. XXXI-XXXVI; *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés, pp. LXXIII-LXXIV; REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 307-313. Ver ainda BAUTISTA, Francisco; MOREIRA, Filipe Alves – “Para a tradição textual da Crónica de 1344: dois manuscritos da versão original”. *Zeitschrift für Romanische Philologie*, 137/1 (2021), pp. 183-216.

³⁰ *C1344*, vol. I, pp. XXXI-XXXVI.

³¹ *C1344*, vol. I, pp. XXXVI-XXXVIII; *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés, pp. LXXVI-LXXX; REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 175-176. O elenco completo dos manuscritos atualmente conhecidos: MOREIRA, Filipe Alves; ASKINS, Arthur – “A Crónica de 1344 para além de Pedro de Barcelos: perspetivas recentes e novidades”. *eHumanista. Journal of Iberian Studies* 31 (2015), pp. 64-79; e em: <https://pedrodebarcelos.wixsite.com/cronica1344/manuscritos>.

³² *C1344*, vol. I, pp. CDII-CDX.

versão, ao menos no apartado geográfico, são mais completos do que os das anteriores versões. Daquela versão, da qual não há testemunhos castelhanos, subsistem dois mss. pouco posteriores, dos meados do século XV, mss. *L* e *P*; e ainda dois outros, mais tardios, do século XVII, os mss. *Li* e *Ev*³³.

Historia del Moro Rasis, (*HMR*) foi nome com que Ambrosio de Morales (1513-1591) identificou a obra de onde copiou o excerto do ms. *E*. A *HMR*, entendida então como uma cópia parcial da primeira tradução castelhana do Testemunho β , seria, de facto uma cópia parcial de um dos mss. castelhanos da *C1344*, eventualmente o ms. *M*³⁴. Este ms. *E* de Ambrosio de Morales virá a ter um papel importante no século seguinte, como veremos adiante.

4- Entre o Humanismo e o Cataclismo

A saga do ms. inicial do *Livro de Rasis*

O testemunho α , que seria o texto original ou o mais próximo do *LR* e que tinha sido usado nos meios cronísticos régios portugueses do início do século XV, chegou à posse do humanista André de Resende no século seguinte, provavelmente durante o período entre 1533 e 1540, quando o erudito eborense esteve na Corte portuguesa, onde foi mestre de línguas clássicas e teólogo de vários dos filhos do rei D. Manuel, designadamente os Infantes D. Duarte, D. Afonso e D. Henrique³⁵.

Daquela texto Resende traduziu alguns excertos para latim. O envio que Resende fez de excertos do *LR*, em latim, a alguns humanistas europeus, como João Vaseo e Bartolomeu Quevedo³⁶, deu azo a que, mais tarde, fosse aventada a hipótese de que, entre os séculos XIII e XIV, durante a fase inicial de tradução, tivessem existido duas

³³ *C1344*, vol. I, pp. CDXCIII-DXLVI. Outros manuscritos recentemente identificados, em MOREIRA, Filipe Alves; ASKINS, Arthur – “A Crónica de 1344 para além de Pedro de Barcelos”, pp. 64-79.

³⁴ *C1344*, vol. I, pp. CDXCII - CDXCIII; *I edición crítica del texto español de la Crónica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés, p. LXXIV.

³⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “André de Resende. O humanista e o eborense”. *A Cidade de Évora* 58 (1975), pp. 5-25, pp. 9-14; CRESPO, Hugo Miguel – “André de Resende na Inquisição de Évora e a apologética anti-judaica: ciência teológica, doutrina e castigo (1541)”. In *Humanismo, Diáspora e Ciência. Séculos XVI e XVII*, Porto: Universidade de Aveiro / Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2013, pp. 151-212; PEREIRA, Virgínia S. – “Uma Carta de André de Resende Reconstituída”. *Humanitas* 39-40 (1987-1988), pp. 211-232.

³⁶ *C1344*, vol. I, pp. CDLXVIII-CDLXX; VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”, pp. 180-181.

traduções, uma para português e outra para latim. A confirmar-se, terá sido uma metodologia já então ultrapassada, mesmo em Leão e Castela³⁷.

O manuscrito em causa ficou em herança ao filho de André, Barnabé de Resende, que o terá facilitado a Duarte Nunes de Leão, que o usou³⁸.

Após a morte de Barnabé de Resende, em 1596³⁹, grande parte do espólio, que lhe chegara de seu pai, foi posto em venda, e aquele ms., logo nos primeiros anos do século XVII, já estava na posse do erudito e polígrafo Manuel Severim de Faria, Chantre da Sé de Évora⁴⁰. Tendo este falecido em 1655, a sua extensa biblioteca e as suas coleções passaram ao seu sobrinho, Gaspar de Faria Severim, que a estimou e ampliou⁴¹. Por intermédio do casamento da filha de Gaspar, D. Maria Francisca de Noronha, na casa dos Condes do Vimieiro, todo aquele extenso espólio bibliográfico, em que se incluía o manuscrito que fora de Resende, passou para a posse dos Condes do Vimieiro⁴².

A presença daquele manuscrito na biblioteca do Palácio dos Condes do Vimieiro, em Lisboa, foi referida em 1724 na então muito recente Real Academia da História. Aquela notícia bibliográfica foi feita pelo Conde da Ericeira, que sucintamente

³⁷ MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo – “Cómo trabajaron las Escuelas Alfonsíes”, pp. 364-367.

³⁸ LOPES, David – “Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano”. *Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa* 3 (1909-1910), pp. 50-84, 198-253, 323-377; 4 (1910-1911), pp. 321-405; LOPES, David – *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Org. José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968, pp. 108 e 191; REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 169-170 e 174; REI, António – *O Louvor da Hispânia*, pp. 185-186 e n. 28.

³⁹ FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A suposta fraternidade de Garcia e André de Resende”. In *Crítica e História – Estudos*. Lisboa: Tip. da antiga Casa Bertrand, 1910, pp. 84-95, pp. 92-94; VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”, p. 186.

⁴⁰ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”, p. 186, n. 2; *CMR*, p. XIII; *C1344*, vol. I, pp. CCCXXXI-CCCXXXII; *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés, p. LXII; REI, António – *O Louvor da Hispânia*, p. 186; AZEVEDO, Ricardo Charters d’ – *Manuel Severim de Faria e a sua ida a Maçãs de D. Maria*. Leiria: Textiverso, 2015, p. 12.

⁴¹ MENDEIROS, José Filipe – “O polígrafo eborense Manuel Severim de Faria”. *A Cidade de Évora* 67-68 (1984-1985), pp. 5-20, p. 19.

⁴² ZÚQUETE, Afonso E. M. – *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., 3 vols., Lisboa: Zairol, 2000, [Condes do Vimieiro], vol. III, pp. 535-536; MENDEIROS, José Filipe – “O polígrafo eborense Manuel Severim de Faria”, p. 19; VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de – “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”, p. 186; *CMR*, p. XIII; *C1344*, vol. I, pp. CCCXXXI-CCCXXXII; *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés, p. LXII; REI, António – *O Louvor da Hispânia*, p. 186.

identificou e descreveu o manuscrito em causa. A destruição daquele Palácio no vórtice do Terramoto de 1755, e da perda de grande parte da sua biblioteca, levou ao desaparecimento do manuscrito em causa⁴³.

5- A dinâmica da erudição barroca espanhola

Nos meios letrados espanhóis do séc. XVII foi levado a cabo um empreendimento literário e erudito, e o objetivo do mesmo era reconstituir, o mais completamente possível, o texto “original” da já então designada *Crónica del Moro Rasis (CMR)*, a partir de dois mss.: o *Ca* (de Toledo) e o *E* (de Ambrosio de Morales), considerados os mais completos, em conteúdos e na correção textual.

O método era comparar ambos os mss. e procurar suprir as lacunas de um, pelo que a mais se encontrasse no outro, ou seja, buscar produzir um género de “somatório textual” assim considerado mais completo, da *CMR*.

Os vários exemplares que foram produzidos por aquele processo, ficaram designados como “os híbridos do século XVII”, e até meados da década de 70 do século XX, conheciam-se quatro: um em Copenhaga, dois em Madrid e um em Paris. Um número hoje largamente ultrapassado⁴⁴.

⁴³ VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de - “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”, p. 186; *CMR*, p. XIII; *C1344*, vol. I, pp. CCCXXI-CCCXXII; *I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso*. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés, p. LXII. REI, António - *O Louvor da Hispânia*, p. 186; REI, António - *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, p. 35. Um recente estudo (ASKINS, Arthur; SOBRAL, Cristina; ALMEIDA, Isabel - *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: obra do Conde de Ericeira*. Lisboa: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos: Centro de Linguística da Universidade, 2012) identifica aquele ms. como uma cópia da *Crónica de 1344*, e não do *Livro de Rasis*. As proximidades textuais interdependentes entre a *CMR* e a *C1344* (alguns exemplos: Gayangos, em 1852, usou um testemunho da *C1344* pensando estar a usar um da *CMR*; Lévi-Provençal identificou nos textos editados por Lindley Cintra “o melhor testemunho do texto raziano”; Diego Catalán diz ser a matriz Z de Cintra “heredera directa de la originaria traducción de Rasis al portugués hecha por Gil Pérez”) têm levado a constatar que os testemunhos da *C1344* estão mais próximos da matriz árabe original, pelo menos no que ao Apartado Geográfico diz respeito. O ms. que passou por Resende, pelos Severim de Faria e até aos Condes do Vimieiro, seria mais um daqueles testemunhos.

⁴⁴ *CMR*, pp. XVII, XIX-XXV e 285-376. Estão atualmente identificados mais manuscritos daquela “construção barroca” da Espanha do século XVII: ver a ficha deste texto na BETA: <https://pb.lib.berkeley.edu/xtf/servlet/org.cdlib.xtf.dynaXML.DynaXML?source=BETA/Display/14-00BETA.Work.xml&style=Work.xsl%0A%0A%20%0A%20%0A%20&gobk=http%3A%2F%2Fpb.lib.berkeley.edu%2Fxtf%2F servlet%2F org.cdlib.xtf.crossQuery.CrossQuery%3Fmode%3Dphilobeta%26everyone%3D%26creator%3D%26title%3Drasis%26incipit%3D%26explicit%3D%26assocname%3D%26daterange%3D%26placeofcomposition%3D%26subject%3D%26text-join%3Dand%26browseout%3Dwork%26sort%3Dmoniker>

Em forma propedêutica, prévia àquela pretendida reconstituição, foi feita uma redação-sondagem comparativa entre ambos os textos referidos. Um exemplar, o único conhecido até hoje, daquela redação prévia é o que consta no ms. *LV*, texto castelhano, que está no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

O texto em causa contém uma cópia do ms. *E*, devidamente identificada na parte introdutória do mesmo, e nas margens da mancha de texto surgem notas informativas, sempre que se constatavam diferenças textuais entre o ms. *E* e o ms. *Ca*, geralmente lacunares, de um deles em relação ao outro⁴⁵.

6- A visão das Luzes

Depois de todo aquele esforço de reconstrução erudita e de uma proto-crítica textual que teve lugar durante o século XVII, em Espanha, o “Século das Luzes” vai proporcionar, relativamente a este tema, um cenário praticamente oposto.

A abordagem crítica e validação documental seguidas pelas Luzes, em grande parte muito mais associadas aos estudos linguísticos do que aos contextos históricos e historiográficos, acabou considerando a *Crónica do Mouro Rasis* ou *Cronicão de Rasis* como uma mistificação literária, uma fraude textual medieval e à qual se atribuía uma origem árabe apenas por questões de autoridade.

Entre os principais detratores espanhóis da *CMR*, no seio dos homens das “Luzes” do século XVIII ao primeiro terço do século XIX, destacam-se Gregorio Mayans (1699-1781), Miguel Casiri (1710-1791), Jose Antonio Conde (1766-1820) e Diego Clemencín (1765-1834)⁴⁶.

Parecia que o assunto “*Crónica do Mouro Rasis*” estava definitivamente encerrado, em consequência da grande descredibilização que aquela plêiade de eruditos vinha avolumando ao longo de quase uma centúria.

⁴⁵ REI, António – *O Louvor da Hispânia*, [O Ms. *LV*. Edição crítica e estudo] pp. 297-382.

⁴⁶ GAYANGOS, Pascual de – “Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis”, pp. 37-38; *CMR*, p. XI.

7- Al-Rāzī / Rasis resgatado

Pascual de Gayangos, arabista espanhol que na década de 30 do século XIX, estudara e traduzira de árabe para inglês, e publicara a obra de al-Maqqarī, autor magrebi do século XVII d.C., e que usara textos remontando aos al-Rāzī⁴⁷, ao confrontar-se com o texto da *Crónica del Moro Rasis*, deu-se conta de que havia muitas semelhanças e coincidências textuais entre o texto da *Crónica* e o que ele conhecia a partir dos textos de al-Maqqarī.

Ou seja, era, de facto, possível identificar a origem árabe do texto da *Crónica*. Não se tratava, portanto, de um texto ficcionado e a que fora atribuída uma também mitificada autoria árabe, como tinham postulado os homens das “Luzes” em Espanha, numa análise depreciativa e negativista da *CMR*.

Em consequência daquela identificação, em 1852, Gayangos, com a *Memória* apresentada à Real Academia da História de Madrid, acabou resgatando, definitivamente, o tema, a obra e a questão da sua autoria. A partir daquele momento o tema ficou, de novo e cientificamente, relançado, após o período sombrio das “Luzes”.

8- Recuperação do tema

Após a recuperação da obra e da área temática por Pascal de Gayangos, não houve, no entanto, avanços muito substanciais, porque então ainda não estavam identificadas, estudadas e publicadas muitas obras árabes que permitissem um consistente estudo comparativo com o texto da *CMR*.⁴⁸

Terá que chegar o final da centúria de Oitocentos, e mesmo de entrar já o século XX para que Ramón Menéndez Pidal primeiro, e mais tarde, Claudio Sánchez-Albornoz,

⁴⁷ AL-MAQQARĪ – *History of the Mohammedan Dynasties of Spain*. Trad. Pascual de Gayangos. Londres, 1840-1843; GAYANGOS, Pascual de – “Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis”, pp. 1-100; *CMR*, p. XII.

⁴⁸ REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 36-39.

confirmassem a origem árabe da História pré-islâmica presente na *Crónica*, sob a qual até então subsistiam dúvidas⁴⁹.

9- Em busca do texto perdido

A partir de meados do século XX começou a surgir um volumoso e muito importante conjunto de textos, estudos, edições e traduções, que alteraram substancial e definitivamente o panorama desta área temática.

Entre eles o estudo e a edição da *C1344*, levados a cabo por L. F. Lindley Cintra (1951-61), a partir da sua tese de doutoramento. O estudo prévio à edição demonstrou a ligação textual direta entre a *CMR* e a *C1344*, mas também que a origem da *C1344* era efetivamente portuguesa.

Pouco depois e correlacionado com o ponto anterior, em 1953, E. Lévi-Provençal propôs uma reconstituição da parte geográfica da *CMR*, usando para tal o excerto geográfico da *C1344* que Lindley Cintra lhe tinha facultado, e que o investigador francês considerou muito mais próximo do texto da primitiva tradução do que os diferentes testemunhos castelhanos⁵⁰.

Na primeira metade da década de 70 Diego Catalán Menéndez Pidal e María Soledad de Andrés levaram a cabo duas obras de referência, incontornáveis e monumentais: os estudos e as edições pluritextuais dos diferentes testemunhos da *C1344*, em 1971, e identicamente para a *CMR*, em 1975⁵¹.

Àquelas obras associaram-se, ainda, também durante as décadas de 50 e 60, as edições e as traduções de várias fontes árabes, entretanto identificadas, e com a vantagem de se tratar de autores que tinham sido recetores dos dois al-Râzî: Ibn

⁴⁹ MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *El Rey Rodrigo en la literatura*. Madrid: Revista de Archivos, 1925; e SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – “La Crónica del Moro Rasis y la *Continuatio Hispana*”. *Anales de la Universidad de Madrid (Letras)* 3/3 (1934), pp. 229-265; v. ainda REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 31-36; *CMR*, p. XII.

⁵⁰ LÉVI-PROVENÇAL, E. – “La Description de l’Espagne d’Ahmad al-Râzî - Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française”. *Al-Andalus* 18 (1953), pp. 51-108.

⁵¹ REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 39-40 e 45, e v. supra n. 4.

Ġalib (1955), Ibn Sa'īd (1964), al-'Udrī (1965), al-Bakrī (1968), e Ibn al-Šabbāt (1971)⁵².

Em síntese, durante o período entre 1951 e 1975, assistiu-se globalmente a uma autêntica 'explosão bibliográfica', sobretudo ao nível da edição de fontes, tanto romances como árabes.

Por um lado, os vários testemunhos cronísticos cristãos da perdida obra raziana, depois de devidamente analisados e identificados, começaram a ser objeto de edições críticas, por vezes em formato pluritextual.

Por outro, nuns escassos 16 anos, ocorreu um extraordinário ciclo de edição de fontes árabes, direta ou indiretamente devedoras dos al-Rāzī, aumentando em muito o número de textos disponíveis com informações sobre a geografia hispânica, que logo começaram a ser disponibilizados ao conjunto dos medievalistas ibéricos.

Nunca a reconstituição do “al-Rāzī árabe perdido” parecera tão próxima. O meio científico exalava um clima de entusiástica expectativa⁵³.

10- Conclusões no início do século XXI

A reconstrução do texto árabe das *Akhbār Mulūk al-Andalus* originais é bastante difícil, para não dizer impossível, por uma série de razões. Para uma aproximação textual à matriz árabe, temos que:

1- Ibn Ġalib, no século XII, usou a obra dos dois al-Rāzī, mas também usou a de al-Bakrī, o qual é igualmente devedor àqueles, causando uma certa “sobreposição textual” difícil de destrinçar;

⁵² REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória*, pp. 40-44 e 46-48.

⁵³ Diego Catalán e María Soledad de Andrés afirmam então que “Para la descripción geográfica de España tenemos la fortuna de poder confrontar tres familias de textos: La versión castellana de *Ca, Mo, Es* [da *CMR*] y las dos redacciones de la *Crónica de 1344*. Si a esto añadimos las frecuentes citas de al-Rāzī en historiadores musulmanes posteriores (hoy en gran parte publicadas), las perspectivas de llegar a restaurar el texto de Gil Pérez (en versión castellana) son realmente brillantes, aunque la tarea sea, en verdad, bien compleja. A este respecto, conviene notar que en los raros casos en que conocemos las fuentes de al-Rāzī su consulta resulta imprescindible” (cf. *CMR*, p. XXVI).

2- Na parte historiográfica, nunca poderão ser postos de parte os excertos recolhidos por Ibn Ḥayyān, ainda que este não tenha copiado integralmente o texto dos al-Rāzī;

3- O apartado historiográfico foi sendo, sucessivamente, muito alterado por várias re-escrituras do texto, já nos âmbitos das crónicas cristãs peninsulares;

4- Relativamente ao apartado historiográfico, devem ter-se também em muita atenção as fontes cristãs latinas, romances ou árabes, como os textos de Rodrigo Ximénez de Rada e a *Crónica Pseudo-Isidoriana*, esta nas várias versões.

Relativamente à parte geográfica do *Livro de Rasis*, ao menos a matriz árabe (proveniente de IG) do texto do Apartado Geográfico, e que subsiste nas *CMR* e *C1344*, pode ser reconstruído, com grande proximidade, a partir das fontes geográficas árabes, em especial as andaluses e ou magrebis⁵⁴.

11- A força do mito

Subsistem, é certo, possibilidades de reconstruções textuais, ainda que no mito a sua força e o seu desafio se reforcem pela quase intangibilidade.

Tantas perdas textuais, uma quase aparente maldição, ao longo de tantos séculos, avolumaram as dificuldades ao propósito reconstrutivo, mas poder tocar o mito de perto, de forma algo reiterada, é por vezes mais apetecível do que resolver o próprio mito, para que o mesmo não perca o seu encanto.

Contribuamos, pois, para procurar esclarecer o mito, mas façamos com que o mesmo possa subsistir.

⁵⁴ REI, António – *O Louvor da Hispânia*, [Apartado Geográfico e Confrontação textual do Apartado Geográfico do Livro de Rasis com testemunhos latinos e árabes] pp. 237-295.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

AL-MAQQARĪ – *History of the Mohammedan Dynasties of Spain*. Trad. Pascual de Gayangos. Londres, 1840-1843.

Crónica de Portugal de 1419. Edição crítica com introdução e notas por Adelino de Almeida Calado. Aveiro: UA Editora, 1998.

Crónica del Moro Rasis. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés. Madrid: Gredos, 1975.

Crónica Geral de Espanha de 1344. Ed. L. F. Lindley Cintra. 3 vols. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1951-1961.

IBN ĠĀLIB – *Farḥat al-anfus*. Ed. Luṭfī ‘Abd Al-Badī. *Revista del Instituto de Manuscritos Arabes* I/2 (1995), pp. 272-310.

IBN ĠĀLIB – “Una descripción de España de Ibn Ġālib”. Trad. parc. cast. Joaquín Vallvé Bermejo. *Anuario de Filología* 1 (1975), pp. 369-384.

I edición crítica del texto español de la Cronica de 1344 que ordenó el Conde de Barcelos don Pedro Alfonso. Ed. Diego Catalán e María Soledad de Andrés. Madrid: Gredos, 1971.

Estudos

ALONSO ALONSO, Manuel – “Tecnicismos Arábigos y su Traducción”. *Al-Andalus* 19 (1954), pp. 103-127.

ASKINS, Arthur; SOBRAL, Cristina; ALMEIDA, Isabel – *Examinar os manuscritos das livrarias particulares: obra do Conde de Ericeira*. Lisboa: Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos: Centro de Linguística da Universidade, 2012.

AZEVEDO, Ricardo Charters d’ – *Manuel Severim de Faria e a sua ida a Maçãs de D. Maria*. Leiria: Textiverso, 2015.

BAUTISTA, Francisco; MOREIRA, Filipe Alves – “Para a tradição textual da Crónica de 1344: dois manuscritos da versão original”. *Zeitschrift fur Romanische Philologie* 137:1 (2021), pp. 183-216.

CATALÁN, Diego – “El Taller Historiográfico Alfonsí. Métodos y problemas en el trabajo compilatorio”. *Romania* 89 (1963), pp. 354-375.

CORTIJO OCAÑA, Antonio – “La *Crónica del Moro Rasis* y la *Crónica Sarracina*: dos testimonios desconocidos (University of California at Berkeley, Bancroft Library, MS

UCB 143, Vol. 124)”. *La Coronica: a Journal of medieval Hispanic Languages, Literature & Cultures* 25/2 (1997), pp. 5-30.

CRESPO, Hugo Miguel – “André de Resende na Inquisição de Évora e a apologética anti-judaica: ciência teológica, doutrina e castigo (1541)”. In *Humanismo, Diáspora e Ciência. Séculos XVI e XVII*. Porto: Universidade de Aveiro / Biblioteca Pública Municipal do Porto, 2013, pp. 151-212.

GIBB, H. A. R. *et al.* (eds.), *ENCYCLOPEDIA OF ISLAM* – 2ª ed., 13 vols. Leiden-Paris: E. J. Brill & Maisonneuve et Larose, 1960-2006 (*E.I.*²).

FIERRO, Maribel – *Abd Al-Rahman III: The First Cordoban Caliph*. London: Oneworld Publications, 2012.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A suposta fraternidade de Garcia e André de Resende”. In *Crítica e História – Estudos*. Lisboa: Tip. da antiga Livraria Bertrand, 1910, pp. 84-95.

GAYANGOS, Pascual de – “Memoria sobre la autenticidad de la Crónica denominada del moro Rasis”. *Memorias de la Real Academia de la Historia* 8 (1852), pp. 1-100.

LAOUST, Henri – *Les Schismes dans l’Islam*. Paris: Payot, 1977.

LÉVI-PROVENÇAL, E. – “La Description de l’Espagne d’Ahmad al-Râzî - Essai de reconstitution de l’original arabe et traduction française”. *Al-Andalus* 18 (1953), pp. 51-108.

LÉVI-PROVENÇAL, E. – “Omeyyades d’Espagne”. *E.I.*², IV (1978), p. 1062.

LOPES, David – “Os Árabes nas Obras de Alexandre Herculano”. *Boletim de Segunda Classe da Academia das Sciencias de Lisboa* 3 (1909-1910), pp. 50-84, 198-253, 323-377; 4 (1910-1911), pp. 321-405.

LOPES, David - *Nomes Árabes de Terras Portuguesas*. Org. José Pedro Machado. Lisboa: Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, 1968.

MEDELUNG, W. – “Al-Mahdī”, *E.I.*², V (1986), pp. 1230-1238.

MENDEIROS, José Filipe – “O polígrafo eborense Manuel Severim de Faria”. *A Cidade de Évora* 67-68 (1984-1985), pp. 5-20.

MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo – “Cómo trabajaron las Escuelas Alfonsíes”. *Nueva Revista de Filología Hispánica* 5/4 (1951), pp. 363-80.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón – *El Rey Rodrigo en la literatura*. Madrid: Revista de Archivos, 1925.

MENÉNDEZ PIDAL, Ramón (dir.); LÉVI-PROVENÇAL, E. – *Historia de España*. Vol. IV - *España Musulmana (711-1031)*. 4ª. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1976.

MILLÁS VALLICROSA, José Maria – “El Literalismo de los Traductores de la Corte de Alfonso el Sabio”. *Al-Andalus* 1 (1933), pp. 155-187.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro; FERREIRA, Maria do Rosário – “O projeto de escrita de Pedro de Barcelos”. *População e Sociedade* 23 (2015), pp. 25-43.

MOREIRA, Filipe Alves; ASKINS, Arthur – “A Crónica de 1344 para além de Pedro de Barcelos: perspetivas recentes e novidades”. *eHumanista. Journal of Iberian Studies* 31 (2015), pp. 64-79.

PEREIRA, Virgínia S. – “Uma Carta de André de Resende Reconstituída”. *Humanitas* 39-40 (1987-1988), pp. 211-232.

Projecto “Pedro de Barcelos e a monarquia castelhana-leonesa: edição e estudo da secção final inédita da Crónica de 1344”. Dir. Maria do Rosário Ferreira. Porto: Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Disponível em <https://pedrodebarcelos.wixsite.com/cronica1344/manuscritos> (consultado a 2/11/2022).

REI, António – “O Livro de Rasis e a memória senhorial da casa dos Aboim-Portel”. *Callipole* 13 (2005), pp. 17-29.

REI, António – “A Legitimação Califal do Poder Almóada na ‘Geografia’ de Ibn Ghâlib”. *Xarajîb* 5 (2006), pp. 71-77.

REI, António – *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*. Lisboa: Tese de Doutoramento, NOVA FCSH, 2007.

REI, António – *Memória de Espaços e Espaços de Memória - de al-Râzî a D. Pedro de Barcelos*. Lisboa: Ed. Colibri, 2008.

REI, António – “O Ms. LV e as suas problemáticas cronológicas e textuais. Estudo prévio à edição crítica”. *Arqueólogo Português* 26 (2008), pp. 577-596.

REI, António – “A Crónica do Mouro Rasis: repositório do programa almóada de reconquista”. In *Del Nilo al Ebro I. Estudios sobre las fuentes de la conquista islámica*. Alcalá de Henares: Universidade de Alcalá de Henares, 2009, pp. 229-243.

REI, António – “A tradução do Livro de Rasis e a construção da memória da Casa Senhorial de Aboim-Portel”. *Cahiers d’Histoire Hispanique Médiévale* 33 (2010) - *Traduction et pouvoir a la Péninsule Ibérique au Moyen Âge*, pp. 155-172.

REI, António – *O Gharb al-Andalus al-Aqsâ na Geografia Árabe (séculos III h. / IX d.C. – XI h. / XVII d.C.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais – NOVA FCSH, 2012.

SAFRAN, Janina M. – *The Second Umayyad Caliphate. The Articulation of Caliphal Legitimacy in al-Andalus*. Harvard Middle Eastern Monographs 33. Cambridge, Mass. – Harvard University Press, 2001.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio – “La Crónica del Moro Rasis y la *Continuatio Hispana*”. *Anales de la Universidad de Madrid – Letras* 3 (1934), pp. 229-265.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – “André de Resende. O humanista e o eborense”. *A Cidade de Évora* 58 (1975), pp. 5-25.

VALLVÉ, Joaquín - “La primera década del reinado de Al-Hakam I (796-806), según el *Muqtabis* de Ben Hayyan”. *Anaquel de Estudios Arabes* 12 (2001), pp. 769-778.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de - “André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis”. *O Archeologo Português* 24 (1920), pp. 177-193.

VASCONCELOS, José Leite de - *Textos Arcaicos*. 5ª ed., Lisboa: Liv. Clássica Editora, 1970.

ZÚQUETE, Afonso E. M. - *Nobreza de Portugal e do Brasil*. 3ª ed., 3 vols. Lisboa: Zairol, 2000.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

REI, António – “Do *Akhbār Mulūk al-Andalus* [Notícias dos Monarcas da Hispânia] à *Crónica do Mouro Rasis*: o percurso milenar de um texto mítico (séculos X - XXI)”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 131-153. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



“Este *Lais* posemos acá” ... Sì, ma dove?

“Este *Lais* posemos acá” ... Yes, but where?

Fabio Barberini

Universitat de Girona
Institut de Llengua i Cultura Catalanes
17004 Girona, Espanya (Catalunya)

fbobarb@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-0138-1207>

Data recepção do artigo / Received for publication: 17 de Outubro de 2022

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Abril de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7739>

RIASSUNTO

L'articolo esamina l'ipotesi, formulata qualche anno fa da Pilar Lorenzo (2013 e 2016), secondo la quale i *Lais de Bretanha* circolarono in maniera indipendente e in ordine diverso. Una nuova analisi dei dati positivi non permette di confermare questa teoria. Indipendentemente dall'ordine primitivo delle *cantigas* 'bretoni', è altamente probabile che i *Lais* e le rispettive rubriche siano state composte in due momenti distinti. In particolare, la redazione delle rubriche potrebbe risalire all'epoca in cui i *Lais* furono inseriti nell'*exemplar* dei Canzonieri portoghesi di Colocci e, di conseguenza, l'ultima pericope della rubrica di B1 (*Este lais posemos acá porque era o melhor que foi feito*) giustificherebbe, non la prima posizione che il testo venne ad assumere nella *Laissammlung*, bensì la funzione di 'prologo in versi' che il compilatore aveva assegnato a B1 nella sua collezione di *cantigas*. L'articolo, inoltre, aggiunge alcuni elementi che convergono con l'ipotesi – già a suo tempo formulata da Carolina Michaëlis de Vasconcellos – secondo la quale D. Pedro, Conte de Barcelos (e la sua cerchia aristocratica) sarebbe stato il responsabile dell'inserimento dei *Lais* nell'*exemplar* e della redazione delle rubriche.

Parole-chiave: Lirica galego-portoghese; *Lais de Bretanha*; tradizione manoscritta; *Tristan en prose*; materia di Bretagna in Portogallo.

ABSTRACT

The paper examines the hypothesis, put forward a few years ago by Pilar Lorenzo Gradín (2013 and 2016), according to which the *Lais de Bretanha* would have circulated independently and in a different order. A new analysis of the positive data does not confirm this theory. Regardless of the primitive order of the 'Breton' *cantigas*, it is highly probable that the *Lais* and the associated rubrics were composed at two different times. In particular, the rubrics could be written at the time when the *Lais* were inserted in the *exemplar* of the Colocci's Portuguese *Cancioneiros* and, consequently, the last sentence of the rubric of B1 (*Este lais posemos acá porque era o melhor que foi feito*) could justify, not the first position that the text came to assume in the *Laissammlung*, but the function of "prologue in verse" that the compiler had assigned to B1 in the structure of the collection of *cantigas*. In addition, the article adds some elements that agree with the hypothesis – already put forward by Carolina Michaëlis de Vasconcellos – according to which D. Pedro, Earl of Barcelos (and his aristocratic circle) was responsible for the insertion of the *Lais* into the *exemplar* and the redaction of rubrics.

Keywords: Galician-Portuguese Lyric; *Lais de Bretanha*; manuscript tradition; *Tristan en prose*; *matière de Bretagne* in Portugal.



Ecco quei che le carte empion di sogni:
Lancillotto, Tristano e gli altri erranti,
ove conven che 'l vulgo errante agogni.
Vedi Ginevra, Isolda, e l'altre amanti ...¹

Un dato testuale, senza dubbio conosciuto e già da tempo esplorato, servirà come punto di partenza. La rubrica che nel Canzoniere portoghese Colocci-Brancuti (= **B**; Lisbona, BNP, cod. 10991) introduce il primo dei cinque *Lais de Bretanha*² – “Amor, des que m’a vos cheguei” (= B1)³ – non si limita a riferire l’eziologia arturiana del canto, ma fornisce anche un importante giudizio estetico, tanto più importante se si considera, non solo la scarsità di siffatti apprezzamenti nel *corpus* delle rubriche galego-portoghese, ma anche e soprattutto la posizione stessa del componimento, vale a dire ad apertura dell’intero Canzoniere:

¹ Petrarca, *Triumphus Cupidinis*, III, vv. 69-72.

^{2*} Questo contributo è stato elaborato nell’ambito del progetto di ricerca *Trob-IB – El trobar a les corts ibèriques / Trobar in the Iberian Courts* (Programma “Beatriu de Pinós” 2020: ref. 2020 BP 00263) finanziato dalla Generalitat de Catalunya per mezzo dell’AGAUR (Agència de Gestió d’Ajuts Universitaris i de Recerca).

La denominazione si deve, com’è noto, a Carolina Michaëlis de Vasconcellos che dedicò ai *Lais* un lungo articolo (edizione critica e studio delle fonti) poi ripreso, con poche modifiche, nel secondo tomo dell’edizione di Ajuda; cf. MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – “Lais de Bretanha”. *Revista Lusitana* 6 (1900-1901), pp. 1-43 e MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – *Cancioneiro da Ajuda*, vol. I-II. Halle a. Saare: Max Nimeyer, 1904, vol. II, pp. 479-520. Cf. FERRARI, Anna – “Lai”. In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (coord.). – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, pp. 374-378.

³ Si tratta delle prime cinque *cantigas* di **B**: “Amor, des que m’a vos cheguei”, (B1); “O Maroot aja mal grado” (B2); “Mui gran temp’á, par Deus, que eu non vi” (B3); “Don Amor [o D’un amor], eu cant’e choro” (B4); “Ledas sejamogemais” (B5). Una seconda copia di queste *cantigas*, anch’essa effettuata su mandato di Angelo Colocci, è confluita nel complesso zibaldone colocciano Vat. Lat. 7182, ff. 267r-278v (siglato **V**^a nella bibliografia più antica e **L** nei contributi più recenti). Tre di essi, B1 e B3-B4, sono adattamenti portoghese di liriche oitaniche inserite nelle *branches* del *Tristan en prose* note come *Suite Merlin* e *Folie Lancelot*; nel dettaglio: B1 adatta “Amours, de vostre acordement”; B3 e B4 rielaborano, rispettivamente, “D’Amours vient mon chant et mon plor” e “Lonc tans a que il ne vit chele”. Privi di fonte sicuramente accertabile sono invece B2 e B5 (cf. più avanti nota 9). La copia vaticana dei *Lais* (**L**) procede dallo stesso *exemplar* di **B**: si tratta, per tanto, d’una trascrizione autonoma (ma non indipendente o, per lo meno, non indipendente in ordine alle fonti) realizzata circa 200 anni dopo la confezione del perduto *Libro di Portughesi* e, benché importante per altre ragioni (soprattutto, l’interesse di Angelo Colocci per questo gruppo di *cantigas* bretoni), poco o nulla apporta alle ipotesi circa l’inserimento dei *Lais* nella tradizione manoscritta della lirica galego-portoghese che si argomenteranno in queste pagine. Sulle relazioni stemmatiche tra **B** e **L** cf. FERRARI, Anna – “Lai” e ARBOR ALDEA, Mariña – “Lais de Bretanha galego-portugueses e tradición manuscrita”. In ILIESCU, Maria; DANLER, Paul; SILLER-RUNGGALDIER, Heidi (eds.) – *Actes du XXVe Congrès international de linguistique et de philologie romanes*. Berlin: De Gruyter, 2010, vol. VI, pp. 11-20.

Este *lais* fez Elis o Baço, que foi duc de Sansonha, quando passou aa gran Bretanha, que ora chaman Ingraterra. E passou lá no tempo de Rei Artur pera se combater con Tristan porque lhe matara o padre e ãa batalha. E andando ã dia en sa busca, foi pela Joiosa Guarda, u era a Rainha Iseu de Cornoalha, e viu-a tan fremosa que adur lhe poderia home no mundo achar par, e namorou-se enton dela e fez por ela este *lais*. Este *lais* posemos acá porque era o melhor que foi feito⁴.

Qualche anno fa, Pilar Lorenzo Gradín ha richiamato l’attenzione sull’ultima pericope di questa didascalia, asserendo che l’enunciato:

présente un saut qualitatif par rapport à la partie purement contextuelle. En effet, il est structuré, à la première personne du pluriel (alors que le reste du texte est à la troisième personne du singulier) et il introduit un critère d’appréciation qui n’apparaît dans aucune autre rubrique des poèmes bretons. Comme il peut être observé, le texte possède pour le compilateur une valeur poétique exceptionnelle. De notre point de vue, les particularités soulignées indiquent que le paragraphe a probablement été ajouté à la rubrique à un moment postérieur, car il aurait été logique, comme c’est le cas dans les *razos* provençales et galégo-portugaises, que le poème soit reproduit immédiatement après la phrase *e fez por ela este lais*⁵.

La probabilità però diventa immediatamente certezza laddove si conclude che:

- a) le monologue entonné par *Elis o Baço* faisait partie intégrante d’une série cohérente de textes du même genre, dont la qualité esthétique était, de l’avis du compilateur, inférieure;
- b) l’envoi *posemos aca* révèle qu’à moment donné de la transmission une (ou plusieurs) pièces précédaient cette composition, celle-ci ayant été permutée à

⁴ Cito sempre le rubriche dei *Lais* da LORENZO GRADÍN, Pilar – “Colocci, los *Lais de Bretanha* y las rúbricas explicativas en B y V”. In BOLOGNA, Corrado; BERNARDI, Marco (ed.) – *Angelo Colocci e gli studi romanzi*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 2008, pp. 404-429, a p. 415.

⁵ LORENZO GRADÍN, Pilar – “Les clairs-obscurs des *lais* galégo-portugais. Circulation et réemploi des romans arthuriens”. *Cahiers de Civilizations Médiévale* 59 (2016), pp. 159-176, a p. 167 = LORENZO GRADÍN, Pilar – “Los *Lais de Bretanha*: de la compilación en prosa al cancionero”. *e-Spania* [on line] 16 (2013), §15 [consultato il 10 agosto 2022]. Disponibile in <https://journals.openedition.org/e-spania/22767>.

l'endroit qu'elle occupe actuellement dans les manuscrits en raison d'un choix du compilateur⁶.

E a quadrare il cerchio, da un lato, si addita la seconda (ma, cronologicamente, prima) rubrica di B2⁷, che, col suo riferimento alla *trouvaille* del traduttore portoghese, verrebbe a dimostrare l'avvenuto mutamento di posizione dei primi due *lais* (B2-B1 > B1-B2):

Esta cantiga é a primeira que achamos que foi fe[i]ta, e fezeronna quatro donzelas en <...> tempo de rei Artur a Maraot d'Irlanda per la <...>, e tornamola en lenguajen palavra per palavra, e diz asi: / *O Maraot mal grado*

dall'altro, e in termini di *Quellenforschung*, si invocano questioni di cronologia narrativa interna del *Tristan en prose*, visto che:

dans le *continuum* historico-chronologique comprenant les périodes arthuriennes situées entre la *Suite de Merlin* et le *Tristan en prose*, le lai dédié au Morholt doit précéder celui interprété par Hély, étant donné que ce personnage apparaît dans l'univers arthurien après la mort du prince irlandais⁸.

A quanto pare, *tout se tient*. Questa ricostruzione però solleva, anche dal punto di vista metodologico, non poche obiezioni che, quanto alla rubrica di B1, sarà utile formulare e discutere in questa sede. Rinvio, invece, ad alto momento il riesame delle rubriche di B2 che, secondo Lorenzo Gradín, chiamano in causa, non solo la tradizione dei *Lais*, ma anche le fonti dei canzonieri portoghesi di Colocci (cf. n. 6).

Di fronte ai dati para- ed extra-testuali che Lorenzo Gradín esibisce a sostegno della sua tesi, con un indiscriminato andirivieni dall'interno (*Lais* e relative rubriche)

⁶ LORENZO GRADÍN, Pilar - "Les clairs-obscurs", p. 167 = LORENZO GRADÍN, Pilar - "Los *Lais de Bretanha*", §15.

⁷ La rubrica è copiata dallo stesso Colocci a f. 4va di **B**, immediatamente a seguire la conclusione della frammentaria *Arte de trovar*. Da questa rubrica, Lorenzo Gradín trae conclusioni stemmatiche di portata più ampia, congetturando che nella prima metà del '500 Colocci ebbe accesso a due diverse raccolte di *Lais*, una già integrata nell'*exemplar* di **B**, l'altra perduta di cui resterebbe soltanto la rubrica colocciana. Discuterò questa ipotesi in altra sede.

⁸ LORENZO GRADÍN, Pilar - "Les clairs-obscurs", p. 170 = LORENZO GRADÍN, Pilar - "Los *Lais de Bretanha*", §22.

all'esterno (*Tristan en prose*) e viceversa, è opportuno rilevare, preliminarmente, che non sussiste alcuna prova – non la offrono né i cinque *Lais*, né le tre rubriche esplicative che accompagnano parte di essi – circa il fatto che l'autore (o gli autori?)⁹ delle *cantigas* bretoni abbia(no) voluto raccogliere i volgarizzamenti portoghesi in una 'corona' coerente di testi (ovvero coerentemente organizzata), il cui ordine doveva riprodurre fedelmente la successione degli ipotesti antico-francesi nelle *branches* del *Tristan en prose*. Senza dimenticare, per un verso, che il *Lai del Maroot* (B2) – chiamato in causa per la sua 'bigamia rubricatoria' – e il *Lai* 'dello scudo di Lancillotto' (B5) sono privi, nonostante le diligenze compiute dagli specialisti, d'una fonte accertata/accertabile con tutta sicurezza¹⁰, e, per l'altro, che non è possibile determinare, né quali *romans* francesi di 'materia tristaniana', e soprattutto in quale assetto testuale, abbiano circolato in terra iberica (e segnatamente in Portogallo, giacché sembra probabile che la composizione dei *Lais* deve collocarsi in ambienti aristocratici lusitani), né di conseguenza, in quale forma abbiano circolato le traduzioni iberiche del *Tristan* (e del *Lancelot*) *en prose*¹¹. D'altra parte, proprio relativamente a B5, uno dei due componimenti privi di fonte sicura, Lorenzo Gradín è costretta a riconoscere che:

le seul lai qui altère le déroulement temporel de l'imaginaire breton est le dernier de la série, à savoir la *laudatio* des demoiselles de l'Îles de Joie en l'honneur de Lancelot. En effet, conformément à la structure diégétique des cycles arthuriens, ce texte devrait être le deuxième de la série et donc précéder les trois poèmes situés après la Pentecôte du Graal. Aucun indice ne nous permet de déterminer les motifs de cette infraction, car si celle-ci peut être liée

⁹ Un'interessante riflessione sull'autoria dei *Lais* entro le coordinate della nozione medioevale di 'autore' (alquanto diversa dalla nostra) è in VIEIRA, Yara Frateschi – "Os *Lais de Bretanha*. Voltando à questão da autoria". In MONGELLI, Lênia Marcia de Medeiros; FRANCO, Hilário (coord.) – *E fizemos taes maravilhas...: histórias de cavaleiros e cavalarias*. Granja Viana - Cotia (São Paulo): Ateliê Editorial, 2012, pp. 655-668.

¹⁰ Si vedano, almeno, MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, pp. 487-490); SHARRER, Harvey L. – "The Acclimatization of the Lancelot-Grail Cycle in Spain and Portugal". In KIBLER, William W. (coord.) – *The Lancelot-Graal Cycle: Text and Transformations*. Austin: University of Texas Press, 1994, pp. 175-190; GUTIÉRREZ GARCÍA, Santiago – "*O Marot aja mal-grado: Lais de Bretanha*, ciclos en prosa e recepción da materia de Bretaña na Península Ibérica". *Boletín Galego de Literatura* 25 (2011), pp. 35-49 e LORENZO GRADÍN, Pilar – "Les clairs-obscurs", pp. 164-167 = LORENZO GRADÍN, Pilar – "Los *Lais de Bretanha*", §§ 5-12.

¹¹ Un'efficace sintesi è in CASTRO, Ivo – "Matéria de Bretanha". In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (coord.) – *Dicionário*, pp. 445-450, da integrare con i contributi cui fa più volte riferimento Lorenzo Gradín nei due articoli qui esaminati (cf. sopra note 3 e 4) e cf. *infra* nota 36.

à l'intervention de la *cantiga* du Morholt, il ne peut pas non plus être exclu qu'elle soit due à une stratégie précédente de l'un des responsables de l'organisation du matériel poétique après que celui-ci ait été traduit. Cette deuxième option impliquerait qu'une fois les pièces traduites, les textes interprétés par des *choreis feminis* se seraient vu attribuer une position symétrique dans le corpus, de manière à ce que, pour faire ressortir l'opposition entre deux étiques chevaleresques (Morholt/*versus*/Lancelot), les poèmes en question occupent les extrémités de la série¹².

A ben vedere, si tratta però di ipotesi suggestive che, a loro volta, servono da punto d'appoggio per speculazioni altrettanto suggestive, ma prive di riscontri testuali oggettivi. La possibilità di giustificare un ordine dei testi anteriore allo stadio conosciuto sulla base degli ipotesti francesi e della loro collocazione nei rispettivi *romans* non risulta essere un pilastro solido del castello probatorio.

Del pari poco persuasivi sono i dati che si dovrebbero ricavare dall'esame autoptico della rubrica di B1. Quell'"élément discordant" che, a giudizio della studiosa galega, innescherebbe "un saut qualitatif par rapport à la partie purement contextuelle" possiede invero un'intrinseca debolezza dimostrativa. La parte 'contestuale' della rubrica di B1, per la sua stessa natura di *scholium* eziologico, non poteva non essere redatta alla terza persona singolare, mentre la pericope conclusiva, se anche fosse stata costruita con la stessa sintassi – poniamo: *Este lais *foi posto* acá, porque era o melhor que foi feito* – sarebbe stata comunque depositaria dello stesso "critère d'appréciation", vale a dire: "le texte possède pour le compilateur une valeur poétique exceptionnelle"¹³. La variazione sintattica, quindi, non costituisce di per sé prova sufficiente per corroborare l'ipotesi che l'ultima pericope sia un'aggiunta seriore prodottasi, a un momento dato della tradizione, contestualmente all'ipotetico mutamento di posizione della *cantiga*.

Quanto poi ai riscontri offerti dai *corpora* paratestuali, non si può negare che le *razos* provenzali si concludono spesso con clausole fisse del tipo *fetz aqestas coblas /*

¹² LORENZO GRADÍN, Pilar – "Les clairs-obscurs", p. 170.

¹³ Questa citazione, e le due precedenti, da LORENZO GRADÍN, Pilar – "Les clairs-obscurs", p. 167 = LORENZO GRADÍN, Pilar – "Los *Lais de Bretanha*", § 15.

*aquesta canso / aquest sirventes*¹⁴, formule che, nella *Pensínsula*, corrispondono a clausole come *fez esta cantiga / fez este cantar (et similia)*¹⁵. È altrettanto vero però che, in ambedue le tradizioni, la presenza di formule di trapasso tra testo in prosa e testo in versi, nonché la loro posizione, è tutt'altro che sistematica. Anzi, a smentire la pretesa obbligatoria 'logicità' della sequenza '*fez aquesta cantiga + incipit*' – "il aurait été logique, comme c'est le cas dans les *razos* provençales et galégo-portugaises, que le poème soit reproduit immédiatement après la phrase *e fez por ela este lais*"¹⁶ –, intervengono quei casi, tutt'altro che esigui, in cui nelle didascalie iberiche – e forse proprio a causa della loro maggiore brevità, ovvero minore articolazione, anche narrativa – la clausola compare solo ad apertura della prosa ed è separata dall'*incipit* della *cantiga* dall'intera esposizione delle circostanze che diedero origine al canto. Senza andare a cercare troppo lontano dal settore che qui interessa si vedano almeno le rubriche di B2 (**B**, f. 10ra-vb) e di B5:

*Esta cantiga fezeron quatro donzelas a Maroot d'Irlanda, en tempo de Rei Artur, porque Maaroot filhava totalas donzelas que achava en guarda dos cavaleiros, se as podia conquerer deles, e enviavaas pera Irlanda pera seeren sempre en servidon da terra. E esto fazia el, porque fora morto seu padre por razon d'ũa donzela que levava en guarda (rubrica di B2, **B**, f. 10ra-vb)*

Este lais fezeron donzelas a Don Ançarot quando estava na Insoa da Lidiça, quando [o] a rainha Genevra achou com a filha de rei Peles e lhi defendeo que non parecesse ant'ela (rubrica di B5)¹⁷.

¹⁴ *Corpus* completo in BOUTIÈRE, Jean; SCHUTZ, Alexander Herman – *Biographies des troubadours. Textes provençaux des XIII^e et XIV^e siècles*. Paris: Nizet, 1973.

¹⁵ *Corpus* in LAGARES, Xoán Carlos – "*E por esto fez este cantar*". *Sobre as rubricas explicativas dos cancioneiros profanos galego-portugueses*. Santiago de Compostela: Laivento, 2000.

¹⁶ LORENZO GRADÍN, Pilar – "Les clairs-obscurs", p. 167 = LORENZO GRADÍN, Pilar – "Los *Lais de Bretanha*", § 15.

¹⁷ Casi analoghi sono le rubriche esplicative di Estevan da Guarda B1322 (Lagares n° 37): "*Esta cantiga foi feita a ùu vilão rico que avia nome Roi Fafez e feze-o el-rei don Afonso, filho d'el-Rei Don Denis, cavaleiro, a rogo de Miguel Vivas, eleito de Viseu, seu privado, porque casou com ùa sa sobrinha, e era calvo; e el empero fez ùu capeiron grande de marvi con pena veira e con alfreses, aberto per deante, e anchava-se pelas costas, pelos ombros todo arredor, e dobraba-o en cima da calva pera lhe parecer a pena veira*" e di Johan de Gaia B1448 (Lagares n° 65): "*Esta cantiga foi feita a ùu cavaleiro, que ouve nome Fernan Vasquez Pimentel, que foi primeiro vassalo do conde Don Pedro, pois partiu-se dele e foi-se pera Don Joan Afonso d'Albuquerque, seu sobrinho, e depois partiu-se de Don Joan Afonso e foi-se pera o infante Don Afonso, filho d'el-rei Don Denis, que depois foi Rei de Portugal; e todo esto foi en seis meses*".

Il *pattern* con doppio impiego del sintagma *fez esta cantiga* all'inizio e alla fine della rubrica – come, precisamente, nella rubrica di B1: "*Este lais fez Elis o Baço*" / "*e fez por ela este lais*" – rappresenta invece una possibilità minoritaria: appena 14 casi su un totale di 74, vale a dire circa $\frac{1}{4}$ del totale, arrotondando per eccesso¹⁸. Di queste 14 epigrafi, però, la parte maggiore accusa variazione di sintagma tra esordio e conclusione della didascalia. Si vedano, solo a titolo d'esempio, i seguenti casi¹⁹:

Outrossi *fez outra cantiga* [...] e *diz assi* (Fernan Rodriguiz de Calheiros B1332)

fez estoutro cantar [...] e *diss'assi* (Fernan Rodriguiz de Calheiros B1333)

fez este cantar [...] e *por én troubou-lhi*" (Fernan Paez de Tamalhancos B1334)

fez estas cantigas [...] e *por én troubou-lhi estes cantares* (Fernan Paez de Tamalhancos B74-[B75] = B1336-B1337)

Don Lopo Lias *troubou a ùus cavaleiros de Lemos ... e por én troubou-lhis estas cantigas*" (Lopo Lias B1338-B1349)

troubou a ùa dona [...] e *por én fez estes cantares de mal dizer* (Lopo Lias B1351-B1352).

outrossi *fez estes cantares* [...] e *son estes* (Martin Soares B1363-B1366).

E si noti, per altro verso, che in alcuni casi si tratta di rubriche 'collettive', ovvero che fungono da introduzione a gruppi compatti di *cantigas*. Il che fa pensare: 1) che queste rubriche siano state composte successivamente alle *cantigas* cui si riferiscono; 2) che l'impiego della doppia formula (all'inizio e alla fine della prosa) serva, a differenza di quanto accade nella rubrica di B1, proprio a raggruppare e meglio definire l'insieme dei testi cui si riferisce l'epigrafe. Questi casi, ad ogni modo, non mi sembrano sovrapponibili a quello dei *Lais* e non costituiscono di per sé, come del resto nemmeno quelli di rubriche relative a singoli testi, riscontri strutturali perfetti e dirimenti per l'epigrafe di B1.

¹⁸ Si tratta dei numeri 42-46, 48-49, 54, 56, 58-59, 61-63 dell'edizione Lagares (cf. nota 15).

¹⁹ LAGARES, Xoán Carlos – "*E por esto fez este cantar*", numeri 42, 43, 44, 45, 46, 48 e 58 (si vedano anche i numeri 49, 54, 56, 59 e 61).

Una sovrapposizione perfetta di *patterns* strutturali si rintraccia, invece, solo nelle rubriche di due *cantigas d'escarnho* di D. Pedro, Conte de Barcelos (B1431-B1432), ma sull'importanza di questo elemento per la rubrica di B1 tornerò tra poco. Per il momento, invece, mi pare più utile rilevare che, sulla base dei dati positivi disponibili, la clausola finale della rubrica di B1 (“Este *lais* posemos acá porque era o melhor que foi feito”) non costituisce, di per sé, un'infrazione rilevante ai modelli esistenti, esigui e comunque troppo cangianti perché li si possa considerare un parametro dirimente. E, tutto sommato, non sarebbe neppure infrazione tale da far supporre, con sicuro fondamento, che questa pericope sia un'aggiunta seriore. Si converrà, in effetti, che l'enunciato conclusivo della rubrica di B1 non presenta estensione tale da infrangere sensibilmente la continuità logica tra la formula *fez este lais* e il *lai* stesso. La sezione narrativa della didascalia è costruita, di fatto, in modo circolare: si apre e si chiude con la ripetizione del medesimo sintagma – “*Este lais fez*” / “*e fez por ela este lais*” –, al quale fa eco il periodo conclusivo – “*Este lais posemos acá*” – che mantiene vivo il fuoco dell'attenzione sul *lais*. Del resto, in regime di ipotassi, la clausola finale della rubrica di B1 avrebbe funzionato come orazione relativa: *e namorou-se enton dela e fez por ela este lais, *que** (= *este lais*) *posemos acá porque era o melhor que foi feito*. E mi pare ragionevole supporre che l'autonomia sintattica del periodo sia da correlare, piuttosto che a una seconda fase redazionale, proprio all'eccezionalità estetica della *cantiga* stessa.

Nessun elemento testuale – così come nessun apporto extra-testuale – permette quindi di avallare l'ipotesi che la rubrica di B1 sia frutto di due fasi redazionali distinte, una delle quali concomitante e contingente all'inserimento dei *Lais* nello stadio conosciuto della tradizione manoscritta. E questo non vuol dire – lo sottolineo a scanso d'equivoci – che il gruppo delle *cantigas* bretoni non abbia avuto una circolazione autonoma anteriore al suo inserimento nell'*exemplar* di **B**. Gli ipotesti francesi di tardo '200 di B1 e B3-B4 dimostrano la sostanziale estraneità cronologica dei *Lais* rispetto agli altri componimenti che l'*exemplar* raccoglieva in questo settore, vale a dire *cantigas* appartenenti a trovatori il cui *floruit* non oltrepassa la prima metà del secolo XIII (Airas Moniz d'Asme; Diogo Moniz; Osoir'Eanes; Nuno Fernandez de Mirapeixe *etc.*). Inoltre, la collocazione dei *Lais* ad apertura del canzoniere contravviene alla canonica tripartizione per generi della cosiddetta

‘compilazione antica’ (*amor, amigo, escarnho*)²⁰. E sono questi i dati più solidi che consentono di concludere che i *Lais* costituiscono un apporto tardivo al subarchetipo α ²¹. E, del resto, non è nemmeno la scoperta della ruota, visto che a queste conclusioni erano già pervenuti, pur da presupposti leggermente diversi, sia Carolina Michaëlis de Vasconcellos, sia Giuseppe Tavani²². Le osservazioni formulate fin ora, invece, revocano in discussione, in quanto fondate su dati troppo fragili (per non dire inconsistenti), le conclusioni per cui, sulla base degli ipotesti antico-francesi e delle rubriche dei volgarizzamenti portoghesi, sarebbe possibile ricostruire non solo una duplice fase redazionale per la rubrica di B1, ma anche (e a partire da questa malferma inferenza) l’ordine dei *Lais* anteriore all’inserimento nell’*exemplar* di **B**.

Resta, ed è opportuno esaminarlo con calma, l’indizio offerto dal deittico *acá* nella pericope conclusiva della rubrica di B1: “Este *lais* posemos *acá* porque era o melhor que foi feito”. Lorenzo Gradín riconosce che “l’emploi de l’adverbe *aca* [...] revêt un

²⁰ Per le questioni di tradizione manoscritta qui riepilogate cf. TAVANI, Giuseppe – *Poesia del Duecento nella Penisola iberica. Problemi della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell’Ateneo, 1969, pp. 136-144; GONÇALVES, Elsa – “Tradição manuscrita da poesia lírica”. In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (coord.). – *Dicionário*, pp. 627-632; OLIVEIRA, António Resende de – *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri, 1994, pp. 125-211 e 252-282. Sulla prima generazione trovadoresca cf. SOUTO CABO, José Antonio – *Os cavaleiros que fizeram as cantigas. Aproximação às origens socioculturais da lírica galego-portuguesa*. Niterói/Rio de Janeiro: Universidade Fluminense, 2012.

²¹ D’accordo con lo stemma di D’Heur/Ferrari/Gonçalves, intendo con “subarchetipo α ” il livello della tradizione immediatamente anteriore a **BV**, dunque, l’*exemplar* da cui Colocci fece copiare i suoi due canzonieri portoghesi. Non così invece nella ricostruzione stemmatica di Tavani in cui α , pur essendo capostipite del ‘ramo italiano’ della tradizione, produrrebbe altri cinque interpositi: β , canzoniere perduto di cui resterebbe oggi soltanto la tavola colocciana *Autori portughesi* (**C** = Vat. Lat. 3217, ff. 300r-307r) – in realtà tavola dello stesso **B** compilata a canzoniere già cucito – e γ , antecedente comune di **B** e di **V** (Vat. Lat. 4803) attraverso il concorso, rispettivamente, di δ quanto al Colocci-Brancuti e di ϵ e ζ quanto al canzoniere vaticano. Efficace sintesi delle opposte posizioni in GONÇALVES, Elsa – “Tradição manuscrita”. Il dibattito successivo ai primi anni ’90 del secolo sorso non ha prodotto ulteriori passi in avanti, se si eccettuano da un lato il riesame complessivo di **C** da parte della stessa Gonçalves, e le importanti precisazioni di metodo, in reciproco dialogo ma ai lati opposti della barricata, di Tavani e Ferrari. Cf. GONÇALVES, Elsa – “Sobre a tradição manuscrita da lírica galego-portuguesa: conjecturas e contrariedades”. *eHumanista* 8 (2007), pp. 1-27 [ora riedito in GONÇALVES, Elsa – *De Roma ata Lixboa. Estudos sobre os Cancioneiros galego-portugueses*. A Coruña: Real Academia Galega, 2016, pp. 501-533]; TAVANI, Giuseppe – “Eterotopie de eteronomie nella lettura dei canzonieri galego-portoghesi”. *Estudis Romànics* 22 (2000), 139-153 [poi riedito in TAVANI, Giuseppe – *Tra Galizia e Provenza. Saggi sulla poesia medievale galego-portoghese*. Roma: Carocci, 2002, pp. 13-28] e FERRARI, Anna – “Perché non possiamo non dirci eterotopici ed eteronomici”. In ARBOR ALDEA, Mariña; FERNÁNDEZ GUIADANES, Antonio (eds.) – *Estudos de edición crítica e lírica galego-portuguesa*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 2010, pp. 103-114.

²² Cf. MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, p. 201 e TAVANI, Giuseppe – *Poesia del Duecento*, pp. 156-157.

caractère significatif, puisqu’il renvoie à une circulation écrite des textes”, inoltre, “la présence du déictique [...] n’a de sens que si celui-ci fait référence à la matérialité d’un *Liederblatt* ou d’un *livre*”²³. Questo *Liederblatt* o *Liederbuch* – la studiosa galega lo chiarirà alla fine del suo intervento – si identifica col subarchetipo α , ovvero l'*exemplar* di **BV**, confezionato entro la prima metà del secolo XIV nella cerchia che faceva capo a D. Pedro, Conte di Barcelos e figlio bastardo di D. Dinis²⁴.

Ciononostante, il referente immediato dell’avverbio di luogo rimane, per Lorenzo Gradín, la prima posizione assegnata a B1 entro la sequenza dei *Lais*, visto che, a suo giudizio, “la phrase *posemos acá* semble, de toute évidence, indiquer que cette position n’était pas la position initiale du monologue d’Héllys” e che “par ailleurs, elle renvoie au processus de réorganisation des pièces bretonnes en fonction de la permutation dont ce texte a fait l’objet”²⁵. E in tale ‘processo di riorganizzazione’

le compilateur a tout d’abord inversé l’ordre des *lais* en faveur du poème d’Héllys et, dans un deuxième temps, les contenus de la rubrique originelle du poème consacré au Morholt ont été en grande partie réélaborés. Comme le montrent les deux versions de la didascalie du poème que transmet le codex *B*, l’auteur de ce qui peut être désigné comme le stade 2 de la rubrique [...] agit sciemment et altère le contenu de la version de Colocci, dont il élimine des passages précieux²⁶.

Se, però, *acá* esplicita il suo raggio d’azione entro l’orizzonte circoscritto della silloge bretone, ci si dovrebbe allora chiedere quale sarebbe stata, per il compilatore dell'*exemplar*, l’informazione imprescindibile offerta dall’ultima pericope della rubrica di B1. Il legame dei *Lais* con la ‘materia di Bretanha’ è, di fatto, intrinsecamente opaco, ovvero è certificato dalle rubriche, ma non dagli stessi *Lais*²⁷.

²³ LORENZO GRADÍN, Pilar – “Les clairs-obscur”, p. 168 = LORENZO GRADÍN, Pilar – “Los *Lais de Bretanha*”, § 17.

²⁴ LORENZO GRADÍN, Pilar – “Les clairs-obscur”, p. 173 = LORENZO GRADÍN, Pilar – “Los *Lais de Bretanha*”, §§ 33-35 (con ritocchi sostanziali tra le due redazioni).

²⁵ LORENZO GRADÍN, Pilar – “Les clairs-obscur”, p. 168 = LORENZO GRADÍN, Pilar – “Los *Lais de Bretanha*”, § 16.

²⁶ LORENZO GRADÍN, Pilar – “Les clairs-obscur”, p. 171 = LORENZO GRADÍN, Pilar – “Los *Lais de Bretanha*”, § 26.

²⁷ È innegabile che se, per ipotesi assurda, fossero andate perdute tanto le rubriche dei *Lais*, come le rispettive fonti liriche francesi, nessuno avrebbe potuto collegare B1 e B3-B4 al *Tristan en prose* sulla

E questo porterebbe a pensare anche a una primitiva fruizione autonoma dei testi, del tutto slegata dal contesto narrativo in cui figuravano le loro rispettive fonti liriche. Una volta però che furono inserite in una *Liedersammlung* più ampia e – almeno nella sua sedimentazione più antica – organizzata secondo precisi criteri cronologici e genologici, le *cantigas* bretoni subivano un’ulteriore attenuazione del loro legame diretto con le “prose di romanzi” francesi. Tale attenuazione (sembra quasi un paradosso) è favorita proprio dalle rubriche che, pur additando gli episodi del *continuum* narrativo da cui furono estrapolati i *Lais*, non si preoccupano affatto di stabilire una pur minima cronologia relativa tra i testi lirici. E, a tal riguardo, anzi non si potrebbe escludere che la redazione delle rubriche sia successiva alla composizione dei *Lais* e realizzata *ad hoc* per il loro inserimento nell’*exemplar*.

Pare dunque poco plausibile pensare che l’unica preoccupazione del compilatore sia stata quella di segnalare l’ipotetico cambiamento di posizione di B1 e, visto che c’era, ritoccare la rubrica di B2²⁸, tanto più che, secondo quanto rileva la stessa Lorenzo Gradín, anche la posizione di B5 non sarebbe del tutto esente da perplessità²⁹, ma in questo caso il compilatore non ha avvertito lo stesso impellente bisogno di fornire precisazioni. La primitiva ma indimostrabile progettualità che Lorenzo Gradín ipotizza per la circolazione autonoma dei *Lais* sarebbe stata allora stravolta per la realizzazione d’un progetto concepito dal compilatore dell’*exemplar*, ma eseguito solo a metà, in quanto le rubriche né compongono una narrazione unitaria, né forniscono giustificazione per tutte le trasposizioni attuate³⁰.

base del solo testo di queste *cantigas*. Lo stesso discorso vale, in linea di principio, anche per B5, per il quale l’assenza di ipotesto in versi è oggettiva. L’unico *lai* che rinvia esplicitamente ai romanzi arturiani è, di fatto, B2 che menziona il Maroot nell’*incipit* del testo. Come rilevato da Lorenzo Gradín, però, il Maroot della rubrica di B2 non coincide con l’omonimo personaggio dei romanzi tristaniani, ed è probabile che, nella tradizione del *Tristan en prose*, al gigante irlandese vennero a sovrapporsi le caratteristiche d’un altro personaggio del ciclo, Brehus sans Pitié le cui *hazañas* sono conservate, in terra iberica, nei più tardi *Baladros del sabio Merlín* (edizioni a stampa di Burgos 1498 e Siviglia 1535); cf. LORENZO GRADÍN, Pilar – “Les clairs-obscurs”, pp. 164-165 = LORENZO GRADÍN, Pilar – “Los *Lais de Bretanha*”, §§ 9-11. Si veda anche VIEIRA, Yara Frateschi – “Os *Lais de Bretanha* e a questão das *bailadas*”. In LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro – *Do Canto à Escrita. Novas questões em torno da Lírica Galego-Portuguesa nos cem anos do Pergaminho Vindel*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2016, pp. 43-58, in particolare pp. 44-54.

²⁸ E questo ammettendo che la prima rubrica di B2 (B, f. 4va) sia effettivamente (come sostiene Lorenzo Gradín) una prima redazione autonoma, e non (come a me pare possibile, ma ci tornerò in altra sede), un *borrador* preliminare sopravvissuto a livello di annotazione marginale.

²⁹ Cf. *supra* e LORENZO GRADÍN, Pilar – “Les clairs-obscurs”, p. 170.

³⁰ Di fatto, se il riconoscimento delle qualità estetiche di B1 è ragione sufficiente per giustificarne la

In assenza, però, tanto di elementi sicuri che consentano di risalire oltre lo stadio conosciuto della tradizione, come di qualunque indicazione di cronologia interna nelle rubriche, sembra più verosimile assumere che la serie dei *Lais* interessò al compilatore soprattutto come gruppo – ma non come gruppo organizzato – di *cantigas* di origine arturiana da collocare, in sede di confezione del subarchetipo α (cf. nota 20), ad apertura dell'intera silloge lirica. Di fatto, incorporata la *Laissammlung* all'*exemplar*, a richiamare l'attenzione non sarebbe stata la sola posizione esordiale di B1 in rapporto al resto delle *cantigas* bretoni (questione, tutto sommato secondaria, in ordine alla planimetria più ampia del canzoniere), bensì e a maggior ragione, la posizione stessa dei *Lais*, in quanto testi *recentiores*, collocati a precedere un gruppo compatto di *cantigas* composte però quasi un secolo prima.

In tal senso, allora, la deissi attivata da *acá* nella rubrica di B1 non avrebbe il suo referente immediato nella silloge dei *Lais*, ma proprio nella più ampia compilazione lirica (*l'exemplar* di **B**) in cui fu inserita la *Laissammlung*. La chiave di lettura dell'ultima pericope della rubrica di B1, e in generale dell'intera *Laisfrage*, risiede, a mio avviso, nella collisione di due diverse dimensioni – cronologica e autorale – attivata dalle rubriche: da un lato, entro l'orizzonte della *fictio* esegetico-narrativa, le didascalie attribuivano i testi agli stessi personaggi della narrazione tristaniana e collocavano dunque i *Lais* nel tempo mitico della 'materia di Bretanha'; dall'altro, però, e nel contesto concreto in cui fu confezionato *l'exemplar*, le rubriche alludevano a fonti narrative francesi – da supporre letture *à la page* per il pubblico di primo '300³¹ – e rivelavano quindi il carattere fittizio delle attribuzioni di cui

prima posizione, non può dirsi lo stesso per i ritocchi (cf. nota 27) alla rubrica di B2 presente nel corpo del canzoniere (**B**, f. 10ra-vb), dalla quale scompaiono i riferimenti al fatto che il *Lai de Maroot* sarebbe la prima *cantiga* "que achamos que foi fe[i]ta" e, soprattutto, alla 'traduzione' (se così la si vuole chiamare) del testo: "e tornamola en lenguajen palavra per palavra", ma quest'ultima pericope non entrava in conflitto con il presunto nuovo ordine assegnato ai testi, né con la loro cronologia relativa.

³¹ E ben oltre le prime decadi del secolo XIV. A conferma della radicata irradiazione dei *romans* arturiani in Portogallo e della familiarità del pubblico aristocratico con la *silva portentosa* delle loro trame e dei loro personaggi, D.na Carolina ricorda che, ancora nei primi anni della dinastia de Avis, "na época de D. João I, os heroes de Aljubarrota, assim como o chronista Fernão Lopes, conheciam familiarmente as aventuras de Tristan, Lançarote, Galaaz. Tanto a Ordem dos Namorados como a quasi mythica Madresilva se ligam á leitura assídua dos romances do cyclo bretão pelos paladinos do mestre de Avis. O condestavel considerava este ultimo [*Galvano*] como heroe digno de imitação, conforme ensina a sua Chronica. Muitos nobres davam a seus filhos aquelle e outros nomes romantico, como augurio de felicidade" (MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – *Cancioneiro da*

erano depositarie. Da qui, pertanto, la necessità di giustificare almeno la posizione di B1, non solo e non tanto rispetto ai componimenti della stessa famiglia, ma anche e soprattutto in relazione all'intero insieme di *cantigas* raccolte nel canzoniere: posizionare i *Lais* ad apertura della silloge voleva dire, di fatto, collocare l'intero patrimonio lirico galego-portoghese sotto l'egida nobilitante e legittimante della 'materia di Bretagna'. È evidente, però, che questa operazione non è affatto neutra nelle sue implicazioni culturali e, di conseguenza, non può che essere stata compiuta in un ambiente dotato di precise caratteristiche.

Già D.na Carolina aveva avvicinato la rubrica di B1 alla didascalia che introduce le due *cantigas* del giudeo Vidal (B1605-B1606):

Estas duas cantigas fez ùu judeu d'Elvas, que avia nome Vidal, por amor d'ua judia de sa vila que avia nome Dona. E, porque é ben que o ben que home faz se non perca, mandamo-lo 'screver; e non sabemos máis dela[s] máis de duas cobras, a primeira cobra de cada ùa³².

e osservava, al riguardo, che l'una e l'altra potevano essere attribuite a D. Pedro:

entre as rubricas de canções alheias, ha apenas tres em que o mandatario falla. E, é preciso notá-lo, essas poucas referem-se a cantigas fóra do commum, cuja adição (talvez suplementar) ao Cancioneiro era forçoso justificar. Temos de um lado os *Lais* de assumpto bretão, tirados de romances em prosa, traduzidos do francês, *os quaes dispôs [D. Pedro] na vanguarda das canções subjectivas de amor*; do outro lado, *esparsas* eroticas, não vasadas nos usuaes moldes palacianos, de um Judeu de Elvas que apparecem deslocadas na Parte III. O mandatario falla d'ellas majesticamente na primeira pessoa do plural, como convinha a um principe, mas sem outros esclarecimentos sobre a sua propria pessoa³³.

Lorenzo Gradín non dissente né dalle coordinate cronologiche, né dall'implicazione di D. Pedro nella confezione dell'*exemplar* e, quindi, nell'inserimento in esso dei *Lais*,

Ajuda, vol. II, p. 507).

³² LAGARES, Xoán Carlos – "E por esto fez este cantar", numero 70.

³³ MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – *Cancioneiro de Ajuda*, vol. II, p. 252; mio il corsivo.

ma obbietta, tuttavia, che

l'utilisation de temps verbaux à la première personne du pluriel ne constitue pas une épreuve concluante pour pouvoir attribuer les *lais* à un compilateur concret. Le recours à cette marque formelle, ainsi qu'à d'autres éléments déictiques (comme les adverbes *aqui, aca, (de)suso* ou les démonstratifs *este, esta*) renvoie seulement à un milieu familiarisé avec la rédaction de documents de chancelleries ou historiographiques dans lesquels les copistes employaient des formules d'énonciation contenant de manière récurrente les composantes morphologiques susmentionnées³⁴.

Il fuoco del problema però non è "attribuer les *lais* à un compilateur concret"³⁵ – e visto che si parla di 'attribuzione' perché, poi, a un compilatore e non a un autore concreto? –, ma cercare di determinare le caratteristiche dell'ambiente culturale in cui i *Lais* entrarono a far parte della tradizione manoscritta e, se possibile, le motivazioni sottese a tale inserimento. In tal senso, allora, l'equipollenza stabilita in termini di poligenesi (e le conclusioni che se ne dovrebbero trarre) tra il plurale maiestatico e "autres éléments déictiques (comme les adverbes *aqui, aca, (de)suso* ou les démonstratifs *este, esta*)" non risulta del tutto condivisibile. I secondi sono senza dubbio immuni da monogenesi, ma il primo – benché, per i tempi marca di linguaggio 'burocratico' altamente formalizzato – è un elemento da considerare rilevante, in quanto minoritario nelle rubriche galego-portoghesi e pertinente – come già segnalato da D.na Carolina – soltanto a testi di tarda cronologia e alle loro rispettive rubriche, nelle quali compare in funzione di 'legittimazione solenne' o di responsabilità compilative o di scelte compositive: nella rubrica di B1 sottolinea l'eccezionale qualità del testo ("Este *lais* posemos acá porque era o melhor que foi feito"); nella rubrica di Vidal giustifica la singolarità delle circostanze, visto che, per quanto ne sappiamo, si tratta, tra i poeti di **B**, dell'unico trovatore iberico di nazione

³⁴ LORENZO GRADÍN, Pilar – "Les clairs-obscur", p. 172 = LORENZO GRADÍN, Pilar – "Los *Lais de Bretanha*", § 30.

³⁵ Benché sia quasi automatico attribuire i *Lais* e le loro rispettive rubriche allo stesso autore, a me pare che, sulla base dei dati disponibili, si debba procedere con maggiore cautela e prendere in considerazione anche l'ipotesi (tutto sommato più plausibile) che la redazione delle rubriche sia successiva alla composizione dei *Lais* e concomitante al loro inserimento nell'*exemplar*. Per altro verso, non si può affermare con sicurezza né che i *Lais* siano attribuibili a un solo autore, né che prima del loro ingresso nell'*exemplar* abbiano costituito una raccolta organizzata coerentemente secondo l'ordine narrativo che i rispettivi ipotesti avevano nelle sezioni del *Tristan en prose*.

giudaica³⁶ ("E, porque é ben que o ben que home faz se non perca, mandamolo 'screver"); nella prima rubrica di B2, infine, segnala la derivazione del testo da un modello non-iberico ("Esta cantiga é a primeira que achamos que foi fe[i]ta [...] e tornamola en linguajen palabra per palabra"), ancorché sia lecito dubitare che, in quest'ultimo caso, volgarizzatore e rubricatore siano la stessa persona³⁷.

Entro la pluralità di *scriptoria* e cancellerie peninsulari, i cui copisti erano avvezzi a questo tipo di linguaggio – ma sarebbe comunque opportuno mantenere separato il piano dell'autore da quello dello scriba –, l'impiego così ridotto, nel *corpus* delle rubriche galego-portoghesi, del *pluralis maiestatis* se non addita con sicurezza il cammino verso la cerchia di D. Pedro, ne fa comunque uno dei candidati più probabili. E, del resto, in tale direzione spinge proprio un ulteriore elemento segnalato dalla stessa Lorenzo Gradín nella precedente redazione spagnola del suo contributo, ma poi eliminato (in verità, molto stranamente) nella traduzione francese.

³⁶ L'unico, se si eccettua il D. Josep che tenzona con Estevan da Guarda in B1315/V920 e del qual non rimane altro che le *coblas* responsive di questa tenzone. Su Vidal cf. TAVANI, Giuseppe – *Poesia del Duecento*, p. 159; STEGAGNO PICCHIO, Luciana – "Le poesie d'amore di Vidal, giudeo di Elvas". *Cultura Neolatina* 22 (1962), pp. 157-168 [poi ripubblicato in traduzione portoghese in STEGAGNO PICCHIO, Luciana – *La méthode philologique. Écrits sur la littérature portugaise*. I. *La Poésie*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1982, vol. I, pp. 63-90]; OLIVEIRA, António Resende de – *Depois do espectáculo trovadoresco*, pp. 205-211. Si vedano anche ALVAR, Carlos – "Apostillas cancioneriles. De Vidal de Elvas a Álvarez de Villasandino". In BOTTA, Patrizia; PÉREZ PASCUAL, José Ignacio; PARRILLA GARCÍA, Carmen (eds.) – *Canzonieri iberici*. Noia (A Coruña): Toxosoutos, 2001, vol. I, pp. 59-75 e, più di recente, VIEIRA, Yara Frateschi – "Um caso de absorção linguística, literária e social no Corpus lírico galego-português: as cantigas de Vidal, Judeu d' Elvas". In NEGRO ROMERO, Marta; ÁLVAREZ BLANCO, Rosario; MOSCOSO MATO, Eduardo (eds.) – *Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2017, pp. 1061-1079; VIEIRA, Yara Frateschi – "As cantigas de Vidal, Judeu d'Elvas, a uma judia: relações amorosas interculturais na Península Ibérica medieval". *Summa* 17 (2021), pp. 30-41; VIEIRA, Yara Frateschi – "Singularidades na preservação do corpus trovadoresco. As cantigas de Vidal, Judeu d'Elvas". In GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Déborah (ed.) – *Verdades duplas. A verdade do texto e a verdade material. Cancioneiros e fragmentos galego-portugueses*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia (= *ArGaMed*, 5), 2022, pp. 161-184.

³⁷ Cf. *supra* note 27, 29 e 34. Per la fonte non accertabile con sicurezza di B2, cf. *supra* nota 9. Quanto alle indicazioni fornite dalla prima rubrica di B2 ("e tornamola en linguajen palabra per palabra"), i contributi più recenti ne accettano la veridicità; cf. MICHON, Patricia – "Le *Tristan en prose* galaïco-portugais". *Romania* 112 (1991), pp. 259-268; SORIANO ROBLES, Lurdes – "La edición del fragmento gallegoportugués del *Livro de Tristan*". In PARRILLA, Carmen (ed.) – *Actas del Congreso de jóvenes filólogos. Edición y anotación de textos*. A Coruña: Universidade da Coruña, 1998, vol. II, pp. 667-676; LORENZO GRADÍN Pilar; DÍAZ MARTÍNEZ, Eva M. – "El fragmento gallego del *Livro de Tristan*: nuevas aportaciones sobre la *collatio*". *Romania* 122 (2004), pp. 371-396 e VIEIRA, Yara Frateschi – "Tornada en linguajen palabra per palabra". In ÁLVAREZ BLANCO, Rosario; MARTINS, Ana Maria; MONTEAGUDO, Henrique; RAMOS, Maria Ana (eds.) – *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 2013, pp. 545-560.

La studiosa galega, infatti, rilevava che “la oración explicativa que acompaña al topónimo *Gran Bretanha, que ora chaman Ingraterra* [...] aparece igualmente en una de las obras historiográficas más transcendentales del propio Don Pedro: el famoso *Livro de Linhagens* (ca. 1340-1344)”³⁸:

Des i falaremos dos reis da Troia e dos reis de Roma e emperadores, e dos reis de *Gram Bretanha, que ora se chama Ingraterra*.

E Bru[t]us pobrou Bretanha e Uterpandragom, e rei Artur de Bretanha. Constantim, que foi primeiro que rei Artur de grandes tempos, e de Cadvalech ataa Cavadres. Aqui fiiim este linhagem dos reis de Bretanha. Daqui adeante foi a terra em poder d’outros reis que foram senhores de *Bretanha, a que nós chamamos Ingraterra*³⁹.

La postilla crono-toponimica che compare in questi due passaggi e nella rubrica di B1 – “Este *lais* fez Elis o Baço, que foi duc de Sansonha, quando passou *aa gran Bretanha, que ora chaman Ingraterra*” – non costituisce, come è noto, un *unicum* portoghese. Una delle sue prime attestazioni si legge, in latino, nella cosiddetta ‘*variant version*’ dell’*Historia Regum Britanniae* di Goffredo di Monmouth:

Hinc Saxones Angli vocati sunt qui Loegriam possederunt et *ab eis Anglia terra postmodum dicta est*. Britonibus enim fugatis atque dispersis, amisit terra nomen Britanniae sicque Angli in ea super reliquias Britonum regnare coeperunt et Britones regni diadema amiserunt⁴⁰

e poco dopo la ripete, nel *franceis d’Angleterre*, la *mise en romans* di Maistre Wace, quando racconta che i Bretoni:

se firent Engleis apeler

³⁸ LORENZO GRADÍN, Pilar – “Los *Lais de Bretanha*”, §34.

³⁹ MATTOSO, José (ed.) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências (Publicações do II Centenário), 1980, vol. I, risp., p. 57 (*Prólogo* §14) e p. 95 (2E13, §16).

⁴⁰ GEOFFREY OF MONMOUTH – *Historia Regum Britanniae. A Variant Version*. Edited by HAMMER, Jacob. Cambridge (Mass.): Publications of The Mediaeval Academy of America, 1951, p. 254.

pur lur orine remenbrer,
e Englelande unt apelee
la terre ki lur ert dunee.
Tant dit Engleterre en franceis
cum dit Englelande en engleis;
terre a Engleis, ço dit li nuns,
ço en est l'espositiuns.
Des que Brutus de Troie vint
tut tens Bretaine sun nun tint
jesqu'al terme que jo vus di
que par Gunnund sun nun perdi⁴¹.

Da lì il 'motivo' (per così chiamarlo) registra un numero relativamente ampio di attestazioni, le quali forse meriterebbero di essere studiate a parte, se non altro perché si rinvencono anche in testi di natura e funzioni affatto diverse. Per stringere la campionatura ad un solo esempio – siamo circa un secolo prima del nobiliario del Conte di Barcelos –, ricorderò un volgarizzamento anglo-normanno (secondo quarto del secolo XIII) del *Liber Lapidum* di Marbodo di Rennes, dove la chiosa toponimica (del tutto inessenziale per il discorso) è un'aggiunta del traduttore:

XV. Gagates. Gaiet naist en une cuntree ki ad num Litia; si est bien prof gemme.
Mais la meillur del siecle est en Bretagne majur, ki ore est Engleterre⁴².

Ben assestata nelle compilazioni storiografiche – e il fatto, di per sé, non sorprende, soprattutto se si considera il cortocircuito legittimante che, già dai tempi di Wace, si era innescato tra Storia e Romanzo –, la postilla 'Gran Bretagna che ora si chiama Inghilterra' sembrerebbe, invece, in fortissima recessione proprio nelle più tardive compilazioni romanzesche in prosa, nelle quali (*Gran*) *Bretagne* e *Angleterre* sono impiegate in sincronia e senza alcun supplemento d'informazione. Per non allontanarci da quanto qui interessa, si può rileggere, a titolo d'esempio, il prologo del *Tristan en prose*, nel ms. fr. 757 della Bibliothèque nationale de France:

⁴¹ ARNOLD, Ivor (ed.) – *Le Roman de Brut de Wace*. Paris: Société des Anciens Textes Français, 1938, vol. II, vv. 1364-13656.

⁴² STUDER, Paul; EVANS, Joan (eds.) – *Anglo-Norman lapidaries*. Paris: Librairie ancienne Edouard Champion, 1924, p. 102, §15,3 e cf. EVANS, Joan – *Magical Jewels of the Middle Ages and the Renaissance particularly in England*. Oxford: Clarendon Press, 1922, pp. 81-82.

Cy commence la grant ystoire de monseigneur Tristan que missere du Gail et missire Helys de Buron translaterent de latin en romanz por ce que il veoient que nus n'entreprenoit a translater si haute ystoire come de celui qui fu le meillor chevalier qui oncques fust en la *Grant Bretagne* ne devant le roi Artus ne après fors Galaad seulement et apelent cest livre libret por ce q'il est maistre sor toz les livreiz qui oncques furent fait de la Table reonde et del saint Graal. Et commence premierement missire Lucès du Gail qui briefment parloit tant come il vesqui et dist en telle manere⁴³.

o ancora, e sempre nelle zone liminari del *Tristan en prose*, il seguente passo del codice 404 della Bibliothèque Inguimbertaine di Carpentras:

Mes quant je voi que nus ne l'ose entreprendre, por ce que trop i avreit a faire et trop seroit grieve chose, car trop est grant et merveilleuse l'estoire, je, Lucès, chevaliers et sires del Chastel del Gat, voisin prochien de Salesbieres, cum chevaliers amoraus et envoisiez, enpreing a translater une partie de ceste estoire; non mie por ce que je saiche granment françois, enz appartient plus ma langue et ma parole a la manière d'Angleterre que a cele de France, cum cil qui fui en Engleterre nez. Mes tele est ma volanté et mon proposement, que jen en langue françoise le translaterai au meuz que je pourrai, non mie en cele manière que je ja i quere mançonge, mes la vérité tout droitement demonsterrai, et ferai asavoir ce que li latins devisede l'estoire de Tristan, qui fu li plus soveriens chevaliers qui onques fust ou reame de la *Grant Bretagne*, et davanti e roi Artus et après, fors soient li très bons chevaliers Lancelot dou Lac⁴⁴.

Ho detto, sembrerebbe. E la cautela è d'obbligo: in primo luogo non si dispone di dati sicuri rilevati sulla totalità della tradizione manoscritta del *Tristan en prose*; in secondo luogo, il dossier dell'irradiazione tristaniana – ma in generale della 'materia di Bretagna' – in terra iberica è fortemente lacunoso, e mancano, di conseguenza,

⁴³ MÉNARD, Philippe (dir.) – *Le Roman de Tristan en prose (version du manuscrit fr. 757 de la Bibliothèque nationale de Paris)*. Tome I. Éd. de Joël Blanchard, Michel Quereuil. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1997. Per un'edizione basata su un altro ms. (il codice 2542 della Österreichische Nationalbibliothek), cf. MÉNARD, Philippe (dir.) – *Le Roman de Tristan en prose. I. Des Aventures de Lancelot à la fin de la «Folie Tristan»*. Genève: Droz, 1987. Il ms. viennese è anche alla base dell'edizione monografica autonoma degli inserti lirici; cf. FOTITCH, Tatiana; STEINER, Ruth – *Les lais du "Roman de Tristan" en prose d'après le manuscrit de Vienne 2542*. München: Beck, 1974.

⁴⁴ CURTIS, Renée (ed.) – *Le roman de Tristan en prose*. Vol. I. Cambridge: Brewer, 1985.

schede importanti per un consuntivo più preciso dei testi che effettivamente circolarono; in terzo ed ultimo luogo (ma non meno importante) è opportuno non trascurare i fenomeni di tradizione sommersa che a volte riaffiorano in compilazioni tardive, come è il caso, ad esempio, della silloge trådita dal codice fr. 358 della Bibliothèque nationale de France (1465-1475) che conserva opere di materia arturiana, ma non il *Tristan en pose*, e che a c. 13r inizia con questo prologo:

Au commencement du traittié du livre de Bruth, duquel [...] par l'ordonnance du treshault et tresexcellent prince monseigneur Loys, duc de Bourbon, sont adjoustees parolles abregees sur le commencement de cestui present volume du noble livre de la Table Reonde, les histoires et adventures merveilleuses des roys, princes et cheraliers et aultres nommez ou dit livre de Bruth, et en especial du noble et vaillant cheralier Guiron le courtois, duquel nous entendons a raconter ses fais, proesses et vaillances, et commencerons ainsi comme en maniere de prologue a ramentevoir et descripre en brief le commencement *du royaulme de la Grant Bretagne, qui ores est Angleterre appelee*, et de ceulz qui regnerent ou dit royaulme et desquels furent extrais le roy Utherpendragon, pere du roy Artus, et plusieurs aultres roys et princes et chevaliers nommez ou dit livre de la Table Reonde⁴⁵.

Ad ogni modo, sulla base di questi riscontri – e senza sottacerne i limiti oggettivi – sussistono giustificati sospetti che la chiosa toponimica della rubrica di B1 – “Este *lais* fez Elis o Baço, que foi duc de Sansonha, quando passou *aa gran Bretanha, que ora chaman Ingraterra*” – e gli analoghi specificativi che si rintracciano nei *Linhagens* di D. Pedro – “*Gram Bretanha, que ora se chama Ingraterra*” e “*Bretanha, a que nós chamamos Ingraterra*” – non siano reciprocamente indipendenti e che, anzi, la chiosa presente nella rubrica – vista la sua comparsa in un contesto affine a quello narrativo, dove invece già sul finire del '200 risulterebbe in fortissima recessione – sia stata in qualche modo influenzata dagli altri due specificativi geografici di sicura attribuzione. A tal riguardo, ai riscontri addotti da Lorenzo Gradín se ne può aggiungere un altro, già segnalato a suo tempo da Diego Catalán, che si rinviene in un passaggio parallelo del nobiliario e della *Crónica de 1344*:

⁴⁵ Cito da LØSETH, Eilert – *Le Roman en prose de Tristan, le Roman de Palamède et la compilation de Rusticien de Pise. Analyse critique d'après les manuscrits de Paris*. Paris: Bouillon, 1891, p. 436.

Livro de Linhagens E emtanto veo Gormon, que conquereo a terra e deitou
todollos christaños á perdiçom. *E por esto perdeo
Bretanha seu nome e poserom-lhe nome Inglaterra*

Crónica de 1344 Entonçe vino Gormon e conquirio toda la tierra e echo
todos los christianos en perdiçion. *E por esto perdió
Bretaña su nonbre e canbiose en nonbre de Inglaterra*⁴⁶.

E si noti, per inciso, che in entrambi i casi la specificazione geografica appare sempre in episodi relativi al passato mitico (mitologia fondativa) della Gran Bretagna. La chiosa toponimica, retaggio ormai assimilato delle fonti, doveva essere quindi un elemento ben presente nell'idioletto del Conte e del suo *entourage*.

Al lume di questo riscontro, però, pare poco probabile che la rubrica di B1 abbia avuto due successive fasi di redazione: la prima risalente all'epoca della circolazione autonoma della *cantiga* e anteriore al suo inserimento nell'*exemplar* di **B**; la seconda, limitata all'ultima pericope ("Este *lais* posemos acá porque era o melhor que foi feito"), coeva e contingente all'inserimento dei *Lais* nell'ultima fase della tradizione manoscritta⁴⁷. Vista invece la possibilità di ricondurre l'intera prosa alla cerchia di D. Pedro, l'ipotesi più economica è assumere che la rubrica di B1 fu redatta in sede di confezione dell'*exemplar* di **B** quando, a livello di scelte compilative, si collocò il *Lai d'Hély*s ad apertura del canzoniere.

E a ulteriore conferma si può aggiungere il fatto che, nel *corpus* delle rubriche galego-portoghesi, il *pattern* compositivo con iterazione della clausola *fez esta*

⁴⁶ Cf. CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, Diego – *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Editorial Gredos, 1962, pp. 370-382 (citazioni dalle pp. 376-377). Sulle fonti del nobiliario di D. Pedro, cf. MIRANDA, José Carlos Ribeiro – "Do *Liber regum* ao *Livro velho de linhagens*". In BAUTISTA PÉREZ, Francisco; GAMBA CORRADINE, Jimena (eds.) – *Estudios sobre la Edad Media, el Renacimiento y la temprana Modernidad*. San Millán de la Cogolla: Cilengua. Centro Internacional de Investigación de la Lengua Española, 2010, pp. 301-310; e MIRANDA, José Carlos Ribeiro – "Em torno do *Libro de linhagens* de Pedro de Barcelos (II). Do *livro* às reformulações: hipóteses e argumentos". In LACARRA, María Jesús, et al. (eds.) – *Literatura medieval hispánica. Libros, lecturas y reescrituras*. San Millán de la Cogolla: Cilengua. Centro Internacional de Investigación de la Lengua Española, 2019, pp. 781-798.

⁴⁷ Cf. LORENZO GRADÍN, Pilar – "Les clairs-obscurs", pp. 167-170 = LORENZO GRADÍN, Pilar – "Los *Lais de Bretanha*", §§ 15-22.

cantiga all'inizio e alla fine della prosa si riscontra soltanto nelle rubriche delle *cantigas* B1431-B1432, entrambe di D. Pedro:

Esta cantiga foi feita a estes cavaleiros que aqui conta que prometeron ùu alãao e sabujos, segundo aqui é 'scrito; e, pero que lhos enviaron pedir, non os quiseron dar; e o Conde fez-lhis por én esta cantiga (rubrica di B1431)

Esta cantiga suso 'scrita, que se começa "Martin Vasquez, no outro dia", fez o conde a ùu jograr que avia nome Martin Vasquez, e preçava-se que sabia d'estrelosia e non sabia én nada. E colheu aí vaidade na mão ca avia d'aver eigreja de mil libras ou de mil e quinhentas; e mandou fazer corõa, e rossou a barva e foi-se Alen-Doiro, e non ouve nenmigalha; e o conde fez-lhi esta cantiga (rubrica di B1432)⁴⁸.

Se si considera allora la particolare nozione di 'autore' che si aveva nel Medioevo e, segnatamente, in ambiente regio⁴⁹ – a tal riguardo basta rileggere il prologo della *General Historia* di Alfonso X, laddove si afferma che "el rey faze un libro non por quel él escriba con sus manos, mas porque compone las razones d'él e las emienda e yegua e endereça e muestra la manera de cómo se deben fazer, e desí escrívelas qui él manda, però dezimos por esta razón que el rey faze el libro"⁵⁰ (e chi dice libro, dice ovviamente anche canzoniere) –, appare rafforzata la possibilità che D. Pedro sia stato, per lo meno il "mandatario"⁵¹, ovvero il 'responsabile intellettuale' tanto delle rubriche dei *Lais*, come del loro inserimento nell'ultimo stadio della tradizione.

Da questo punto di vista, però, appare ancor più evidente che, nella strategia compilativa dell'*exemplar*, aveva poca importanza sia l'ordine (non solo primitivo) dei *Lais*, sia e soprattutto la necessità di giustificare eventuali permutazioni nella sequenza dei testi bretoni, visto che il fuoco dell'attenzione si spostava dalla struttura della *Laissammlung* (e sempre ammettendo che ne sia esistita una) alla

⁴⁸ LAGARES, Xoán Carlos – "E por esto fez este cantar", numeri 62-63.

⁴⁹ Cf. GUTIÉRREZ GARCÍA, Santiago – "El proceso compositivo de los ciclos en prosa artúricos a la luz de las teorías sobre la *inventio* (reconsiderando la *Post-Vulgata*)". *Cultura Neolatina* 79 (2019), pp. 137-167, alle pp. 146-158.

⁵⁰ SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, Pedro (ed.) – Alfonso X, *General estoria. Primera parte*. Vol. I. Madrid: Biblioteca Castro, 2001, p. 393 (libro XVI, cap. XV, II, p. 393).

⁵¹ MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – *Cancioneiro de Ajuda*, vol. II, p. 252.

posizione esordiale – quasi un ‘prologo generale in versi’ – che essa veniva ad assumere nel *Livro das cantigas*⁵². In quest’ottica si comprende meglio allora perché l’unica giustificazione che viene fornita dal compilatore per mezzo della rubrica sia proprio quella che riguarda la posizione di B1, non come *primus inter pares* entro i componimenti della famiglia bretona, bensì, e per ragioni estetiche, come primo componimento dell’intero canzoniere: “este *lais* posemos *acá* porque era o melhor que foi feito”, dove *acá* rinvia, per l’appunto, all’*exemplar* stesso, ‘qui’, ‘ad apertura del canzoniere’, e non (o per lo meno non solo) del gruppo delle *cantigas* bretoni.

A me pare, in effetti, che sia proprio questo il senso più profondo, in termini metapoetici e mitopoietici, della progettualità sottesa alla collocazione dei *Lais*: la risemantizzazione, entro le più complesse coordinate d’un ‘progetto-canzoniere’ omnicomprendente, d’un gruppetto di componimenti più recenti (e, in certa misura, più strettamente legati alle mode del momento) in grado però di tracciare una precisa genealogia, al tempo stesso, poetica e storica. In sede esordiale, ad apertura di canzoniere, i *Lais* radunavano, di fatto, un breve ma importante campionario tematico e formale dei *dictatz principals* della scuola lirica galego-portoghese e ne additavano le origini nel tempo mitico degli eroi bretoni e, più specificamente, nell’intricata ‘materia tristaniana’: tre *cantigas d’amor* tutte *de meestria* (B1; B3-B4) e due *cantigas d’amigo* (B2 e B5), una delle quali (B2) con accenti *d’escarnho*, ma entrambe in forma di canzoni *à refrain* e ‘da ballo’⁵³.

⁵² Evidente che, d’accordo con quanto già osservato sopra nella nota 20, il *Livro das cantigas* del Conte D. Pedro dev’essere identificato – come si è sempre fatto da D.na Carolina in poi – con il subarchetipo *α/exempar* di B. Parere contrario ha espresso, ma con argomenti, a mio avviso, fragili MARCENARO, Simone – “Il presunto *Livro das cantigas* di Don Pedro de Portugal, Conde de Barcelos”. In FIDALGO FRANCISCO, Elvira; CORRAL DÍAZ, Esther; LORENZO GRADÍN, Pilar (eds.) – *Cantares de amigos. Estudos en homenaxe a Mercedes Brea*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servicio de Publicacións e Intercambio Científico, 2016, pp. 575-583. Riprenderò altrove il problema.

⁵³ Insistono sulla dimensione coreutica e sui rapporti di queste forme con la tradizione francese i due contributi di VIEIRA, Yara Frateschi – “Os *Lais de Bretanha*” e di RAMOS, Maria Ana – “De um antigo canto em francês a textos tardios em galego-português. Os *Lais*”. In (entrambi) LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro – *Do Canto à Escrita*, risp., pp. 43-58 e 59-92; si veda anche RAMOS, Maria Ana – “Bailar e dançar na poesia galego-portuguesa”. In CARTA, Costance; FINCI, Sarah; MANCHEVA, Dora (eds.) – *Enseñar deleitando / Plaire et instruire*. Bern: Peter Lang, 2016, pp. 179-205. Ramos, a partire dallo spoglio lessicale dei verbi *bailar* e *dançar* nella lirica galego-portoghese – il primo ampiamente attestato nel *corpus*; il secondo presente solo nei *Lais*, ma di larghissimo impiego nella poesia *palaciana* di tardo secolo XIV e di secolo XV –, arriva a suggerire la possibilità che i *Lais* siano inseriti tardivi risalenti per lo meno al Quattrocento. Fermo restando lo spoglio linguistico – di indiscutibile interesse –, le conclusioni che, per stretta consequenzialità, si dovrebbero ricavare da esso mi sembrano tuttavia irricevibili rispetto all’insieme complessivo dei dati materiali, paleografici

“Don Tristan, o Namorado, fez [e]sta cantiga” è, di fatto, la scarna rubrica di B3 e, “allude alla leggenda di Tristano e Isotta (nominando i due personaggi) anche la rubrica del *lai* che apre il canzoniere B, ma non il testo del *lai* stesso”⁵⁴. E se da un lato, entro la funzione esegetica della rubrica esplicativa, la menzione dei due amanti leggendari serve a fornire i dati di contesto di B1, dall’altro, nella funzione sovraordinante di cui, di norma, è depositario il primo testo d’una silloge poetica, tale menzione fissa anche le coordinate generali e le chiavi lettura, tanto in relazione al settore più immediatamente prossimo (il resto dei *Lais*), come nei rapporti più ampi con il resto del canzoniere.

E che si è in presenza d’un preciso progetto culturale, concepito ed eseguito in ambiente regio (o strettamente affine), verrebbe a confermarlo proprio il fatto che le uniche menzioni esplicite della ‘materia tristaniana’ – “un marchio di fabbrica regale”, come ebbe a definirlo Anna Ferrari⁵⁵ – si rinvencono esclusivamente nella produzione lirica dei rei-trovatori, Alfonso X (in Castiglia-León) e suo nipote D. Denis (in Portogallo):

E, pois que o Deus assi quis,
que eu sōo tan alongado
de vós, mui ben seede fis
que nunca eu sen cuidado
en viverei, *ca ja Paris*
d’amor non foi tan coitado
nen Tristan;
nunca sofreron tal afan,
e nen an,
quantos son nen seeran (Alfonso X, B468)⁵⁶

e stilistici che si possono desumere dai *Lais* e che collocano la composizione dei testi nell’ultimo periodo della prima scuola poetica della *Península*. La questione merita però una disamina più distesa e conto di riprenderla in altra sede.

⁵⁴ FERRARI, Anna – “Linguaggi lirici in contatto: *trobadors e trobadores*”. In FERRARI, Anna – *Trobadors e trobadores*. Modena: Mucchi, 2014, pp. 31-60, a p. 41, nota 33 [in precedenza pubblicato in *Boletim de Filologia* 29 (1984), pp. 35-58 = *Homenagem a Manuel Rodrigues Lapa*, vol. II].

⁵⁵ FERRARI, Anna – “Linguaggi lirici in contatto”, p. 41.

⁵⁶ PAREDES, Juan – *El cancionero profano de Alfonso X el Sabio: edición crítica, con introducción, notas y glosario*. Santiago de Compostela: Servicio de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade

pero, senhor, quero-vos eu tal bem
Qual maior poss'; e o mui namorado
Tristam sei bem que nom amou Iseu
Quant'eu vos amo, esto certo sei eu;
e con tod'esto sei, mao pecado,
que mi queredes peior d'outra rem;
pero, senhor, quero-vos eu tal bem (D. Denis B522a)⁵⁷.

Posto allora che il baricentro della breve *Laissammlung* è fissato nelle avventure di Tristano, non stupisce che D. Pedro, poeta egli stesso come il padre e come l'avo paterno, al momento di raccogliere il *ric thesaur* della scuola poetica iberica, abbia voluta collocarlo sotto l'emblema – una raffinata operazione di araldica poetica – delle *farçissures* liriche del *Tristan en prose*. L'operazione, in effetti, non è culturalmente neutra e D. na Carolina (come sempre) lo aveva già intuito

o Conde de Barcellos collocou os *lais* na primeira plana, como preambulo das trova[s] subjectivas de amor, sem indicação do nome do interprete. O modo como relata infantilmente, nos cadastros da nobreza, numerosas ficções, dando-as por verdade pura, auctoriza-nos a crêr que na sua imaginativa esses *lais* eram realmente producções de Tristan e de coevos de Tristan. Considerando os inventores como personagens históricos da corte do rei Artur de Bretanha onde *ouvistes fallar que era muy boo* [...] julgava estabelecer a boa ordem chronologica ao antepô-los aos cantares mais archaicos de trovadores peninsulares que pôde colligir, compostos perto de 1200, conforme elle, de certo, não ignorava. / Quem achar injusta esta supposição deve explicar o desvio voluntarioso do plano chronologico, seguido bem ou mal na ordenação das matérias, pelo desejo do compilador do *Livro das cantigas* de sanar a falta de um principio ou introito suggestivo notado no cancionero de amor⁵⁸.

Non mi sembra però necessario supporre che D. Pedro fosse tanto ingenuo da attribuire a Tristano & Company le *cantigas* bretoni, e mi colloco di buon grado fra

de Santiago de Compostela, 2010, *cantiga* XII ("Ben sabia eu, mia senhor"), vv. 10-18.

⁵⁷ LANG, Henry R. – *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Halle a.S.: Max Niemeyer Verlag, 1894, *cantiga* XXXVI ("Senhor fremosa e de mui loução"), vv. 12-18.

⁵⁸ MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – *Cancioneiro de Ajuda*, vol. II, pp. 503-504.

coloro che spiegano “o desvio voluntarioso” dei *Lais* dai criteri cronologici della compilazione antica con la volontà del Conte di Barcelos di fornire un *Prolog im Himmel*, non solo alle *cantigas d’amor*, ma all’intero *Livro das cantigas*.

Alla domanda posta ad epigrafe di questo contributo – “este *lais* posemos acá” ... sì, ma dove? – si può allora rispondere additando che l’avverbio di luogo non rinvia a ipotetiche permutate di testi compiute entro ipotetiche (se non improbabili) *Ur-Laissammlungen*, ma segnala, invece, e certifica la posizione, la prima posizione, che l’aristocratico dotto compilatore aveva deciso di assegnare a B1 (e, in subordine, alle sue sorelle di ascendenza bretone) ad apertura del *Livro das cantigas*. In tal senso, è evidente (o, per lo meno, mi sembra evidente) il parallelo che la ‘materia di Bretanha’ stabilisce tra il nobiliario e il perduto canzoniere di D. Pedro. Come nel *Livro de linhagens*, il mondo bretone offriva le coordinate di contesto, nel contempo, storico e mitologico:

por esta materea seer mais crara, e os nobres fidalgos saberem gram parte dos linhagões dos reis e emperadores e dos feitos em breve, que foram e passarom nas outras terras, do começo do mundo u os seus avoos foram a demandar suas aventuras, por que eles gaanharom nome, e os que deles decenderom por algũas nobrezas que aló fezerom⁵⁹

così, nel *Livro das cantigas*, i *Lais* composti da Tristano e compagni, nella “gran Bretanha, que ora chaman Ingraterra”, erano additati ed esibiti come gli antesignani nobili dei *cantares* galego-portoghesi.

⁵⁹ MATTOSO, José – *Livro de Linhagens*, p. 95 (2E13, §16).

Riferimenti bibliografici

Fonti

Fonti manoscritte

Lirica galego-portoghese

Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Vat. Lat. 4803 (Canzoniere portoghese della Vaticana = **V**)

Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Vat. Lat. 7182, ff. 267r-278v (seconda copia dei *Lais* = **V^a / L**).

Città del Vaticano, Biblioteca Apostolica Vaticana, Vat. Lat. 7182, ff. 300r-307r (Tavola collociana "Autori portugueses" = **C**).

Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, Cod. 10991 (Canzoniere Colocci-Brancuti = **B**).

Tristan en prose e romanzi arturiani

Carpentras, Bibliothèque Inguimbertaine di Carpentras, ms. 404.

Paris, Bibliothèque nationale de France, fr. 757.

Paris, Bibliothèque nationale de France, fr. 358.

Wien, Österreichische Nationalbibliothek, ms. 2542.

Fonti a stampa

ARNOLD, Ivor (ed.) – *Le Roman de Brut de Wace*. Paris: Société des Anciens Textes Français, 1938.

BOUTIÈRE, Jean; SCHUTZ, Alexander Herman – *Biographies des troubadours. Textes provençaux des XIIIe et XIVe siècles*. Paris: Nizet, 1973.

CURTIS, Renée (ed.) – *Le roman de Tristan en prose*. Vol. I. Cambridge: Brewer, 1985.

FOTITCH, Tatiana; STEINER, Ruth – *Les lais du "Roman de Tristan" en prose d'après le manuscrit de Vienne 2542*. München: Beck, 1974.

GEOFFREY OF MONMOUTH – *Historia Regum Britanniae. A Variant Version*. Edited Jacob Hammer. Cambridge (Mass.): Publications of The Mediaeval Academy of America, 1951.

LAGARES, Xoán Carlos – “*E por esto fez este cantar*”. *Sobre as rubricas explicativas dos cancioneros profanos galego-portugueses*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2000.

LANG, Henry R. – *Das Liederbuch des Königs Denis von Portugal*. Halle a.S.: Max Niemeyer Verlag, 1894.

MATTOSO, José (ed.) – *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro. Portugaliae Monumenta Historica*. Nova série. Lisboa: Academia das Ciências (Publicações do II Centenário), 1980.

MÉNARD, Philippe (dir.) – *Le Roman de Tristan en prose*. I. *Des Aventures de Lancelot à la fin de la «Folie Tristan»*. Genève: Droz, 1987.

MÉNARD, Philippe (dir.) – *Le Roman de Tristan en prose (version du manuscrit fr. 757 de la Bibliothèque nationale de Paris)*. Tome I. Éd. De Joël Blanchard; Michel Quereuil. Paris: Honoré Champion Éditeur, 1997.

PAREDES, Juan – *El cancionero profano de Alfonso X EL Sabio: edición crítica, con introducción, notas y glosario*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 2010.

SÁNCHEZ-PRIETO BORJA, Pedro (ed.) – *Alfonso X, General estoria. Primera parte, vol. I*. Madrid: Biblioteca Castro, 2001.

STUDER, Paul; EVANS, Joan (eds.) – *Anglo-Norman lapidaries*. Paris: Librairie ancienne Edouard Champion, 1924.

Studi

ALVAR, Carlos – “Apostillas cancioneriles. De Vidal de Elvas a Álvarez de Villasandino”. In BOTTA, Patrizia; PÉREZ PASCUAL, José Ignacio; PARRILLA GARCÍA, Carmen (eds.) – *Canzonieri iberici*. Noia (A Coruña): Toxosoutos, 2001, vol. I, pp. 59-75.

ARBOR ALDEA, Mariña – “*Lais de Bretanha galego-portugueses e tradición manuscrita*”. In ILIESCU, Maria; DANLER, Paul; SILLER-RUNGGALDIER, Heidi (eds.) – *Actes du XXVe Congrès international de linguistique et de philologie romanes*. Berlin: De Gruyter, 2010, vol. VI, pp. 11-20.

CASTRO, Ivo – “*Matéria de Bretanha*”. In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (coord.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, pp. 445-450.

CATALÁN MENÉNDEZ PIDAL, Diego – *De Alfonso X al Conde de Barcelos. Cuatro estudios sobre el nacimiento de la historiografía romance en Castilla y Portugal*. Madrid: Editorial Gredos, 1962.

EVANS, Joan – *Magical Jewels of the Middle Ages and the Renaissance particularly in*

England. Oxford: Clarendon Press, 1922.

FERRARI, Anna – "Lai". In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (coord.). – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, pp. 374-378.

FERRARI, Anna – "Perché non possiamo non dirci eterotopici ed eteronomici". In ARBOR ALDEA, Mariña; FERNÁNDEZ GUIADANES, Antonio (eds.) – *Estudos de edición crítica e lírica galego-portuguesa*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 2010, pp. 103-114.

FERRARI, Anna – "Linguaggi lirici in contatto: *trobadors* e *trobadores*". In FERRARI, Anna – *Trobadors e trobadores*. Modena: Mucchi Editore, 2014, pp. 31-60 [in precedenza pubblicato in *Boletim de Filologia* 29 (1984), pp. 35-58 = *Homenagem a Manuel Rodrigues Lapa*, vol. II].

GONÇALVES, Elsa – "Tradição manuscrita da poesia lírica". In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (coord.). – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, 1993, pp. 627-632.

GONÇALVES, Elsa – "Sobre a tradição manuscrita da lírica galego-portuguesa: conjecturas e contrariedades". *eHumanista* 8 (2007), pp. 1-27 [ora riedito in GONÇALVES, Elsa – *De Roma ata Lixboa. Estudos sobre os Cancioneiros galego-portugueses*. A Coruña, Real Academia Galega, 2016, pp. 501-533].

GUTIÉRREZ GARCÍA, Santiago – "*O Marot aja mal-grado: lais de Bretanha, ciclos en prosa e recepción da materia de Bretaña na Península Ibérica*". *Boletín Galego de Literatura* 25 (2011), pp. 35-49.

GUTIÉRREZ GARCÍA, Santiago – "El proceso compositivo de los ciclos en prosa artúricos a la luz de las teorías sobre la *inventio* (reconsiderando la *Post-Vulgata*)". *Cultura Neolatina* 79 (2019), pp. 137-167.

LORENZO GRADÍN, Pilar – "Colocci, los Lais de Bretanha y las rúbricas explicativas en B y V". In BOLOGNA, Corrado; BERNARDI, Marco (ed.) – *Angelo Colocci e gli studi romanzi*. Città del Vaticano: Biblioteca Apostolica Vaticana, 2008, pp. 404-429.

LORENZO GRADÍN, Pilar – "Los *Lais de Bretanha*: de la compilación en prosa al cancionero". *e-Spania* [on line] 16 (2013), §§15 [consultato il 10 agosto 2022]. Disponibile in <https://journals.openedition.org/e-spania/22767#ftn10>.

LORENZO GRADÍN, Pilar – "Les clairs-obscurs des lais galégo-portuguais. Circulation et réemploi des romans arthuriens". *Cahiers de Civilizations Médiévale* 59 (2016), pp. 159-176.

LORENZO GRADÍN, Pilar; DÍAZ MARTÍNEZ, Eva M. – "El fragmento gallego del *Livro de Tristán*: nuevas aportaciones sobre la *collatio*". *Romania* 122 (2004), pp. 371-396.

LØSETH, Eilert – *Le Roman en prose de Tristan, le Roman de Palamède et la compilation de Rusticien de Pise. Analyse critique d'après les manuscrits de Paris*. Paris: Bouillon, 1891.

MARCENARO, Simone – "Il presunto *Livro das cantigas* di Don Pedro de Portugal, Conde de Barcelos". In FIDALGO FRANCISCO, Elvira; CORRAL DÍAZ, Esther; LORENZO GRADÍN, Pilar (eds.) – *Cantares de amigos. Estudos en homenaxe a Mercedes Brea*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Servizo de Publicacións e Intercambio Científico, 2016, pp. 575-583.

MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – "Lais de Bretanha". *Revista Lusitana* 6 (1900-1901), pp. 1-43.

MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Carolina – *Cancioneiro da Ajuda*. Vol. I-II. Halle a. Saare: Max Nimeyer, 1904.

MICHON, Patricia – "Le *Tristan en prose* galaico-portugais". *Romania* 112 (1991), pp. 259-268.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – "Do *Liber regum* ao *Livro velho de linhagens*". In BAUTISTA PÉREZ, Francisco; GAMBA CORRADINE, Jimena (eds.) – *Estudios sobre la Edad Media, el Renacimiento y la temprana Modernidad*. San Millán de la Cogolla: Cilengua. Centro Internacional de Investigación de la Lengua Española, 2010, pp. 301-310.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – "Em torno do *Libro de linhagens* de Pedro de Barcelos (II). Do *livro* às reformulações: hipóteses e argumentos". In LACARRA, María Jesús *et alii* (eds.) – *Literatura medieval hispánica. Libros, lecturas y reescrituras*. San Millán de la Cogolla: Cilengua. Centro Internacional de Investigación de la Lengua Española, 2019, pp. 781-798.

OLIVEIRA, António Resende de – *Depois do espectáculo trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.

RAMOS, Maria Ana – "Bailar e dançar na poesia galego-portuguesa". In CARTA, Costance; FINCI, Sarah; MANCHEVA, Dora (eds.) – *Enseñar deleitando / Plaire et instruire*. Bern: Peter Lang, 2016, pp. 179-205.

RAMOS, Maria Ana – "De um antigo canto em francês a textos tardios em galego-português. Os *Lais*". In LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro – *Do Canto à Escrita. Novas questões em torno da Lírica Galego-Portuguesa nos cem anos do Pergaminho Vindel*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro e Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2016, pp. 59-92.

SHARRER, Harvey L. – "The Acclimatization of the Lancelot-Grail Cycle in Spain and Portugal". In KIBLER, William W. (coord.) – *The Lancelot-Graal Cycle: Text and Transformations*. Austin: University of Texas Press, 1994, pp. 175-190.

SORIANO ROBLES, Lurdes – “La edición del fragmento gallegoportugués del *Livro de Tristan*”. In PARRILLA, Carmen (ed.) – *Actas del Congreso de jóvenes filólogos. Edición y anotación de textos*. A Coruña: Universidade da Coruña, 1998, vol. II, pp. 667-676.

SOUTO CABO, José Antonio – *Os cavaleiros que fizeram as cantigas. Aproximação às origens socioculturais da lírica galego-portuguesa*. Nitéroi/Rio de Janeiro: Universidade Fluminense, 2012.

STEGAGNO PICCHIO, Luciana – “Le poesie d’amore di Vidal, giudeo di Elvas”. *Cultura Neolatina* 22 (1962), pp. 157-168 [poi ripubblicato in traduzione portoghese in STEGAGNO PICCHIO, Luciana – *La méthode philologique. Écrits sur la littérature portugaise*. I. *La Poésie*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian / Centro Cultural Português, 1982, vol. I, pp. 63-90].

TAVANI, Giuseppe – *Poesia del Duecento nella Penisola iberica. Problemi della lirica galego-portoghese*. Roma: Edizioni dell’Ateneo, 1969.

TAVANI, Giuseppe – “Eterotopie de eteronomie nella lettura dei canzonieri galego-portoghesei”. *Estudis Romànics* 22 (2000), 139-153 [poi riedito in TAVANI, Giuseppe – *Tra Galizia e Provenza. Saggi sulla poesia medievale galego-portoghese*. Roma: Carocci, 2002, pp. 13-28].

VIEIRA, Yara Frateschi – “Os lais de Bretanha. Voltando à questão da autoria”. In MONGELLI, Lênia Marcia de Medeiros; FRANCO, Hilário (coord.)- *E fizeram taes maravilhas...: histórias de cavaleiros e cavalarias*. Granja Viana - Cotia (São Paulo): Ateliê Editorial, 2012, pp. 665-668.

VIEIRA, Yara Frateschi – “Tornada en linguagen palabra per palabra”. In ÁLVAREZ BLANCO, Rosario; MARTINS, Ana Maria; MONTEAGUDO, Henrique; RAMOS, Maria Ana (eds.) – *Ao sabor do texto. Estudos dedicados a Ivo Castro*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega / Servizo de Publicacións e Intercambio Científico da Universidade de Santiago de Compostela, 2013, pp. 545-560.

VIEIRA, Yara Frateschi – “Os *Lais de Bretanha* e a questão das *bailadas*”. In LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro – *Do Canto à Escrita. Novas questões em torno da Lírica Galego-Portuguesa nos cem anos do Pergaminho Vindel*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais / Centro e Estudos de Sociologia e Estética Musical, 2016, pp. 43-58.

VIEIRA, Yara Frateschi – “Um caso de absorção linguística, literária e social no Corpus lírico galego-português: as cantigas de Vidal, Judeu d’ Elvas”. In NEGRO ROMERO, Marta, ÁLVAREZ BLANCO, Rosario; MOSCOSO MATO, Eduardo (eds.) – *Gallæcia. Estudos de lingüística portuguesa e galega*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2017, pp. 1061-1079.

VIEIRA, Yara Frateschi – “As cantigas de Vidal, Judeu d’Elvas, a uma judia: relações amorosas interculturais na Península Ibérica medieval”. *Summa* 17 (2021), pp. 30-41.

VIEIRA, Yara Frateschi – “Singularidades na preservação do corpus trovadoresco. As cantigas de Vidal, Judeu d’Elvas. In GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Déborah (ed.) – *Verdades duplas. A verdade do texto e a verdade material. Cancioneiros e fragmentos galego-portugueses*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia (= *ArGaMed*, 5), 2022, pp. 161-184.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BARBERINI, Fabio – “Este *Lais* posemos acá” ... Sì, ma dove?”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 155-187. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Babuinare: o macaco nos marginalia do século XIV em Portugal

Babuinare: apes in 14th century portuguese marginalia

Joana Antunes

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, CEAACP, CHSC
3030 Coimbra; Portugal

joana.antunes@uc.pt

<https://orcid.org/0000-0001-8679-9009>

Data recepção do artigo / Received for publication: 19 de Junho de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7741>

RESUMO

Conhecidas pela sua prolixidade e heterodoxia, as margens da arte medieval oferecem-nos, também em Portugal, um vastíssimo elenco de figuras, temas e estratégias de representação que importa interrogar e conhecer. Criadas para preencher vazios, para dinamizar superfícies e relações espaciais, para comentar e ampliar os efeitos previstos para o centro, foram também investidas de funções lúdicas, profiláticas e apotropaicas, tão importantes na cultura medieval mas ainda tão pouco estudadas (e tão difíceis de estudar) entre nós.

Entre os diversos protagonistas destas margens da arte medieval, destaca-se, sobretudo a partir do final do século XIII, a figura do macaco, símile e extensão satírica e moralizadora do comportamento humano e, portanto, actor principal de um mundo às avessas que encontra nas margens o seu lugar natural. Atestando a naturalidade desta mesma relação, a primeira designação medieval para uma boa parte da figuração que hoje designamos por *marginalia* provém do termo babuíno, convocando a generalidade das espécies e comportamentos símios então conhecidos. Partindo desta afinidade, procuraremos identificar e, sempre que possível, interpretar algumas das mais significativas representações de macacos nos *marginalia* medievais em Portugal ao longo do século XIV, das quais se destacam dois estudos de caso inéditos.

Palavras-chave: iconografia, *marginalia*, Portugal, macaco, século XIV

ABSTRACT

Commonly known for their prolix and heterodox nature, the margins of medieval art present us with a vast array of figures, themes, and representational strategies that deserve to be questioned and learned about. Created to fill voids, to dynamise surfaces and spatial relations, to comment on and amplify the effects anticipated for the centre, they were also invested with playful, prophylactic, and apotropaic functions, so important in medieval culture but still so little studied (and so difficult to study) in Portugal.

Among the various protagonists of these margins of medieval art, and particularly from the 13th century on, apes stand out as a satirical and moralising simile of mankind, and, therefore, as the main actors of a topsy-turvy world that finds their natural place in the margins. Attesting to this close relationship, the first known medieval designation for what we now call *marginalia*, comes from the term babewyn, or baboon, summoning the generality of the simian species and behaviours then known.

Based on this affinity, we will seek to identify and, whenever possible, interpret some of the most significant representations of monkeys in medieval *marginalia* in Portugal during the 14th century, of which two unpublished case studies stand out.

Keywords: iconography, *marginalia*, Portugal, apes, 14th century

Nota: Por opção da autora, este artigo não segue o acordo ortográfico da língua portuguesa (1990).



Introdução

Nas margens da arte medieval, sobretudo na sempre elástica planura que rodeia a palavra escrita nos manuscritos iluminados, os macacos são uma presença constante e indispensável, ainda que nem sempre epistemologicamente pacífica¹. Frequentemente tidos como espelho do comportamento pecaminoso do homem pós-edênico, pela sua semelhança e por uma aptidão comum para a luxúria, para a gula e para uma cobiça por vezes confundida com excesso de curiosidade, os macacos marginais serão, acima de tudo, reflexos híbridos da sua própria natureza e da natureza humana em todos os seus aspectos, positivos e negativos.

A abundante presença do macaco na arte e literatura medievais inscreve-se num *continuum* que a própria historiografia ilustra, uma vez que um dos primeiros estudos iconográficos dedicados a este animal, *The Ape in Antiquity* de William C. McDermott (1938)², lida com a sua presença “in art, as a pet, as a source of humour, and as an evil beast”³ no Mediterrâneo da Antiguidade. Depois deste, o estudo seminal de H. W. Janson, *Apes and Ape Lore in the Middle Ages and Renaissance* (1952)⁴ virá transportar o macaco para o restante espaço europeu e para os séculos que deram continuidade - cronológica mas também artística, cultural e até ideológica -, ao legado clássico, mantendo-se até hoje uma referência incontornável para os muitos trabalhos que, alicerçados no interesse pelos *marginalia*⁵ e pelas

¹ Embora o mundo medieval tenha conhecido muitos tipos de símios, utilizaremos o termo genérico macaco para identificar os espécimes sem causa que, mais frequentemente, surgem na arte das épocas medieval e moderna, especificando a sua espécie apenas quando absolutamente necessário (e possível). Ainda assim, cremos que é seguro afirmar que a grande maioria dos símios representados correspondem ao Macaco-de-Gibraltar (*Macaca sylvanus*), a espécie de macaco do velho mundo mais comum no sul da Europa e no Norte de África.

² MCDERMOTT, William Coffman – *The Ape in Antiquity*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1938.

³ MONTAGU, M. F. Ashley – “Knowledge of the Ape in Antiquity”. *Isis* 32 / 1 (1940), p. 87.

⁴ JANSON, Horst W. – *Apes and Ape Lore: In the Middle Ages and the Renaissance*. London: Warburg Institute, 1952.

⁵ Para discussão do termo e respectiva formulação em português, ver: ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem na Arte em Portugal (sécs. XIV-XVI)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016. Dissertação de Doutoramento, pp. 87-106.

imagens marginais, se têm visto na necessidade de rever, de forma mais ou menos tangencial, o papel deste protagonismo simiesco⁶.

“Babuinar” as margens: entre macacos (e) grotescos

A associação deste mesmo protagonismo ao espaço físico e epistemológico da margem, do interstício, do fundo sobre o qual se destaca, organizada, a figura, fica, desde logo, explícita no termo *babuinare*, a primeira designação efectivamente medieval que conhecemos para aquilo que viríamos a apelidar, sucessivamente, de *arabesque*, *drôlerie*, *plaisanterie* e, finalmente, *marginalia* ⁷.

O termo *babuinare* é documentado pela primeira vez no século XIII quando o jurista bolonhês Odofredo descreve a história, supostamente contada na primeira pessoa, de um pai amargurado que mandara o seu jovem filho de Bolonha para a Universidade de Paris com o estipêndio anual de 100 liras, para prover aos seus estudos e manter-se numa cidade estranha, mas que viera a saber que este havia gasto tudo em calçado, novo a cada sábado, e a mandar adornar e pintar os seus livros escolares: “fecit libros suos babuinare de literis aureis”⁸. Texto exemplar, certamente dirigido a um jovem de quem se esperava que fosse capaz de aprender com os erros de outrem, fala-nos de uma tradição pictórica que ultrapassa o brilho reluzente das letras douradas. De facto, Girolamo Tiraboschi, que cita precisamente este excerto em 1795, elucida o leitor quanto à real significação do termo: “La voce babuinare coniaata dal nostro Odofredo, indica, come ognuno vede, quelle strane figure, di cui si veggon talvolta fregiati gli antichi Codici; ed è tratta dalla volgar voce Babbuini.”⁹

⁶ Citando apenas algumas das obras que abordam directa ou indirectamente o tema: CAMILLE, Michael – “Play, Piety and Perversity in Medieval Marginal Manuscript Illumination”. In KRÖLL, Katrin, STEGER, Hugo (eds.) – *Mein ganzer Körper ist Gesicht: Grotteske Darstellungen in der europäischen Kunst und Literatur des Mittelalters*. Freiburg: Rombach, 1994, pp. 171-192; MIDGLEY, Kelly – “Salacious and Sinful Simians in The Macclesfield Psalter: An Iconographic Study”. *Limina: a Journal of Historical and Cultural Studies* 20 / 3 (2015), pp. 1-16; VADILLO, Mónica Walker – “Apes in Medieval Art”. *Medieval Animal Data-Network* [Em linha] (2013) [Consultado a 11 Junho 2023]. Disponível em <http://mad.hypotheses.org/172>.

⁷ Para uma reflexão sobre a historiografia do conceito de *marginalia* e a discussão da terminologia associada, ver: ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem na Arte em Portugal*, pp. 31-106.

⁸ TIRABOSCHI, Girolamo – *Storia della Letteratura Italiana*. Vol. IV. Venezia: s.n., 1795, p. 78.

⁹ TIRABOSCHI, Girolamo – *Storia della Letteratura Italiana*, p. 78.

Não obstante a data recuada em que o faz, a leitura de Tiraboschi não é simplesmente intuitiva e muito menos infundada. Em Itália, o termo *babuino* era, desde há muito, associado tanto ao animal que a partir dele se identifica, como a figuras comicamente grotescas, acontecendo exactamente o mesmo em muitas outras línguas e dialectos. E, de facto, se Du Cange (1678) define *baboynus*, ou *babuynus* como “Simia epecies, idem atque Babewynus, Ital. Babuino, nostris Babouin”¹⁰, no início do século XX, Lazare Sainéan regista numerosos exemplos da utilização histórica, de longuíssima espessura cronológica, de termos relacionados com diversos tipos de símios e a partir de várias línguas e dialectos do ocidente europeu - *babouin, marmoset, moucaco, mouno, mono, bogio*¹¹ - como equivalentes de figura ridícula, cómica, grotesca ou assustadora, mas também associados a bizarro, excêntrico, ébrio, feio, lascivo, rabugento, velhaco. Da mesma forma, *babouinerie, singerie, moneria, bugiaria, mogiganga*, remetem invariavelmente para situações, ora espontâneas, ora festivas e premeditadas, de excessiva gesticulação, caretas, palhaçada e mascarada¹².

E, de facto, a ambivalência enunciada por Tiraboschi encontra exemplos vários nas próprias fontes medievais, sobretudo a partir do século XIV. No *De rebus gestis*, de Galvano Fiamma, o termo *baboynos* identifica um dos tipos de símios representados na *ménagerie* do palácio de Azzone Visconti: “Habet etiam in diversis caveis diversa genera animalium, scilicet leonem, ursos, symias, baboynos et multa talia”¹³. Já fora de Itália, surgem exemplos que dão conta da sua equivalência ao qualificativo

¹⁰ “Baboynus”. In DU CANGE, et al. – *Glossarium mediae et infimae latinitatis [Em linha]*. éd. augm. Niort : L. Favre, 1883-1887 [consultado a 10 Junho 2023]. Disponível em <http://ducange.enc.sorbonne.fr/BABOYNUS>.

¹¹ Hoje utilizado para designar um género de macaco específico (*Alouatta*, ou macaco-uvador), o termo *bugio*, ou *bogio*, correspondeu, nas épocas medieval e moderna, à actual designação genérica de *macaco*.

¹² SAINÉAN, Lazare – *La Création Métaphorique en Français et en Roman*. Halle: Verlag von Max Niemeyer, 1905, pp. 88-96.

¹³ FIAMMA, Galvano – *De rebus gestis ab Azzone, Luchino et Johanne Vicecomitibus ab anno MCCCXVIII usque annum MCCCXLII*. Ed. C. Castiglioni. Rerum Italicarum Scriptores. Series II, Tomo XII, 4. Bologna: Nicola Zanichelli, 1938, pp. 16-17. Para uma análise contextualizada sobre esta obra de Fiamma em particular, ver: BOUCHERON, Patrick – *Le pouvoir de bâtir. Urbanisme et politique édilitaire à Milan (XIVe-XVe siècles)*. Roma: École Française de Rome, 1998, pp. 108-121.

pejorativo de feio, ou grotesco, como sucede na crónica *Branche des Royaux lignages* criada por Guillaume Guiart para Philippe le Bel (c. 1306), quando diz “Li quens de Flandres Baudouin / Ne semble mie Babouin, / Ne becjaune, ne fous naïs, / Au départir de Son país”¹⁴.

No poema *Cleanness*, atribuído ao anónimo autor de *Pearl* e *Sir Gawain and the Green Knight* (séc. XIV), descreve-se o sumptuoso banquete oferecido por Belshazzar, do qual constam carnes assadas servidas em grandes salvas de prata decoradas com pequenos edifícios feitos de papel recortado com apontamentos dourados e figuras grotescas (*baboynes*) em cima, animais em baixo e, no meio, aves esvoaçando por entre folhagem¹⁵, tudo ricamente pintado (*enaumayld*, ou esmaltado) de *azure* e indigo.¹⁶

Também Geoffrey Chaucer, em *The House of Fame*, nos oferece uma outra descrição efrástica, desta feita de um extraordinário edifício feito de vidro e decorado com “many subtil compassinges,/ Babewinnes and pinacles, / Imageries and tabernacles”¹⁷. John Lydgate, ao descrever a Nova Tróia (*The Book of Troy* c. 1412-1420), dota os muros da cidade de quimeras tremendas e as casas de gárgulas. Descrevendo as casas dessa cidade ideal, perfeitas como palácios, fala-nos de

¹⁴ DE LA HALLE, Adam; GUIART, Guillaume – *Branche des royaux lignages: chronique métrique de Guillaume Guiart*. Ed. BOUCHON, J. Paris: Verdière, 1828, pp. 124-125.

¹⁵ Semelhantes dispositivos de decoração de mesa são descritos, por exemplo, no capítulo “Entrmetz de Paintrierie” do Viandier de Taillevent. Cf. TIREL, Guillaume – *Le viandier de Guillaume Tirel, dit Taillevent*. Ed. Jérôme Pichon et Georges Vicaire. Paris: Techner, 1892, pp. 271-176. A atribuição a Guillaume Tirel foi entretanto contestada. De resto, a edição citada corresponde ao manuscrito conservado na Biblioteca Apostolica Vaticana (Reg. lat. 776), datado do século XV, mas conservam-se ainda outros manuscritos, datando o mais antigo do final do século XIII, ou início do século XIV. Cf. LAURIOUX, Bruno – *Le Règne de Taillevent. Livres et pratiques culinaires à la fin du Moyen Âge*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1997, pp. 53-85.

¹⁶ “Lyfte logges þerouer & on lofte coruen,/Pared out of paper & poynted of golde,/Broþe baboynes abof, besttes anvnder,/Foles in foler flakerande bitwene,/ & al in asure & ynde enaumayld ryche” *Cleanness*. Ed. Richard Morris. In *Early English Alliterative Poems in the West-Midland Dialect of the Fourteenth Century*. London: Trübner & Co., 1864, p. 77; KNOX, Philip – *The Romance of the Rose in Fourteenth-Century England*. Oxford: University of Oxford, 2015. Dissertação de Doutoramento, pp. 167-168.

¹⁷ CHAUCER, Geoffrey – *The House of Fame*. Ed. Walter Skeat. *The Complete Works of Geoffrey Chaucer*. London: Oxford University Press, 1937, p. 338.

abóbadas cheias de *babewynes*¹⁸, termo que continuará a surgir nas fontes inglesas medievais. De facto, no mesmo século XV, o *Proptorium Parvulorum* indica: “Babewyn, or babewen (babwyn, or babwen, P.) Detippus, C. F., ipos, figmentum, chimera”¹⁹, reforçando o sentido fantasista que, sem dúvida, se reflecte nos *marginalia* medievais.

Para Espanha, e segundo a recolha de Daniel Rico Camps, no século XV as figuras híbridas acrescentadas às obras de arte e arquitectura são designadas sob o termo *bestión* ou *bestió* (nas fontes catalãs), ficando claro que estes equivalem aos *babewynes* ingleses: “bestió o babuy de talla... bestions o bobaines”²⁰. Já em Portugal, *bastiões* ou *bastiães* é o termo que mais de perto parece acompanhar este legado medieval, aplicando-se a um tipo de labor que a historiografia ainda só conseguiu documentar de forma efectiva para a arte dos metais²¹.

Babuinar livros, edifícios, peças de mobiliário, de ourivesaria ou de torêutica, têxteis ou couros, entre tantos outros suportes, corresponde, então, a uma escolha artística que, algures entre o impulso decorativo patente no livro de um estudante universitário e o sentido programático subjacente ao complemento pictórico ou escultórico de uma abóbada, ou à decoração de uma salva de prata, terá resultado naquilo que hoje designamos como *marginalia*. Um de muitos nomes possíveis, à época e em qualquer época, por certo, não deixa de nos confrontar com o sugestivo protagonismo dos símios no imaginário e na arte medievais.

¹⁸ “the vovsyng ful of babewynes”. LYDGATE, John – *Troy Book*. Ed. Henry Bergen. *Lydgate’s Troy Book*. I. London: Trübner & Co., 1906, p. 164.

¹⁹ “Babewyn” – *Promptorium Parvulorum sive Clericorum*. Ed. Albert Way. London: Camden Society, 1838, p. 20.

²⁰ CAMPS, Daniel Rico – “Ridiculous Voices in Medieval Art”. In BONET, Francesca (ed.) - *Repensar el sombrío Medioevo*. Kassel: Reichenberger, 2014, p.30.

²¹ “Bastioens, ou Bastiaens. Certo labor antigo de figuras de metal levantadas. Dizem, que se lhe deu este nome em razão de tres irmãos Ourives, & excellentes artifices, que se chamavão, *Bastioens*. Prata de obra de bastioens. *Argentea vasa imaginibus ex toto prominentibus exjculpta, orum. Neut. Plur.*, Baixela de prata, lavrada de *Bastioens*, obra de relevo de muito feitio. Gouvea, Relação das guerras de Persia, pag. 176. vers. Hum Gomil grande, lavrado de *Bastiaens*. Chron. de Coneg. Regr. livro 7. fol. 91” BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez & Latino*. Vol. 2. Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1728, p. 65.

***Singeries* trecentistas: um século a bugiar**

No século de (quase) todas as crises, (quase) não surpreende que o monstruoso, o híbrido e o metamórfico tenham aberto caminho pelas margens dos mais variados objectos artísticos, nelas encontrando o seu lugar natural. A par deles, o cómico e o grotesco que a representação do macaco transporta e potencia, como acabámos de ver, instalam-se no gosto e nos hábitos de consumo das elites do tempo.

Apesar do geral desconhecimento da natureza e composição efectiva das *ménageries* reais portuguesas na época medieval, ou até mesmo de provas substanciais da presença de macacos em Portugal antes do final do século XV²² (por mais previsível que seja), as primeiras representações inequívocas de macacos na arte medieval portuguesa surgem bastante mais cedo, sempre remetidas a espaços marginais ou secundários de decoração e representação.

Num dos fólios de um saltério português, proveniente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e datado ainda da segunda metade do século XIII²³, surgem dois macacos, simetricamente colocados de cada lado do número do caderno, funcionando como um dispositivo decorativo que, contudo, já retrata estes animais como ávidos consumidores de comida e bebida, uma vez que cada um segura um jarro numa das mãos e uma peça de fruta na outra. Apesar da economia e estilização do desenho, a caracterização física é suficientemente cuidada para que possamos aproximá-los

²² A própria actualização das espécies encontradas em novos territórios conhecidos, como o Brasil, através de ilustrações científicas e outros meios artísticos foi geralmente lenta, atravessando todo o século XVI. Exemplo disso mesmo é o facto de muitos mapas e ilustrações naturalistas insistirem demoradamente na representação das várias espécies de macacos brasileiros (das várias espécies de *Papio*) como babuínos e macacos-de-gibraltar (*macaca sylvanus*). Cf. TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson – “O Tráfico de Primatas Brasileiros nos Séculos XVI e XVII”. In PESSÔA, Leila M.; TAVARES, William C.; SICILIANO, Salvatore (eds.) – *Mamíferos de Restingas e Manguezais do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Mastozoologia e Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, pp. 11-12. Ver, ainda, a propósito das *ménageries* medievais e do papel de Portugal como fornecedor de símios, LOISEL, Gustave – *Ménageries, de l'Antiquité à nos Jours*. Paris: Octave Doin & Henri Laurens, 1912, pp. 215-216; BRAGA, Isabel Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015, p. 343.

²³ Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, MS Santa Cruz 24, fol. 11r. Cf. NASCIMENTO, Aires Augusto; MEIRINHOS, José Francisco (coords.) – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997, pp. 144-147.

dos numerosos macacos-de-gibraltar (*Macaca sylvanus*) que povoam as margens dos manuscritos iluminados dos séculos XIII e XIV.

Algumas das características atribuídas aos macacos ao longo deste período, inspiradas no seu comportamento real, tanto quanto (se não mais) nas fontes escritas de carácter moralizador, encontram eco num saltério trecentista (c. 1300-1325), de pequenas dimensões, que se conserva hoje na Biblioteca Pública Municipal do Porto (Ms. 623)²⁴. Gravitando em torno da caixa de texto, a par de seres híbridos e compósitos (*grylli*, grotescos, híbridos teriomórficos), figuras humanas e animais, o macaco está abundantemente representado em quase todas as suas possibilidades iconográficas. Nele encontramos, portanto, o macaco guloso e despudorado, que come avidamente um fruto que segura numa das mãos enquanto, com a outra, toca no próprio ânus (com representação anatomicamente explícita, fl. 108r), o macaco vaidoso a mirar-se ao espelho, com um pente na mão (fl. 53r) e o macaco imitador, que tenta calçar as botas do caçador que está naturalmente à espreita e o apanha (fl. 159v).

Se todas estas versões são simultaneamente comportamentais e morais, a última, em particular, entronca na tradição literária do bestiário, alimentada por fontes clássicas. De facto, segundo Plínio, seguido por autores medievais como Richard de Fournival, o caçador que se encontra no encalço de um macaco calça e descalça as botas, deixando uma delas no caminho e escondendo-se à espreita, pois sabe que o animal irá procurar calçá-la e que assim, entretido e incapaz de correr, será mais facilmente surpreendido (“et li singes chaucies ne puet en nul leu ne en arbre monter ne ramper si est pris”)²⁵. Sintéticos como são os *marginalia* deste manuscrito, a narrativa do bestiário aparece naturalmente comprimida na figura do macaco que se entretém a calçar uma bota azul. Encontramo-los depois em interacção com aves,

²⁴ Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 623. Trata-se de um Saltério, c. 1301-1325, com 206 fls. (17 l) em pergaminho e 123 x 83 cm. Cf. MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *A iluminura em Portugal. Identidade e Influências*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999, pp. 316-317; ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem na Arte em Portugal*, pp. 202-229.

²⁵ “Li singes chaucies” surge em várias cópias do *Bestiaire d’Amour* de Richard de Fournival. A passagem citada foi transcrita a partir de uma cópia ilustrada de c. 1290, proveniente do Norte de Itália e conservada em Nova Iorque, na Pierpont Morgan Library, MS M. 0459, fl. 5v.

animais com os quais os macacos têm uma relação frequentemente tumultuosa: num dos fólhos, um macaco ataca um mocho e noutro (fl. 184r) (fig. 1), monta uma armadilha para pequenas aves (fl. 181r)²⁶. Noutro, ainda, surge-nos como um digno e orgulhoso falcoeiro, figura cara ao iluminador das margens do Ms. 623.



Fig. 1. Saltério, c. 1300-1325, (França?), Biblioteca Pública Municipal do Porto, MS. 623, fl. 184r.

Juntando-se a este elenco, um outro símio surge como parte de uma evidente relação entre texto escrito e *marginalia* visuais, que pontualmente se detecta no Ms 623. Junto do verso salmístico “Intellexisti cogitationes meas de longe: semitam meam, et funiculum meum investigasti”, a palavra *investigasti* é explicitamente acompanhada pela imagem de um industrioso macaco que, tomando de empréstimo um dos mais conhecidos métodos de diagnóstico da medicina medieval, a uroscopia, ergue um frasco de urina em direcção ao texto, para o qual aponta com o dedo indicador, indiciando os resultados da sua investigação (fig. 2). Esta opção escatológica está, na realidade, em consonância com o papel desempenhado pelos macacos na margem deste e de outros manuscritos e suportes de imagem: conhecido pelo impulso de perscrutar tactivemente os orifícios do seu corpo (tal como surge no fólho 108r), o macaco é o especialista indicado para glosar

²⁶ Representação com paralelo próximo num manuscrito iluminado de Romances Arturianos, c. 1275-1300, França. New Haven, Beinecke Library, Beinecke MS 229, fl. 106v.

humoristicamente a expressão “*funiculum meum investigasti*”, servindo o termo *funiculum* como indicador do âmago profundo, umbilical do salmista que Deus passou a conhecer.



Fig. 2. Saltério, c. 1300-1325, (França?), Biblioteca Pública Municipal do Porto, MS. 623, fl. 172r (detalhe).

Em cronologia aproximada, reencontraremos o macaco entre a fauna fabulosa das gárgulas da fachada poente da Sé de Évora: segurando um fruto com uma das mãos e apontando para os olhos com a outra, parece querer alertar quem passa para a dimensão mais tangível dos sentidos. Comer com voracidade, e ver para logo imitar são, de facto, características frequentemente atribuídas aos macacos, animais sistematicamente associados aos excessos do corpo, dos seus desejos e dos seus impulsos mais básicos, como veremos adiante.

Também no conjunto escultórico do portal, atribuído a mestre Pero (c. 1330), o macaco tem uma das suas primeiras aparições plásticas (fig. 3), com um tratamento anatómico inequívoco²⁷. Inscrito numa das mísulas do apostolado, agacha-se sob os pés de um dos apóstolos (não identificado), segurando um fruto em cada mão e projectando os lábios (desgastados, mas fáceis de intuir), num gesto claramente sugestivo do som habitualmente produzido por estes animais. Mais do que um apontamento exótico - que não deixa de ser - este macaco, preso aos desejos

²⁷ Sobre o programa iconográfico deste portal, nomeadamente, a análise circunstanciada das suas mísulas, ver: ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem na Arte em Portugal*, pp. 183-200.

terrenos e aos impulsos do corpo, encarna os vícios sobre os quais se ergue o exemplo virtuoso do apóstolo.



Fig. 3. Mestre Pero (atr.), Apostolado do portal axial da Sé de Évora (detalhe de mísula), c. 1330, foto da autora.

Semelhante função parece cumprir, num contexto de leitura ainda mais desafiante, uma outra figura, muito semelhante a um símio, que acompanha uma das figuras híbridas que suportam a arca tumular de Inês de Castro (c. 1360-1362) (fig. 4). Apesar da degradação do suporte pétreo, que a descaracterizou um pouco, sobretudo ao nível da cabeça, o desenho geral aproxima-se da representação estilizada de um macaco ou, quando muito, de um demónio de traços simiescos. Na medida em que este parece debater-se violentamente com a figura de suporte - a única do conjunto explicitamente caracterizada como feminina -, torna-se tentador acompanhar Francisco Pato de Macedo e Maria José Goulão na sua identificação como o combate a um vício, porventura a luxúria²⁸, que mais importaria arredar da imagem póstuma da rainha em tempos fora (e para muitos continuaria a ser) *barregã* do rei²⁹. Específica e deliberada, esta opção não seria, contudo,

²⁸ MACEDO, Francisco Pato de; GOULÃO, Maria José – “Os Túmulos de D. Pedro e D. Inês”. In PEREIRA, Paulo (coord.) – *História da Arte Portuguesa*. Vol. III. O “Modo” Gótico (séculos XIII-XV). Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, pp.120-129, p. 124.

²⁹ 28 de Agosto de 1378, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, cód. CIX/2-2, nº9, Publicado em ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*. Coimbra: FLUC-Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1960, pp. 291-295; MOTA, António Brochado –

despropositada, quer a partir dos múltiplos sentidos simbólicos do macaco à época, quer à luz do entendimento do túmulo de D. Inês de Castro como peça fundamental de uma tentativa de “corrigir e rescrever a história”³⁰, que justificaria também a excepcionalidade dos seus suportes.



Fig. 4. Túmulo de D. Inês de Castro (detalhe de suporte), c. 1360-1362, Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça, foto da autora.

Excepcionais são, também, os macacos que surgem, no final do século XIV, no túmulo de D. Fernando e, já na transição para o século XV, na igreja do Mosteiro de Santa Maria da Vitória, aos quais daremos destaque por se tratarem de casos inéditos e de particular complexidade.

O macaco físico do túmulo de D. Fernando

Com raízes lançadas no entusiasmo sensível do século XIX, a identificação de um alquimista no túmulo de D. Fernando (fig. 5) encontrou, muito naturalmente, o seu caminho ao longo do século XX, não só porque o seu enunciado a fazia credível à luz da relação do homem medieval com a imagem, mas porque também a narrativa pessoal de D. Fernando autorizava e expandia, na sempre emocionante

Testamentos Régios - Primeira Dinastia (1109-1383). Lisboa: Faculdade de Letras, 2011, pp. 216-219. Dissertação de Mestrado.

³⁰ AFONSO, Luís Urbano – *O ser e o tempo. As idades do Homem no gótico português*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003, p. 65.

correspondência entre a arte e a vida, essa mesma interpretação. O enunciado, legado à posteridade por Joaquim Possidónio da Silva não podia, na verdade, ser mais apelativo: “um alchimista sentado em uma poltrona mirando um frasco, porém [...] prezo a uma corrente que do pescoço termina a um cêpo que se vê aos seus pés, afim de que os seus malefícios não possam ser nocivos aos homens.”³¹



Fig. 5. Túmulo de D. Fernando (detalhe escultórico), c. 1380s, proveniente do Convento de S. Francisco de Santarém, Museu Arqueológico do Carmo, foto da autora.

A esta descrição, dar-lhe-ia Manuel Joaquim Gandra o devido desenvolvimento, numa obra dedicada às infiltrações do hermetismo e das referências alquímicas no tecido artístico medieval e moderno e sintomática dessa abertura aos temas marginais e às linhas de investigação marginalizadas pela historiografia tradicional³². Abordado, finalmente, por Carla Varela Fernandes, que explorou as suas possíveis associações ao judeu e à sua negativização iconográfica³³, conheceu uma muito oportuna articulação com a hipótese lançada por Rita Costa Gomes, a

³¹ SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – “Cronica”. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* 2 / 6 (1875), p. 96. O excerto encontra-se igualmente citado em: FERNANDES, Carla Varela – *A Imagem de um Rei. Análise do Túmulo de D. Fernando I*. Lisboa: Museu Arqueológico do Carmo - Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2009, p. 120 (nota 92).

³² GANDRA, Manuel J. – *Filosofia Hermética. As Tentações de Bosch ou o Eterno Retorno*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1994, pp. 130-131.

³³ Cf. FERNANDES, Carla Varela – *A Imagem de um Rei*, pp. 73-80.

propósito da rápida e inesperada deterioração do estado de saúde de D. Fernando, que o conduziria até à morte, supondo que “O motivo esculpido no túmulo de D. Fernando poderia referir-se ao castigo do físico que, muito possivelmente, o envenenou. Ou que, tentando curar o rei poderia ter contribuído para a sua morte.”³⁴ Recuando um pouco em relação aos dados interpretativos e atendendo aos dados puramente formais - se quisermos, pré-iconográficos - a figura do alquimista, que se encontra bastante deteriorada ao nível do rosto, apresenta, contudo, pistas inequívocas para uma outra identificação, que se confirma pelo escrutínio de outras margens, nomeadamente as dos manuscritos iluminados: a do macaco físico.

Pela comparação directa com diversas representações deste motivo³⁵ (fig. 6), percebe-se que a protuberância dos traços faciais, mais não é do que o vestígio de uma face prognata, amputada pelas inclemências do tempo, e que a mão perdida estaria muito provavelmente erguida, apontando para o frasco ou indicando o acto de proferir o diagnóstico. A perna cruzada, gesto de autoridade tantas vezes associado a figuras de poder, como os próprios monarcas, sublinha a *auctoritas* doutoral e, com ela, o potencial paródico da figura.

³⁴ GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 164; Cf. FERNANDES, Carla Varela – *A Imagem de um Rei*, pp. 78-80.

³⁵ Por exemplo: Saltério-Horas, *Usos de St. Omer*, França, c1285. Cambrai, BM, 87; *Decretais de Smithfield*, França c1275-1325. Londres, British Library Royal 10 E IV, fl. 52r; *Saltério de Gorleston*, c. 1310-1324, Inglaterra. Londres, British Library, Add MS 49622, fl. 178r; *Saltério de Macclesfield*, c. 1330-1340, East Anglia, Cambridge, Fitzwilliam Museum, MS 1-2005, fl. 22r.



Fig. 6. Romances arturianos (detalhe), c. 1275-1300, General Collection, Beinecke Rare Book and Manuscript Library, © Yale University, Beinecke MS. 229, fl. 110v.

Tomando de empréstimo o comportamento, a gestualidade e os atributos do físico, ele mantém, contudo, os sinais evidentes da sua natureza, na nudez e na prisão, que caracteriza a sua relação quotidiana com o homem (seu dono, que procura limitar-lhe os movimento e impedi-lo de subir ou de fugir para onde não deve) e a sua condição alegórica, que remete para as prisões do mundo terreno e carnal, que bestializam o homem³⁶.

Parte de uma vastíssima família de símios que pululam pelas margens dos manuscritos dos séculos XIII e XIV³⁷, mas também em exemplares obras quatrocentistas (livros de horas e missais, sobretudo), este macaco inscreve-se também numa ampla categoria de animais médicos, sobretudo símios, eleitos para satirizar os profissionais da medicina de então. Quase sempre representados sentados sobre verdadeiras cátedras, que sublinham a sua superioridade (e poder) face ao paciente, estes macacos são por vezes representados totalmente nus, mas mais frequentemente envergam uma peça que se remete não ao exercício prático da medicina, mas ao estatuto e conforto económico que lhe correspondia. Capas, capuzes ou chapéus são, assim, as peças preferenciais, com estes últimos a aproximarem-se com alguma frequência, como Carla Varela Fernandes não deixaria

³⁶ Cf. BUQUET, Thierry – “Preventing ‘Monkey Business’. Fettered Apes in the Middle Ages”. In *Medieval Animal Data Network* [Em linha] (2013) [Consultado a 12 Junho 2023]. Disponível em <http://mad.hypotheses.org/37>

³⁷ Cf. JANSON, Horst W. - *Apes and Ape Lore*, pp. 163-199.

de notar a partir da escultura fernandina, do chapéu típico dos judeus, eles próprios particularmente hábeis no domínio das ciências médicas³⁸.

Segundo David Sprunger, as críticas aos médicos, à sua concupiscência e à sua ineficiência, tão antigas e frequentes como a própria prática da medicina, encontram no século XIV e, sobretudo, no protagonismo dos animais o meio ideal para a sua expressão, enquanto agentes da inversão que permitia à sociedade do seu tempo identificar, criticar, satirizar e, num recurso catártico, rir dos seus próprios males³⁹. Assim, o macaco substitui frequentemente o médico naquela que é a sua mais característica actividade e a sua verdadeira expressão icónica: a uroscopia, ou o diagnóstico do estado clínico de um paciente a partir da observação das propriedades (cor, transparência, cheiro ou sabor) da sua urina que, por vezes, chega mesmo a dispensar a presença física do diagnosticado⁴⁰. A importância e recorrência deste tipo de diagnóstico é tal, que a representação de qualquer figura a segurar e perscrutar cuidadosamente um frasco de urina, seja ela humana, animal ou híbrida, é imediatamente equiparada ao físico. Precisamente por causa da eficácia icónica deste atributo, e ao contrário do que afirma Sprunger, o macaco médico surge frequentemente sozinho, como se comprova pelo túmulo de D. Fernando, pelo MS 623 da Biblioteca Pública Municipal do Porto e por tantos outros exemplos avulsos fora de Portugal. É, contudo, habitual que surja acompanhado pelos seus pacientes que, levando a tensão da inversão ao paroxismo, são frequentemente aves (sobretudo pernaltas), as presas preferenciais dos macacos

³⁸ Cf. FERNANDES, Carla Varela – *A Imagem de um Rei*, pp. 75-77; SPRUNGER, David A. – “Parodic Animal Physicians from the Margins of Medieval Manuscripts”. In FLORES, Nona C. (ed.) – *Animals in the Middle Ages*. New York & London: Routledge, 1996, pp. 69-81, p. 72. José Mattoso faz alusão, a partir do *Penitencial* de Martin Pérez, à proibição estendida aos cristãos “de terem médicos judeus como criados”. MATTOSO, José – “O corpo, a saúde e a doença”. In MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. I. *A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 370.

³⁹ E recordemos, a par do *inversus mundi* frequente nas margens dos manuscritos deste período, o sucesso incontornável de narrativas como o Roman de Renart, ou o aparecimento do Roman de Fauvel, precisamente no século XIV. Cf. SPRUNGER, David A. – “Parodic Animal Physicians from the Margins of Medieval Manuscripts”, pp. 69-81.

⁴⁰ Cf. SPRUNGER, David A. – “Parodic Animal Physicians from the Margins”, p. 71.

nas suas travessuras e malfeitorias pelas margens (mesmo quando não são médicos)⁴¹.

A associação particular do macaco a este tipo de representação extrai-se da liminaridade física e comportamental do próprio animal: símile do homem, capaz de imitar mas não de compreender o que imita, ele é pura e simplesmente o veículo ideal para a crítica à oca performance do físico palavroso que, no fundo, não sabe o que faz. Tidos, mais ainda, como gananciosos, invejosos e dados aos prazeres do corpo (os macacos são também, como vimos já, símbolos de luxúria e de gula), eles contemplam a plena natureza do pior dos físicos, mais interessados na sua remuneração do que no bem físico do seu paciente, sempre mais lesto a socorrer o rico do que o pobre. Quase literalmente ilustrada, esta descrição encontra-se esculpida numa misericórdia da igreja inglesa de St. Mary at Beverley (East Yorkshire), datada de c. 1425-1450, em que um médico simiesco oferece os seus préstimos ao homem rico e mundano que lhe mostra uma moeda, voltando as costas ao homem pobre e bom cristão que não tem mais que lhe dar do que uma pequena pitaça.

De facto, a necessidade de uma tão dirigida crítica, encontrá-la-emos enunciada também na literatura e cultura oral, desde o rico Físico dos *Canterbury Tales* de Geoffrey Chaucer (c. 1345-1400), à *Nave dos Loucos* de Sebastian Brant (1494), até ao *Auto dos Físicos* de Gil Vicente (c. 1519-1524), passando pelos provérbios, de longa espessura temporal e frequentemente partilhados entre os vários espaços do território europeu⁴². Assim, criticam-se os médicos que acumulam dinheiro com o mal-estar dos outros, que nem sempre se preocupam, de facto, em resolver (“Quando o enfermo diz, ai, o Medico diz, dai.”); que ostentam essa riqueza com roupas exuberantes de ricos tecidos, chapéus e trajas académicos que em nada

⁴¹ Além dos manuscritos iluminados, cadeirais de coro e outros suportes habituais de *marginalia*, também os pequenos objectos portáteis e de adorno corporal incorporaram esta sátira aos físicos por via do macaco, como sucede, por exemplo, com as medalhas de peregrino. Cf. GIMBEL, Lena Mackenzie – *Bawdy badges and the Black Death: late medieval apotropaic devices against the spread of the plague*. Louisville: Faculty of the College of Arts and Sciences of the University of Louisville, 2012, p. 64-65. Dissertação de Mestrado.

⁴² Cf. SPRUNGER, David A. – “Parodic Animal Physicians from the Margins”, p. 70.

garantem que sabem o que fazer (“Médicos de Valença, grandes fraldas, pouca Sciencia”); que manipulam a vida das pessoas e, quando a prática é má, são piores do que a própria doença (“Os erros do Medico a terra os cobre”)⁴³. A súpula de todos eles reflecte bem a desconfiança e o desconforto sentidos perante a aleatoriedade dos diagnósticos e das prescrições, da charlatanice, e da fundamental falta de compaixão de muito dos médicos aos quais as pessoas se entregavam com insegurança. Tal como reflecte, no fundo, a inexorabilidade da morte e a sua inevitável vitória sobre os esforços - mesmo que competentes e bem-intencionados - de um médico. Na miniatura iluminada de livro de horas flamengo de c. 1300 (Fig. 7), representou-se a cena de passamento de um homem, cujo enterramento acontece no *bas-de-page*, devidamente assistido por um macaco curioso e por um físico que perscruta (ainda) o frasco de urina, proferindo um diagnóstico que de pouco vale, já, ao seu paciente.



Fig. 7. Livro de Horas, uso de Roma (detalhe), c. 1300, © Trinity College, Cambridge, MS.

B.11.22, fl.55v

A partir do macaco físico, não só dotado do imprescindível frasco da uroscopia, mas rodeado dos vasos de ervas, unguentos e demais compostos medicinais, estabelece-

⁴³ Todos os provérbios citados são retirados de: ROLLAND, Francisco – *Adagios, Proverbios, Rifãos e Anexins da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1780, p. 159.

se precisamente essa desconfiança, marcando parodicamente e comicamente a ideia do “médico como inimigo natural do paciente”⁴⁴. Esta comicidade não anula, contudo, a veemência ou a assertividade da crítica que, neste contexto, poderá até assumir o tom de lamento, tratando-se de um monumento funerário. No túmulo de D. Fernando tudo concorre, de resto, para o protagonismo desta figura entre a figuração marginal, desde o cuidado posto na sua execução escultórica, passando pelo cenário que lhe é preparado e o subtrai à abstracção de simples ornamento, até à sua intrínseca interpretabilidade ou legibilidade, que o destaca das restantes figuras, híbridas, impossíveis de classificar ou inscrever numa intencionalidade precisa.

E é, de resto, a intencionalidade que parece anunciar-se nesta escultura em particular, que nos leva ao encontro de teorias recentes em torno do provável envenenamento de D. Fernando ou, em todo o caso, da doença prolongada que terá debilitado progressiva mas fatalmente a sua saúde, conduzindo à sua morte prematura⁴⁵. Um ano antes do início desta sua deterioração, identificado com o ano de 1379⁴⁶, deixava D. Fernando lavrado, no seu primeiro testamento a consciência do impacto da doença e da dor sobre o discernimento e a própria consciência da natureza humana:

consyrando como a Infyrmidade do corpo faz abetar e escurecer o entendemento e a Razom que o homem há ca pela door que padece nom tan solamente as cousas tenporaes mayns si meesmo e a sua natureza faz esquecer⁴⁷

Quer se trate, portanto, do resultado de uma determinação explícita do monarca, da alusão às particulares circunstâncias dos seus últimos anos e do seu passamento por decisão de terceiros ou, ainda, a uma opção da responsabilidade do artista responsável pela execução do túmulo, apenas relacionável com a sua vocação

⁴⁴ Cf. SPRUNGER, David A. – “Parodic Animal Physicians from the Margins”, p. 75.

⁴⁵ GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, pp. 160-164; Cf. FERNANDES, Carla Varela – *A Imagem de um Rei*, pp. 78-80.

⁴⁶ GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*, p. 139.

⁴⁷ 28 de Agosto de 1378, Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, cód. CIX/2-2, nº9, Publicado em ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*, pp. 291-295; MOTA, António Brochado – *Testamentos Régios - Primeira Dinastia (1109-1383)*, pp. 216-219.

funerária por via do envolvimento das noções de saúde do corpo e da alma, o macaco físico, tão trágico quanto cómico, esclarece que a salvação não passa pelos médicos do mundo, acorrentados à sua própria (des)humanidade, ela própria espelho da fuga da razão humana que a dor impõe ao enfermo. E assim se esclarece, também, a flagrante centralidade desta imagem marginal no *unicum* que é o túmulo de D. Fernando.

Os macacos exibicionistas do Mosteiro da Batalha

Num dos capitéis da capela de Santa Bárbara, a primeira (cremos) a ter sido concluída na cabeceira da igreja monástica de Santa Maria da Vitória⁴⁸ e, portanto, cronologicamente situada no limiar entre os séculos XIV e XV, encontra-se, devidamente centralizada, a representação, da Anunciação do Anjo e a Encarnação do Verbo, patente na evidente gravidez de Maria. Qual margem ornamentada de um manuscrito iluminado, as extremidades do capitel vão fazer acompanhar a Anunciação de um músico, tocando um instrumento de cordas e de, nada menos do que, um macaco exibicionista⁴⁹, alçando uma das pernas e expondo os genitais e o ânus a quem quer que olhe na sua direcção. (Fig. 8) O facto de ser esta a figura mais interiorizada de todas, perfeitamente oculta do lado de fora da capela e apenas visível a partir do semicírculo absidal, reforça a manipulação dos olhares (e da eficácia das imagens) no interior dos vários espaços da igreja.

⁴⁸ Cf. ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem na Arte em Portugal*, pp. 535-538.

⁴⁹ A expressão corresponde ao adjectivo, entretanto substantivado, “exhibitionist” aplicado pela historiografia anglo-saxónica às figuras que, nos vários suportes e cronologias da arte medieval, são representadas expondo os genitais sendo a mais conhecida de todas a enigmática Sheela-na-gig. Cf. FREITAG, Barbara – *Sheela-na-gigs: Unravelling an Enigma*. London & New York: Routledge, 2004; WEIR, Anthony; JERRMAN, James – *Images of Lust. Sexual Carvings on Medieval Churches*. New York: Routledge, 1993.



Fig. 8. Capitel da Anunciação, capela de Santa Bárbara da igreja de Santa Maria da Vitória, Batalha, final séc. XIV-início séc. XV, foto da autora.

Procurar paralelos que permitam a sua contextualização desvia-nos, novamente, da rota da escultura para o universo dos códices iluminados, onde encontraremos, de facto, profusa documentação para a convivência pacífica entre a representação do sagrado, ao centro, e a natural profanidade convulsa e dissonante das margens. Episódios do ciclo mariano ou cristológico, temas hagiográficos e representações de cunho litúrgico, quase sempre vertidos em miniaturas ou iluminuras de plena página, convivem com as mais distractivas, inusitadas ou até escabrosas *singeries*: macacos que dançam, tocam instrumentos, colhem e comem frutos, cuidam de si e dos seus gatos (com virtuoso desvelo maternal); macacos que montam armadilhas às aves e saem em caçada, que lutam com humanos ou com outros animais; e, ainda, macacos que parodiam a missa, brincam com as alfaias litúrgicas e as sagradas partículas, tocam as suas partes íntimas sem pudor e, sempre sem ele, dão livre curso ao seu pantagruélico trânsito intestinal⁵⁰ (Fig. 9).

⁵⁰ Alguns exemplos: Livro de Horas, uso de Paris, França, c. 1450-1499, Nova Iorque, New York Public Library, Mss Col 2557; Livro de Horas (Peutinger), Viena ou Regensburg, c. 1450-1500, Estugarda, Württembergische Landesbibliothek©, Cod.brev.91, fl. 1r; Livro de Horas, uso de Roma, França, c. 1500-1550, Paris, Bibliothèque de l’Arsenal©, Ms-654 réserve, fl. 16r; Livro de Horas, uso de Paris, França, séc. XV, San Marino, California, The Huntington Library, HM1163, fl. 37r.



Fig. 9. Saltério, c. 1320-1330, Ghent, Bodleian Libraries, © University of Oxford, Bodleian Library MS Douce 6, fl. 96r.

Numa Igreja cujo programa iconográfico é fortemente marcado pela ideia do poder salvífico da palavra, apanágio dos predicadores dominicanos, a sugestão do som provindo das entranhas (ou “das badarrinhas”⁵¹) deste estranho macaco não deixa de funcionar como complemento sonoro e parodicamente musical, do instrumentista que acompanha também a Anunciação⁵². Entre o som bestial e corpóreo do macaco e o som musical e instrumentalmente mediado do tangedor estabelecem-se necessariamente discursos paralelos, marginais, mas também um circuito conjunto e indestrinçável de protecção e celebração do centro, que com eles se entrelaça também pelo som sussurrado do anúncio do Mensageiro e a Palavra encarnada, garante de salvação: “Verbum caro factum est” (João 1:14).

⁵¹ VICENTE, Gil – *Auto dos Físicos*. Ed. Centro de Estudos de Teatro. Teatro de Autores Portugueses do Séc. XVI - Base de dados textual [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2010. [Consultado a 06 Junho 2023]. Disponível em <http://www.cet-e-quinheiros.com/obras>.

⁵² Cf. ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem na Arte em Portugal*, pp. 575-648.

Aliada a este poder sugestivo, glosa visual das diversas declinações do sopro divino que concretiza a encarnação do Verbo, a presença deste macaco exibicionista e anal junto à Anunciação (quase que na Anunciação) deve, também, entender-se a partir da sua potencial função apotropaica, que vai além do simbolismo do animal, instrumentalizando-o (e à sua semelhança com o homem) com vista a desencadear uma acção, ou uma reacção. A pretendida eficácia da exposição das partes íntimas, crida pelos antigos romanos como indispensável para a neutralização do mau olhado e vertida em muitos episódios e designações que envolvem ou se destinam à exibição do rabo ao léu⁵³, parece nada menos do que razoável no cumprimento do propósito de afastar o mal do espaço onde se representa (já) a Encarnação e, inclusivamente, de proteger a Virgem, particularmente frágil porque já transformada em recipiente da vida do Filho de Deus, num tempo em que a vulnerabilidade da mulher grávida ao mau olhado era uma preocupação quotidiana. Esta é, de resto, uma preocupação que voltará a insinuar-se numa segunda representação batalhina da Anunciação, à entrada da Sala do Capítulo, ao fazer-se esculpir em torno do pescoço da Virgem amuletos que, entre os vários aspectos simbólicos que uma análise iconológica pode sempre congrega, têm atribuições claras de protecção e profilaxia⁵⁴.

Este seu papel hipoteticamente protector parece ver-se confirmado pela repetição do mesmo motivo por uma segunda vez (e em versão dupla) sobre o lacrimal de um dos contrafortes da fachada sul do mosteiro (Fig. 10). Aí, junto àquela que, durante algum tempo, terá sido a principal porta de acesso, no alto mas na imediata proximidade do portal (limes do transepto), encontramos um casal de macacos, com as bocas abertas num esgar aparentemente cómico, visível apesar da degradação

⁵³ Cf. ANTUNES, Joana – “Sem medo nem vergonha. Imagens insólitas à margem da escultura medieval”. *Kairós. Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património* 10 (2021), pp. 7-25.

⁵⁴ Cf. ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem*, pp. 728-736. Sobre o papel apotropaico e profilático da mão enquanto amuleto, ver, por exemplo: APOSTOLOS-CAPPADONA, Diane – “Discerning the Hand-of-Fatima: An Iconological Investigation of the Role of Gender in Religious Art”. In SONBOL, Amira El Azhary (Ed.) – *Beyond the Exotic: Women’s Histories in Islamic Societies*. New York: Syracuse University Press, 2005, pp. 347-61. p. 354; GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (Coord.) – *Os Signos do Quotidiano. Gestos, Marcas e Símbolos no Al-Ándalus*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola - CEACUP, 2011, pp. 28, 29, 48, 49.

naturalmente infligida pelos elementos e pelo tempo. Dolentemente reclinados sobre a superfície intersticial de um dos ressaltos do contraforte, expõem os genitais, claramente diferenciados no género, a um olhar que não parece ser necessariamente o do transeunte, dada a distância a que se encontram. Esculpidos *in extremis*, como as centenas de gárgulas que prestam guarda ao perímetro do mosteiro e lançam, pontualmente, avisos a quem passa e as consegue alcançar com o olhar⁵⁵, estes macacos serão definitivamente mais eficientes enquanto imagens-objecto, surpreendendo e divertindo quem os encontra e cumprindo uma função outrora importante, mas hoje difícil de verter num discurso que se pretende de limitada (e fundamentada) especulação: repelir o mal, os demónios, o temido mau olhado.



Fig. 10. Escultura de macacos sobre lacrimal de contraforte, fachada sul do mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha, final séc. XIV-início séc. XV, foto da autora.

Habituais agentes cómicos, os macacos são também criaturas sem censura, tidas como feias, grotescas e até mesmo demoníacas, numa reciprocidade frequente, pois também o diabo, émulo incompetente e incompleto de Deus, é apelidado de imitador, ou macaco de Deus (*diabolus simia dei*)⁵⁶. Além disso, e talvez esta seja uma das motivações para a frequente exacerbação da natureza anal dos símios, uma

⁵⁵ Exemplo disso mesmo é a gárgula que, satirizando um frade dominicano, segura um filactério onde se lê "Nom me creas". Cf. ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem na Arte em Portugal*, p. 753.

⁵⁶ Cf. JANSON, H. W. – *Apes and Ape Lore in the Middle Ages and the Renaissance*, p. 26; CLARK, Stuart – *Thinking with Demons*. Oxford: Oxford University Press, 1999, pp. 80-93; OSSA-RICHARDSON, Anthony – *The Devil's Tabernacle: The Pagan Oracles in Early Modern Thought*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2013, p. 66.

das versões do *Physiologus* regista que o macaco, como o diabo, tem princípio mas não tem fim, expondo no seu hediondo traseiro a sua má natureza pois, tal como o diabo foi um anjo mas deixou de ser, “o macaco, não tendo cauda, também não tem espécie; e a sua parte traseira torna-se torpe, por não ter cauda; tal como o diabo, ele não tem um bom fim”⁵⁷. Nesta medida, a identificação que Saúl Gomes propõe para a figura do capitel, que vê como um demónio,⁵⁸ não deixa de ecoar as associações diabólicas do macaco que na sua ambiguidade, profundamente liminar (a meio caminho entre o animal, o homem e o demónio), se torna tão mais eficaz a repelir o mal, em modalidades de funcionamento apotropaico que Ruth Melinkoff caracterizou como sendo de simpatia ou de susto⁵⁹.

No primeiro caso, a eficiência apotropaica do macaco reside no facto de este se assemelhar aos demónios e de se comportar como eles, atraindo-os como a semelhantes e distraíndo-os de tudo o resto. No segundo, certamente mais funcional, ele assusta-os pela exposição das suas partes íntimas, entendidas como suficientemente feias para aterrorizar forças opositoras, desde exércitos inimigos até aos próprios demónios⁶⁰. Esta instrumentalização apotropaica do sexo, feminino e masculino, e a crença no carácter protector da exposição genital e anal, que encontramos visualmente documentada em tantos outros exemplos escultóricos, desde as *sheelas* anglo-saxónicas às gárgulas de rabo-ao-léu das igrejas portuguesas (de onde não são, obviamente, exclusivas) é transversal a figuras zoomórficas,

⁵⁷ “simius, non habens caudam, sine specie enim est; et turpe infimio, non habentem caudam; sicut et diabolus, non habet finum bonum”. Tradução livre a partir do texto latino citado por MIDGLEY, Kelly – “Salacious and Sinful Simians in The Macclesfield Psalter: An Iconographic Study”, p. 5. Segundo o autor anónimo do *Bestiário de Aberdeen*, na continuidade do *Physiologus*, o macaco é, todo ele, abominável mas as suas partes traseiras são particularmente repugnantes e horríveis. “El licet symia tota turpis sit, posteriora tamen eius satis turpia et horribilia sunt”. *Bestiário de Aberdeen*, c. 1200, Inglaterra, Aberdeen University Library MS 24, fl. 12v. Tradução livre a partir da transcrição disponibilizada online como parte do projecto: *The Aberdeen Bestiary - MS 24* [Em linha] Aberdeen: University of Aberdeen [Consultado a 10 Junho 2023]. Disponível em <https://www.abdn.ac.uk/bestiary/translat/12v.hti>.

⁵⁸ GOMES, Saul António – *Vésperas Batalhinas. Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno, 1997, p. 72.

⁵⁹ Cf. MELLINKOFF, Ruth – *Averting Demons: the protective power of medieval visual motifs and themes*. Vol. I. Los Angeles: Ruth Melinkoff Publications, 2004, pp. 37-56.

⁶⁰ Cf. BARTHOLEYNS, Gil; DITTMAR, Pierre-Olivier; JOLIVET, Vincent – *Image et Transgression au Moyen Âge*. Paris: PUF, 2008, pp. 118-125.

antropomórficas e monstruosas, mas voltará a repetir-se a partir do corpo símio nas igrejas da Graça de Santarém e de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães, ambas datadas do início do século XV, bem como, já no século XVI, na igreja de São Salvador de Vilar de Frades.

Conclusão

Independentemente das suas distintas motivações, formas e funções, nenhuma destas representações se demite, em absoluto, do potencial lúdico, profilático e apotropaico do grotesco e do riso⁶¹, valores seminais da relação entre *marginalia* e *singerie*.

Dos manuscritos iluminados, para o espaço edificado, atravessando a generalidade da baixa Idade Média e vários dos seus territórios, as diversas circunstâncias em que o termo babuíno ocorre anunciam essencialmente a natureza grotesca, extravagante e, acima de tudo, distractiva e divertida de muitas figuras marginais - entre elas, macacos. Na arte portuguesa do século XIV, eles confirmam-se enquanto figuras-chave de um imaginário que, a pouco e pouco, começamos a considerar com a seriedade que merece, sem o privar da comicidade que sempre terá implicado. Inegavelmente retratado como “uma espécie de bobo da corte do mundo animal”⁶², o macaco entretém e diverte enquanto conta histórias, ilustra vícios e sublinha virtudes, satiriza e critica, protege e alerta, acompanhando os homens e mulheres do passado nas suas leituras, no exercício da sua devoção, na performance da liturgia e na espera da morte.

⁶¹ A glorificação do “riso medieval” enquanto instrumento psicológico, social e cultural acontece às mãos de Mikhail Bakhtin e da sua proposta de uma Cultura do Riso Popular: BAKHTIN, Mikhail – *Rabelais and His World*. Bloomington: Indiana University Press, 1984; LE GOFF, Jacques - “Rire au Moyen Âge”. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques* [Em linha] 3 (1989) [consultado a 06 Junho 2023]. Disponível em <https://journals.openedition.org/ccrh/2918>; CLASSEN, Albrecht (ed.) – *Laughter in the Middle Ages and Early Modern Times: Epistemology of a Fundamental Human Behavior, its Meaning, and Consequences*. Berlin & New York: Walter de Gruyter GmbH, 2010. O papel do riso na cultura medieval, bem como a sua frequente associação ao grotesco, ao obsceno e ao escatológico transparece de muitos dos temas abordados nesta obra colectiva.

⁶² YOUNG, Bonnie – “The Monkeys & the Peddler”. *The Metropolitan Museum of Art Bulletin* 26 / 10 (1968), pp. 441-454, p. 443.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, MS Santa Cruz 24.

Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. 623.

The Aberdeen Bestiary - MS 24 [Em linha] Aberdeen: University of Aberdeen [Consultado a 10 Junho 2023]. Disponível em <https://www.abdn.ac.uk/bestiary/translat/12v.hti>

Fontes impressas

BLUTEAU, Raphael – *Vocabulario Portuguez & Latino*. Vol. 2. Coimbra: Colégio da Companhia de Jesus, 1728.

CHAUCER, Geoffrey – *The House of Fame*. Ed. Walter Skeat. *The Complete Works of Geoffrey Chaucer*. London: Oxford University Press, 1937.

Cleanness. Ed. Richard Morris. In *Early English Alliterative Poems in the West-Midland Dialect of the Fourteenth Century*. London: Trübner & Co., 1864. pp. 38-91.

DE LA HALLE, Adam; GUIART, Guillaume - *Branche des royaux lignages: chronique métrique de Guillaume Guiart*. Ed. J.-A. Bouchon. Paris: Verdière, 1828.

DU CANGE, *et al.* – *Glossarium mediae et infimae latinitatis* [Em linha]. éd. augm. Niort : L. Favre, 1883-1887 [consultado a 10 Junho 2023]. Disponível em <http://ducange.enc.sorbonne.fr/>

FIAMMA, Galvano – *De rebus gestis ab Azone, Luchino et Johanne Vicecomitibus ab anno MCCCXVIII usque annum MCCCXLII*. Ed. C. Castiglioni. *Rerum Italicarum Scriptores*. Series II, Tomo XII, 4. Bologna: Nicola Zanichelli, 1938.

LYDGATE, John – *Troy Book*. Ed. Henry Bergen. *Lydgate's Troy Book*. I. London: Trübner & Co., 1906.

Promptorium Parvulorum sive Clericorum. Ed. Albert Way. London: Camden Society, 1838.

ROLLAND, Francisco – *Adagios, Proverbios, Rifãos e Anexis da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1780.

TIREL, Guillaume – *Le viandier de Guillaume Tirel, dit Taillevent*. Ed. Jérôme Pichon, Georges Vicaire. Paris: Techner, 1892.

VICENTE, Gil – *Auto dos Físicos*. Ed. Centro de Estudos de Teatro. Teatro de Autores Portugueses do Séc. XVI - Base de dados textual [Em linha]. Lisboa: Centro de Estudos de Teatro, 2010. [Consultado a 06 Junho 2023]. Disponível em <http://www.cet-e-quinientos.com/obras>

Estudos

AFONSO, Luís Urbano – *O ser e o tempo. As idades do Homem no gótico português*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2003.

APOSTOLOS-CAPPADONA, Diane – “Discerning the Hand-of-Fatima: An Iconological Investigation of the Role of Gender in Religious Art”. In SONBOL, Amira El Azhary (Ed.) - *Beyond the Exotic: Women’s Histories in Islamic Societies*. New York: Syracuse University Press, 2005, pp. 347-361.

ANTUNES, Joana – *O Limite da Margem na Arte em Portugal (sécs. XIV-XVI)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2016. Dissertação de Doutoramento.

ANTUNES, Joana – “Sem medo nem vergonha. Imagens insólitas à margem da escultura medieval”. *Kairós. Boletim do Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património* 10 (2021), pp. 7-25.

ARNAUT, Salvador Dias – *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*. Coimbra: FLUC-Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1960.

BAKHTIN, Mikhail – *Rabelais and His World*. Bloomington: Indiana University Press, 1984.

BARTHOLEYNS, Gil; DITTMAR, Pierre-Olivier; JOLIVET, Vincent – *Image et Transgression au Moyen Âge*. Paris: PUF, 2008.

BOUCHERON, Patrick – *Le pouvoir de bâtir. Urbanisme et politique édilitaire à Milan (XIVe-XVe siècles)*. Roma: École Française de Rome, 1998.

BRAGA, Isabel Drummond; BRAGA, Paulo Drummond – *Animais e Companhia na História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2015.

BUQUET, Thierry – “Preventing ‘Monkey Business’. Fettered Apes in the Middle Ages”. *Medieval Animal Data Network* [Em linha] (2013) [Consultado a 12 Junho 2023]. Disponível em <http://mad.hypotheses.org/37>

CAMILLE, Michael – “Play, Piety and Perversity in Medieval Marginal Manuscript Illumination”. In KRÖLL, Katrin; STEGER, Hugo (eds.) – *Mein ganzer Körper ist Gesicht: Grotteske Darstellungen in der europäischen Kunst und Literatur des Mittelalters*. Freiburg: Rombach, 1994, pp. 171-192.

CAMPS, Daniel Rico – “Ridiculous Voices in Medieval Art”. In BONET, Francesca (ed.) – *Repensar el sombrero Medioevo*. Kassel: Reichenberger, 2014, pp. 25-44.

CLASSEN, Albrecht (ed.) – *Laughter in the Middle Ages and Early Modern Times: Epistemology of a Fundamental Human Behavior, its Meaning, and Consequences*. Berlin & New York: Walter de Gruyter GmbH, 2010.

CLARK, Stuart – *Thinking with Demons*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

FERNANDES, Carla Varela – *A Imagem de um Rei. Análise do Túmulo de D. Fernando I*. Lisboa: Museu Arqueológico do Carmo - Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2009.

FREITAG, Barbara – *Sheela-na-gigs: Unravelling an Enigma*. London & New York: Routledge, 2004.

GANDRA, Manuel J. – *Filosofia Hermética. As Tentações de Bosch ou o Eterno Retorno*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 1994.

GIMBEL, Lena Mackenzie – *Bawdy badges and the Black Death: late medieval apotropaic devices against the spread of the plague*. Louisville: Faculty of the College of Arts and Sciences of the University of Louisville, 2012. Dissertação de Mestrado.

GOMES, Rita Costa – *D. Fernando*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

GOMES, Saul António – *Vésperas Batalhinhas. Estudos de História e Arte*. Leiria: Edições Magno, 1997.

GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana (Coord.) – *Os Signos do Quotidiano. Gestos, Marcas e Símbolos no Al-Ándalus*. Mértola: Campo Arqueológico de Mértola - CEAUCP, 2011

JANSON, Horst W. – *Apes and Ape Lore: In the Middle Ages and the Renaissance*. London: Warburg Institute, 1952.

KNOX, Philip – *The Romance of the Rose in Fourteenth-Century England*. Oxford: University of Oxford, 2015. Dissertação de Doutoramento.

LAURIOUX, Bruno – *Le Règne de Taillevent. Livres et pratiques culinaires à la fin du Moyen Âge*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 1997.

LE GOFF, Jacques – “Rire au Moyen Âge”. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques* [Em linha] 3 (1989) [consultado a 06 Junho 2023]. Disponível em <https://journals.openedition.org/ccrh/2918>

LOISEL, Gustave – *Ménageries, de l'Antiquité à nos Jours*. Paris: Octave Doin & Henri Laurens, 1912.

MACEDO, Francisco Pato de; GOULÃO, Maria José – “Os Túmulos de D. Pedro e D. Inês”. In PEREIRA, Paulo (coord.) - *História da Arte Portuguesa*. Vol. III. *O “Modo” Gótico (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2007, pp.120-129.

MATTOSO, José – “O corpo, a saúde e a doença”. In MATTOSO, José (dir.) - *História da Vida Privada em Portugal*. Vol. I. *A Idade Média*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, pp. 348-374.

MCDERMOTT, William Coffman – *The Ape in Antiquity*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1938.

MELLINKOFF, Ruth – *Averting Demons: the protective power of medieval visual motifs and themes*. Vol. I. Los Angeles: Ruth Melinkoff Publications, 2004.

MIDGLEY, Kelly – “Salacious and Sinful Simians in The Macclesfield Psalter: An Iconographic Study”. *Limina: a Journal of Historical and Cultural Studies* 20 / 3 (2015), pp. 1-16.

MONTAGU, M. F. Ashley – “Knowledge of the Ape in Antiquity”. *Isis* 32 / 1 (1940), pp. 87-102.

MOTA, António Brochado – *Testamentos Régios - Primeira Dinastia (1109-1383)*. Lisboa: Faculdade de Letras, 2011. Dissertação de Mestrado.

NASCIMENTO, Aires Augusto; MEIRINHOS, José Francisco (coords.) – *Catálogo dos Códices da Livraria de Mão do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Biblioteca Pública Municipal do Porto*. Porto: Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1997.

OSSA-RICHARDSON, Anthony – *The Devil’s Tabernacle: The Pagan Oracles in Early Modern Thought*. Princeton & Oxford: Princeton University Press, 2013.

SAINÉAN, Lazare – *La Création Métaphorique en Français et en Roman*. Halle: Verlag von Max Niemeyer, 1905.

SILVA, Joaquim Possidónio Narciso da – “Cronica”. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* 2 / 6 (1875), p. 96.

SPRUNGER, David A. – “Parodic Animal Physicians from the Margins of Medieval Manuscripts”. In FLORES, Nona C. (ed.) - *Animals in the Middle Ages*. New York & London: Routledge, 1996, pp. 67-81.

TEIXEIRA, Dante Martins; PAPAVERO, Nelson – “O Tráfico de Primatas Brasileiros nos Séculos XVI e XVII”. In PESSÔA, Leila M.; TAVARES, William C.; SICILIANO, Salvatore (eds.) – *Mamíferos de Restingas e Manguezais do Brasil*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Mastozoologia e Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, pp. 253-282.

TIRABOSCHI, Girolamo – *Storia della Letteratura Italiana*. Vol. IV. Venezia: s.n., 1795.

VADILLO, Mónica Walker – “Apes in Medieval Art”. *Medieval Animal Data-Network* [Em linha] (2013) [Consultado a 11 Junho 2023]. Disponível em <http://mad.hypotheses.org/172>

WEIR, Anthony; JERRMAN, James – *Images of Lust. Sexual Carvings on Medieval Churches*. New York: Routledge, 1993.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ANTUNES, Joana – “*Babuinare: o macaco nos Marginalia do século XIV em Portugal*”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 189-220. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Escritura publicitaria en el tránsito entre el medievo y la modernidad. Los retablos de Santo Tomás y Cristo de Caparroso de la Catedral de Pamplona. Estudio paleográfico¹

Publicity script in the transit between medieval and modernity. The retables of Santo Tomas and Christ of Caparroso in the Cathedral of Pamplona. Paleographic study

Alejandro García Morilla

Universidad Complutense de Madrid. Facultad de Ciencias de la Documentación.
Departamento de Historia de América y Medieval Y Ciencias historiográficas
2810 Madrid, España
Instituto de Estudios Medievales. Universidad de León.
24071, Leon, España

agarm@unileon.es
<https://orcid.org/0000-0002-2717-8285>

Data recepção do artigo / Received for publication: 19 de Janeiro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7751>

¹ Trabajo realizado en el marco de los proyectos de investigación: *Corpus Inscriptionum Hispaniae Mediaevalium II*, convocatoria del Plan Nacional de Investigación, del Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades. Convocatoria Proyectos I+D+i 2019, Retos de la Sociedad (PID2019-104395RB-I00 HIS) y del proyecto de investigación de la Comunidad de Madrid PR27/21-027: *Manifestaciones culturales del proto humanismo. Recuperando la prehumanística. Mapa virtual de una escritura olvidada.*

RESUMEN

La comunidad científica internacional no tiene dudas hoy en asumir que las inscripciones son un medio de comunicación con intención de notoriedad, universalidad – dentro del grupo social que les da origen- y mayor o menor grado de perdurabilidad. De ahí que haya sido el mecanismo utilizado, entre otros, por artistas y escultores para acompañar a sus programas iconográficos con la intención de completarlos y ofrecer mayor profundidad comunicativa que la que se puede lograr únicamente con la imagen. Este es sin duda el objetivo perseguido por el artista (o los artistas) que realizaron los retablos de la Duda y la Pasión para la capilla funeraria de los Caparroso de la Catedral de Pamplona. Este mecanismo – texto+imagen –, no representa novedad alguna pero sí lo es la utilización de distintos tipos gráficos dentro de un mismo conjunto epigráfico. Este fenómeno es propio y casi exclusivo de la epigrafía de transición entre el ocaso medieval y los albores de la modernidad. Es por ello que nuestro estudio se centra en el análisis paleográfico de estos retablos tratando de arrojar luz sobre algunas incógnitas que aún permanecen sin resolver.

Palabras clave: Comunicación publicitaria, iconografía, tardogótico, medieval, modernidad.

ABSTRACT

The international scientific community has no doubts today in assuming that the inscriptions are a means of communication with the intention of notoriety, universality - within the social group that gives rise to them- and a greater or lesser degree of durability. Hence, it has been the mechanism used, among others, by artists and sculptors to accompany their iconographic programs with the intention of completing them and offering greater communicative depth than that which can be achieved solely with images. This is undoubtedly the objective pursued by the artist (or artists) who created the altarpieces of Doubt and Passion for the Caparroso funeral chapel in Pamplona Cathedral. This mechanism – text+image –, does not represent any novelty, but the use of different graphic types within the same epigraphic group does. This phenomenon is characteristic of and almost exclusive to the epigraphy of the transition between the medieval decline and the dawn of modernity. That is why our study focuses on the paleographic analysis of these altarpieces trying to shed light on some unknowns that still remain unresolved.

Keywords: Medieval communication, iconography, late Gothic, medieval, modernity.



“La materia es una necesidad; el procedimiento es un recurso impuesto por aquella. En cualquier caso, con las materias más diversas y con los más variados procedimientos, lo que existe siempre en todo escrito, y por consiguiente en la inscripción, su elemento invariable, el que constituye su esencia, es la propia escritura”²

Estas palabras del profesor Navascués justifican cualquier estudio sobre paleografía epigráfica; es más, los hacen tremendamente necesarios. El presente artículo tiene por objeto estudiar la escritura publicitaria³ inserta dentro del programa pictórico de los retablos de Santo Tomás y Cristo de Caparrosa de la catedral de Pamplona. Se trata de dos piezas bien conocidas pero que aún encierran algunas incógnitas; entre ellas su autoría. Tratando de arrojar algo de luz sobre ellas, centra el interés de esta investigación la escritura en ella trazada. Y centra nuestro interés especialmente por los tipos gráficos empleados; una combinación novedosa de características y cronología muy concretas. Pretendemos, por tanto, realizar un análisis paleográfico *in stricto sensu*, toda vez que los programas iconográfico y textual ya han sido objeto de estudio⁴.

² NAVASCUÉS Y DE JUAN, Joaquín María de – *El concepto de la Epigrafía. Consideraciones sobre la necesidad de su ampliación. Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia por los señores don Joaquín María de Navascués y de Juan y don Manuel Gómez-Moreno y Martínez en la recepción pública del primero el día 18 de enero de 1953*. Madrid: Aldus, 1953, pp. 71-72.

³ La escuela italiana habla de escrituras de aparato o monumentales. Vid. PETRUCCI, Armando – “Epigrafia e Paleografia. Inchiesta sui rapporti fra due discipline”. *Scrittura e Civiltà* 5 (1981), p. 266. Término acuñado también por la escuela valenciana. Cf. GIMENO BLAY, Francisco – “Materiales para el estudio de las escrituras de aparato bajomedievales”. In KOCH, Walter (ed.) – *Epigraphik 1988. Referate und Round-table-Gespräche. Fachtagung für Mittelalterliche und Neuzeitliche Epigraphik, Graz, 10. - 14. Mai 1988*. Viena: Deutsches Historisches Institut Paris, 1990, pp. 195-216.

⁴ Especialmente FRANCO MATA, Ángela – “*Secundum legem debet mori*: los profetas y el proceso a Jesús en la literatura y el arte”. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional*, 20 / 1-2 (2002), pp. 145-172; ACELGUI APESTEGUÍA, Alberto – *La pintura gótica en Navarra. (1470-1530)*, Tesis Doctoral, Navarra: Universidad de Navarra 2004 y DEBIAIS, Vincent – “Construcción epigráfica y uso funerario del retablo de la Pasión de los Caparrosa: herencia isidoriana e influencia litúrgica”. *Príncipe de Viana* 68 (2007), pp. 797-812. En un sentido más amplio y para una aproximación comparativa al tema de las inscripciones presentadas por profetas Vid. GAY, Françoise – “Il a parlé par les prophètes. Les inscriptions présentées par les prophètes dans l’art de l’Occident médiéval”. *In-cription. Revue en ligne d’études épigraphiques* (publication en ligne le 11 septembre de 2017). Sobre la relación del texto y la imagen, bajo el punto de vista del análisis realizado en este artículo, resulta interesante la

La catedral de Pamplona: obra destacada del arte franco-navarro⁵

Aunque no sea este el momento de realizar un análisis exhaustivo sobre el templo navarro, sí conviene trazar una breve semblanza para situar en su contexto histórico-artístico las dos piezas objeto de estudio. La catedral se erigió como consecuencia de la acción consensuada entre el poder político y eclesiástico de este reino en su etapa de mayor prosperidad⁶. Cronológicamente, la fábrica principal data de los siglos XIV y XV y en ella se concatenan diversos estilos artísticos fruto tanto de la dilatación temporal de la construcción como de las corrientes hispano francesas que en ella se aúnan. Sabemos que se levantó sobre una construcción primitiva de estilo románico de la que apenas han quedado vestigios⁷. El claustro y algunas salas capitulares constituyen las partes más antiguas de la nueva edificación, datadas en los años centrales del siglo XIV y con un marcado estilo gótico francés⁸. A finales de siglo, bajo el impulso de Carlos III y como respuesta al hundimiento que había sufrido parte de la obra primera, se llevó a cabo una nueva reforma al calor de la cual vio la luz la iglesia. La capilla de San Martín fue colmatada y consagrada en el primer empuje, bajo el gobierno del obispo Martín de Zalba. Al final del reinado de este monarca, hacia 1420, ya se encontraba edificada la nave mayor y las aladañas finalizando así su estructura general, aunque aún faltaban varios decenios para su conclusión definitiva. Dos sacristías y el claustro figuran como obras postremas del edificio datadas entre finales del siglo XV y comienzos del XVI, junto con las partes altas del presbiterio⁹. Además, durante los siglos de la modernidad, se siguieron creando y añadiendo dependencias que se alargarían hasta el siglo XIX.

contextualización que ofrece el brillante trabajo de la prof. Ruiz García. Vid. RUIZ GARCÍA, Elisa – “Imagen como texto, texto como imagen”. *Revista de poética medieval* 30 (2016), pp. 287-309.

⁵ Sobre la catedral de Pamplona Vid. con carácter general BURGO, María Antonia del – *La catedral de Pamplona*. León: Everest, 1977.

⁶ LAMBERT, Elías – “La catedral de Pamplona”. *Príncipe de Viana* 12 (1951), pp. 9-38, concretamente, p. 9.

⁷ Sobre la fábrica primitiva, Vid. con carácter general SANDOVAL – Prudencio, *Catálogo de los obispos que ha tenido la Santa Iglesia de Pamplona*. Pamplona: Nicolás de Assiayn, 1614.

⁸ LAMBERT, Elías – *La catedral*, p. 14.

⁹ LAMBERT, Elías – *La catedral*, p. 31.

Los retablos

Las dos piezas que vamos a estudiar formaron parte de la capilla funeraria de Pedro Marcilla de Caparroso que debió de emplazarse en el deambulatorio del templo¹⁰. Ambas piezas fueron creadas para enarbolar un discurso en torno a la muerte a través de distintos personajes y secuencias bíblicas – proféticas – que evocan el tránsito entre la vida terrenal y la vida eterna e invitan al espectador a reflexionar sobre la muerte y a interceder, a través de sus oraciones, por el difunto¹¹. El propio concepto de capilla funeraria determina ya un espacio de enterramiento privilegiado, diferenciado dentro del templo configurado, generalmente, por cuatro elementos clave: espacio, altar, sepulcro y retablo¹². Elementos interconectados que crean un cuidado simbolismo en el que no suele faltar tampoco la heráldica de la familia propietaria como símbolo de poder, pertenencia y publicidad¹³. Es el elemento que canaliza el discurso reflexivo sobre la muerte hacia la mediación piadosa del espectador hacia el/los finado/s.

En primer lugar, nos detendremos en el retablo de Santo Tomás o de la Duda. Actualmente, se encuentra ubicado en el lado de la Epístola, al final de la girola. La pieza está dividida en escenas, que a su vez están enmarcadas en un zócalo con las armas asociadas a los Caparroso. En los distintos actos se representan: la Epifanía, el Nacimiento, la Coronación, Pentecostés, la Bajada al Limbo, la Anunciación, la Visitación, la Duda de santo Tomás, la Ascensión, la Aparición de la Virgen y la Pasión de Cristo. La escritura se ubica en tres espacios distintos dentro de la tabla:

¹⁰ DEBIAIS, Vincent – *Construcción epigráfica*, p. 797.

¹¹ Sobre la reivindicación del difunto a través de las inscripciones sigue siendo sugerente el trabajo del doctor García Lobo. Vid. GARCÍA LOBO, Vicente – “El difunto reivindicado a través de las inscripciones”. In SANTIAGO FERNÁNDEZ, Javier; GALENDE DÍAZ, Juan Carlos (coords.) – *IX Jornadas Científicas sobre Documentación: la muerte y sus testimonios escritos*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2011, pp. 171-198. Igualmente sugestivo resulta lo dicho por Cecile Treffort a propósito de los ritos funerarios y prácticas conmemorativas cristianas de la Edad Media, en cuyo ambiente hunde sus raíces la tradición de este monumento funerario. Vid. TREFFOT, Cecile – *L'Église carolingienne et la mort*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996.

¹² MARTÍNEZ DE AGUIRRE, Javier – “La capilla funeraria en la Navarra medieval”. In COLOMA MARTÍN, Isidoro (ed.)- *Correspondencia e integración de las artes: XIV Congreso Nacional de Historia del Arte; Málaga, del 18 al 21 de septiembre*. Vol. 3. T. I. Málaga: Universidad de Málaga, 2006, p. 115.

¹³ Son un elemento de publicidad en sí mismos toda vez que evocan el prestigio de una estirpe y ensalzan sus méritos para pretender el reconocimiento social. Cf. GOMEZ VOZMEDIANO, Miguel Fernando – “La heráldica del poder: los emblemas de la nobleza española. Realidad y ficción”. *Memoria y civilización: anuario de historia* 20 (2017), pp. 111-146.

filacterias, ropajes, representaciones de libros¹⁴. A ello habría que sumar un zócalo con texto bajo las escenas del nivel de la Duda. Aquí se recoge la fecha -1507- y el nombre del promotor o comitente de la obra, Pedro Marcilla de Caparroso¹⁵. El autor¹⁶, aunque desconocido, se sabe de influencia flamenca y procedencia transpirenaica¹⁷.

En segundo lugar, tenemos el retablo del Cristo de Caparroso o de la Pasión. Hoy está presente en la capilla de Santa Catalina, aunque sabemos que tampoco fue este su emplazamiento original¹⁸. Nos encontramos con una composición similar a la anterior. En este caso, a base de escenas presididas por un gran Cristo central de bulto redondo enclavado sobre la tabla. En dichas escenas se representa a los profetas portando enormes filacterias con prolijos textos sobre este pasaje de la vida de Cristo. A diferencia del retablo anterior, ahora el eje central de cada secuencia es precisamente el texto, cuya distribución serpenteante condena en más de una ocasión la expresión de la figura¹⁹. También difiere del precedente en que ahora

¹⁴ La ubicación de este tipo de inscripciones está directamente relacionada con su funcionalidad. Sirvieron y sirven para completar el sentido comunicativo de la imagen. Cf. GARCIA LOBO, Vicente; MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – “La escritura publicitaria en la Edad Media. Su funcionalidad”. *Estudios humanísticos. Geografía, Historia y Arte* 18 (1996), pp. 134-136.

¹⁵ Se trata del autor intelectual. Llamamos así quien inicia el acto comunicativo; quien quiere emitir un mensaje y cuya voluntad se refleja en el objeto escrito sea este un documento, una inscripción, un sello, etc. Cf. GARCÍA LOBO, Vicente – *Los medios de comunicación social en la Edad media. La comunicación publicitaria*. León: Universidad de León 1991, p. 19. Madrazo en su edición lee “Pedro de Arcilla”. Se trata de un error de transcripción. Cf. MADRAZO, Pedro de – *España, sus monumentos y artes, su naturaleza e historia. Navarra y Logroño*. T. II. Barcelona: Daniel Cortezo, 1886, p. 354 (nota 1).

¹⁶ Por analogía con el mundo diplomático denominamos a este profesional rogatorio de forma general. Es el agente que pone por escrito; que materializa, la inscripción. La importación del mundo diplomático responde a la comprobación de fases muy similares en el proceso de gestación tanto de las inscripciones como de los documentos. Sobre todas estas cuestiones Vid. con carácter general GARCÍA LOBO, Vicente – “La analogía en las ciencias de la escritura”. In HERRERO DE LA FUENTE, Marta, et al. (ed.) – *Alma littera. Estudios dedicados al profesor José Manuel Ruiz Asencio*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2014, pp. 253-281.

¹⁷ Se trata de una costumbre habitual en Navarra durante este periodo. Pocos artistas firman sus obras. Según Aceldegui en esta etapa se sigue considerando a estos maestros meros artesanos que desempeñaban un oficio gremial sin demasiada conciencia de artista. Cf. ACELDEGUI APESTEGUIA, Alberto – “Diego Polo. El último pintor del gótico en Navarra”. *Príncipe de Viana* 232 (2004), pp. 373-374.

¹⁸ DEBIAIS, Vincent – *Construcción epigráfica*, p. 797.

¹⁹ Señalado como un aspecto verdaderamente excepcional por FRANCO MATA, Ángela – *Secundum legem*, p. 160.

todas están escritas en mayúscula prehumanística²⁰, salvo la cartela de la talla central que lo está en gótica minúscula y reza: *Iesus nazarenus rex iodeoru(m)*.

Hacemos nuestras las reflexiones de Franco Mata acerca de la intencionalidad funeraria de ambos retablos. En la pretensión del comitente estaba que las escenas acompañasen las misas y ritos de difuntos que habían de celebrarse en la capilla. Dicho acompañamiento se formuló a través de la teatralización de distintos pasajes bíblicos²¹. Ambos retablos contienen dos secuencias interconectadas. Sendas piezas, tal y como advertíamos al comienzo de este epígrafe, incluyen los mismos escudos familiares, como signo de propiedad y patrocinio.

La autoría material de estas dos piezas sigue siendo tema controvertido. Algunas voces autorizadas las relacionan con el taller de Pedro Díaz de Oviedo, ya que en fechas próximas a su ejecución, se encuentra documentada su presencia en Navarra²². Aunque volveremos sobre ello, ya adelantamos que este artista utilizó escritura prehumanística, muy similar a esta, en su conocido trabajo para el retablo mayor de la catedral de Tudela para las *explanationes*, nimbos y ropajes²³. Se considera que este pintor introdujo la pintura hispano-flamenca en Navarra cuyo gusto por este tipo de escritura ecléctica nos es bien conocido²⁴.

Estudio paleográfico.

Ya advertíamos al comienzo de estas líneas que la principal intención de este artículo es abordar el estudio paleográfico de los dos retablos, toda vez que es un

²⁰ Término acuñado por la escuela alemana – Waler Koch – por tratarse de una escritura empleada cronológicamente antes de la humanística. Cf. KOCH, Walter – “Zur sogenannten frühhumanistischen kapitalis”. In KOCH, Walter (ed.) – *Epigraphik 1988. Referate und Round-table-Gespräche. Fachtagung für Mittelalterliche und Neuzeitliche Epigraphik, Graz, 10. - 14. Mai 1988*. Viena: Deutsches Historisches Institut Paris, 1990, pp. 337-338.

²¹ FRANCO MATA, Ángela – *Secundum legem*, p. 145.

²² LACARRA DUCAY, María Carmen – “Pintura”. In JUSUÉ SIMONENA, Carmen (coord.) – *La catedral de Pamplona*. Vol. I. Pamplona: Caja de Ahorro de Navarra, 1994, pp. 355-373.

²³ Sobre la relación del artista y la obra Vid. CASTRO ÁLAVA, José Ramón – “Pedro Díaz de Oviedo y el retablo mayor de la catedral de Tudela”. *Príncipe de Viana* 7(1942), pp. 121-137.

²⁴ Sobre la impronta prehumanística en estos pintores de las postrimerías del medievo Vid. con carácter general RODRÍGUEZ SUÁREZ, Natalia – “Los mensajes epigráficos en la pintura del siglo XV: un análisis de su diversidad gráfica”. In MARTÍN LÓPEZ, Encarnación; FRANCISCO OLMOS, José María. (Eds.) – *La comunicación social en la Europa Medieval*. Madrid: Dykinson, 2021, pp. 163-196.

aspecto a penas tratado por la literatura. Las más de las veces ha aludido a ella con denominaciones genéricas – mayúscula y minúscula – y otras, menos atinadas, se han referido a todas ellas como “escrituras góticas”. En efecto, lo primero que cabe señalar es que nuestros retablos no utilizan un único tipo escriturario; mejor dicho, no utilizan un mismo ciclo gráfico. Si bien las formas minúsculas no resultarán extrañas al lector, toda vez que nos encontramos ante una gótica minúscula solemne de inspiración libraria²⁵ - *Littera textualis solemne o formata*²⁶ - , frecuentemente utilizada en las inscripciones de la decimoquinta centuria, las formas mayúsculas resultan más novedosas al tratarse de modelos de transición que caminan hacia la humanística renacentista²⁷. Hablamos de letras capitales que parecen escogidas o diseñadas a partir de distintos – y variados – modelos anteriores con no poco nivel de artificio y/u ornamento²⁸. La cuestión no es baladí. La utilización de varios ciclos gráficos dentro de un mismo programa epigráfico es una cuestión prácticamente única de aquellas que se confeccionan entre el ocaso medieval y los albores de la Edad Moderna. Durante esta etapa, no será raro encontrar programas epigráficos donde se alternan escrituras góticas de formas mayúsculas y minúsculas y alfabetos

²⁵ La influencia del mundo del códice en el de las inscripciones si bien se hace muy plausible ahora, lo cierto es que la reciprocidad ejercida de uno sobre otro ya ha sido demostrada desde los siglos altomedievales. Vid. VEZIN, Jean – “Épigraphie et titres dans les manuscrits latins du haut Moyen Âge”. In FREDOUILLE, Jean-Claude (Ed.) – *Titres et articulations du texte dans les oeuvres antiques*. Paris: Institut d’Études Agustiniennes, 1997, pp. 449-458. Sin embargo, durante el siglo XV se hace un préstamo verdaderamente novedoso en el campo de las inscripciones como es el empleo de la minúscula. De esta forma se observa una interacción, cuando no común actuación, de los distintos talleres o *scriptoria* que producen los distintos tipos de objetos escritos. Vid. CAVALLO, Giugelmo; MAGISTRALE, Francesco – *Mezziogiorno normanno e scritture espota*. In CAVALLO, Giugelmo; MANGO, Cyril (Eds.) – *Epigrafía medievales greca e latina. Ideologia e funzione*. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi Sull’alto Medioevo, 1995, pp. 293-329.

²⁶ Sobre esta escritura en las inscripciones, Vid. con carácter general MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – *La escritura publicitaria en la Península Ibérica. Siglo XV*. In KOCH, Walter; STEININGER, Christine (Hrsg.) – *Inchrift und material Inchrift und Buchschrift. Fachtagung für mittelalterliche und neuzeitliche epigraphik. Ingolstadt 1997*. München: Taschenbuch, 1999, pp. 191-206.

²⁷ Al respecto resultan evocadoras las palabras de la Dra. Ostos Salcedo a propósito de la eclosión gráfica vivida en la escritura publicitaria de los códices durante el siglo XV: “Este cambio está relacionado, en primer lugar, con la existencia de diversos tipos de letras góticas, es decir, con el multigrafismo relativo que caracteriza los últimos siglos medievales y en segundo lugar, con la llegada de las nuevas corrientes renacentistas, que incidirá, asimismo, en la incorporación de un nuevo tipo de mayúsculas”. Cf. OSTOS SALCEDO, Pilar – “Escritura distintiva en códices y documentos castellanos de la Baja Edad Media”. In MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación; GARCÍA LOBO, Vicente – *Las inscripciones góticas. II Coloquio Internacional de Epigrafía Medieval. León del 11 al 15 de septiembre de 2006*. León: Corpus Inscriptionum Hispaniae Mediaevalium, 2010, p. 49.

²⁸ Sobre estas escrituras de transición y sus principales características de esta escritura Cf. KOCH, Walter – “Inscripciones y estudios epigráficos de los países de lengua alemana”. *Estudios humanísticos. Geografía, historia y arte* 18 (1996), pp. 161-182.

híbridos mayúsculos de inspiración carolina²⁹. Pero no hablamos solo de su empleo dentro de inscripciones dentro de un mismo monumento epigráfico, sino que este fenómeno se da incluso dentro del texto de una misma inscripción donde se alternan todas estas formas. Este suceso solo se explica en el contexto del Renacimiento como eclosión cultural que desde Italia se irradió a toda la Europa occidental. Ligado a él, el Humanismo se encargó de resucitar formas y costumbres antiguas que fueron el germen sobre el que fructificarán los nuevos modelos gráficos. Es en este contexto, y en todos los ensayos que conllevó el triunfo de la letra humanística, en la que tomó carta de naturaleza la, hoy denominada, escritura prehumanística³⁰. Gimeno Blay sostiene que es precisamente en ese camino y transición entre la gótica y la humanística en la que aparece nuestra prehumanística, como si de un ensayo se tratase, conformada esencialmente a partir del alfabeto carolino al que se le añaden rasgos gráficos predominantemente bizantinos³¹.

Pero la elección de tipos gráficos en epigrafía siempre ha estado estrechamente relacionada con los tres agentes que participan del proceso comunicativo: autor o comitente, rogatario o autor material y destinatario o espectador³². A ellos se debe la configuración interna y externa de las inscripciones. Si autor y rogatario son los

²⁹ En efecto, se trata de un periodo de convivencia. Hay un profundo interés por recuperar las formas clásicas inspiradas en la epigrafía romana conservada. El mejor reflejo de ello se encuentra en la producción libraria y especialmente en los colofones de algunos códices. Vid. con carácter general PETRUCCI, Armando – *Libri, scrittura e pubblico nel Rinascimento. Guida storica e critica*. Roma- Bari: Universale Laterza, 1979.

³⁰ Sobre la base de lo señalado por Koch, Martín López matiza lo siguiente: “En efecto, la escritura epigráfica prehumanística es una mezcla de formas y grafías tomadas de diferentes alfabetos anteriores a los que se añade una serie de elementos decorativos. Estas son las características que va a presentar la prehumanística en toda Europa y, naturalmente, la castellana en que, como elemento distintivo, volveremos a encontrar formas del alfabeto visigótico”. Cf. MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – “La escritura prehumanística en las inscripciones castellanas. Aproximación a su estudio”. In HERRERO DE LA FUENTE, Marta, *et al.* (ed.) – *Alma Littera. Estudios dedicados al profesor José Manuel Ruiz Asencio*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2014, pp. 397-407.

³¹ GIMENO BLAY, Francisco – “De la ‘luxurians littera’ a la ‘castigata et clara’”. Del origen gráfico medieval al humanístico (siglos XV-XVI). *Litterae Caestales* 2 / 1 (2007), pp. 9-51.

³² Los principios metodológicos y la nomenclatura utilizada en este estudio es la utilizada en la publicación del *Corpus Inscriptionum Hispaniae Mediaevalium*, colección de referencia en la publicación de estudios sobre epigrafía medieval hispana. Dichos principios metodológicos fueron esbozados por los profesores García Lobo y Martín López en 1995. Vid. GARCÍA LOBO, Vicente;- MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – *De Epigrafía medieval. Introducción y álbum*. León: Universidad de León, 1995. Dichos principios metodológicos fueron desarrollados por el doctor García Lobo. Vid. GARCÍA LOBO, Vicente – “La Epigrafía medieval. Cuestiones de método”. In RUIZ TRAPER, María (ed.) – *Centenario de la Cátedra de "Epigrafía y Numismática" Universidad Complutense de Madrid 1900/01-2000/01*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2001, pp. 77-119.

responsables de la elección de tipos gráficos, el destinatario es el condicionante esencial de esa elección. Por tanto, el análisis paleográfico nos ofrece información esencial sobre el escenario social, espacial y cronológico de la obra. En los casos de epigrafía ligada a escultura y pintura, además, nos ofrece información relevante sobre el artista. En este tipo de obras, la inscripción es un vector entre la imagen y la intención comunicativa del artista. Habitualmente decimos que el texto completa o explica la imagen y, en efecto, así es la mayoría de las ocasiones³³. De ahí que demos en llamar a este tipo de inscripciones *explanaciones*³⁴. Pero los personajes y las escenas son susceptibles de interpretarse bajo distintas formulaciones textuales que pueden ser más o menos extensas. A veces, incluso el texto explicativo – la *explanatio* – se reduce a una palabra, una sigla o simplemente algunas letras identificativas. La inscripción debe cumplir aquí con dos premisas: por un lado, no perder su valor textual y el poder de transmisión – publicidad –; y, por otro lado, no interferir en la programación visual de la escena; esto es, no restar protagonismo a la imagen. Por ello, ha de analizarse con especial detenimiento si hay correlación entre el empleo de un tipo gráfico y el contexto en que se utiliza, máxime en este periodo de multigrafismo.

En definitiva, la escritura es un elemento más en la paleta del artista. Y en la paleta, además de múltiples colores, se encuentran variedad de formas gráficas que se escogen para diferenciar los distintos niveles de expresión que hay dentro de la escena. Por tanto, además de su valor primario como transmisores de un mensaje, tiene un valor secundario y complementario como elemento decorativo, para despertar el interés del espectador; para llamar su atención y para dirigirlo dentro del acto comunicativo.

³³ Sobre el binomio texto-imagen y su papel en la capacidad comunicativa de la obra artística Vid. GARCÍA MORILLA, Alejandro – “Las ‘explanaciones’ en el monasterio: la actividad publicitaria con fines pedagógicos”. In BALDAQUI ESCANDEL, Ramón (ed.) – *Lugares de escritura: el monasterio*. Alicante: Universidad de Alicante, 2016, pp. 373-386.

³⁴ MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación; GARCÍA LOBO, Vicente – “La epigrafía medieval en España. Por una tipología de las inscripciones”. In SANTIAGO FERNÁNDEZ, Javier; GALENDE DÍAZ, Juan Carlos (Coords.) – *VIII Jornadas Científicas sobre Documentación de la Hispania altomedieval (siglos VI-X)*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009, pp. 185-214, concretamente, pp. 194-195.

En el caso de nuestros retablos observamos esta realidad en sendos programas pictórico-epigráficos. Pero se utiliza multigrafismo respetando cada inscripción; esto es, no hay hibridación de alfabetos dentro de una misma inscripción. Por lo que respecta al retablo de santo Tomás – de la Duda –, comenzaremos señalando que no encontramos un criterio evidente para la elección de uno u otro alfabeto. Por ejemplo, en las filacterias predomina casi de forma absoluta la gótica minúscula, sin encontramos más excepción que la portada por el Arcángel Gabriel en la Anunciación, donde encontramos una escritura capital con la D uncial y una G tan abierta que la única diferencia con la D es el *ductus* dextrógiro mientras que en aquella es levógiro. Además, se puede observar una P con el trazo vertical llamativamente corto, que recuerda a las utilizadas en los epígrafes del siglo XIV. La M también resulta significativa. Grabada a partir de tres trazos verticales gruesos y dos oblicuos finos de inspiración gótica:



Fig. 1. Detalle de la escena de la Anunciación.

En esta misma escena, por el contrario, aparecen representados dos códices que si bien no parecen contener texto legible – es una representación gráfica figurativa – sí logran imitar una escritura minúscula, tal y como se aprecia en el detalle.

Además de en la Anunciación, encontramos mayúscula prehumanística en los ropajes y telas de las escenas de la Coronación y de la Aparición de la Virgen:



Fig. 2. Detalle escritura prehumanística escena de la Coronación.

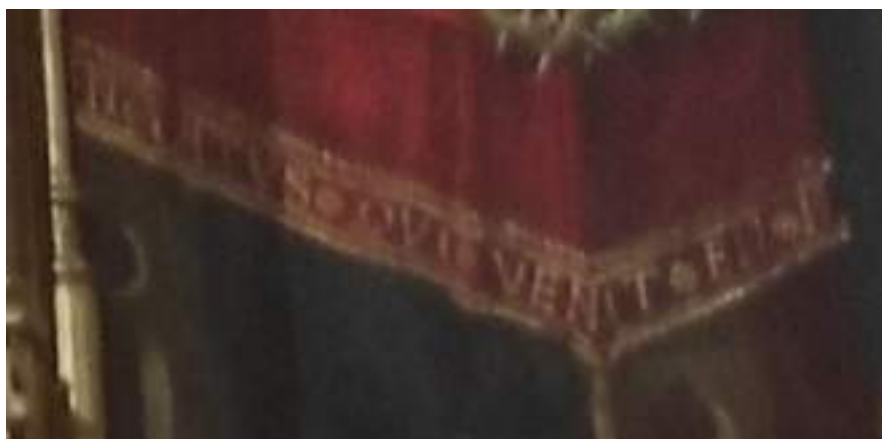


Fig. 3. Detalle escritura capital escena de la Aparición de la Virgen.

Aunque por el momento no son muy abundantes los estudios sobre prehumanística publicitaria en España, sí se ha observado en las muestras analizadas un gusto de

los artistas por incluir este tipo de escritura en los remates de ropajes, telas decorativas, manteles, etc. especialmente cuando se trata de obras pictóricas³⁵.

Por último, también fue utilizada en la *roboratio*³⁶ de Pedro Marcilla inserta en la parte final de las escenas de la fila intermedia del retablo:



Fig. 4. Detalle *roboratio* de la Duda. Escritura prehumanística.

Se observa gran similitud en todas ellas, especialmente entre ésta y la *explanatio* de la filacteria de la Anunciación.

Respecto a las características de la gótica, destaca la regularidad de sus formas. Algunas de sus iniciales son mayúsculas o están agrandadas y decoradas, recordando la página de códice, en la que se inspira. Se observa una buena separación de palabra y las más de las veces fortalecida por el punto intermedio, que anima a una lectura más precisa y sosegada. Se respeta siempre el orden de lectura desde la parte inferior a la superior. El texto es, en todo momento, alusivo al personaje representado. Casi siempre, de tipo intitutivo. Ocasionalmente, también a través de algún pasaje bíblico con el que se le relaciona.

³⁵ Sobre la concatenación de modelos gráficos en inscripciones pictóricas Vid. RODRÍGUEZ SUÁREZ, Natalia – *Los mensajes epigráficos*, pp. 163-196. Para el caso valenciano es interesante una reciente Tesis Doctoral leída en la Universidad de Valencia. Vid. MACIÁN FERRANDIS, Julio – *Studiosae litteras in picturis attendere. Estudi i edició de les inscripcions de la pintura valenciana (1238-1579)*. Valencia: Universidad de Valencia, 2022.

³⁶ “Son inscripciones que dan noticia del comitente de un edificio o de un objeto votivo cualquiera. Análogas a las *Donationes*, se distinguen de ellas por su notificación, formulada al modo de las *roborationes* documentales: *iussit fieri, fecit fieri*. Equivalente a esta fórmula es *fecit* cuando es evidente que quiere significar lo hizo hacer”. Cf. MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación; GARCÍA LOBO, Vicente – *La epigrafía medieval en España*, p. 193.



Fig. 5. Detalle filacterias en el arranque de perímetro del retablo.

Por lo que se refiere a la escritura del retablo del Cristo de Caparroso, observamos una dinámica antagónica. En primer lugar, hay un protagonismo absoluto de la escritura mayúscula. La minúscula únicamente se reservó para una cartela sobre el nimbo del Cristo con el texto: *Iesus Nazarenus Rex Iudeoru(m)*:



Fig. 6. Retablo completo del Cristo y detalle cartela en gótica minúscula.

En segundo lugar, todas las escenas contienen, y están presididas por filacterias serpenteantes que tienen a dibujar una S más o menos regular. Ésta preside la escena dejando la figura del personaje en segundo plano. Además, se incluye en

alguna de las esquinas de cada escena de las 16 tablas una pequeña cartela con el nombre de los profetas a quien acompañan. Los textos de las filacterias son prolijos lo que unido a su redacción en mayúscula obliga a su ejecución en dos renglones separados por una línea rectora de escritura. A su vez, todas comienzan con una inicial distinguida en color oro o rojo y de mayor tamaño que las demás. Esta inicial suele incluir también algún tipo de ornamento o filigrana, que evocan de nuevo su uso en los lujosos códices litúrgicos:



Fig. 7. Detalle iniciales y filigranas de las filacterias de la Pasión.

Los tipos gráficos parecen querer retrotraerse a la anterior centuria, pero ahora con mayor artificiosidad y recuperando tipos gráficos más tempranos como la A y la O. En las grafías predominan las formas redondas. Se observa esa relación modular que tiende al 2; es decir, letras el doble de altas que de anchas³⁷. Así se logran letras más esbeltas que ofrecen una imagen más cuidada y legible. A ello ayuda sobremanera la escasez de abreviaturas. A la hora de comparar esta escritura con la mayúscula del otro retablo encontramos dos fenómenos contrapuestos. Por un lado, algunas

³⁷ Sobre las características evolutivas de esta escritura en relación a la precedente mayúscula empleada en el siglo XIII, cf. GARCÍA LOBO, Vicente – “La escritura publicitaria en la Península Ibérica. Siglos X-XIII”. In KOCH, Walter; STEININGER, Christine (eds.) – *Inscript und material Inscript*, pp. 151-190, concretamente, p. 183.

diferencias significativas. Fijémonos especialmente en el remate de las letras – trazos iniciales y finales:

	Santo Tomás	Cristo
A		
E		
M		
N		
P		
R		
Z		

Fig. 8. Cuadro de escrituras. Diferencias.

Por otro lado, similitudes también significativas:

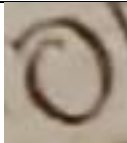






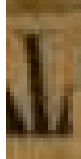




	Tomás	Cristo
D		
G		
H		
L		
O		
T		

Fig. 9. Cuadro de escrituras. Similitudes.

Si comparamos lo que sucede en otras representaciones contemporáneas, también de origen hispano-flamenco y próximas geográficamente, como el retablo mayor de la Catedral de Tudela, no encontramos este fenómeno de utilización simultánea de

mayúsculas y minúsculas en cartelas o filacterias. Sólo de forma alegórica en telas o complementos de los figurantes³⁸.

La Dra. Rodríguez Suárez en su pormenorizado estudio sobre la escritura epigráfica en la pintura del siglo XV – ya citado – ofrece algunos datos interesantes tras un análisis cuantitativo³⁹. Lo que más nos interesa en este momento es que los autores coetáneos de nuestra obra utilizan mayoritariamente la escritura gótica minúscula para las filacterias⁴⁰. Para los ropajes se prefiere la prehumanística, unas veces con texto explícito y otras con letras sueltas sin aparente significado o con valor simbólico o figurado⁴¹. Su análisis nos permite comparar si nuestro caso sigue o no este patrón general. Así pues, por un lado, la escritura del retablo de santo Tomás – la Duda – sí seguiría este esquema. Prevalencia de la gótica minúscula en las filacterias e inclusión de la prehumanística en ropajes y para la *roboratio* que no forma parte, como tal, de la comunicación artística del retablo. Quedaría, como verso suelto, la filacteria de la Anunciación. Sin embargo, por otro lado, sucede lo contrario en el retablo del Cristo, tal y como hemos pormenorizado más arriba.

Además, en el estudio de Rodríguez Suárez se observa una tendencia generalizada a abreviar INRI en letras góticas. En el de Caparroso se desarrolla por completo, aunque también lo hace en esta minúscula⁴². Respecto a la lengua utilizada, sí se respeta la norma. Utilización absoluta del latín. Esto suele ser habitual cuando se trata de textos bíblicos que tratan de reproducir la forma clásica sin alteraciones, para lograr un mayor realismo. También resulta interesante observar que se utilizó esta lengua para la *roboratio* aun cuando esta decisión pudiera limitar el número de lectores a los que llegase el mensaje.

³⁸ Sobre el retablo de Tudela, vid. con carácter general FERNÁNDEZ-LADREDA AGUADÉ, Clara (ed.) – *El retablo mayor de la catedral de Tudela: historia y conservación*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2001.

³⁹ RODRÍGUEZ SUÁREZ, Natalia – *Los mensajes epigráficos*, pp. 163-196.

⁴⁰ RODRÍGUEZ SUÁREZ, Natalia – *Los mensajes epigráficos*, p. 180.

⁴¹ RODRÍGUEZ SUÁREZ, Natalia – *Los mensajes epigráficos*, p. 181.

⁴² RODRÍGUEZ SUÁREZ, Natalia – *Los mensajes epigráficos*, p. 184.

Conclusiones

Tras el análisis de todos los datos presentados podemos establecer algunas conclusiones. En primer lugar, se puede comprobar el valor comunicativo de la escritura publicitaria y su especial importancia dentro de los programas iconográficos. Las *explanations-intitulativas* y *doctrinales* – sirven para centrar y concentrar la expresión comunicativa de la imagen – escena – guiando al lector y haciendo hincapié en aspectos significativos del discurso. En segundo lugar, que para lograr esta misión – funcionalidad concreta de la inscripción – el calígrafo (artista) cuenta con una serie de recursos que le permiten establecer distintos niveles de comunicación. Son las estrategias clásicas del epigrafista aplicadas sobre un fondo plano: emplazamiento, visibilidad y perdurabilidad⁴³. Normalmente analizamos estos tres agentes dentro un contexto arquitectónico o escultórico; esto es, la relación del epígrafe con el edificio o la escultura. El volumen y la dimensión junto con la propia escritura y la técnica de ejecución son los factores determinantes del éxito comunicativo de la inscripción, cuando se haya en un contexto tridimensional. El pintor debe trasladar ese lenguaje a las dos dimensiones y lograr que el espectador comprenda la prioridad de un mensaje respecto a otro. Eso se logra, tal y como decíamos antes, a través de una serie de estrategias que van cambiando y evolucionando con los gustos, necesidades y avances técnicos de cada época. En tercer lugar, que la decisión sobre el papel jugado por la inscripción dentro de la escena se fundamenta en su ubicación y disposición. Veámos como en el retablo de santo Tomás, las filacterias estaban en el fondo y la imagen en la superficie. El texto era, en ocasiones, fragmentario. Las mismas solían situarse en las partes alta, a izquierda o derecha, como si estuviesen saliendo de la boca del personaje que las porta. Son estrechas y no demasiado largas. Siempre escritura negra sobre fondo blanco. La excepción la representa la tabla de la Anunciación, que se acerca más a la disposición del segundo retablo. Además de contar con la escritura mayúscula ya descrita, la filacteria se encuentra en la parte media de la escena entre la Virgen María y el Arcángel. Se sitúa en el mismo plano que la imagen. Sin embargo, los libros, cuya trasmisión textual es figurada, incluyen escritura minúscula que

⁴³ Así lo viene defendiendo el profesor García Lobo desde 1995. Cf. GARCÍA LOBO, Vicente; MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – *De Epigrafía medieval. Introducción y álbum*. León: Universidad de León, 1995, pp. 99-100.

imita la *textualis solemne* de los libros litúrgicos que representan. En este caso, la escritura es un recurso para potenciar el naturalismo y la autenticidad en la imagen y su valor comunicativo, su funcionalidad específica, es la identificativa – explicativa sin una comunicación expresa –. Sucede algo opuesto en el retablo del Cristo de Caparros. Aquí las filacterias son traídas al primer plano de la escena. Ninguna se encuentra tapada o superpuesta por elemento alguno de la escena. Son carteles mucho más anchos y con doble línea de escritura. La línea rectora que separa los renglones ha sido grabada exprofeso delimitando visualmente el campo de escritura. La dirección de lectura viene marcada por la inclusión de iniciales decoradas y coloreadas y de un tamaño sensible superior. Las palabras se encuentran perfectamente separadas por un punto intermedio y las abreviaturas son muy escasas. Además, son habituales los elementos decorativos al final de algunas frases, con la intención de completar la línea de escritura para justificar el texto y rellenar el mayor espacio posible. Así se logra una delimitación armónica de los espacios⁴⁴. En un segundo nivel comunicativo se encuentran las cartelas identificativas de los profetas. Si bien siguen utilizando la mayúscula, se ubican siempre en alguna de las cuatro esquinas de la tabla, todas las letras son regulares del mismo tamaño y color, sin ningún tipo de decoración. Todas estas *intitulationes* a pesar de corresponderse con un nivel inferior de expresión, siguen jugando un papel prioritario. Se superponen a la imagen, siendo más próximas al lector.

Por tanto, el autor dotó a cada texto de una funcionalidad específica. Tal y como estudió Debiais, nos encontramos ante personajes del Antiguo Testamento que se expresan a través de sus filacterias⁴⁵. La finalidad de su expresión es invitar a la reflexión sobre la muerte y la importancia de haber seguido una vida digna. La elección del fragmento escogido y su mayor o menor adaptación al lenguaje epigráfico tiene que ver, precisamente, con la extensión del campo de escritura⁴⁶. Y

⁴⁴ Por analogía con la composición de la página del códice se ha estudiado el proceso de impaginación de las inscripciones observándose que en la concepción intelectual de ambos objetos escritos se siguieron procesos similares. Cf. GARCÍA MORILLA, Alejandro – “La *impaginatio* en las inscripciones del románico burgalés”. In MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación; GARCÍA LOBO Vicente (eds.) – *Impaginatio en las inscripciones medievales*. León: Universidad de León, 2011, pp. 213-229.

⁴⁵ DEBIAIS, Vicent – *Construcción epigráfica*, p. 800.

⁴⁶ DEBIAIS, Vicent – *Construcción epigráfica*, p. 800. Debiais señala como ejemplo significativo el texto del profeta Jacob en su adaptación al pasaje del libro del Génesis.

es aquí donde reside el aspecto más llamativo. Si el artista es conocedor, como hemos comprobado en el otro retablo y en la cartela del Cristo, de la escritura minúscula gótica y esta, a su vez, también era familiar al espectador – dado que la empleó sin miramientos en el otro – ¿cómo no fue la elegida ahora cuando la necesidad de plasmar textos más largos y de mayor calado, con un espacio limitado, que le obligó a reducir y reinterpretar algunos de ellos? La respuesta, como es lógico, ha de moverse en el terreno de la hipótesis y no puede ser única ni definitiva.

Quizá al encontrarnos en un momento en el que las ideas humanistas habían calado profundamente en la Navarra de comienzos del siglo XVI y donde la escritura minúscula gótica comenzaba a caer en el ostracismo, primara la utilización de grafías capitales. En caso de ser así, la claridad de los caracteres gráficos y la facilidad de lectura venció a la exactitud o desarrollo íntegro y textual de los pasajes bíblicos, que por otro lado se presumen conocidos por un espectador ciertamente culto en quien pensó el artista. Sin embargo, aunque esta explicación pueda resultar la más lógica, no termina de satisfacernos. De ser tal y como exponemos, sería lógico que se hubiese empleado también en el anterior retablo y no solo en la *roboratio* y en una de las *explanationes*. Además, tal y como señala Debiais, los textos elegidos no forman parte del elenco que se asocia habitualmente con el profeta representado⁴⁷. Han sido escogidos para acompañar la imagen central de Cristo en su Pasión que finaliza con su muerte y resurrección. Sin embargo, los textos epigráficos elegidos abarcan una reflexión sobre la muerte mucho más amplia que la escenificada en el Calvario⁴⁸. Ello tiene que ver con la función funeraria de la capilla para la que fueron concebidos: la propia muerte y resurrección del comitente, Pedro Marcilla. Y para ello utiliza como eje central la Crucifixión como “emblema de la redención y salvación del género humano”⁴⁹.

De igual modo, y de acuerdo a lo dicho más arriba, las distintas filacterias que acompañan a Cristo y a los profetas han de ser representaciones contextuales, pero no significativas del personaje al que acompañan. En este sentido, la utilización de

⁴⁷ DEBIAIS, Vicent – *Construcción epigráfica*, p. 800, p. 802.

⁴⁸ DEBIAIS, Vicent – *Construcción epigráfica*, p. 800, p. 806.

⁴⁹ RODRÍGUEZ PEINADO, Laura – “La Crucifixión”. *Revista Digital de Iconografía Medieval* Vol. II, nº. 2 / 4 (2010), pp. 29-40, concretamente, p. 29.

la mayúscula prehumanística serviría como reclamo publicitario más junto con la prominencia de los soportes gráficos y su emplazamiento y disposición. Se trataría de guiar al espectador en la comprensión del sentido comunicativo de la capilla dentro de la celebración litúrgica.

De ser así, se eligiera la gótica minúscula para el retablo de la Duda debido a su naturaleza introductoria. Aunque gira en torno a la Duda y esta pudiera entenderse como la secuencia final de la Pasión de Cristo, lo cierto es que hace un recorrido por los principales pasajes de la vida de Jesús como hombre⁵⁰. Así, la imagen adquiere el protagonismo y la inscripción se convierte en instrumento explicativo; comparsa de la escena. Así pues, el espectador haría un recorrido rápido y se situaría en la mejor predisposición para comprender mejor el mensaje del segundo retablo. En efecto, una alegoría del circuito vital del hombre para llegar a la Pasión con la muerte como meta inescrutable para el hombre. Pero esta posibilidad también genera interrogantes. ¿Por qué se incluyó aquí y no en la Pasión, en una de las escenas finales, la representación de los donantes y sus hijos?⁵¹ ¿Y la firma del comitente? ¿Se decidió de forma tácita o se debió a una respuesta técnica del artista?

En fin, con la utilización de la prehumanística en la tabla de la Anunciación se pretendiera poner el énfasis en el inicio del misterio de la Encarnación, donde el Dios humanizado le recuerda al hombre su condición de ser finito. Al fin y al cabo, el momento representa la humanización de Cristo cuya condición finaliza con la crucifixión en la escena de la Pasión. Escena que en este retablo se representa en la franja inferior dispuesta en siete tablas sin ningún tipo de referencia epigráfica, pero que sin embargo se desarrolló con toda exhaustividad textual en el otro. Esta explicación, aunque posible, resulta un tanto complicada, especialmente a ojos del espectador.

⁵⁰ Sobre el programa iconográfico de los dos retablos y su relación entre sí y con el resto de pintura navarra de finales del siglo XV, Vid. con carácter general ACELGUI APESTEGUÍA, Alberto – *La pintura gótica en Navarra*.

⁵¹ LACARRA DUCAY, María Carmen – “El arte gótico en Navarra. La pintura sobre tabla del siglo XV”. In *Cátedra de Patrimonio y Arte Navarro. Ciclos y conferencia 2016*, disponible en <https://www.unav.edu/web/catedra-patrimonio/actividades/ciclos-y-conferencias/2016/la-pintura-sobre-tabla-del-siglo-xv>

También puede haber otras explicaciones más prácticas como que su utilización se deba únicamente a cuestiones estéticas. ¿tenía predilección por una de las escenas y utilizó en ella caracteres capitales? ¿Debido al resultado, lo empleó posteriormente en la *roboratio*? Tampoco nos convence esta explicación dado que la programación de la obra artística no suele dejar estas cuestiones a la improvisación.

Aunque quizá lo más plausible sea que los artistas encargados de la ejecución de la escritura fueran varios; dos al menos. Que su intervención fuera consecutiva, aunque contemporánea. Esto explicaría no solamente la utilización de tipos gráficos mayúsculos y minúsculos sino también las diferencias gráficas que hemos visto en la comparación de alfabetos. Si, en efecto, los retablos están adscritos al taller del Díaz de Oviedo, la explicación cobraría gran sentido toda vez que está constatada la colaboración del maestro con distintos pintores. Conocemos la estrecha colaboración de Diego de Águila, maestre Ferrando, Antón Martínez, Juan de Gómara y Pedro de Miranda⁵². Quizá la colaboración de varios de ellos e incluso de discípulos de estos esté detrás de estas variaciones gráficas y del propio diseño conceptual de los espacios de escritura.

Referencias Bibliográficas

ACELDEGUI APESTEGUIA, Alberto – “Diego Polo. El último pintor del gótico en Navarra”. *Príncipe de Viana* 232 (2004), pp. 369-420.

ACELGUI APESTEGUÍA, Alberto – *La pintura gótica en Navarra. (1470-1530)*, Tesis Doctoral. Navarra: Universidad de Navarra, 2004.

BURGO, María Antonia del – *La catedral de Pamplona*. León: Everest, 1977.

CASTRO ÁLAVA, José Ramón – “Pedro Díaz de Oviedo y el retablo mayor de la catedral de Tudela”. *Príncipe de Viana* 7 (1942), pp. 121-137.

CAVALLO, Giugelmo; MAGISTRALE, Francesco – “Mezzogiorno normanno e scritte espota”. In CAVALLO, Giugelmo; MANGO, Cyril (eds.) – *Epigrafia medievales greca e latina. Ideologia e funzione*. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi Sull’alto Medioevo, 1995, pp. 293-329.

⁵² LACARRA DUCAY, María Carmen.- “Pintores aragoneses en Navarra durante el siglo XV”. *Príncipe de Viana*. 154-155 (1979), pp. 81-86, concretamente, p. 86.

DEBIAIS, Vincent – “Construcción epigráfica y uso funerario del retablo de la Pasión de los Caparrosos: herencia isidoriana e influencia litúrgica”. *Príncipe de Viana* 68 (2007), pp. 797-812.

FERNÁNDEZ-LADREDA AGUADÉ, Clara (ed.) – *El retablo mayor de la catedral de Tudela: historia y conservación*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2001.

FRANCO MATA, Ángela – “*Secundum legem debet mori*: los profetas y el proceso a Jesús en la literatura y el arte”. *Boletín del Museo Arqueológico Nacional* 20 / 1-2 (2002), pp. 145-172.

GARCÍA LOBO, Vicente – *Los medios de comunicación social en la Edad Media. La comunicación publicitaria*. León: Universidad de León, 1991.

GARCÍA LOBO, Vicente – “La escritura publicitaria en la Península Ibérica. Siglos X-XIII”. In KOCH, Walter; STEININGER, Christine (eds.)- *Inschrift und material Inschrift und Buchschrift. Fachtagung für mittelalterliche und neuzeitliche epigraphik. Ingolstadt 1997*. München: Taschenbuch, 1999, pp. 151-190.

GARCÍA LOBO, Vicente – “La Epigrafía medieval. Cuestiones de método”. In RUIZ TRAPERO, María (ed.)- *Centenario de la Cátedra de “Epigrafía y Numismática” Universidad Complutense de Madrid 1900/01-2000/01*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2001, pp. 77-119.

GARCÍA LOBO, Vicente – “El difunto reivindicado a través de las inscripciones”. In SANTIAGO FERNÁNDEZ, Javier; GALENDE DÍAZ, Juan Carlos (eds.)- *IX Jornadas Científicas sobre Documentación: la muerte y sus testimonios escritos*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2011, pp. 171-198.

GARCÍA LOBO, Vicente – “La analogía en las ciencias de la escritura”. In HERRERO DE LA FUENTE, Marta *et al.* (ed.)- *Alma littera. Estudios dedicados al profesor José Manuel Ruiz Asencio*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2014, pp. 253-281.

GARCÍA LOBO, Vicente; MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – *De Epigrafía medieval. Introducción y álbum*. León: Universidad de León, 1995.

GARCÍA LOBO, Vicente; MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – “La escritura publicitaria en la Edad Media. Su funcionalidad”. *Estudios humanísticos. Geografía, Historia y Arte* 18 (1996), pp. 125-146.

GARCÍA MORILLA, Alejandro – “La *impaginatio* en las inscripciones del románico burgalés”. In MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación; GARCÍA LOBO Vicente (eds.) – *Impaginatio en las inscripciones medievales*. León: Universidad de León, 2011, pp. 213-229.

GARCÍA MORILLA, Alejandro – “Las ‘explanaciones’ en el monasterio: la actividad publicitaria con fines pedagógicos”. In BALDAQUI ESCANDEL, Ramón (ed.) – *Lugares de escritura: el monasterio*. Alicante: Universidad de Alicante, 2016, pp. 373-386.

GAY, Françoise – “Il a parlé par les prophètes. Les inscriptions présentées par les prophètes dans l’art de l’Occident médiéval”. *In-cription. Revue en ligne d’études épigraphiques* (publication en ligne le 11 setembre de 2017).

GIMENO BLAY, Francisco – “Materiales para el estudio de las escrituras de aparato bajomedievales”. In KOCH, Walter (ed.) – *Epigraphik 1988. Referate und Round-table-Gespräche. Fachtagung für Mittelalterliche und Neuzeitliche Epigraphik, Graz, 10. - 14. Mai 1988*. Viena: Deutsches Historisches Institut Paris, 1990, pp. 195-216.

GIMENO BLAY, Francisco – “De la ‘luxurians littera’ a la ‘castigata et clara’. Del origen gráfico medieval al humanístico (siglos XV-XVI)”. *Litterae Caesteles* Vol. 2 / 1 (2007), pp. 9-51.

GOMEZ VOZMEDIANO, Miguel Fernando – “La heráldica del poder: los emblemas de la nobleza española. Realidad y ficción”. *Memoria y civilización: anuario de historia* 20 (2017), pp. 111-146.

KOCH, Walter – “Zur sogenannten frühhumanistischen kapitalis”. In KOCH, Walter (ed.) – *Epigraphik 1988. Referate und Round-table-Gespräche. Fachtagung für Mittelalterliche und Neuzeitliche Epigraphik, Graz, 10. - 14. Mai 1988*. Viena: Deutsches Historisches Institut Paris, 1990, pp. 337-345.

KOCH, Walter – “Inscripciones y estudios epigráficos de los países de lengua alemana”. *Estudios humanísticos. Geografía, historia y arte* 18 (1996), pp. 161-182.

LACARRA DUCAY, María Carmen – “Pintores aragoneses en Navarra durante el siglo XV”: *Príncipe de Viana* 154-155 (1979), pp. 81-86.

LACARRA DUCAY, María Carmen – “Pintura”. In JUSUÉ SIMONENA, Carmen (ed.)- *La catedral de Pamplona*, Vol. I. Pamplona: Caja de Ahorro de Navarra, 1994, pp. 355-373.

LACARRA DUCAY, María Carmen – “El arte gótico en Navarra. La pintura sobre tabla del siglo XV”. In *Cátedra de Patrimonio y Arte Navarro. Ciclos y conferencia 2016*, disponible en <https://www.unav.edu/web/catedra-patrimonio/actividades/ciclos-y-conferencias/2016/la-pintura-sobre-tabla-del-siglo-xv>

LAMBERT, Elías – “La catedral de Pamplona”. *Príncipe de Viana* 12 (1951), pp. 9-38.

MACIÁN FERRANDIS, Julio – *Studiose litteras in picturis attendere. Estudi i edició de les inscripcions de la pintura valenciana (1238-1579)*. Valencia: Universidad de Valencia, 2022. Tesis Doctoral.

MADRAZO, Pedro de – *España, sus monumentos y artes, su naturaleza e historia. Navarra y Logroño*. T. II. Barcelona: Daniel Cortezo, 1886.

MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – “La escritura publicitaria en la Península Ibérica. Siglo XV”. In KOCH, Walter; STEININGER, Christine (eds.) – *Inchrift und*

material Inschrift und Buchschrift. Fachtagung für mittelalterliche und neuzeitliche epigraphik. Ingolstadt 1997. München: Taschenbuch, 1999, pp. 191-206.

MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación – “La escritura prehumanística en las inscripciones castellanas. Aproximación a su estudio”. In HERRERO DE LA FUENTE, Marta, et al. (ed.) – *Alma Littera. Estudios dedicados al profesor José Manuel Ruiz Asencio.* Valladolid: Universidad de Valladolid, 2014, pp. 397-407.

MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación; GARCÍA LOBO, Vicente – “La epigrafía medieval en España. Por una tipología de las inscripciones”. In SANTIAGO FERNÁNDEZ, Javier; GALENDE DÍAZ, Juan Carlos (eds.) – *VIII Jornadas Científicas sobre Documentación de la Hispania altomedieval (siglos VI-X).* Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2009, pp. 185-214.

MARTÍNEZ DE AGUIRRE, Javier – “La capilla funeraria en la Navarra medieval”. In COLOMA MARTÍN, Isidoro (ed.) – *Correspondencia e integración de las artes: XIV Congreso Nacional de Historia del Arte; Málaga, del 18 al 21 de septiembre.* Vol. 3. T. I. Málaga: Universidad de Málaga, 2006, pp. 115-128.

NAVASCUÉS Y DE JUAN, Joaquín María de – *El concepto de la Epigrafía. Consideraciones sobre la necesidad de su ampliación. Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia por los señores don Joaquín María de Navascués y de Juan y don Manuel Gómez-Moreno y Martínez en la recepción pública del primero el día 18 de enero de 1953.* Madrid: Aldus, 1953, pp. 71-72.

OSTOS SALCEDO, Pilar – “Escritura distintiva en códices y documentos castellanos de la Baja Edad Media”. In MARTÍN LÓPEZ, María Encarnación; GARCÍA LOBO, Vicente – *Las inscripciones góticas. II Coloquio Internacional de Epigrafía Medieval. León del 11 al 15 de septiembre de 2006.* León: Corpus Inscriptionum Hispaniae Mediaevalium, 2010, pp. 45-63.

PETRUCCI, Armando – *Libri, scrittura e pubblico nel Rinascimento. Guida storica e critica.* Roma- Bari: Universale Laterza, 1979.

PETRUCCI, Armando – “Epigrafía e Paleografía. Inchiasta sui rapporti fra due discipline”. *Scrittura e Civiltà* 5 (1981), pp. 265-312.

RODRÍGUEZ PEINADO, Laura – “La Crucifixión”. *Revista Digital de Iconografía Medieval* 2 / 4 (2010), pp. 29-40.

RODRÍGUEZ SUÁREZ, Natalia – “Los mensajes epigráficos en la pintura del siglo XV: un análisis de su diversidad gráfica”. In MARTÍN LÓPEZ, Encarnación; FRANCISCO OLMOS, José María. (Eds.) – *La comunicación social en la Europa Medieval.* Madrid: Dykinson, 2021, pp. 163-196.

RUIZ GARCÍA, Elisa – “Imagen como texto, texto como imagen”. *Revista de poética medieval* 30 (2016), pp. 287-309.

SANDOVAL, Prudencio – *Catálogo de los obispos que ha tenido la Santa Iglesia de Pamplona*. Pamplona: Nicolás de Assiayn, 1614.

TREFFOT, Cecile – *L'Église carolingienne et la mort*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1996.

VEZIN, Jean – “Épigraphie et titres dans les manuscrits latins du haut Moyen Âge”. In FREDOUILLE, Jean-Claude (ed.) – *Titres et articulations du texte dans les oeuvres antiques*. Paris: Institut d'Études Agustiniennes, 1997, pp. 449-458.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GARCÍA MORILLA, Alejandro – “Escritura publicitaria en el tránsito entre el medievo y la modernidad. Los retablos de Santo Tomás y Cristo de Caparros de la Catedral de Pamplona. Estudio paleográfico.”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 221-247. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 35 | Janeiro – Junho 2024

ISSN 1646-740X

Nuno Álvares Pereira, senhor de Almada

Nuno Álvares Pereira, landlord of Almada

José Augusto C. F. Oliveira

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
Centro de Estudos Históricos
1070-312 Lisboa, Portugal

oliveira.josef@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-2430-7755>

Data recepção do artigo / Received for publication: 14 de Julho de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7754>

RESUMO

Do percurso de vida de Nuno Álvares Pereira foram sempre destacadas as ações guerreiras e as virtudes religiosas, permanecendo ainda nebuloso o seu desempenho como detentor de poderes jurisdicionais sobre vastos domínios.

Quando as negociações de paz com Castela ficaram definitivamente encarreiradas e os seus serviços militares deixaram de ser indispensáveis à afirmação política de D. João I e à defesa do reino, Nuno Álvares Pereira, que, segundo é sabido, nunca se enraizou em nenhum lugar, parece centrar a sua atenção em Almada. Promoveu um paço no recinto do castelo, onde terá residido efetivamente, ainda que por um curto período, procedeu a investimentos, que motivaram o desacordo de D. João I, e interferiu na vida concelhia em diversas vertentes, ao abrigo dos seus poderes senhoriais. Foi ainda em Almada que tratou de assegurar a viabilização do empreendimento do convento do Carmo, para onde se retiraria em 1423, no ano seguinte à doação da vila e termo à neta Isabel.

Palavras-chave: Nuno Álvares Pereira; Almada medieval; senhorio jurisdicional; oficiais senhoriais; Convento do Carmo.

ABSTRACT

From Nuno Álvares Pereira's life path, were always highlighted his warlike actions and his religious virtues, although his performance as holder of jurisdictional powers over vast domains still remains unclear.

When peace negotiations with Castile were definitively in line and his military services were no longer indispensable to the political declaration of D. João I and the defense of the kingdom, Nuno Álvares Pereira, who, as is known, never took root in any place, seems to focus its attention on Almada. He promoted a palace in the castle grounds, where he effectively resided, albeit for a short period, and made investments, which led to the disagreement of D. João I, and interfered in the council's life in various aspects, under the protection of his manorial powers. It was also in Almada that he tried to ensure the viability of the Carmo convent, where he would retire in 1423, the year following the donation of the town and term to his granddaughter Isabel.

Keywords: Nuno Álvares Pereira; Medieval Almada; Jurisdictional landlord; manor officials; Carmo Convent



Introdução

O percurso de vida de Nuno Álvares Pereira tem sido amplamente abordado pela historiografia nacional¹. Seja nas biografias, cuja lista já vai longa, seja em inumeráveis artigos, sobressai a dimensão militar e religiosa do herói de Aljubarrota. Por vezes a vertente humana também é merecedora de atenção. Recorre-se à genealogia, relatam-se episódios da sua educação, comenta-se o casamento, enaltecem-se as ações virtuosas que predizem, senão a santidade, uma renovada espiritualidade². As crónicas de D. Fernando e, sobretudo, de D. João I, de Fernão Lopes³, a par de uma outra, anónima, dedicada ao próprio Nuno Álvares⁴, escrita poucos anos depois da sua morte — às quais podemos juntar, com as devidas reservas impostas pela sua parcialidade, a tardia *Crónica dos Carmelitas*⁵ —, são as fontes que, por incontornáveis face à pródiga informação que transmitem, acabam por condicionar a generalidade dos estudos⁶. Porém, as referências biográficas a Nuno Álvares Pereira terminam com o fim das campanhas militares que opuseram Portugal e Castela, embora a crónica senhorial acrescente a participação na conquista de Ceuta, bem como a doação aos netos e entrada no convento do Carmo em 1422. Este vazio narrativo sobre as duas décadas que antecedem a sua *fuga*

¹ Leia-se o excelente “itinerário” historiográfico elaborado por MOITEIRO, Gilberto Coralejo – “Sobre Nun'Álvares Pereira... Notas historiográficas”. *Lusitania Sacra* 22 (2010), pp. 203-221.

² Sobre esta nova postura religiosa, veja-se ROSA, Maria de Lurdes – “Batalha(s): poder, consciência, religião e caminhos que se bifurcam”. In TAVARES, Rui (dir.) – *Portugal, uma retrospectiva. 1385*. Lisboa: Público/Tinta-Da-China, 2019, particularmente o título “Nuno Álvares Pereira: moralização do poder e poder da moral”, pp. 74-77.

³ LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. 2ª ed. crítica de Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004; LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo*. Parte Primeira. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915). Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973; Parte segunda. Ed. William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional, 1977.

⁴ Seguimos, no artigo, a versão titulada *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*. Ed. crítica da «Coronica do Condestabre». Introdução, notas e glossário de Adelino Almeida Calado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.

⁵ SANTANA, Fr. José Pereira de – *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes reynos de Portugal, Algarves e seus dominios*. Lisboa: Officina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745, Tomo I, Parte Terceira.

⁶ “As imagens perpassadas nas crónicas quatrocentistas acabaram por condicionar toda a produção literária e historiográfica posterior” (Gilberto Coralejo – “Sobre Nun'Álvares Pereira”, p. 217).

mundi, encontra eco na escassa produção de estudos sobre uma terceira dimensão da vida de Nuno Álvares Pereira — o exercício do poder senhorial⁷.

No início deste período, Nuno Álvares Pereira ligou-se particularmente a Almada, uma das inúmeras terras com que D. João recompensou generosamente o contributo militar do “segundo braço da deffenssom do reino”⁸.

1. Almada e Nuno Álvares Pereira, ano de 1384

A vila, sobranceira ao rio, coroando o esporão que terminava em Cacilhas, face a face com a ribeira de Lisboa, constituía um ponto decisivo no controlo do Tejo e da margem sul, dominando um porto privilegiado para o acesso a Lisboa. Por isso, no convulso período de 1383-1385, em particular durante o cerco de Lisboa por D. João I de Castela, o território de Almada tornou-se familiar a Nuno Álvares.

Segundo Fernão Lopes, a importância estratégica de Almada foi atempadamente percecionada pelo conselho régio. Em reunião realizada a 1 de janeiro de 1384, quando Almada ainda era controlada por homens de D. Leonor Teles⁹, considerou imperioso que Almada tomasse voz pelo Mestre de Avis, dado “que era assi come chave do mar pera quallquer armada que elRei de Castella sobre a cidade quisesse fazer”¹⁰. Na versão da *Estoria*¹¹, D. João recebeu a notícia da eclosão de um conflito

⁷ O tema, já equacionado por CUNHA, Mafalda Soares – *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990, e abordado por PEREIRA, Rosa Gertrudes Longo Cameira – *Nuno Álvares Pereira na Corte de D. João I: Poder Senhorial/Poder Real*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002, mereceu, mais recentemente, um tratamento aprofundado por MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo. Os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito Editora, 2017; MONTEIRO, João Gouveia – “Nuno Álvares Pereira (1360-1431): de general a carmelita”. *Medievalismo* 28 (2018), pp. 113-145.

⁸ LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I*, Parte primeira, cap. CXCIII, p. 373.

⁹ Almada integrara o dote de D. Leonor Teles, em abril de 1372 (Lisboa, Torre do Tombo, *Ch. D. Fernando*, lv. 1, fols. 107-108).

¹⁰ LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I*, Parte Primeira, cap. LI, p. 91. Em capítulo posterior (LXVIII, pp. 116-117), coloca Almada entre lugares que tomaram voz por Castela, na eminência da invasão castelhana.

¹¹ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 26, pp. 54-55. Deixamos de seguir, aqui, a versão de Fernão Lopes, que peca por incoerência quando menciona, sem refutar, que o referido conselho régio considerou que Almada seria fácil de tomar, desprovida que estava de castelo e de alcaide, o que efetivamente aconteceu segundo o cronista. Todavia, Almada possuía uma estrutura fortificada, que resistiu ao cerco castelhano durante mais de dois meses e, depois, ao ataque de Nuno Álvares Pereira. O próprio Fernão Lopes nomeia posteriormente o castelo (LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham*

em Almada, entre os grandes da vila – “todos eram chegados e criados da rraynha”¹² – e os miúdos, partidários do Mestre¹³. A resolução do problema coube a Nuno Álvares Pereira, que, com cerca de quarenta lanças, se colocou à porta do castelo, impedindo entradas e saídas. Os moradores aí compareceram e acabaram a prometer obediência ao Mestre, após um convincente discurso do Condestável. O episódio acabou com “todos” a receberem por senhor a D. João que, entretanto, se deslocara para Almada¹⁴.

Como Almada era o ponto de passagem mais chegado a Lisboa, terão sido inúmeras as vezes que Nuno Álvares Pereira cruzou o território, como aconteceu quando, nomeado fronteiro do Alentejo, para aí se deslocou numa campanha coroada com a vitória nos Atoleiros. Terá sido, precisamente, a título de recompensa deste êxito militar que D. João, a 1 de julho desse ano de 1384, contemplou Nuno Álvares Pereira com a doação do condado de Ourém, a par de diversas vilas e lugares entre as quais se contava Almada¹⁵, já então cercada pelas forças castelhanas.

I, Parte Primeira, caps. CXXXV e CXLVII, pp. 234, 265-266). Sobre o assunto, veja-se, também, AMADO, Teresa – *Fernão Lopes, contador de Histórias. Sobre a crónica de D. João I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, pp. 110-111. MARTINS, Miguel Gomes – “O cerco de Almada (1384)”. In *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, pp. 323-325.

¹² *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 26, p. 54. Uma curiosa e colorida narrativa setecentista responsabiliza criados da rainha, residentes em Almada, pela sublevação e consequente “fogo de discordias, que começava a arder entre a nobreza, e a plebe” (TEIXEIRA, Fr. Domingos – *Vida de D. Nuno Álvares Pereyra, segundo Condestável de Portugal*. Lisboa Occidental: Na Oficina da Musica, 1723, p. 89).

¹³ A situação encaixa na explicação de Fernão Lopes sobre a larga adesão a Castela: “Nom porem que os poboos moradores dos logares lhos dessem, nem lhe obedeeçessem; per seu grado; mas os Alcaides e os melhores de cada huñ logar lhos offereçiam, e tomavom sua voz a faziam tomar aos pequenos per força” (LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I*, Parte Primeira, cap. LXVIII, pp. 116-117).

¹⁴ Fernão Lopes ignora a intervenção de Nuno Álvares, mas refere igualmente a ida do Mestre a Almada, no primeiro dia do ano de 1384 (LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I*, Parte Primeira, cap. LI, p. 91).

¹⁵ A “pura doaçõ antre os vivos valedoira [...] para todo o sempre de juro derdade, e mero e misto emperio» estendia-se a Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Évora Monte, Montemor-o-Novo, Colares, Unhos, Frielas, Camarate e Bouças”. Nuno Álvares passava a deter “todas as Alcaidarias, honras, e julgados, e jurdiçoens, assim civiis, como crimes pella guisa que as nos avemos, e de direito devemos daver, e que possa poer, e tirar Alcajdes, Meirinhos, e Corregedores, Juizes, justiça, e outros quaesquer officiaes”, ressaltando as alçadas e as correições (SOUSA, António Caetano de – *Provas da história genealogica da Casa Real portuguesa*. Livro I, Tomo III. Ed. e revisão de M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida Livraria Editora Lda., 1946, pp. 91-92). Na titulação consta: “Original está no Cartorio da Serenissima Casa de Bragança, donde a copiey, maço de Doações antigas”.

A 1 de agosto, Almada acabou por soçobrar e, um mês decorrido, Nuno Álvares tentaria recuperar o controlo da vila. Após uma tentativa frustrada de entrada no castelo, saqueou, sem contemplações, a urbe e o arrabalde. Antes de partir para Coima, reuniu as suas tropas em formação ordenada, bandeira ao alto, numa elevação ao cabo da vila, para que fossem percebidos na outra margem, por invasores e sitiados¹⁶. Quatro dias depois D. Juan I, levantou o cerco.

2. A presença de Nuno Álvares Pereira em Almada

A 20 de agosto de 1385, escassos seis dias após Aljubarrota, D. João I certificou novamente Nuno Álvares Pereira como senhor de Almada, em diploma emitido pela chancelaria régia. Na verdade, o teor do texto, sem mencionar qualquer confirmação, não difere na substância do anterior. Trata-se de uma pura e irrevogável doação, de juro e herdade, com toda jurisdição cível e crime, mero e misto império, todo o senhorio alto e baixo. Incorporava rendas, foros, tributos e direitos reais. Ressalvava ao rei as alçadas e a correição¹⁷.

Embora haja registos de iniciativas do condestável relativas a Almada (v. infra), incluindo um ato de compra de uma propriedade¹⁸, a sua presença efetiva na vila só é perceptível no declinar de Trezentos e nos primeiros anos da centúria seguinte.

Tanto a *Crónica de D. João I* como a *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra* registam que, depois da intervenção nas negociações de paz em Olivença, a 8 de fevereiro de 1399, Nuno Álvares Pereira encontrou-se, de passagem, com o rei em Évora e, enquanto este partiu para Lisboa, o condestável “se foy a Almada”¹⁹. Na sequência

¹⁶ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 35, pp. 85-87; LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, Parte Primeira, cap. CXLVII, p. 266.

¹⁷ A doação, datada de 20 de agosto de 1385, incluiu Vila Viçosa, Borba, Estremoz, Évora Monte, Portel, Montemor-o-Novo, Almada, Setúbal, o serviço real e novo dos judeus de Lisboa e seu termo, o condado de Ourém, Porto de Mós, Rabaçal, Bouças, Alvaiázere, Terra de Pena, Terra de Basto com Arco de Baúlhe e Terra de Barroso (*Chancelarias portuguesas. D. João I. Vol. I, Tomo 2 (1385)*). Org. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 2004, doc. 587, p. 33).

¹⁸ Lisboa, Torre do Tombo, *Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa*, Lv. 12, fol. 226-226v.

¹⁹ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 72, p. 184; LOPES, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joham I*, Parte Segunda, cap. CLXXXII, p. 394.

imediate destes acontecimentos, perante a notícia da fuga para Castela do prior Álvaro Gonçalves Camelo, colocou-se a questão da sucessão no priorado, que não era consensual, dado que D. João I e Nuno Álvares apontavam diferentes nomes para o cargo. Na versão da *Estoria*, a negociação foi intermediada pelos respetivos escrivães da puridade: Gonçalo Lourenço, que se deslocou, para o efeito, a Almada e Gil Aires, que, “em outro dia”, compareceu em Lisboa e acabou por fechar um entendimento com o rei, no caso a escolha do prior por eleição interna²⁰.

Para além dos procedimentos do monarca e do condestável se encontrarem aqui ao mesmo nível protocolar, o centro decisório de Nuno Álvares Pereira parece radicar em Almada. Mas outros indícios colocam a vila como alvo principal das iniciativas do Condestável nos anos imediatos. Em 1403, ou ainda antes, projetou a edificação de vários moinhos de maré, assunto a que voltaremos, e no ano seguinte valorizou os paços que possuía no interior do castelo de Almada.

Em agosto de 1404, escambou uma casa que aí possuía por uma outra contígua aos seus paços, uma vez que “lhe era compridoira pera juntar com eles pera fazer hũu eirado porque os seus paços nom tinham eirado tal”. E reforça, ainda, a justificação: “porque dizia que lhe era neçesaria pera os dictos seus paaços e a nom podia pera elles escusar pera eirado”²¹. Nesse mesmo ano está documentada a presença efetiva de Nuno Álvares em Almada, aquando das diligências que efetuou para viabilizar o funcionamento de Santa Maria do Carmo²², pelo menos, seguramente, nos dias 28 de julho e 27 de setembro.

²⁰ *Estoria de Dom Nuno Alvarez Pereyra*, cap. 73, pp. 184.

²¹ Lisboa, Torre do Tombo, *Convento de Santa Clara de Santarém*, Mç. 12, ns. 822/823.

²² Nos paços de Almada foram exarados ou trasladados documentos a 28 de julho, 10, 18 (ante os paços), 19 e 27 de setembro de 1404 (Lisboa, AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro II de D. João I*, docs. 9,10, 11 publ. em *Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta. Livros I e II de D. João (1384-1433)*. Introdução, transcrição, sumários e índices de Miguel Gomes Martins. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2010, docs. 85, 86 e 87, pp. 161, 168 e 177; *Chancelarias Portuguesas. D. Duarte*. Org. de João José Alves Dias. Vol. I, Tomo 1 (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998, doc. 500, p. 271; SANTANA, Fr. José Pereira de – *Chronica dos Carmelitas*, Doc. VIII, p. 810, respetivamente).

3. O exercício do poder senhorial

3.1. O relacionamento com D. João I: questões jurisdicionais

Desde cedo, Nuno Álvares Pereira fez valer os seus direitos como donatário de Almada. Em dezembro de 1387, agravou-se ao monarca da atuação do Vedor da Fazenda régia e do corregedor de Lisboa. Estava em causa a imposição da descarga, na cidade, de sardinhas e de outras espécies que os pescadores e barqueiros de Almada capturassem no mar, bem como o respetivo pagamento da dízima, sob pena de perda de bens e de prisão²³. D. João, atendendo ao motivo invocado – a doação da vila de juro e de herdade, com mero e misto império – concedeu que pudessem desembarcar em Almada o que pescassem e que a dízima revertesse para o Condestável²⁴. Porém, no início de Quatrocentos o enquadramento jurídico da doação de Almada não foi suficiente para legitimar a edificação de uns moinhos de água nos esteiros do termo. Por um diploma datado de 29 de setembro de 1403²⁵, sabemos que corria uma demanda entre o rei, como autor, e Nuno Álvares Pereira como réu. Argumentava o procurador régio, Álvaro Mendes, que “os esteiros e abras com suas terras” de Corroios, Algenoa, Amora e Arrentela, onde o Condestável “per sy e per outros se trabalhava de fazer e mandar fazer” azenhas, pertenciam ao rei. Entendia Pedro Afonso, ouvidor e procurador do Condestável, que este recebera em doação Almada e seus termos “com todos os djreitos e proueitos e perteenças” que o rei aí detinha na vila e no termo.

Como os preitos e demandas, além do desfecho incerto, eram suscetíveis de se arrastarem no tempo, com as despesas inerentes, e atendendo ao interesse *público* da obra (“proueito comunal”), D. João I chegou a uma avença com Nuno Álvares. Por esta “trasauçom e amjgavil composiçom”, o Condestável recebia os esteiros a título de aforamento. Conforme mais abaixo se especifica, o aforamento perpétuo e hereditário dos “esteiros e abras e terras e agoas [deles]” para em cada um se

²³ Conforme estipulava o foral fernandino da Portagem de Lisboa, todo o pescado que entrasse pela foz do Tejo estava sujeito ao pagamento da dízima em Lisboa e, quando sonogado, como a generalidade dos produtos, implicava a perda da carga e do navio, bem como a prisão do mestre (Lisboa, Torre do Tombo, *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 357*, fols. 14 e 17).

²⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Místicos*, lv. 1, fol. 24-24v.

²⁵ *Chancelarias portuguesas. D. João I*. Vol. II, tomo 3 (1391-1407), 2005, doc. 1510, pp. 266-271; AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro II de D. João I*, doc. 10, publ. em *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 86-c, pp. 170-175.

construírem azenhas, era feito por um valor abaixo do “justo preço” (menos de metade)²⁶, pelo que se acautelava a segurança do contrato²⁷. À cabeça das cláusulas contratuais, consta a garantia da possibilidade de alienação das azenhas em favor do mosteiro de Santa Maria do Carmo.

Mais ainda, como D. João I, considerando que o futuro é imprevisível (“os factos e negócios dos omeens som uariamtes e nom ham continuadamente hũu seer”) e, eventualmente, sucedesse a anulação do contrato — releva-se que se a sua posse tivesse ocorrido por inerência da tutela senhorial de Almada, como reivindicava o Condestável, o problema seria o mesmo —, decide-se pela doação dos esteiros, abras, terras, azenhas e suas rendas. Mas, em aparente contradição, manteve-se a obrigação do pagamento da pensão²⁸.

²⁶ Um sexteiro de trigo anual por cada roda de mós (8 alqueires de trigo pela medida corrente).

²⁷ “[...] as dictas açenhas e que lhe nom posam seer leuadas nem tiradas contra sua uontade nom enbargando as suso dictas razoes e a ley IIª .Capitulo. de Resçidenda uendicione co[sic] suas grosas”, isto é, a lei que permitia a rescisão de um contrato quando o valor pago por um fundo era inferior a metade do seu valor.

²⁸ Os termos deste “aforamento auença e trasauçam composiçom doaçom” deixam dúvidas, face às informações posteriores. Na carta de D. João que autoriza a doação de bens ao mosteiro do Carmo apenas se menciona as azenhas que o Condestável mandava fazer nos citados esteiros (há duas cópias do original no arquivo da Câmara - AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro II de D. João I*, docs. 9 e 10, publ. em *Rey de Portugall e do Algarve*, docs. 85-a e 86-d, pp. 162-164 e 175-176 – e uma transcrição da responsabilidade de Fr. José Pereira de SANTANA, – *Chronica dos Carmelitas*, doc. VII, pp. 805-809, presumivelmente feita a partir de um exemplar do mesmo documento que existiu no cartório do convento). Nesta, o texto é, em várias passagens, alterado propositadamente, de forma a incluir os esteiros, com o claro propósito de que se entenda a doação destes como patrimonial:

AML-AH (doc. 9)	Crónica dos Carmelitas
e das dictas açenhas de Corroios com todas suas rrendas	e das ditas Asenhas, e Esteiros com todas suas rendas
da qual quintaa e beens e açenhas	Da qual Quinta, e Esteiros, e Asenhas
e dos beens de dauj negro e das dictas açenhas como sobredito he	e dos bens de David Negro, e dos Esteiros, e Asenhas como suzo dito he
E dos beens de dauj negro E das dictas acenhas de corroios	e dos bens de David Negro, e das ditas Asenhas, e Esteiros
e meteo de pose corporal o dicto moesteiro da dicta quintaa e beens e açenhas	e meteo de pose corporal da dita Quinta, e Esteiros, e Asenhas

A obrigação do pagamento da pensão permaneceu conforme atesta a carta régia, datada 31 de agosto de 1405, dirigida ao Condestável, de quitação do foro d “hũa casa de acenhas no steiro de corroyos termo de almadaa de que lhes nos auemos factas mercee de Jur d erdade”. Na mesma consta a declaração de isenção do foro a pagar pelo mosteiro (Lisboa, Torre do Tombo, *Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa*, lv. 7, fols. 374v-376; *Chancelarias portuguesas. D. João I. Vol. III, Tomo 1 (1385-1410)*, 2006, doc. 327, pp. 205-206). Fica a hipótese de a doação ao Carmo incidir exclusivamente sobre as azenhas, não contemplando os esteiros.

À decisão, D. João I associou a rainha, D. Filipa de Lencastre, os infantes, Duarte, Pedro e Henrique, os quais, dada a solenidade requerida pela natureza jurídica do caso, primeiramente aconselharam-se com o distinto rol de personalidades que passo a enumerar, e que assinam a carta como testemunhas: D. João, arcebispo de Lisboa; o doutor João das Regras, Gonçalo Vasques de Melo, Afonso Eanes das Leis, Gonçalo Peres, Fernando Álvares e João Afonso de Santarém, todos do conselho régio, Álvaro Gonçalves, Chanceler-mor, Gonçalo Lourenço, Escrivão da Puridade e João Afonso de Alenquer, Vedor da Fazenda.

A solenidade do ato fica clarificada com o esclarecimento de que a “pura e irreuoguel doaçam” se fazia “sem embargo da ley primeira e Segunda .Capitulo. de petitis bonorum sublatis” liuro xº Capitulo primeiro quod sunt Regalia colacione xa”²⁹. Justificava-o os muitos serviços que “bem e lealmente” o condestável prestara ao rei, a ajuda em “ganhar a terra e nossos regnos de mãos de nosso enmijos”. O que estava, pois, em questão eram as *regalia*, o domínio exclusivo do monarca sobre determinados bens³⁰. Os moinhos de maré, cuja edificação originara o pleito, situavam-se nas “abras” dos esteiros, ou seja, nos espaços que ciclicamente eram ocupados pelas águas do Tejo nas marés altas. E, como registrarão as *Ordenações Afonsinas*, os rios constavam dos direitos reais³¹, que não transitavam necessariamente para o donatário da jurisdição, pelo que este para promover o seu aproveitamento económico carecia de especial concessão³². O Condestável não podia apropriar-se dos esteiros por sua iniciativa, enquanto detentor da jurisdição

²⁹ Na transcrição do exemplar da chancelaria da Torre do Tombo (cópia da chamada reforma de Zurara) consta “qui sunt rega [sic] colatione”, mas na cópia do manuscrito da Câmara é claramente legível “regalia” (cf. *Chancelarias portuguesas. D. João I. Vol. II, tomo 3 (1391-1407)*, 2005, doc. 1510, p. 270; AML-AH, *Chancelaria Régia, Livro II de D. João I*, doc. 10, publ. em *Rey de Portugall e do Algarve*, doc. 86-c, p. 174), palavra que também aparece na transcrição de Fr. José Pereira de SANTANA – *Chronica dos Carmelitas*, Doc. XI, p. 816.

³⁰ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982, p. 162; VALDEAVELLANO, Luis G. de – *Curso de Historia de las Instituciones españolas. De los orígenes al final de la Edad Media*. 6ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 1982, pp. 444-445.

³¹ “Estradas [...], e os Rios navegantes, e aqueles, de que se fazem os navegantes, se som cabedaaes, que correm continuamente em todo o tempo [...] ficando sempre a propriedade deles no Património Fiscal” (*Ordenações Afonsinas*. Reprodução «fac-simile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, Livro II, Título XXIII, § 5, p. 211).

³² V. penúltima nota.

do território, mas tão-somente por voluntária cedência de um monarca que, na retórica discursiva do documento, o procurava proteger. Em última análise, era a afirmação da superioridade do poder régio que estava em causa.

Nesse sentido, é inevitável relevar o nome de João das Regras, então no declinar da sua longa carreira política. Nomeado pelo, ainda, Mestre de Avis como conselheiro em 1384, este Doutor em Leis esteve presente ao longo dos anos subsequentes nos atos e nas decisões de maior relevo³³ e, é inevitável notá-lo, opondo-se, não raro, a Nuno Álvares Pereira, juntamente com outros conselheiros³⁴. Segundo Fernão Lopes, foi, até, o principal instigador de D. João I³⁵, quando, em finais de 1393 e inícios do ano seguinte, D. João I não só anulou as doações de Nuno Álvares aos seus seguidores e tentou recuperar terras que lhe havia concedido em préstamo³⁶, como tomou os seus vassallos, agora acontiadados régios³⁷. D. João I afrontava, assim, diretamente o poder de Nuno Álvares Pereira, impedindo-o de formar um exército privado³⁸.

³³ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, p. 263.

³⁴ Entre outros exemplos: na já citada reunião de 1 de janeiro de 1384, quando se mancomunou com outros conselheiros contra as opiniões de Nuno Álvares (LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I*, Parte Primeira, cap. LI, p. 91); discordando da sua nomeação como fronteiro do Alentejo (LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I*, Parte Primeira, cap. LXXXVII, p. 146); nas vésperas de Aljubarrota (*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 51, p. 113).

³⁵ LOPES, Fernão – *Crónica de D. João I*, Parte Segunda, cap. CLII, pp. 319-320.

³⁶ As doações em préstamo, feitas por Nuno Álvares Pereira, contemplaram vinte e um vassallos, sendo onze cavaleiros, e de baixa linhagem, na contabilidade de MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1987, p. 248. Lembremos que, como concessão precária, o préstamo, podia exprimir um benefício feudal (MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal*. Vol. I. *Oposição*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985, pp. 218-219).

³⁷ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 63, p. 153; LOPES, Fernão – *Crónica de D. Joham I*, Parte Segunda, cap. CLIII, pp. 320-322. Pela vassalidade, que obrigava à prestação de serviço militar, ricos-homens, cavaleiros e escudeiros recebiam da Coroa uma quantia (contia) vitalícia, que podia consistir no rendimento de um préstamo (MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 250). D. Fernando cedeu áreas reguengueiras para pagamento de quantias a nobres, em substituição das prestações pecuniárias anuais (CASTRO, Armando de – s. v. “Préstamos”. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão. Vol. V. Reed. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984. p. 174).

³⁸ O Condestável procuraria preservar o seu poder militar, através da concessão de benefícios aos seus mais diretos seguidores. Estas doações implicavam a obrigação de manterem um certo número de escudeiros “pera serviço del rey e seu [do Condestável] como seus vassallos” (*Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 61, p. 150; A mesma redação consta em LOPES, Fernão – *Crónica de D. Joham I*, Parte Segunda, cap. CLIII, p. 320). Sobre o conflito, veja-se WERMERS, Manuel Maria – “Nun’Álvares Pereira: a sua cronologia e o seu itinerário”. *Lusitania Sacra* 5 (1960), pp. 63-66; PEREIRA, Rosa Gertrudes Longo Cameira – *Nuno Álvares Pereira na Corte de D. João I*, pp. 47-52; MONTEIRO, João

Em 1403, já não era o ascendente feudal e militar de Nuno Álvares Pereira que preocupava D. João I, mas a demonstração, ainda que meramente jurídica ou, se quisermos, simbólica da superioridade do poder régio face ao poder senhorial do, ainda, condestável do reino. De certa forma, um prolongamento das tensões entre os legistas, que haviam legitimado a ascensão ao trono a D. João I, e o braço armado que sustentou todo esse processo³⁹.

Independentemente da ambiguidade final da avença de 1403, uma consequência prática adveio. Pagando uma pensão, por insignificante que fosse, pelas azenhas e edifícios que ele próprio mandava erguer e custeava, Nuno Álvares Pereira apenas parcialmente concretizou o empreendimento e não demorou muito a entregá-lo a Santa Maria do Carmo.

3.2. O relacionamento com o concelho

3.2.1. Almada: a senhorialização do concelho

A tutela senhorial de Almada não trazia novidade, era um facto recorrente. Primeiro fora a integração no poderoso senhorio de Santiago, que terminara em dezembro de 1297, com o escambo efetuado entre D. Dinis e a Ordem. Poucos anos volvidos, em 1305, nova troca colocou o concelho nas mãos de D. Maria de Aboim e do seu segundo marido, João Fernandes de Lima⁴⁰, até data incerta. Para os anos posteriores, sobre o estatuto do concelho, apenas sabemos que, em 1348, a rainha D. Beatriz assumia a jurisdição de Almada⁴¹ e, em 1371, a infanta D. Maria, irmã de D. Fernando, era seguramente a donatária do senhorio, tendo sido, aliás, alvo de

Gouveia – *Nuno Álvares Pereira*, pp. 127-130, e MONTEIRO, João Gouveia – “Nuno Álvares Pereira (1360-1431): de general a carmelita”, p. 131.

³⁹ NASCIMENTO, Aires A. – *Nuno de Santa Maria: fragmentos de memória persistente*. Lisboa: ARM - Associação Regina Mundi dos Antigos Alunos da Sociedade Missionária Portuguesa, 2010, p. 218.

⁴⁰ D. Dinis cedeu vitaliciamente os seus direitos em Vimeiro, Almada, Povos, Figueiró, Pedrógão e Cheleiros, em abril de 1305, por troca com as vilas de Évora Monte, de Aboim, de Aguiar de Neiva (*O Livro das Lezírias d'el rei D. Dinis*. Transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, docs. 7, 8, 9 e 10, pp. 57-69).

⁴¹ Na resposta de D. Beatriz a um pedido de um casal morador em Almada consta, como argumento deste último, “e seendo pessoas leigas e da mha Jurdiçom” (Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Inc., mc. 11, n. 45; *Colecção Especial*, cx. 72 (publ. por BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Rainhas de Portugal. Estudo histórico*. Vol. I. Lisboa: Typographia Castro & Irmão, 1878, pp. 194-195).

forte contestação⁴². No início do ano seguinte, a 5 de janeiro, Almada será doada a D. Leonor Teles, a título de arras, com poderes muito alargados⁴³.

No início da tutela de Nuno Álvares Pereira, algumas situações, presumivelmente atribuíveis ao donatário, suscitaram o descontentamento do concelho, que, em finais de 1387, enviou três “recados” a D. João I. Num primeiro, o concelho requeria a confirmação da isenção do relego na vila, que não era respeitado, assim como do descoutamento de um caminho (além de outras coisas), privilégios que o Mestre de Avis, como regedor e defensor do reino, havia outorgado e cuja carta se havia perdido⁴⁴. Mais, acontecia a tomada indevida de bestas e armas⁴⁵ e, finalmente, o almoxarife ordenava prisões de forma arbitrária, o que feria as prerrogativas municipais (“he contra dereito em serdes priuados da uossa Jurdiçam e contra o costume e hordenações do Regno”)⁴⁶. Os três agravos, eufemisticamente nominados de “recados”, não referem explicitamente o Condestável, mas é certo que, nessa mesma altura em que o rei emitiu as respostas – sempre favoráveis ao concelho, note-se –, aquele já se empenhava no exercício dos seus poderes de donatário desde há vários anos, como comprova a referida questão do desembarque do pescado, em 1378.

3.2.2. A nomeação dos tabeliães

Uma questão sensível no exercício do poder senhorial respeitava à nomeação dos tabeliães. Responsáveis pela elaboração dos contratos e das escrituras em geral, a que conferiam fé pública, os tabeliães articulavam-se intimamente com a gestão

⁴² Nas cortes de 1371, foram vários os agravos contra a infanta apresentados por Almada. Queixava-se o concelho de excessos vários praticados pelos seus oficiais (almoxarifes, rendeiros e, até, do alcaide) na cobrança da jugada, no exercício do relego, no açambarcamento do vinho e na especulação com o respetivo preço, em aquisições e apropriações indevidas, na imposição de coimas (*Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Vol. I (1367-1380). Ed. de A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1990, pp. 67-72).

⁴³ O rei doou Almada, Vila Viçosa, Abrantes, Sintra, Sacavém, Frielas, Unhos, Torres Vedras, Alenquer, Atouguia, Óbidos, Aveiro e a terra de Merlos, em Ribadouro, com todos os seus termos, territórios, pertenças e rendas, direitos reais, padroados, senhorio alto e baixo, jurisdição cível e crime, correição maior, mero e misto império e plena jurisdição (Lisboa, Torre do Tombo, *Ch. de D. Fernando*, Lv. 1, fols. 107-108).

⁴⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, Lv. 5, fols. 70v-71.

⁴⁵ Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, Lv. 5, fols. 71v-72.

⁴⁶ Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, Lv. 5, fol. 71.

municipal. Ligados ao exercício da justiça e do poder local – assistiam a processos judiciais e às reuniões de vereação –, e eram, ainda, testemunhas privilegiadas em diversos atos. Os senhores, ao assumirem a nomeação dos tabeliães e escrivães, melhor podiam conhecer e controlar os mecanismos da justiça e da administração local, bem como, em última análise, a própria comunidade⁴⁷. Os monarcas haviam-se esforçado, em particular a partir de D. Dinis, por conservar na sua dependência a criação dos tabeliados. A lei de D. Fernando de 13 de setembro de 1375, além de determinar que apenas ao rei pertencia fazer tabeliães, revogava anteriores concessões dessa regalia. Mas abria exceções para infantes e condes, o almirante e o alferes-mor, o mosteiro de alcobaça e os mestres das ordens militares⁴⁸. Ainda assim, mesmo nestes casos, a escolha dos tabeliães carecia da aprovação do soberano. Tinham que se submeter a um exame de aptidão na Corte e ao exercício do ofício era imprescindível a carta régia de autorização⁴⁹. Não obstante, o pagamento dos direitos sobre estes tabeliães passava a reverter para o senhor da terra⁵⁰.

No período considerado, a documentação revela onze tabeliães, nove ditos pelo Conde(estável) e dois em que esse dado está omissa. Não há nenhuma referência a um qualquer tabelião pelo rei⁵¹. Que era do donatário que emanava a autoridade do

⁴⁷ COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico”. In COELHO, Maria Helena da Cruz *et al.* – *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras a Universidade de Coimbra, 2001, p. 106.

⁴⁸ As exceções seriam mais alargadas. Veja-se o caso dos senhorios dos Coutinhos, onde o chefe da linhagem detinha esse poder, pelo menos numa parte significativa dos seus domínios, mesmo depois da publicação da lei (cf. OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder*. Cascais: Patrimonia, 1999, pp. 77, 158-159).

⁴⁹ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXIII, § 1 a § 4, pp. 394-39; BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª edição. Tomo VIII. Dir. Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950, pp. 415-418. É provável que existissem mais exceções.

⁵⁰ A lei refere (§ 13) a “conthia, que he acostumada na nossa Chancellaria d'averemos dos Tabelliaaes, que por nos em todo som postos [...] com as outras rendas, que por razom d'esses Tabelliaados recrecerem [...]”, uma possível alusão à pensão dos tabeliães, segundo BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública*, Tomo VII, p. 463.

⁵¹ Os dados relativos a outros senhorios de Nuno Álvares Pereira não abundam. Em Porto de Mós exerciam tabeliães igualmente pelo Condestável em 1387 e 1415 (cf. GOMES, Saul António – *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental. Séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2005, Docs. 134, 135 e 144, pp. 335, 336 e 35). Estranhamente, em Montemor-o-Novo, localidade doada a Nuno Álvares Pereira nas mesmas condições que Almada e Porto de Mós (cf. nota 17), apenas estão documentados tabeliães pelo rei no período considerado, concretamente nos anos de 1401, 1404, 1406, 1407; 1412 (FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no século XV*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, 1998, pp. 60-61).

tabelião, comprova-o a alteração na intitulação quando D. Isabel, neta do Condestável, assumiu a jurisdição⁵². Já do escrivão concedido ao notário, o único caso conhecido não deixa quaisquer dúvidas: era indigitado por carta do Condestável⁵³.

3. 2. 3. A ingerência no poder local

A relevância do ouvidor

Nuno Álvares Pereira, como era imprescindível ao exercício do poder senhorial, dispunha de um corpo de oficiais. Além do já citado almoxarife, a documentação apenas identifica um tesoureiro e um contador, como testemunhas de dois atos⁵⁴, e o ouvidor, que merece particular atenção⁵⁵.

As doações que incluíam o mero e misto império, isto é, a jurisdição cível e criminal, concediam aos senhores poderes judiciais⁵⁶. Conforme estipulava a referida lei de D.

⁵² Gil Gomes, tabelião pelo Condestável na vila, em 8 de novembro de 1421, é dado como tabelião por D. Isabel, neta do rei e filha do conde de Barcelos (como regista o documento), a 16 de janeiro de 1423 (AHSCMA, *Tombo do hospital de Santa Maria*, fols. 24-25v e *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fol. 45, respetivamente). Em Torres Vedras, ao longo do século XV, é uma evidência a mudança da titulação quando o senhorio transitava de mãos (FERREIRA, Ana Pereira – “Do rei, da rainha ou da infanta: o tabelionado de Torres Vedras entre os séculos XIII e XV”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 22/1 (2022), pp. 17-19, 27).

⁵³ Três documentos, emanados entre 1409 e 1411, registam um Gil Gomes, escrivão dado por carta do Condestável a Fernão Lourenço, tabelião da vila igualmente pelo Condestável (Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1ª Inc., Mç. 23, n. 38; Almada, AHSCMA, *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 7v-8; *Tombo do hospital de Santa Maria*, fol. 70). Gil Gomes aparece, pela primeira vez, na qualidade de tabelião em 1415 (AHSCMA, *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 31v-32).

⁵⁴ Lisboa, Torre do Tombo, *Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa*, Lv. 12, fol. 84. SANTANA, Fr. José Pereira de – *Chronica dos Carmelitas*, Doc. VII, n. 833, pp. 809; AML-AH: *Chancelaria Régia, Livro II de D. João I*, docs. 9 e 10.

⁵⁵ Apesar da vastidão dos seus senhorios, os documentos sobre o seu governo são raros, como já foi constatado para Ourém (GOMES, Saul António – “O Condado de Ourém em tempos medievais”. In ANDRÉ, Carlos Ascenso (coord.) – *D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua Época. Congresso Histórico. Ourém, 6 a 8 Novembro 2003. Actas*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004, p. 98. Mafalda Soares da Cunha fala de “exasperantes lacunas de dados” relativamente a elementos fulcrais para o conhecimento dos poderes senhoriais (CUNHA, Mafalda Soares – *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*, p. 93).

⁵⁶ Segundo G. Valdeavellano, o mero império consistia, em princípio, no poder de julgar, independentemente de qualquer outra jurisdição (mero = puro, sem mistura), que compreendia a faculdade de condenação à morte, ao corte de membros, ao desterro e à servidão, enquanto o misto império abarcava as causas cíveis até uma determinada quantia e a aplicação de penas menores no criminal (VALDEAVELLANO, Luis G. de – *Curso de Historia de las Instituciones españolas*. pp. 580 ss.). O conteúdo do mero e misto império oferecia, assim, uma certa correspondência com a jurisdição criminal e civil, com a alta e a baixa jurisdição (o senhorio alto e baixo). É neste sentido genérico que deve ser considerada a sua atribuição em Portugal, uma vez que o rei não só reserva para si a “justiça

Fernando de 13 de setembro de 1375, mais tarde fixada nas *Ordenações Afonsinas*⁵⁷, em termos processuais, competia aos detentores de jurisdições uma justiça intermédia⁵⁸, que não decidia nem em primeira nem em última instância, isto é, situava-se entre as decisões dos juízes da terra e as do rei, cabendo-lhe as apelações, tanto dos feitos cíveis como dos criminais. Ainda assim, um poder de peso. Em 1387, D. João I garantiu ao Condestável que as apelações e os agravos nas suas terras tinham que ir primeiro perante ele ou os seus ouvidores, antes de subirem à Corte⁵⁹. E do exercício dessa justiça intermédia encarregava-se o ouvidor⁶⁰, que se constituía, assim, como um elemento chave da administração senhorial⁶¹. Mas, em Almada, essa era apenas uma faceta da sua prolixa atividade. Participava, ao lado de autoridades municipais – fossem juízes, vereadores, procurador –, não só nas audiências, onde ouvia os feitos, o que ultrapassava as suas competências legais⁶² e, de alguma forma, permitia a sua ingerência nas decisões de primeira instância⁶³, mas também em reuniões vicinais ordinárias⁶⁴ ou alargadas⁶⁵. Podia-lhe caber, até, a deliberação⁶⁶ ou, releve-se, a imposição de uma postura concelhia em resposta a

maior” como o direito das partes de apelar, em última instância, ao tribunal da Corte (MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*, p. 238), para além do direito de correção (“Resaluando pera nos nemhũa coisa saluo as alçadas que dante elle vierem que mandamos que uenham perante nos e a correçam”).

⁵⁷ *Ordenações Afonsinas*, Livro II, Título LXIII, § 1 a § 4, pp. 394-397.

⁵⁸ HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*, pp. 300-301.

⁵⁹ *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*. Vol. I, Tomo 1, doc. 262, p. 111.

⁶⁰ No longo panegírico que Fernão Lopes dedica a Nuno Álvares Pereira (*Crónica del rei D. Joham I*, Parte Segunda, caps. CXCIX, “Da maneira que o Condestrabe tinha, andando na guerra”, e CC, “Da maneira que o Comde tinha de viver no tempo da paz.”, pp. 443-451) consta que “Sua terra era muito bem regida (de justiça vedando muito) [...] e as demandas, que perante os ouuidores vinham, cedo e per dereyta balança avia cada huum seu preço, nam se desembargando feitos pessados, que ele presente não fosse.” (p. 449), mas não há rastro da sua presença em audiências, como não há do julgamento de um qualquer recurso.

⁶¹ V. nota 53.

⁶² O ouvidor, nos coutos de Alcobaça, pelo menos desde 1383, ouvia e julgava quaisquer querelas, sobre todos os assuntos, que lhe fossem apresentados, ao arrepio da ordenação geral (GONÇALVES, Iria – *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 427).

⁶³ As *Ordenações Afonsinas* interditavam o ouvidor do conhecimento dos feitos criminais.

⁶⁴ Almada, AHSCMA, *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 2v-3v, 5v-6v, 6v-7.

⁶⁵ Almada, AHSCMA, *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 18v-20.

⁶⁶ Em audiência realizada a 26 de julho de 1413, foi ao ouvidor João Afonso que o mamposteiro da gafaria de S. Lázaro se dirigiu, a solicitar autorização para que se procedesse ao traslado das escrituras da instituição, pela sua autoridade e poderio que lhe era dado pelo senhor conde (Almada, AHSCMA, *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 1-1v).

um agravo feito por vizinhos⁶⁷. E, como era recorrente por parte dos senhorios de Almada, a tentar retirar privilégios aos *ouriveseiros* da Adiça⁶⁸.

A interferência nas magistraturas locais: a escolha dos juízes

O controlo da vida concelhia não se limitava à nomeação dos tabeliães ou à intromissão do ouvidor na governação concelhia, alcançava as próprias magistraturas municipais.

Com efeito, durante os trinta e sete anos de gestão senhorial do Condestável, deparámo-nos com seis juízes explicitamente ditos “pelo conde”⁶⁹. Fica a dúvida se o Conde interferia, de alguma forma, diretamente na sua designação, eventualmente seleção, ou se se limitava à confirmação. Mas, em todo o caso, intervinha na sua escolha e esta seria a sua prática habitual⁷⁰. Que não tem paralelo no exercício de outros donatários. Anteriormente apenas conhecemos o registo de um juiz na vila pela rainha, ao tempo de D. Leonor Teles⁷¹; depois a menção ao detentor do senhorio desaparece⁷², o que não será accidental, como se depreende de um dos agravos apresentados por Almada nas Cortes de 1459, em Lisboa. A propósito do desrespeito do ouvidor de D. Isabel pelas liberdades fundamentais do município, acusado de intromissão na eleição das autoridades locais, o concelho invocou o costume: feita a dita eleição, os nomes dos juízes eram enviados à infanta a fim de serem

⁶⁷ O mesmo João Afonso (v. nota anterior), em 1410, determinou o teor de uma postura, interditando a colocação de colmeias junto das vinhas, no período que antecede as colheitas (Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Santa Maria de Belém*, Mç. 2, n. 19).

⁶⁸ OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

⁶⁹ Almada, AHSCMA, *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 2v-3v; *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*. Vol. I, Tomo 1, doc. 500, pp. 269-271; Lisboa, Torre do Tombo, *Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa*, Lv. 12, fols. 61v-85; AMLSB / AL / CMLSB / ADMG - T / 01 – 29 Cota Antiga: Chancelaria Régia, Livro II de D. João I, doc. 11; Almada, AHSCMA, *Tombo do hospital de Santa Maria*, fol. 64-65; *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 31-31v.

⁷⁰ Embora haja juízes nomeados sem a referência ao condestável (registámos onze), o mesmo ocorre por diversas ocasiões com aqueles acima nomeados.

⁷¹ Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Vicente de Fora*, 1^a Inc., Mç. 16, n. 5 / lv. 65, fols. 94-97.

⁷² Posteriormente, apenas registámos a indigitação de um juiz pelo donatário – por especial mandado da infanta D. Beatriz – mas, neste caso, tratou-se da substituição do magistrado em funções (Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de Santa Maria de Belém*, Mç. 3, n. 11).

confirmados⁷³. Costume esse que, pelos vistos, não funcionaria ao tempo de Nuno Álvares Pereira.

Outras formas de intervenção na gestão municipal são sugeridas pela ordem transmitida, em 1405, aos vereadores, enquanto responsáveis pela administração dos bens da gafaria de S. Lázaro de Cacilhas juntamente com o seu mamposteiro, para que procedessem ao abaixamento de um foro⁷⁴.

Homens do Condestável

Gil Aires, o Escrivão da Puridade⁷⁵, nomeado como cavaleiro e criado do senhor Conde, em 1406, foi o seu mais fiel servidor fora dos campos de batalha. Em 1398, esteve ao lado de Nuno Álvares⁷⁶, aquando da estranha doença que o acometeu durante três meses⁷⁷, pelo menos durante o retiro em Alferrara, o que supõe que já o serviria há algum tempo⁷⁸. No ano seguinte, como vimos, foi o seu interlocutor junto de D. João I e estaria sempre presente nos diversos atos que envolveram o processo de transmissão de bens a Santa Maria do Carmo, inclusivamente no auto de posse dos mesmos. Voltaria ao mosteiro, onde encontraria a sua morada perpétua⁷⁹, quase duas décadas depois, em 1423, a testemunhar o ato de doação do convento à ordem do Carmo, mas já enquanto Vedor “para as coisas” de Ceuta⁸⁰. No ano anterior, redigira as cartas de doação de Nuno Álvares aos seus netos Afonso,

⁷³ Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Odiana*, Lv. 3, fols. 106-107.

⁷⁴ O foreiro, presente na reunião (“Rolaçom”), afirmou que o “senhor conde mandara” e os vereadores decidiram em conformidade “certos que o dicto senhor assy o mandara” (Almada, AHSCMA, *Tombo do hospital de Santa Maria*, fols. 64-65; *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 20v-21v/24-25).

⁷⁵ Braancamp Freire, sem abonar a identificação, declara-o filho de um homem de Alegrete e de uma Maria Trabuca (FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Facsimile da 2ª ed. da Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, pp. 50-51). Não é de descartar a possibilidade de que Gil Aires fosse o escrivão ao serviço da chancelaria régia entre 1388 e 1393 (*Chancelarias portuguesas. D. João I*. Vol. II, Tomo 1, doc. 300, p. 168; Tomo 2, doc. 763, p. 87).

⁷⁶ *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 67, pp. 161-167.

⁷⁷ LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I*, Parte Segunda, cap. CLXIII, p. 342; *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, cap. 67, pp. 161-167.

⁷⁸ CALADO, Adelino de Almeida – “Introdução”. In *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, p. XCII.

⁷⁹ Gil Aires fez-se sepultar na igreja do convento, na capela de Nossa Senhora do Pranto, que o Condestável lhe havia doado (CALADO, Adelino de Almeida – “Introdução”. In *Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra*, p. XCII).

⁸⁰ SANTANA, Fr. José Pereira de – *Chronica dos Carmelitas*, Doc. XIX, n. 922, pp. 824-825. Em 1424, é designado como Vedor das obras de Ceuta (Lisboa, Torre do Tombo, *Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa*, Lv. 14, fol. 1v).

Fernando⁸¹ e Isabel⁸², provavelmente o último serviço que prestou ao Condestável, que, entretanto, já o havia recompensado com doação, em sua vida, das rendas do barco de Sacavém⁸³ e de uma quinta em Murfacém, termo de Almada⁸⁴.

João Afonso e Rodrigo Eanes são os únicos ouvidores que a documentação revela. Com todas as ressalvas a que a homonímia obriga, é inevitável associar o primeiro ao criado do rei e seu contador cujos serviços são solicitados pelo Condestável, em 1390, porque lhe era “compridoiro” para se encarregar dos contos de sua casa e porque já o tinha servido nessa função⁸⁵. Tudo indica tratar-se do mesmo João Afonso, futuro Vedor da Fazenda, a quem Nuno Álvares Pereira contemplou, com o barco de Sacavém, em 1393, segundo a *Estoria*⁸⁶ (o mesmo que foi concedido a Gil Aires). Em 1400 já era, efetivamente, Vedor da Fazenda e esteve na preparação da empresa de Ceuta⁸⁷. De permeio, terá servido como ouvidor em Almada nos anos de 1410 e 1413. Embora esta acumulação de funções pareça singular, o certo é que não constitui caso único.

O outro ouvidor, Rodrigo Eanes, é mencionado como sendo do desembargo do rei⁸⁸. Informação adicional, coloca-o como ouvidor de D. Filipa de Lencastre entre 1390 e 1412, subscrevendo cartas a título excepcional sobre matérias do livramento dos

⁸¹ *Chancelarias portuguesas. D. Duarte*. Vol. I, Tomo 1, docs. 31 e 260, pp. 29 e 107.

⁸² Lisboa, Torre do Tombo, *Leitura Nova, Místicos*, Lv. 1, fols. 19v-20v.

⁸³ A renda do barco foi doada em 1416, como consta num documento transcrito por D. António (Conde de São Payo) – “A capela da Piedade na antiga igreja do Carmo de Lisboa”. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses 7ª Série*, 1 (1934), p. 151.

⁸⁴ A quinta de Murfacém, que havia pertencido a Lourenço Eanes Fogaça, fora doada a Gil Aires, em sua vida (FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, p. 51). Contudo, após a sua morte, passou para a posse da viúva, Leonor Rodrigues, até ser comprada pelo conde de Ourém D. Afonso, que, por sua vez, a doou Diogo Gil, filho de Gil e Leonor (*Chancelarias portuguesas. D. Duarte*. Vol. I, Tomo 2 (1435-1438). doc. 841, pp. 144-145).

⁸⁵ Durante dois meses por ano (*Chancelarias portuguesas. D. João I*. Vol. V. *Livro da Casa dos Contos*. Tomo 1 – *Livro dos Registos*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2023, doc. 43, p. 55). É explicitamente referido como contador, em carta posterior que esclarece que as remunerações, enquanto servidor do Condestável, ficavam a cargo do rei (*Chancelarias portuguesas. D. João I*. Vol. V – *Livro da Casa dos Contos*. Tomo 1 – *Livro dos Registos*, doc. 69, pp. 84-85).

⁸⁶ *Estoria de Dom Nuno Alvez Pereyra*, cap. 65, p. 149.

⁸⁷ HOMEM, Armando Luís Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 327-329. O Autor identifica-o com João Afonso de Alenquer, uma “celebridade” do funcionalismo régio.

⁸⁸ Almada, AHSCMA, *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 5v-6v, 8v-20.

feitos nas terras da rainha⁸⁹. Nesse mesmo período, participou em vários atos em Almada e, neste caso, não subsiste nenhuma dúvida quanto à sua identificação.

Embora fosse habitual, à época, a acumulação de funções dos homens da escrita ao serviço do rei, e eventualmente também de outrem⁹⁰, estes casos sugerem possíveis dificuldades do Condestável no recrutamento de oficiais que lhe assegurassem a administração dos seus vastos domínios⁹¹; ou, até, as fragilidades de estruturação de uma casa por alguém que passara largos anos em permanente deslocação, assoberbado pelo comando de homens de guerra, de resto eficazmente organizados e dirigidos⁹². Recordemos que, em 1391, delegou na mãe, Iria Gonçalves, a responsabilidade da elaboração de contratos de exploração sobre a totalidade das suas propriedades, e que, um ano antes, a mesma já representara interesses de Nuno Álvares⁹³.

Também será de registar que a concretização de um empreendimento tão caro a Nuno Álvares Pereira como era a edificação do Carmo⁹⁴ tenha sido confiado a um vizinho de Almada, Vasco de Moura, nomeado, em 1404, procurador e

⁸⁹ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio (1320-1433)*, p. 378.

⁹⁰ VAZ, Vasco Rodrigo dos Santos Machado – *A boa memória do monarca. Os escrivães da Chancelaria de D. João I (1395-1433)*. Vol. I. Tese de Mestrado em História Medieval. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p.181.

⁹¹ Na sequência da obtenção, por escambo com o rei, das rendas de Beja e de Loulé, o Condestável pediu a D. João I que lhe mandasse dar almoxarifados, ao que o rei assentiu, ordenando aos juizes locais que constrangessem um homem-bom para o efeito (*Chancelarias portuguesas. D. Duarte*. Vol. I, Tomo 1, doc. 263, p. 112).

⁹² Como fronteiro de Entre Tejo e Odiana, Nuno Álvares Pereira montou um conselho de guerra com um elevado nível de organização e disciplina (MONTEIRO, João Gouveia - *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo*, p. 93).

⁹³ A procuração foi passada a 9 de setembro de 1391; no ano anterior Iria Gonçalves obtivera autorização régia para aceder a escrituras das propriedades que haviam sido de David Negro (cf. Lisboa, Torre do Tombo, *Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa*, Lv. 18, fols. 4 e 17, documentos [III e IV] publicados por Pedro de AZEVEDO – “Culpas de David Negro”. *Arquivo Historico Portuguez* 1 (1903), p. 57).

⁹⁴ Sobre a importância do convento para Nuno Álvares Pereira, veja-se SARAIVA, António José – *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998, pp. 212-213.

administrador do mosteiro⁹⁵. Detentor da exploração de várias terras no termo⁹⁶, Vasco de Moura já sobressaía entre os moradores da vila, em 1385⁹⁷. Distinguiu-se como juiz⁹⁸, antes e depois, portanto, dessa nomeação. A última notícia que sobre ele obtivemos data de 1414, quando integrou uma comitiva concelhia que se deslocou a Coima, a defender os direitos de “Juridiçam do Condeestabre e da dicta vila d Almada”⁹⁹.

Conclusão

A importância de Almada para Nuno Álvares Pereira ter-se-á esbatido no declinar da década. Por um lado, a obra do Carmo estava consolidada, a doação de bens ao mosteiro executada e garantida a sua administração. Por outro, com a reconfiguração geográfica dos bens do Condestável, primeiro pela doação à filha Beatriz, em 1401, depois pelo escambo feito com o rei, em 1408, o património e as rendas do Condestável ficaram concentrados no Alentejo¹⁰⁰. Espaço onde promoveu a edificação de várias igrejas, ao que dizem as crónicas. De permeio, Ceuta foi o palco da sua última ação militar.

O Nuno Álvares Pereira que encontrámos em Almada é um senhor ciente do seu poder jurisdicional – poder esse que exerce nos limites permitidos pelas condições

⁹⁵ SANTANA, Fr. José Pereira de – *Chronica dos Carmelitas*, Doc. VIII, n. 840, pp. 809-812. O apelativo geográfico sugere a hipótese da existência de um elo de ligação entre Nuno Álvares Pereira, Vasco de Moura e os Carmelitas de Moura (Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, Lv. 7, fol. 21). Certo é que a Vasco de Moura sucederam, como procuradores do mosteiro do Carmo, outros dois moradores de Almada, Estêvão Vicente e, depois, Diogo Gil, um criado do Condestável, que fora vereador e juiz (Lisboa, Torre do Tombo, *Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa*, Lv. 12, fols. 221v, 152-152v, 156).

⁹⁶ Aparentemente herdades e vinhas (Almada, AHSCMA, *Tombo de S. Lázaro de Almada*, fols. 21v-22, 31-31v).

⁹⁷ Em 1385, Vasco de Moura dispunha já do prestígio suficiente para integrar o grupo de três moradores de Almada que participaram na partilha da quinta da Almargem, por acordo das partes, Mor Eanes, viúva de Pero Afonso Mealha, e os frades de S. Domingos (Lisboa, Torre do Tombo, *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa*, Lv. 7, fol. 21).

⁹⁸ Nos biénios de 1403-1404 e 1406-1407 (OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média*, p. 541).

⁹⁹ Lisboa, Torre do Tombo, *Gaveta 21*, Mç. 2, n. 3.

¹⁰⁰ Cf. MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira*, pp. 193-194 e 208.

da doação régia –, preocupado com os seus réditos e diligente no controlo da vida concelhia.

Do condestável do reino, do guerreiro, apenas fica a evocação, enviesada, dos muitos serviços prestados a D. João e ao reino, a propósito da doação de 1403; da religiosidade, que perpassa as suas biografias, remanesce o empenho na viabilização do mosteiro do Carmo com a sua “catedral” gótica.

Ambas as vertentes estão projetadas na eleição de Almada como centro da sua atividade nos anos iniciais de Quatrocentos. A proximidade a Lisboa era, certamente, favorável à direção das obras do Carmo. E na sua permanência, por transitória que fosse, adentro da única fortaleza de onde podia olhar Lisboa encontraria a dimensão simbólica do estatuto de poder – ele que desejava ser o único conde do país¹⁰¹ – que o seu protagonismo militar, e até político, lhe conferia. Afinal, porque era imprescindível ao seu paço do castelo de Almada um anexo dotado de um eirado?

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes manuscritas

Almada, Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Almada (AHSCMA)

- *Tombo do hospital de Santa Maria*.
- *Tombo de S. Lázaro de Almada*.

Lisboa, Torre do Tombo:

- *Chancelaria de D. Fernando*, Lv. 1.
- *Colecção Especial*, Cx. 72.
- *Convento de Santa Clara de Santarém (Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal)*, Mç. 12.
- *Convento de Santa Maria do Carmo de Lisboa (Ordem do Carmo)*, Lvs. 12, 14, 18.
- *Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 357*.
- *Gaveta 21*.
- *Leitura Nova, Místicos*, Lv. 1.

¹⁰¹ LOPES, Fernão – *Cronica del Rei Dom Joham I*, Parte Segunda, Cap. LII, p. 129.

- *Leitura Nova, Odiana*, Lvs. 3 e 5.
- *Mosteiro de Santa Maria de Belém de Lisboa (Ordem de São Jerónimo)*, Mçs. 2, 3.
- *Mosteiro de S. Domingos de Lisboa (Ordem dos Pregadores)*, Lv. 7.
- *Mosteiro de S. Vicente de Fora (Cónegos Regulares de Santo Agostinho)*,^{1ª} Inc., Mçs. 11, 16, 23; lv. 65.

Lisboa, Arquivo Municipal de Lisboa-Arquivo Histórico (AML-AH):
- *Chancelaria Régia, Livro II de D. João I.*

Fontes impressas

Chancelarias portuguesas. D. João I. Vol. I, Tomos 1 e 2 (1385); Vol. II, Tomo 3 (1391-1407); Vol. III, Tomo 1 (1385-1410); Vol. V – *Livro da Casa dos Contos*. Tomo 1 – *Livro dos Registos*. Org. João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1998, 2004, 2005, 2006, 2023.

Chancelarias portuguesas. D. Duarte. Org. de João José Alves Dias. Vol. I, Tomos 1 e 2 (1433-1435). Lisboa: Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.

Cortes portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383). Vol. I (1367-1380). Ed. de A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1990.

Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra. Ed. crítica da «Coronica do Condestabre» de Adelino de Almeida Calado. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991.

LOPES, Fernão – *Crónica de D. Fernando*. 2ª ed. Ed. crítica de Giuliano Macchi. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.

LOPES, Fernão – *Cronica del rei D. Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o decimo*. Parte Primeira. Reprodução facsimilada da edição do Arquivo Histórico Português (1915). Ed. Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973; Parte segunda. Ed. William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional, 1977.

O Livro das Lezírias d'el rei D. Dinis. Transcrição, estudo introdutório e notas de Bernardo de Sá Nogueira. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

Ordenações Afonsinas. Reprodução «fac-simile» da edição feita na Real Imprensa da Universidade de Coimbra, no ano de 1792. Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa e nota textológica de Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta. Livros I e II de D. João (1384-1433). Introdução, transcrição, sumários e índices de Miguel Gomes Martins. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2010.

SANTANA, Fr. José Pereira de – *Chronica dos Carmelitas da antiga, e regular observancia nestes reynos de Portugal, Algarves e seus domínios*. Lisboa: Officina dos herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1745, tomo I.

SOUSA, António Caetano de – *Provas da história genealogica da Casa Real portugueza*. Livro I. Ed. e revisão de M. Lopes de Almeida e César Pegado. Coimbra: Atlântida Livraria Editora Lda., 1946.

TEIXEIRA, Fr. Domingos – *Vida de D. Nuno Álvares Pereyra, segundo Condestável de Portugal*. Lisboa Occidental: Officina da Musica, 1723.

Estudos

ANTÓNIO (D.), Conde de São Payo – “A capela da Piedade na antiga igreja do Carmo de Lisboa”. *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses 7ª Série*, 1 (1934), pp. 147-174.

AMADO, Teresa – *Fernão Lopes, contador de Histórias. Sobre a crónica de D. João I*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

AZEVEDO, Pedro de – “Culpas de David Negro”. *Archivo Historico Portuguez* 1 (1903), pp. 53-57.

BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*. 2ª edição. Tomo VIII. Dir. Torquato de Sousa Soares. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1950.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca – *Rainhas de Portugal. Estudo histórico*. Vol. I. Lisboa: Typographia Castro & Irmão, 1878.

CASTRO, Armando de – s. v. “Préstamos”. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão. Vol. V. Reed. Porto: Livraria Figueirinhas, 1984.

COELHO, Maria Helena da Cruz Coelho – “Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico”. In COELHO, Maria Helena da Cruz *et al.* – *Estudos de Diplomática Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri – Faculdade de Letras a Universidade de Coimbra, 2001, pp. 93-137.

CUNHA, Mafalda Soares – *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1990.

FERREIRA, Ana Pereira – “Do rei, da rainha ou da infanta: o tabelionado de Torres Vedras entre os séculos XIII e XV”. *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 22/1 (2022), pp. 127-164.

FONSECA, Jorge – *Montemor-o-Novo no século XV*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal, 1998.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Facsimile da 2ª ed. da Imprensa da Universidade de Coimbra, 1930. Vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

GOMES, Saul António – “O Condado de Ourém em tempos medievais”. In ANDRÉ, Carlos Ascenso (coord.) – *D. Afonso, 4º Conde de Ourém e sua Época. Congresso Histórico. Ourém, 6 a 8 Novembro 2003*. Actas. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004, pp. 93-156.

GOMES, Saul António – *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental. Séculos XII a XIX*. Porto de Mós: Câmara Municipal de Porto de Mós, 2005.

GONÇALVES, Iria – *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989.

HESPANHA, António Manuel – *História das Instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra: Almedina, 1982.

HOMEM, Armando Luís Carvalho – *O Desembargo Régio (1320-1433)*. Porto: INIC – Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *Portugal nos Finais da Idade Média: Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV da *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

MARTINS, Miguel Gomes – “O cerco de Almada (1384)”. In *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011, pp. 321-338.

MATTOSO, José – *Identificação de um país. Ensaio sobre as origens de Portugal*. Vol. I. *Oposição*. Lisboa: Editorial Estampa, 1985.

MOITEIRO, Gilberto Coralejo – “Sobre Nun'Álvares Pereira... Notas historiográficas”. *Lusitania Sacra* 22 (2010), pp. 203-221.

MONTEIRO, João Gouveia – *Nuno Álvares Pereira. Guerreiro, Senhor Feudal, Santo. Os Três Rostos do Condestável*. Lisboa: Manuscrito Editora, 2017.

MONTEIRO, João Gouveia – “Nuno Álvares Pereira (1360-1431): de general a carmelita”. *Medievalismo* 28 (2018), pp. 113-145.

NASCIMENTO, Aires A. – *Nuno de Santa Maria: fragmentos de memória persistente*. Lisboa: ARM – Associação Regina Mundi dos Antigos Alunos da Sociedade Missionária Portuguesa, 2010.

OLIVEIRA, José Augusto da Cunha Freitas de – *Na península de Setúbal, em finais da Idade Média: organização do espaço, aproveitamento dos recursos e exercício do poder*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Casa dos Coutinhos: linhagem, espaço e poder*. Cascais: Patrimonia, 1999.

PEREIRA, Rosa Gertrudes Longo Cameira – *Nuno Álvares Pereira na Corte de D. João I: Poder Senhorial/Poder Real*. Tese de mestrado. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

ROSA, Maria de Lurdes – “Batalha(s): poder, consciência, religião e caminhos que se bifurcam”. In TAVARES, Rui (dir.) - *Portugal, uma retrospectiva. 1385*. Lisboa: Público / Tinta-Da-China, 2019, pp. 64-77.

SARAIVA, António José – *O crepúsculo da Idade Média em Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1998.

VALDEAVELLANO, Luis G. de – *Curso de Historia de las Instituciones españolas. De los orígenes al final de la Edad Media*. 6ª ed. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

VAZ, Vasco Rodrigo dos Santos Machado – *A boa memória do monarca. Os escrivães da Chancelaria de D. João I (1395-1433)*. Vol. I. Tese de Mestrado em História Medieval. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995.

WERMERS, M. M. – “Nun’Álvares Pereira: a sua cronologia e o seu itinerário”. *Lusitania Sacra* 5 (1960), pp. 7-99.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, José Augusto C. F. Oliveira – “Nuno Álvares Pereira, Senhor de Almada”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 249-275. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



La fiscalidad sobre el consumo en una ciudad mediterránea. Nuevas aproximaciones a la Lleuda de Mediona de Barcelona a través de los casos del aceite, el cuero y la cochinilla (s. XIII-XIV)

Taxation on consumption in a Mediterranean city. New approaches to the Lleuda de Mediona of Barcelona through the case of olive oil, hides and cochineal (13th-14th c.)

Lluís Sales i Favà

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Instituto de Estudos Medievais¹
1070-312 Lisboa, Portugal

salesfava@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0824-0135>

Data recepção do artigo / Received for publication: 21 de Abril 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7761>

¹ Este trabalho ha sido posible gracias a una Bolsa de Investigação Pós-Doutoral financiada por la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UIDP/00749/2020/1 BIPD – Estudos Medievais).

RESUMEN

Este artículo profundiza en el conocimiento sobre la Lleuda de Mediona, una tasa sobre la compraventa de productos alimentarios, materias primas y ropa que fue aplicada en la ciudad de Barcelona en período preindustrial. Con el uso de documentación inédita de carácter contencioso o normativo, se presenta el origen y la evolución del impuesto entre los siglos XIII y XIV. Pare ello, se describen en sendas secciones gravámenes especiales ligados a la Lleuda: el *mesuratge* que afectaba la comercialización del aceite, y el *quint* del cuiram, aplicado sobre el comercio del cuero y de la cochinilla, materias generalmente importadas de las regiones islámicas del sur del Mediterráneo. El artículo subraya la importancia de estos productos en la economía urbana del momento. Finalmente, el estudio describe aspectos desconocidos sobre el origen de la Lleuda y de su mecánica.

Palabras clave: Fiscalidad, Comercio, Mediterráneo, Aceite, Cuero

ABSTRACT

This article focuses on the so-called Lleuda de Mediona, a tax on the sale of foods, raw materials and cloth applied in the city of Barcelona during pre-Modern times. With the use of unpublished sources of litigious and/or regulatory nature, the origin and evolution of the tax between the thirteenth and fourteenth centuries are discussed. Two separate sections describe special charges that were directly linked to the Lleuda: the so-called *mesuratge*, that affected the marketing of olive oil; and the *quint* of cuiram, applied to the trade of leather and cochineal. The latter were commodities usually imported from the Islamic regions of the southern shore of the Mediterranean. The article underlines the importance of these products in the urban economy of the period. Finally, this study describes some features about the origins of the Lleuda and its mechanics.

Keywords: Public Taxation, Commerce, Mediterranean, Olive oil, Hides



A partir de un lote de impuestos conocido como Lleuda de Mediona, y que eran percibidos en el territorio de la ciudad de Barcelona y en su franja marítima, este artículo quiere presentar algunos ejemplos de fiscalidad sobre la compraventa de productos cotidianos en la Baja Edad Media. Tomando el caso del aceite, por un lado, y del cuero y de la cochinilla por el otro, el estudio utiliza documentación de carácter normativo para tratar de describir los orígenes, las formas de gestión, y los indicios sobre el comercio que presentan estos gravámenes. El artículo no se centra en estos tres productos al azar; lo hace porque fueron objeto de una fiscalidad especial dentro del mismo lote de la Lleuda. Además, sobre estos casos especiales se conserva documentación inédita. Aunque en los últimos años se haya avanzado en la investigación sobre la fiscalidad medieval catalana, la extrema complejidad de la fiscalidad indirecta en la ciudad de Barcelona requiere de aproximaciones tan particularizadas como la que aquí se propone.

A lo largo de los últimos siglos medievales Barcelona pasó de ser un centro eminentemente político - sede del poder condal y episcopal - para convertirse también en nodo comercial a escala regional e internacional. A partir de finales del siglo XII la ciudad desarrollaría un denso ecosistema menestral y artesanal que le permitió colocar productos manufacturados (entre otros, y en función del período: paños de lana, platería, frenería y cuero trabajado, coral) en su ámbito regional – el Principado de Cataluña –, en los otros estados de la Corona de Aragón y allende en el mar². Además, su fachada marítima, aún carente de puerto hasta el siglo XV, contaba con una potente tasca o barra de sedimentos³. Este fenómeno le permitió albergar *ancorajes* o tránsitos de navíos hacia los puertos del Languedoc, las Islas

² La bibliografía sobre el particular es muy voluminosa. Huelga citar aquí algunos estudios de referencia: CARRÈRE, Claude - *Barcelone, centre économique à l'époque des difficultés 1380-1462*. 2 vols., París: Mouton&Co, 1967; BONNASSIE, Pierre - *La organización del trabajo en Barcelona a fines del siglo XV*. Barcelona: CSIC, 1975; RIERA MELIS, Antoni - "Barcelona en els segles XIV-XV, un mercat internacional a escala mediterrània". *Barcelona: quaderns d'història* 8 (2003), pp. 65-83.

³ SOBERÓN, Mikel - "Caixes i pontons. Els aspectes tècnics en la construcció del primer port medieval de Barcelona, 1439-1455". *Barcelona: quaderns d'història* 21 (2014), pp. 125-138.

baleares, o el norte de África. Hacia Barcelona transitaban productos del interior catalán de bajo valor añadido, tales como la miel, el aceite o la madera, así como otros más cotizados como el azafrán. Finalmente, las importaciones, no menos importantes, llenaron el puerto de productos manufacturados procedentes del norte de Italia (pañería de lana y de seda), así como materias primas como la lana cruda, los cueros o la cera procedentes de las costas de Tremecén; el trigo de los dominios aragoneses en el Mediterráneo central; y la pesca seca y salada, capturada en las aguas de proximidad y también en los caladeros castellanos y portugueses del Atlántico.

Para obtener rendimientos de este activo comercio, y también para ordenarlo, los poderes públicos implantaron en la ciudad de Barcelona un denso, y a menudo complejo, sistema fiscal indirecto. No resulta extraño que diferentes impuestos indirectos se solapasen al gravar determinados productos. Así, por un lado, se hallaban las llamadas imposiciones, de titularidad municipal y fijadas como un recurso permanente sólo a partir de la década de 1350⁴. Principalmente afectaban al consumo de productos alimentarios básicos. Con un origen más antiguo, ya funcionaba en la ciudad un recurso fiscal de titularidad real descrito como *lleudes* o lezdas de Barcelona, que principalmente (aunque no de forma exclusiva) gravaba la compraventa de mercancías. A partir de la primera mitad del siglo XIII, las *lleudes* fueron escindidas en dos lotes: la llamada Lleuda de Mediona (nombre que se justifica por haber sido transferido a un caballero de este linaje) y la fracción que retuvo el Rey, y que por ende conservaría la denominación de Lleuda Reial.

En Cataluña, estos últimos recursos fiscales, de tipo indirecto y de origen condal, hasta el momento han recibido sólo puntual atención historiográfica en comparación con otros expedientes como, por ejemplo, las aduanas de titularidad real o las sisas locales⁵.

⁴ ORTI GOST, Pere - "La construcció del sistema fiscal municipal a Barcelona, segles XIII-XIV". *Barcelona: quaderns d'història* 2 / 3 (1996), pp. 17-34.

⁵ En el primer caso, véanse los ejemplos de SALICRÚ I LLUCH, Roser - *El tràfic de mercaderies a Barcelona segons els comptes de la lleuda de Mediona: (febrer de 1434)*. Barcelona: CSIC, 1995 y de ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval: Barcelona, segles XII-XIV*. Barcelona: CSIC, 2001, especialmente pp. 397-529. En el segundo, y sólo a título de muestra, RIERA MELIS, Antoni - "La Lezda de Colliure bajo la administración mallorquina. I: La reforma de aranceles de finales del

Una breve introducción a la *Lleuda de Mediona*

En el marco de la compraventa de una fracción del lote fiscal, en 1316, las lezdas barcelonesas fueron descritas como aquellas tasas que se cobraban tanto sobre el comercio marítimo como sobre el terrestre, y que popularmente eran conocidas como *Lleuda de Mediona*⁶. En realidad, cabe precisar que se trataba de un impuesto – más bien de un conjunto de ellos – aplicado mayoritariamente sobre la compraventa, y no sobre la llegada o la salida de mercancías en sí. No se trataba, en este sentido, de una tarifa aduanera como lo fueran otros impuestos genéricamente denominados *lezda* en la Corona de Aragón bajomedieval. Ahora bien, en el caso de la *Lleuda de Mediona* tenemos bien acreditado que el impuesto sobre la compraventa de las mercancías efectivamente se tasaba tanto sobre aquellas que habían llegado del interior vía terrestre, como por vía marítima⁷.

Sabemos que una parte de las *lleudes* de Barcelona estaban atribuidas al obispo de la ciudad desde la primera mitad del siglo XII, cuando el obispo Oleguer las habría recibido o confirmado en feudo de manos del conde (seguramente, Ramon Berenguer III)⁸. Ya en 1196 se documenta cómo el obispo poseía el dominio eminente de un conjunto de derechos fiscales sobre las panaderías, las carnicerías y otras cosas vendidas en el mercado (ganado, materiales de esparto, cerámica y madera), además del derecho sobre el aceite⁹. Este conjunto se centralizaba desde el castillo de Regomir, núcleo del poder episcopal en la ciudad¹⁰.

siglo XIII (1299?)". *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 1 (1980), pp. 91-126 o ORTI GOST, Pere - "La construcció del sistema fiscal municipal a Barcelona, segles XIII-XIV". *Barcelona: quaderns d'història* 2 / 3 (1996), pp. 17-34.

⁶ Arxiu Capitular de Barcelona (ACB), *Lleuda de Mediona* (LM), *Llibre de La Clau* (LC), f. 70v (7-12-1316).

⁷ Véase, por ejemplo, SALES I FAVÀ, Lluís - "A ship loaded with honey": assessing the honey trade in the Crown of Aragon, fifteenth to sixteenth centuries". *Journal of Medieval Iberian Studies* 14 / 2 (2022), pp. 298-320.

⁸ Así se describe en un memorial sobre la *Lleuda* fechado en el siglo XVII: Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona (AHCB), 1/1G-77, f. 172r-176r. Sobre la evolución de los derechos fiscales en este período, y el importante rol jugado por el veguer o delegado real en la ciudad, véase, ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval: Barcelona, segles XII-XIV*. Barcelona: CSIC, 2001, pp. 445-467.

⁹ ACB, LM, LC, f. 67r-67v (traslado de 2-12-1317).

¹⁰ SOBREQÜÉS, Jaume; RIERA I VIADER, Sebastià - "La lleuda de Barcelona del segle XII". In *Estudis de llengua i literatura catalanes oferts a R. Aramon i Serra en el seu setantè aniversari (Estudis Universitaris Catalans, 26)*. Vol. 4. Barcelona: Curial, 1984, p. 331.

Haciendo valer su dominio eminente, en 1222 el rey Jaume I llegaría a un acuerdo con el caballero Guillem de Mediona, por el cual se establecían las fracciones a recibir, por cada uno, de la tributación indirecta en el mercado¹¹. En tiempos precedentes, Mediona había patrimonializado una parte de estos derechos¹². En esta fecha, se tasaron la globalidad de productos incluidos en las lezdas que se repartían ambos titulares. Estas tarifas, aplicadas sin grandes cambios como mínimo hasta inicios del siglo XVIII, fueron estudiadas y editadas con precisión por Pere Orti en la década de 1990¹³. Un indicio de su uso hasta fechas tardías son las tres copias insertas en un libro de privilegios de la bailía de Barcelona (una en latín y dos en catalán), que fueron transcritas durante la segunda mitad del siglo XVII¹⁴. Las tarifas de 1222 no sólo indican las tasas a pagar por cada producto en función del peso o del valor (según el caso), sino que además asignan fracciones de estas cantidades al lote de la Lleuda de Mediona y al de la Lleuda Reial. Esto tendría su traducción en la práctica fiscal. Este ejercicio lo conocemos bien gracias a la conservación de una compacta serie de libros de cuentas del impuesto, fechados a partir de la segunda mitad del siglo XV hasta fines del siglo XVII, y que actualmente estudiamos en el marco de una Bolsa de investigación posdoctoral en el Instituto de Estudios Medievais de la Universidade Nova de Lisboa. Así, podemos afirmar que los colectores de las lezdas recibían un pago íntegro de los sujetos fiscales, para después especificar por escrito qué fracción pertenecía a los herederos de Mediona, y cuánto debía ser remitido a las arcas reales.

Cabe apuntar que la parte llamada Lleuda de Mediona rápidamente se fraccionó en varios titulares o *hereters*. Uno de los más importantes fue la Pia Almoina, la

¹¹ ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval: Barcelona, segles XII-XIV*. Barcelona: CSIC, 2001, pp. 402-403.

¹² Hasta el punto de que la primera tarificación de las lleudes que conocemos, fechada hacia 1180, surge de un pacto entre el abuelo de Guillem de Mediona, Berenguer de Barcelona, y el monarca. Véase SOBREQUÉS, Jaume; RIERA I VIADER, Sebastià - "La lleuda de Barcelona del segle XII". In *Estudis de llengua i literatura catalanes oferts a R. Aramon i Serra en el seu setantè aniversari (Estudis Universitaris Catalans, 26)*. Vol. 4. Barcelona: Curial, 1984, pp. 329-345. Sobre estos personajes, véase BANKS, Philip - "La topografia dels voltants de la catedral romànica". In BOTO, Gerardo; SUREDA, Marc (coords.) - *La catedral romànica de Barcelona. Protagonistes, context urbà i edificacions monumentals*. Girona: Documenta Universitària, 2021, pp. 92-93.

¹³ ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval*, pp. 411-416; 647-668.

¹⁴ AHCB, 1/1G-77, f. 39-45r; f. 95v-98r; 172r-176r. De fines del siglo XV, se conserva también una copia íntegra de las tarifas, en principio procedentes de uno de los libros de privilegios de Barcelona, insertas como prueba en un pleito por las exenciones de los habitantes de la Comanda de Sant Joan, en el sur de Cataluña. Véase Arxiu de la Corona d'Aragó (ACA), ORM, Gran Priorato, 122 (1489-1499).

institución caritativa de la catedral que contaba con rentas y dominios territoriales en el Principado de Cataluña. También varias familias de ciudadanos honrados barceloneses acabarían en el siglo XIV controlando partes del rendimiento de estos impuestos¹⁵.

A diferencia de las *lleudes* marítimas o aduanas de titularidad real o señorial, que contaban con un territorio fiscal amplio¹⁶, las *lleudes* de Barcelona se cobraban en un espacio o *lleudari* más bien reducido, asimilable a la llanura de Barcelona sobre el cual actualmente se asienta la ciudad metropolitana. Un privilegio concedido por el monarca Pere I en 1214 al obispo Berenguer de Palou delimitaba el territorio de los derechos que ejercían Guillem de Mediona y su mujer Saurina de Castellet: entre los ríos Llobregat y Besòs, y entre la montaña de Collserola y "cien millas mar adentro"¹⁷. Cabe decir que, a medida que se incrementó el tránsito marítimo por la costa barcelonesa, esta última referencia provocó no pocas controversias acerca del alcance del impuesto sobre las mercancías que navegaban a cierta distancia de la ciudad¹⁸.

La principal exención sobre las Lleudes de Barcelona fue concedida en 1232 y afectaba a los propios habitantes de la ciudad¹⁹. Pero más allá, un variado grupo de localidades y señoríos consiguieron franquezas totales o parciales sobre el impuesto a lo largo del siglo XIII²⁰. Algunas de las exenciones o de disputas sobre ellas están contenidos en los privilegios de la Lleuda de Mediona agrupados en el llamado *Llibre de la Clau*, hoy custodiado en el Archivo de la Catedral de Barcelona.

A partir de esta última colección documental y también de la serie de pergaminos del mismo archivo capitular, de los fondos del *Arxiu Històric de la Ciutat de Barcelona*

¹⁵ ACA, Real Patrimonio, Batllia General de Catalunya, 8 (s. XV).

¹⁶ Como es el caso de la Lleuda de Tortosa: IGUAL LUIS, David - *Valencia e Italia en el siglo XV: rutas, mercados y hombres de negocios en el espacio económico del Mediterráneo occidental*. Valencia: Universitat de València, 1996, pp. 128-129.

¹⁷ AHCB, 1/1G-77, f. 35v-37v.

¹⁸ Por ejemplo, véase AHCB, 1B.XIII-41, f.s. 4. (1370).

¹⁹ ARAGÓ, Antoni M.; COSTA, Mercedes - *Privilegios reales concedidos a la ciudad de Barcelona*. Barcelona: ACA, 1971, doc. 3.

²⁰ ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval*, pp. 431-433.

y del *Arxiu de la Corona de Aragó*, próximamente podremos completar la imagen sobre los orígenes y evolución de la Lleuda de Mediona a lo largo de las épocas medieval y moderna.

En este último sentido, sabemos, por ejemplo, que en 1706, y con motivo del proyecto municipal de constituir un puerto franco, se suspendieron temporalmente la Lleuda de Mediona y la Reial, conmutándolas por un nuevo arancel sobre el vino, el vinagre y el aguardiente para compensar a los herederos del impuesto²¹. El librecambismo renegaba de los viejos gravámenes por afectar muchas materias y estar en manos de un gran abanico de titulares (hecho que dificultaría su redención). Aún en 1869, en el marco de la reforma aduanera propuesta por el ministro de Hacienda Laureà Figuerola, el político ponía como ejemplo la duplicidad de la Lleuda de Mediona y la Reial para ilustrar la multiplicidad de reglamentos fiscales en el Antiguo Régimen español²². De hecho, Figuerola se quedaba corto, pues dentro de la titularidad de estos impuestos se encontraban expedientes con gravámenes específicos, que solían ser arrendados de forma independiente, que se cobraban en lugares concretos de la ciudad o que no necesariamente afectaban la compraventa sino otras fases del comercio (i.e. el peso, el transporte, la producción). En las próximas páginas se describen dos de estas piezas autónomas que también conformaban las lezdas barcelonesas.

El caso del aceite

El llamado *mesuratge* sobre el aceite – es a decir el control y la tasa aplicada sobre el peso de este producto – estuvo desde su origen ligado a la Lleuda de Mediona, dado que su titular original (Guillem de Mediona) ya lo tenía atribuido en el momento de pactar con el rey el repartimiento fiscal²³. Entre los siglos XIII y XIV el

²¹ CAPMANY DE MONTPALAU I SURÍS, Antoni de - *Memorias históricas sobre la marina comercio y artes de la antigua ciudad de Barcelona*. Madrid: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1779. T. IV, pp. 391-392; TORRA PRAT, Ricard - "La Generalitat moderna i el Mediterrani. De l'esquadra de Galeres del General a la creació del Port Franc de Barcelona (1599-1714)". In DANTÍ I RIU, Jaume *et al* (coords.) - *Actes del VIII Congrés d'Història Moderna de Catalunya: «Catalunya i el Mediterrani»*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2019, p. 272. Véase también ACB, LM, *Libre de extraordinaris se pagan per la Lleuda* (1694-1713).

²² FIGUEROLA, Laureà - *La reforma arancelaria de 1869*. Madrid: Imprenta y Fundación M. Tello, 1879, p. 14

²³ ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval*, pp. 85-100; 402-403; 438-439; 463; 493-494. Véase también ACB, LM, LC, f. 55v-56v (3-3-1270) y f. 56v-57r (11-3-1270).

derecho era descrito también como "mensuratico olei et in degutitio et in *regonèxer*", en probable alusión a las tareas relativas al examen del producto²⁴. Arrendando este derecho anualmente, los herederos de las lezdas debían percibir los ingresos que les pertenecían de forma cuatrimestral²⁵. Así, en cuanto a la gestión, funcionaba de forma más o menos autónoma. El gestor de su bailía reconocía a los herederos de la Lleuda con un censo en forma de unas pocas onzas de pimienta²⁶. Al menos inicialmente, los herederos de la Lleuda procuraron controlar de forma directa la manera en que se vendía y pesaba el producto.

A título de ejemplo, en mayo del año 1300 y previa investigación judicial, los herederos de la Lleuda fijaron por sentencia el control sobre las ventas de un sector profesional en auge en la ciudad y que, entre otros, se dedicaba al comercio del aceite: los y las revendedoras²⁷. En esta ocasión se dictaba una serie de medidas para el menudeo²⁸, y también un tope diario de ventas que podían hacer sin utilizar las medidas sancionadas (3 quartans \approx 2,85 litros), además de obligarlos a comprar el producto en las plazas públicas.

Aunque no estaban todavía constituidos como cofradía de oficio (hecho que no se fecha hasta el privilegio de la reina Maria, consorte de Alfonso el Magnánimo, expedido en 1447)²⁹, cabe decir que la presencia de revendedores en la ciudad es un indicio evidente de la activación comercial de Barcelona a lo largo del siglo XIII. De hecho, una expresión de la organización primitiva de este sector es el juramento que prestaron hacia 1270 un grupo de individuos (entre los cuales dos mujeres)

²⁴ ACB, LM, LC, f. 27r-29r (traslado de 17-3-1316) y f. 58r-59r (23-1-1300).

²⁵ ACB, LM, LC, f. 57v-58r (15-7-1288); f. 58r-59r (23-1-1300); f. 59r-59v (8-7-1289); f. 59v-61v (15-7-1293); 82r-83v (s. XIV); Biblioteca de Catalunya (BC), Perg. 155, Reg. 17729 (traslado de 19-9-1447).

²⁶ Por ejemplo, hay constancia de un censo pagado en pimienta por una *madona d'en Ferriol* en 1269 a diferentes titulares del *mesuratge*: ACB, LM, LC, f. 20r (1269).

²⁷ ACB, LM, LC, f. 31r-32v (5-5-1300); f. 61v-62v (5-5-1300).

²⁸ Las medidas reales sobre el aceite, que no podemos desarrollar aquí, serían recordadas a través de bandos emitidos, como mínimo, en 1294, 1296 y 1310. Véase ACB, LM, LC, f. 48r-48v (6-12-1294); f. 51r-51v (traslado de 21-3-1310).

²⁹ AHCB, Gremi de Sant Miquel, 1, 5D148/87, s.f. (1447).

delante del baile y por indicación de los titulares de la Lleuda de satisfacer el *mesuratge*, tanto si vendían el aceite en sus casas como en las plazas³⁰.

Cabe decir que las normas para la venta del aceite fueron reproducidas posteriormente (1397-1415) por el almotacén, el oficial municipal al cargo del orden en el mercado y de la legalidad de las medidas³¹. Este fijaría la compraventa del producto en la llamada *plaça de l'Oli*³², donde una pareja de medidores fiscalizaría las medidas y, a la vez, daría primacía a la venta de aceite traído desde el interior catalán frente al llegado por vía marítima³³. Creemos que la estrategia de dar más espacio físico a la venta de aceite local no debería leerse dentro de una lógica proteccionista, sino al hecho que el *mesuratge* había sido prescrito, sólo, para el aceite de producción local, excluyendo expresamente el cargado por vía marítima³⁴.

Entre los siglos XIII y XIV una parte importante de este impuesto (y, de hecho, del conjunto de la Lleuda de Mediona) estaba en manos del Obispo de Barcelona. En 1270, por ejemplo, la proporción del obispo era de un tercio³⁵. Disputado por el ciudadano Galceran de Nágera, en 1306 este último confiscó las medidas controladas por el obispo Ponç de Gualba, que seguramente son las que se hallaban en la *plaça de l'Oli*³⁶.

Según Pere Orti, el *mesuratge* sólo debía ser tributado por los vendedores, teniendo que hacer frente a 2 s. por *quartà*, que a finales del siglo XIV podía equivaler al 0,5%

³⁰ ACB, LM, LC, f. 47v-48r (s.d.).

³¹ ACB, LM, LC, f. 100v-101r (27-5-1397, 2-7-1397; 28-55-1411; 27-11-1415).

³² BANKS, Phillip - "El creixement físic de Barcelona, segles X-XIII". *Barcelona quaderns d'història* 8 (2003), p. 25

³³ ACB, LM, LC, f. 100v-101r (27-5-1397, 2-7-1397; 28-55-1411; 27-11-1415); f. 53r (30-10-1319). Estos medidores, también descritos como *pueri* o *nuncios*, estaban a sueldo de los arrendatarios de los derechos del *mesuratge*: ACB, LM, LC, f. 27r-29r (traslado de 17-3-1316). A mediados de la década de 1290 se incoó una demanda contra el derecho de Berenguer d'Abella, arrendatario del *mesuratge*, de instituir él mismo el medidor. En ese momento, en el oficio trabajaba un esclavo suyo, de origen sarraceno, y que fue acusado de malversación. Véase ACB, Capsa Documentació Vària s. XIII-XV, Lligall 1 (1295).

³⁴ ACB, LM, LC, f. 82r-83v (s. XIV).

³⁵ Biblioteca de Catalunya (BC), Perg. 528, Reg. 23604 (traslado de 19-9-1442).

³⁶ ACB, LM, LC, f. 53r (30-10-1319); f. 62v-63v (23-6-1306); Capsa Documentació Vària s. XIII-XV, Lligall 3 (2º) (1306).

del precio del producto³⁷. Pero al margen del *mesuratge*, el aceite era tasado de nuevo por las tarifas generales de la Lleuda de Mediona, en este caso por un 5% de su valor. Así, el llamado *vintè de l'oli* debía ser pagado en este caso también por el vendedor y, en ocasión del tránsito por la ciudad o su puerto, el propietario del producto debía satisfacer la misma tasa en concepto del pasaje³⁸.

Para completar la imagen sobre la tributación del aceite, cabe destacar que, en Barcelona, el municipio también gravaba su comercialización a través de una imposición propia. Dado su bajo rendimiento, a partir de 1355 esta se incorporaría a una sisa más amplia llamada del *greix*, en la cual también se incluían productos tales como la pesca salada y los frutos secos³⁹.

El quint del cuiram

Entre el lote fiscal de las lezdas de Barcelona sobresalen otras exacciones, como por ejemplo la tarifa especial que pesaba sobre el comercio de los cueros y de la cochinilla (cat. *grana*)⁴⁰. El llamado *quint del cuiram* era un gravamen fijado en 1 *morabatí* de oro sobre cada 4 fardos de cuero⁴¹, y en 1 *morabatí* sobre 2 fardos de cochinilla⁴². Ambos eran productos tradicionalmente importados del Magreb y de Al-Andalus, hecho por el cual el impuesto afectaba sólo a las mercancías traídas a Barcelona vía marítima desde Barbería, Murcia o *Ispania*, y vendidas en la ciudad⁴³. En este sentido, y seguramente para evitar una presión fiscal excesiva, únicamente debían gravarse esas mercancías que hubiesen llegado a la ciudad "recta via", sin desviarse ni atracar en puertos cristianos (donde ya existían otros gravámenes)⁴⁴.

³⁷ ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval*, pp. 438-439.

³⁸ ACB, LM, LC, f. 58r-59r (23-1-1300); ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval*. p. 414.

³⁹ BROUSSOLLE, Jean - "Les impositions municipales de Barcelone de 1328 à 1462". *Estudios de Historia Moderna* 5 (1955), pp. 185-209.

⁴⁰ ACB, LM, LC, f. 58r-59r (23-1-1300); ORTI GOST, Pere - *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval*, pp. 418-419.

⁴¹ Cada fardo (cat. *fai, feix*) contendría normalmente diez piezas de cuero. Véase SALICRÚ I LLUCH, Roser - *El tràfic de mercaderies a Barcelona*, p. 118.

⁴² Entre los siglos XIII y XIV se daría una equivalencia de 9 sueldos barceloneses (s.b.) por *morabatí*: ACB, LM, LC, f. 87r-90v (10-11-1296).

⁴³ ACB, LM, LC, f. 36r-40v (21-3-1310). La cochinilla, sustancia extraída de un insecto parásito, era utilizado como colorante rojo.

⁴⁴ En Murcia, por ejemplo, es el caso del diezmo sobre los cueros exportados a Aragón, que fue introducido a mediados del siglo XIV. Véase GONZÁLEZ ARCE, José Damián - "De conjunto de rentas

Respetando la exención de los barceloneses, sólo se tasaba a los mercaderes forasteros. Sin embargo, a los locales sí que se les tasaría si compartían sociedad comercial con forasteros obligados al pago. En todos los casos se cobraba como suplemento a la lezda principal, que normalmente ya fijaba una tarifa de 4 d. por cada 12 unidades en los cueros mayores⁴⁵ y 6 s. 8 d. por cada *càrrega* (124,2 kg.) de grana.

El *quint* no sólo suponía un gravamen oneroso para los mercaderes, sino que tradicionalmente no había sido incluido en las *ordinacions* de las lezdas, hecho por el cual a inicios del siglo XIV sería objeto de un contencioso para determinar su legalidad. Hasta el momento había sido exigido atendiendo a la costumbre (*usaticum*), pero la aparición de resistencias al pago fue utilizada por los propietarios de la Lleuda para fijar el canon (1311)⁴⁶.

El *Llibre de la Clau* concretamente recoge una sentencia emitida el 13 de enero de 1311 por Guerau de Palauet, jurista de Barcelona, en el marco de un proceso presidido por el baile real de la ciudad – como supervisor del patrimonio real, del cual formaba parte la Lleuda – y a instancia de algunos de los herederos de la lezda⁴⁷. El caso derivaba de la negativa a pagar por una treintena de costales de cuero de conejo – tradicionalmente utilizado para el forro de ropa y calzado – traídos a Barcelona por un mercader de Murcia llamado Ramon Palauet y que eran propiedad de otro murciano llamado Bernat Adela. Esta operación contaba con el aval en Barcelona del cambista local Guillem Bastida. Al serles exigidos el pago del *quint*, los mercaderes se habrían negado a ello, pidiendo demostración de titularidad y legitimidad de la tasa.

a impuesto aduanero. La transformación del almojarifazgo durante el siglo XIV en el reino de Murcia". *Anuario de Estudios Medievales* 42 / 2 (2012), p. 675.

⁴⁵ A repartir en c. 22% para los herederos de Mediona y c. 78% para el rey.

⁴⁶ ACB, LM, LC, f. 35r-35v (17-3-1311).

⁴⁷ Se trataba de Bernat Marquet, de Francesc Burgès (hijo del difunto Pere Burgès), de Bernat Sitjar (hijo del difunto Pere Sitjar) y de Guillema (viuda de Guillem de Bellavista). Todos eran ciudadanos de Barcelona.

No pudiendo negarse sus antecedentes históricos, la sentencia recogida en el libro de privilegios aparece como expresamente construida para certificar un derecho que hasta ese momento solamente se legitimaba por vía de la costumbre, y no a través de documentación oficial.

Así, Mossè Adret, judío de Barcelona que actuaba como procurador y representante de los señores de la Lleuda, afirmarí­a durante las vistas de 1310 que hacía más de 60 años que el *quint* era pagado en la ciudad⁴⁸. Al solicitar la producción de testimonios orales, se confeccionó – tal y como era habitual – un articulado sobre el cual estos debían responder. Desafortunadamente, no contamos con las preguntas principales de este cuestionario; solo disponemos de las respuestas ofrecidas. En todo caso, todos los testimonios, que eran antiguos oficiales relacionados con la lezda, se ratificaron en la antigüedad de esta práctica: entre 25 y 45 años en función de su recuerdo.

El origen de la tasa no llegaría a ser dilucidado, remitiéndolo a un uso continuado o a un pasado más o menos difuso. A lo sumo, uno de los testimonios afirmaba haber oído decir que el *quint* se había consolidado como *usaticum* después que la tierra de *Ispania* hubiese sido conquistada por los cristianos; otro, que la tasa había sido decretada por algún monarca precedente.

Algunas de las preguntas derivadas de los interrogatorios tenían que ver con la identidad de los mercaderes que habían sido obligados al pago. A ello, ninguno de los cinco testimonios pudo responder, aunque sí se asegurara que en los libros de contabilidad de la Lleuda de Mediona se hallarían los pagos. Al no haber sido conservados los registros correspondientes a esta cronología, hoy no podemos contrastarlo.

Al mismo tiempo, algunos testimonios aseguraron que el pago nunca se habría producido sin problemas, y que a menudo se habría recurrido a la fuerza coactiva de la corte del baile real para imponerlo. Muchos de los mercaderes, indicaban los

⁴⁸ Se sigue, en los siguientes párrafos: ACB, LM, LC, f. 36r-40v (21-3-1310); f. 40v-45v (21-3-1310); f. 51v-53r (21-3-1310).

testimonios citados, alegaban que no estaban obligados al pago del *quint* y que este era un fraude ("*dicentes hoc peccatum esse*"). Incluso uno de los testimonios, colector del impuesto, expresaría que en los últimos 15 años se habría dejado de exigir.

A título de conclusión

Este artículo ha descrito el caso de la fiscalidad sobre productos de uso cotidiano como el aceite, los cueros y la grana en una ciudad mediterránea en la Baja Edad Media. No se trata de un mero ejercicio erudito, sino una propuesta de estudio de la fiscalidad indirecta a partir de documentación de tipo normativo o contencioso. Si, en el período, el aceite provenía especialmente del interior de Cataluña, el cuero y la grana lo hacían del Magreb. Con todo, los tres productos gozaron de una fiscalidad específica, que se adaptó a sus orígenes más habituales. Los expedientes separados de la Lleuda de Mediona y Reial – el *mesuratge de l'oli* y el *quint del cuiram* –, con su funcionamiento específico y su gestión particularizada, evidencian la importancia de estos productos en la economía urbana del momento. Sea dicho de paso, la titularidad y el arriendo de estos expedientes son también un indicador de cómo el patriciado urbano, en el tránsito de los siglos XIII al XIV, fue obteniendo mayor control sobre la fiscalidad y la regulación del mercado de su ciudad.

Además, el estudio proporciona una nueva mirada sobre la consolidación de las estructuras estatales, concretamente la llamada 'fiscalidad de Estado' que afectó a partir de finales del siglo XIII a todos los habitantes del territorio, más allá de la sujeción feudal de cada uno. En este artículo nos hemos adentrado, por lo tanto, en los orígenes del fenómeno de la fiscalidad general. Uno de los elementos interesantes que se aportan al respecto es el hecho que, frente a la resistencia fiscal, los titulares del impuesto lo justificaran en base a la consuetud y no, en cambio, a documentos legalmente emitidos⁴⁹.

En última instancia, cabe recordar que la serie de libros de cuentas conservada hasta hoy de la Lleuda de Mediona y Reial (que se inicia en el siglo XV), no ofrece datos

⁴⁹ Esta pugna, que en principio fue meramente judicial, se documenta precisamente en el contexto de los primeros tumultos contra la naciente fiscalidad de Estado (fines del siglo XIII - inicios de la siguiente centuria). Véase REIXACH SALA, Albert; VERDÉS PIJUAN, Pere - "Fiscalidad y revueltas en las ciudades de la Corona de Aragón de los siglos XIV-XVI". *Histoire Urbaine* 67 (2023), pp. 84-87.

más concretos sobre estos derechos especiales que afectaban al aceite y al cuero⁵⁰. Con todo, futuros estudios de carácter normativo, o quizás hallazgos en los mismos libros de cuentas, darán pistas sobre la evolución de sendos impuestos en tiempos posteriores.

Referencias bibliográficas

ARAGÓ, Antoni M.; COSTA, Mercedes – *Privilegios reales concedidos a la ciudad de Barcelona*. Barcelona: ACA, 1971.

BANKS, Philip – "El creixement físic de Barcelona, segles X-XIII". *Barcelona quaderns d'història* 8 (2003), pp. 11-33.

BANKS, Philip – "La topografia dels voltants de la catedral romànica". In BOTO, Gerardo; SUREDA, Marc (coords.) – *La catedral romànica de Barcelona. Protagonistes, context urbà i edificacions monumentals*. Girona: Documenta Universitària, 2021, pp. 73-134.

BONNASSIE, Pierre – *La organización del trabajo en Barcelona a fines del siglo XV*. Barcelona: CSIC, 1975.

BROUSSOLLE, Jean – "Les impositions municipales de Barcelone de 1328 à 1462". *Estudios de Historia Moderna* 5 (1955), pp. 185-209.

CAPMANY DE MONTPALAU I SURÍS, Antoni de – *Memorias históricas sobre la marina comercio y artes de la antigua ciudad de Barcelona*. Madrid: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1779. T. IV, pp. 391-392.

CARRÈRE, Claude – *Barcelone, centre économique à l'époque des difficultés 1380-1462*. 2 vols, París: Mouton&Co, 1967.

FIGUEROLA, Laureà – *La reforma arancelaria de 1869*. Madrid: Imprenta y Fundición M. Tello, 1879.

GONZÁLEZ ARCE, José Damián – "De conjunto de rentas a impuesto aduanero. La transformación del almojarifazgo durante el siglo XIV en el reino de Murcia". *Anuario de Estudios Medievales* 42 / 2 (2012), pp. 669-696.

IGUAL LUIS, David – *Valencia e Italia en el siglo XV: rutas, mercados y hombres de negocios en el espacio económico del Mediterráneo occidental*. Valencia: Universitat de València, 1996.

⁵⁰ Como excepción, la primera muestra de contabilidad localizada hasta el momento de la Lleuda - unos folios aislados, que recogen los dos primeros meses de 1334, copiados dentro de un libro de recibos de la Pia Almoína- sí que incluye entradas por el *mesuratge* del aceite. Véase ACB, Pia Almoína, Receptarum 1335, f. 2r (3-1-1334); f. 2v (13 y 15-1-1334).

ORTI GOST, Pere – "La construcció del sistema fiscal municipal a Barcelona, segles XIII-XIV". *Barcelona: quaderns d'història* 2 / 3 (1996), pp. 17-34.

ORTI GOST, Pere – *Renda i fiscalitat en una ciutat medieval: Barcelona, segles XII-XIV*. Barcelona: CSIC, 2001.

REIXACH SALA, Albert; VERDÉS PIJUAN, Pere – "Fiscalidad y revueltas en las ciudades de la Corona de Aragón de los siglos XIV-XVI". *Histoire Urbaine* 67 (2023), p. 81-101.

RIERA MELIS, Antoni – "La Lezda de Colliure bajo la administración mallorquina. I: La reforma de aranceles de finales del siglo XIII (1299?)". *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 1 (1980), pp. 91-126.

RIERA MELIS, Antoni – "Barcelona en els segles XIV-XV, un mercat internacional a escala mediterrània". *Barcelona: quaderns d'història* 8 (2003), pp. 65-83.

SALES I FAVÀ, Lluís – "'A ship loaded with honey': assessing the honey trade in the Crown of Aragon, fifteenth to sixteenth centuries". *Journal of Medieval Iberian Studies* 14 / 2 (2022), pp. 298-320.

SALICRÚ I LLUCH, Roser – *El tràfic de mercaderies a Barcelona segons els comptes de la lleuda de Mediona: (febrer de 1434)*. Barcelona: CSIC, 1995.

SOBERÓN, Mikel – "Caixes i pontons. Els aspectes tècnics en la construcció del primer port medieval de Barcelona, 1439-1455". *Barcelona: quaderns d'història* 21 (2014), pp. 125-138.

SOBREQUÉS, Jaume; RIERA I VIADER, Sebastià – "La lleuda de Barcelona del segle XII". In *Estudis de llengua i literatura catalanes oferts a R. Aramon i Serra en el seu setantè aniversari (Estudis Universitaris Catalans, 26)*. Vol. 4. Barcelona: Curial, 1984, pp. 329-346.

TORRA PRAT, Ricard – "La Generalitat moderna i el Mediterrani. De l'esquadra de Galeres del General a la creació del Port Franc de Barcelona (1599-1714)". In DANTÍ I RIU, Jaume *et al.* (coords.) – *Actes del VIII Congrés d'Història Moderna de Catalunya: «Catalunya i el Mediterrani»*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2019, pp. 255-281.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SALLES i FAVÀ, Lluís – “La fiscalidad sobre el consumo en una ciudad mediterránea. Nuevas aproximaciones a la Lleuda de Mediona de Barcelona a través de los casos del aceite, el cuero y la cochinilla (s. XIII-XIV)”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 277-293. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 35 | Janeiro – Junho 2024

ISSN 1646-740X

**El aljibe del conde de Tendilla: una obra de ingeniería
hidráulica de finales del siglo XV en la Alhambra de
Granada**

**The cistern of the Count of Tendilla: a late 15th-century hydraulic
engineering work in the Alhambra of Granada**

Daniel Jesús Quesada Morales

Doctor en Historia y Artes
Universidad de Granada
Facultad de Filosofía y Letras/Departamento de Historia del Arte
Campus Universitario de Cartuja, s/n
18071 Granada/ España

quemorda@ugr.es

<https://orcid.org/0000-0003-4696-7236>

Data recepção do artigo / Received for publication: 22 de Maio de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 3 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7771>

RESUMO

La edificación del conocido como aljibe del conde de Tendilla es uno de los primeros proyectos que se acometen en la Alhambra de Granada como parte del proceso relacionado con su habitabilidad. De este modo, desde 1492 a 1495 se operaron en la Alhambra construcciones para que la población cristiana pudiese resistir un largo asedio. Las obras de adecuación se desarrollaron en dos líneas, por un lado, la instalación de una artillería en todo el conjunto de murallas, en torres y puertas, y, por otro, la adopción de medidas ante un hipotético sitio, destacando la refortificación de la Alcazaba, y la construcción del aljibe al que nos venimos refiriendo.

En el recinto de la fortaleza se va a aspirar a la configuración de una auténtica ciudad con obras de un elevado contenido simbólico, detrás de las cuales se encuentran figuras claves como Íñigo López de Mendoza, el conde de Tendilla. Este noble se va a convertir en uno de los ideólogos del importante cambio que sufrió la zona palatina nazarí en relación con el papel que desempeñó en el marco de la nueva monarquía.

Palavras-chave: agua, Alhambra-Granada, aljibe, conde-Tendilla, siglo XV.

ABSTRACT

The construction of the cistern of the Count of Tendilla, as it is known, was one of the first projects undertaken in the Alhambra of Granada as part of the process related to its habitability. From 1492 to 1495, constructions were carried out in the Alhambra to enable the Christian population to withstand a long siege. The adaptation works were developed in two lines, on one hand, the installation of artillery throughout the walls, towers and gates, and on the other, the adoption of measures against a hypothetical siege, highlighting the refortification of the Alcazaba and the construction of the aforementioned cistern.

In the fortress complex, the aim was to create a genuine city with works of high symbolic content, behind which key figures such as Íñigo López de Mendoza, the Count of Tendilla, were involved. This nobleman became one of the ideologists of the significant change that the Nasrid palatine area underwent in relation to the role it played in the framework of the new monarchy.

Keywords: water, Alhambra-Granada, cistern, Count-Tendilla, 15th century.



Introducción

En el complejo arquitectónico de la Alhambra de Granada, dentro de un espacio delimitado por la Alcazaba, los Palacios Nazaríes y el palacio renacentista del emperador Carlos V, se halla un destacado ejemplo de ingeniería hidráulica de finales del siglo XV. Dicha obra está directamente relacionada con la nueva época que se inaugura en la ciudad granadina después de la toma por los Reyes Católicos del que había sido el último bastión de la presencia musulmana en la península ibérica¹. Antes del análisis del inmueble en cuestión es preciso determinar que existe una Alhambra anterior a la del siglo XIV, y otra posterior al periodo nazarí. Se hace por tanto necesario, marcar los ritmos de su continuidad con la nueva dinastía cristiana, lo que implica ante todo poder mostrar cuándo surge el plan constructivo de mantenimiento y reforma de la ciudad palatina heredada y qué criterios se emplearon, ya que estos hechos nos conducirán a conocer las transformaciones que sufrió el conjunto a lo largo de su historia, entre finales del cuatrocientos y primeros años del quinientos. En este último caso, es imprescindible saber lo que ocurrió con la llegada de los castellanos.

Las transformaciones producidas en la Alhambra y en su entorno a partir de 1492, y sobre todo durante el siglo XVI, son un correlato del plan urbanístico que se mantiene en la propia ciudad de Granada, como gran enclave de los proyectos urbanísticos y arquitectónicos del Renacimiento andaluz. En el llamado espacio Alhambra, se pretendió configurar una verdadera ciudad palatina con obras de alto contenido simbólico, impulsadas por figuras claves como el arquitecto Pedro

¹ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada: historia de la construcción”. In HUERTAS FERNÁNDEZ, Santiago (Coord.) – *Actas del Cuarto Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Cádiz. 27-29 de enero de 2005. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2005, p. 731.

Machuca² o Íñigo López de Mendoza, el Conde de Tendilla³ (Fig. 1), que se van a convertir en los ideólogos de una importante transformación del recinto palaciego nazarí en relación con el papel que éste desempeñó en el marco de la nueva monarquía⁴. Las primeras obras emprendidas tras la conquista fueron concebidas para la defensa y habilitación de la fortaleza y el alojamiento en sus palacios. Levantar las murallas derruidas, fortalecer sus torres y baluartes defensivos, adaptándolos para instalar la artillería cristiana, construir aljibes y casas para la tropa ponen sobre la palestra el objetivo principal de las reformas acometidas. Es decir, los Reyes Católicos eran conscientes del peligro que suponía la población morisca, superior numéricamente a la cristiana, y esto les condujo a reforzar y a modernizar las defensas y las entradas de la fortaleza⁵.

² Luis Machuca aparece como maestro mayor de las obras de la Alhambra en 1549. Véase: GALERA MENDOZA, Esther – “Luis Machuca, arquitecto e ingeniero militar”. In FERNÁNDEZ GRACIA, Ricardo (Coord.) – *Pvlchrvm: Scripta varia in honorem M^a Concepción García Gainza*. Pamplona: Gobierno de Navarra-Universidad de Navarra, 2011, p. 330. Igualmente, CRUCES BLANCO, Esther – “La documentación sobre Pedro Machuca en el Archivo de la Alhambra. Organización y procedimientos en las obras reales (1520-1550)”. *Cuadernos de la Alhambra* 36 (2000), pp. 35-50.

³ Íñigo López de Mendoza, II Conde de Tendilla, fue designado por los Reyes Católicos tras la conquista de la ciudad de Granada en 1492 capitán general del reino y alcaide de la Alhambra, ya que a la ciudadela se le concedió una guarnición especial, exenciones particulares y jurisdicción propia. PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – “El reino de Granada tras la conquista castellana”. In *En los umbrales de España. La incorporación del Reino de Navarra a la monarquía hispana. Actas de la XXXVIII Semana de Estudios Medievales. Celebrada en Estella, 18 al 22 de julio de 2011*. Pamplona: Gobierno de Navarra. Departamento de Cultura, Turismo y Relaciones Institucionales, 2012, pp. 80 y ss.

⁴ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Renacimiento y las ciudades andaluzas. “La “Nova Roma” y la “capital del imperio católico”. *Andalucía en la historia* 32 (2011) pp. 44-47. (Ejemplar dedicado a: Iberos: 600 años de Historia de Andalucía).

⁵ CASARES LÓPEZ, Matilde – “La ciudad palatina de la Alhambra y las obras realizadas en el siglo XVI a la luz de sus libros de cuentas”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad* 10 (2009), p. 52.



Fig. 1. Francisco Díaz Carreño, copia de un retrato atribuido a Juan Bautista de Espinosa (1590-1641), *Íñigo López de Mendoza, II conde de Tendilla y I marqués de Mondéjar*, c. 1877-1878, óleo sobre lienzo, 121 x 111 cm. Museo del Prado. Número de catálogo: P003407.

La intervención de los Reyes Católicos y del Conde de Tendilla en la Alhambra después de la Guerra de Granada

Finalizada la guerra de Granada, se iniciaba una nueva etapa llena de dificultades y controversias, pues el paso y transformación de la ciudad musulmana a la ciudad cristiana incluía una serie de acciones de naturaleza muy heterogénea en las que la figura del conde de Tendilla desempeñó un cargo de primer orden en virtud de los cometidos que tenía asignados y del apoyo real depositado en él. Entre sus primeras necesidades se encontraba la reorganización política y económica de todo el territorio a que se refería su jurisdicción de cara a una reactivación general de todos los factores de la vida granadina, además debía vigilar el cumplimiento de los tratos alcanzados tanto de un lado como de otro, limando hostilidades y rencores y evitando, en lo posible, situaciones o amenazas de peligro y alerta tanto internas como procedentes del exterior, de lo que se deduce su intensa presencia y actividad en el litoral granadino ante un inminente y siempre temido ataque de los turcos. Por otro lado, como primer caballero veinticuatro se colocó a la cabeza junto con Hernando de Zafra y fray Hernando de Talavera del proceso que perseguía el cambio de la imagen urbana y arquitectónica de la ciudad de Granada a través de un amplio

conjunto de reformas, derribos y nuevos proyectos cuya consolidación no se llevará a cabo hasta las décadas centrales del Quinientos⁶.

En este punto debemos recordar que la concesión del título de capitán general del reino de Granada a Íñigo López de Mendoza, y también su designación como alcaide de la Alhambra (Fig. 2), deben ser analizados no como una política de regalías sino como el premio a quien había demostrado, en múltiples ocasiones, ser competente para dirigir una institución destinada a la defensa y protección del territorio⁷. En palabras de Juan Manuel Martín:

“Capitanía General, Alcaldía y Alhambra conforman una realidad política, defensiva y cultural indiscutible y decisiva a la hora de comprender no sólo la integración sino también la intervención en un espacio tan singular y de tan

⁶ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Para el rey nuestro señor... Fernando el Católico, el conde de Tendilla y la cultura de su tiempo”. *Tiempos modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna* 34 (2017), p. 175. Sobre este asunto se puede consultar igualmente: MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel; PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – “Don Íñigo López de Mendoza, II Conde de Tendilla y I Marqués de Mondéjar”. In LÓPEZ GUZMAN, Rafael (Coord.) – *Los Tendilla: señores de la Alhambra*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, 2016, pp. 55-71; BARRIOS AGUILERA, Manuel; PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – *Historia del reino de Granada*. Granada: Universidad de Granada, 2000; PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – “La Granada mudéjar y la génesis del régimen municipal castellano”. *Chronica Nova* 28 (2001), pp. 357-399 y del mismo autor PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – “La oligarquía municipal de Granada en los albores del dominio castellano”. *Edad Media: revista de historia* 14 (2013), pp. 213-237. Por lo que respecta, por ejemplo, al papel de Fray Hernando de Talavera, consultar los siguientes trabajos: FERNÁNDEZ DE MADRID, Alonso – *Vida de Fray Hernando de Talavera, primer Arzobispo de Granada*. Granada: Universidad de Granada, 1992, y el más cercano en el tiempo de MARTÍNEZ MEDINA, Francisco Javier – “Fray Hernando de Talavera, primer arzobispo de Granada. Bosquejo biográfico”. In *Fray Hernando de Talavera, primer arzobispo de Granada, hombre de Iglesia, Estado y Letras*. Granada: Universidad de Granada y Facultad de Teología, 2011, pp. 13-100.

⁷ JIMÉNEZ ESTRELLA, Antonio – “La Capitanía General del Reino de Granada: apuntes sobre la evolución histórica de una institución político-militar en el siglo XVI”. *Qalat. Revista de Historia y Patrimonio de Motril y la Costa de Granada* 3 (2002), pp. 113-114. Igualmente, MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Para el rey nuestro señor”, p. 191. Sobre la figura del conde de Tendilla pueden consultarse los siguientes títulos: CEPEDA ADÁN, José – “El gran Tendilla, medieval y renacentista”. *Cuadernos de la Historia* I (1967), pp. 159-168; del mismo autor: CEPEDA ADÁN, José – “El conde de Tendilla primer alcaide de la Alhambra”. *Cuadernos de la Alhambra* 6 (1970), pp. 21-50. MENESES GARCÍA, Emilio – “Granada y el segundo conde de Tendilla a comienzos del siglo XVI”. *Hispania: Revista Española de Historia* 122 (1972), pp. 547-585; NADER, Helen; VALIENTE MALLA, Jesús – *Los Mendoza y el Renacimiento español*. Guadalajara: Institución Provincial de Cultura Marqués de Santillana, Dirección Provincial, 1986; SZMOLKA CLARES, José – *El conde de Tendilla primer capitán general de Granada*. Granada: Universidad de Granada, 1985; JIMÉNEZ ESTRELLA, Antonio – *Poder, ejército y gobierno en el siglo XVI: la Capitanía General del Reino de Granada y sus agentes*. Granada: Universidad de Granada, 2004; MONDÉJAR, Gaspar Ibáñez de Segovia Peralta y Mendoza – *Historia de la Casa Mondéjar*. Guadalajara: Editores del Henares, 2015. Edición facsímil. Transcripción, estudio y comentario de Aurelio García López de esta obra de 1696 y MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Arquitectos y mecenas del Renacimiento en España”. *Cuadernos de arte de la Universidad de Granada* 36 (2005), pp. 29-48.

elevado significado histórico, asociado, a la vez, a la figura de este destacado personaje que reside en ella y que además enseña a sus ilustres visitantes como si reconociera con ello un trofeo de su victoria pero también una auténtica fascinación por lo que ésta representa”⁸.



Fig. 2. Joris Hoefnagel, *Vista de la Alhambra desde Oriente*. 1564. *Civitates Orbis Terrarum*. Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife (APAG). Biblioteca. Fondo antiguo.

Los Reyes Católicos, por su parte, pusieron de manifiesto desde el primer momento un decidido propósito de conservación de todo el conjunto⁹. No cabe duda de que

⁸ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Para el rey nuestro señor”, pp. 191-192.

⁹ Para este tema consultar: LÓPEZ GUZMÁN, Rafael – *Tradición y clasicismo en la Granada del XVI. Arquitectura civil y urbanismo*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 1987, pp. 259-296; MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Para el rey nuestro señor”, p. 192; TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Los Reyes Católicos en la Alhambra”. *Al-andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada* 16 / 1 (1951), pp. 185-205; y, entre otros, VIÑES MILLET, Cristina – *La Alhambra de Granada: tres siglos de historia*. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1982. Además de los autores clásicos indicados que han trabajado el tema de los primeros años tras la conquista, contamos con otros trabajos más modernos entre los que podemos destacar el artículo de García Granados y Trillo San José sobre obras en la Granada de los Reyes Católicos. Véase: GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio; TRILLO SAN JOSÉ, Carmen – “Obras de los Reyes Católicos en Granada (1492-1495)” *Cuadernos de la Alhambra* 26 (1990), pp. 145-168; MALPICA CUELLO, Antonio – “La Alhambra de los Reyes Católicos. Nuevos materiales para su estudio”. *Aragón en la Edad Media* 14-15 (1999) (Ejemplar dedicado a: Homenaje a la profesora Carmen Orcástegui Gros), pp. 955-976; MALPICA CUELLO, Antonio – “La Alhambra, ciudad palatina: Perspectivas desde la Arqueología”. *Arqueología y Territorio Medieval* 8 (2001), pp. 205-251, especialmente, pp. 241-243; MALPICA CUELLO, Antonio y BERMÚDEZ LÓPEZ, Jesús – “Transformaciones cristianas en la Alhambra”. In BOLDRINI, Enrica y FRANCOVICH, Riccardo (eds.) – *Acculturazione e mutamenti. Prospettive nell'Archeologia medievale del Mediterraneo. VI Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in Archeologia (Certosa di Pontignano, SI-Museo di Montelupo, FI, 1-5 marzo 1993)*. Siena: Università, 1995, pp. 285-314; GALERA MENDOZA, Esther – “Arquitectura y arquitectos en la época de los Reyes Católicos”. In MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel (Coords.) – *Modernidad y cultura artística en tiempos de los Reyes Católicos*. Granada: Universidad de Granada, 2014, pp. 37-88, sobre todo, pp. 79-80; DOMÍNGUEZ

detrás de esta decisión hay una apuesta clara por convertir a la Alhambra en un símbolo de poder y triunfo sobre el Islam. Como ha afirmado la profesora Díez Jorge:

“En estos primeros años tras la conquista, el cambio que más perceptiblemente podría indicar un nuevo régimen era la Alhambra. El mantenimiento del conjunto palatino atiende en un primer momento a una relación de dominio del espacio político ocupándose el centro de poder que lo representa. En estos momentos, el nexo político y de cohesión social entre la heterogénea población recae única y exclusivamente en la Alhambra”¹⁰.

De este modo, desde 1492 a 1495 se operaron en la Alhambra construcciones para que la población cristiana pudiese resistir un largo asedio. El valor total de lo invertido en la fortaleza ascendió a 3.850.535,50 maravedís. Se mandó construir un aljibe de mayor capacidad de los que ya existían en el recinto, el que hoy da nombre a la Plaza de los Aljibes¹¹. Se llevaron a cabo dos líneas de trabajo para adaptar las instalaciones. En primer lugar, se instaló artillería en todas las murallas, torres y puertas y en segundo, se tomaron medidas preventivas ante la posibilidad de un asedio, como el refuerzo de los muros, destacando la refortificación de la Alcazaba, y la construcción del mencionado aljibe¹². Junto con la Alcazaba, otro de los núcleos fundamentales en el recinto nazarí es el constituido por los palacios reales enclavados en el centro de la colina, donde se forma la depresión y separados de aquella por la citada Plaza de los Aljibes, terreno que antes de la construcción de la gran cisterna cristiana, constituía una barranquera que dividía ambas zonas¹³.

Según queda manifestado, las primeras actuaciones por parte de los monarcas en el conjunto palatino estuvieron motivadas por razones o causas de carácter práctico y utilitario. En este sentido, su extenso perímetro amurallado, con más de veinte torres en toda su cerca, y una alcazaba considerada en ese momento como

CASAS, Rafael – “Arte y etiqueta en la Alhambra de los Reyes Católicos”. In CRUZ CABRERA, José Policarpo (Coord.) – *Arte y cultura en la Granada Renacentista y Barroca: la construcción de una imagen clasicista*. Granada: Universidad de Granada, 2014, pp. 81-122; VILAR SÁNCHEZ, Juan Antonio – *Los Reyes Católicos en la Alhambra (1492-1500)*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife/Editorial Comares, 2007.

¹⁰ DÍEZ JORGE, María Elena – *El Palacio islámico de la Alhambra: propuestas para una lectura multicultural*. Granada: Eirene, 1998, p. 112.

¹¹ CASARES LÓPEZ, Matilde – “La ciudad palatina de la Alhambra y las obras”, p. 53.

¹² MALPICA CUELLO, Antonio – “La Alhambra de los Reyes”, pp. 963-964.

¹³ CASARES LÓPEZ, Matilde – “La ciudad palatina de la Alhambra y las obras”, p. 29.

inexpugnable y desde la que se podía ejercer un amplio control sobre la ciudad baja, el Albaicín y los alrededores de su amplia y fértil vega, debieron considerarse decisivos desde el punto de vista de la seguridad y de un posible hostigamiento enemigo. En este punto, conviene recordar que la Alhambra fue elegida por el conde de Tendilla como su lugar de residencia, en la que también estableció la sede de la Capitanía General del Reino de Granada, institución que surge a raíz de las nuevas necesidades defensivas y de control del territorio ante una supuesta amenaza tanto desde dentro como, sobre todo, desde más allá de sus fronteras¹⁴. Asegurar el suministro de agua a la ciudadela alhambrena quedó manifestada como preocupación principal, ya que el frágil sistema de la infraestructura hidráulica nazarí no posibilitaría una resistencia eficaz en caso de ataque directo a la Alhambra. Tanto es así, que la disponibilidad de una importante reserva de agua sería una necesidad ineludible. Torres Balbás incide en esta cuestión de la siguiente manera:

“A iniciativa de los mismos monarcas se debe otra obra de ingeniería hecha en la Alhambra: el gran aljibe, todavía en uso, construido en el barranco o foso que separaba la alcazaba del resto del recinto. Revela idéntica preocupación defensiva que los baluartes: la guarnición cristiana de la fortaleza de la colina roja quedaba en condiciones favorables para sufrir un asedio, en caso de corte de la acequia Real, que la cruza y provee de agua corriente”¹⁵.

En este como en otros campos, el arqueólogo y arquitecto restaurador enunció una serie de ideas básicas que nos permiten comprender la acción de los Reyes Católicos

¹⁴ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Los inicios de la Alhambra cristiana”, pp. 139-142. Igualmente, MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Para el rey nuestro señor”, p. 193 y GRIMA CERVANTES, Juan Antonio – “Gobierno y administración de Granada tras la conquista las ordenanzas de la Alhambra de 1492”. *Cuadernos de la Alhambra* 26 (1990), pp. 173-174. Tras la Toma de la ciudad de Granada en 1492, los Reyes Católicos tuvieron como contacto e intermediario directo a Íñigo López de Mendoza, segundo conde de Tendilla, a quien le otorgaron poderes virreinales con capacidad para actuar de lugarteniente del rey, lo que suponía detentar un poder virreinal al frente del ejército, la justicia y la economía. En ésta última, los deberes del conde consistían en velar por la seguridad y acrecentamiento de las rentas reales, quedando todas las autoridades civiles y militares del reino bajo su mando. Asimismo, en la ciudadela de la Alhambra quedaron bajo su orden además de la tropa, todos los funcionarios que vivían en el recinto, incluyendo a los obreros y artesanos que se ocupaban de las obras: pagador, veedor, maestro mayor, aparejador, escribano, obrero, sobrestante, tenedor de materiales, jardinero y todos los contratados para realizar peonadas, destajos y cosas extraordinarias. El alcaide ejercía jurisdicción civil y penal sobre todos los pobladores que vivían en la Alhambra, comerciantes, tintoreros, azulejeros, curtidores, acequeros, panaderos, carniceros, maestros y un largo etcétera. Véase, CASARES LÓPEZ, Matilde – “La ciudad palatina de la Alhambra y las obras”, pp. 6 y 45.

¹⁵ TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Los Reyes Católicos”, pp. 199-200.

en la Alhambra. Teniendo en cuenta estas circunstancias, la principal empresa que se acomete en el recinto en función de su coste fue la construcción del gran aljibe. La fuente historiográfica más antigua que nos menciona la edificación de esta obra hidráulica y de su coste económico procede de Jerónimo Münzer, quien en octubre de 1494 manifiesta verlo concluido, ascendiendo su coste a los diez mil ducados:

“Hay en los palacios tanta belleza, con las cañerías de agua con tanto arte dirigidas por todos los sitios, que no se da nada más admirable. A través de un altísimo monte, el agua corriente es conducida por un canal y se distribuye por toda la fortaleza. Asimismo, el conde, noble caballero, al salir del alcázar, nos condujo a un aljibe, nuevo y cuadrado, tan grande como la Iglesia de San Sebald, que hizo construir en este mismo año, con gasto de diez mil ducados. Obra tan estupenda, que no se da más”¹⁶.

Actualmente conocemos que el aljibe se encontraba completamente terminado en el mes de mayo de 1494, y que la cantidad de dinero invertida en su construcción superó el millón y medio de maravedís¹⁷. Además, se tiene constancia de que las obras de la cisterna comenzaron en 1492, ya que durante la semana del 15 al 20 de octubre de ese año se compraron ochocientas ripias para construir las bóvedas de la misma¹⁸. La edificación del aljibe del conde de Tendilla es uno de los primeros proyectos que se acometieron en la Alhambra como parte del proceso relacionado con su habitabilidad. Existe evidencia directa de la participación de este noble en la construcción del depósito, no solo a través de las referencias del viajero Jerónimo Münzer, que como ha quedado manifestado mencionó la construcción de la obra en su visita a Granada, sino también a través de la inscripción de una losa conmemorativa en la que queda constancia de su patrocinio. Actualmente, esta lápida se encuentra colocada al salir de la Puerta de la Justicia en dirección al interior del recinto de la Alhambra¹⁹, y en ella se puede leer lo siguiente:

¹⁶ MÜNZER, Jerónimo – *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*. Madrid: Polifemo, 1991, p. 39. Obra inédita hasta 1920, año en la que fue publicada por L. Pfandl en la *Revue Hispanique* con el título de *Itinerarium Hispanicum*, escrito por Münzer con ocasión del largo viaje que hizo por la península ibérica en los años 1494 y 1495.

¹⁷ GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio y TRILLO SAN JOSÉ, Carmen – “Obras de los Reyes Católicos”, p. 150.

¹⁸ DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael – “Arte y etiqueta en la Alhambra”, p. 116.

¹⁹ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 735.

LOS MUY ALTOS CATHOLICOS Y MUY PODOEROSOS SEÑORES DON FERNANDO Y DOÑA ISABEL REY Y REYNA NUESTROS SEÑORES, CONQUISTARON POR GUERRA DE ARMAS ESTE REYNO Y CIUDAD DE GRANADA LA QUAL DESPUÉS DE HAVER TENIDO SUS ALTEZAS EN PERSONA SITIADA MUCHO TIEMPO EL REY MORO MULEY HACEN LES ENTREGÓ CON SU ALHAMBRA Y OTRAS FUERÇAS A DOS DIAS DE ENERO DE MILL Y CCCCXCII AÑOS. ESTE MISMO DIA SUS ALTEÇAS PUSIERON EN ELLA POR SU ALCAYDE Y CAPITAN A DON IÑIGO LOPEZ DE MENDOÇA, CONDE DE TENDILLA, SU VASALLO AL QUAL PARTIENDO SUS ALTEÇAS DE AQUÍ DEXARON EN LA DICHA ALHAMBRA CON QUINIENTOS CAVALLEROS E MIL PEONES, E A LOS MOROS MANDARON SUS ALTEÇAS QUEDAR EN SUS CASAS EN LA CIUDAD Y SUS ALCARIAS COMO PRIMERO ESTAVAN. ESTE DICHO CONDE POR MANDAMIENTO DE SUS ALTEÇAS HIZO HAZER ESTE ALGIBE²⁰.

Se cree que la placa fue colocada en su ubicación actual en el año 1599. Al parecer, la misma fue retirada de uno de los muros exteriores del aljibe ya que las obras de relleno terminaron por enterrar completamente la estructura de esta obra de ingeniería hidráulica de la que venimos hablando. Se trata de una lápida de mármol blanco con letras góticas embutidas de plomo²¹.

En cuanto a su funcionamiento y mantenimiento, la documentación disponible indica que anualmente, generalmente en el mes de enero, se vaciaba dicho inmueble con el propósito de limpiarlo en profundidad y eliminar todas las impurezas, suciedades, cal incrustada, verdín y cieno acumulados. Después de este proceso, quedaba en óptimas condiciones para recibir de nuevo el agua de la acequia del Rey²². Había, además, “una persona encargada de su cuidado y mantenimiento, teniendo preparados cubos, cuerdas y garruchas para sacar el agua, y que recibía una pequeña cantidad por cada carga de agua que sacaba”²³. En este sentido en el libro de cuentas de las obras llevadas a cabo por la Corona en el Real Sitio de la

²⁰ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 735.

²¹ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 735.

²² MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Los inicios de la Alhambra cristiana la alcaidía”, p. 150.

²³ VIÑES MILLET, Cristina – *Granada en los libros de viajes*. Granada: Miguel Sánchez, 1999, p. 155.
MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, pp. 733-734.

Alhambra, en el año 1589, se anota como labor realizada, la limpieza, puesta a punto, reparación y colocación de garruchas, cadenas y cubos del aljibe grande, donde se realizó igualmente una casa de madera para guardar los calderos²⁴.

Según las Ordenanzas de la Acequia Real de la Alhambra redactadas en 1517, no se permitía sacar agua del aljibe grande de Tendilla, ni del resto de los aljibes que se situaban en la Alhambra, a no ser que se empleara para ello un cántaro, grande o pequeño, tal y como se acostumbraba. Si para tal cometido se usaba otra vasija diferente, ésta sería quebrada y el infractor sería apremiado con una multa de 100 maravedís²⁵.

Análisis tipológico, formal y constructivo del aljibe de Tendilla. Datos históricos sobre su gestión, conservación y uso

Con relación a su análisis y estudio tipológico, la estructura del aljibe tiene un formato rectangular con una longitud de 34 metros, un ancho de 6 y una altura aproximada de 8 metros,²⁶ compuesta por dos naves cuya comunicación se realiza a través de seis vanos coronados por arcos semicirculares (Figs. 3 y 4). En los testeros menores, se encuentran dos cuerpos de escaleras de doble ángulo. En el lado considerado como la entrada, hay un pequeño receptáculo cubierto con una bóveda esquifada, diseñado para albergar y conducir el agua directamente a la cavidad del aljibe. En el extremo opuesto, se ubica otra escalera que está completamente fuera de uso. Sus paredes están horadadas con pequeños arcos de medio punto para permitir el paso del agua. La cubierta del aljibe está compuesta por bóvedas de cañón reforzadas por arcos fajones que se apoyan en pilares adosados a los muros perimetrales y al muro medianero de sus dos naves, desviando así las presiones hacia los laterales. Las bóvedas cuentan con lumbreras de forma circular en sus

²⁴ CASARES LÓPEZ, Matilde - “La ciudad palatina de la Alhambra y las obras”, p. 95.

²⁵ Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife - L-15-20. 1800. “Real orden y certificación, sobre jurisdicción dependientes, aguas y rentas de la Alhambra”. En 1517, el III conde de Tendilla, Luis Hurtado de Mendoza, promulgaba las primeras Ordenanzas sobre la Acequia Real de la Alhambra. Mediante éstas se regularizó todo el proceso de las aguas que concernían a la Acequia Real, estableciendo derechos y obligaciones de mantenimiento. Tanto es así que estas ordenanzas se mantuvieron vigentes, aunque con eventuales modificaciones, hasta bien entrado el siglo XIX. Consúltese: LENTISCO NAVARRO, José Domingo - *La Acequia Real de la Alhambra. Al-sāqilla Al-sultān, un fragmento del abastecimiento hidráulico de la Alhambra*. Sevilla: Junta de Andalucía/Consejería de Cultura, 2010, p. 5.

²⁶ Véase: GÓMEZ-MORENO GONZÁLEZ, Manuel - *Guía de Granada*, p. 153; Igualmente, MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel - “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, pp. 731-732.

claves, que actualmente se encuentran tapadas. A través de estas lumbreras, se extraía el agua utilizando cubos de madera colgados de cadenas metálicas desde el exterior (Figs. 5 y 6)²⁷.

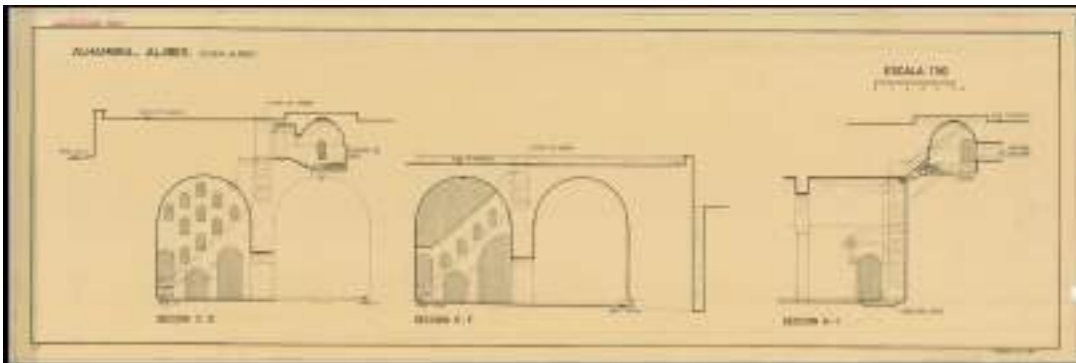


Fig. 3. Manuel López Reche, Secciones del aljibe de Tendilla en el recinto de la Alhambra, 1959. Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife (APAG). Colección de planos. Signatura: P-002222.

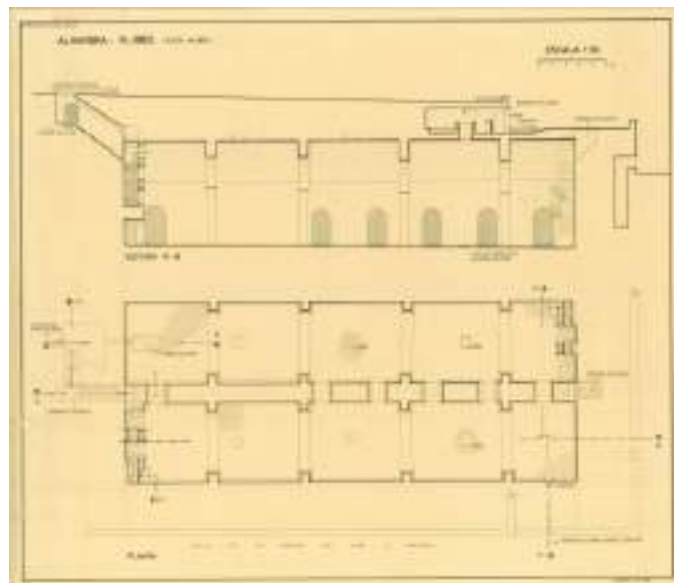


Fig. 4. Manuel López Reche, Planta y secciones del aljibe de Tendilla en el recinto de la Alhambra, 1959. Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife. Colección de planos (APAG). Signatura: P-002221.

²⁷ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 732.



Fig. 5. Interior del aljibe de Tendilla en el recinto de la Alhambra. Escalera de acceso situada en la cara norte cegada posteriormente a su construcción en el siglo XV. Granada, Patronato de la Alhambra y Generalife.



Fig. 6. Interior del aljibe de Tendilla en el recinto de la Alhambra. Aljibe de la izquierda, en el que en la actualidad se sitúa la escalera principal. Granada, Patronato de la Alhambra y Generalife.

La construcción del edificio cuenta con una fábrica de gran solidez, siendo el ladrillo el material más empleado cuyo:

“revestimiento de paredes y bóvedas era de estuco rojizo advirtiéndose en los encuentros de paredes y solería los consabidos bocelillos algo aplanados. Siguiendo un hábito local de la ciudad la solería debió de ser de losetas de barro trabajadas en zigzag”²⁸.

En la actualidad, la única parte visible del edificio es su entrada exterior, ya que el resto de su estructura quedó cubierta y colmatada debido a las numerosas alteraciones que sufrió esta zona desde el siglo XVI hasta comienzos del XX, modificaciones que transformaron por completo su aspecto original. Interiormente el aljibe destaca por su gran capacidad, con un volumen máximo de acumulación de aproximadamente 1.632 metros cúbicos de agua, lo que lo convierte en el de mayor cabida de la ciudad de Granada²⁹.

Poco o nada se sabe acerca del constructor de este importante proyecto. En algunas de sus publicaciones sobre el conde de Tendilla Juan Manuel Martín García sugiere, aunque con cautelas, que el posible maestro aljibero responsable de la construcción del gran aljibe de la Alhambra en los primeros meses de 1494, pudo haber sido un obrero levantino y mudéjar llamado Francisco Hernández o Francisco el Valencí. Según el profesor Martín García, esta hipótesis estaría avalada por una serie de cartas y de documentos que mencionan al maestro aljibero en relación con Íñigo López de Mendoza, así como con el número de encargos que recibió por parte de este noble. Además, también vendría a apoyar esta teoría la buena consideración de la que disfrutaba dentro del círculo de oficiales que trabajaban en las diferentes estancias del monumento nazarí. Los datos documentales que se disponen acerca de Francisco Hernández se desarrollan entre los años 1504 y 1513, y lo vinculan con el conde de Tendilla y con otros miembros de la aristocracia y elites granadinas de principios del siglo XVI, en sus funciones y tareas como maestro alarife y aljibero³⁰.

²⁸ Consúltese: PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de arquitectura hispanomusulmana. 1. Agua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990, p. 50; Asimismo, MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 732.

²⁹ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, pp. 732-733.

³⁰ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Los inicios de la Alhambra cristiana la alcaidía”, p. 152; MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 736.

Del conocimiento y destrezas que Valençí tenía a la hora de construir aljibes, decía el propio conde: “pienso que no ay otro en el mundo que sepa de aquello nada”³¹.

De este modo, en 1513 aparece incluido junto con otros carpinteros y albañiles en una relación para que quedara exento del pago del servicio o impuesto de la farda al que estaban obligados los andalusíes y judíos en los reinos cristianos. Tal exención estaba justificada por su condición de maestro de la Casa Real de la Alhambra a cuyas obras pudo estar vinculado desde el momento, si damos por válida la teoría que argumenta que él fue su constructor, en el que ejecutó para el alcaide de aquella fortaleza y Capital General de aquel Reino el aljibe del que venimos tratando³².

A nivel documental existe un interesante documento de 1605 en el Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife sobre este aljibe que pone de manifiesto la importancia del mismo, en relación con los otros depósitos existentes en la ciudad, tanto con los de época andalusí, como con los de cronología posterior. Así mismo, el legajo nos informa sobre la petición que se realiza a la Corona para que no se pudiera vender agua del citado aljibe a los aguadores de la ciudad, y que en caso de que se les autorizase para ello, éstos estuviesen obligados a pagar una cantidad que se destinase a costear la compra de cubos y cadenas para su extracción. Se trata de una consulta efectuada al rey Felipe III en relación con la decisión de Fernando de Contreras, Teniente de alcaide de la Alhambra en ese momento, de vender el agua del aljibe a los aguadores de Granada con el consiguiente perjuicio que esta acción ocasionaría a los vecinos, artesanos, soldados y demás habitantes de la fortaleza nazarí que verían limitado el suministro hidráulico de sus casas y talleres. En dicha protesta se avisaba, además, de los inconvenientes y malestares que la situación estaba originando entre la población de la ciudadela³³. Por un lado, en relación con el propio aljibe, ya que:

“[...] es tanta el agua que se saca porque en todo el día hasta la media noche no dejan de sacar que se apura de manera que es menester llenarlo muchas veces

³¹ GÓMEZ-MORENO MARTÍNEZ, Manuel – *Sobre el Renacimiento en Castilla*. Granada: Instituto Gómez-Moreno, 1991, pp. 62-64. Ver también en: MENESES GARCÍA, Emilio – *Correspondencia del Conde de Tendilla (1508-1513)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1973, p. 184.

³² MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Los inicios de la Alhambra cristiana la alcaidía”, pp. 154-155.

³³ Véase: MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 729.

con lo cual pierde el agua la frialdad, limpieza y asiento que hubiera si se llenara una sola vez cada año por el mes de enero según se hacía de antes”³⁴.

En este sentido, el gobernador de la Alhambra argumenta que el dinero de la reparación que los desperfectos que el continuado uso de los aguadores ocasionaban en el aljibe se destinase al mantenimiento de la capilla del Cuerpo de Guardia en la Puerta de la Justicia³⁵.

Y también porque:

“[...] es en desautoridad y daño de la fortaleza y casas reales de vuestra majestad, porque entran aguadores extranjeros y desconocidos, gente que pueden ser espías de enemigos y con esta ocasión reconocer el sitio y fortaleza y en muchas que se han ofrecido se les ha oído decir que a su costa y sudor se labra y repara la casa real y murallas del dicho Alhambra”³⁶.

Así mismo, el documento nos habla acerca de la fuente de abastecimiento del aljibe, que como vimos se hacía por medio de la acequia del Sultán, del Rey o Real de la Alhambra, como también de los promotores del mismo y de la necesidad de destinarlo en exclusividad para los moradores del recinto palatino por su importancia y capacidad, además de por las bondades de su agua:

“En el Alhambra de Granada tiene vuestra majestad un aljibe el mejor que se conoce en el mundo así en su edificio y capacidad como en hacer y conservar el agua tan fría que sirve por nieve y muy limpia y clara, el cual mandaron hacer los señores Reyes Católicos, de gloriosa memoria, luego que ganaron aquel Reino, así para regalo como para prevención de que sí en algún tiempo de

³⁴ Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife. L-238-4. 1605 a 1817. Aljibes de la Alhambra. “Petición para que no se venda el agua de los aljibes a aguadores”. Documento recogido y transcrito en: MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 729.

³⁵ La capilla de la Puerta de la Justicia o del Cuerpo de Guardia, está presidida por un retablo realizado por Diego Navas “el joven” en 1588 en honor de Nuestra Señora de la Antigua. Según la tradición en este lugar se celebró la primera misa tras la conquista de los Reyes Católicos y su entrada en la Alhambra el día 2 de enero de 1492. El retablo fue costado con las aportaciones de los residentes de la Alhambra, mientras se terminaban de ejecutar las obras de la cercana iglesia de Santa María. Su diseño es de origen vigolesco, y consta de mesa de altar, banco, tres calles, un piso y remate o ático. Véase: GÓMEZ-MORENO GONZÁLEZ, Manuel – *Guía de Granada*, p. 33., y GALLEGU Y BURÍN, Antonio – *Granada: guía artística e histórica de la ciudad*. Granada: Comares, 1996, p. 66 (1ª edición publicada en 1961).

³⁶ Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife – L-238-4. 1605 a 1817. Aljibes de la Alhambra. “Petición para que no se venda el agua de los aljibes a aguadores”. Documento recogido y transcrito en: MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 729.

necesidad o cerco faltase el agua, que entra en el Alhambra por una acequia tomada en el nacimiento del río Darro que viene por mas de legua y media guiada por el cerro que llaman de Santa Elena, hubiese en el dicho aljibe agua bastante para mucho tiempo y mucha gente que puede encerrarse en la dicha Alhambra”³⁷.

Por documentación del siglo XIX conocemos los pertrechos con los que desde antiguo contaba la gran cisterna. En la misma aparece consignado un inventario redactado por el alcaide de la real fortaleza de la Alhambra y administrador de los bienes de su majestad en esta dependencia en ese momento, en el que expresa los efectos pertenecientes al gran aljibe, como dos garruchas de hierro, dos cadenas de hierro, seis cubos de madera con aros y arcos de hierro, dos embudos de hoja de lata usados, una mesa grande de pino, diez y ocho candelijas grandes de hoja de lata y una tina grande (Fig. 7). A continuación, se detalla el volumen de agua que pertenecían a las casas y obradores, dice el documento en este sentido: “La acequia nombrada del Rey que abastece de agua este Real Sitio y las sobras se mandaron vender por reales cédulas de 1630 y 1774 y se encuentran dadas a censo redimible”. El consumo de agua se estipulaba en función de las necesidades de cada domicilio. De este modo, una ración tenía un coste de 8 reales de vellón, medio cuartillo 16, uno 33 y cuartillo y medio 49. Había inmuebles que consumían 3 raciones de agua por las que pagaban 24 reales, otros 2 cuartillos y una ración que suponían 54 reales, y también viviendas con 3 cuartillos asignados por un precio de 99 reales, 7 raciones por 57 y 8 cuartillos por 264. Aunque la mayoría de las casas de la ciudadela de la Alhambra tenían un caudal de agua de medio cuartillo, de uno o de una ración³⁸.

³⁷ Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife – L-238-4. 1605 a 1817. Aljibes de la Alhambra. “Petición para que no se venda el agua de los aljibes a aguadores”. Documento recogido y transcrito en: MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 729.

³⁸ ESPINAR MORENO, Manuel – *Granada y las aguas del Darro*. Granada: Libros EPCCM, 2019, pp. 142-173.



Fig. 7. Interior del aljibe de Tendilla en el recinto de la Alhambra. Se pueden apreciar las lumbreras abiertas en las bóvedas y actualmente tapadas por las que se introducían los calderos de madera sujetos por cadenas metálicas para extraer el agua desde los brocales exteriores. Granada, Patronato de la Alhambra y Generalife.

Aunque el agua del aljibe tenía fama de buena y clara, no siempre el depósito se llenaba con agua en buen estado, lo que facilitaba que en verano se corrompiese en su interior. Se tenía por costumbre, para evitar estos problemas, una vez al año vaciar su contenido por completo y limpiarlo. La evacuación del aljibe se hacía mediante un sumidero que se encuentra en su zona norte, y a pesar de que se procuraba hacerlo de manera gradual, a veces, una salida tan masiva de agua y con un caudal muy potente provocaba inundaciones en las casas situadas a septentrión, en la ladera situada por debajo del aljibe. Para evitar esta serie de perjuicios y daños en 1731 se decidió instalar en el desagüadero del aljibe una llave de bronce que regulaba su vaciado³⁹. Desconocemos si la colocación de esa llave reguladora resolvió los problemas de las viviendas de esos vecinos de la fortaleza, de lo que sí hay constancia documental es que los problemas se trasladaron al exterior de la muralla, ya que el agua era dirigida por una acequia directamente al río Darro, al que desembocaba por una zona próxima al tajo de San Pedro, ocasionando graves

³⁹ VILAR SÁNCHEZ, Juan Antonio – *La Acequia Real de la Alhambra en época cristiana (1492-1850). Inmersión en el sistema hidráulico de la Alhambra y Granada*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife/Editorial Comares S. L., 2011, p. 127.

desprendimientos tanto en 1764 como en 1767, destruyendo en ambos casos amplios tramos de la acequia de Romayla o de Santa Ana, que discurría por ese lado de la ladera⁴⁰. Éste era uno de los denominados derrames o caños de sobra de la Alhambra, de los que había bastantes en el recinto palatino a lo largo de todo el recorrido intramuros de la acequia Real⁴¹.

El aljibe de Tendilla obtenía su suministro de agua de esta acequia, mediante un brazo que derivaba de un partidior fabricado en mármol pardo de las canteras de Sierra Elvira, enclavado en la Puerta del Vino. Parte de este conducto fue desenterrado durante los trabajos arqueológicos llevados a cabo en la zona que se encuentra a mitad de camino entre la mencionada puerta y la plaza de los Aljibes, durante las campañas realizadas en 1989 por Jesús Bermúdez López. Un tramo de atarjea que bajaba hasta el depósito, el cual estaba cubierto por cobijas elaboradas a partir de piezas sepulcrales musulmanas de 10 centímetros de grosor que habían sido reutilizadas a principios del siglo XVI por los nuevos pobladores cristianos⁴².

En lo referente al entorno de esta impresionante cisterna éste ha sufrido numerosas transformaciones a lo largo de los siglos, lo que ha dado lugar a la actual plaza de los Aljibes. Esta plaza se encuentra en el mismo lugar que la estructura original de la cisterna y se utilizó para unir urbanísticamente la zona castrense de la Alcazaba con el conjunto palatino del complejo alhambrense (Fig. 8). Para lograrlo, se demolieron los edificios que rodeaban y cubrían al aljibe, enterrándolo completamente, así como a las calles y plazas circundantes⁴³. Será fundamentalmente en los primeros años posteriores a la conquista de la ciudad y sobre todo con motivo de la construcción

⁴⁰ Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife – L-172-23. 1764, marzo, 23. “Petición de D. Bernabé Sáez Cabello, vecino y veinticuatro de Granada, sobre desprendimiento de una terrera, frente de San Pedro, que había deshecho treinta varas de canal del agua y los vecinos del barrio protestaban porque les falta el agua, solicita permiso para su arreglo”. – L-172-2. 1767, febrero, 9. “Petición y autos de D. Bernardo Sánchez Cabello, vecino y veinticuatro de Granada a cuyo cargo están las cuatro acequias que abastecen a Granada, sobre haber estropeado una de ellas, la de Santa Ana, una terrera, que está enfrente de la iglesia de San Pedro por no estar en buenas condiciones el conducto de desagüe de los aljibes que va al río Darro”. Consúltese: VILAR SÁNCHEZ, Juan Antonio – *La Acequia Real de la Alhambra en época*, p. 129.

⁴¹ VILAR SÁNCHEZ, Juan Antonio – *La Acequia Real de la Alhambra en época*, p. 129.

⁴² BERMÚDEZ LÓPEZ, Jesús – “Crónica Arqueológica”. *Cuadernos de la Alhambra* 26 (1990), pp. 318-319. Véase, igualmente, BERMÚDEZ LÓPEZ, Jesús – “Excavaciones en la Plaza de los Aljibes de la Alhambra”. *Al-Andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada* 20 / 2 (1955), pp. 436-452. Consúltese, también, VILAR SÁNCHEZ, Juan Antonio – *La Acequia Real de la Alhambra en época*, p. 125, nota 15.

⁴³ GALLEGO Y BURÍN, Antonio – *Granada: guía artística*, p. 67.

del palacio de Carlos V cuando las alteraciones aquí se hacen más evidentes, rellenándose y cubriéndose con escombros y materiales procedentes de las obras que se estaban llevando a cabo en el gran palacio renacentista⁴⁴. Simón de Argote se refiere a la transformación de este ámbito y al traslado de la lápida conmemorativa sobre la construcción del aljibe que señalamos en páginas precedentes de la siguiente forma:

“Esta lápida estuvo colocada en el Algibe de la placeta del palacio, y porque no quedase enterrada con los escombros del edificio árabe, que levantaron aquel terreno al tiempo de la fábrica del nuevo alcázar, llamado del Emperador se trasladó aquí, y se puso al algibe el brocal redondo que en el día tiene”⁴⁵.



Fig. 8. Manuel López Reche, Sección longitudinal del cerro de la Alcazaba de la Alhambra, 1966. Se muestran la torre de la Vela, la del Homenaje y los aljibes subterráneos bajo la plaza del mismo nombre (parte inferior derecha). Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife (APAG). Colección de planos. Signatura: P-002539.

Esta práctica de vaciado de derribos, piedras, cascajo y otros materiales no dejó de continuarse desde principios del siglo XVI prácticamente hasta el XIX, con el consecuente colmatado, nivelado y allanamiento del terreno. Henríquez de Jorquera nos habla ya en el siglo XVII de esta explanada que se estaba creando sobre el gran aljibe de Tendilla (Fig. 9):

“[...] en la gran plaza de los Algives, que se fundó sobre ellos, son de tres naves en forma de templo que para una necesidad que faltase de entrar en esta fuerza pueden sustentarse mucho tiempo y es tan fría de verano que se bebe en Granada de regalo, de que se sustentan muchos aguadores que la vajan, con aver

⁴⁴ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 737.

⁴⁵ ARGOTE, Simón de – *Nuevos paseos históricos, artísticos, económico-políticos por Granada y sus contornos*. Granada: Imprenta de D. Francisco Gómez Espinosa de los Monteros, 1807.

tanta agua de nieve es mucha jente quien la gasta. Hace frontera con esta plaça la Real Casa nueva de superior grandeza, comenzada por el emperador Carlos Quinto [...]”⁴⁶.



Fig. 9. Ambrosio de Vico, Detalle de la Plataforma de la Ciudad de Granada, c. 1590 (Grabado por Francisco Heylan, 1613). En el grabado se observa la planicie que unía la portada del Emperador del palacio de Carlos V (Casa Real del Alhambra) con la explanada de los aljibes casi colmatada. Se aprecian los dos brocales para extraer agua del interior del aljibe de Tendilla que se conservaban entonces. Granada, Archivo Histórico Municipal del Ayuntamiento de Granada (AHMGR). Fondo fotográfico/Signatura: 00.017.01.

No es extraño, por tanto, que a lo largo de los siglos este terreno haya sido sometido a excavaciones y allanamientos del terreno continuos, lo que dio lugar a una gran explanada a modo de plaza (Fig. 10). Los habitantes y residentes de la Alhambra solían reunirse aquí con frecuencia, ya fuera para visitar los mercados y tenderetes que se instalaban en este punto o para celebrar ferias y festividades. Además, la plaza se convirtió en un punto de encuentro para los numerosos aguadores que acudían con sus recuas para llenar sus cántaros y toneles de agua y distribuirla por diferentes puntos del caserío urbano de la ciudad⁴⁷.

⁴⁶ HENRÍQUEZ DE JORQUERA, Francisco – *Anales de Granada. Descripción del reino y Ciudad de Granada. Crónica de la Reconquista (1482-1492). Sucesos de los años 1588 a 1646*. Granada: Universidad de Granada, 1987, p. 55. Edición facsímil de esta obra de 1646, con estudio preliminar de Pedro Gan Giménez e índices de Luis Moreno Garzón.

⁴⁷ MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada”, p. 738.



Fig. 10. José García Ayola, Plaza de los Aljibes, 1863-1900. Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife (APAG). Colección de Fotografías. Signatura: F-05399.

Conclusiones

El numeroso conjunto de aljibes públicos de la ciudad de Granada y de los que el aljibe de Tendilla forma parte están actualmente considerados un valioso y extraordinario legado histórico y una de las arquitecturas utilitarias y funcionales más características de su paisaje urbano. Estos depósitos son representantes inertes de una forma de vida y de una cultura relacionada con el agua a la que no debemos ni podemos renunciar, pues se entroncan con lo más profundo de nuestras raíces tradicionales. Además, son elementos constitutivos de la historia cotidiana de la ciudad y en los que podemos evocar la imagen de las mujeres o de los aguadores acudiendo a ellos con sus cántaros de barro a recoger el agua para usos domésticos⁴⁸.

El aljibe de Tendilla constituye un elemento definido dentro del patrimonio hidráulico de Granada, que se postula como testigo de la optimización tradicional de los recursos hídricos de la ciudad. Debemos de tener en cuenta que el agua, en este periodo histórico, representaba y constituía uno de los elementos capitales de la

⁴⁸ ORIHUELA UZAL, Antonio; VÍLCHEZ VÍLCHEZ, Carlos – *Aljibes públicos de la Granada islámica*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 1991. Información contenida en la “Presentación” al libro realizada por Antonio Jara.

cultura, en ella se reunía lo vital y lo accesorio, lo sagrado y lo funcional, de ella dependían rituales, vida doméstica, la economía y el placer. Es por ello que el valor social de las infraestructuras del agua radicaba en su utilidad plural, ya que en torno a ellas se reunían lo práctico y lo simbólico, el viaje y la estancia, lo agrícola, lo urbano y lo doméstico. Es en esa pluralidad de funciones donde radica su mayor atracción. No solo se encargaban de abastecer a la población del elemento vital, sino que los aljibes y cisternas de agua se erigían como símbolos, ornamento, y espacio de sociabilidad mixta. Eran edificios de aguas que permitían reunirse a un público diverso, en una misma área, y facilitaba el encuentro entre hombres y mujeres, en una sociedad en la que la separación de géneros se inscribía en los espacios públicos⁴⁹.

Referencias bibliográficas

Fuentes manuscritas

Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife (APAG) – L-238-4. 1605 a 1817. Aljibes de la Alhambra. “Petición para que no se venda el agua de los aljibes a aguadores”.

Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife (APAG) – L-172-23. 1764, marzo, 23. “Petición de D. Bernabé Sáez Cabello, vecino y veinticuatro de Granada, sobre desprendimiento de una terrera, frente de San Pedro, que había deshecho treinta varas de canal del agua y los vecinos del barrio protestaban porque les falta el agua, solicita permiso para su arreglo”.

Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife (APAG) – L-172-2. 1767, febrero, 9. “Petición y autos de D. Bernardo Sánchez Cabello, vecino y veinticuatro de Granada a cuyo cargo están las cuatro acequias que abastecen a Granada, sobre haber estropeado una de ellas, la de Santa Ana, una terrera, que está enfrente de la iglesia de San Pedro por no estar en buenas condiciones el conducto de desagüe de los aljibes que va al río Darro”.

Granada, Archivo del Patronato de la Alhambra y Generalife (APAG) – L-15-20. 1800. “Real orden y certificación, sobre jurisdicción dependientes, aguas y rentas de la Alhambra”.

⁴⁹ ORIHUELA UZAL, Antonio; VÍLCHEZ VÍLCHEZ, Carlos – *Aljibes públicos*, p. 88.

Fuentes impresas

ARGOTE, Simón de – *Nuevos paseos históricos, artísticos, económico-políticos por Granada y sus contornos*. Granada: Imprenta de D. Francisco Gómez Espinosa de los Monteros, 1807.

GÓMEZ-MORENO GONZÁLEZ, Manuel – *Guía de Granada*. Granada: Imprenta de Indalecio Ventura, 1892.

HENRÍQUEZ DE JORQUERA, Francisco – *Anales de Granada. Descripción del reino y Ciudad de Granada. Crónica de la Reconquista (1482-1492). Sucesos de los años 1588 a 1646*. Granada: Universidad de Granada, 1987. Edición facsímil de esta obra de 1646, con estudio preliminar de Pedro Gan Giménez e índices de Luis Moreno Garzón.

MONDÉJAR, Gaspar Ibáñez de Segovia Peralta y Mendoza – *Historia de la Casa Mondéjar*. Guadalajara: Editores del Henares, 2015. Edición facsímil. Transcripción, estudio y comentario de Aurelio García López de esta obra de 1696.

MÜNZER, Jerónimo – *Viaje por España y Portugal (1494-1495)*. Madrid: Polifemo, 1991.

Estudios

BARRIOS AGUILERA, Manuel; PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – *Historia del reino de Granada*. Granada: Universidad de Granada, 2000.

BERMÚDEZ LÓPEZ, Jesús – “Excavaciones en la Plaza de los Aljibes de la Alhambra”. *Al-Andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada* 20:2 (1955), pp. 436-452.

BERMÚDEZ LÓPEZ, Jesús – “Crónica Arqueológica”. *Cuadernos de la Alhambra* 26 (1990), pp. 317-347.

CASARES LÓPEZ, Matilde – “La ciudad palatina de la Alhambra y las obras realizadas en el siglo XVI a la luz de sus libros de cuentas”. *De Computis: Revista Española de Historia de la Contabilidad* 10 (2009), pp. 3-129.

CEPEDA ADÁN, José – “El gran Tendilla, medieval y renacentista”. *Cuadernos de la Historia* I (1967), pp. 159-168.

CEPEDA ADÁN, José – “El conde de Tendilla primer alcaide de la Alhambra”. *Cuadernos de la Alhambra* 6 (1970), pp. 21-50.

CRUCES BLANCO, Esther – “La documentación sobre Pedro Machuca en el Archivo de la Alhambra. Organización y procedimientos en las obras reales (1520-1550)”. *Cuadernos de la Alhambra* 36 (2000), pp. 35-50.

DÍEZ JORGE, María Elena – *El Palacio islámico de la Alhambra: propuestas para una lectura multicultural*. Granada: Eirene, 1998.

DOMÍNGUEZ CASAS, Rafael – “Arte y etiqueta en la Alhambra de los Reyes Católicos”. In CRUZ CABRERA, José Policarpo (Coord.) – *Arte y cultura en la Granada*

Renacentista y Barroca: la construcción de una imagen clasicista. Granada: Universidad de Granada, 2014, pp. 81-122.

ESPINAR MORENO, Manuel – *Granada y las aguas del Darro*. Granada: Libros EPCCM, 2019.

FERNÁNDEZ DE MADRID, Alonso – *Vida de Fray Hernando de Talavera, primer Arzobispo de Granada*. Granada: Universidad de Granada, 1992.

GALERA MENDOZA, Esther – “Luis Machuca, arquitecto e ingeniero militar”. In FERNÁNDEZ GRACIA, Ricardo (Coord.) – *Pvlchrvm: Scripta varia in honorem M^a Concepción García Gainza*. Pamplona: Gobierno de Navarra-Universidad de Navarra, 2011, pp. 328-340.

GALERA MENDOZA, Esther – “Arquitectura y arquitectos en la época de los Reyes Católicos”. In MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel (Coords.) – *Modernidad y cultura artística en tiempos de los Reyes Católicos*. Granada: Universidad de Granada, 2014, pp. 37-88.

GALLEGO Y BURÍN, Antonio – *Granada: guía artística e histórica de la ciudad*. Granada: Comares, 1996.

GARCÍA GRANADOS, Juan Antonio; TRILLO SAN JOSÉ, Carmen – “Obras de los Reyes Católicos en Granada (1492-1495)”. *Cuadernos de la Alhambra* 26 (1990), pp. 145-168.

GÓMEZ-MORENO MARTÍNEZ, Manuel – *Sobre el Renacimiento en Castilla*. Granada: Instituto Gómez-Moreno, 1991.

GRIMA CERVANTES, Juan Antonio – “Gobierno y administración de Granada tras la conquista las ordenanzas de la Alhambra de 1492”. *Cuadernos de la Alhambra* 26 (1990), pp. 169-184.

JIMÉNEZ ESTRELLA, Antonio – “La Capitanía General del Reino de Granada: apuntes sobre la evolución histórica de una institución político-militar en el siglo XVI”. *Qalat. Revista de Historia y Patrimonio de Motril y la Costa de Granada* 3 (2002), pp. 111-136.

JIMÉNEZ ESTRELLA, Antonio – *Poder, ejército y gobierno en el siglo XVI: la Capitanía General del Reino de Granada y sus agentes*. Granada: Universidad de Granada, 2004.

LENTISCO NAVARRO, José Domingo – *La Acequia Real de la Alhambra. Al-sāqilla Al-sultān, un fragmento del abastecimiento hidráulico de la Alhambra*. Sevilla: Junta de Andalucía/Consejería de Cultura, 2010.

LÓPEZ GUZMÁN, Rafael – *Tradición y clasicismo en la Granada del XVI. Arquitectura civil y urbanismo*. Granada: Diputación Provincial de Granada, 1987.

MALPICA CUELLO, Antonio – “La Alhambra de los Reyes Católicos. Nuevos materiales para su estudio”. *Aragón en la Edad Media* 2 Volumes (1999) (Ejemplar dedicado a: Homenaje a la profesora Carmen Orcástegui Gros), pp. 955-976.

MALPICA CUELLO, Antonio – “La Alhambra, ciudad palatina: Perspectivas desde la Arqueología”. *Arqueología y Territorio Medieval* 8 (2001), pp. 205-251.

MALPICA CUELLO, Antonio; BERMÚDEZ LÓPEZ, Jesús – “Transformaciones cristianas en la Alhambra”. In BOLDRINI, Enrica y FRANCOVICH, Riccardo (eds.) – *Acculturazione e mutamenti. Prospettive nell’Archeologia medievale del Mediterraneo. VI Ciclo di Lezioni sulla Ricerca applicata in Archeologia (Certosa di Pontignano, SI-Museo di Montelupo, FI, 1-5 marzo 1993)*. Siena: Università, 1995, pp. 285-314.

MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Arquitectos y mecenas del Renacimiento en España”. *Cuadernos de arte de la Universidad de Granada* 36 (2005), pp. 29-48.

MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Aljibe de la Alhambra de Granada: historia de la construcción”. In HUERTAS FERNÁNDEZ, Santiago (Coord.) – *Actas del Cuarto Congreso Nacional de Historia de la Construcción*. Cádiz. 27-29 de enero de 2005. Madrid: Instituto Juan de Herrera, 2005, pp. 729-740.

MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “El Renacimiento y las ciudades andaluzas. “La “Nova Roma” y la “capital del imperio católico”. *Andalucía en la historia* 32 (2011) pp. 44-47.

MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel – “Para el rey nuestro señor... Fernando el Católico, el conde de Tendilla y la cultura de su tiempo”. *Tiempos modernos: Revista Electrónica de Historia Moderna* 34 (2017), pp. 167-201.

MARTÍN GARCÍA, Juan Manuel; PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – “Don Iñigo López de Mendoza, II Conde de Tendilla y I Marqués de Mondéjar”. In LÓPEZ GUZMAN, Rafael (Coord.) – *Los Tendilla: señores de la Alhambra*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife, 2016, pp. 55-71.

MARTÍNEZ MEDINA, Francisco Javier – “Fray Hernando de Talavera, primer arzobispo de Granada. Bosquejo biográfico”. In *Fray Hernando de Talavera, primer arzobispo de Granada, hombre de Iglesia, Estado y Letras*. Granada: Universidad de Granada y Facultad de Teología, 2011, pp. 13-100.

MENESES GARCÍA, Emilio – “Granada y el segundo conde de Tendilla a comienzos del siglo XVI”. *Hispania: Revista Española de Historia* 122 (1972), pp. 547-585.

MENESES GARCÍA, Emilio – *Correspondencia del Conde de Tendilla (1508-1513)*. Madrid: Real Academia de la Historia, 1973.

NADER, Helen; VALIENTE MALLA, Jesús – *Los Mendoza y el Renacimiento español*. Guadalajara: Institución Provincial de Cultura Marqués de Santillana, Dirección Provincial, 1986.

ORIHUELA UZAL, Antonio; VÍLCHEZ VÍLCHEZ, Carlos – *Aljibes públicos de la Granada islámica*. Granada: Ayuntamiento de Granada, 1991.

PAVÓN MALDONADO, Basilio – *Tratado de arquitectura hispanomusulmana. 1. Agua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1990.

PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – “La Granada mudéjar y la génesis del régimen municipal castellano”. *Chronica Nova* 28 (2001), pp. 357-399.

PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – “El reino de Granada tras la conquista castellana”. In *En los umbrales de España. La incorporación del Reino de Navarra a la monarquía hispana. Actas de la XXXVIII Semana de Estudios Medievales. Celebrada en*

Estella, 18 al 22 de julio de 2011. Pamplona: Gobierno de Navarra. Departamento de Cultura, Turismo y Relaciones Institucionales, 2012, pp. 57-94.

PEINADO SANTAELLA, Rafael Gerardo – “La oligarquía municipal de Granada en los albores del dominio castellano”. *Edad Media: revista de historia* 14 (2013), pp. 213-237.

SZMOLKA CLARES, José – *El conde de Tendilla primer capitán general de Granada*. Granada: Universidad de Granada, 1985.

TORRES BALBÁS, Leopoldo – “Los Reyes Católicos en la Alhambra”. *Al-andalus. Revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada* 16 / 1 (1951), pp. 185-205.

VILAR SÁNCHEZ, Juan Antonio – *Los Reyes Católicos en la Alhambra (1492-1500)*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife/Editorial Comares, 2007.

VILAR SÁNCHEZ, Juan Antonio – *La Acequia Real de la Alhambra en época cristiana (1492-1850). Inmersión en el sistema hidráulico de la Alhambra y Granada*. Granada: Patronato de la Alhambra y Generalife/Editorial Comares S. L., 2011.

VIÑES MILLET, Cristina – *La Alhambra de Granada: tres siglos de historia*. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1982.

VIÑES MILLET, Cristina – *Granada en los libros de viajes*. Granada: Miguel Sánchez, 1999.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

QUESADA MORALES, Daniel Jesús – “El aljibe del conde de Tendilla: una obra de ingeniería hidráulica de finales del siglo XV en la Alhambra de Granada”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 295-310. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

RECENSÕES

BOOK REVIEWS



Recensão / Review:

**BARROS, Maria Filomena Lopes de; ALMAGRO VIDAL,
Clara (eds.) – *Forms of Unfreedom in the Medieval
Mediterranean*. Évora: Publicações do Cidehus, 2021
(152 pp.)**

Manuel Fialho

Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa;
Centro de História da Universidade de Lisboa
1600-214 Lisboa; Portugal

m.fialhosilva@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1991-5396>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Outubro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7774>



O fenómeno da escravatura tem sido abundantemente estudado para o período moderno, além disso, é bem conhecida a sua relevância na sociedade e economia da Antiguidade mediterrânica¹. Entre estes dois períodos históricos, a Idade Média pouco tem sido associada a este fenómeno². O livro editado por Filomena Lopes de Barros e Clara Almagro Vidal vem oferecer um importante contributo para o estudo dos vários fenómenos de dependência, que se estendem numa complexa semântica entre a escravatura e a servidão, abrangendo uma cronologia assumidamente medieval, não inocentemente associada à chegada e partida do Islão da Península Ibérica (séculos VIII-XVI). A geografia desta obra coletiva tem esta Península como foco central, mantendo um olhar atento sobre alguns espaços insulares mediterrânicos precisos, onde se destacam a Sardenha e o Chipre, contribuições que concedem ao livro uma dimensão mediterrânica. É um facto que outros espaços mediterrânicos poderiam constar neste livro, mas como em todas as obras coletivas, o somatório das diferentes especialidades dos autores teve grande impacto, e, além disso, seria sempre impossível abarcar todo o espaço geográfico mediterrânico. Por isso, escolhas foram feitas, afigurando-se o conteúdo da obra com uma estrutura clara e bem definida.

As palavras de Clara Almagro Vidal que abrem esta obra são inevitavelmente dedicadas à memória da outra editora, Maria Filomena Lopes de Barros, numa homenagem a que não podemos deixar de nos juntar, a uma historiadora que nos abandonou muito mais cedo do que todos esperávamos e desejaríamos, sendo imensa a sua ausência, tanto como pessoa, como medievalista³. Clara Almagro Vidal

¹ Sobre a escravatura na antiguidade ver: HUNT, Peter - *Ancient Greek and Roman slavery*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2018; WIEDEMANN, Thomas - *Greek and Roman slavery*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981. Sobre a escravatura no período moderno e o comércio transatlântico de escravos ver: LOVEJOY, Paul - *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012; ELTIS, David; Richardson, David (eds.) - *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven: Yale University Press, 2015.

² Ainda assim, veja-se sobre o tema no período medieval: ELTIS, David *et al.* (eds.) - *The Cambridge World History of Slavery: Volume 2, AD 500-AD 1420*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

³ ALMAGRO VIDAL, Clara - "In Memoriam, Maria Filomena Lopes de Barros". In BARROS, Maria Filomena Lopes de; ALMAGRO VIDAL, Clara (eds.) - *Forms of Unfreedom in the Medieval Mediterranean* [on-line]. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2021. Disponível na Internet <http://books.openedition.org/cidehus/18935>

descreve, nessas emotivas notas de abertura, como a gênese deste livro está intimamente ligada ao workshop “The Ties that Bind: Rethinking Dependences in the Medieval Iberian Peninsula and Beyond”, organizado, em 2018, com o apoio do CIDEHUS, por ambas as editoras do livro aqui abordado. Esta obra resulta, em grande parte, das comunicações apresentadas nesse evento científico.

Na introdução é apresentada a questão de fundo da obra, que se prende com os limites impostos à liberdade nos múltiplos tipos de relações de dependência, onde se destacam a servidão e a escravatura, observando-se as diversas e irregulares escalas e gradações reveladas na análise a estes fenómenos⁴. O objetivo geral deste livro coletivo é apresentado como uma problematização sobre os significados e rótulos existentes nas fontes medievais e também aqueles que foram e são atribuídos pela historiografia atual às referidas relações de dependência. Pretende-se detetar padrões e dinâmicas comuns, na observação de paralelos e de diferenças entre diversos contextos geográficos e cronológicos.

Os autores da obra são especialistas de grande prestígio ligados a algumas das mais conceituadas instituições académicas de investigação europeias o que concede grande rigor científico e profundidade a este livro coletivo centrado nos limites da liberdade no enquadramento dos vínculos sociais. No primeiro artigo, Raúl González González foca a sua atenção nos fenómenos de dependência do reino das Astúrias, num período cronológico entre o século VIII e o XIII, demonstrando como a escravatura herdada do período romano persistiu no período medieval em coocorrência com outros fenómenos de dependência⁵.

Cristina de la Puente analisa modelos notariais islâmicos, produzidos no Al-Andalus do século XII, centrando-se nos contratos de manumissão onde os proprietários de escravos negociavam com os libertos condições de pagamento posterior. A ausência de documentação de arquivo para o período foi aqui colmatada com um estudo

⁴ BARROS, Maria Filomena Lopes de; ALMAGRO VIDAL, Clara (eds.) – “Introduction: ties that bind and shape unfreedoms”. In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

⁵ GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Raúl – “Lingering bonds. Ideology of slavery and servile taint in medieval Asturias, 8th-13th centuries”. In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

atento aos referidos manuais notariais⁶. A obrigação financeira que resultava dos referidos pagamentos posteriores à libertação do escravo criou uma nova forma de dependência em que o antigo proprietário mantinha uma relação de poder assimétrica com o liberto.

A persistência de formas de dependência herdeiras do domínio bizantino, na ilha da Sardenha, entre os séculos XI e XIV, constitui o tema central do artigo de Luciano Gallinari⁷. Este artigo aborda, em paralelo com as questões de dependência, o papel da mulher na sociedade medieval da Sardenha. A análise sobre as ligações entre a Sardenha e o mundo bizantino concedem a este artigo um importante olhar sobre o Mediterrâneo oriental que enriquece a globalidade do livro.

Centrada no período entre os séculos XIII e XV, Clara Almagro Vidal explora as possibilidades que se abrem sobre as relações de dependência entre as comunidades muçulmanas e as ordens militares no reino castelhano. A autora conclui que todas as relações entre estes dois atores tinham como base o domínio e a coerção, tanto sobre os muçulmanos livres como os escravos. A sobreposição de diversas formas de dependência, que tanto se configuravam em relações individuais, como, noutros casos, em combinações complexas entre vários agentes, revela, segundo a autora, um complexo mosaico nas relações de subordinação entre os muçulmanos e as ordens militares⁸.

O artigo de Maria Filomena Lopes de Barros é central neste livro, não só na sua posição na organização textual, como sobretudo na sua temática fulcral, a semântica das relações de dependência, e ainda também na larga cronologia abrangida⁹. A história da semântica dos termos relativos às relações de dependência constitui um

⁶ DE LA PUENTE, Cristina “Ties before and after manumission: Slaves under a contract of manumission (mukātabūn) according to the Andalusi notarial manuals (10th-12th Centuries)” In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

⁷ GALLINARI, Luciano – “Some voices on institutional, cultural and personal ties from within a Mediterranean island society with a Byzantine matrix: The Giudicati Sardinia (11th - 14th centuries)”. In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

⁸ ALMAGRO VIDAL, Clara – “Overlapping dependences: Muslims and military Orders in medieval Castile”. In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

⁹ BARROS, Maria Filomena Lopes de – “The semantics of Moors’ dependency in medieval Portugal: (12th – 15th centuries)”. In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

aspeto da maior relevância no texto da autora, que não sendo uma especialista em linguística, demonstra saber usar, como poucos historiadores, o potencial dos complexos fenómenos da História da língua portuguesa, para compreender fenómenos históricos de natureza social. As questões semânticas são para esta autora uma ferramenta fundamental que aqui é usada com a mestria que lhe é reconhecida. Aspectos como a desumanização dos escravos, a distinção entre escravo e servo, o papel da mulher, a complexa semântica do termo “mouro”, e os processos de manumissão são considerados à luz de vários exemplos recolhidos nas fontes, abarcando uma vasta cronologia entre o século XII e os meados do XVI, o que contribui para uma leitura informada sobre um assunto pleno de complexidades, nomeadamente, a questão da semântica das relações de dependência. Ancorada em dois processos históricos, o primeiro a conquista cristã e o segundo a expansão portuguesa no Norte de África, Filomena Lopes de Barros escreve um artigo fundamental sobre as relações de dependência, focado no tópico que acompanhou toda a sua carreira científica: o estudo do “mouro” como peça fundamental da sociedade medieval portuguesa.

Em pleno Mar Mediterrâneo, a cidade cipriota de Famagusta constitui-se como o espaço geográfico privilegiado por Nicholas Coureas na sua análise ao fenómeno de manumissão. A cronologia considerada pelo autor estende-se entre os finais do século XIII e o século XV, o que resulta da sua consulta de fontes notariais produzidas nesse período para abordar o referido processo, desenhando perfis sociais dos escravos libertados e descrevendo o processo em si. As razões e condições para a manumissão de escravos são objeto de uma análise fundada na documentação o que permitiu ao autor trazer novo conhecimento sobre o mercado de escravos no referido período cronológico e na geografia indicada¹⁰.

O penúltimo artigo do livro versa sobre a distinção entre escravos e cativos no Mediterrâneo ocidental, no século XV¹¹. O objectivo do artigo está bem patente no

¹⁰ COUREAS, Nicholas – “The manumission of slaves in fourteenth and fifteenth century Famagusta” In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

¹¹ GONZÁLEZ ARÉVALO, Raúl – “Differentiated conditions nevertheless : Slavery and captivity in the Iberian Mediterranean context of the 15th century”. In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

próprio título do mesmo, “Differentiated conditions nevertheless”, pretendendo Raúl González Arévalo comprovar que os dois conceitos não podem nem se devem confundir. Neste sentido, os argumentos são expostos tendo em conta tópicos centrais como a ideologia cristã, a lei islâmica, e a realidade praticada tanto por cristãos como por muçulmanos na obtenção de cativos e nas diferenças que estes tinham com os escravos. O autor explica de forma fundamentada e precisa que os dois conceitos tem origem e encaminham-se para percursos diferentes, esclarecendo as diferenças entre escravos e cativos, apoiado em documentação produzida no século XV.

Aysu Dincer analisa, no último artigo da obra coletiva, um documento fascinante que consiste num censo sobre a população de camponeses do vale de Marathasa, na ilha do Chipre, produzido em 1549, por ordem do governador veneziano¹². Os camponeses que compõem esta fonte distinguem-se por serem dependentes legais dos senhores das terras montanhosas onde vivem, tendo várias limitações à sua liberdade impostas por obrigações que tinham para com os detentores das propriedades, que incluíam pagamento de impostos diversos e a prestação de trabalho obrigatório. A autora explora várias possibilidades de estudo oferecidas pelo censo, mantendo o seu foco nas relações de dependência, sobretudo, notando a longa continuidade no sistema de controlo social destes habitantes da ilha, desde o domínio bizantino até aos meados do século XVI. Esta longa continuidade nos mecanismos de controlo social permitiu que vários aspetos da servidão medieval se mantivessem ainda ativos no sistema social que era imposto aos camponeses dependentes do vale de Marathasa no início da época moderna.

Tal como as editoras afirmam na introdução, esta obra coletiva não tem propositadamente um capítulo de conclusões porque não pretende resolver as questões colocadas aos autores dos vários capítulos, mas sim problematizar e promover o debate científico sobre essas mesmas questões, com o objetivo claro de incrementar o nosso conhecimento sobre as limitações à liberdade e as diversas

¹² DINCER, Aysu - “A peasant community in Cyprus”. In *Forms of unfreedom in the Medieval Mediterranean*.

formas de dependência, e as implicações que estes processos causaram nas sociedades medievais mediterrânicas.

Consideramos que o livro aqui considerado apresenta uma contribuição fundamental para uma temática que tem ainda muito campo aberto para explorar. Esta edição de Maria Filomena Lopes de Barros e Clara Almagro Vidal reúne um conjunto de artigos com grande relevância, não só para o estudo de cada caso em particular, mas também para se obter uma imagem global sobre os diversos e complexos processos que constituíam as várias relações de dependência no mediterrâneo medieval. *Forms of Unfreedom in the Medieval Mediterranean* abre caminho a uma linha de investigação que conjuga a análise semântica com uma cuidada investigação sobre fontes primárias que permitirá aos especialistas da história social avançar no conhecimento dos sistemas sociais deste período, considerando as suas longínquas origens na antiguidade, e a sua adaptação e continuidade no período moderno. No caso específico deste livro a análise dos processos sociais medievais cumpre realmente uma autêntica ligação entre a antiguidade e a modernidade que poucas obras conseguem alcançar.

Referências bibliográficas

ALMAGRO VIDAL, Clara; BARROS, Maria Filomena Lopes de (eds.) – *Forms of Unfreedom in the Medieval Mediterranean*. Évora: CIDEHUS, 2021. <https://doi.org/10.4000/books.cidehus.18067>.

ELTIS, David; *et al.* (eds.) – *The Cambridge World History of Slavery: Volume 2, AD 500-AD 1420*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

ELTIS, David; RICHARDSON, David (eds.) – *Atlas of the Transatlantic Slave Trade*. New Haven: Yale University Press, 2015.

HUNT, Peter – *Ancient Greek and Roman slavery*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2018.

LOVEJOY, Paul – *Transformations in Slavery: A History of Slavery in Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WIEDEMANN, Thomas (ed.) – *Greek and Roman slavery*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FIALHO, Manuel – “BARROS, Maria Filomena Lopes de; ALMAGRO VIDAL, Clara (eds.) – Forms of Unfreedom in the Medieval Mediterranean. Évora: Publicações do Cidehus, 2021 (152 pp.)”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 313-320. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:

CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – *Esta fabla compuesta, de Isopete sacada. Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warsaw, Wien: Peter Lang, 2017.

Ana Paiva Morais

Universidade Nova de Lisboa,
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
IELT
1050-037 Lisboa, Portugal

anapm@fcsh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0950-7233>

Data recepção do artigo / Received for publication: 29 de Setembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7781>



Obra produzida no âmbito do projeto de investigação “La fábula esópica del siglo XIV”¹, o livro, editado pela diretora do projeto, María Luzdivina Cuesta Torre, reúne seis estudos dedicados à fábula no século XIV em Espanha, como o título indica, integralmente apresentados em espanhol. O conjunto dos autores que assinam os artigos reúne alguns dos mais destacados estudiosos da fábula medieval em Espanha, como María Luzdivina Cuesta Torre, Hugo O. Bizzarri ou Bernard Darbord, e reputados especialistas no campo do estudo sobre a fábula, também com interesses científicos mais alargados tanto no âmbito da literatura medieval quanto de outras épocas – é o caso de Armando López Castro, César García de Lucas e José María Balcells – apostando numa diversidade de perspetivas que não se cinge às diferenças de temas e de abordagens². A opção por uma bibliografia conjunta, apresentada imediatamente a seguir aos artigos, contribui para a unidade da obra e, em conjunto com a introdução, aprofunda a coerência inegável deste conjunto de estudos. Seguindo uma organização habitual em obras coletivas, o livro contém informação bibliográfica sobre os colaboradores e uma secção de resumos e palavras-chave, nas línguas espanhola, alemã, francesa e inglesa.

Na introdução, da autoria da editora científica do volume, esboça-se o percurso da fábula desde os tempos mais remotos na Suméria até à receção deste género em Espanha no século XIV, fazendo o enquadramento do *corpus* que é objeto dos estudos aqui reunidos numa realidade de grande amplitude onde ocupa um lugar particular que no corpo do livro se poderá observar em detalhe. A este quadro acrescem indicações importantes no texto de abertura. Indica-se como uma

¹ “La Fábula esópica del signo XIV” - FFI2012-32265 – Projeto financiado pelo Governo de Espanha.

² Cf. os contributos anteriores dos autores no âmbito do referido projeto e do anterior, também dirigido por CUESTA TORRE, María Luzdivina – “La transformación y adaptación de la tradición esópica en el *Libro de buen amor*” - LE020A10-1 - financiado pela Junta de Castilla y León. In CUESTA TORRE, María Luzdivina – “Introducción: En torno a la fábula esópica medieval”. *Atalaya* [em linha] 14 (2014). Disponível em <http://journals.openedition.org/atalaya/1385> (Consultado em setembro de 2023). Igualmente relevante no âmbito do trabalho da equipa de investigação é a antologia organizada por vários colaboradores do presente volume (BIZZARRI, Hugo O. *et al.* (eds.) – *La fábula en la prosa castellana del siglo XIV: Libro del Caballero Zifar, Conde Lucanor, Libro de los Gatos. Antología comentada*. Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2017).

particularidade desta obra o facto de ela incidir sobre o estudo específico da fábula no contexto da literatura castelhana³, o que a demarca dos trabalhos que têm surgido sobre a presença deste género na Idade Média espanhola, onde geralmente tem sido estudado na perspetiva da história do conto, em geral, com especial incidência no *exemplum*⁴. São, ainda, feitas anotações sucintas, mas muito elucidativas, acerca da disposição dos diversos capítulos, esclarecendo-se que os respetivos estudos estão organizados segundo a ordem cronológica das obras estudadas, sobre as diversas metodologias de abordagem seguidas pelos respetivos autores, além de dar pistas sobre um dos principais objetivos da obra, que consiste em fornecer uma perspetiva panorâmica sobre os usos da fábula nas obras literárias no decurso do século XIV, época que corresponde ao período da receção da tradição latina medieval em Espanha, com particular ênfase nas questões de inserção e de transição, ou seja, do uso que se faz da fábula nas obras em que é introduzida⁵. Nos seis capítulos de que se compõe esta coletânea de estudos são abordadas cinco obras – o *Libro del Caballero Zifar*, *El conde Lucanor*, o *Libro de buen amor*, o *Libro de los gatos* e *Lo Crestià* do frade franciscano Francesc Eiximenis.

Na sua maioria, os estudos aqui reunidos debruçam-se sobre os usos de fábulas em obras que não constituem coleções de textos deste género, à exceção do *Libro de los gatos*, que é o *corpus* principal de um dos artigos. Por outro lado, a heterogeneidade das metodologias seguidas proporciona vários níveis de leitura das fábulas, que não se cingem à diversidade de obras e dos textos analisados. O primeiro estudo do conjunto, e também o mais extenso, faz uma leitura histórica do *Libro del Caballero*

³ Destaque-se, contudo, o trabalho magistral de RODRÍGUEZ ADRADOS, Francisco - *História de la fábula greco-latina*. 3 vols. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1979-1987, que inclui comentários de grande relevo para traçar a história da fábula em Espanha na Idade Média.

⁴Entre os contributos mais generalistas para o conhecimento da fábula da Idade Média em Espanha, recorde-se que muitos dos estudos sobre obras que contêm fábulas consideraram estes textos, de um modo geral, no âmbito do conto ou do *exemplum* medieval e não tiveram por objetivo o estudo da fábula como um género com características próprias. Veja-se, a título de exemplo, MORREALE, Margherita, “La fábula «Del alano que llevaba la pieza de carne en la boca» en el *Libro del Arcipreste*: Lectura sincrónica y diacrónica contra el fondo de la tradición latina”. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale* 14-15 (1989), pp. 207-233.

⁵ A respeito das problemáticas da interpolação e da transição, veja-se CUESTA TORRE, María Luzdivina – “Introducción” e CUESTA TORRE, María Luzdivina – “La inserción de la fábula esópica del león y el ratón en el *Libro de buen amor*”. In TORO CEBALLOS, Francisco (dir.) – *Juan Ruiz, Arcipreste de Hita y el Libro de buen amor. Congreso homenaje a Alberto Blecuá*. Alcalá la Real: Ayuntamiento de Alcalá la Real, 2014, pp. 45-61.

Zifar que propõe esclarecer as opções poéticas do texto, enquanto que os artigos sobre don Juan Manuel, o *Libro de buen Amor*, o *Libro de los gatos* e as fábulas de Francesc Eiximenis partem de questões de âmbito predominantemente poético, e os dois trabalhos que se debruçam sobre animais específicos dão atenção muito particular às respetivas funções simbólicas e a aspetos lexicais.

O estudo de Luzdivina Cuesta Torre, “Prólogo, fábulas y contexto histórico em el *Libro del Caballero Zifar*” baseia-se numa linha de leitura que privilegia as conexões entre a obra e personagens relevantes da época, percurso bem atestado na literatura crítica. O artigo começa por uma análise atenta do prólogo, partindo da hipótese de que o respetivo autor teria pertencido à diocese de Toledo, às escolas catedralícias e ao círculo mais estreito de don Gonzalo Pétrez Gudiel, e que produzira esta obra com o propósito de enaltecer a rainha regente María de Molina e louvar a participação de Ferrand Martínez na transladação do corpo do cardeal. Esta hipótese, como se propõe explicar a autora, teria consequências para a leitura, compreensão e interpretação das fábulas de teor político que são interpoladas na narrativa. Num primeiro momento, uma análise da relação do *Libro del Caballero Zifar* com a diocese de Toledo centra-se em torno das três figuras mencionadas no prólogo - Ferrand Martínez, Gonzalo Pétrez ou García Gudiel e don Gonzalo Díaz Palomeque – concretamente, nos elementos das respetivas biografias que podem ser de utilidade para a interpretação dos conteúdos da obra. A secção seguinte é ocupada pelas conexões do *Zifar* com a política da sua época, em particular o molinismo, e a primazia da diocese de Toledo. Os argumentos aduzidos, apoiados na crítica que versa sobre este assunto, andam em torno de aspetos da obra baseados na figura e na ação da rainha, o que deixa supor que aquela teria sido escrita sob seu patrocínio direto e possivelmente com objetivos de defesa da sua política. Uma das linhas de força desta argumentação é estribada na participação de três nobres referidos no prólogo em acontecimentos de relevo em favor da política desta monarca, em particular o apoio à candidatura do futuro Fernando IV contra o infante don Juan e don Alfonso de la Cerda. Por outro lado, nesta leitura, a obra também constitui uma justificação do papel desempenhado no governo pelos membros do clero e da intervenção dos arcebispos de Toledo. Interesses políticos e eclesiásticos, nomeadamente a defesa e louvor de don Gonzalo e María de Molina, estão patentes

no prólogo mas também no corpo da obra através, por exemplo, da defesa das mulheres governantes de bom conselho e dos conhecimentos exibidos pelo autor sobre a atividade diplomática do embaixador, que são indícios de um autor com interesses tanto no âmbito do governo como no domínio eclesiástico e religioso. A terceira parte do estudo incide sobre as fábulas inseridas na obra. As fábulas são interpoladas a título ilustrativo de uma ideia ou defesa de um argumento, pelo que a obra se apresenta como um livro de aventuras cavaleirescas de pendor didático, sendo possível, como aventa a autora (p. 31), que se destinasse a servir de regimento de príncipes destinado a Fernando IV ou Alfonso IX, circunstância que justificaria a inclusão de material didático. Nesta linha de análise, destacam-se os contos narrados pelo rei Mentón aos seus filhos, que permitem um paralelo com os *Castigos* de Sancho IV. Nesta hipótese de leitura, as fábulas não têm um valor meramente ilustrativo, mas inserem-se num contexto narrativo concreto onde desempenham uma função argumentativa, o que, por conseguinte, implica uma interpretação contextualizada dessas fábulas enxertadas, ideia suportada pela convenção, já anunciada pelo autor no prólogo, de que mais mérito existe em emendar um texto do que na sua composição original, o que é, aliás, realizado pelo uso pessoal que faz das fontes seguidas. No conjunto das narrativas interpoladas no *Libro del Caballero Zifar*, as fábulas esópicas constituem uma minoria. Uma parte substancial do artigo é dedicada à análise histórico-política de cinco fábulas: “el asno y el perrillo”, “el lobo y el carnero”, “la calandria y el cazador”, “el lobo y las sanguijuelas” e “El Agua, el Viento y la Verdad”. Em coerência com os objetivos do artigo, a metodologia de análise adotada nestas leituras privilegia a comparação dos elementos literários com aspetos históricos, em particular, relevando-se os paralelismos de situações. Porém, este trabalho não se restringe à identificação de ocorrências, mas vai bastante mais longe, examinando, por meio de uma análise textual em filigrana estribada numa relação a par e passo com situações contextuais, modalidades textuais de defesa, de condenação ou outro tipo de apreciação crítica de determinados ideários ou ações em que a correspondência com aspetos da história da época é reconhecível. É assim, que à inclusão da fábula “el asno y el perrillo” se atribui a função de demonstrar o erro, muito enraizado na época, de impedir a ascensão social àqueles que não descendessem de uma linhagem irrepreensível, problema que se refletia na questão da oposição do partido dos infantes de la Cerda,

apoiados na alta nobreza, a María de Molina, que recebia o apoio da baixa nobreza e do povo. Por outro lado, a fábula “el lobo y el carnero”, em que o carneiro é salvo das garras do lobo pelo vizinho do seu dono, que afinal apenas pretende comê-lo ele próprio, inserida na parte da obra dedicada às aventuras do rey de Mentón, serve para defender o princípio de que o produto do roubo deve ser devolvido ao seu dono, por oposição à ideia de que terceiros poderiam usufruir do produto do roubo, o que tem o seu equivalente no plano jurídico relativamente à debatida questão da propriedade dos bens roubados. Neste caso, é evidente a condenação e aviltamento dos que guardam para si o produto do roubo, quando se compara o homem que resgata o carneiro para o comer à fera voraz que se apropria do alheio. A outro nível de interpretação, esta fábula interpolada é relacionada com as questões históricas da partilha do reino de Murcia e o envolvimento que tiveram nela algumas figuras referidas no *Libro del Caballero Zifar*. Da fábula “la calandria y el cazador” aduz-se uma lição sobre as vantagens de seguir os bons conselhos, anunciando que a quem der ouvidos aos maus conselhos estará reservado o infortúnio. Inserida num exemplo narrado pelo rei Mentón aos seus filhos, esta fábula ocorre numa situação de dupla interpolação, o que contribui para intensificar o seu sentido. Como defende a autora, isso está especialmente bem adequado a uma situação vivida na menoridade de Fernando IV, que se deixa levar pelos argumentos enganosos do infante don Juan e de don Núñez, inimigos da rainha, e despreza os conselhos da rainha María. Se o sentido político é visível na generalidade das fábulas inseridas no *Libro del Caballero Zifar*, é em “el lobo y las sanguijuelas” que ele se revela de modo mais claro. A advertência recai, mais uma vez, sobre a boa governança, mas, aqui, refere-se especificamente ao excesso de oficiais e aos prejuízos que daí podem advir. Um exame atento dos meandros das tensões políticas e, em especial, da gestão dos dinheiros do reino, incluindo uma revisão das contas da rainha gerente ordenada por Fernando IV após a sua subida ao trono na sequência de suspeitas levantadas por maus conselheiros, que se revelaram infundadas mas que obrigaram a uma duplicação do controlo das finanças, é, neste caso, comparada à fábula onde o lobo é desaconselhado de arrancar as sanguessugas que se lhe tinham colado ao corpo após a travessia do lago porque, quando fizesse nova travessia, isso aumentaria o risco de que outras sanguessugas viessem chupar o seu sangue redobrando os seus sofrimentos. Em “el aqua, el viento y la verdad”, a última fábula, a imperatriz

Nobreza previne o seu esposo Rodoán contra o risco de a perder se desse ouvidos aos desejos de uma mulher com quem ele se encontra durante uma caçada. Analisando as fontes e transformações dos elementos da fábula, a autora do artigo reflete sobre a adequação dos seus termos às motivações próprias do *Zifar* e, em particular, sobre a situação política na época dos conflitos entre os partidários de don Fernando e os de la Cerda, relacionada com a inconstância dos poderosos e as suas mudanças de partido, focando-se no tema da verdade e da mentira. A secção seguinte do estudo é dedicada à sistematização das relações das fábulas com o contexto histórico. Quanto à autoria do *Zifar*, questão que continua em debate, avança-se a hipótese, não antes defendida mas aqui sustentada por uma consistente argumentação, de esta se dever a Jofré de Loaysa. Suportam esta tese vários fatores aqui expendidos. Em primeiro lugar, o facto de se tratar de um autor literário que escreveu em língua romance, a constatação de paralelismos de expressão e de tema no seu testamento e na *Crónica de los reyes de Castilla de 1248 a 1305* da sua autoria, além da proximidade com don Gonzalo e da sua relação com o arcebispo Palomeque e com o sobrinho do cardeal Gudiel, que mostram que era próximo das três personalidades mencionadas no prólogo. Em segundo lugar, refere-se a sua proximidade da família real – em diversas situações cumpriu funções ao serviço da rainha Violante e de Afonso X, e estava, ainda, no círculo de Sancho IV e de Fernando IV, circunstâncias que, segundo a autora, permitem pensar que pode ser de base autobiográfica a ênfase dada na obra ao papel dos embaixadores. Também em favor da autoria de Loaysa se acentua a defesa molinista demonstrada ao longo do estudo com base em elementos detalhados da obra e da história da época e, por fim, aponta-se as coincidências textuais entre o *Zifar* e o seu testamento, cuja redação é próxima da data da sua morte, em 1307, no relato da trasladação dos seus avós. A última secção trata da datação do *Libro del Caballero Zifar*. Os paralelismos já apontados entre a ficção e a realidade histórica sugerem uma proximidade temporal entre a redação do *Zifar* e as ocorrências dos acontecimentos aludidos. Acresce que toda a obra se apresenta coerente com uma defesa da rainha María de Molina, representando os valores da nobreza e da verdade, opostos à falsidade atribuída aos conselheiros do rei. Os argumentos aduzidos da minuciosa leitura comparativa realizada ao longo deste estudo legitimam a suposição de que o termo da redação da obra se situa em data posterior a esses acontecimentos, mas suficientemente

próxima deles para permitir que fossem identificados com facilidade pelo público da época. Considera-se, pois, admissível que a obra tivesse sido terminada em 1305, ano em que foram executados os pactos estabelecidos no ano anterior com os infantes de la Cerda e o rei de Aragão, tanto mais que esta data é coincidente com a conclusão dos feitos relatados por Loaysa na *Crónica de los reyes de Castilla de 1248 a 1305*.

No artigo sobre “Don Juan Manuel y su percepción del mundo animal”, Hugo O. Bizzarri parte do prólogo que inicia o manuscrito 6376 da Biblioteca Nacional de Espanha para recordar a lista de onze obras aí referidas como sendo da autoria de don Juan Manuel e traçar uma perspetiva dos interesses diversos deste nobre, entre os quais se conta a história de Espanha, a sua linhagem, os tratados didáticos, a sociedade de estados (estamental), as atividades da guerra e da caça (*Libro de los engeños* e *Libro de caza*), além do interesse pela poesia atestado nos “viessos” com que terminam os exemplos de *El conde Lucanor* sendo, ainda, de referir os seus livros perdidos *Las reglas de trobar* e *Libro de las cantigas*. Esta diversidade de interesses é, de resto, verificável no *Conde Lucanor*, onde estão reunidas as vertentes sapiencial, doutrinal, lírica e exemplar. Apesar desta heterogeneidade, não se apresenta nas obras de don Juan Manuel evidência de um interesse específico por matérias religiosas ou científicas se se excetuar o *Tratado de la Asunción* e um tratado de espiritualidade no final de *El Conde Lucanor*, nem tão pouco a literatura animal aí encontra uma expressão individualizada. Mau grado esta constatação, a presença do mundo animal nas obras de don Juan Manuel é constante. Hugo O. Bizzarri dedica o seu artigo ao exame não só das referências aos animais, mas, sobretudo, aos modos como as ocorrências espelham a mundividência do autor e se enquadram em obras dedicadas a uma multiplicidade de outros assuntos. Don Juan Manuel atribui a origem da sua linhagem a um sonho profético de sua avó, o que lhe permite confirmar a significação histórica da sua linhagem, que a descendência real, por outro lado, não pode reivindicar. Isso mesmo comprova o seu escudo de armas, descrito no *Libro de las armas*, onde se inclui o leão, elemento comum ao escudo dos reis de Castela, mas que omite o castelo, símbolo do reino, o qual foi substituído por um elemento de não menos importância simbólica pela sua significação imperial: a asa de águia e uma mão empunhando uma espada desembainhada. No estudo,

elencam-se algumas passagens bíblicas suscetíveis de terem fornecido o fundo imagético para a constituição das figuras do poder, ao mesmo tempo históricas e simbólicas, representadas no brasão de armas deste nobre. O conhecimento que tem o autor da simbologia bíblica do bestiário, patente em várias das suas obras, como, por exemplo, na descrição do significado bíblico atribuído à serpente no *Libro de los Estados*, não impede que muitas das descrições referentes ao mundo animal tenham um carácter geral mais próximo de textos com carácter enciclopédico, como os bestiários, os quais, por sua vez, se prestam a considerações sobre os vícios e as virtudes numa lógica de comparação com a conduta dos homens. Vão neste sentido as alusões figuradas a vários aspetos conflituosos da convivência entre os homens, como as lutas intestinas das classes sociais cuja agressividade é comparada à ferocidade do lobo, bem como uma curiosa perspetiva sobre o mundo dos animais destacada numa secção do *Libro del Caballero et del escudeiro* em que se expendem considerações sobre a natureza das coisas, onde a ficção se encontra associada ao interesse científico. Apoiando-se em Ian Macpherson, é aqui demonstrado que essa associação constitui uma manifestação da conciliação entre Deus e o mundo, que atravessa a obra de don Juan Manuel, o qual assim inscreve o tema da salvação numa relação dialógica entre o humano e o divino, segundo o princípio de que os animais foram criados por Deus para o serviço dos homens, pelo que estes, por sua vez, louvam o Criador. Esta dinâmica situa o homem numa posição central no universo, oferecendo uma distribuição dos animais que obedece às classificações conhecidas da época, que distinguem os mamíferos, também designados “bestas”, as aves e os peixes, e sublinhando a sua diversidade como uma das principais características do mundo animal, termo de comparação com a singularidade dos homens. É assim que a caça se torna num critério para a classificação da diversidade nas fábulas inseridas em *El conde Lucanor*. O artigo centra-se, nesta parte, especificamente no conjunto de onze fábulas inseridas em *El conde Lucanor*. Cada uma delas põe em cena um animal que ou é caçador ou é caçado. Independentemente da origem, pouco conhecida, destas fábulas – três decorrem da tradição esópica, três são de origem árabe, e as restantes de elaboração medieval –, importa aqui sublinhar que elas se focam nos conflitos do homem na sociedade. Quer isto dizer, que, evitando reproduzir a tradição dominicana, que se serve das fábulas para descrever os vícios e as virtudes dos homens, Juan Manuel usa-as antes para figurar comportamentos

políticos. Na revisão das fábulas é dado destaque ao exemplo número 5, baseado na narrativa da raposa e do corvo, que trata a questão da “verdade enganosa”, ao exemplo número 6, sobre a calhandra e o linho, versando sobre o tema da segurança, aos exemplos número 12 e 39, ambos orientados para estratégias de defesa e ataque – destas duas, a primeira, em que o galo e a raposa contracenam, representa os riscos causados pelo medo, a segunda avalia se se deve atacar em primeiro lugar o inimigo mais próximo mas mais frágil ou o que está a maior distância, mas é mais poderoso. As fábulas restantes centram-se numa pedagogia da conduta dos nobres. O exemplo número 9, o mais histórico de todos pelo foco específico da sua situação espaço-temporal, tem como intervenientes dois cavaleiros ao serviço do infante don Enrique que maltratam os seus dois cavalos encerrando-os num curral onde se encontra um leão que os ameaça, mas que eles vencem unindo-se contra ele, concluindo-se que, por vezes, é o receio que provoca as boas alianças. O exemplo número 13, sobre duas perdizes capturadas que ajuízam de modo diverso sobre a atitude do seu caçador, também aborda a questão do ataque do inimigo, aconselhando prudência e desconfiança face ao inimigo. As fábulas inseridas nos exemplos 19, 22, que retomam narrativas do *Calila e Dimna*, narram, respetivamente, o combate entre os corvos e as corujas, para tratar o tema da traição e aconselhar a desconfiar dos inimigos, e a questão da suspeita, através da narrativa do boi e do touro. São, ainda, visadas duas narrativas em que don Juan Manuel se debruça sobre uma questão abrangente, os animais enquanto modelo que os homens devem seguir, referindo-se à diligência da formiga industriosa e à astúcia e inteligência da raposa na resolução das dificuldades, qualidades que em *El Conde Lucanor* superam a simples finalidade da sobrevivência e são apresentadas enquanto valores de relevo para a nobreza tais como a boa governança, o direito, a honra e o estado. Na conclusão desta análise uma questão aflora – qual o motivo que levou don Juan Manuel a inserir fábulas em *El Conde Lucanor*? Esta interrogação traça o arco que segue Hugo O. Bizarri desde a apreciação prévia da obra de don Juan Manuel num contexto alargado ao problema específico das fábulas interpoladas, para avançar, neste momento, a ideia de que *El Conde Lucanor* é uma obra de síntese onde estão espelhadas as questões da relação de Deus com o mundo, o que coloca a ação do homem no mundo no centro da sua atenção. Por outras palavras, a diversidade do mundo animal e dos homens reflete-se num livro de

intenções diversas. As fábulas, por seu turno, sintetizam a diversidade de interesses de don Juan Manuel, ao ancorarem-se, não numa transcendência, mas no sentido profundo da vida humana. Hugo O. Bizzarri acentua, assim, o uso particular que don Juan Manuel faz das fábulas interpoladas em *El Conde Lucanor*, que são adaptadas à experiência do autor e ao contexto político em que ele vive, e que se afastam da representação dos vícios e das virtudes e do sentido transcendente para mostrarem, em contrapartida, o animal político através do qual se retratam condutas e atitudes enraizadas na convivência do homem no mundo.

O artigo de Armando López Castro debruça-se sobre a “Poética de las fábulas sobre leones em el *Libro de buen amor*”. O preâmbulo abre evocando as principais tradições presentes nas fábulas medievais no momento em que Juan Ruiz se lança na sua obra. São referidas, concretamente, a tradição clássica, que segue a filosofia cínica e uma estrutura esquemática em que o relato é seguido de uma lição, e a tradição oriental que opta pelo modelo da narrativa de enquadramento em que se integram várias outras narrativas que dependem daquela, embora possam também ter uma ação modificadora sobre ela. Se ao longo do século XIII os contos e sentenças traduzidos tendem a manter as características mais recorrentes das fábulas orientais, conservando estruturas típicas como a relação dialética entre o universal e o particular, a existência de um par de personagens que dialogam entre si ou o recurso à analogia interna como mecanismo que permite ao leitor reconhecer na obra temáticas ou motivos congêneres, já no século seguinte, segundo o autor, se verifica uma alteração significativa deste modelo baseado numa sociedade estamental e fechada, que promove uma hierarquização do conhecimento. O presente estudo parte da constatação de alterações significativas que vão nesse sentido, e que, na generalidade, residem na gradual substituição do primado da imitação, a que obriga a verosimilhança, por uma lógica da criação à medida que se desenvolve uma maior consciência da obra de arte e do processo artístico que permite passar do natural ao imaginário, tal como é visível, por exemplo, nos bestiários. Apresentado o marco teórico do estudo, a segunda parte do artigo dedica-se à análise de alterações concretas que ocorrem no século XIV e têm reflexo nos textos das fábulas do *Libro de buen amor*, focando-se no tratamento dado às fábulas que desempenham uma função central no objetivo didático da obra que

consiste em “enseñar el buen amor” (p. 78). Na multiplicidade de elementos que constituem a obra, o autor destaca os aspetos que concorrem para lhe conferir uma unidade estrutural, referindo-se ao eu fictício agregador, mas também à modalidade de união do lírico e do narrativo em que o primeiro parece presidir sobre o segundo e determiná-lo. Este último ponto é destacado para demonstrar que a originalidade compositiva de Juan Ruiz reside em larga medida na habilidade para alterar convenções vigentes e, conseqüentemente, para tornar a fábula num “acontecimiento lingüístico”⁶ - é o predomínio do gosto literário que determina as escolhas de composição. Tal é relevante para a análise da integração da narrativa e da moral, que irá ocupar a parte seguinte, recorrendo-se ao estudo de quatro “exemplos” (“enxienplos”) cujo protagonista é o leão, com a finalidade de identificar uma possível tipologia do discurso fabulístico tomando como base um conjunto de características comuns. A parte central do artigo é dedicada à análise individual das fábulas seleccionadas - “Enxienplo de cómo el león estava doliente e las otras animalias no venían a ver”, “enxienplo del león e del cavallo”, “enxienplo del león que se mató com ira” e “enxienplo del león e del mur”, donde se destacam os elementos para a sistematização na parte final do estudo. A análise comparativa dos quatro textos concorre, também, para uma observação integrada dos processos estudados, considerando, como afirma Armando López Castro, que “toda fábula remite a una fábula anterior y [...] es imposible fijar su sentido aislándola del contexto al que pertenece”⁷. Atendendo a que o importante é sobretudo a modalidade de narração e a arte de compor a obra e de acomodar os conteúdos aos objetivos do narrador, e não tanto os textos inseridos, uma conclusão que se tira é a da prevalência da transgressão sobre a imitação, ou seja, do primado do discurso criativo em detrimento da obediência estrita a convenções ou a conceitos pré-determinados, favorecendo “un tratamiento artístico, basado en el artificio, que vincula el pensamiento a la imaginación y a la vida”⁸ que, contudo, tem no seu horizonte modelos prévios que são submetidos à adaptação. Uma breve comparação do conto dos animais agradecidos perante o homem ingrato incluído no

⁶ LÓPEZ CASTRO, Armando - “Poética de las fábulas sobre leones en el *Libro de buen amor*”. In CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) - «*Esta fabla compuesta, de Isopete sacada*». *Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warsaw, Wien: Peter Lang, 2017, p. 79.

⁷ LÓPEZ CASTRO, Armando - “Poética de las fábulas sobre leones”, p. 79.

⁸ LÓPEZ CASTRO, Armando - “Poética de las fábulas sobre leones”, p. 89.

Panchatantra e na fábula “El león y el ratón” no *Libro de buen amor* serve para mostrar que a moralidade do agradecimento do primeiro deu lugar ao motivo do engano no segundo, e esta alteração depende da construção de uma narrativa credível aos olhos do leitor, ou seja, de um conjunto de instrumentos formais de que o narrador lança mão para alcançar essa finalidade. Os principais instrumentos identificados reúnem-se em três pontos – a construção do discurso, fundamentalmente recorrendo à ambiguidade e, em particular, à simulação para vencer o adversário; o recurso ao diálogo como meio de manter o pensamento ativo e em aberto; a inversão, em que se baseia a situação paradoxal ou a reviravolta na ação, de modo a produzir uma tensão entre os contrários, geralmente os animais que se opõem, cujo conflito se pode resolver apenas pela inversão do discurso. Este último aspeto é aprofundado através de uma interessante analogia com o ritual da caça, presente em duas das fábulas analisadas, que o autor do estudo nos parece tomar como uma metáfora – não explicitada - da própria dinâmica da inversão, que põe em cena o motivo do caçador que se converte em presa, ou seja, que representa o movimento de interpermutabilidade e a simetria dos dois elementos envolvidos, mas manifesta também a variabilidade humana que a fábula põe em cena por via da sua flexibilidade, ou, como é dito quase a terminar o texto: “la poética de la fábula, que expone la materia fingiendo un diálogo entre hombres y animales, defiende el derecho que tiene el poeta de utilizar la imaginación, de convertir el relato en algo irreal”⁹. É o ponto final da demonstração de que combinar a variação com a unidade que a subtende é o processo fundamental “que da a sus fábulas la posibilidad de iluminar una verdad más profunda que la aparente, toda su personalidad y vigencia”¹⁰.

Em “Sapos y búhos: en torno a la función de algunos animales en la fábula medieval”, Bernard Darbord interessa-se pelas designações lexicais dos animais que protagonizam as narrativas, partindo do princípio de que a “representación de un animal, su tipología, varía según las épocas, y también según las lenguas”¹¹. A través

⁹ LÓPEZ CASTRO, Armando – “Poética de las fábulas sobre leones”, pp.91-92

¹⁰ LÓPEZ CASTRO, Armando – “Poética de las fábulas sobre leones”, p. 92.

¹¹ DARBORD, Bernard – “Sapos y búhos: en torno a la función de algunos animales en la fábula medieval. In CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – «Esta fabla compuesta, de Isopete sacada». *Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warsaw, Wien: Peter Lang, 2017, p. 93.

de uma análise pormenorizada de ocorrências lexicais e temáticas, o artigo propõe duas ordens de conclusões. Por um lado, que um léxico por vezes ambíguo pode favorecer o aparecimento de confusões e analogias surpreendentes. Por outro lado, que os animais são identificados mais pelo valor simbólico, emblemático ou moral que adquirem nos relatos, herdado das versões antigas, em que são fixados os esterótipos, do que pelas suas características científicas. Focando-se no *Libro de los gatos*, propõe um estudo de âmbito lexical, centrado no mundo animal, tendo em conta que se trata de uma transposição linguística do texto de uma versão em latim, as *Fabulæ* de Odo de Chérítion, o que exige, simultaneamente, que se dê atenção às interpretações das significações dos termos feitas pelo redator espanhol. O artigo analisa duas fábulas desta coleção, a saber, o exemplo número 7, “Enxiemplo del bufo con la lebre” e o número 54, “Enxiemplo del galápagu con el bufo”. A discussão acerca do primeiro texto releva a ambiguidade do termo em latim e em latim medieval que deu origem ao termo espanhol “bufo”, com as respetivas variantes: por um lado, está documentado como podendo significar coruja ou corujão, antes de se fixar com esta significação no espanhol medieval (bufo1), havendo, a par desta, outra significação deste termo em latim – sapo, ou o género de batráquios em que se inclui o sapo (bufo2), ambiguidade lexical que se reflete na versão em espanhol, criando a dúvida sobre a natureza do animal referido nas duas fábulas em questão no texto em espanhol, tanto do ponto de vista da sua significação neste texto como no texto da fonte latina. A análise do segundo exemplo foca-se, inicialmente, no termo “galápagu” em que Bernard Darbord deteta, após um exame detalhado, uma perda do sentido deste termo na passagem do latim para a versão em espanhol, bem como anota o processo de imaginação que subjaz a uma transposição de significados, mas que deixa em aberto a confusão dos termos. Já no caso de “bufo”, o texto não deixa dúvidas de que aqui significa “sapo”, sendo, em relação a este animal, este caso menos complexo do que o anterior. Constatada a dualidade lexical, desenvolve-se, na parte seguinte do artigo, um minucioso estudo relativo às possíveis interferências na determinação do sentido de “bufo” no texto em espanhol. Recorrendo-se à base de dados *CORDE. Corpus diacrónico del español* é possível detetar diversas ocorrências em outros textos que inequivocamente designam a ave, mas no *Libro de los gatos* a ambiguidade é a regra. É possível verificar que essa ambiguidade se regista já no texto original latino e que a fábula a mantém graças a

uma análise comparativa das duas versões incidindo em referências textuais que poderiam ter favorecido a passagem de “sapo” em Odo de Chérítion a “búho” no texto em espanhol. A comparação dos atributos dos diversos animais também é objeto de análise tendo em vista a dilucidação da significação deste termo no *Libro de los gatos*, em particular o vício da jactância, tema marcadamente cínico, catalogado por Rodríguez Adrados na sua monumental *Historia de la fábula greco-latina*, e a sua representação no mundo animal, que, apesar de ser bastante diversa, é um dos aspetos reveladores do carácter negativo da ave noturna. Os termos de tal associação são observados em lente de aumento através de um percurso temático cujo círculo termina na versão da coruja (“búho”) e da lebre no *Libro de los gatos* (LG7).

Continuando na mesma linha de observação das ocorrências lexicais, César García de Lucas, por outro lado, explora os campos semânticos da tartaruga e do caracol no artigo intitulado “De tortugas y caracoles: vaivenes léxicos y narrativos”. Começando por uma revisão de associações relativas aos dois animais num campo textual e iconográfico de lato espectro, fornece exemplos que vão desde as Sagradas Escrituras e a filosofia Antiga até aos tratados tardomedievais e renascentistas, para demonstrar a persistência da valorização negativa dos dois animais na bacia do Mediterrâneo, apesar de existirem referências a propriedades benéficas dos dois animais, como seja a capacidade de curar algumas maleitas. O carácter negativo, por vezes maldito, tanto da tartaruga como do caracol está associado ao seu modo de locomoção, deslocando o ventre na terra, já referido no *Levítico* (Lv, 11:42). A sua fixação posterior nas suas características negativas está atestada, por exemplo, em representações iconográficas. A tartaruga representa a imobilidade, a lentidão e o mutismo, mas também surge associada ao limo, à terra, à sujidade e, por vezes, com símbolo cristão das forças das trevas, em oposição ao galo, animal solar, arauto da alvorada – com o qual chega a ser confrontada. A fixação para a posteridade de uma característica que se tornou universal, a lentidão, deve-se a Zenão de Eleia no seu célebre paradoxo. Com ele se criou um fundo narrativo suscetível de indefinidas declinações. Por conseguinte, avança o autor do artigo estribado na obra de Rodríguez Adrados, é provável que as narrativas das fábulas que foram conservadas tenham partido do paradoxo de Zenão. Quanto ao caracol, já entre as classes populares romanas surgia como uma representação da retração parcimoniosa, e é

por vezes evocado para significar também a lentidão. Na Idade Média, a associação da tartaruga à lentidão está já firmemente fixada, sendo afirmada, por exemplo, por Isidoro de Sevilha quando se refere às suas propriedades nas *Etimologias*, mas surgindo também mais tarde em *Li livres dou Tresor* de Brunetto Latini, que utiliza o nome do animal como sinónimo da lentidão, ou, no tratado da *Iconologia* de Cesare de Ripa, como atributo ilustrativo do homem fleumático, sendo, nalgumas edições, substituída pelo caracol. Se, enquanto elementos iconológicos, a tartaruga e o caracol ocupam um espaço de significação permutável, também ao nível lexical, como na parte seguinte do artigo se demonstra, os dois animais partilham um espaço comum. A análise da questão lexical deixa claro o complexo percurso de analogias que permitiram relacionar o termo *testa*, que designava a tartaruga, com um objeto feito do material da sua carapaça ou que exibisse uma forma semelhante. O termo evolui através de um percurso de associações lexicais, baseado sobretudo na forma convexa da carapaça, que permitiu que passasse a designar objetos tão dispersos como os recipientes de barro cozido ou os ossos da cabeça humana, mas a distinção entre os termos que designam a tartaruga e o caracol mantém-se. É no século XIII que se cria uma confusão terminológica, provavelmente através de textos de Alberto Magno, que aprofundou a sua associação e que alargou o uso do termo *testudo* aos gastrópodes de concha. No *Libro de los gatos* é possível observar a ambiguidade dos termos com que os dois animais são designados, sobretudo se se atender ao original latino e à tradução em espanhol. A análise da fábula “a águia e a tartaruga” demonstra que o esquema narrativo em que inicialmente se confrontavam uma águia e uma tartaruga, evolui para uma complexificação do esquema narrativo, onde se observa a intervenção de um terceiro elemento, uma gralha, e para uma imprecisão do lugar ocupado pela função da vítima, ao ponto de poder transformar-se num outro animal de carapaça-concha - o caracol. Não muito diferentemente da convicção manifestada por Bernard Darbord no estudo anterior, conclui César García de Lucas na sua análise que se pode assistir, como se verifica na fábula analisada, a uma neutralização dos traços distintivos de dois animais, como a tartaruga e o caracol, embora na sua leitura particular tal seja atribuído ao facto de o seu traço comum, a lentidão, os ter tornado comutáveis uma vez que se revelavam aptos a desempenhar a mesma função na narrativa.

O último trabalho da coletânea, intitulado “originalidade fabulística de Francesc Eiximenis”, é assinado por José María Bancells. Neste artigo, o autor aponta um conjunto de procedimentos por parte do autor franciscano, nascido em Girona em 1329 e falecido em Perpignan em 1409, apontando a sua originalidade no contexto do uso da fábula em obras de relevo da época em língua vulgar. Começando por uma revisão da sua obra onde se integram fábulas, procede-se à descrição de textos tão importantes como *Lo Crestià*, trabalho de grande dimensão e de carácter enciclopédico, equiparado às demais Sumas medievais, sendo uma das mais extensas redigidas em língua vulgar. Como indicam o título e a sua divisão em treze livros, dos quais apenas quatro foram conservados, a obra está organizada segundo a vida de Cristo e dos doze apóstolos, que serve de modelo à vida do cristão. Neste conjunto, importa destacar o terceiro livro, *Terç del Crestià*, monumental texto dedicado ao tema do Mal e dos pecados, onde foram integradas onze das dezasseis fábulas que constam na obra de Francesc Eiximenis. Curiosamente, ao *Terç del Crestià* segue-se o décimo segundo livro, designado *Dotzè del Crestià*, sem que sejam conhecidas as razões desta organização. Este último livro, consagrado a temas políticos e comparável ao regimento de príncipes, acolhe um texto redigido em 1383, o *Regiment de la cosa pública*, além de inserir quatro fábulas. Refere-se, ainda, o *Llibre de les dones*, de 1396, obra catequética e de cariz moralístico que, segundo o autor do presente estudo, pode ser entendida como um *speculum* feminino que, além das suas características específicas, aqui resumidamente referidas, tem a particularidade de albergar a última fábula do conjunto. A parte mais substancial do artigo é consagrada ao estudo das fábulas deste autor, e está dividida em três secções, que se ocupam do uso, fontes e humor, bem como de elementos comparativos, em que os textos são apreciados em relação contrastiva com as obras de don Juan Manuel e do Arcipreste, e, também, confrontados com o *Libro de buen amor* e o *Libro de los gatos*. Esta orientação do estudo é reveladora de um desejo de observar o uso eiximeniano das fábulas num contexto alargado e, conseqüentemente, de as situar num patamar de referência na produção fabulística em língua vulgar, o que, ao mesmo tempo, dá um contributo muito relevante para este volume pela originalidade da visão panorâmica das fábulas medievais em língua vulgar que ele oferece, como já fora sublinhado no texto introdutório do volume. No uso das fábulas por Eiximenis, encontra José María Bancells uma singularidade que é

assaz reveladora dos paradoxos - de resto centrais na prática dos pregadores no século XIV - do recurso às fábulas no universo dos pregadores - se por um lado, ele repudia expressamente o uso das fábulas na *Ars predicandi populo*, mostrando-se avesso ao recurso a qualquer tipo de narrativas fabulosas, suscetíveis de provocar o riso, por outro lado, na sua prática não deixa de as incluir nos dois últimos livros, como modo de avivar o discurso e propiciar uma receção mais ampla de *Lo Crestià*. A exiguidade do número de fábulas incluídas, contudo, parece indicar que elas são tomadas principalmente como um meio complementar dos objetivos distintos da obra, o que, de resto, também é sugerido pela concentração dos textos no *Terç del Crestià*, para a sua frequência diminuir consideravelmente no *Dotzè del Crestià* e este género ser abandonado depois do *Llibre de les dones*. A questão das fontes é abordada a partir de uma breve revisão de alguns dados da crítica, anotando que aquelas não se limitam à tradição esópica mas evocam uma influência indireta do *Panchatantra* e de outros textos orientais dele derivados assim como do *Llibre de les bestiès* de Ramón Llul. O franciscano parece ter utilizado dois fabulários, designados, em catalão, por *vell* e *novell*. O primeiro poderia ter sido o *Romulus* através de um derivado, e o menos tardio, mais dificilmente identificável, poderá derivar de uma coleção composta em Inglaterra, em anglo-normando ou em latim. As muito breves considerações tecidas acerca do humor das fábulas eiximenianas confirmam, por um lado, o recurso a este processo, que oscila entre o uso mais livre e a contenção, e alargam-no a outros textos intercalados na obra, como anedotas, ditos populares e provérbios, por outro lado, mostrando que o uso do humor ultrapassa as fábulas. Não se descarta, também, a possibilidade de a vertente do gracioso ser de origem jogralesca, sem prejuízo dos preceitos da Igreja no que respeita aos instrumentos usados na pedagogia cristã. Alargando o espectro de análise, o artigo prossegue com uma abordagem comparativa no horizonte das fábulas de outras obras do século XIV, nomeadamente de don Juan Manuel, do Arcipreste de Hita e o *Libro de los gatos*. Numa primeira etapa, estabelece-se a comparação de um relato comum aos textos de *El conde Lucanor*, do *Libro de buen amor* e de Francesc Eiximenis. Passando, antes, em revista a frequência com que surgem os animais nas quatro obras, verifica-se que o franciscano de Girona dá a primazia à raposa, o que permite afirmar que as advertências incluídas na sua obra são dirigidas preferencialmente contra a astúcia malevolente, sobretudo no contexto da arte de governar, tanto mais que elas

ocorrem no *Dotzè del Crestià*, que, como aqui se lembra, contém os elementos de um tratado de política. A fábula comum analisada é “A raposa e o corvo”, cujo percurso de leitura comparativa permite ao autor identificar um conjunto de características da obra de Francesc Eiximenis. Em primeiro lugar, salienta-se o seu tratamento original do discurso de moralização, que coloca uma versão preliminar da lição na boca da raposa antes de o narrador a sintetizar no final, processo que concorre para enfatizar o protagonismo da raposa no contexto dialógico da fábula e para acentuar o dramatismo da ação. Por outro lado, o franciscano explicita o recurso ao fabulário como fonte seguida, enquanto os outros dois autores incorporam o relato abstraindo-se do texto de onde partem. Além destas particularidades, sublinha-se, com apoio em fontes críticas e ao examinar as descrições do corvo nos três textos, que na versão do frade, tal como na de *El Libro de buen amor*, a argumentação da raposa apela à emotividade do corvo ao louvar a sua beleza física e o seu canto – o que pode apontar para uma fonte comum, possivelmente Gualterus Anglicus –, no que se distinguem de *El conde Lucanor* onde são enaltecidas as características naturais da ave, a postura, o voo e o canto. Na última parte do artigo, a contraposição das fábulas narradas por Eiximenis às do *Libro de buen amor* e do *Libro de los gatos* centra-se na fábula “O lobo e a grua”. Uma das singularidades de Eiximenis relativamente aos outros dois textos é a opção por um desfecho menos recorrente, em que o lobo não só não paga o prometido à grua por libertá-lo de um osso que tinha preso na garganta como a devora no momento em que a cabeça desta está afundada na sua boca. Segundo o autor do artigo, os diferentes desenlaces dever-se-iam aos objetivos diversos dos respetivos autores. No caso da versão de Eiximenis, sobressai a complexidade da justificação, que assenta no argumento de que a grua estava ciente da má fama do lobo, pelo que outra paga deste não poderia esperar além da morte. Este argumento é desdobrado em diversas instâncias do discurso que vão desde a autojustificação pelo lobo produzida no decurso de um breve diálogo com a raposa - elemento original tanto em relação à fonte como às versões que servem aqui de comparação, e que inclusivamente põe na boca deste animal a sentença da lição: “qui a deable fa servei tot mal n’espera” – até ao remate pelo narrador que apresenta a sua justificação conclusiva. Em ambos os casos, o autor sublinha a particularidade, na obra fabulística eiximeniana, de se delegar a voz enunciadora da moral num animal, a raposa, para ser depois desdobrada na do

narrador, que com ela compartilha a mensagem e a função moralizadora. Apesar de não ser um procedimento regular nas fábulas do frade franciscano, é um traço específico e singulariza o seu tratamento dos textos face às obras que estão aqui no horizonte de comparação.

A originalidade das perspetivas e das questões abordadas, bem como a atualidade dos recursos usados e dos próprios temas tratados, fazem deste livro uma obra de interesse maior, de consulta inevitável para os interessados num conhecimento aprofundado da fábula na Idade Média.¹² Este livro insere-se numa tradição dos estudos sobre as fábulas medievais frequentemente dirigidos a um público académico com conhecimentos prévios sobre a complexidades da tradição fabulística. A sua vertente de especialização, contudo, não elimina o cuidado constante de clarificação e explicitação, quer na organização geral quer na apresentação e desenvolvimento das problemáticas específicas em cada um dos estudos, o que denota preocupações pedagógicas e de informação. Uma utilização do livro como instrumento ao serviço de um público de investigadores especializados, a quem, como já se afirmou, ela se destina em primeiro lugar, não exclui, por isso, que ele seja igualmente proveitoso a outros destinatários com objetivos mais generalistas que pretendam obter informação atualizada e ter acesso a metodologias de estudo cientificamente avançadas sobre a fábula na literatura espanhola no século XIV.

Referências Bibliográficas

BALCELLS, José María – “Originalidad fabulística de Francesc Eiximenis”. In CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – «*Esta fabla compuesta, de Isopete sacada*». *Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warsaw, Wien: Peter Lang, 2017, pp. 123-138.

BIZZARRI, Hugo O. – “Don Juan Manuel y su percepción del mundo animal”. In CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – «*Esta fabla compuesta, de Isopete sacada*».

¹² Como complemento de informação sobre o estudo da fábula na Idade Média recorda-se o instrumento atualmente imprescindível ao investigador que é a base de dados *Sendeban – base de datos del cuento medieval*, integrada no projeto Clarisel, da Universidad de Zaragoza, a cargo de Juan Manuel Cacho Blecua e María Jesus Lacarra – <https://clarisel.unizar.es> – que contém informação bibliográfica extensiva sobre a fábula em Espanha na Idade Média.

Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warszawa, Wien: Peter Lang, 2017, pp. 65-76.

BIZZARRI, Hugo O. et al. (eds.) – *La fábula en la prosa castellana del siglo XIV: Libro del Caballero Zifar, Conde Lucanor, Libro de los Gatos. Antología comentada*. Murcia: Ediciones de la Universidad de Murcia, 2017.

CUESTA TORRE, María Luzdivina – "Tradicción y originalidad en una de las fábulas esópicas del *Libro de Buen Amor*: El lobo, la cabra y la grulla". In TORO CEBALLOS, Francisco; GODINAS, Laurette (eds.) – *Juan Ruiz, Arcipreste de Hita y el «Libro de Buen Amor»*. Congreso Homenaje a Jacques Joset. Alcalá la Real: Ayuntamiento de Alcalá la Real, 2011, pp. 103-114.

CUESTA TORRE, María Luzdivina – "La inserción de la fábula esópica del león y el ratón en el *Libro de buen amor*". In TORO CEBALLOS, Francisco (dir.) – *Juan Ruiz, Arcipreste de Hita y el Libro de buen amor. Congreso homenaje a Alberto Blecuá*. Alcalá la Real: Ayuntamiento de Alcalá la Real, 2014, pp. 45-61.

CUESTA TORRE, María Luzdivina – "Introducción: En torno a la fábula esópica medieval". *Atalaya* [em linha] 14 (2014). Disponível em <https://journals.openedition.org/atalaya/1385>.

CUESTA TORRE, María Luzdivina. – "Prólogo, fábulas y contexto histórico en el *Libro del caballero Zifar*". In CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – *«Esta fabla compuesta, de Isopete sacada»*. *Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warszawa, Wien: Peter Lang, 2017, pp. 11-64.

DARBORD, Bernard – "Sapos y búhos: en torno a la función de algunos animales en la fábula medieval". In CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – *«Esta fabla compuesta, de Isopete sacada»*. *Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warszawa, Wien: Peter Lang, 2017, pp. 93-107.

GARCÍA DE LUCAS, César – "De tortugas y caracoles: vaivenes léxicos y narrativos". In CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – *«Esta fabla compuesta, de Isopete sacada»*. *Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warszawa, Wien: Peter Lang, 2017, pp. 109-121.

LÓPEZ CASTRO, Armando – "Poética de las fábulas sobre leones en el *Libro de buen amor*". In CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – *«Esta fabla compuesta, de Isopete sacada»*. *Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warszawa, Wien: Peter Lang, 2017, pp. 77-92.

MORREALE, Margherita – "La fábula «Del alano que llevaba la pieça de carne en la boca» en el *Libro del Arcipreste*: Lectura sincrónica y diacrónica contra el fondo de

la tradición latina”. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale* 14-15 (1989), pp. 207-233.

MORREALE, Margherita (2002) – “La fábula en la Edad Media: el *Libro* de Juan Ruiz como representante castellano del *Isopete*”. In PÉREZ JIMÉNEZ, Aurelio; CRUZ ANDREOTTI, Gonzalo (eds.) – *Y así dijo la zorra. La tradición fabulística en los pueblos del Mediterráneo*. Madrid: Ediciones Clásicas, 2002, pp. 209-238.

RODRIGUÉZ ADRADOS, Francisco – *História de la fábula greco-latina*. 3 vols. Madrid: Editorial de la Universidad Complutense, 1979-1987.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MORAIS, Ana Paiva – “CUESTA TORRE, María Luzdivina (ed.) – *Esta fabla compuesta, de Isopete sacada. Estudios sobre la fábula en la literatura española del siglo XIV*. Bern, Bruxelles, Frankfurt am Main, New York, Oxford, Warsaw, Wien: Peter Lang, 2017”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 321-342. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



RECENSÃO/REVIEW:

**SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel –
Itinerários do rei D. Manuel I. Lisboa: Edições Colibri,
Academia Portuguesa da História, 2022 (252 pp.)**

Diogo Faria

Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço, Memória
4150-564 Porto; Portugal

diogopintofaria@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-4640-6394>

Data recepção do artigo / Received for publication: 17 de Julho de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7784>



Em Portugal não está na moda, como se verá, publicar trabalhos com a natureza de um itinerário régio. Se faltassem outros motivos, esse facto já justificaria que se assinalasse o empreendimento de Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia dedicado a D. Manuel I, em boa hora acolhido pela Academia Portuguesa da História e pelas Edições Colibri. Há, contudo, outras boas razões para fazê-lo, uma vez que tanto os conteúdos da obra como o papel que pode desempenhar no desenvolvimento da historiografia portuguesa são merecedores de reflexão.

Com antecedentes em estudos de Anselmo Braamcamp Freire sobre as chancelarias de D. Afonso V e D. João II¹, e de Pedro de Azevedo sobre a de D. Afonso IV², remontam às décadas de 1950 e 1960 os primeiros exercícios sistemáticos de reconstituição dos itinerários dos reis de Portugal, muitas vezes no âmbito da elaboração de teses de licenciatura em História nas universidades de Coimbra e de Lisboa³. No Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Letras de Lisboa existiu mesmo um projeto que visava a publicação dos itinerários dos monarcas entre D. Dinis e o *Príncipe Perfeito*, interrompido na sequência da crise académica de 1962 e do afastamento de A. H. de Oliveira Marques do ensino superior⁴. Dessa iniciativa resultou a edição pioneira do itinerário de D. Dinis, sob a direção de Virgínia Rau⁵.

Entre 1972 e 1993, investigadores como João José Alves Dias, Maria Teresa Campos Rodrigues, Humberto Baquero Moreno e Joaquim Veríssimo Serrão deram à

¹ FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A chancelaria de D. Afonso V”. *Arquivo Histórico Português* 2 (1904), pp. 479-487; 3 (1905), pp. 62, 113, 212, 401; FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A chancelaria de D. João II”. *Arquivo Histórico Português* 2 (1904), pp. 337-343.

² AZEVEDO, Pedro de – “A chancelaria de D. Afonso IV”. *Boletim da Segunda Classe* 6 (1912), pp. 180-199.

³ Elencadas em: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Da diplomática régia à história do Estado dos fins da Idade Média – um rumo de investigação”. *Revista de História Económica e Social* 8 (1981), pp. 11-25, *maxime* pp. 11-12.

⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Prefácio”. In DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 15 (1980), pp. 453-455, *maxime* p. 454.

⁵ RAU, Virgínia (dir.) – *Itinerários régios medievais. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. I. Itinerário del-rei D. Dinis*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962. No mesmo ano, Joaquim Veríssimo Serrão publicou os itinerários de D. Sebastião: SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1962.

estampa os itinerários de D. Afonso II, D. Afonso III, D. Pedro I, D. Fernando, D. João I, D. Duarte e D. João II⁶. O núcleo fundamental de cada um destes trabalhos é um quadro em que se apresenta cronologicamente uma lista de datas, locais e fontes que espelham o que seriam as andanças de cada uma destas figuras – em alguns casos, também, representadas em mapas. O desenvolvimento da análise dos dados nos estudos introdutórios é variável, com os trabalhos de João Alves Dias a destacarem-se pela diversidade e profundidade das questões com que é confrontada a informação.

Este panorama historiográfico permite constatar que Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia regressaram aos itinerários régios 30 anos depois da última publicação deste tipo, o que, à primeira vista, não pode deixar de causar alguma estranheza. Por vários motivos:

- (i) porque continuam por conhecer os itinerários de soberanos como D. Sancho II – chegou a ser anunciada a sua futura publicação⁷ –, D. Afonso IV e D. Afonso V;
- (ii) porque não faltaram nestas décadas estudos que se debruçaram sobre a documentação régia medieval e que sistematizaram dados de dezenas de volumes da chancelaria⁸;

⁶ DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)”. *Estudos Medievais* 7 (1986), pp. 29-47; DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 15 (1980), pp. 453-519; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O itinerário de D. Pedro I (1357-1367)”. *Ocidente. Revista Portuguesa de Cultura* 82 (1972), pp. 147-176; RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O itinerário de D. Fernando (1367-1383)”. *Bracara Augusta* 32 (1985-1986), pp. 181-227; MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de el-rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura de Língua Portuguesa, 1988; MORENO, Humberto Baquero – *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1976; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de el-rei D. João II*. Lisboa: Academia Portuguesa da História 1993 (uma primeira edição, cobrindo apenas os anos de 1481 a 1488, havia sido publicada em 1975). Neste período também foram investigados os percursos de outros membros da aristocracia portuguesa: MORENO, Humberto Baquero – “Os itinerários do infante D. Pedro (1438-1448)”. *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques* 1 (1968), pp. 1-168; BRAGA, Paulo Drummond – “Itinerários do príncipe D. João, herdeiro do trono português (1477-1478)”. *Revista da Biblioteca Nacional* 5 (1990), pp. 7-19; MARQUES, José – “Os itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)”. *Revista de História* 1 (1978), pp. 89-182.

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira – “Prefácio”, p. 455.

⁸ Por todos, cf.: HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990; FREITAS, Judite A. Gonçalves de – *Teemos por bem e mandamos. A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia, 2001.

- (iii) porque as movimentações dos monarcas continuaram a ser indagadas em biografias dos monarcas e em trabalhos sobre assuntos como a corte medieval ou a administração central do reino⁹;
- (iv) porque a “população” de medievistas cresceu exponencialmente neste intervalo, o que se reflete, por exemplo, na quantidade de dissertações de mestrado e teses de doutoramento defendidas nas universidades portuguesas¹⁰;
- (v) porque, mesmo nas últimas décadas e já no século XXI, este continua a ser um filão explorado noutras historiografias, como a espanhola¹¹.

Aparentemente, só a ausência de relevância do conhecimento dos itinerários régios poderá justificar a persistência desta lacuna historiográfica e três décadas de interregno nestes trabalhos, mas essa ideia é dificilmente defensável. José Mattoso assinalou há largos anos que estes estudos “permitem resolver problemas importantes de cronologia e de factologia”, além de poderem ser “aproveitados para outros fins, como seja a reconstituição das vias medievais, a atuação política do rei e as relações entre a administração central e a administração local”¹². Também Oliveira Marques destacou que o conhecimento “das andanças dos reis permite tirar conclusões do maior interesse sobre as respetivas personalidades”¹³, enquanto Armando Luís de Carvalho Homem se referiu a estas publicações como “importantes instrumentos de trabalho”¹⁴.

⁹ Por todos, cf.: COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007; FREITAS, Judite A. Gonçalves de – “O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Universidade do Porto, 2006. pp. 497-511; GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

¹⁰ Cf.: MEDEIROS, Filipa – *A historiografia medieval portuguesa na viragem do milénio (2000-2010)*. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2015. [Consultado a 10 de março de 2023]. Disponível online em: <https://books.openedition.org/cidehus/1233>.

¹¹ A título de exemplo e abrangendo os reinos hispânicos de Aragão, Castela e Navarra, cf.: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; CARMONA RUIZ, M.ª Antonia – *Documentación e itinerario de Alfonso X el Sabio*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012; GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Itinerario de don Fernando, regente de Castilla y rey de Aragón (1407-1416)*. Saragoça: Institución «Fernando el Católico», 2013; CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *El itinerario de la corte de Juan II de Castilla (1418-1454)*. Madrid: Sílex Ediciones, 2007; ADOT LERGA, Álvaro – “Itinerario de los reyes privativos de Navarra: Juan III de Albret-Catalina I de Foix (1483-1517)”. *Príncipe de Viana* 217 (1999), pp. 401-458.

¹² MATTOSO, José – “Perspetivas atuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)”. *Anuario de Estudios Medievales* 13 (1983), pp. 641-662, *maxime* p. 659.

¹³ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do estudante de história medieval portuguesa*. 3.ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, pp. 119-120.

¹⁴ HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Da diplomática à história do estado”, p. 12.

Se os itinerários régios têm interesse e estão em falta, se os documentos em que se podem basear existem e têm sido estudados, o que pode justificar que não fossem produzidos há 30 anos? Há múltiplas hipóteses de respostas, mas parece-me que todas acabarão por confluir para uma causa geral: a ausência, na historiografia portuguesa, de uma cultura de desenvolvimento de projetos coletivos que tenham como base a erudição e assumam como objetivos primordiais o preenchimento de lacunas no conhecimento dos factos e na paisagem da documentação editada. Felizmente há exceções, sobretudo ao nível da publicação de fontes. É o caso do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, que há mais de quatro décadas, sob a direção de Oliveira Marques e de João Alves Dias, e com um protagonismo grande do paleógrafo Pedro Pinto nos últimos anos, tem sido responsável pela edição de numerosos volumes de chancelarias, cortes e outros documentos. Mais recentemente, também a Academia das Ciências de Lisboa tem desempenhado um papel importante nesse domínio com a retoma da publicação dos *Portugaliae Monumenta Historica*, agora dirigidos por José Augusto de Sottomayor-Pizarro. No plano da documentação local, destacam-se as edições do Arquivo Municipal de Lisboa.

O trabalho de Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia tem, portanto, o mérito de contribuir, um pouco a contracorrente, para o preenchimento de uma lacuna da historiografia portuguesa. Sendo que, neste caso, estava longe de ser fácil fazê-lo, dada a extensão do reinado de D. Manuel I – 26 anos – e a profusão de diplomas régios que o documentam – só volumes de chancelaria são 46. O resultado final de uma investigação que se percebe ter durado vários anos¹⁵ é um volume com 252 páginas, que inclui: um prefácio de Manuela Mendonça, presidente da Academia Portuguesa da História; uma introdução em que os autores contextualizam a obra, explicam a metodologia que seguiram, abordam as fontes que utilizaram e apresentam uma nota sobre a data de nascimento de D. Manuel I; uma análise à itinerância do rei, ano a ano, que em todos os casos inclui um mapa, uma referência às deslocações e, em várias capítulos, citações da crónica de Damião de Góis que

¹⁵ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 13.

testemunham as andanças régias; um breve balanço dos movimentos do *Venturoso*; a transcrição de seis cartas inéditas dirigidas por D. Manuel à Câmara de Lisboa; o “roteiro cronológico” dos itinerários propriamente ditos, dividido por anos; e, a fechar, uma lista de fontes e bibliografia.

As coordenadas do trabalho são apresentadas na introdução¹⁶. São seis páginas que permitem ao leitor compreender as linhas gerais da investigação empreendida pelos autores e identificar alguns dos problemas com que se depararam, como por exemplo: o facto de o fundo da chancelaria régia não ser “de forma alguma suficiente para permitir um apuramento seguro das informações pretendidas”, tendo em conta o facto de se terem perdido, desde o século XVI, mais de metade dos fólios que originalmente o compunham¹⁷; a circunstância de poderem existir discrepâncias entre a localização do rei e a dos oficiais que redigiam documentos em seu nome, o que resulta na existência de diplomas emitidos pelo *Venturoso* no mesmo dia em locais diferentes. O alerta sobre a insuficiência da documentação – à primeira vista muito expressiva quantitativamente – é importante. A reflexão sobre as causas destes problemas poderia ser mais aprofundada, até porque foram consultados documentos e reunidos dados que permitiriam testar hipóteses com potencial para enriquecer este estudo introdutório. Desde logo, em relação aos casos dos dias em que está atestada a presença de D. Manuel I em mais do que um lugar, conviria identificar os oficiais envolvidos na redação de cada um dos documentos, por forma a tentar verificar se existia a tendência para determinados servidores régios acompanharem mais de perto o rei, enquanto outros se poderiam movimentar com maior atraso em relação à comitiva real.

A fechar a introdução, o apontamento sobre a data de nascimento de D. Manuel I parece deslocado face ao objetivo geral do trabalho – uma vez que é irrelevante para a fixação dos itinerários do rei –, mas não deixa de ser uma questão interessante de “acerto biográfico e de rigor cronológico”¹⁸. Em linha com António Cruz¹⁹, os autores

¹⁶ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 13-18.

¹⁷ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 14-15.

¹⁸ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 18.

¹⁹ CRUZ, António – “No quinto centenário de Dom Manuel I”. *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 1 (1970), pp. 1-75.

criticam a passagem da crónica de Damião de Góis em que se assinala que o monarca nasceu a uma quinta-feira, 31 de maio de 1469, dia do Corpo de Deus – acontece que o Corpo de Deus de 1469 foi celebrado a 1 de junho. Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia consideram mais provável que a duquesa D. Beatriz tenha dado à luz a 1 de junho, mas não ignoram a possibilidade de o nascimento ter ocorrido na véspera do Corpo de Deus, a 31 de maio. A ponderação destas duas hipóteses ganharia em ser feita à luz do que se sabe sobre pelo menos um antecedente de possível manipulação de uma das datas essenciais da biografia de um monarca de Avis: como demonstrou Armindo de Sousa, propósitos propagandísticos poderão ter ditado a fixação de 14 de agosto de 1433 – dia que coincidia com o aniversário da batalha de Aljubarrota e que Rui de Pina, erradamente, também escreveu corresponder aos dias de nascimento do rei e de partida da expedição que conquistou Ceuta – como a data da morte de D. João I, que na realidade deverá ter ocorrido da véspera²⁰. Terá acontecido algo de parecido em relação à data de nascimento de D. Manuel I, afinada para coincidir com um dos dias mais relevantes do calendário cristão e de alguma forma sacralizar o arranque da vida do monarca que se qualificou como *Felicíssimo*?

Entre a introdução e a análise dos itinerários ano a ano encontra-se um mapa no qual são assinalados os locais por onde D. Manuel I passou durante os 26 anos de reinado²¹. É uma representação útil, muito informativa e com um significativo impacto visual, uma vez que demonstra de forma clara que há uma concentração da itinerância régia numa faixa do território compreendida entre Leiria e Alcácer do Sal: a norte destes pontos, há apenas quatro localidades assinaladas; a sul, outras quatro; entre elas, 28. O efeito seria ainda maior se a dimensão dos pontos no mapa fosse proporcional à quantidade de registos que atestam a presença do *Venturoso* em cada local.

Segue-se um dos núcleos centrais do trabalho: uma breve análise à itinerância do rei em cada um dos anos, incluindo um mapa – lamenta-se que nos mapas relativos a

²⁰ SOUSA, Armindo de – “A morte de D. João I. Um tema de propaganda dinástica”. *Lucerna* (1984), pp. 417-487.

²¹ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 19.

1498 e 1502 não tenham sido representadas as jornadas régias em Castela e Aragão –, a indicação das localidades por onde passou e referências documentais às deslocações²². Esta meia centena de páginas é uma das mais valias da obra, na medida em que conferem inteligibilidade aos dados que posteriormente são apresentados de forma mais crua. A disponibilização, em cada uma das secções em que isso é possível, das passagens da crónica de Damião Góis que se referem às andanças de D. Manuel no respetivo ano são particularmente úteis. A fechar, contudo, sabe a pouco o “Balanço da itinerância de D. Manuel I”²³, até porque os autores reuniram informações que, numa súmula, permitiriam responder a questões como: o que é que distinguiu a itinerância de D. Manuel da dos monarcas que o precederam? Os dados reunidos nesta obra confirmam, desmentem ou matizam as perceções que a historiografia – nomeadamente as biografias do *Venturoso*²⁴ – já tinha avançado sobre os itinerários do rei? Que anos são menos bem documentados e que lacunas persistem e conviria tentar colmatar no conhecimento destes itinerários?

“Documentos e base de dados” é a última – descontando a bibliografia – e mais longa secção deste trabalho²⁵. Abre com a transcrição de seis cartas de D. Manuel à Câmara de Lisboa que testemunham aspetos relevantes da sua itinerância, como a já referida possibilidade de no mesmo dia serem redigidos documentos em seu nome em locais diferentes. Um comentário que explicasse a pertinência da seleção de cada um dos diplomas teria a vantagem de torná-los mais esclarecedores, sobretudo aos olhos de leitores menos especializados.

O “Roteiro cronológico” que sistematiza os dados coligidos pelos autores suscita observações sobre aspetos formais e sobre a sustentação empírica do estudo. Os quadros relativos a cada um dos anos incluem três colunas – mês e dia, localidade, fontes –, mas faria sentido acrescentar outra dedicada a observações. Na verdade, os autores optaram por incluir na coluna das fontes notas que lá ficam um pouco

²² SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 21-73.

²³ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 79-80.

²⁴ COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I*, pp. 181-186.

²⁵ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 81-245.

deslocadas, como referências a dias festivos como o Natal²⁶ ou apontamentos históricos sobre acontecimentos relevantes como o nascimento dos príncipes e infantes²⁷. Também parece um pouco estranho que no apartado das fontes sejam assinalados os domingos, dias em que, como de resto se percebe nestes itinerários²⁸, não deixavam de ser emitidos documentos.

É ingrato, perante um trabalho destes, indicar que seria importante que os autores tivessem compulsado ainda mais fontes. A sistematização dos dados relativos à chancelaria de D. Manuel I já é uma tarefa colossal, e Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia procuraram completá-la com recurso a vários outros textos, como crónicas, forais e peças avulsas do *Corpo Cronológico* e das *Gavetas* da Torre do Tombo, além de documentação local, sobretudo de Lisboa. A quantidade de dados com origem no arquivo municipal da capital é um testemunho de que os fundos locais estão entre os que têm mais potencial para cobrir os buracos que a chancelaria deixa em aberto, mas ficaram por explorar documentos há muito sumariados ou publicados – sobretudo relativos a Évora²⁹ – que podiam ter enriquecido significativamente a obra. Um confronto sem qualquer tipo de exaustividade entre estes itinerários e a documentação eborense permitiu verificar, por exemplo: que a 4 de novembro de 1495 D. Manuel I já se encontrava em Montemor-o-Novo³⁰, o que antecipa em dois dias a primeira deslocação do reinado assinalada neste livro³¹; que a 3 de junho de 1496 o *Venturoso* poderia estar em Setúbal³², apesar de também estar atestada a sua presença nesse dia em Palmela³³; que a 5 de fevereiro de 1497

²⁶ Cf., por exemplo: SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 85.

²⁷ Cf., por exemplo: SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 101-102.

²⁸ Cf., por exemplo: SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 107-109.

²⁹ RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório da Câmara Municipal de Évora”. *A cidade de Évora* 45-46 (1962-1963); pp. 349-427, 47 (1964), pp. 163-225. Ainda que quantitativamente menos expressivas, também teria interesse a consulta das cartas de D. Manuel I enviadas a municípios como o de Coimbra e o de Montemor-o-Novo: CARVALHO, José Branquinho de – *Cartas originais dos reis enviadas à Câmara de Coimbra. 1480-1571*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1943; SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – “Cartas-missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel I ao concelho de Montemor-o-Novo (estudo diplomático)”. *Almansi* 8 (1990), pp. 43-130.

³⁰ RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório”, p. 399.

³¹ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 85.

³² RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório”, p. 402.

³³ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 88.

o rei ter-se-á deslocado ao convento de Santa Maria do Espinheiro³⁴, tendo estado, tanto no dia anterior como no seguinte, segundo os itinerários, em Estremoz³⁵; que a 21 de setembro de 1498, no regresso da viagem a Castela e Aragão, o monarca estava em Ciudad Rodrigo³⁶ – os itinerários não incluem qualquer referência para o período entre 13 de setembro e 9 de outubro³⁷.

A lista de bibliografia inclui 54 títulos que cobrem o essencial do que tem sido produzido sobre o reinado de D. Manuel I³⁸. A sua consulta seria mais fácil se tivessem sido distinguidas as fontes publicadas das obras consultadas. Em falta – e do maior interesse – está o elenco das fontes manuscritas.

A fixação definitiva e exaustiva dos itinerários de um monarca que reinou durante 9.546 dias há mais de 500 anos e que deu origem a uma quantidade incontável de documentos é uma tarefa impossível. Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia, ao arrepio do que têm sido as tendências recentes da historiografia portuguesa, deram um contributo relevante para que fosse conhecido muito do que é possível conhecer sobre as andanças do *Venturoso*. A obra que publicaram tem os méritos de reunir e sistematizar uma quantidade muito grande de dados e de apresentar instrumentos que contribuem para a sua compreensão. Além disso, suscita interpelações aos historiadores que podem vir a resultar num ainda maior avanço no conhecimento deste e de outros períodos: faz sentido pensar só em itinerários régios ou também em itinerários de alguns dos principais servidores dos monarcas? Em que momentos é que são coincidentes e quando é que não o são? O que é que estes e outros itinerários testemunham sobre a evolução da administração central do reino? Qual era o impacto da itinerância régia no despacho sobre matérias relativas aos locais por onde os monarcas passavam? Em que medida é que o conhecimento destas deslocções pode contribuir o estudo da rede viária medieval? *Itinerários do rei de D. Manuel I*, de Joaquim Candeias da Silva e José Manuel Garcia,

³⁴ RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório”, p. 404.

³⁵ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 92.

³⁶ RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório”, p. 413

³⁷ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, p. 102.

³⁸ SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*, pp. 247-250.

passa a ser mais uma obra importante para quem quiser procurar dar respostas a questões como estas.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

CARVALHO, José Branquinho de – *Cartas originais dos reis enviadas à Câmara de Coimbra. 1480-1571*. Coimbra: Biblioteca Municipal, 1943.

SÁ-NOGUEIRA, Bernardo – “Cartas-missivas, alvarás e mandados enviados pelos reis D. João II e D. Manuel I ao concelho de Montemor-o-Novo (estudo diplomatístico)”. *Almansi* 8 (1990), pp. 43-130.

RIVARA, Joaquim – “Os originais do cartório da Câmara Municipal de Évora”. *A cidade de Évora* 45-46 (1962-1963), pp. 349-427; 47 (1964), pp. 163-225.

Estudos

ADOT LERGA, Álvaro – “Itinerario de los reyes privativos de Navarra: Juan III de Albret-Catalina I de Foix (1483-1517)”. *Príncipe de Viana* 217 (1999), pp. 401-458.

AZEVEDO, Pedro de – “A chancelaria de D. Afonso IV”. *Boletim da Segunda Classe* 6 (1912), pp. 180-199.

BRAGA, Paulo Drumond – “Itinerários do príncipe D. João, herdeiro do trono português (1477-1478)”. *Revista da Biblioteca Nacional* 5 (1990), pp. 7-19.

CAÑAS GÁLVEZ, Francisco de Paula – *El itinerario de la corte de Juan II de Castilla (1418-1454)*. Madrid: Sílex Ediciones, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e – *D. Manuel I. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

CRUZ, António – “No quinto centenário de Dom Manuel I”. *História. Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto* 1 (1970), pp. 1-75.

DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 15 (1980), pp. 453-519.

DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso II (1211-1223)”. *Estudos Medievais* 7 (1986), pp. 29-47.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A chancelaria de D. Afonso V”. *Arquivo Histórico Português* 2 (1904), pp. 479-487; 3 (1905), pp. 62, 113, 212, 401.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – “*Teemos por bem e mandamos*”. *A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia, 2001.

FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A chancelaria de D. João II”. *Arquivo Histórico Português* 2 (1904), pp. 337-343.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – “O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*. Vol. 2. Porto: Universidade do Porto, 2006, pp. 497-511.

GOMES, Rita Costa – *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; CARMONA RUIZ, M.^a Antonia – *Documentación e itinerario de Alfonso X el Sabio*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Itinerario de don Fernando, regente de Castilla y rey de Aragón (1407-1416)*. Saragoça: Institución «Fernando el Católico», 2013.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “Da diplomática régia à história do Estado dos fins da Idade Média – um rumo de investigação”. *Revista de História Económica e Social* 8 (1981), pp. 11-25.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: INIC, 1990.

MARQUES, A. H. de Oliveira – “Prefácio”. In DIAS, João José Alves – “Itinerário de D. Afonso III (1245-1279)”. *Arquivos do Centro Cultural Português* 15 (1980), pp. 453-455.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Guia do estudante de história medieval portuguesa*. 3.^a edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MARQUES, José – “Os itinerários do arcebispo de Braga D. Fernando da Guerra (1417-1467)”. *Revista de História* 1 (1978), pp. 89-182.

MATTOSO, José – “Perspetivas atuais da investigação e da síntese na historiografia medieval portuguesa (1128-1383)”. *Anuario de Estudios Medievales* 13 (1983), pp. 641-662.

MEDEIROS, Filipa – *A historiografia medieval portuguesa na viragem do milénio (2000-2010)*. Évora: Publicações do CIDEHUS, 2015. [Consultado a 10 de março de 2023]. Disponível online em: <https://books.openedition.org/cidehus/1233>.

MORENO, Humberto Baquero – “Os itinerários do infante D. Pedro (1438-1448)”. *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques* 1 (1968), pp. 1-168.

MORENO, Humberto Baquero – *Itinerários de el-rei D. Duarte (1433-1438)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1976.

MORENO, Humberto Baquero – *Os itinerários de el-rei Dom João I (1384-1433)*. Lisboa: Instituto de Cultura de Língua Portuguesa, 1988.

RAU, Virgínia (dir.) – *Itinerários régios medievais. Elementos para o estudo da administração medieval portuguesa. I. Itinerário del-rei D. Dinis*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1962.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O itinerário de D. Pedro I (1357-1367)”. *Ocidente. Revista Portuguesa de Cultura* 82 (1972), pp. 147-176.

RODRIGUES, Maria Teresa Campos – “O itinerário de D. Fernando (1367-1383)”. *Bracara Augusta* 32 (1985-1986), pp. 181-227.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de el-rei D. Sebastião (1568-1578)*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1962.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Itinerários de el-rei D. João II*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1993.

SOUSA, Armindo de – “A morte de D. João I. Um tema de propaganda dinástica”. *Lucerna* (1984), pp. 417-487.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FARIA, Diogo – “SILVA, Joaquim Candeias da; GARCIA, José Manuel – *Itinerários do rei D. Manuel I*. Lisboa: Edições Colibri, Academia Portuguesa da História, 2022 (252 pp.)”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 343-356. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

RESEARCH NOTES



MEDIEVALISTA

N.º 35 | Janeiro – Junho 2024

ISSN 1646-740X

**Las malas mujeres de la Biblia: aproximación a la
iconografía románica de Eva y Salomé en el norte y
noroeste peninsular**

**The wicked women of the Bible: an approach to the Romanesque
iconography of Eve and Salome in the north and northwest of the
peninsula.**

Amalia Pérez Valiño

Universidade de Santiago de Compostela
Facultade de Xeografía e Historia
15704, Santiago de Compostela, Galicia, España

amalia.valino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-3694-2839>

Data recepción do artigo / Received for publication: 28 de Outubro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7794>



Introducción

Las malas mujeres de la Biblia, concretamente Eva y Salomé¹, han sido el objeto de estudio y reflexión de nuestra tesis con la intención comprender mejor a estas dos mujeres y su relación con sexo femenino en el Medievo. El estudio se centra en su iconografía en el románico, siglos XI y XII, del norte y noroeste de la Península Ibérica sin descuidar el contexto que la rodea o el bagaje que lo ha producido. Esta limitación tanto temporal como espacial nos parece muy importante a la hora de hablar de la Edad Media en el occidente europeo, ya que este periodo de diez siglos no es homogéneo sino que cuenta con peculiaridades propias de cada zona y cada momento.

En relación con el objeto: “Las malas mujeres de la Biblia”, nos gustaría afinar su definición comenzando por la justificación del adjetivo “malas”. En las Sagradas Escrituras aparecen una serie de mujeres que acumulan en su figura elementos que son considerados negativos o moralmente cuestionables. Muchas de ellas serán recogidas en los textos cristianos de los Padres de la Iglesia, acompañadas de adjetivos que les aportan un aura de pecado, debilidad o provocación, lo que las hace susceptibles de ser ejemplos de comportamientos reprobables o pecaminosos. Se transmite de esta forma la idea de maldad en ellas o por lo menos de ser propensas al mal. Este pensamiento y esta manera de referirse a ellas continúa presente de una forma más o menos evidente en el discurso cristiano a través de los siglos. Es en el siglo XIX cuando este grupo de mujeres bíblicas empieza a formar parte de un conjunto de féminas más amplio con una característica en común: se escapan al marco moral establecido. Son lo que conocemos como: las *femme fatale*. Para el título de nuestra tesis nos ha parecido adecuado recurrir a ese sentido malvado de determinadas mujeres que tan bien se define en el siglo XIX, invocando, por un lado, la maldad que se les impone; y, por otro, dejando una puerta abierta para la reflexión sobre si sus

¹ PÉREZ VALIÑO, Amalia – *Las malas mujeres de la Biblia: aproximación a la iconografía románica de Eva y Salomé en el norte y noroeste peninsular*. Santiago de Compostela: Tesis de doctorado en Estudios Medievales, defendida en la Facultad de Historia e Xeografía de la Universidade de Santiago de Compostela, 2023. Dirección de la profesora Marta Cendón Fernández.

actos son verdaderamente malos o no, a pesar de que esto último pueda ser una cuestión producto del pensamiento contemporáneo.

En cuanto a las mujeres bíblicas que responden a estas características, la lista es larga, por lo que hemos tenido que seleccionar a aquellas que, según nuestra opinión, son muestra de un punto de inflexión tanto en la historia bíblica como en la percepción de las mujeres en los textos sagrados. Así, las elegidas han sido Eva y Salomé. Han quedado fuera muchas otras con perfiles muy interesantes como Betsabé, Dalila, Jezabel o María Magdalena, pero como ha resultado frecuente a lo largo del desarrollo de este trabajo, son muchos los temas en mayor o menor medida relacionados y que solamente hemos podido plantear de una forma más o menos somera con la intención de no desviarnos de nuestro objetivo principal: el estudio de Eva y Salomé. Han sido ellas las elegidas porque son parte de dos principios. Eva, la madre de todos los vivientes, la primera mujer, inicia con su relato la historia de la humanidad y la historia de la primera falta. A su vez, Salomé, con su baile y su obediencia, desarrolla su papel en el conjunto de acontecimientos que tendrán como resultado el inicio de la vida pública de Cristo y, de este modo, el inicio de la Nueva Ley. Es decir, forma parte del tejido de acciones que tiene como resultado el cambio: del Reino de la Ley al Reino de la Gracia.

Hemos dividido la tesis en dos partes fundamentales según las mujeres estudiadas: Eva, la madre de todos los vivientes y Salomé, la muchacha que baila. En cada uno de estos apartados nos aproximamos a estas dos figuras desde los textos, desde los elementos y actitudes que las acompañan y a través de sus representaciones en el Románico para componer su imagen. Consideramos que mediante estas tres formas de aproximación a sus figuras seremos capaces de entender mejor el desarrollo que han tenido hasta su llegada a la Edad Media; y podremos crear una base sólida para el análisis de estas dos mujeres desde un punto de vista conceptual e iconográfico dentro del contexto medieval que nos ocupa. Siempre teniendo en cuenta las características propias del marco geográfico y la cronología que hemos limitado.

El objetivo principal que persigue este estudio es analizar en detalle a estas dos mujeres para comprender mejor su imagen en el medievo, tanto su peso religioso, su influencia social y su influjo en la concepción de la mujer; como su desarrollo

iconográfico y artístico, pues el arte es el reflejo de la sociedad y un complemento indispensable para entenderla. Además, se pretende trazar el recorrido que ambas figuras llevan a cabo hasta la definición de su imagen en el Románico. Cómo estas mujeres se relacionan con atributos con un bagaje muy amplio y antiguo que representan ciertas ideas que permanecen latentes en su adaptación iconográfica cristiana. Al mismo tiempo, valoraremos en qué grado se refleja esta herencia y si tiene una intencionalidad concreta para destacar algún aspecto en particular o si el propio atributo modifica su significado cuando se relaciona con Eva o Salomé².

Eva, la madre de todos los vivientes

En primer lugar, abordaremos la figura de Eva. La fuente fundamental para su comprensión y caracterización es la Biblia³, aunque no podemos olvidar otro tipo de textos, tanto anteriores como posteriores, que reafirmarán y colaborarán en la construcción del simbolismo de la Primera Mujer. Así, los textos apócrifos, el drama litúrgico o la homilética matizarán su figura de cara a su representación y significación en la Edad Media. En los primeros tres capítulos del Génesis se establecen, por un lado, las escenas fundamentales de la Historia de los Primeros Padres: la doble Creación, la Tentación, la Caída y el Castigo y la Expulsión; por otro lado, se presenta la base de la construcción del personaje de Eva y le otorga sus características fundamentales: estará subordinada al hombre; será la culpable de caer en la tentación y de tentar a Adán y por lo tanto, de cometer el primer pecado; y será la responsable de la pérdida del Paraíso y de la entrada de la muerte en el mundo.

Durante nuestro estudio de la Primera Mujer, nos dimos cuenta de que son muchos los temas que se relacionan con ella directamente y que debemos tener en cuenta cuando se realiza un análisis sobre su figura, ya sea desde el punto de vista figurativo o conceptual. Entre todos ellos nos parecen muy significativas las relaciones entre

² Debido a la amplitud de la bibliografía que se ha manejado en el desarrollo de la tesis en este estudio haremos una selección de aquellos títulos que forman parte de la bibliografía básica o tienen una importancia concreta para el apartado.

³ En este estudio se ha utilizado la quinta edición de la *Biblia de Jerusalén*. Dir. José Ángel Ubieta López y coor. Víctor Morla Asensio. Bilbao: Desclée & Brouwer, 2018. Así como la versión medieval comparativa online <http://www.bibliamedieval.es/>.

Eva y el pecado y Eva y la Virgen María debido a su repercusión tanto desde el punto de vista social como figurativo.

En primer lugar, el vínculo que se establece entre la Primera Mujer y el pecado es indivisible, por lo que se hace necesario un acercamiento más en detalle al pecado en la Edad Media y en concreto a la concepción del Pecado Original en este momento⁴. Según se nos transmite en la Biblia se considera el Pecado Original la primera falta cometida por Adán y Eva que entraña dos infracciones: la desobediencia a Dios, pues comen del fruto que tenían prohibido, y el querer ser como Dios, concedores del bien y del mal, lo que se considera un pecado de orgullo. Al mismo tiempo, también se transmite una distribución desigual de la culpa en este pecado ya que Eva, al ser quien ofrece la fruta a Adán, tendrá una mayor responsabilidad en la transgresión: el hombre ha sido tentado y engañado por la mujer. La documentación en relación al Pecado Original es ingente, por lo que seleccionamos aquellos escritos que establecen los puntos básicos que nos ayudarán a comprender su evolución. Uno de estos ejes fundamentales es el pensamiento agustiniano que lo analiza de una forma profunda e influyente. San Agustín afirma el Pecado Original como un pecado de orgullo y reafirma esta falta como innata e involuntaria. Es decir, el Pecado Original se transmitirá generación tras generación y aunque se puede limpiar la culpa mediante el bautismo, no se puede evitar la pena, la tendencia a la corrupción. La transmisión generacional del pecado introduce la noción de la necesidad de la unión carnal para la continuidad de la estirpe, lo que conlleva la instalación de la primera baldosa en el camino de la identificación del Pecado Original con la concupiscencia. Este sendero se verá abonado de cara al medievo por la cristalización de la concepción de Eva como tentadora de Adán; y por la tendencia rigorista de la Iglesia que conlleva el rechazo a lo terrenal y la condena

⁴ En lo referente tanto al pecado en la Edad Media, como al Pecado Original la bibliografía es muy amplia. A continuación se recogen algunos de los títulos de referencia que se han utilizado para la elaboración del estudio: BEATRICE, Pier Franco – *Tradux Peccati Alle Fonti Della Dottrina Agostiniana Del Peccato Originale*. Milán: Vita e Pensiero, 1978; CACCIAPUOTI, Pierluigi – *La natura del peccato originale. Tra Paolo di Tarso e Agostino d'Ipbona*. Milán: Ancora editrice, 2017; CASAGRANDE, Carla y VECCHIO, Silvana – “Pecado”. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (dir.) – *Diccionario razonado del occidente medieval*. Madrid: Akal, 2003, pp. 637-645; CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Pecado se escribe con M. Mujer medieval: maldad y marginación”. In *Mirando a Clío: El Arte Español Espejo de su Historia: Actas del XVIII Congreso del CEHA, Santiago de Compostela, 20-24 de Septiembre de 2010*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio científico, 2010, pp. 695-709.

rígida a los pecados de la carne. Mediante esta reflexión sobre el Pecado Original comprendemos mejor el uso de la iconografía de los Primeros Padres como modelo de advertencia hacia el pecado y sus consecuencias y, también, su progresivo cambio de significado desde un aviso sobre el orgullo hacia una advertencia más concreta en relación con la lujuria.

En segundo lugar, nos gustaría abordar la relación entre Eva y María⁵. La oposición de estas dos mujeres como modelos de conducta es un tópico común desde los primeros cristianos que tomará fuerza y se consolidará con el crecimiento de la importancia de María en el universo cristiano. Ambas representan los polos del comportamiento de la mujer: en el lado negativo, Eva, perfilada como rebelde y tentadora que provoca que la humanidad pierda el favor divino; en el lado positivo, María, sumisa a la voluntad de Dios que engendra de forma virginal al Mesías. Esta antítesis, aunque principalmente literaria, se lleva al arte mediante la oposición de la escena de la Anunciación y la escena del Pecado Original o la Caída. Uno de los hechos que separa a estas dos mujeres, más allá del binomio compuesto por el pecado y su redención, es la virginidad y la pureza de María en contraposición a Eva, lo que suma un eslabón más hacia la relación de Eva y el Pecado Original con la lujuria. A pesar de esta distancia entre ambas mujeres, hemos querido buscar también sus puntos en común. Así, cabe destacar la maternidad, algo que comparten y que supone un acercamiento entre ellas y de ellas con el resto de mujeres. Por un lado, vemos a la Virgen como madre devota y dedicada a su tarea. Por otro, encontramos a Eva como madre de la humanidad y como pecadora arrepentida que acepta el castigo divino del parto con dolor y su papel subordinado. En este papel de madre son representadas en las escenas de la Natividad y de los Trabajos tras la Caída. Desde nuestro punto de vista, la maternidad hace que se creen espacios intermedios entre dos modelos polarizados de mujer para conseguir que María no resulte tan inalcanzable y Eva tenga la oportunidad de rehabilitarse, pues al fin y al cabo se arrepintió de sus actos y aceptó la penitencia divina.

⁵ Entre los textos consultados para abordar este binomio hemos seleccionado: CIGNELLI, Lino – *Maria Nuova Eva nella patristica greca:(sec. II-V)*. Asís: Edizioni Porziuncola, 1966; MELERO MONEO, María Luisa – “Eva-Ave. La Virgen como rehabilitación de la mujer en la edad media y su reflejo en la iconografía de la escultura románica”. *Lambard: Estudis d’art Medieval* 15 (2002), pp. 111-134.

Por último, nos gustaría detenernos en los atributos de Eva, quizás no de una forma pormenorizada, pero sí lo necesario para ver su significado y su relación con la Primera Mujer. Contemplamos cuatro elementos que le son propios: la serpiente, el árbol, la manzana y el desnudo⁶. Todos ellos son elementos antiguos, presentes en muchas culturas y con un simbolismo complejo y polisémico. Al mismo tiempo, comparten una serie de rasgos que los relaciona entre sí y los conecta con Eva. La serpiente, el árbol o la manzana contemplan en su simbolismo la idea de inmortalidad, conocimiento o fertilidad y a su vez están íntimamente ligados a poderosas deidades femeninas de varios panteones antiguos como el mesopotámico o el griego. Se forma en estas civilizaciones una tríada recurrente: divinidad, árbol y serpiente que guarda algo valioso. Esta relación se conserva en el sustrato de la construcción de los modelos cristianos para Eva y se pueden interpretar como atributos que refuerzan la figura negativa de la Primera Mujer. Los antiguos símbolos o modelos de representación son en muchos casos asimilados por el cristianismo y en ocasiones se pueden utilizar las reminiscencias de su significado como forma de fortalecer el mensaje de una figura o situación ya de por sí negativa (por ejemplo la relación de Tellus y la lujuria). En el caso de Eva, que estos elementos se relacionen con conceptos como las divinidades femeninas o la fertilidad, permite reforzar el sentido carnal del Pecado Original y la culpa de Eva. En cuanto al cuarto atributo, el desnudo, a pesar de su recorrido como motivo iconográfico desde la antigüedad, adquiere con el cristianismo, y más en la Edad Media, un nuevo significado. La relación con el cuerpo en sí en el medievo es fuente de conflicto y ambigüedad, pero además el desnudo pasa a relacionarse con los pecados de la carne, más concretamente con el Pecado Original, pues una consecuencia de comer el fruto prohibido fue la vergüenza por verse sin ropa. Concluimos aquí el camino de transformación del Primer Pecado como una falta de carácter sexual.

⁶ Al igual que en el caso del pecado o de la relación María-Eva, los atributos que se relacionan con Eva conllevan una bibliografía ingente. De esta forma, hemos seleccionado algunas obras que resultaron básicas para el estudio de los símbolos: CLARK, Kenneth – *El desnudo: un estudio de la forma ideal*. Madrid: Alianza Editorial, 2007; DÍEZ DE VELASCO, Francisco – “El Jardín de las Hespérides: mito y símbolo”. In *Lenguajes de la Religión*. Madrid: Trotta, 1998, pp. 75-129; LE GOFF, Jacques y TRUONG, Nicolas – *Una historia del cuerpo en la Edad Media*. Barcelona: Paidós, 2016; MARTÍNEZ DE LAGOS FERNÁNDEZ, Eukene – “La femme aux serpents. Evolución iconográfica de la representación de la lujuria en el Occidente europeo medieval”. *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango* 7 (2002), pp. 137-158; GARCÍA MAHÍQUES, Rafael – “*Malum Arbor*. El código semiológico de la manzana”. *Ars Longa. Cuadernos de Arte* 2 (1991), pp. 81-87.

La representación de Eva tiene un gran éxito en la etapa románica. Normalmente, se representa en compañía de Adán y en escenas muy concretas que forman su ciclo narrativo: la Creación, el Pecado Original, la Reprensión y la Vida tras la Caída. Este ciclo puede desarrollarse de forma completa o bien seleccionando algunas escenas. Entre ellas, el episodio del Pecado Original es la que tiene un mayor recorrido figurativo debido a la importancia del pecado, de la culpa y del arrepentimiento en el lenguaje cristiano. Asimismo, no varía excesivamente su iconografía: Adán y Eva, normalmente en actitud púdica, a ambos lados del árbol ceñido por una serpiente. Respecto a las demás escenas, no llegan a alcanzar la popularidad del Pecado Original y suelen representarse dentro del ciclo narrativo de Adán y Eva. En cuanto a su iconografía, nos gustaría destacar la predilección en el ámbito figurativo por la representación de la segunda creación, aquella en la que se crea a la mujer de la costilla, destacando así su subordinación al hombre. También es notable la escasez, en comparación con otras escenas, de la narración de la vida tras la caída, donde Eva se representa entregada a labores femeninas como el hilado y a su papel como madre. Otra escena que tiene como protagonistas secundarios a los Primeros Padres es la Anástasis, la bajada de Cristo al limbo para rescatar a Adán y Eva y a los patriarcas bíblicos. Esta escena, basada en fuentes apócrifas neotestamentarias, tiene una gran tradición representativa en la parte Oriental del mapa cristiano, aunque en occidente es mucho más limitada. Iconográficamente inspirada en el Este, en la zona que nos ocupa suele representarse a un Cristo combatiente contra los demonios que agarra de forma firme a Adán para tirar de él y arrastrar a la Primera Mujer. Por último, comentaremos la representación de Eva en solitario debido a la gran diferencia entre las expectativas al comienzo del trabajo y el resultado final. Al contar con una iconografía propia y unos atributos bien definidos, podemos pensar que, aunque escasos, encontraríamos algún ejemplo de Eva en soledad. La realidad es que, a lo largo de este estudio, no se ha encontrado ningún caso en que esta premisa se pueda asegurar, el binomio entre ella y Adán parece sólido. En los casos que aparenta estar sola normalmente se justifican por la pérdida de la figura de Adán debido al paso del tiempo o bien están separados en el espacio, pero siguen formando una sola unidad.

Salomé, la muchacha que baila

En segundo lugar, nos acercaremos a la figura de Salomé. La fuente principal, al igual que ocurría con Eva, es la Biblia, pero en este caso el Nuevo Testamento. Concretamente son los Evangelios de Mateo, Marcos y Lucas los que narran la historia de Juan Bautista donde la Hija de Herodías tendrá un papel fundamental. A pesar de que la historia se narra en los tres Evangelios, la versión más detallada e influyente será la de Marcos. En ella, se les da a los personajes la base de su carácter: Herodes como el rey temeroso y arrepentido de haber matado a Juan; Herodías como una mujer conspiradora y vengativa; y su hija como un instrumento obediente que utiliza para conseguir sus fines. Además, el relato de Marcos aporta los elementos clave que se trasladarán a la iconografía como el desarrollo del banquete, la danza o la cabeza del Bautista sobre una bandeja; asimismo, le aporta movilidad y dramatismo a la narración. Junto a los Evangelios, serán los escritos de Flavio Josefo, *Antigüedades Judías*⁷, los que acaben de construir la historia e iconografía de nuestra protagonista. Josefo en su relato nos aporta datos sobre la estirpe herodiana y entre ellos encontramos el nombre de la Hija de Herodías: Salomé. Sale así la joven del anonimato y el personaje adquiere corporeidad. Además de estas dos fuentes principales, son muchos los documentos que recurren a Salomé de forma reiterada. La exégesis, la homilética y los textos apócrifos aportan su grano de arena para dar color a la historia de la Hija de Herodías y perfilar la imagen que se consolidará en el medievo, más alejada de su inocencia bíblica y próxima a la mujer tentadora. En este cambio de significado tiene un papel importante la obra de Prudencio, la *Psicomaquia*⁸. En ella se representa la lucha épica entre los vicios y las virtudes, uno de esos vicios es la lujuria que se describe como una bailarina ebria. Esta obra tiene una gran difusión y repercusión en la Edad Media, lo que hace que la lujuria como bailarina se relacione con el baile más conocido del cristianismo, el de Salomé. Esto, junto con la confusión e incluso unión de los personajes de Salomé y Herodías, hace que la joven adquiera un tono más tentador y pecaminoso.

⁷ JOSEFO, Flavio – *Antigüedades judías* (2 vols.). Ed. José Vara Donado. Madrid: Ediciones Akal, 1997.

⁸ PRUDENCIO, Aurelio – *Obras I*. Ed. Luis Rivero García. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

La danza va a estar relacionada con Salomé a un nivel fundamental ya que pasa a ser parte de su definición⁹. A su vez, el baile y su representación, al igual que la música, tiene una historia larga y antigua con significados y simbolismos ambiguos, aunque siempre irá acompañado de un fuerte sentido ritual. La danza forma parte del culto religioso desde las creencias arcaicas, aunque no está libre de discusión. En la cultura clásica occidental aparecen las primeras voces que cuestionan las cualidades positivas y negativas que se transmiten a través del baile y comienzan a establecerse las formas de danza que pueden ser aceptadas y cuales no. En este clima de ambigüedad hacia el baile se desarrolla el cristianismo que la recoge y le añade su rechazo a los rituales paganos de los que la música y la danza formaban parte. Estas premisas son retomadas por los Padres de la Iglesia que aproximan las actividades del baile y la música a los pecados de lujuria e idolatría. Será en estos primeros siglos del cristianismo cuando se formule la condena definitiva hacia el baile y se consolide la danza de Salomé como ejemplo de lo que el baile puede llegar a provocar. A pesar del discurso oficial de condena, la ambigüedad se mantiene ya que la danza sigue teniendo una gran presencia en el mundo medieval. No podemos olvidar que es un momento de gran éxito para los juglares, los trovadores, las danzarinas y el teatro profano¹⁰, donde seguramente un personaje como Salomé tuviese un amplio recorrido. La danza es un elemento tan arraigado en el ser humano que no resulta fácil de eliminar aún cuando la condena es firme.

Otro de los elementos que definen la figura de Salomé es el cabello¹¹. Este adquiere significado simbólico de forma temprana tanto para hombres como para mujeres y pasa a transmitir ideas que van desde el estatus a la fuerza o la belleza y la sensualidad. Además, tiene un fuerte componente ritual, la renuncia al cabello se considera un sacrificio y su exhibición desorganizada representa una expresión de

⁹ En lo referente al estudio de la danza destacamos las obras: BAERT, Barbara - "The dancing daughter and the head of John the Baptist (Mark 6: 14-29) revisited: an interdisciplinary approach". *Louvain Studies* 38:1 (2014), pp. 5-29; MARCO, Dania - *La danza sacra nella chiesa: esperienze antiche ed esperienze nuove*. Roma: Pontificia Università Lateranense, 2000; SCHMITT, Jean-Claude - *Il gesto nel medioevo*. Bari: Editori Laterza, 2021.

¹⁰ Respecto al teatro en época Medieval la obra de Gonzalez Montañés nos ha servido de base en todo el estudio: GONZÁLEZ MONTAÑÉS, Julio - *Drama e iconografía en el arte medieval peninsular (siglos XI-XV)*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002. Tese de doutoramento.

¹¹ En relación con el simbolismo y tratamiento del cabello recomendamos: BARTLETT, Robert - "Symbolic meanings of hair in the Middle Ages". *Transactions of the Royal Historical Society* 4 (1994), pp. 43-60; BORNAY, Erika - *La cabellera femenina: un diálogo entre poesía y pintura*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

dolor ante la muerte. Con la llegada del cristianismo las condiciones del pelo se ven tipificadas por la Iglesia y son las mujeres uno de los objetivos de esta regularización. El cabello femenino, debido a su relación con la belleza y la sensualidad es el reflejo de su decencia o de su moral. Así uno de los rasgos que destacamos es la cubrición o no del mismo. El velado del cabello femenino, no es algo novedoso del cristianismo, pero sí se le da una nueva dimensión vinculándolo con el pecado como fuente de tentación. De esta forma, en el medievo, el pelo se convierte en un símbolo complicado ya que una melena larga y domesticada puede ser una señal de pureza, al mismo tiempo que el pelo largo y descubierto puede ser sinónimo de pecado. En el caso de Salomé comienza simbolizando ambas cosas: la pureza de la doncella y su lado tentador. Esta última acepción será la que acabe imponiéndose de forma que se refuerza con la melena suelta el mensaje de pecado que se transmite a través de su figura.

En lo referente a la representación románica de Salomé debemos hacer algunas puntualizaciones. En primer lugar, debemos señalar la diferencia en su tratamiento desde el punto de vista textual y desde el punto de vista artístico. Mientras que desde la literatura, Salomé aparece más o menos neutral, como objeto que se utiliza para conseguir un fin, y su madre, Herodías, es la protagonista y la que carga con la mayor parte de la culpa; desde el ámbito iconográfico y artístico¹², será la figura de Salomé, al realizar el baile que provocará la muerte del Bautista, la que se asocia con los conceptos de sensualidad, pecado y tentación. Junto a esto, también debemos destacar el hecho de que su recorrido figurativo es mucho más reducido en comparación con el de Eva. Esto posiblemente se deba a su asociación ineludible con el ciclo de San Juan Bautista, más concretamente con su papel en las escenas que narran su muerte: el banquete, la danza y la decapitación de Juan. Para la representación de estas tres escenas puede optarse por una exposición detallada, independizando cada uno de los momentos, o bien escoger una forma más sintética de figuración. Debido a que la danza marca el desarrollo de todo el evento y permite un análisis concreto de la figura de Salomé, hemos elegido su iconografía como ejemplo de su representación. Para su construcción cuenta con el apoyo

¹² WALKER VADILLO, Mónica Ann – “Salomé: La joven que baila”. *Revista Digital de Iconografía Medieval* 8:15 (2016), pp. 89-107.

iconográfico sólido de la tradición de la antigüedad y las descripciones que de ella se hacen en las fuentes como una joven con el pelo suelto que danza ante el rey. Junto a esto, debemos tener en cuenta la inspiración que los artistas de la época recogen de las bailarinas del mundo juglaresco, que le darán a Salomé variedad y originalidad. Se la viste con ropas trabajadas y ajustadas, con ornamentos en el cuerpo y en el pelo que ponen de manifiesto su voluptuosidad y movimiento y también se la puede acompañar de instrumentos. A su vez, podemos distinguir dos formas de representar su danza, una más moderada, con movimientos lentos como si iniciase el baile, y otra acrobática, con movimientos dinámicos y torsiones, como si la danza estuviese en su punto culminante.

Conclusiones

Uno de los objetivos de este estudio era realizar un análisis detallado de las figuras de Eva y Salomé desde el punto de vista conceptual y artístico. Por ello, hemos rastreado las fuentes para la construcción de sus personajes; y hemos analizado en profundidad los atributos que acompañan a estas dos mujeres y les dan parte de su significado más allá de los textos. Gracias a este trabajo podemos recorrer el camino de cada una de ellas hasta la composición de su imagen medieval, tanto intelectual como iconográfica.

El estudio en profundidad de Eva y Salomé nos permite describir el camino que recorren estas dos mujeres para definir su significado y su imagen en los siglos XI y XII. Tanto Eva como Salomé evolucionan notablemente en cuanto a su representación y su simbolismo. Eva forma su imagen en torno a su culpabilidad en la Caída, una culpabilidad relacionada con la desobediencia a Dios y con el orgullo. Según se compone el aparato cristiano, las reflexiones sobre el Pecado Original, su naturaleza o transmisión, acaban relacionando a los Primeros Padres con un pecado de origen carnal. Así, aunque desde el punto de vista iconográfico su modelo no tiene grandes variaciones, sí presenta una evolución desde el punto de vista conceptual. Su percepción en la Edad Media no solo es una advertencia sobre el pecado y sus consecuencias, sino que se relaciona con un pecado de origen sexual. La figura de Salomé también presenta sus peculiaridades a su llegada al Medievo. Desde el punto de vista literario, el retrato de la joven se crea en relación con Herodías, la

protagonista que carga con la culpa. Sin embargo, en el arte, Salomé es el centro de la narración y la transmisora de la tentación. El baile, por su condena, es el que provoca este cambio y, también, el que le da riqueza iconográfica a su figura.

Otro punto importante para el estudio, es hacer una valoración de la influencia que tiene en Eva y Salomé su herencia cultural. Esta herencia cultural la entendemos como un conjunto de piezas: las fuentes escritas, cristianas y de civilizaciones antiguas (sobre todo en Eva); y el sustrato que aportan a sus figuras la asociación con elementos de un gran recorrido histórico y un significado complejo. Estas reminiscencias que permanecen en los textos o los atributos fortalecen el mensaje negativo que transmiten estas dos figuras. Eva se acompaña de elementos que se relacionan con la fertilidad y con divinidades femeninas, lo que permite reforzar el sentido carnal del Pecado Original. Salomé al asociarse a la danza permite que la condena de la Iglesia al baile la haga protagonista de la iconografía.

Por último, nos gustaría hacer una reflexión sobre la relación de Eva y Salomé con las mujeres en el Medievo. La influencia de ambas figuras en la sociedad medieval es importante ya que son dos modelos de lo que no debe hacer una mujer y son ejemplos de la posición del género femenino en la sociedad. Justifican el papel subordinado, débil y pasivo que debe tener la mujer y son modelos de lo que puede pasar si el equilibrio social establecido se rompe.

Referencias bibliográficas

Fuentes impresas

Biblia de Jerusalén. Dir. José Ángel Ubieta López y coord. Víctor Morla Asensio. Bilbao: Desclée D Brouwer, 2018.

JOSEFO, Flavio – *Antigüedades judías*. Ed. José Vara Donado. Madrid: Ediciones Akal, 1997. 2 vols.

PRUDENCIO, Aurelio – *Obras I*. Ed. Luis Rivero García. Madrid: Editorial Gredos, 1997.

Estudios

BAERT, Barbara – “The dancing daughter and the head of John the Baptist (Mark 6: 14-29) revisited: an interdisciplinary approach”. *Louvain Studies* 38 / 1 (2014), pp. 5-29.

BARTLETT, Robert – “Symbolic meanings of hair in the Middle Ages”. *Transactions of the Royal Historical Society* 4 (1994), pp. 43-60.

BEATRICE, Pier Franco – *Tradux Peccati Alle Fonti Della Dottrina Agostiniana Del Peccato Originale*. Milán: Vita e Pensiero, 1978.

BORNAY, Erika – *La cabellera femenina: un diálogo entre poesía y pintura*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1994.

CACCIAPUOTI, Pierluigi – *La natura del peccato originale. Tra Paolo di Tarso e Agostino d’Ippona*. Milán: Ancora editrice, 2017.

CASAGRANDE, Carla; VECCHIO, Silvana – “Pecado”. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (dir) – *Diccionario razonado del occidente medieval*. Madrid: Akal, 2003, pp. 637-645.

CENDÓN FERNÁNDEZ, Marta – “Pecado se escribe con M. Mujer medieval: maldad y marginación”. In *Mirando a Clío: El Arte Español Espejo de su Historia: Actas del XVIII Congreso del CEHA, Santiago de Compostela, 20-24 de Septiembre de 2010*. Santiago de Compostela: Servizo de Publicacións e Intercambio científico, 2010, pp. 695-709.

CIGNELLI, Lino – *Maria Nuova Eva nella patristica greca (sec. II-V)*. Asís: Edizioni Porziuncola, 1966.

CLARK, Kenneth – *El desnudo: un estudio de la forma ideal*. Madrid: Alianza Editorial, 2007.

DÍEZ DE VELASCO, Francisco – “El Jardín de las Hespérides: mito y símbolo”. In *Lenguajes de la Religión*. Madrid: Trotta, 1998, pp. 75-129.

GARCÍA MAHÍQUES, Rafael – “*Malum Arbor*. El código semiológico de la manzana”. *Ars Longa. Cuadernos de Arte* 2 (1991), pp. 81-87.

GONZÁLEZ MONTAÑÉS, Julio – *Drama e iconografía en el arte medieval peninsular (siglos XI-XV)*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2002. Tese de doutoramento.

LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas – *Una historia del cuerpo en la Edad Media*. Barcelona: Paidós, 2016.

MARCO, Dania – *La danza sacra nella chiesa: esperienze antiche ed esperienze nuove*. Roma: Pontificia Università Lateranense, 2000.

MARTÍNEZ DE LAGOS FERNÁNDEZ, Eukene – “La femme aux serpents. Evolución iconográfica de la representación de la lujuria en el Occidente europeo medieval”. *Clío & Crimen: Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango* 7 (2002), pp. 137-158.

MELERO MONEO, María Luisa – “Eva-Ave. La Virgen como rehabilitación de la mujer en la edad media y su reflejo en la iconografía de la escultura románica”. *Lambard: Estudis d’art Medieval* 15 (2002), pp. 111-134.

PÉREZ VALIÑO, Amalia – *Las malas mujeres de la Biblia: aproximación a la iconografía románica de Eva y Salomé en el norte y noroeste peninsular*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2023. Tese de doutoramento.

SCHMITT, Jean-Claude – *Il gesto nel medioevo*. Bari: Editori Laterza, 2021.

WALKER VADILLO, Mónica Ann – “Salomé: La joven que baila”. *Revista Digital de Iconografía Medieval* 8 / 15 (2016), pp. 89-107.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PÉREZ VALIÑO, Amalia – “Las malas mujeres de la Biblia: aproximación a la iconografía románica de Eva y Salomé en el norte y noroeste peninsular”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 359-373. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 35 | Janeiro – Junho 2024

ISSN 1646-740X

A afirmação do pólo urbano e portuário de Setúbal no final da Idade Média no quadro da gestão territorial promovida pela Ordem Militar de Santiago em Portugal

The affirmation of the port town of Setúbal at the end of the Middle Ages within the territorial management strategy promoted by the Military Order of Santiago in Portugal

Ana Cláudia Silveira

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1069-061 Lisboa, Portugal

clsilveira99@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2318-9526>

Data recepção do artigo / Received for publication: 30 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7803>



Recursos e estratégias económicas: as lógicas da gestão do território¹

Apesar da relevância económica e estratégica que Setúbal assumiu no âmbito da organização dos domínios da Ordem Militar de Santiago de Espada em Portugal, o pólo urbano sadino permanece na actualidade como uma cidade mal compreendida, de difícil leitura quanto à evolução geomorfológica da paisagem e à organização espacial e topográfica do núcleo antigo. Muitos dos vestígios materiais do passado medieval setubalense encontram-se absorvidos pela natural evolução de um centro urbano onde se sucederam ao longo dos séculos intervenções multifacetadas, incluindo as relevantes obras portuárias realizadas na década de 1930, não sendo geralmente relevada a ligação da cidade aos Espatários, apesar de ter beneficiado da integração na respectiva Mesa Mestral logo desde a sua constituição em 1327. Este aspecto não pode ser dissociado da sua relevância económica e estratégica e da gradual afirmação como um dos principais portos marítimos portugueses, graças às dinâmicas económicas que o comércio internacional, de sal e não só, induziram.

A compreensão do estatuto singular assumido desde a Idade Média por Setúbal no âmbito da rede territorial de comendas da Ordem de Santiago em Portugal implica apreender a especificidade geográfica deste espaço, o papel desempenhado no âmbito do domínio jurisdicional dos Espatários, a importância militar inerente ao controlo do acesso a um território mais amplo, em conjugação com o elevado potencial proporcionado pelos vastos recursos disponíveis no seu território, associado aos fluxos comerciais que propiciava, aspectos que nos remetem para o valor económico e estratégico de que se revestiu esta vila tanto para a Ordem de Santiago como para a própria Coroa, exigindo uma análise atenta à complexa articulação de poderes que intervêm no território considerado. O estudo deste pólo urbano coloca igualmente a necessidade de o analisar, como qualquer outra cidade portuária marítima, num contexto geográfico que transcende a circunscrição

¹ Este texto apresenta uma síntese de: SILVEIRA, Ana Cláudia Oliveira - *Setúbal, um Pólo de Poder da Ordem Militar de Santiago no Final da Idade Média*. Lisboa: Universidade NOVA de Lisboa, 2022. Tese de Doutoramento. Esta investigação foi realizada sob orientação da professora Doutora Amélia Aguiar Andrade.

territorial do concelho e respectivo termo, de forma a compreender as lógicas que presidiram à estratégia territorial e económica que vertebrou a constituição e evolução do domínio santiaguista em Portugal.

A este respeito, importa sublinhar a considerável relevância que as cidades portuárias evidenciam no processo de integração económica e de construção e hierarquização do território², razão pela qual têm sido objecto de importantes estudos no âmbito da história medieval³, de forma a incrementar a compreensão sobre as estratégias de ordenamento e gestão do território numa escala regional e supra regional.

Paralelamente, no âmbito dos estudos sobre as ordens militares tem vindo a ampliar-se o campo de análise e o debate historiográfico sobre a sua presença urbana, procurando alcançar uma visão mais rigorosa da ligação dessas instituições às cidades⁴, incluindo as cidades portuárias, atendendo à importância económica e estratégica dos espaços portuários e à sua centralidade no âmbito da constituição de domínios económicos e da formação de redes territoriais. Os estudos realizados têm, assim, contribuído para esclarecer sobre os parâmetros da articulação entre os espaços urbanos e o extenso património rural progressivamente consolidado, no

² ANTUNES, Cátia; SICKING, Louis - "Ports on the Border of the State, 1200-1800: an introduction". *International Journal of Maritime History* 19 (2007), pp. 274-286.

³ *Ciudades y villas portuárias del Atlántico en la Edad Media. Nájera. Encuentros Internacionales del Medioevo (Nájera, 27-30 de Julio 2004)*. Logroño: Gobierno de La Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 2005; *Ports maritimes et ports fluviaux au Moyen Âge. XXXV^e Congrès de la Société des historiens médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (La Rochelle, 5 et 6 Juin 2004)*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2005; BOCHACA, Michel; SARRAZIN, Jean-Luc (dirs.) - *Ports et littoraux de l'Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIV^e-XVI^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007; COULON, Damien (ed.) - *Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce. Concepts récents, réalités historiques du Moyen Âge au XIX^e siècle. Journées d'études de la composante Mobilité-Échanges-Transferts 2005-2006, Équipe d'Accueil en Sciences Historiques de l'Université de Strasbourg*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2010; AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier - *La implantación urbana medieval en la costa de Cantabria*. Santander: Publican, 2010; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús A.; BOCHACA, Michel; ANDRADE, Amélia Aguiar (eds.) - *Gentes de Mar en la Ciudad Atlántica Medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012; CANCELLIERI, Jean-André; VAN CAUWELAERT, Vannina Marchi (eds.) - *Villes Portuaires de Méditerranée Occidentale au Moyen Âge. Îles et continents, XII^e-XV^e siècles*. Palermo: Associazione Mediterranea, 2015; POLÓNIA, Amélia; RIVERA MEDINA, Ana María (eds.) - *La Gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX. Políticas y estructuras portuarias*. Madrid: Casa de Velázquez, 2016.

⁴ OLIVEIRA, Luís Filipe - "As Ordens Militares e as Cidades". In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) - *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2016, pp. 9-20.

caso das ordens militares, através da construção das suas redes de comendas⁵, reflectindo ainda sobre as estratégias de territorialização desenvolvidas no âmbito da exploração económica dos seus domínios e explicando a afirmação política dos referidos institutos na sociedade coeva, que, em grande medida, se explica pela constituição de redes sociais envolvendo as oligarquias urbanas e pela convergência de interesses entre as ordens militares e certos grupos sociais, reforçando a respectiva influência na sociedade medieval⁶.

Embora na historiografia portuguesa o estudo das ordens militares tenha vindo a privilegiar os aspectos institucionais e a sua organização interna em detrimento das relações que estabeleceram com os espaços urbanos, da dimensão económica associada à gestão de vastos espaços territoriais e recursos económicos, ou, mesmo, da sua dimensão sociológica, é hoje admitida a inserção destas instituições em circuitos económicos que pressupunham o seu envolvimento em actividades especulativas e em operações financeiras associadas aos mercados urbanos e a redes comerciais que transcendiam a escala local, tendo sido igualmente demonstrada a proveniência de muitos dos membros das milícias do mundo citadino, assim como a sua inserção familiar em grupos associados ao exercício de cargos nas administrações municipais⁷.

As problemáticas que acabamos de enunciar encontram em Setúbal medieval um campo privilegiado de aplicação, uma vez que, apesar de existir um trabalho elaborado há cerca de trinta anos reunindo um assinalável conjunto de informações relativas a esta vila medieval⁸, as questões centrais atrás apontadas e os aspectos materiais da organização urbana medieval não haviam sido até agora objecto de análise. A acessibilidade de fundos documentais outrora por identificar ou

⁵ CARRAZ, Damien - "Les ordres militaires et le fait urbain en France méridionale (XII^e-XIII^e siècle)". In *Moines et religieux dans la ville (XII^e-XV^e siècle)*. Toulouse: Éditions du Privat, 2009 [Cahiers de Fanjeaux 44], p. 147.

⁶ CARRAZ, Damien - "Le monachisme militaire, un laboratoire de la sociogenèse des élites laïques dans l'Occident médiéval?". In JOSSERAND, Philippe; OLIVEIRA, Luís Filipe; CARRAZ, Damien (eds.) - *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d'Alain Dumerger*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, pp. 56-64.

⁷ OLIVEIRA, Luís Filipe - *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. S.l.: Universidade do Algarve, 2009, pp. 170-187.

⁸ BRAGA, Paulo D. - *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1998.

indisponíveis e a actualização de enquadramentos históricos e problemáticas historiográficas, justificam a actualização de perspectivas sobre o passado tardo medieval da vila sadina.

Destaca-se, em particular, o significativo alargamento do *corpus* documental e a maior amplitude da tipologia documental utilizada, assinalando-se a relevância da documentação medieval local, integrada no Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, no qual se conservam dois tomos relativos aos bens administrados por instituições assistenciais medievais incorporados no Hospital do Santo Espírito em 1501, bem como a documentação da Confraria e Hospital de Nossa Senhora da Anunciada, cuja análise foi de crucial importância, quer para esclarecer aspectos relativos à evolução e organização do espaço urbano e à gestão patrimonial efectuada, quer para identificar as elites locais e a própria oligarquia urbana e esclarecer a sua relação com a Ordem de Santiago.

Elucidativa foi ainda a análise de alguns fundos monásticos conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo cuja relação com Setúbal não havia sido até agora suficientemente explorada ou valorizada, assim como a leitura de documentação integrada num universo limitado de arquivos familiares, onde se incluem algumas tipologias documentais distintas das existentes em outros fundos analisados, como é o caso de contratos de dote e arras, testamentos, instrumentos de partilhas e inventários orfanológicos, destacando-se especialmente o Arquivo da Família Gama Lobo Salema, que integra a documentação de famílias setubalenses como os Queimado de Villalobos, Miranda Henriques e Salemas, elucidando sobre os percursos dos seus membros, inserção social, estratégias de investimento e ligação às instituições locais.

Paralelamente, o trabalho realizado apoiou-se no contributo da iconografia e da cartografia produzida desde o século XVI e no exame de fotografias antigas, materiais que permitiram identificar e datar continuidades e mudanças no espaço urbano. Procedeu-se igualmente à integração dos contributos que a arqueologia urbana tem produzido nas últimas décadas e à observação da própria cidade actual,

que constitui a nossa fonte directa de informação, constatando-se que, apesar da enorme transformação registada, conserva inúmeros vestígios da cidade medieval. Assim, foram definidos como objectivos primordiais do trabalho realizado, num primeiro momento, contribuir para a compreensão da relevância de Setúbal e do seu porto no quadro da articulação de uma rede de comendas da Ordem Militar de Santiago em Portugal, que se estabilizou em 1327. Em segundo lugar, evoluir na reconstituição do espaço urbano e portuário da vila sadina, procurando evidenciar as marcas e as consequências da materialização da presença e da influência da instituição na construção paisagem urbana. Por último, analisar de que forma a intervenção da Ordem de Santiago neste espaço urbano se articulou com outros poderes aí presentes, designadamente o concelho e a Coroa, analisando as relações estabelecidas entre esse instituto religioso e as elites locais.

O enquadramento cronológico adoptado teve como *terminus a quo* o ano de 1249, correspondente à atribuição de foral a Setúbal pelo Mestre Paio Peres Correia, e como *terminus ad quem* o ano de 1526, que marcou a implementação de um programa urbanístico associado à regularização da Praça Nova do Sapal, intervenção que nos permite aceder a informação esclarecedora sobre o modo como até então se encontrava espacialmente organizada a urbe medieval, por contraste com as transformações operadas nesse momento no tecido urbano. Trata-se de um período fulcral para a estruturação do espaço urbano setubalense e para o processo de afirmação desta vila enquanto espaço portuário relevante, o qual se desenvolveu em paralelo à assunção da sua centralidade no âmbito da administração dos domínios da Ordem de Santiago em Portugal, numa fase em que esta se encontrava em processo de consolidação territorial e institucional.

Assim, atendendo aos objectivos e à cronologia enunciados, a síntese que se elaborou foi estruturada em quatro capítulos, sendo o primeiro dedicado à análise da evolução do domínio espatário em Portugal no período que decorre entre o final da conquista do Algarve (1249) e a consolidação da rede de comendas definida pelos Estabelecimentos do Mestre Pedro Escacho (1327), procurando definir e explicar os principais vectores seguidos pela instituição na implementação da estratégia territorial e patrimonial delineada no âmbito de um processo dialéctico, o qual se foi

construindo entre os interesses económicos, militares, senhoriais e políticos da milícia e os interesses e estratégias de outros poderes, designadamente a Coroa e o bispado, e os respectivos agentes, com os quais foi necessário articular posições e alcançar composições. A Ordem de Santiago procurou concentrar os seus bens territoriais em espaços onde mais lhe interessou desenvolver investimentos, promovendo trocas de propriedades com o rei ou outros leigos, o que lhe permitiu adquirir um conjunto de terras e direitos sobretudo em três áreas principais e complementares entre si - em torno de Campo de Ourique, na Península de Setúbal e no litoral alentejano -, as quais eram passíveis de se articularem do ponto de vista económico e de se estruturarem numa rede territorial hierarquizada, garantindo, deste modo, o controlo pela instituição de fluxos comerciais e financeiros de importância significativa.

A configuração que o senhorio da Ordem de Santiago adoptou e a estruturação da sua rede de comendas são reveladoras quanto à estratégia prosseguida pela instituição desde o século XIII, denotando uma planificação e sistematização no sentido de promover o controlo da faixa litoral a sul do Tejo, de forma a assegurar a exploração dos recursos e potencialidades económicas e fiscais associadas à pesca, produção de sal e ao controlo das rotas terrestres, em grande parte herdadas do período romano, e também das fluviais e marítimas articuladoras do litoral, assegurando em simultâneo o controlo da principal área de produção cerealífera e de transumância do território português, de grande relevância e rentabilidade, o que advinha do controlo das vias de circulação que lhe davam acesso e da importância de que se revestiam os rendimentos especulativos destas produções no quadro do abastecimento dos mercados urbanos.

Detectam-se, assim, semelhanças com o que tem sido constatado a respeito das práticas gestionárias desenvolvidas pelas ordens militares presentes noutros espaços europeus, em que se verifica uma coincidência do património detido por estes institutos com a presença de importantes eixos de comunicação, quer se tratasse de vias naturais como os rios, de vias de peregrinação, de caminhos ligando importantes cidades, de caminhos de pastoreio ou de rotas comerciais, incluindo as que passavam por portos fluviais ou marítimos, o que pode ser explicado pelo papel

assumido pelas comendas e, naturalmente pelas ordens militares, na gestão de fluxos de homens, de bens e de capitais⁹.

A progressiva afirmação da vila portuária de Setúbal no senhorio espatário

No contexto descrito, o rio do Sado e o seu estuário em particular desempenharam um papel fundamental no âmbito da estratégia de gestão territorial e económica da Ordem de Santiago, contribuindo para uma articulação do domínio Espatário e da sua rede de comendas, garantindo assim à instituição os recursos financeiros necessários à sua sustentabilidade e ao investimento nas actividades militares e caritativas que constituíam a sua vocação primacial.

O carácter estruturante dos cursos de água na construção das paisagens e dos sistemas ecológicos não pode ser dissociado da centralidade que assumem enquanto elementos fundamentais na constituição dos sistemas económicos e sociais. Ao permitirem o acesso a recursos naturais a que se atribui relevância estratégica e valor comercial, desempenham um papel fundamental na definição e estruturação dos territórios, na sua conexão, permitindo a comunicação entre diferentes espaços e sistemas organizacionais, possibilitando a criação de complementaridades e articulações e dando origem a processos planeados de hierarquização territorial frequentemente associados a dinâmicas de natureza económica, social e política. Em articulação com a rede de estradas, desempenham também um papel fundamental no controlo jurídico-administrativo do território. A compreensão e a avaliação destas dinâmicas requerem, pois, um estudo multidimensional e uma análise multidisciplinar, incluindo uma leitura geoarqueológica da paisagem actual, combinando aspectos ambientais com práticas económicas e representações sociais, de modo a compreender a sua evolução diacrónica a longo prazo, identificar eventuais continuidades e rupturas e determinar os factores que poderão ter contribuído para estes processos.

A importância das actividades e dos recursos existentes no vale do Sado e o papel estratégico desenvolvido ao longo da história pelo seu estuário, uma zona húmida

⁹ SILVEIRA, Ana Cláudia Oliveira - *Setúbal, um Pólo de Poder da Ordem Militar de Santiago*, pp. 39-135.

de grande riqueza biológica e na qual existem extensos recursos ictiológicos, é desde há muito reconhecida, tendo sido uma unidade geográfica de grande importância para a economia, um factor de atracção para a instalação de várias civilizações e um elemento fundamental para a articulação do território e para a sua organização hierárquica.

O carácter articulador do rio Sado é particularmente visível a partir do século XIII, após a integração do território em torno do seu vale fluvial no domínio da Ordem de Santiago, emergindo o centro urbano de Setúbal, localizado no seu estuário, como o principal centro portuário da jurisdição da Ordem de Santiago. Enquanto ponto de confluência de fluxos terrestres, fluviais e marítimos e local de concentração de mercadorias e da procura por parte de outros mercados e centro distribuidor das produções da globalidade do senhorio santiaguista, desempenhava um relevante papel na dinamização de cadeias de produção e na gestão de transportes e abastecimentos. Assegurava, assim, quer o escoamento das produções do território controlado pela instituição, quer a ligação aos mercados nacionais e internacionais e a redes financeiras complexas, proporcionando a escala necessária ao desenvolvimento de redes e circuitos mercantis, promovendo ligações entre sistemas económicos distintos e complementares, assumindo-se como o centro polarizador do comércio regional, contribuindo ainda para a estruturação da fiscalidade, o que resultava da conjugação de múltiplas variáveis. Em primeiro lugar, as que derivam das condições físicas e geográficas que faziam desta zona um bom porto natural e proporcionavam uma grande variedade de recursos. Enquanto plataforma de distribuição de pessoas, bens e capitais, este porto tinha uma função de *gateway*, sendo por isso o vértice organizador e o elemento central da rede progressivamente hierarquizada de comendas que estruturava todo o domínio territorial da Ordem de Santiago em Portugal¹⁰.

Deste modo, procedeu-se a uma análise sobre a presença da Ordem de Santiago neste espaço urbano, procurando compreender a implantação na vila sadina de importantes estruturas políticas e administrativas do Mestrado de Santiago e

¹⁰ SILVEIRA, Ana Cláudia Oliveira - *Setúbal, um Pólo de Poder da Ordem Militar de Santiago*, pp. 223-224.

estabelecendo os parâmetros económicos, jurisdicionais e topográficos dessa presença, aspecto ao qual tem sido prestada uma menor atenção no quadro dos estudos desenvolvidos em Portugal dedicados às instituições religiosas-militares. O estudo realizado permitiu, assim, evoluir na reconstituição do espaço urbano e portuário da vila de Setúbal. Tornou possível evidenciar as marcas e as consequências da materialização da presença e da influência da instituição na construção da paisagem urbana, documentada desde o primeiro quartel do século XIV e materializada desde logo na construção da muralha citadina referida ainda no reinado dionisino, a qual teve um papel estruturante na organização espacial da urbe, influenciando na tessitura das ruas, na localização de equipamentos urbanos, na zonagem das actividades económicas e na definição dos diferentes sectores da vila medieval, num processo dinâmico em que a muralha se foi adaptando e acompanhando as alterações urbanísticas produzidas ao longo dos séculos.

Em articulação com a construção da muralha, promoveu-se a implantação do paço da Ordem de Santiago, estrategicamente posicionado de forma a garantir o controlo e defesa de uma das principais portas da vila, a da Ribeira, que abria sobre o rio Sado e em torno da qual se organizou o centro nevrálgico da actividade portuária e mercantil. O paço assumiu-se como um pólo ordenador da urbe, funcionando como um marcador arquitectónico em torno do qual se estruturou uma relevante área do núcleo urbano situada na sua envolvente¹¹, condicionando a organização da rede viária, que adoptou um traçado geométrico, bem como a morfologia do parcelário, influenciando a organização topográfica em torno da respectiva área de implantação, onde se verificou a constituição de um conjunto compacto de propriedades da Ordem de Santiago, o que confirma a tendência destas instituições para promoverem uma concentração patrimonial nas imediações das respectivas

¹¹ SILVEIRA, Ana Cláudia - "As casas da comenda mestral de Setúbal". In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) - *Comendas Urbanas*, p. 65-83; SILVEIRA, Ana Cláudia - "A gestão do património urbano da Ordem Militar de Santiago em Setúbal no final do século XV: indícios de uma polarização regional?". In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) - *Atas das Jornadas Internacionais de Idade Média O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: IEM / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, p. 419-442.

casas das comendas¹², assim influenciando na hierarquização espacial das vilas medievais em que marcavam presença¹³.

A análise do tecido e do parcelário urbano permitiu distinguir unidades urbanísticas e apreender a progressiva ocupação do espaço, por vezes através de operações urbanísticas planificadas¹⁴, tanto do intramuros e como do arrabalde de Troino, este último estruturado progressivamente a partir do século XIV no âmbito de operações de loteamento urbano planificado em que se encontra documentado o envolvimento da Confraria e Hospital de Nossa Senhora da Anunciada e da Ordem de Santiago¹⁵.

Deste modo, foi possível detectar diferentes ritmos construtivos, bem como a ocorrência de alterações na localização de estruturas ou actividades que produziram efeitos na organização topográfica da vila. Procedeu-se ainda à localização de equipamentos urbanos, ao zonamento de algumas actividades e à

¹² CARRAZ, Damien – *L'Ordre du Temple dans la Basse Vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005, p. 274-275; CARRAZ, Damien – “Expériences religieuses en contexte urbain: de l’*ordo monasticus* aux *religiones novae*: le jalon du monachisme militaire”. In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013, p. 51; CARRAZ, Damien; ASPORD-MERCIER, Sophie – “Le programme architectural d’un pôle seigneurial: la commanderie de Montfrin (Gard)”. *Archéologie du Midi Médiéval* 28 (2010), pp. 297-303.

¹³ CARRAZ, Damien – “Les ordres militaires et le fait urbain”, p. 138.

¹⁴ Conforme detectado noutras urbes: BEIRANTE, Maria Ângela; DIAS, João José Alves – “O Património Urbano da Ordem de Cristo em Évora no Início do Século XVI”. In *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 1995, pp. 61-67; CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia, 1996, pp. 84-87; ABBÉ, Jean-Loup – “Planification et aménagement de l’espace urbain de la moyenne Vallée de l’Aude au Moyen-Age. Esperaza, Couiza, Quillan, Limoux”. In GAUTHIEZ, Bernard; ZADORA-RIO, Elisabeth; GALINIÉ, Henri (eds.) – *Village et Ville au Moyen Age: les dynamiques morphologiques*, vol. 1. Tours: Maison des Sciences de l’Homme, 2003, pp. 154-160; DEMURGER, Alain – “Villeneuve”. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 966-967; VINAS, Robert – “Lotissement”. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre*, pp. 562-563; CARRAZ, Damien – “Les ordres militaires et le fait urbain”, pp. 138-139; BESSEY, Valérie – “L’implantation du Temple et de l’Hôpital dans les villes du nord du royaume de France (1100-1350)”. In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale*, pp. 101-103; CLAUDE, Sandrine – “Impact et limites de la seigneurie de l’Hôpital sur l’évolution et les dispositions du paysage urbain à Manosque (XIII^e-XIV^e siècles)”. In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*, pp. 284-286; TOOMASPOEG, Kristjan – “Les ordres militaires dans les villes du Mezzogiorno”. In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*, p. 176; TRÉTON, Rodrigue – “L’Ordre du Temple dans une capitale méditerranéenne: Perpignan”. In CARRAZ, Damien (ed.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*, pp. 233-235; TRINDADE, Luísa – “Ordens urbanas ou Ordens do rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV”. In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Comendas Urbanas*, pp. 91-108.

¹⁵ SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coords.) – *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*. Braga: CITCEM / IEM, 2014, pp. 117-137.

análise sociotopográfica da vila, identificando a implantação de espaços marcados pela exclusão social, assumindo relevo particular os contributos que permitiram identificar a inserção da Mancebia na urbe e reequacionar a inserção das minorias religiosas no espaço, proporcionando dados inéditos sobre a localização e evolução, tanto da Judiaria, como da Mouraria setubalenses, propondo uma revisão sobre a implantação desta última no intramuros e analisando a evolução urbana proporcionada no final da Idade Média pela sua extinção, decorrente das transformações sociais subseqüentes ao Édito de expulsão de 1496.

Na transição do século XV para o XVI, é visível a implementação de processos e mecanismos de afirmação institucional e política por parte dos diversos poderes presentes na localidade, expressos através de um conjunto de intervenções urbanísticas articuladas, incluindo o reordenamento e reconfiguração de determinadas áreas da vila como a praça nova do Sapal, a abertura de novas artérias e de novas portas na cerca urbana e a construção, reabilitação e ampliação de infraestruturas, como o novo paço concelhio, o paço da Ordem, a igreja de São Julião e de equipamentos urbanos ligados ao abastecimento público como o aqueduto, o Paço do Trigo, a cadeia e os açougues. No seu conjunto, reflectem, por um lado, a vitalidade económica e política da urbe e, por outro, contribuem para promover a nobilitação e embelezamento do espaço público, constituindo um reflexo da posição assumida por Setúbal no contexto regional e enquanto principal pólo urbano e portuário da Ordem de Santiago, concorrendo, assim, para o reforço da autoridade dos poderes políticos em presença.

A afirmação política e institucional da Ordem de Santiago que se encontra reflectida nas intervenções urbanísticas implementadas coincidiu com a afirmação económica deste pólo urbano, a qual, em grande medida se encontra associada não só aos seus recursos endógenos, com destaque para o peixe e o sal e incluindo igualmente outras produções como os vinhos, a grã ou o mel, mas também aos recursos exógenos, merecendo referência em particular o comércio de couros e cereais transportados através do Sado.

Esse dinamismo económico explica-se ainda pela capacidade que as instituições urbanas tiveram de implementar estratégias que permitiram minimizar as possibilidades de afirmação de espaços próximos que pudessem assumir-se como concorrenciais, resultando na consolidação de uma elite local cujo poder económico advinha da exploração dos recursos existentes, da armação de navios e da exploração de património imobiliário, a qual acedeu às principais magistraturas urbanas. Muitos desses homens apresentavam ou desenvolveram ligações à Ordem de Santiago e alguns experienciaram um processo de gradual assunção de responsabilidades ao serviço da instituição, ao mesmo tempo que consolidaram carreiras nos principais ofícios concelhios e capitalizaram tais experiências em processos de ascensão social. A forma como os Espatários promoveram uma interligação com as elites locais permitiu-lhe assegurar o controlo das principais magistraturas urbanas, garantindo que Setúbal fosse efectivamente, no final da Idade Média, um paradigmático pólo de poder da instituição.

Considerações finais

O estudo de Setúbal medieval fornece novos contributos e leituras, não só para a análise deste espaço urbano, como da globalidade do senhorio espatário em Portugal, enquadrando a sua progressiva afirmação numa análise interpretativa e comparativa face a outras realidades coevas, de forma a permitir a sua melhor contextualização e compreensão.

Esta análise, ao contribuir para colmatar o escasso conhecimento sobre a estruturação e organização do tecido urbano setubalense e respectiva evolução, permite inserir esta vila portuária no âmbito da produção historiográfica portuguesa recente que tem procurado impulsionar o conhecimento sobre a morfologia urbana medieval e respectiva evolução¹⁶, em particular no âmbito dos

¹⁶ CARITA, Helder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999; CONDE, Manuel Sílvio Alves – “O urbanismo regular e as ordens religiosas militares do Templo e de Cristo: as “vilas novas” e a evolução urbana de Tomar na Idade Média”. In CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossi (eds.) – *Actas do I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 271-300; SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa, 2017; TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999; TRINDADE, Luísa - *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

núcleos urbanos que, sob gestão de ordens militares, adoptaram modelos característicos do urbanismo planificado, oferecendo uma nova leitura da respectiva evolução topográfica, permitindo problematizar aspectos menos evidenciados sobre a presença destes institutos em Portugal, designadamente a sua relação com o mundo citadino e as intervenções urbanísticas implementadas nos espaços sob sua gestão. Em simultâneo, contribui para a reflexão relativa às cidades portuárias marítimas¹⁷ e para o seu papel no processo de constituição e desenvolvimento de redes urbanas e de estabelecimento de hierarquias territoriais, aspectos que continuam em aberto¹⁸.

Constitui, assim, um contributo para prosseguir futuras investigações relativas à gestão territorial promovida pelas ordens militares nos seus domínios e às estratégias económicas implementadas, assim como para aprofundar aspectos relacionados com a sua presença em espaços urbanos medievais, quer do ponto de vista urbanístico, quer do ponto de vista económico, de forma a ser possível avaliar a respectiva influência política e social, a constituição de redes sociais associadas a estas instituições, bem como a inserção de territórios geridos pelas ordens militares nas redes mercantis a nível ibérico e europeu, tornando possível a elaboração de análises comparativas em relação a outras regiões peninsulares e europeias.

¹⁷ ANDRADE, Amélia Aguiar - “A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões”. *Historia. Instituciones. Documentos* 35 (2008), pp. 9-24; BARROS, Amândio - *Porto. A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha, 2016; POLÓNIA, Amélia - *A Expansão Ultramarina numa perspectiva local. O Porto de Vila do Conde no Século XVI*, vol. II. Lisboa: IN-CM, 2007 e SILVA, Gonçalo Miguel Correia Melo da - *As Portas do Mar Oceano: vilas e cidades portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa.

¹⁸ ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA Adelaide Millán da - “Medieval Portuguese Towns: the difficult affirmation of a historiographical topic”. In MATTOSO, José (dir.) - *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 284-295.

Referências bibliográficas

ABBÉ, Jean-Loup – “Planification et aménagement de l’espace urbain de la moyenne Vallée de l’Aude au Moyen-Age. Esperaza, Couiza, Quillan, Limoux”. In GAUTHIEZ, Bernard; ZADORA-RIO, Elisabeth; GALINIÉ, Henri (eds.) – *Village et Ville au Moyen Age: les dynamiques morphologiques*, vol. 1. Tours: Maison des Sciences de l’Homme, 2003, pp. 154-174.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “A importância da linha costeira na estruturação do Reino medieval português. Algumas reflexões”. *Historia. Instituciones. Documentos* 35 (2008), pp. 9-24.

ANDRADE, Amélia Aguiar; COSTA Adelaide Millán da – “Medieval Portuguese Towns: the difficult affirmation of a historiographical topic”. In MATTOSO, José (dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal, c. 1950-2010*. Lisboa: IEM, 2011, pp. 283-301.

AÑIBARRO RODRÍGUEZ, Javier – *La implantación urbana medieval en la costa de Cantabria*. Santander: Publican, 2010.

ANTUNES, Cátia; SICKING, Louis – “Ports on the Border of the State, 1200-1800: an introduction”. *International Journal of Maritime History* 19 (2007), pp. 274-286.

BARROS, Amândio – *Porto. A construção de um espaço marítimo nos alvares dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha, 2016.

BEIRANTE, Maria Ângela; DIAS, João José Alves – “O Património Urbano da Ordem de Cristo em Évora no Início do Século XVI”. In *Estudos de Arte e História – Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*. Lisboa: Vega, 1995, pp. 61-79.

BOCHACA, Michel; SARRAZIN, Jean-Luc (dirs.) – *Ports et littoraux de l’Europe atlantique. Transformations naturelles et aménagements humains (XIV^e-XVI^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007.

BRAGA, Paulo D. – *Setúbal Medieval (Séculos XIII a XV)*. Setúbal: Câmara Municipal de Setúbal, 1998.

CANCELLIERI, Jean-André; VAN CAUWELAERT, Vannina Marchi (eds.) – *Villes Portuaires de Méditerranée Occidentale au Moyen Âge. Îles et continents, XII^e-XV^e siècles*. Palermo: Associazione Mediterranea, 2015.

CARITA, Helder – *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

CARRAZ, Damien – *L’Ordre du Temple dans la Basse Vallée du Rhône (1124-1312). Ordres militaires, croisades et sociétés méridionales*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2005.

CARRAZ, Damien – “Les ordres militaires et le fait urbain en France méridionale (XII^e-XIII^e siècle)”. In *Moines et religieux dans la ville (XII^e-XV^e siècle)*. Toulouse: Éditions du Privat, 2009 [Cahiers de Fanjeaux 44], pp. 127-165.

CARRAZ, Damien (ed.) – *Les Ordres Militaires dans la Ville médiévale (1100-1350)*. Clermont-Ferrand: Presses Universitaires Blaise Pascal, 2013.

CARRAZ, Damien – “Le monachisme militaire, un laboratoire de la sociogenèse des élites laïques dans l’Occident médiéval?”. In JOSSERAND, Philippe; OLIVEIRA, Luís Filipe; CARRAZ, Damien (eds.) – *Élites et Ordres Militaires au Moyen Âge. Rencontre autour d’Alain Dumergue*. Madrid: Casa de Velázquez, 2015, pp. 39-64.

CARRAZ, Damien; ASPORD-MERCIER, Sophie – “Le programme architectural d’un pôle seigneurial: la commanderie de Montfrin (Gard)”. *Archéologie du Midi Médiéval* 28 (2010) pp. 297-315.

Ciudades y villas portuárias del Atlántico en la Edad Media. Nájera. Encuentros Internacionales del Medievo (Nájera, 27-30 de Julio 2004). Logroño: Gobierno de La Rioja / Instituto de Estudios Riojanos, 2005.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Tomar Medieval. O espaço e os homens*. Cascais: Patrimonia Histórica, 1996.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – “O urbanismo regular e as ordens religiosas militares do Templo e de Cristo: as “vilas novas” e a evolução urbana de Tomar na Idade Média”. In CARREIRAS, José Albuquerque; VAIRO, Giulia Rossi (eds.) – *Actas do I Colóquio Internacional Cister, os Templários e a Ordem de Cristo*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2012, pp. 271-300.

COULON, Damien (ed.) – *Réseaux Marchands et Réseaux de Commerce. Concepts récents, réalités historiques du Moyen Âge au XIX^e siècle. Journées d’études de la composante Mobilité-Échanges-Transferts 2005-2006, Équipe d’Accueil en Sciences Historiques de l’Université de Strasbourg*. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 2010.

DEMURGER, Alain – “Villeneuve”. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 966-967.

OLIVEIRA, Luís Filipe – *A Coroa, os Mestres e os Comendadores. As Ordens Militares de Avis e de Santiago (1330-1449)*. S.l.: Universidade do Algarve, 2009.

OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2016.

POLÓNIA, Amélia – *A Expansão Ultramarina numa perspectiva local. O Porto de Vila do Conde no Século XVI*, vol. II. Lisboa: IN-CM, 2007.

POLÓNIA, Amélia; RIVERA MEDINA, Ana María (eds.) – *La Gobernanza de los puertos atlánticos, siglos XIV-XX. Políticas y estructuras portuarias*. Madrid: Casa de Velázquez, 2016.

Ports maritimes et ports fluviaux au Moyen Âge. XXXV^e Congrès de la Société des historiens médiévistes de l'Enseignement Supérieur Public (La Rochelle, 5 et 6 Juin 2004). Paris: Publications de la Sorbonne, 2005.

SILVA, Gonçalo Miguel Correia Melo da – *As Portas do Mar Oceano: vilas e cidades portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)*. Lisboa: Universidade Nova, 2020. Tese de Doutoramento.

SILVA, Manuel Fialho – *Mutação Urbana na Lisboa Medieval. Das Taifas a D. Dinis*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017. Tese de Doutoramento.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação de um espaço periférico medieval: o arrabalde de Troino em Setúbal”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coords.) – *Evolução da paisagem urbana: cidade e periferia*. Braga: CITCEM / IEM, 2014, pp. 117-137.

SILVEIRA, Ana Cláudia - “As casas da comenda mestral de Setúbal”. In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) - *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2016, p. 65-83.

SILVEIRA, Ana Cláudia – “A gestão do património urbano da Ordem Militar de Santiago em Setúbal no final do século XV: indícios de uma polarização regional?”. In COSTA, Adelaide Millán da; ANDRADE, Amélia Aguiar; TENTE, Catarina (eds.) – *Atas das Jornadas Internacionais de Idade Média O papel das pequenas cidades na construção da Europa medieval*. Lisboa: IEM / Câmara Municipal de Castelo de Vide, 2017, pp. 419-442.

SILVEIRA, Ana Cláudia Oliveira – *Setúbal, um Pólo de Poder da Ordem Militar de Santiago no Final da Idade Média*. Lisboa: Universidade NOVA, 2022. Tese de Doutoramento.

SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús A.; BOCHACA, Michel; ANDRADE, Amélia Aguiar (eds.) – *Gentes de Mar en la Ciudad Atlántica Medieval*. Logroño: Instituto de Estudios Riojanos, 2012.

TEIXEIRA, Manuel; VALLA, Margarida – *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII. Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo na Composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

TRINDADE, Luísa – “Ordens urbanas ou Ordens do rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV”. In OLIVEIRA, Luís Filipe (coord.) – *Comendas Urbanas das Ordens Militares*. Lisboa: Edições Colibri, 2016, pp. 91-108.

VINAS, Robert – “Lotissement”. In BÉRIOU, Nicole; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *Prier et Combattre. Dictionnaire européen des ordres militaires au Moyen Âge*. Paris: Fayard, 2009, pp. 562-563.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SILVEIRA, Ana Cláudia – “A afirmação do pólo urbano e portuário de Setúbal no final da Idade Média no quadro da gestão territorial promovida pela Ordem Militar de Santiago em Portugal”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 375-392. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



O senhorialismo nobiliárquico como parte do sistema político português no século XV: o exemplo da senhorialização do Alentejo^{1*}

Noble seignorialism as part of the Portuguese political system in the 15th century: the example of the seignorialization of Alentejo

André Madruga Coelho

Universidade de Évora
Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades
7000-809 Évora, Portugal

afcoelho@uevora.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0255-5531>

Data recepção do artigo / Received for publication: 9 de Dezembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7861>

^{1*} Na base deste artigo está a minha tese de doutoramento intitulada “*Como membro de um corpo*”: o poder senhorial nobiliárquico no Alentejo como parte do sistema político do Portugal quatrocentista, orientada por Hermínia Vasconcelos Vilar e Hermenegildo Fernandes e apresentada a provas públicas em março de 2023 na Universidade de Évora. Trabalho desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia através da bolsa de doutoramento com referência PD/BD/113903/2015. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/34995>.



Poucas temáticas terão uma ressonância tão medieval junto do público como o estudo do *senhorialismo*, ou, mais especificamente, o estudo da *dimensão senhorial* do poder nobiliárquico. Perante o problema assim genericamente colocado, o leitor poderá questionar, com toda a pertinência, que elementos de inovação podem justificar que se dedique uma tese de doutoramento ao estudo dos poderes senhoriais nobiliárquicos. É verdade que, nas últimas décadas, especialmente no que diz respeito ao exercício destes poderes pela nobreza, a medievalística portuguesa tem ultrapassado perspectivas meramente dicotómicas de oposição entre a nobreza e os restantes grupos e poderes, nomeadamente o régio e o concelhio². Em vez de um oposicionismo quase natural, a tendência tem sido para a valorização dos elementos colaborativos e para as interdependências entre poderes³.

Apesar dos vários contributos nesse sentido, esta linha interpretativa não tinha ainda motivado uma análise sistemática e de conjunto que problematizasse essas dinâmicas relacionais⁴. De resto, um estudo partindo desta perspectiva mostra-se tão

² Esta perspectiva pode ser sintetizada numa frase de Humberto Baquero Moreno, que considerava que “a pressão senhorial [da nobreza], na generalidade das vezes contrária aos interesses da coroa, produz os seus efeitos sobre os municípios” – MORENO, Humberto Baquero – “Estado, Nobreza e Senhorios”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coords.) – *A génese do Estado moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, p. 261.

³ Um bom exemplo desta linha interpretativa será o trabalho de José Augusto de Sottomayor-Pizarro publicado em SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?”. In *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2016, pp. 141-176. Em abono da verdade, a interdependência já vinha sendo sublinhado, como no caso do artigo conjunto de Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmíns Rodrigues, publicado em OLIVEIRA, Luís Filipe; RODRIGUES, Miguel Jasmíns – “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2ª dinastia”. *Revista de História Económica e Social* 22 (1988), pp. 77-114.

⁴ MATTOSO, José – “The Medieval Portuguese Nobility”. In MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João (eds.) – *The Historiography of Medieval Portuguese, c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, p. 61. Em vez disso, a produção historiográfica tem sido marcada pela atomização em várias monografias sobre indivíduos ou casas senhoriais. Como esforço de leitura conjunta, embora diga respeito às lógicas de organização do parentesco e de reprodução e transmissão dos elementos de estatuto social, refira-se a tese de doutoramento de Miguel Aguiar – AGUIAR, Miguel – *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. Tese de Doutoramento, 3 vols.

mais interessante e pertinente quanto, desde meados do século XIII e de forma muito evidente desde final do século XIV, a partir da ascensão dos Avis, a expansão dos processos de senhorialização dos espaços a Sul parece ter sido promovida pela própria Coroa. Por outras palavras, a inovação deste trabalho não estará tanto na temática em si, mas antes na linha interpretativa seguida e no questionário adotados.

Os sentidos dos conceitos

Antes de mais, importa dedicar algumas linhas à definição dos principais conceitos operatórios. Carregados de significados, por vezes demasiado polissémicos, a exposição dos sentidos dados aos principais conceitos orientadores da análise é em si um exercício central para a compreensão da linha interpretativa adotada. Veja-se a noção de *senhorialismo*, que aqui entendo em termos de jurisdição⁵ e não de propriedade⁶, indistinção comum na bibliografia e que, a meu ver, tem ocasionalmente sido motivadora de equívocos. Por *senhorialismo* entendo um conjunto de capacidades de “mando”, isto é, de capacidades governativas, exercidas por um senhor sobre as populações num ou mais territórios. Estas capacidades manifestavam-se, especialmente, nas faculdades de aplicação da justiça e da arrecadação de tributação; por outras palavras, comporta o exercício de autoridade. Simultaneamente, justiça e fiscalidade eram também atributos essenciais e definidores do poder régio.

É preciso notar que a posse de poderes senhoriais em Portugal no final da Idade Média é maioritariamente conseguida através de doações régias; deste quadro, a *doação* de poderes senhoriais, assente em lógicas de reciprocidade baseadas no

⁵ Na linha do sugerido em QUINTANILLA RASO, María Concepción – “El estado señorial nobiliario como espacio de poder en la Castilla bajomedieval”. In DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio; MARTIN RODRIGUEZ, José Luís (coords.) – *Los espacios de poder en la España medieval. XII Semana de Estudios Medievales. Nájera, del 30 de junio al 3 de agosto de 2001*. S.l.: Instituto de Estudios Riojanos, 2002, pp. 245-314.

⁶ De acordo com SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Senhorio e feudalismo em Portugal (sécs. XII-XIX). Reflexões sobre um debate historiográfico”. In SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN, Eliseo (eds.) – *Señorío y feudalismo en la Península Ibérica (ss. XII-XIX)*. Saragoça: Institución «Fernando el Católico», 1993, vol. I, p. 187, os senhores portugueses eram conscientes da distinção entre *direitos* e *propriedade*, podendo nem sequer possuir património nos concelhos onde tinham direitos. No entanto, sublinhe-se a necessidade de maior investimento no estudo dos patrimónios nobiliárquicos, ainda que esse estudo seja dificultado pelas características da documentação.

serviço e na recompensa, comportaria uma delegação de poderes do doador – o rei – para o(s) recetor(es) – o(s) senhor(es). As relações sociais de poder e as interdependências já existentes entre as partes saíam reforçadas com a *doação*, cujas implicações, creio, só podem ser apreendidas numa moldura teórico-conceptual que admita a sua conjugação⁷.

Daqui partiu a minha opção por enquadrar a análise no âmbito do conceito de *sistema político*, entendido enquanto forma de organizar e de exercer o poder⁸. A noção de sistema admite a participação de vários elementos interdependentes entre si, articulados num conjunto de relações hierarquizadas em geometrias variáveis, tanto antagónicas como colaborativas, estruturadas de acordo com regras e valores. Para a análise do *sistema político*, qualquer que seja a sua cronologia, é necessário ter em conta questões como a legitimidade do poder, a sua distribuição social e geográfica, as confluências e sobreposições entre jurisdições, bem como os esforços de definição e de delimitação dessas esferas. No fundo, permite que o estudo do *senhorialismo* e dos processos de senhorialização seja, ao mesmo tempo, inserido nos processos de construção da realeza e dos sistemas políticos monárquicos de final da Idade Média. Chama ainda a atenção para os aspetos sociais desses processos e para a inclusão da nobreza como grupo especialmente responsável pela participação na governação.

⁷ Neste contexto, a noção de “monarquia redistributiva”, usada por António Castro Henriques, fazendo-a extravasar a dimensão dos rendimentos monetários e materiais com que foi aplicada pelo autor, poderá enriquecer a reflexão – HENRIQUES, António Castro – *State finance, war and redistribution in Portugal, 1249-1527*. York: Universidade de York, 2008. Tese de Doutoramento, pp. 256-299. Para esta reflexão importará ainda ter em mente o conceito de “economia de mercês”, ainda que diga respeito ao Antigo Regime – OLIVAL, Fernanda – *As Ordens Militares e o Estado Moderno (1641-1789): honra, mercê e venalidade*. Lisboa: Estar, 2001.

⁸ Para a definição de *sistema político* foi importante a consulta de BERAMENDI, Justo – *La historia política: algunos conceptos básicos*. S.l.: Tórculo Edicións, 1999, pp. 41-55, sendo igualmente de sublinhar a influência de HESPANHA, António Manuel – *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, pp. 37-41. Em Portugal, a análise do poder senhorial como esforço de compreensão do sistema político fora já a intenção de Mafalda Soares da Cunha – CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, parentesco e poder: a Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990. Para Castela, ver MUÑOZ GÓMEZ, Víctor – *El poder señorial de Fernando “el de Antequera” y los de su “casa”. Señorío, redes clientelares y sociedad feudal en Castilla durante la Baja Edad Media*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2018.

O questionário

Foi destas premissas que parti para a definição da questão central da tese – “que lugar ocupava o senhorialismo nobiliárquico no sistema político do Portugal quatrocentista?”. Pondo a questão de outra forma, assumindo o senhorialismo como subsistema do sistema político monárquico, desempenhariam os poderes senhoriais exercidos pela nobreza alguma função nesse todo? Como principais hipóteses, sugiro:

1º) O papel desempenhado pela distribuição social de poderes senhoriais contribuiu para a definição e hierarquização da sociedade política avisina tendo como epicentro a Coroa;

2º) Mais que a criação de esferas de poder autónomas, os processos de senhorialização resultaram na criação de instâncias de governação integradas nas estruturas da monarquia.

Para avaliar estas hipóteses defini um conjunto de subquestões:

- Qual a distribuição social e geográfica dos poderes senhoriais?
- Qual a natureza dos poderes senhoriais e quais os limites colocados ao seu exercício?
- Quais as relações os poderes senhoriais e os poderes concelhios?

Todavia, haverá ainda que justificar o enquadramento espacial da análise. O alcance deste questionário só ganha verdadeiro sentido tendo em conta os contextos da sua aplicação, dadas que as características da região e as assimetrias inter-regionais são condicionantes dos processos de senhorialização em questão.

Porquê o Alentejo?

A escolha do Alentejo quatrocentista como caso de estudo não foi aleatória. A região pareceu-me constituir um espaço privilegiado para a aplicação deste questionário devido à conjugação de vários elementos. No decurso dos séculos XIII e XIV foi-se assistindo a várias experiências de senhorialização nobiliárquica de vários espaços sob patrocínio régio, sem que tivessem grande continuidade temporal. Seria somente no século XV, sob o impulso da nova dinastia de Avis, que se viria a registar uma grande expansão dos processos de senhorialização que, nalguns casos, iriam

criar domínios que perduraram até ao início do século XX⁹. Parece existir, no mínimo, uma correlação entre estes processos de senhorialização e as cada vez mais prolongadas estadias dos reis da nova dinastia na região, o que poderá indiciar uma intencionalidade destes processos enquanto fenómenos de apropriação e governação dos territórios.

Por outro lado, não obstante este enquadramento regional, o perfil dos novos senhores não era um aspeto singular do Alentejo, muito pelo contrário. Na generalidade de casos não falamos de indivíduos ou grupos naturais do Alentejo, mas sim de uma elite senhorial à escala do reino. A juntar a isto, num sentido pragmático que não pode ser descurado nestes contextos, haverá ainda que assinalar o reduzido número de análises de conjunto sobre o Alentejo. Mesmo aquelas já realizadas apresentam algumas lacunas no que diz respeito à interpretação dos processos de senhorialização¹⁰.

O corpus documental

Quanto às fontes utilizadas para a análise, numa caracterização genérica, haverá que assinalar à partida a preponderância numérica da documentação produzida pela Coroa. Neste contexto, a documentação das chancelarias régias e dos livros da *Leitura Nova* foi especialmente importante para a constituição do *corpus* de base da análise, a que se acrescentaram informações em fundos locais e privados. Contudo, na verdade, mesmo nos fundos arquivísticos senhoriais e concelhios que foram consultados, boa parte da documentação conservada diz respeito a instrumentos produzidos e emitidos pelo poder régio, fossem originais ou cópias. Inclusive, no caso da cronística, é importante tê-lo em conta, foi o discurso régio que prevaleceu.

⁹ Neste ponto, será impossível deixar de mencionar a investigação que desenvolvi durante a preparação da minha dissertação de mestrado, que me deu um primeiro contacto com esta realidade através do exemplo do senhorio e baronia de Alvito. Dissertação publicada em COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS-UÉ, 2017.

¹⁰ Vejam-se os trabalhos de Stéphane Boisselier, publicados em BOISSELIER, Stéphane – *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998 e BOISSELIER, Stéphane – *Le peuplement médiéval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires. XII^e-XV^e siècles*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003. Principalmente nesta última obra, a atenção recai na senhorialização promovida por D. Afonso III no início da segunda metade do século XIII, pouco se referindo os processos ocorridos nas centúrias seguintes.

Apesar disso, encarando os documentos como resultados de diversas dinâmicas relacionais e negociais, tentei ao máximo que a análise não ficasse condicionada pelo predomínio de um discurso relativamente aos restantes, procurando ver sempre a agência de cada uma das partes envolvidas consoante cada contexto. Por exemplo, na emissão de uma carta de doação ou de um privilégio outorgado pelo rei, aquilo que prevaleceu foi, evidentemente, a versão do emissor. No entanto, há que ter em conta o que está implícito sobre o recetor. Da mesma maneira, quando um privilégio comporta uma exceção, há que perceber o que esse mesmo privilégio nos informa sobre o que seria a regra. Por estas razões, privilegiei sempre uma análise qualitativa da documentação.

Ainda em relação à sistematização da informação, destaco as listas e tabelas temáticas publicadas no Apêndice da minha tese de doutoramento. Constituem sínteses de informação que, espero, possam servir de pontos de partida para futuros trabalhos e análises sobre questões mais específicas.

Cronologia(s) e geografia(s) da expansão senhorial no Alentejo

É momento de identificar as principais ilações retiradas. Começando pelos ritmos temporais dos processos de senhorialização da região, tanto a nível de confirmações, é possível desenhar uma tendência de crescimento ao longo do século XV; tendência especialmente notória a partir da década de 1440 e do assumir da governação por D. Afonso V. Numa leitura mais detalhada, é possível identificar dois “picos” de doações: 1º) relacionado com a crise dinástica de 1383-1385 e consequentes recompensas distribuídas por D. João I; 2º) no reinado de D. João II, porventura fruto de estratégias de recomposição da nobreza através da redistribuição de senhorios confiscados à casa de Bragança.

Porém, o marcado aumento a partir das décadas de 1450 e de 1460 e de forma mais acentuada na de 1470 estão relacionados, tal como na crise dinástica, com conjunturas militares da guerra no Norte de África e da Guerra de Sucessão de Castela. Esta relação pode ser atestada nas justificações avançadas nas próprias cartas de doação. Quanto aos baixos números de confirmações, estes terão que ver

com os momentos de sucessão nos senhorios, ocasião em que era pedida confirmação da posse ao rei.

Relativamente à distribuição geográfica destes senhorios, há que assinalar, antes de mais, a manutenção de Évora e de Elvas na jurisdição régia, esses que eram os mais importantes núcleos populacionais do Alentejo. Por outro lado, tendo em conta as características demográficas da região, parece existir uma correspondência entre a densidade populacional e aquilo que designei como “densidade senhorial” – ambas mais elevadas no Norte da região que no Sul. Mais população seria sinónimo de maior rentabilidade dos senhorios.

Por fim, tenha-se ainda em conta a senhorialização dos concelhos fronteiriços, associada ao desempenho das funções de fronteiros-mores pelas casas de Viseu-Beja e de Bragança, o que parece ser resultado de estratégias de reforço da defesa e de estabilização da fronteira com Castela. Há que ter em conta que, no caso dos donatários mais importantes, estes senhorios eram parte de conjuntos que se espalhavam um pouco por todo o reino. Assim, só poderemos falar em territorialização do poder senhorial de forma relativa; não obstante, é possível verificar a existência de pequenos núcleos de territórios contíguos, como os senhorios do ducado de Beja ou da baronia de Alvito, contribuindo para uma territorialização, digamos, mais regional, talvez refletida na própria designação dos respetivos títulos nobiliárquicos.

O senhorialismo como parte do sistema político

Tal como na tese, organizarei as principais ilações em torno de três eixos – a *dimensão social*, a *dimensão política* e a *relação entre poderes*. Contudo, tal como naquela ocasião, sublinho que estes pontos não são autónomos entre si e devem necessariamente ser vistos de forma integrada. Começando pela *dimensão social*, isto é, pelos reflexos dos processos de senhorialização na estrutura da sociedade quatrocentista. Encarando os poderes senhoriais como um dos recursos que a Coroa podia distribuir entre os seus servidores – recurso que, por implicar atributos governativos, contribuía especialmente para o capital simbólico e mesmo material desses servidores –, esta distribuição terá possibilitado que o rei interviesse na

composição e hierarquização da sociedade política da época, especialmente entre os seus estratos mais elevados.

Esta distribuição assentava e era justificada por lógicas de recompensa de serviços, premiando os bons servidores e criando entre eles e o rei laços de dependência e de lealdade, fomentando a integração e participação dos grupos nobiliárquicos nos projetos políticos da dinastia de Avis. A partir da margem de atuação e das isenções comportadas pelos poderes e privilégios doados, vemos a elite nobiliárquica senhorial organizar-se e hierarquizar-se a partir do epicentro régio, a começar pela parentela do rei, passando por grupos com alguma continuidade no serviço régio, até indivíduos que se destacaram pontualmente em conjunturas específicas e cujos senhorios existiram apenas durante a vida dos donatários. Todavia, sendo a liberalidade um valor transversal à sociedade medieval, apesar de todas as dificuldades da documentação em relação a este tema, podemos observar estes senhores a distribuírem recursos e ofícios de forma muito análoga à Coroa, cimentando o seu ascendente sobre as elites e comunidades locais.

Fazendo aqui uma ponte entre a *dimensão social* e a *dimensão política*, a distribuição régia de poderes senhoriais consolidou a posição da nobreza como grupo de poder. De certa maneira, o ato de doação comportava uma delegação de poderes, cuja precariedade se sublinhava por várias formas, como por exemplo pela necessidade de obtenção de confirmações para a manutenção dos senhorios. A origem do poder estava crescentemente na Coroa, que assim afirmava não o monopólio do poder, mas sim a sua ascendência e singularidade entre as redes que compunham o sistema político. Contrariando perspectivas antigas que sublinhavam apenas o simples egoísmo e ambição da nobreza senhorial, a documentação revela-nos donatários empenhados na governação das suas terras e preocupados com o seu *bom regimento*. Mesmo que para o Alentejo não exista documentação trocada entre donatários e concelhos ou regimentos por eles outorgados, este aspeto é ainda assim notório, por exemplo, no esforço pela obtenção de privilégios para as populações e no melhoramento dos procedimentos judiciais. Não quero com isto sugerir que seriam apenas movidos por altruísmo, mas há que sublinhar a noção de que um senhorio bem governado e bem povoado seria, muito provavelmente, um senhorio

mais rentável. De qualquer forma, pelo menos no caso dos senhorios mais importantes, é visível o envolvimento do poder senhorial na governação local.

Finalmente, na dimensão das *relações entre poderes*, parece-me evidente o esforço por integrar o poder senhorial nobiliárquico nas estruturas da monarquia. Ao poder senhorial é atribuído um lugar intermédio entre os níveis concelhio e régio e, ao mesmo tempo, distinto daqueles. Os senhores constituem instâncias de recurso e de apelação, embora a Coroa afirme repetidamente a sua superioridade; isto é especialmente perceptível no exercício da justiça – as partes podiam apelar das justiças concelhias para a justiça senhorial e daí para a justiça régia, sempre com a ressalva que o rei era a última instância. O poder régio assume-se como regulador e fiscalizador dos restantes poderes, sendo o senhorial exercido por sua delegação e de acordo com as regras definidas pela Coroa. A outorga de privilégios que davam maior ou menor margem de ação aos senhores não me parece entrar em contradição com o que acabo de dizer – mesmo nesses casos, essa margem foi alcançada pela autorização do rei.

Há também que realçar que os interesses de todos estes poderes, na verdade, não eram antagónicos entre si e que falamos de relações de reciprocidade. Se à Coroa interessava promover uma elite nobiliárquica que lhe seja leal e mais tendente à colaboração, à nobreza interessava servir o rei para obter poderes e privilégios. Algo de semelhante ocorreria à escala local – por um lado, o senhor e os seus oficiais seriam um nível de poder mais próximo das comunidades que o régio, com capacidade de solucionar e gerir os problemas; por outro, não menos importante, eram também eles distribuidores de recursos que possibilitavam a afirmação das elites dessas comunidades. Esta consonância de interesses poderá explicar a inexistência de conflituosidade contra os senhores no Alentejo e o baixo número de queixas apresentadas em cortes pelos concelhos da região.

Em suma

Creio ter dado argumentos suficientes para que não consideremos o senhorialismo nobiliárquico como algo estranho ao sistema político monárquico do Portugal quatrocentista. Seria, volto a defender, uma instância governativa inserida nas

estruturas da monarquia, que assim nelas integrava o elemento nobiliárquico, contribuindo para a definição e delimitação da sociedade política avisina. O sistema podia, no entanto, ter as suas próprias contradições, com o patrocínio régio a algumas casas senhoriais a contribuir para o engrandecimento da sua autoridade e para o desequilíbrio do sistema. Seria da maior importância aplicar este questionário a outros territórios, tanto de Portugal como de outras geografias, num esforço de fomentar estudos comparativos ou, quiçá, mesmo transnacionais. Diversificar nos espaços, mas também ampliar no tempo, isto é, perceber a evolução dos poderes senhoriais de acordo com as conjunturas, de que forma se organizam, adaptam e (re)compõem. Noutra sentença, este estudo sobre as estruturas de poder e de governação poderá ser conjugado com outras análises, nomeadamente com aquelas respeitantes às lógicas de povoamento e de controlo e aproveitamento dos recursos do território. Neste caso, seria ampliar o âmbito da análise, procurando perceber as interações de domínio sobre o espaço e as suas populações.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Miguel – *Aristocracia, parentesco e reprodução social em Portugal no final da Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. Tese de Doutoramento, 3 vols.

BERAMENDI, Justo – *La historia política: algunos conceptos básicos*. S.l.: Tórculo Edicións, 1999.

BOISSELIER, Stéphane – *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'Islam à la Reconquête (Xe-XIVe siècles)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.

BOISSELIER, Stéphane – *Le peuplement medieval dans le Sud du Portugal. Constitution et fonctionnement d'un réseau d'habitats et de territoires. XII^e-XV^e siècles*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003.

COELHO, André Madruga – *Poder e estatuto em Portugal no final da Idade Média. Os Lobo entre a cavalaria e a baronia*. Lisboa: Edições Colibri / CIDEHUS-UÉ, 2017.

CUNHA, Mafalda Soares da – *Linhagem, parentesco e poder: a Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990.

HENRIQUES, António Castro – *State finance, war and redistribution in Portugal, 1249-1527*. York: Universidade de York, 2008. Tese de Doutoramento.

HESPANHA, António Manuel – *As Vésperas do Leviathan. Instituições e poder político, Portugal – séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

MATTOSO, José – “The Medieval Portuguese Nobility”. In MATTOSO, José (dir.); ROSA, Maria de Lurdes; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; BRANCO, Maria João (eds.) – *The Historiography of Medieval Portuguese, c. 1950-2010*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 401-423.

MORENO, Humberto Baquero – “Estado, Nobreza e Senhorios”. In COELHO, Maria Helena da Cruz; HOMEM, Armando Luís de Carvalho (coords.) – *A génese do Estado moderno no Portugal tardo-medieval (séculos XIII-XV)*. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999, pp. 257-267.

MUÑOZ GÓMEZ, Víctor – *El poder señorial de Fernando “el de Antequera” y los de su “casa”. Señorío, redes clientelares y sociedad feudal en Castilla durante la Baja Edad Media*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2018.

OLIVEIRA, Luís Filipe; RODRIGUES, Miguel Jasmins – “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2ª dinastia”. *Revista de História Económica e Social* 22 (1988), pp. 77-114.

QUINTANILLA RASO, María Concepción – “El estado señorial nobiliario como espacio de poder en la Castilla bajomedieval”. In DE LA IGLESIA DUARTE, José Ignacio; MARTIN RODRIGUEZ, José Luís (coords.) – *Los espacios de poder en la España medieval: XII Semana de Estudios Medievales. Nájera, del 30 de junio al 3 de agosto de 2001*. S.l.: Instituto de Estudios Riojanos, 2002, pp. 245-314

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?”. In *Discurso, memoria y representación. La nobleza peninsular en la Baja Edad Media*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2016, pp. 141-176.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; MONTEIRO, Nuno Gonçalo – “Senhorio e feudalismo em Portugal (sécs. XII-XIX). Reflexões sobre um debate historiográfico”. In SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN, Eliseo (eds.) – *Señorío y feudalismo en la Península Ibérica (ss. XII-XIX)*. Saragoça: Institución «Fernando el Católico», 1993, vol. I, pp. 175-192.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

COELHO, André Madruga – “O senhorialismo nobiliárquico como parte do sistema político português no século XV: o exemplo da senhorialização do Alentejo”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 393-405. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

VARIA

VARIA



IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares.

As Ordens Militares:

**Do Convento e da Guerra para o Mundo
(Palmela | 25 a 29 de Outubro de 2023)**

IX International Meeting on Military Orders.

The Military Orders:

**From the Convent and War to the World
(Palmela | October 25th to 29th, 2023)**

Cláudio Neto

Cardiff University, Cardiff School of History, Archaeology and Religion
CF 10 3EU, Cardiff, Reino Unido

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

claudioacneto@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 29 de Novembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7809>



Não são muitas as iniciativas ao nível do medievalismo nacional que associem a longa continuidade, o impacto científico e a projecção internacional. É precisamente esse o caso dos *Encontros sobre Ordens Militares* organizados pelo Município de Palmela e pelo seu Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEsOS), que, já desde 1989¹, se vêm a realizar nesta vila do Distrito de Setúbal. Com periodicidade quadrienal, o encontro tem vindo a suceder ininterruptamente, associando esta continuidade à publicação das actas de todas as edições do encontro². E se a primeira reunião desta série contou sobretudo com contributos oriundos da historiografia portuguesa, rapidamente passou a incluir a participação de investigadores no plano internacional, equilibrando bem estes contributos estrangeiros com as participações de historiadores nacionais³.

No que toca aos estudos sobre ordens militares, Palmela constitui hoje um *forum* internacional de suma importância, a par de iniciativas como os encontros realizados em Clerkenwell, no Reino Unido, ou em Torún, na Polónia. No panorama historiográfico, Palmela constitui já uma verdadeira escola dedicada à investigação sobre ordens militares. Os oitos números de actas dos encontros já publicados representam um verdadeiro barómetro do estado da arte sobre o tema, não se limitando ao âmbito mais estrito da historiografia medievalista. De facto, os trabalhos dos encontros de Palmela têm, de modo geral, estendido a sua abordagem cronológica entre a Idade Média e o século XX, alargando sempre o seu escopo

¹ Data deste ano a realização do *I Encontro sobre Ordens Militares*, realizado entre 3 e 5 de Março de 1989. Dando início à série de publicação de actas destes encontros, o apuramento dos trabalhos das sessões está publicado em PACHECO, Paulo; ANTUNES, Luís Pequito (coord.) – *As Ordens Militares em Portugal. Actas do I.º Encontro Sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991.

² Não fazendo uma referência exaustiva a todos os números publicados, chame-se a atenção para a atempada publicação das actas do *VIII Encontro*, realizado entre 12 e 16 de Junho de 2019, no qual se celebraram as três décadas de idade da iniciativa: FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares. Identidade e Mudança. Textos seleccionados do VIII Encontro sobre Ordens Militares*. 2 vols. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEsOS) - Município de Palmela, 2021.

³ Para uma memória e um balanço, Fernandes, Isabel Cristina F. – “Palmela: 30 anos de investigação e divulgação sobre ordens militares”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares. Identidade e Mudança*, pp. 19-64; Oliveira, Luís Filipe – “Os encontros de Palmela e as ordens militares em Portugal”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares. Identidade e Mudança*, pp. 65-84.

metodológico pelas áreas da Arqueologia, História de Arte, Estudos Literários, entre outros.

Realizou-se mais uma edição do encontro, a nona, entre os dias 25 e 29 de Outubro de 2023. A organização, encabeçada por Isabel Cristina Ferreira Fernandes, primeira responsável pela orquestração do evento, seleccionou oito apartados dedicados a diferentes temáticas sobre ordens militares. O início dos trabalhos deu-se, contudo, com um momento evocativo do historiador José Mattoso, recentemente falecido. A associação do *IX Encontro* à celebração da memória de Mattoso não se explica somente pela proximidade da iniciativa ao medievalismo português. Conforme a memória destes encontros confirma, o historiador, membro da Comissão Científica, mantinha uma relação próxima com as iniciativas do GEsOS, tendo contribuído muitas vezes para o enriquecimento dos trabalhos com a sua presença e constante atitude de debate e problematização. Para além disso, nunca será suficientemente repetido que muito do trabalho português de investigação, em temas dedicados às ordens militares, partiu de sugestões que se encontram disseminadas nas obras deste autor. Recorde-se ainda o envolvimento mais directo de José Mattoso em iniciativas do GEsOS, como foi o *9.º Curso sobre Ordens Militares*, realizado em 2009 em sua homenagem e subordinado ao tema *Ordens Militares e Religiosidade*, cujas actas ainda hoje lançam pistas para o esclarecimento deste tema⁴.

O primeiro dia dos trabalhos arrancou com a sessão orientada pelo tema *Famílias, Linhagens, Redes e Ordens Militares*. Coube a Bernardo Vasconcelos e Sousa o primeiro contributo, no qual foi traçado um amplo panorama das dinâmicas sociológicas das milícias religiosas no Portugal medieval. A partir de dois manuscritos oriundos de Jerusalém, Camille Rouxpetel trouxe dados importantes, que deixam entrever as relações culturais estabelecidas entre os freires do Oriente e cristãos, quer de matriz georgiana, quer de etnia árabe. Um contributo para desconstruir a história da integração dos freires no mosaico etno-cultural do Oriente Latino. Depois, trazendo alguma novidade, Paolo Virtuani dedicou a sua intervenção

⁴ FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares e Religiosidade*. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GEsOS) - Município de Palmela, 2010.

à caracterização de uma prática de hospedagem da Ordem do Hospital nas Ilhas Britânicas, o *Corrody*.

Noutra perspectiva, Damien Carraz realizou o levantamento de informações sobre uma ordem militar menos conhecida, a Ordem da Fé e da Paz, de implantação na Gasconha – uma experiência relativamente curta na sua duração, associada muito à influência dos Arcebispos de Auch e aos meios da aristocracia local. Arnaud Baudin aprofundou o tema das relações entre a Ordem do Templo, os condes de Champagne e a aristocracia desta região, traçando um balanço a duas dimensões: a proximidade entre a aristocracia champanhesa e a milícia templária, e o entrosamento entre a história desta ordem militar e a dimensão local nesta região. Luís Filipe Oliveira abordou o tema da integração da cultura escrita e dos letrados no seio das ordens militares. Discutindo o grau de presença da literacia nas práticas dos freires, o autor dimensionou a questão no âmbito da vida religioso-militar. A sua intervenção concluiu-se com a apresentação de dados sobre homens das ordens que estavam apetrechados com os instrumentos da cultura letrada.

A sessão da tarde recebeu dois contributos. O primeiro de Jean Bernard, que, sob a tónica do estudo do pessoal leigo associado à Ordem do Hospital no Franco Condado a partir de um inquérito pontifício de 1373, analisou a progressiva erosão das comunidades de freires nas comendas desta ordem no final do século XIV. Por sua vez, na senda de outros trabalhos seus, Philippe Josserand aduziu mais dados à biografia do derradeiro mestre Templário, Jacques de Molay, através de uma reconexão com a dimensão regional da biografia do mestre e com os arquivos locais relacionados com as suas origens.

Os trabalhos prosseguiram durante a parte da tarde com uma mesa-redonda dedicada ao tema *Arquivos das Ordens Militares, um olhar transnacional*, moderada por Fernanda Olival e Kristjan Toomaspoeg, que acolheu vários contributos dos participantes. Revisitou-se desse modo um tema abordado em painéis anteriores do encontro. O dia não encerrou sem que se cedesse espaço à apresentação de duas publicações recentes: as actas do Colóquio Internacional de Troyes-Abbaye de

Clairvaux realizado em 2021⁵ e uma recente reedição da obra de Ph. Josserand dedicada à figura do mestre Jacques de Molay⁶.

O apartado *A Estrutura das Ordens Militares: Geografia e Administração* deu o mote para o início do dia seguinte. A abertura deste painel pertenceu a Karl Borchardt, trazendo um conjunto de questões sobre as realidades da implantação das ordens militares no Sacro Império Romano-Germânico entre os séculos XII e XIV. Os territórios do Nordeste europeu continuaram a ocupar a sessão com Roman Czaja e Krzysztof Kwiatkowsky, que transportaram o auditório para os territórios da Prússia e da Livónia, numa abordagem às estruturas administrativas da Ordem Teutónica entre os séculos XIII e XVI.

De seguida, Helen Nicholson propôs um panorama acerca das estruturas, organização e administração das ordens militares nas Ilhas Britânicas. Apesar de assinalar a fragmentação das fontes para o tema, a autora foi capaz de caracterizar a concentração da propriedade das milícias. A autoridade dos oficiais Ingleses das ordens face aos restantes territórios britânicos foi perspectivada na diacronia, expondo-se os desafios sofridos por esta a partir do século XIV. Com enfoque nos domínios da Terra Santa, Nicholas Morton traçou um elenco de tópicos, recolocando problemas e delineando alguns caminhos com vista a colmatar lacunas existentes no âmbito dos conhecimentos sobre as ordens militares nestes territórios.

Completando o *puzzle* que a implantação territorial das ordens militares representa, Zsolt Hunyadi propôs uma discussão centrada na dualidade da província templária e do priorado hospitalário entre as regiões da Eslavónia, na actual Croácia, e da Hungria. Kristjan Toomaspoeg, colmatando uma lacuna para Itália, foi responsável por traçar um quadro geral da geografia religioso-militar neste território. Sublinhou as particularidades de implantação de cada ordem, socorrendo-se de uma cartografia de conjunto, a que se associou a análise de realidades mais localizadas, como foi o caso da Sicília.

⁵ BAUDIN, Arnaud; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *D'Orient en Occident. Les Templiers. Des origines à la fin du XII^e siècle*. Gent: Snoeck, 2023.

⁶ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 2023 (1.^a ed. 2019).

Regressando a Portugal, Saul António Gomes apresentou uma releitura das dimensões dos poderes territoriais em função da linguagem e das características da documentação. Abordando sobretudo a Ordem do Templo no século XII, o autor foi capaz de sublinhar várias questões, fazendo uso dos diferentes forais outorgados pelos mestres da milícia nesta cronologia. No seguimento, Paulo Sá-Sousa refrescou a abordagem à territorialidade das ordens expondo novos métodos de análise da rede comendatária da Ordem do Templo, utilizando como suporte expositivo a tecnologia SIG, em que se projectam os dados produzidos em função da aplicação de algoritmos de distância e de densidade geográfica. Apesar do estado preliminar das suas conclusões, foi possível entrever um vasto rol de potencialidades para uma melhor leitura da propriedade das ordens.

A riqueza do encontro manifestou-se pela ocorrência, neste segundo dia, da sessão paralela dedicada ao tema *Ordens Militares: Arte, Arqueologia e Cultura*. Ruy Ventura traçou um quadro das igrejas santiaguistas da Península da Arrábida, que durante o século XVI sofrem mutações associadas à *Devotio Moderna* e à disseminação do culto da Paixão de Cristo. Mário Cunha recordou o túmulo e epitáfio de Diogo Pereira, situado na capela de Maria de Resende da Igreja do Senhor dos Mártires em Alcácer do Sal. Um contributo que revela a construção da memória de um homem ligado às ordens militares e à família régia portuguesa durante o século XV. Prosseguindo no âmbito funerário, Miguel Metelo de Seixas convocou elementos para a reflexão sobre o lugar da heráldica no seio da capela funerária de Álvaro de Luna, em Toledo. Condestável de Juan II e Mestre de Santiago, o seu túmulo emprega a heráldica e a emblemática da Ordem de que era mestre como elemento comunicador entre o *visível e o invisível*, ao mesmo tempo que se constitui como marca identitária da linhagem dos Luna. Seguiu-se José António Falcão, para uma intervenção sobre arquitectura militar, que analisou os dados disponíveis acerca do castelo de Santiago do Cacém. Revelou uma fortaleza cuja matriz se encontra já implantada a meados do século XII, sofrendo uma ampla renovação na centúria seguinte e cuja história perdura pelos séculos até às intervenções da DGEMN no século passado.

Na segunda ronda desta sessão, Ricardo Nunes da Silva, a par de Fernando Grilo, dissertaram sobre os vestígios da permanência das ordens de Avis e de Cristo no

território de S. Vicente da Beira. Em grande medida pouco valorizado pela historiografia, este património encerra em si manifestações potencialmente relevantes para a compreensão da intervenção material das ordens neste espaço. No seguimento desta comunicação, os mesmos autores dedicaram-se a uma análise mais aturada de uma peça, um *Ecce Homo*, escultura do século XV, oriunda da capela de Nossa Senhora da Orada, em Castelo Branco. Seguiu-se Ernesto Jana, que apresentou a descrição de Tomar tecida por Gaspar Leytão da Fonseca, autor nabantino que, ao tempo de João V, retratou a vila de Tomar e o seu património associado à Ordem de Cristo.

A tarde do dia 26 iniciou-se com o apartado *As Ordens Militares face a uma diversidade de outros*. A Clara Almagro Vidal coube uma abordagem centrada nos papéis desempenhados pelos freires enquanto custódios das comunidades muçulmanas e zeladores do bom funcionamento do convívio nestes espaços. Numa outra dimensão étnica, Juergen Sarnowsky ocupou-se de esclarecer os processos de acomodação das comunidades prussianas pagãs face ao domínio teutónico. Finalizando o dia, Paula Pinto Costa realizou uma reflexão centrada numa função pouco óbvia da normativa das ordens religioso-militares: a sua dimensão política e de projecção para o exterior.

As sessões do dia 27 iniciaram-se com o painel sobre *Antagonismos, violência e aliança nas Ordens Militares*. Nikolas Jaspert abriu a sessão com uma reflexão de teor mais teórico, em torno do conceito de *inimizade*. Dos *enemy studies* aos *transcultural studies*, que propõem o esclarecimento da natureza e figuração da inimizade, Jaspert discutiu as aportações teóricas possíveis para a reformulação deste conceito no âmbito do estudo das ordens militares. A prossecução dos trabalhos coube a Jochen Schenk, que pôs em perspectiva a noção de antagonismo e de competição entre as ordens. Empregando a normativa e documentação relativa a acordos celebrados entre as milícias, o autor pôs em evidência os laços de cooperação entre as ordens e a noção de uma grande familiaridade entre os membros das diferentes profissões. Pierre-Vincent Claverie fez-se representar através da leitura da sua comunicação. O seu trabalho colocou em evidência diferentes acordos de conciliação celebrados entre ordens militares. Estas iniciativas procuravam aliviar as tensões entre as

diferentes instituições, em função da promoção de uma maior eficácia para combater o inimigo muçulmano. De seguida, Thomas Kieslinger abordou o tema da *exibição marcial* enquanto metodologia para tratar as formas de auto-representação das ordens de Santiago e de Calatrava, procurando estabelecer uma diferenciação entre os freires e os combatentes seculares e evidenciando os caracteres individualizadores da cavalaria religiosa. Concluindo esta primeira parte, Laurin Herberich colocou a questão do envolvimento dos hospitalários na pirataria do Mediterrâneo, particularmente em relação à que ocorria tendo Veneza como interlocutora. O conjunto de questões levantadas revela o equilíbrio ténue das relações entre os dois poderes e a tentativa de gerir um conflito que tinha uma base económica e militar assente no domínio marítimo.

Prosseguindo este apartado, Kurt Villads Jensen desenvolveu o tema da presença hospitalária na Escandinávia, a partir dos finais do século XII. Pôs em perspectiva a cisão da ordem nestes territórios a partir da década de 1440, no contexto das rebeliões suecas contra a união dos três reinos escandinavos. Depois, o painel regressou a temas portugueses. Carlos Afonso foi responsável por uma abordagem aos contingentes militares concelhios sob comando das ordens militares. Esta perspectiva teve como base uma série de dados extraídos dos forais e das cartas de povoamento outorgadas pelas ordens em solo nacional. O conjunto de questões e uma cartografia particularmente esclarecedora tornaram explícita esta relação de domínio e de cooperação enquanto chave para compreensão do sucesso militar da cavalaria religiosa na Península Ibérica. De seguida, Cláudio Neto procurou compreender alguns dos factores que explicam a mutação na imagem militar dos freires que é tecida entre o relato da conquista de Silves em 1189 e os relatos da tomada de Alcácer de 1217. Terminando esta sessão, Miguel Gomes Martins acrescentou considerações ao panorama militar português do século XIV, caracterizando o envolvimento da cavalaria religiosa na defesa das fronteiras do reino. O centro da sua reflexão foi a identificação dos mestres das ordens militares que foram sendo nomeados para o comando das frontarias. Discutiu ainda a relação entre o desempenho do cargo de mestre de uma ordem e as motivações para a nomeação dos fronteiros.

Seguiu-se uma intervenção de António Martins Costa, sobre o envolvimento das ordens militares na mobilização para a guerra entre 1449 e 1521. O tema resultou numa reavaliação dos contributos das ordens religioso-militares para a prática da guerra nesta cronologia. Mudando a temporalidade, António Paulo Oliveira projectou o imaginário do auditório até ao século XX, abordando a ideia de Cruzada na obra *À Lareira de Castela* de António Sardinha. O conjunto de evocações e reflexões lançou pistas para a história de longa duração do conceito de Cruzada, cujos horizontes não se esgotam, afinal, nos finais da Idade Média.

O apartado seguinte, denominado *Ordens de Cavalaria e Ordens Militares*, atribuiu destaque às realidades de História Moderna. Fernanda Olival e Domingo Marcos Giménez Carillo debruçaram-se sobre o tema da concessão de hábitos nas duas primeiras décadas do século XVIII, em Espanha, num contexto fortemente marcado pela Guerra da Sucessão. Já Elena Postigo Castellanos abordou, como tema, a Ordem do Tosão de Ouro. A perspectiva adoptada foi a da atractividade desta dignidade para as aristocracias do império Habsburgo ao tempo de Carlos V. Por sua vez, Fernando Andrés Robres contemplou o envolvimento da Ordem de Montesa nas sucessivas convocações de cortes do reino de Valência entre 1484 e 1665. De seguida Amalia Yrizar discorreu acerca da importância da concessão de colares da Ordem da Jarreteira enquanto elemento da diplomacia em contexto Tudor. Por fim, Francisco Fernández Izquierdo procurou compreender as lógicas de concessão de comendas durante o reinado de Filipe II de Espanha, enquadrando questões, quer de entorno familiar, quer de serviço militar ou burocrático, como meio de obtenção das mesmas.

O dia 28, último dia de sessões, iniciou-se com o tema *As Mulheres e as Ordens Militares*. Carlos Barquero Goñi caracterizou a profissão feminina na Ordem do Hospital em Castela ao longo dos séculos XII a XV, traçando um paradigma diacrónico conducente à concentração das freiras em espaços conventuais. Joel Mata avançou o estudo do Mosteiro de Santos para o primeiro quartel do século XVII, focando-se no universo humano da casa, uma realidade que englobava não só as professoras mas também os vários estratos de pessoal auxiliar, criadagem e escravas. Maria Ferrer-Vidal baseou-se nos livros de visitação para criar uma abordagem aos

mosteiros femininos da Ordem de Santiago entre finais do século XV e princípios do XVI, uma análise assente nas relações entre as dicotomias masculino/feminino e urbano/rural. Maria del Prado Rodríguez Romero encerrou este conjunto de intervenções traçando um amplo panorama sobre a realidade dos beatérios e suas relações com os territórios das ordens militares no reino de Castela a partir de finais da Idade Média.

Dando início à segunda parte, Raquel Torres Jiménez fez-se representar pela leitura do seu trabalho, dedicado à religiosidade feminina com enfoque eucarístico na Ordem de Calatrava, na transição para a modernidade. Maria Bonnet Donato retomou o tema das mulheres hospitalárias, centrando-se em Aragão. A partir das especificidades devocionais dos mosteiros de Sigena e Alguaire e outras comunidades femininas da ordem constituídas neste reino, foi-lhe possível esclarecer outras questões relacionadas com as profissões femininas e com a articulação das freiras com o ramo masculino da ordem. Terminando esta sessão, Simonetta Cerrini falou de um rosto feminino da Ordem do Templo que teima em permanecer obscuro. No centro da sua intervenção esteve a piedade mariana da ordem, estabelecida desde o início e codificada nas normativas, nas práticas religiosas e nos fenómenos de auto-representação da milícia.

A sessão seguinte, subordinada ao tema *Ordens Militares e poderes* abriu com Alain Demurger, que trouxe um conjunto de reflexões relacionadas com o processo de extinção da Ordem do Templo. Demurger dedicou-se a uma análise do papel da comissão pontifical de inquérito parisiense, nas diferentes fases do processo. Ross Kennedy, de seguida, observou o devir fiscal e legal da Ordem do Templo no reino de Inglaterra durante o século XIII, em função das cartas de liberdades outorgadas pelos monarcas à milícia.

Após o almoço, Júlia Pavon tratou de compor um panorama das redes de sociabilidade das ordens do Templo e Hospital em Navarra. A autora levantou um grande número de questões, que abrangeram desde as alianças e projectos dos monarcas navarros para as milícias religioso-militares, às lógicas de aliança entre as aristocracias do reino e os freires e suas instituições. Rui Figueiredo Nobre avançou

uma abordagem mais circunscrita, mas na mesma linha de questionário sobre alianças familiares com a ordem do Templo. O caso estudado foi o da família de Riba de Vizela no século XIII. Ana Cláudia Silveira trouxe um conjunto de apreciações que permitem compreender melhor os processos de articulação entre a elite local setubalense e os dignitários da Ordem de Santiago. Percepcionam-se, nesta dinâmica, as estratégias de benefício mútuo que conduziram ao estreitamento das relações entre o concelho e a ordem.

A sessão prosseguiu com um conjunto de observações sobre os Forais Novos emitidos para as terras das ordens militares, intervenção a cargo de José Manuel Vargas. Joana Lencart levantou problemas relativos aos arquivos das ordens religioso-militares, com especial enfoque no papel que estes desempenham enquanto repositórios de poderes. A sua exposição partiu dos inventários existentes para o cartório de Tomar. A sessão terminou com Maria Cristina Pimenta, que teceu um conjunto de considerações relativas à sua reconstituição dos itinerários do mestre D. Jorge.

Durante todo este dia, os trabalhos decorreram em paralelo com a sessão *Ordens Militares: Arte, Arqueologia e Cultura*. Vítor Serrão deu início ao conjunto de conferências com observações em torno da riqueza da obra de Jerónimo Corte-Real, membro da Ordem de Cristo e vulto de nomeada da cultura de Quinhentos. Depois, Rui Mesquita Mendes traçou uma visão de conjunto sobre o culto a São Tiago na comarca de Setúbal durante o Antigo Regime. Maria Teresa Lopes Pereira procurou reconstituir os percursos do culto a Santiago em Alcácer do Sal, da devoção praticada no convento da Ordem de Santiago à transmissão do mesmo ao mosteiro de Aracoeli. Prosseguindo, Adelaide Miranda e Delmira Espada Custódio trouxeram um inovador trabalho de análise das iluminuras do códice conhecido como *Livro dos Copos*, valorizando a sua cultura visual e o lugar deste investimento artístico no seio do aparato de poder de João II.

Coube a Joan Fuguet Sans, de seguida, esboçar o quadro evolutivo da fortaleza templária de Barberá, que passou para mãos hospitalárias após a extinção desta ordem. Revelou a sobrevivência da maior parte das estruturas antigas da fortaleza,

de construção templária, sendo que as mais tardias, devidas à ocupação hospitalária, se foram degradando e desapareceram nas demolições ocorridas no século XIX. Lorenzo Mercuri, através de uma análise comparativa dos edifícios do Templo e do Hospital em Londres e em Paris, discutiu uma rivalidade disputada em função da monumentalidade e da importância dos locais de estabelecimento dos edifícios das duas ordens. Logo após, Jesús Molero Garcia trouxe novidades arqueológicas de Montiel, particularmente os achados de selos e matrizes sigilares relacionados com a actividade da Ordem de Santiago, bem como outros objectos carregados da iconografia das ordens militares. Para terminar este painel, Fernando António Baptista Pereira teve oportunidade de tecer um comentário ao Cruzeiro que se encontra no Largo de Jesus, em Setúbal, peça resultante de encomenda do mestre D. Jorge.

Na última sessão deste apartado, os recentes achados arqueológicos em Alcácer do Sal estiveram em destaque. Rita Balona, Liliana Carvalho e Sofia Wasterlain apresentaram as novidades sobre as inumações da Capela do Tesouro da igreja-panteão da Ordem de Santiago dessa cidade. O manancial de informações exibido trará novos elementos para caracterizar as sucessivas ocupações deste território entre as campanhas de Afonso I e a conquista de 1217. Mário Jorge Barroca, em comunicação subscrita com Isabel Cristina Fernandes e Rita Balona, apresentou o estudo de um par de esporas de espeto provenientes de um dos enterramentos da já referida Capela do Tesouro, evidenciando a sua riqueza material e decorativa e a relação com o cavaleiro que as usava. No seio deste painel houve ainda lugar a que David Gallego traçasse um panorama sustentado nos textos e na arqueologia acerca da transformação da fortaleza de Uclés, de *madina* islâmica em sede conventual e baluarte da Ordem de Santiago. Terminando, ainda em contexto santiaguista, Jaime García-Carpintero López de Mota trouxe uma análise, ancorada na leitura das visitas ao convento de Uclés, das alfaias litúrgicas empregues pelos clérigos dessa comunidade para celebração dos ritos, a finais do século XV e inícios do seguinte.

Terminadas todas as intervenções foram traçadas as principais conclusões do encontro. Houve ainda espaço para a apresentação da segunda edição do livro

resultante da tese de doutoramento de Carlos Afonso, um trabalho de fundo sobre a história militar do reino português entre 1128 e 1249⁷. Resta referir a apresentação de quatro *posters* que estiveram em exposição durante todo o evento: *A música no convento da Ordem de Cristo em Tomar*, de Cristina Maria de Carvalho Cota; *A justiça dos Mestres: Os poderes, as práticas e agentes da justiça nos senhorios das Ordens Militares de Avis e Santiago (séculos XIV-XV)*, de João Pedro Alves; *Análise da fundação da Ordem de Santiago por Ramiro I das Astúrias: função política e implicações históricas*, de Glauber Santos Wisniewski; *A relíquia do Santo Lenho: um elo na intrincada relação entre a Ordem do Hospital e a monarquia portuguesa*, de Paulo Roberto Dias Lopes. O encontro prosseguiu ainda no Domingo, dia 29 de Outubro, com uma visita orientada por Lúcia Rosas ao Mosteiro de Leça do Balio.



⁷ AFONSO, Carlos Filipe – *A Guerra Cristã na Formação de Portugal. 1128-1249*. Lisboa: Ed. Colibri, 2023 [1.ª ed. 2022].

Referências bibliográficas

AFONSO, Carlos Filipe – *A Guerra Cristã na Formação de Portugal. 1128-1249*. Lisboa: Ed. Colibri, 2023 [1.^a ed. 2022].

BAUDIN, Arnaud; JOSSERAND, Philippe (dirs.) – *D'Orient en Occident. Les Templiers. Des origines à la fin du XII^e siècle*. Gent: Snoeck Gante, 2023.

FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares e Religiosidade*. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS) - Município de Palmela, 2010.

FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares. Identidade e Mudança. Textos selecionados do VIII Encontro sobre Ordens Militares*. 2 vols. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS) - Município de Palmela, 2021.

FERNANDES, Isabel Cristina F. – “Palmela: 30 anos de investigação e divulgação sobre ordens militares”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares. Identidade e Mudança. Textos selecionados do VIII Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS) - Município de Palmela, 2021, vol. 1, pp. 19-64.

JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. Paris: Les Belles Lettres, 2023 (1.^a ed. 2019).

OLIVEIRA, Luís Filipe – “Os encontros de Palmela e as ordens militares em Portugal”. In FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.) – *Ordens Militares. Identidade e Mudança. Textos selecionados do VIII Encontro sobre Ordens Militares*. Palmela: Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago (GESOS) - Município de Palmela, 2021, vol. 1, pp. 65-84.

PACHECO, Paulo; ANTUNES, Luís Pequito (coord.) – *As Ordens Militares em Portugal. Actas do I.^o Encontro Sobre Ordens Militares*. Palmela: Câmara Municipal de Palmela, 1991

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

NETO, Cláudio – “IX Encontro Internacional sobre Ordens Militares. As Ordens Militares: do Convento e da Guerra para o Mundo (Palmela | 25 a 29 de Outubro de 2023)”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 409-423. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Mosteiro de Alcobaça - XIX Congresso da Associação
Hispânica de Literatura Medieval**

**Alcobaça Monastery – XIX Congress of the Medieval Literature
Hispanic Association**

Natália Albino Pires

InEd /Cátedra UNESCO em Património Imaterial e Saber-Fazer Tradicional
Instituto Politécnico de Coimbra, Escola Superior de Educação, Departamento de
Formação de Educadores e Professores
3030-239 Coimbra; Portugal

npires@esec.pt

<https://orcid.org/0000-0002-8906-3336>

Ana Sofia Laranjinha

Universidade Aberta, SMELPS - Instituto de Filosofia da Universidade do Porto / FCT
GU2 4JT, Guildford, Reino Unido

Ana.Laranjinha@uab.pt

<https://orcid.org/0000-0003-0639-3004>

Margarida Esperança Pina

NOVA FCSH, Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas Modernas
IELT - Instituto de Estudos de Literatura e Tradição
1069-061 Lisboa; Portugal

mepreffoios@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0002-2850-9859>

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Outubro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7811>



O XIX Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval (AHLM) decorreu entre os dias 5 e 9 de setembro de 2023 na ala sul do Mosteiro de Alcobaça, fruto de uma parceria entre a Universidade Aberta, o Instituto de Estudos de Literatura e Tradição (IELT) da NOVA FCSH, a Câmara Municipal de Alcobaça e o Mosteiro de Alcobaça. Os congressos da AHLM, com uma periodicidade bianual, reúnem investigadores de diferentes gerações de toda a Península Ibérica e de outros países, como França, Itália, México, Brasil, Argentina, Inglaterra, Estados Unidos e Japão numa semana de partilha e de construção de novos percursos investigativos. Estes congressos distinguem-se por ter sempre, como tema agregador, a Idade Média Ibérica em múltiplas perspetivas: receção de textos de outras tradições medievais na Ibéria, contextos de difusão cultural na Península, intertextualidade(s), implicações das relações sociopolíticas e culturais na produção literária no contexto dos diferentes reinos ibéricos, estudos de receção, leituras atuais da ibericidade medieval, etc.

O XIX Congresso da AHLM trouxe reflexão sobre as literaturas medievais ibéricas a um espaço arquitetónico símbolo do esplendor da cultura medieval e determinante para a difusão do conhecimento, não só em território nacional, como também além-fronteiras. Pelo *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça, um dos mais pujantes da Península Ibérica, à época, passaram e foram reproduzidas (e/ou produzidas) obras fundamentais para a cultura ocidental. Saliente-se, a este propósito, os trabalhos de Aires A. Nascimento sobre a importância do *scriptorium* alcobacense e de vários dos seus manuscritos¹.

¹ Não cabe neste espaço darmos conta do estado da arte relativamente aos estudos sobre a importância do *scriptorium* do Mosteiro de Alcobaça nem listar todos os trabalhos de Aires A. Nascimento. Referimos apenas dois dos seus estudos que acentuam a importância do *scriptorium* alcobacense: NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Alcobaça: DGPC–Mosteiro de Alcobaça, 2018; NASCIMENTO, Aires A. – “A experiência do livro no primitivo meio alcobacense”. *Atas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*. Braga: Universidade Católica e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 121-145.

Este Congresso teve a particularidade de ter sido organizado por várias instituições, universitárias e não universitárias, em parceria, teve lugar fora das paredes da universidade e fora de um grande centro urbano. A realização deste evento decorre da premissa de que continua a ser imprescindível refletir sobre a Idade Média, em particular sobre a literatura produzida durante esse período e sobre os traços culturais de então. Em especial para o grande público, importa desconstruir uma medievalidade veiculada pelo cinema e por diversos romances de fundo histórico. Importa ainda, acima de tudo, que o conhecimento e a produção de conhecimento sobre a Idade Média peninsular deixem de estar confinados às paredes das instituições de ensino superior e sejam transferidos para a sociedade.

O Congresso contou com oito conferências plenárias; duas sessões de homenagem, uma a Elsa Gonçalves e Anna Ferrari e outra a Helder Godinho e José Mattoso (autores de estudos incontornáveis sobre a Idade Média, indispensáveis para a sua compreensão); várias sessões paralelas subordinadas a temas específicos, com um total de 92 comunicações livres; a apresentação de três livros com estudos sobre as literaturas medievais ibéricas e, ainda, um repleto programa social.

A conferência inaugural foi proferida por Aires A. Nascimento, membro fundador da AHLM e da respetiva Secção Portuguesa, cujo labor investigativo tem sido determinante para os estudos medievais. A sua palestra, intitulada “Alcobaça em interrogação...” propôs um percurso sobre a biblioteca do Mosteiro, indagando a relação passível de se estabelecer entre essa biblioteca e os modos de plenitude (e a sua assunção) buscados pelos monges. A conferência de encerramento, proferida pela Presidente da AHLM, María Jesús Lacarra, intitulada “Motivos y temas literários en el arte hispánico”, procurou abrir vias de interpretação para alguns textos a partir de representações plásticas de sábios enganados por mulheres, sobre temas fabulísticos, épicos e artúricos. A conferência de Elvira Fidalgo, intitulada “Las aves del *alba* de Torneol: outra propuesta de interpretación” revisitou as aves referidas na cantiga “Levad’, amigo, que dormides as manhãs frias” (B 641, V 242), de Nuno Fernandez Torneol, procurando significados e propondo novas interpretações a partir de símbolos presentes em bestiários medievais. A conferência de Isabel Beceiro Pita, intitulada “Libros portugueses en Castilla (1430-1451): contextos

devocionales y nobiliarios”, refletiu sobre o que terá levado a que os vestígios da cultura lusa em Castela, neste período, sejam débeis, destacando algumas referências à participação de poetas portugueses em cancioneiros, mas sublinhando a escassez de documentos escritos em português que, maioritariamente, pertencem, ou à nobreza exilada, ou à nobreza fronteiriça, ou integram bibliotecas de conventos da zona raiana. A conferência de Tobias Brandenberger, intitulada “Recorridos transibéricos de la ficción sentimental”, procurou mapear a complexidade da ficção sentimental, sublinhando a presença de uma tradição extensa transversal e interseccionada através da Península Ibérica. A conferência de Yara Frateschi Vieira, intitulada “Dona, senhor, mulher...lírica galego-portuguesa e ‘minorias’ femininas”, evidenciou a predominância discursiva e o papel superior atribuído à mulher nas cantigas de amigo e nas cantigas de amor, tentando aferir se esse facto poderia permitir-nos questionar se a mulher representada na lírica trovadoresca gozaria de uma condição distinta daquela que caracteriza o que se convencionou chamar, desde meados do século XX, a “minoría feminina”. Examinou, ainda, a configuração desta “minoría feminina”, em geral, face ao elemento masculino e considerando diversas minorias interseccionais representadas na lírica galego-portuguesa. A conferência de Mariano de la Campa, intitulada “Historiografía, historia medieval e historia literaria en Castilla (1270-1350)”, procurou mostrar como os textos historiográficos produzidos entre 1270 e 1350 constituem um ramo da prosa medieval na qual também se verificam os mecanismos retóricos da prosa literária e da prosa de ficção que irão dar origem ao romance do século XIV. A conferência de Rafael Beltrán, intitulada “Visiones y distorsiones de imágenes evangélicas de concepción y muerte en los primeros libros de caballerías”, discutiu algumas passagens que exemplificam o papel decisivo exercido por determinadas cenas bíblicas na ilustração de episódios cruciais dos primeiros textos de cavalarias, desde o *Tirant lo Blanc* até ao *Baladro del sabio Merlín* ou ao *Tristán de Leonís*, entre outros, incluindo outros géneros literários de ficção como *A Celestina*. Centrou-se, nomeadamente, na utilização (e, por vezes, distorção) do motivo iconográfico da *Anunciação* em imagens que ilustram cenas de alcova relacionadas com conceções extraordinárias.

No que concerne às sessões de homenagem, salientamos, desde já, o labor dos quatro homenageados e a sua importância para o estudo e conhecimento da

literatura medieval ibérica aquém e além-fronteiras. A primeira sessão, organizada por Maria Ana Ramos, homenageou Elsa Gonçalves, recordando o seu papel determinante para os estudos medievais, em particular o impulso que deu à investigação sobre a produção lírica galego-portuguesa. O seu trabalho foi inovador, em parte, graças ao seu contacto com os estudos filológicos em curso na Universidade de Roma, o que a estimulou a elaborar a relevante edição da *Tavola Colocciana* (1976), de que decorreu o melhor conhecimento de Angelo Colocci e da sua ação na preservação da poesia medieval, dada a cópia dos importantes cancioneiros romanos (*Cancioneiro Colocci-Brancuti* e *Cancioneiro da Vaticana*). Quase em simultâneo àquela pesquisa, foi publicado o substancial estudo sobre o *Cancioneiro Colocci-Brancuti* (1979) por Anna Ferrari. Talvez tenha sido o humanista italiano quem, sem o saber, veio a reunir as duas investigadoras, que nos proporcionaram dois dos trabalhos mais emblemáticos sobre a tradição manuscrita da lírica galego-portuguesa². As coincidências (talvez irónicas!) determinaram que a homenagem inicialmente prevista à professora portuguesa, contemplasse também Anna Ferrari, falecida pouco antes do congresso alcobacense, como se o trabalho que, simultaneamente, produziram em vida, não pudesse dissociar-se do tributo que a ambas a AHLM dedica.

A segunda sessão de homenagem, organizada por Maria do Rosário Ferreira, teve início com a leitura de um depoimento de Aires A. Nascimento sobre o seu amigo Helder Godinho. Ana Margarida Chora e Ana Sofia Laranjinha destacaram o humanismo e a capacidade de transmissão do saber deste extraordinário professor, dando conta da sua curiosidade científica inesgotável e da sua capacidade para refletir sobre a literatura como forma de pensar o mundo e o Ser Humano³. José Carlos Miranda apresentou uma visão diacrónica da vastíssima obra de José Mattoso, centrando-se no carácter inovador da sua metodologia, nomeadamente no que diz respeito à utilização e interpretação de textos literários. Maria do Rosário

² O labor científico das duas investigadoras será impossível mencionar num trabalho deste teor. Salientamos, não obstante, os trabalhos de Elsa Gonçalves republicados em GONÇALVES, Elsa – *De Roma ata Lixboa. Estudos sobre cancioneiros galego-portugueses*. Ed. de João Dionísio, Henrique Monteagudo e Maria Ana Ramos. A Coruña: Real Academia Galega, 2016, e o livro FERRARI, Anna – *Trobadors e Trobadores*. Prologo de E. Gonçalves, edição de F. Barberini. Modena: Mucchi Editore, 2014.

³ Veja-se, por exemplo o seu trabalho GODINHO, Helder (org.) – *A Imagem do Mundo na Idade Média. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: ICALP-ME, 1992.

Ferreira pôs em evidência a consistência teórica do pensamento de Helder Godinho e, lembrando a sua antologia *A Prosa Medieval Portuguesa*⁴, na qual o estudioso retomou alguns textos dados a conhecer por José Mattoso nas *Narrativas dos Livros de Linhagens*⁵, salientou as afinidades entre estes dois estudiosos da Idade Média, ambos bem conscientes das ressonâncias simbólicas dos textos que maneжaram.

Durante os trabalhos, foram lançados três livros coletivos, todos resultantes de encontros científicos, com estudos sobre as literaturas medievais ibéricas. Cristina Álvares, da Universidade do Minho, apresentou o volume de estudos decorrente do último encontro da Secção Portuguesa da AHLM, no qual se reúnem trabalhos subordinados ao tema “limiaries homem animal”. Elisa Borsari, da Universidade de Córdoba, apresentou o volume de estudos decorrente do colóquio internacional da AHLM que se realizou em Córdoba, 2-4 de setembro de 2021, *Pervivencia y Literatura: documentos periféricos al texto literário*, no qual se debateram, principalmente, os contributos de *marginalia* textuais para a literatura e a forma como foram utilizados no processo literário por diferentes autores. Meritxell Simó Torres, da Universidade de Barcelona, apresentou o volume de estudos decorrente do colóquio internacional da AHLM que se realizou em Barcelona, 2-6 de setembro de 2019, no qual encontramos um conjunto de trabalhos sobre lírica, romance, crónicas, livros de cavalarias, etc. Trata-se de volumes onde os leitores poderão encontrar estudos relevantes sobre a literatura da Idade Média sob diferentes perspetivas⁶.

O congresso contou com cinco dias de abundante trabalho científico, tendo sido apresentadas comunicações sobre múltiplos domínios da literatura medieval ibérica, da poesia lírica à literatura sapiencial, passando pela historiografia, literatura de viagens e livros de cavalarias. Foram apresentados estudos sobre

⁴ GODINHO, Helder – *Prosa Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1986.

⁵ MATTOSO, José – *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: Temas e Debates, 2020 (1ª edição: 1983).

⁶ Trata-se dos volumes: ÁLVARES, Cristina; SOUSA, Sérgio Guimarães de (eds.) – *Limiaries Homem Animal na literatura e na cultura da Idade Média*. Lausanne: Peter Lang, 2023; VALDÉS, Carmen F. Branco; BORSARI, Elisa (eds.) – *Pervivencia y Literatura: documentos periféricos al texto literário*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2023; SIMÓ, Meritxell (coord.) – “*Prenga xascú ço qui millor li és de mon dit*”. *Creació, recepció i representació de la literatura medieval*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2021.

tópicos específicos, suas recorrências e transformações, sem descurar o estabelecimento de pontes com outras literaturas e culturas, tanto mais próximas (italiana, francesa), como mais longínquas (oriental) ou ainda cronologicamente diversas (medievalismo). Marcaram igualmente presença os estudos sobre bibliotecas, manuscritos e problemáticas editoriais.

Os trabalhos científicos foram intercalados com um intenso programa social. No primeiro dia, os congressistas tiveram a oportunidade de visitar o Mosteiro, acompanhados pela diretora, Dr^a Ana Pagará, que os agraciou com uma minuciosa explicação dos espaços. No dia seguinte, a Câmara Municipal de Alcobaça ofereceu um jantar volante na *Estalagem do Cruzeiro*, em Aljubarrota, que permitiu a confraternização entre os congressistas. O habitual jantar do congresso da AHLM decorreu no dia 7, na sala D. Pedro do Hotel Montebello (ala norte do Mosteiro). Este jantar contou com uma *performance* de Ana Margarida Chora que cantou uma composição moçárabe e executou duas danças orientais, homenageando, deste modo, uma cultura que deixou um importante legado na Ibéria medieval. No dia 8, na sala do capítulo do Mosteiro de Alcobaça, teve lugar um concerto com Ana Raquel Roque, acompanhada ao piano por Joaquim dos Santos Roberto. Foram cantadas várias *cantigas de amigo* galego-portuguesas em versões musicadas por compositores portugueses dos séculos XIX e XX. O programa cultural terminou com uma visita guiada, a cargo de António Maduro e Alberto Guerreiro. O percurso incluiu uma visita ao Mosteiro de Cós e um trajeto pelos Coutos de Alcobaça, destacando as obras de ordenamento territorial desenvolvidas pela Ordem de Cister ao longo de vários séculos.

Referências bibliográficas

ÁLVARES, Cristina; SOUSA, Sérgio Guimarães de (eds.) – *Limiares Homem Animal na literatura e na cultura da Idade Média*. Lausanne: Peter Lang, 2023.

FERRARI, Anna – *Trobadors e Trobadores*. Prologo de E. Gonçalves, edição de F. Barberini. Modena: Mucchi Editore, 2014.

GODINHO, Helder – *Prosa Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1986.

GODINHO, Helder (org.) – *A Imagem do Mundo na Idade Média. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: ICALP-ME, 1992.

GONÇALVES, Elsa – *De Roma ata Lixboa. Estudos sobre cancioneiros galego-portugueses*. Ed. de João Dionísio, Henrique Monteagudo e Maria Ana Ramos. A Coruña: Real Academia Galega, 2016.

MATTOSO, José – *Narrativas dos Livros de Linhagens*. Lisboa: Temas e Debates, 2020 (1ª edição: 1983).

NASCIMENTO, Aires A. – “A experiência do livro no primitivo meio alcobacense”. In *Atas do IX Centenário do Nascimento de S. Bernardo*. Braga: Universidade Católica e Câmara Municipal de Alcobaça, 1991, pp. 121-145.

NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Alcobaça: DGPC–Mosteiro de Alcobaça, 2018.

SIMÓ, Meritxell (coord.) – “*Prenga xascú ço qui millor li és de mon dit*”. *Creació, recepció i representació de la literatura medieval*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2021.

VALDÉS, Carmen F. Branco; BORSARI, Elisa (eds.) - *Pervivencia y Literatura: documentos periféricos al texto literario*. San Millán de la Cogolla: Cilengua, 2023.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PIRES, Natália Albino; LARANJINHA, Ana Sofia; PINA, Margarida Esperança – “Mosteiro de Alcobaça - XIX Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 425-433. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 35 | Janeiro – Junho 2024

ISSN 1646-740X

The Chronicles of Fernão Lopes – finally in English!

As Crónicas de Fernão Lopes – finalmente em Inglês!

Amélia P. Hutchinson

The University of Georgia, Department of Romance Languages
Athens, Georgia 30602-816, USA

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais – NOVA FCSH
1070-312 Lisboa, Portugal

ahutchin@uga.edu / ahutchinson@fcsb.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0003-0367-1793>

Data recepção do artigo / Received for publication: 11 de dezembro de 2023

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.7866>



A “hidden gem” of European medieval historiography is now available in English. Fernão Lopes’s chronicles (c. 1380-c.1459) have remained relatively unknown to non-Portuguese speaking scholars until, at long last, a new edition has been published: LOPES, Fernão – *The Chronicles of Fernão Lopes*. Eds. Amélia P. Hutchinson, Juliet Perkins, Philip Krummrich and Teresa Amado. Transl. R.C. Willis, Philip Krummrich, Juliet Perkins, Iona McCleery, Francisco Fernandes, and Shirley Clarke. Textos B, 64. Vols. I-V. Woodbridge: Tamesis Books, 2023.

From the bibliographical reference alone, it becomes clear that this complete translation of Lopes’s chronicles is the result of a collaborative effort on the part of a large team of translators, philologists, and historians, assisted by specialists in particular areas related to their content. Besides the translation, the team also produced a comprehensive index listing all persons and places mentioned in the chronicles, the first time that such a task has been attempted.

Previous sections of the chronicles have been translated in the past, mainly in anthologies, such as Derek W. Lomax’s and R. J. Oakley’s *Fernão Lopes. The English in Portugal 1367–1387*, the most extensive, or Edgar Prestage’s *The Chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara* which, as the title indicates, includes texts from Lopes as well as his successor¹.

In its first years, the translation work for the present edition led also to the development of a website initiated at the University of Georgia, GA, USA, but which eventually became the “Fernão Lopes Portal”, presently hosted by the Instituto de Estudos Medievais (IEM), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), at the

¹ LOMAX, Derek W.; OAKLEY, R. J. (eds.) – *Fernão Lopes. The English in Portugal 1367–1387*. Warminster: Aris & Phillips Ltd., 1988; PRESTAGE, Edgar – *The Chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara*. Watford: Voss and Michael, 1928.

Universidade Nova de Lisboa, Portugal². At first, the Portal was intended as a database to store an interactive Portuguese-English glossary and other incidental notes that could assist the translators in their work, given their different linguistic backgrounds and training, and the need to sustain an acceptable degree of consistency. Gradually, it became a set of interactive notes supporting the reading of Lopes's chronicles in any edition. To that end, passages are identified by chronicle and chapter, rather than the page number of a specific edition. At the moment, all persons and places mentioned in *The Chronicle of King Pedro* have been listed, but the Portal still needs to be expanded to contain the notes on all the other chronicles. A partnership between IEM and Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) is in progress, with the objective of offering access to digital versions of INCM's editions of the original Portuguese text through the Fernão Lopes Portal.

Fernão Lopes's chronicles are of particular interest to researchers on western European affairs from the mid-fourteenth century to the first quarter of the fifteenth. Although Portugal is the main focus of attention, the narrative does not lose sight of the wider political, diplomatic, religious, military, and economic implications, certainly within an Iberian context, but often extending also to a European sphere of action. Lopes shows the kingdom interacting with its neighbours, and further afield, against the background of a Europe in turmoil for extended periods of crisis such as the Great Schism of 1378, the internecine Castilian dynastic conflict, and the Hundred Years War, which reached the Iberian Peninsula when English and French armies, called to support their respective Portuguese and Castilian allies, confronted each other on Iberian soil. Nor did the ravages of the bubonic plague and the consequences of war on those involved, be they intervening countries in general, their rulers or their respective populations, escape Lopes's attention.³ On occasion, the focus of the narrative moves to Castile, Aragon, Navarre, even Granada, and their complex relations.

² *Fernão Lopes Portal* [Online]. FCSH, Universidade Nova de Lisboa. [Accessed on 5 December 2023]. Available at <http://fernaolopes.fcsh.unl.pt>

³ MONTEIRO, João Gouveia – 'Casualties of the Aftermath'. In FONSECA, Luís Adão da; MONTEIRO, João Gouveia; PIMENTA, Maria Cristina (eds.) – *The Aljubarrota Battle and its Contemporary Heritage*. European Medieval Battlefields. Leeds: Arc Humanities Press, 2020, pp. 67-74.

The present edition consists of five volumes: four with chronicles and the fifth with an extensive bibliography, and the above-mentioned general index. Each volume contains a scholarly introduction to the chronicle, genealogical trees of its leading personages, and plentiful footnotes and cross references.

Volume I – *The Chronicle of King Pedro of Portugal* – opens with three introductory studies to Lopes’s work covering the historical context and literary architecture of his narrative. The chronicle covers the full reign of King Pedro (1357–1367), and his fraught relations with the King of Castile. The war between Castile and Aragon, with occasional Portuguese intervention, and the papal legate’s search for peace terms occupies several chapters. Other shorter chapters, similar to *tableaux*, reflect the king’s obsession with justice and his close relationship with the people. The chronicle closes with Pedro’s revenge on the murderers of his beloved Inês de Castro, and an appraisal of his reign.

Volume II – *The Chronicle of King Fernando of Portugal* – chronicles the full reign (1367–1383), including Fernando’s three wars with Castile and alliances with Aragon, Granada, and England. The hostilities with Castile bring the two main contenders of the Hundred Years’ War to Iberian soil, where English and French forces confront each other, but now on behalf of their respective allies. The chronicle ends with the dynastic crisis created by the marriage of Fernando’s only daughter to the King of Castile, ready to dispute the succession to the Portuguese throne.

Volume III – *The Chronicle of King João I of Portugal, Part 1* – concentrates on the War of Succession (1383–1385), with the Castilian invasion of Portugal, the great siege of Lisbon, the staunch resistance of its people, and the rise of the House of Avis under João I, after his acclamation at the *Cortes* in Coimbra. Nuno Álvares Pereira proves himself as a military leader and is made Constable.

Volume IV – *The Chronicle of King João I of Portugal, Part 2* – opens with the decisive Battle of Aljubarrota (1385), securing the throne for João I. However, unrest remains with *foci* of resistance within the kingdom, sieges, and frequent skirmishes across the Portuguese-Castilian border. Anglo-Portuguese diplomatic negotiations lead to

the Treaty of Windsor (1386), and João I's marriage to Philippa of Lancaster. João I and the Duke of Lancaster invade Castile and, once again, English and French confront each other by the side of their respective Iberian allies. The Anglo-Portuguese campaign fails in territorial terms, but the Duke of Lancaster accepts a settlement in gold and the proposed marriage of his daughter Catalina (granddaughter of the murdered Pedro I of Castile) to the heir of the Castilian throne. Protracted peace negotiations take place between Castilians and Portuguese. The chronicle closes with the two prestigious marriages of King João I's illegitimate children: Afonso, Duke of Barcelos, to the daughter of the Constable Nuno Álvares Pereira, and Beatriz to the Earl of Arundel.

Volume V – general bibliography and comprehensive index for all chronicles.

As can be appreciated, the above summary points to a challenging range of situations, topics and areas of expertise which can only be expressed through the use of specialized terminology. The translators and editors made a concerted effort to transfer not only the content of the chronicles into modern English, but also the humour, sarcasm, compassion, or lyricism of many passages. Inevitably, concessions had to be made in terms of syntax and other necessary adjustments of style in the target language. The English version presents shorter sentences, and a more straightforward organization of the information, making it easier to read and comprehend, even for Portuguese speakers.

Further information on the innumerable hurdles and problems that translating such a varied and complex text posed, can be found in “The Translators’ Note”, in volume 1. The “Acknowledgements”, and even the “Preface”, also in volume 1, bear witness to the amount of research required. Beyond the linguistic issues referred to above, there were immense challenges created by the necessary identification of many personages bearing the same name. For ease of identification, contrary to Lopes's practice of spelling all names in Portuguese, the translation team adopted the modern orthography of the national language of each personality. Place names also required careful research and the same orthographic policy was adopted.

Lopes's chronicles offer a wealth of information on multiple aspects of medieval life. There are detailed descriptions of military weapons, siege engines, sea and land battles, their tactics, and battle formation. He distinguishes between types of horses used in warfare, scouting missions, or for leisure. The same applies to the different types of hounds used for hunting purposes. All these are valuable sources to the historian, but a major challenge to the translator. Of particular difficulty was the translation of titles and offices in four different countries and cultures, especially when there were no corresponding offices in any of them.

The degree of detail in Lopes's chronicles is particularly impressive in his narrative of the great siege of Lisbon. On the excruciating famine afflicting the city dwellers, he tells of people scratching the ground in search of lost grains that they may be able to eat. He goes to the point of describing the corpses, swollen and deformed on account of the excessive water that people drank to assuage their hunger pangs. He also details with great sympathy and compassion the mental torment of parents who see their children die of hunger without being able to save them.

Lopes is a master of emotions. In a hunting scene in the *Chronicle of King Fernando*, he demonstrates the skill of a narrator who knows how to create suspense, transmit the thrill of the chase, the surprise of the unexpected, and the humour of a ludicrous situation.⁴ He portrays a whole universe inhabited by people from all walks of life, engaging in all manner of activity.

To give an example of a completely different topic: in Chapter 55 of *The Chronicle of King Fernando of Portugal*, Lopes expands on monetary issues of inflation and devaluation with impressive detail⁵. He describes the different coins circulating at the time, offering ample examples of equivalences in value and, in some cases, indicating their power of purchase before and after devaluation. In short, there is a hidden guide to all walks of medieval life inserted into the historical narrative of Lopes's chronicles.

⁴ In LOPES, Fernão – *The Chronicle of King Fernando of Portugal. The Chronicles of Fernão Lopes*. Vol. 2. Ed. Amélia P. Hutchinson, Juliet Perkins, et al. Transl. R.C. Willis, Philip Krummrich, et al. Textos B, 64. Vol. I. Woodbridge: Tamesis Books, 2023, pp. 176-177.

⁵ LOPES, Fernão – *The Chronicle of King Fernando of Portugal*, pp. 98-101.

In the foreword to the last issue of *Medievalista*, dedicated to the theme of Medieval Chronicles, its editors, Graeme Dunphy and Isabel Barros Dias, remarked on the growing interest in medieval historiography in the last thirty years, attributing that interest to “the realization that genres previously regarded as straightforward historical sources were also goldmines for literary and cultural studies.”⁶ The works of Fernão Lopes amply satisfy, and justify, that realization. Scholars such as Teresa Amado⁷, Luís de Sousa Rebelo⁸, João Gouveia Monteiro⁹, Nicholas G. Round¹⁰, Josiah Blackmore¹¹, Amélia Hutchinson¹², and Maria do Amparo Tavares Maleval¹³, beyond appreciating the literary and cultural value of these chronicles, also considered the rhetorical artistry in constructing the framework of the narrative so as to convey an underlying comment on the information being transmitted¹⁴. This means that Fernão Lopes’s concerns as a narrator did not stop at recording facts in a polished

⁶ DUNPHY, Graeme; DIAS, Isabel Barros – “Medieval chronicles”. *Medievalista* [Online] 34 (2023), consultado a 05 dezembro 2023. Disponível em <http://journals.openedition.org/medievalista/6884>; DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.6884>

⁷ AMADO, Teresa – “Fiction as Rhetoric: A Study of Fernão Lopes’s *Crónica de D. João I*”. *The Medieval Chronicle* 5 (2008) pp. 35-46; AMADO, Teresa – *Fernão Lopes, Contador de História: sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1991.

⁸ REBELO, Luís de Sousa – *A Concepção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Horizonte, 1983; and REBELO, Luís de Sousa – “The Idea of Kingship in the chronicles of Fernão Lopes”. In HODCROFT, F. W., et al. (eds.) – *Medieval and Renaissance Studies on Spain and Portugal in Honour of P.E. Russell*. Oxford: Society for the Study of Medieval Languages and Literature, 1981, pp. 167-179.

⁹ MONTEIRO, João Gouveia – *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988.

¹⁰ ROUND, Nicholas G. – “The Revolution of 1383–84 in the Portuguese Provinces: Causality and Style in Fernão Lopes”. *Dispositio* 10 / 27 (1985), pp. 65-84; ROUND, Nicholas G. – “Fernão Lopes and the Writing of a Late Medieval Portuguese History”. In LOPES, Fernão – *The Chronicle of King Pedro of Portugal. The Chronicles of Fernão Lopes*. pp. 11-53.

¹¹ BLACKMORE, Josiah – “Afeição and History-Writing: The Prologue of the *Crónica de D. João I*”. *Luso-Brazilian Review* 34 / 2 (1997), pp. 15-24; BLACKMORE, Josiah – “Singing the Scene of History in Fernão Lopes”. In HAMILTON, Michelle M.; SILLERAS-FERNÁNDEZ, Núria (eds.) – *In and Out of the Mediterranean: Medieval and Early Modern Iberian Studies*. Nashville, Tennessee: Vanderbilt University Press, 2015, pp. 143-55.

¹² HUTCHINSON, Amélia P. – “Leonor Teles: Representations of a Portuguese Queen”. *Historical Reflections/Réflexions Historiques*, 30 / 1. Historical Guineveres and Literary Eleanors: “Narrating” Medieval Women’s Lives (2004), pp. 73-87; HUTCHINSON, Amélia P. – “Punctuating the Narrative: The Structural Function of Female Characters in Fernão Lopes’s and Gomes Eanes de Zurara’s Chronicles”. In ABREU-FERREIRA, Darlene; ELBL, Ivana (eds.) – *Women in the Lusophone World in the Middle Ages and the Early Modern Period Portuguese Studies Review*, 13 / 1-2 (2005/2007), pp. 1-14.

¹³ MALEVAL, Maria do Amparo Tavares – *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Estante Medieval 5. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

¹⁴ “O que se intenta, inclusive, é combater o tédio do interlocutor, mediato ou imediato, com a finalidade de melhor e mais facilmente conquistá-lo para a causa de Avis, através de elementos argumentativos emotivos, que se vêm juntar aos racionais, este pertinentes à demonstração pura e simples dos fatos, à provas documentais e testemunhais”. MALEVAL, Maria do Amparo – *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*, p. 233.

literary style. He actually used different styles and modes of *emplotment*¹⁵ to support and reinforce the architecture of his narrative, thus passing on to his readers a stronger impression of coherence and veracity.

His comments on the work of his counterparts writing on the same period encompassed by his chronicles (1357-1411) is also most interesting: they transmit a diversity of opinions, often quite conflicting, but undoubtedly reflecting a real and complex world, besides lending colour, tension, and dynamism to his and his peers' narratives. One could say that Fernão Lopes's chronicles must be read for their own sake and for the sake of the complementary information they provide to the reader of chronicles by his near contemporaries. This observation applies especially to Pero López de Ayala, but also to Jean Froissart.

One aspect that distinguishes Lopes from most medieval chroniclers is the attention he pays to the common people. As if a forerunner of "history from below"¹⁶ well before its time, he records snippets of their everyday lives and beliefs, struggles and anxieties, their voice of protest in attempting to gain agency over their own lives, as well as their moments of joy and forms of celebration. Nevertheless, as the medieval man he is, many of the isolated or individual stories he weaves into the fabric of his main historical narrative can be interpreted as *exempla* worthy of a *speculum principum*, or a manual of conduct illustrating commendable or reproachable qualities, as can often be found in medieval romances, especially of Arthurian inspiration¹⁷. In short, beyond the inescapable focus centered on major persons and events, as to be expected in a royal chronicle, Fernão Lopes also provides

¹⁵ WHITE, Hayden – *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1973, p. ix.

¹⁶ "Turning their attention to the lives and struggles of ordinary people, they focused on social relations at the grass roots, popular forms of protest, everyday activities such as work and leisure, as well as attitudes, beliefs, practices, and behavior. This became known in the 1960s as 'history from below'", PORT, Andrew – "History from Below, the History of Everyday Life, and Microhistory". In WRIGHT, James D. (ed.) – *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences* [Online]. (2nd ed.). Vol. 11. Amsterdam: Elsevier, 2015, p.108. [Consulted on 4 December 2023]. Available at https://www.researchgate.net/publication/304194393_History_from_Below_the_History_of_Everyday_Life_and_Microhistory

¹⁷ Such *exempla*, of course, go back much further, to classical sources. See: PERKINS, Juliet – "Fernão Lopes and Livy". *Medium Aevum*. 92 / 2, pp. 353-376 (forthcoming).

considerable information on the cultural and social fabric of medieval Portugal and relations across the social spectrum.

It is hoped that Fernão Lopes's chronicles, now in the *lingua franca* of our age, will make a significant contribution to a wide range of areas of research, from historiography to diplomatic and social history, international relations, military affairs, municipal and land administration, but also to numismatics, medicine, women studies, religion, and many others.

Bibliographical references

Printeds Sources

LOPES, Fernão – *The Chronicles of Fernão Lopes*. Ed. Amélia P. Hutchinson, Juliet Perkins, Philip Krummrich and Teresa Amado. Transl. R.C. Willis, Philip Krummrich, Juliet Perkins, Iona McCleery, Francisco Fernandes, and Shirley Clarke. Textos B, 64. Vols. I-V. Woodbridge: Tamesis Books, 2023.

Studies

AMADO, Teresa – *Fernão Lopes, Contador de História: sobre a Crónica de D. João I*. Lisboa: Estampa, 1991.

AMADO, Teresa – “Fiction as Rhetoric: A Study of Fernão Lopes's *Crónica de D. João I*”. *The Medieval Chronicle* 5 (2008), pp. 35-46.

BLACKMORE, Josiah – “*Afeiçom* and History-Writing: The Prologue of the *Crónica de D. João I*”. *Luso-Brazilian Review* 34 / 2 (1997), pp. 15-24.

BLACKMORE, Josiah – “Singing the Scene of History in Fernão Lopes”. In HAMILTON, Michelle M.; SILLERAS-FERNÁNDEZ, Núria (eds.) – *In and Out of the Mediterranean: Medieval and Early Modern Iberian Studies*. Nashville, Tennessee: Vanderbilt University Press, 2015, pp. 143-55.

DUNPHY, Graeme; DIAS, Isabel Barros – “Medieval chronicles – Foreword”. *Medievalista* 34 (July – December 2023), pp. 83-87. [Accessed on 5 December 2023]. Available at <http://journals.openedition.org/medievalista/6884>

FERNÃO LOPES Portal [Online]. FCSH, Universidade Nova de Lisboa. [Accessed on 5 December 2023]. Available at <https://fernaolopes.fcsh.unl.pt>

HUTCHINSON, Amélia P. – “Leonor Teles: Representations of a Portuguese Queen”. *Historical Reflections/Réflexions Historiques* 30 / 1. Historical Guineveres and Literary Eleanors: “Narratizing” Medieval Women’s Lives (2004), pp. 73-87.

HUTCHINSON, Amélia P. – “Punctuating the Narrative: The Structural Function of Female Characters in Fernão Lopes’s and Gomes Eanes de Zurara’s Chronicles”. In ABREU-FERREIRA, Darlene; ELBL, Ivana (eds.) – *Women in the Lusophone World in the Middle Ages and the Early Modern Period. Portuguese Studies Review* 13 / 1-2 (2005/2007), pp. 1-14.

LOMAX, Derek W.; OAKLEY, R. J. (eds. and transl.) – *Fernão Lopes. The English in Portugal 1367–1387*. Warminster: Aris & Phillips Ltd., 1988;

MALEVAL, Maria do Amparo Tavares – *Fernão Lopes e a Retórica Medieval*. Estante Medieval 5. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010.

MONTEIRO, João Gouveia – *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva 1988.

MONTEIRO, João Gouveia – “Casualties of the Aftermath”. In FONSECA, Luís Adão da; MONTEIRO, João Gouveia; PIMENTA, Maria Cristina (eds.) – *The Aljubarrota Battle and its Contemporary Heritage*. European Medieval Battlefields. Leeds: Arc Humanities Press, 2020, pp. 67–74.

PERKINS, Juliet – “Fernão Lopes and Livy”. *Medium Aevum* 92 / 2, pp. 353-376 (forthcoming).

PORT, Andrew – “History from Below, the History of Everyday Life, and Microhistory”. In WRIGHT, James D. (ed.) – *International Encyclopedia of the Social and Behavioral Sciences* [Online]. (2nd ed.). Vol. 11. Amsterdam: Elsevier, 2015, p.108. [Accessed on 4 December 2023]. Available at https://www.researchgate.net/publication/304194393_History_from_Below_the_History_of_Everyday_Life_and_Microhistory

PRESTAGE, Edgar, – *The Chronicles of Fernão Lopes and Gomes Eannes de Zurara*. Watford: Voss and Michael, 1928.

REBELO, Luís de Sousa – “The Idea of Kingship in the chronicles of Fernão Lopes”. In HODCROFT, F. W., et al. (eds.) – *Medieval and Renaissance Studies on Spain and Portugal in Honour of P.E. Russell*. Oxford: Society for the Study of Medieval Languages and Literature, 1981, pp.167-179.

REBELO, Luís de Sousa – *A Conceção do Poder em Fernão Lopes*. Lisboa: Horizonte, 1983.

ROUND, Nicholas G. – “The Revolution of 1383–84 in the Portuguese Provinces: Causality and Style in Fernão Lopes”. *Dispositio* 10 / 27 (1985), pp. 65–84.

ROUND, Nicholas G. – “Fernão Lopes and the Writing of a Late Medieval Portuguese History”. In LOPES, Fernão – *The Chronicle of King Pedro of Portugal. The Chronicles of Fernão Lopes*. Eds. Amélia P. Hutchinson, Juliet Perkins, *et al.* Transl. R.C. Willis, Philip Krummrich, *et al.* Textos B, 64. Vol. I. Woodbridge: Tamesis Books, 2023, pp. 11-53.

WHITE, Hayden – *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, 1973.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

HUTCHINSON, Amélia P. – “The Chronicles of Fernão Lopes – finally in English!”. *Medievalista* 35 (Janeiro – Junho 2024), pp. 435-445. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

